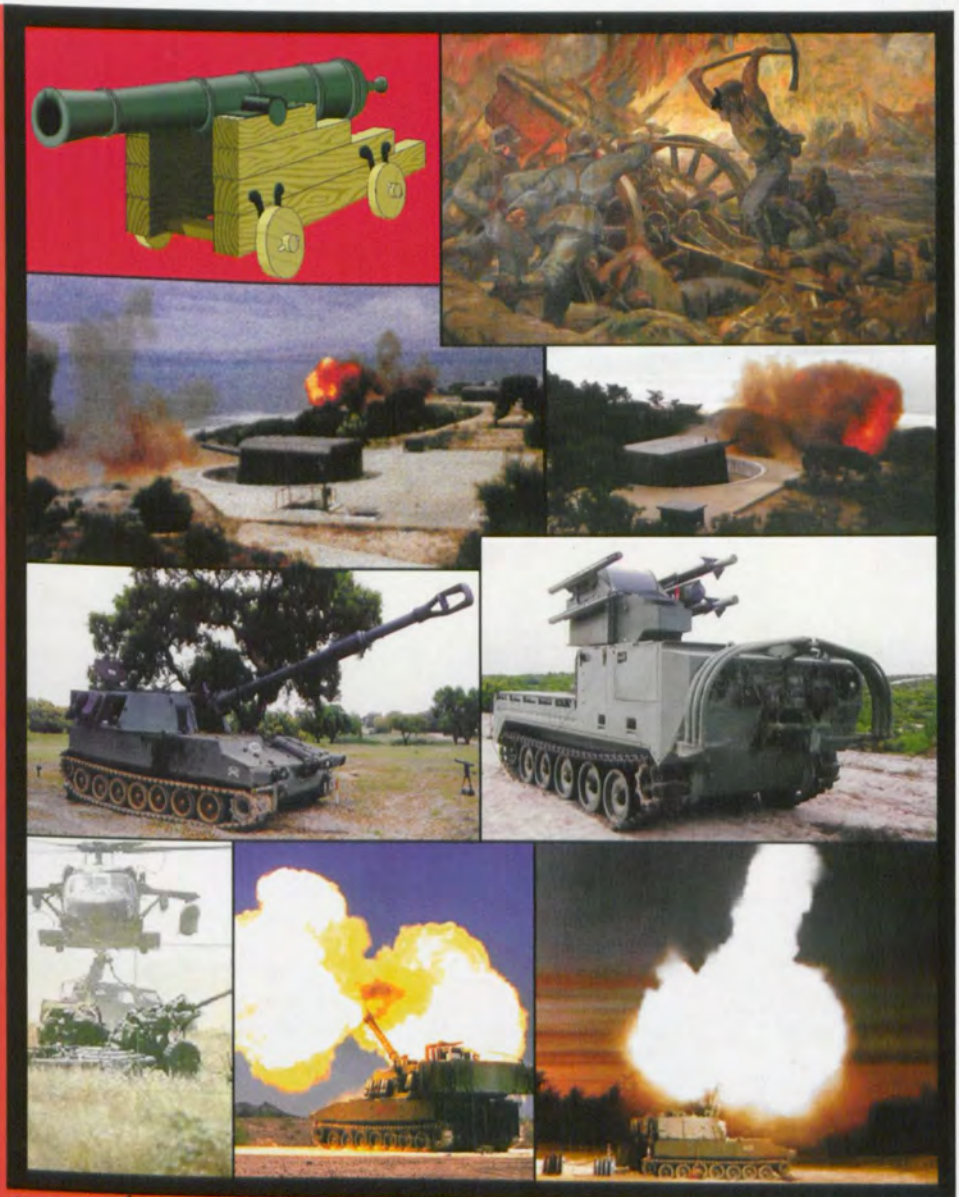
REV.TA DE ARTILHARIA



"O CÉU, A TERRA E AS ONDAS ATROANDO"

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÀRIO:

	Págs.
O CONFLITO DO KOSOVO. IMPLICAÇÕES PARA A NATO E PARA A SEGURANÇA EUROPEIA ..... *Pelo Coronel de Artilharia Joaquim Branco Evaristo.*	3
RADARES DE ARTILHARIA DE CAMPANHA ..... *Pelos 2.°s Sargentos de Artilharia Diogo Baião e Raimundo Grilo Queirós.*	71
"JOINT VISION 2020". UMA REFERÊNCIA PARA O FUTURO ..... *Pelo Ten.-Coronel de Artilharia Raul Manuel Sequeira Rebelo.*	79
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	87
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	87
VISITA À EPA DO EXMO. MGEN JOÃO PIROTO 2.° COMANDANTE DA RMS	91
VISITA À EPA DO EXMO. TGEN GARCIA LEANDRO VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO	92
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, Edifício da Ex-DAA, CAMPO DE SANTA CLARA – 1100 LISBOA".

Dias e Horas de Expediente:

Às Terças, Quartas e Quintas-Feiras entre as 15H00 e as 17H00.

CONTACTAR: SCH António Rato.

TELEFS.: Militar: 421 348 - Civil: 21 888 01 10 - Fax Militar: 421 348

ASSINATURAS PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, 1 500$00; Avulso, 500$00; Restantes Países: Anual, 3 000$00; Avulso, 750$00. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

ANÚNCIOS: Contrato directo com a administração.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução e qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: Não esquecer participar logo à Administração da Revista qualquer mudança de residência ou situação.

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

97.º ANO

2.ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83

N.ºs 905 A 907

JANEIRO A MARÇO DE 2001

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2000 E 2001

PRESIDENTE

Tenente General Samuel Matias do Amaral

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Octávio João Marques Avelar (AM)

SECRETÁRIO

Tenente-Coronel Francisco José Bile Fangueiro (QG/GML)

TESOUREIRO

Major João Luís Morgado Silveira (EME)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (RAA 1)
Tenente-Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (BST)
Tenente-Coronel António José Pacheco Dias Coimbra (EPA)
Tenente-Coronel José António Figueiredo Feliciano (GAC/BMI)
Tenente-Coronel António Fernando Paulo Teixeira (QC/BMI)
Capitão Pedro Alexandre Marquês de Sousa (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (RES)
Coronel Mário Augusto Mourato Cabrita (DAMP)
Tenente-Coronel Rui Manuel F. Venâncio Baleizão
Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (IAEM)

NÚMEROS
905 A 907

REVISTA DE ARTILHARIA

ANO XCVII
2.ª SÉRIE

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA

DIRECTOR
SAMUEL MATIAS
DO AMARAL
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Jorge Martinho
Pta. da Flamenga, 8 – 1.º e 2.º Dto.
2670 STO. ANT. CAVALEIROS

JANEIRO – FEVEREIRO – MARÇO DE 2001

Os autores dos artigos são os únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

O CONFLITO DO KOSOVO. IMPLICAÇÕES PARA A NATO E PARA A SEGURANÇA EUROPEIA

Pelo Coronel de Artilharia
JOAQUIM BRANCO EVARISTO*

I. INTRODUÇÃO

Uma abordagem minimamente fundamentada sobre o conflito que emergiu no Kosovo e que conduziu à intervenção militar da NATO, bem como das suas consequências, exige uma reflexão de enquadramento em

* Trabalho elaborado no âmbito do Curso Superior de Comando e Direcção 99/2000.

torno de duas questões distintas: (i) por um lado, a história profunda da Jugoslávia e, por extensão, a da própria Europa Central, procurando evidenciar os fundamentos históricos do conflito; (ii) por outro, as mudanças que marcam de modo mais incisivo este fim de século e que decorrem das alterações geopolíticas ocorridas após 1989, da mudança de paradigma nas relações internacionais e da emergência de um novo paradigma técnico-económico.

No que se refere à primeira questão, pretende evidenciar-se que a região dos Balcãs têm sido historicamente palco de conflitos, quase sempre de consequências dramáticas, resultantes das características dos seus povos que constituem uma complexa mescla, de etnias, religiões e culturas. Este confronto de civilizações traduzido na própria Jugoslávia, fez com que esta nunca tivesse assumido a forma de nação, no sentido clássico de constituir uma comunidade de valores partilhados com o desejo de viver em comum e com um território enformador, aspecto que se evidenciou a partir do momento em que a ideologia deixou de ter um papel estruturante do Estado.

A segunda questão, mais complexa e multifacetada, pode ser resumida em torno de alguns fenómenos decorrentes da mundialização da economia e da globalização da informação que marcam este fim de século e que têm profundos impactes sobre os fundamentos geopolíticos emergentes. Tratam-se de tendências antagónicas que coexistem com enquadramentos distintos: globalização *vs.* reforço da identidade; crise do Estado-Nação *vs.* ressurgimento dos nacionalismos; construção de espaços supranacionais como tendência global *vs.* derrocada de espaços multinacionais a Leste; a evidência de um mundo unipolar *vs.* a emergência de multipólos, entre outras.

São questões que marcam particularmente a Europa do final de milénio, que se assume como espaço privilegiado de experiência das múltiplas contradições referidas. Desde logo, a questão nacional está de novo no centro da problemática europeia, a dois níveis distintos: (i) uma Europa Ocidental que se pretende supranacional, à procura de uma unidade política efectiva, na qual esta tendência para a supranacionalidade é acompanhada pelo recrudescimento dos regionalismos, apadrinhados com o nome de "Europa das Regiões"; (ii) a outra Europa, no Centro e no Leste, onde o ruir de espaços supranacionais impostos faz emergir, através de nacionalismos retrógrados, fantasmas do passado que trouxeram de novo no "pequeno século XX"[1] a guerra à Europa.

[1] Expressão de Eric Hobsbawm, utilizada na sua obra "Age of Extremes" que pretende dar a imagem de um sec. truncado por duas grandes guerras.

Por outro lado, a Europa, já um pólo mundial do ponto de vista económico, procura agora não só uma afirmação política que se tem revelado difícil, mas também repensar as suas fronteiras num quadro geopolítico que após 1989 a deixou de novo fragilizada, o que marca mais uma das contradições europeias: "*uma Europa sem ameaças e ao mesmo tempo insegura*"[2].

Por fim, o final de milénio caracteriza-se por mais uma contradição, cuja resolução vai marcar definitivamente o enquadramento das relações internacionais para o sec. XXI, que se traduz na existência de uma hiperpotência – os EUA –, que se por vezes parece querer assumir esse papel, por outras não e que, por isso, procura espaços de articulação numa perspectiva de divisão do trabalho que não está disponível para assumir de *per si*. Esta questão é particularmente evidente no que concerne à política de segurança e defesa perante a qual os EUA, por intermédio da NATO, referem a necessidade de um papel mais interventivo da Europa. Foi esta, aliás, a mensagem deixada pelo Embaixador norte-americano em Portugal, no passado dia 5 de Novembro numa Conferência intitulada "America's Stake in a Strong Europe".

É tendo como pano de fundo estes elementos que o tema deste trabalho vai ser abordado, secundarizando deste modo os aspectos técnicos e factuais da intervenção da NATO no Kosovo, para fazer uma leitura dos acontecimentos e das suas consequências numa óptica mais macro, que tenha em conta o período actual de transição e de indefinição do ambiente internacional e os seus contributos para a definição de um novo modelo, em particular no que se refere ao posicionamento da Europa, à sua relação face aos EUA e, do ponto de vista de segurança e defesa, face à NATO. Esta perspectiva compreeensiva e integradora estende-se igualmente à análise das questões da segurança e defesa e do ambiente geopolítico, que entendemos como uma realidade multivariada em que aqueles domínios são enquadrados por dimensões que tradicionalmente os ultrapassavam como a economia, as tecnologias da informação, a cultura, etc...

O tom crítico de algumas das observações que apresentamos, nomeadamente no que se refere à Europa, não deve fazer pressupôr que temos uma posição pessimista face às perspectivas de aprofundamento da construção europeia, nomeadamente em direcção a uma Política Externa e de Segurança Comum e a uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa, mas sim que olhamos o processo de construção europeia com a consciência de que se trata de um processo longo que, em cinquenta anos, apesar dos

[2] Na expressão de John Newhouse " Unthreatened yet Insecure", in EUROPE ADRIFT, Pantheon Books, 1997.

impasses deu importantes passos. A nossa perspectiva é, pelo contrário, a de que a História não conhece impasses e de que as paragens não significam necessariamente retrocessos nos processos em curso, mas sim momentos de concertação, negociação e de expectativa de oportunidades.

II. O NOVO AMBIENTE INTERNACIONAL

> *"Em 9 de Novembro de 1989 terminou a nossa era. A brecha no muro de Berlim soou ao fim não meramente da guerra fria, mas à época do conflito global que começou com o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, em 28 de Junho de 1914. Agora, com o século XX truncado, estamos a tentar discernir o modelo do século XXI."*
>
> Robert L. Bartley[3]

1. A MUDANÇA DE PARADIGMA

É por demais evidente que falar hoje do ambiente internacional e da nova ordem mundial, num tempo caracterizado pela vertigem da globalização e das interdependências é, por um lado um risco e por outro um desafio. É um risco pela óbvia razão de que hoje nesta matéria quaisquer considerações têm necessariamente uma validade temporal curta, não permitindo a formulação de juízos definitivos sobre uma situação que, para além da sua dinâmica é, ainda, muito fluída. É, por outro lado, um desafio porque face às novas realidades, podemos discorrer livremente sem ficar excessivamente vinculados à irreversibilidade das análises e dos juízos formulados. Estamos pois, ainda, na busca de um novo paradigma para as relações internacionais que substitua o equilíbrio do mundo bipolar.

A queda do muro de Berlim e a consequente implosão da URSS, marcam o fim de um ciclo extremamente importante da história contemporânea em que a situação vigente era clara, previsível e estática. Raymond Aron a propósito da estabilidade de mundo bipolar referia, em 1958: *"A actual situação da Europa é anormal ou absurda, mas é nítida e todos sabem onde fica a linha de demarcação e ninguém tem demasiado medo do que possa acontecer. Se alguma coisa acontece do outro lado da cortina de ferro [...], nada acontece deste lado, assim uma divisão nítida da*

[3] BARTLEY, Robert L., "Caso para optimismo – o Ocidente devia acreditar em si", in A.A.V.V., O CHOQUE DAS CIVILIZAÇÕES? O DEBATE SOBRE A TESE DE SAMUEL P. HUNTINGTON, Gradiva, 1999, pp. 49.

Europa é considerada, correcta ou incorrectamente, menos perigosa do que qualquer outra organização."[4]

O inimigo era por demais conhecido, a solidariedade e a coesão Euro-Atlântica funcionavam como consequência da conjuntura, do perigo do factor nuclear e da convicção de que a situação se manteria relativamente estável. Mas o equilíbrio da guerra fria e das esferas de influência, de que foram protagonistas praticamente em regime de exclusividade as duas superpotencias, acabou sem que se vislumbre com suficiente grau de certeza o que vai ser o ambiente internacional do próximo século. A velha ordem sustentada pelas duas superpotencias, ruiu sem que tivessem sido previstas contingências para amortecer o seu impacte na Europa que agora enfrenta os desafios de um novo quadro geopolítico. De um sistema bipolar rígido, passou-se a uma situação em que só uma potencia se assume com capacidade bastante, nos domínios técnico-económico e, particularmente, no domínio político-militar para marcar o compasso neste período de indefinição e de concertação da ordem internacional. É igualmente consensual, que os factores estruturantes do ambiente internacional se encontram em fase de transformação vertiginosa, consequência dos fenómenos da globalização da informação e da mundialização da economia, tornando cada vez mais difícil a sua análise e apreciação.

O ambiente internacional entrou pois, após 1989, numa nova fase relativamente à qual não existe uma visão consensual. A primeira abordagem com algum impacte foi a do "fim da História" apresentada um pouco apressadamente por Fukuyama, que traça para a realidade emergente do fim deste século cenários de paz e concórdia, convicto de que as armas do futuro seriam as da cooperação e do diálogo e não as da disputa e da conflitualidade.

Outros autores, como realça Huntington[5], anunciaram o regresso às rivalidades entre os Estados-Nação ou o declínio do Estado-Nação face à emergência de duas tendências opostas – o tribalismo e o globalismo. Não rejeitando estas tendências, Huntington foi, para além de Fukuyama cuja tese foi desmentida pelos acontecimentos posteriores e pelo próprio, o único autor a apresentar um paradigma substituto do anterior. O "choque de civilizações"[6] procura encontrar no domínio cultural a nova fonte de conflitos e de ameaças, substituindo a ideologia que tinha sido a principal motivação dos conflitos ocorridos durante cinquenta anos e também o elemento

[4] ARON, Raymond, cit. in KISSINGER, Henri, DIPLOMACIA, Gradiva, 1996, pp. 516.
[5] HUNTINGTON, Samuel P., "O Choque de Civilizações?", in A.A.V.V., op.cit..
[6] Entendendo civilizações como entidades culturais e a mais lata forma de identidade dos indivíduos. A distinção entre civilizações faz-se, segundo o autor, especialmente através das religiões.

fundamental na identificação e caracterização das ameaças. Esta dimensão cultural ou civilizacional encontra fundamento, segundo Huntington, no facto de que os principais conflitos do futuro não serão entre Estados-Nação *tout court*, mas sim, "entre nações e grupos de diferentes civilizações"[7], cumprindo, deste modo, um ciclo quase determinista de evolução dos conflitos no mundo moderno: conflitos entre príncipes com cariz mercantilista e expansionista até ao sec. XVIII; conflitos entre Estados-Nação até à I Guerra Mundial; conflitos entre ideologias até 1989; para por fim, se vislumbrarem os conflitos entre civilizações, saindo a política internacional da sua fase ocidental[8].

Trata-se obviamente de um paradigma não consensual, cujas principais críticas advém daqueles que consideram que, ao contrário do que afirma Huntington, são os aspectos económicos e sociais, nomeadamente as assimetrias, que mais do que os aspectos culturais serão o móbil dos conflitos futuros. A este nível recorde-se a opinião de M. Tozy que, a propósito do fundamentalismo islâmico e da possibilidade da sua análise no âmbito do paradigma de Huntington, refere que *"os povos utilizam a linguagem que melhor conhecem"*[9] para afirmar que, no caso norte-africano, a linguagem religiosa é utilizada para expressar tensões que são essencialmente de carácter económico e social e que determinam o quadro de relações Norte-Sul.

No entanto, há uma dimensão do argumento de Huntington que parece irrefutável: o crescimento das interdependências intensifica a consciência civilizacional[10]. Trata-se, como refere Manuel Castells, da coexistência de duas tendências antagónicas: a globalização (da riqueza e da informação) e a localização da identidade e da legitimidade[11], sendo esta consciência civilizacional de que fala Huntington não mais do que a dimensão mais lata das diferentes identidades possíveis. Com efeito, o movimento de globalização da economia e da informação, a formação de espaços económicos regionais, o esbatimento de fronteiras e o aumento dos fluxos migratórios têm sido, paradoxalmente, acompanhados pelo fortalecimento das identidades culturais, mesmo no interior dos países ocidentais[12], conduzindo por

---

[7] HUNTINGTON, Samuel P., in A.A.V.V., op. cit., pp. 7.

[8] Idem, pp.8.

[9] Num debate recente transmitido pela RTP2 no Programa "Sinais do Tempo".

[10] HUNTINGTON, Samuel P., in A.A.V.V., op. cit., pp. 10.

[11] CASTELLS, Manuel, *The Power of Identity*, THE INFORMATION AGE: ECONOMY, SOCIETY AND CULTURE, Vol. II, Blackwell Publishers, 1997.

[12] Este conflito entre os movimentos da economia global e a identidade cultural, é aliás, um aspecto decisivo na ex-URSS e nas zonas sob sua influência.

essa via ao enfraquecimento do Estado-Nação enquanto mobilizador de identidades.

Há uma outra evidência no argumento de Huntington: o Ocidente confronta-se com a emergência de pólos de poder não ocidentais[13]. Na verdade, o mundo bipolar parece poder vir a dar lugar não a um mundo unipolar como poderá parecer evidente na fase actual, mas a um mundo multipolar em que alguns dos pólos emergentes não são ocidentais. No entanto, enquanto Huntington apresenta este movimento como uma lógica de contra-resposta, i.e., de reacção à "imposição" dos valores ocidentais como valores universais – como a democracia e o liberalismo – pensamos que o móbil desta contra-resposta civilizacional é, também ele, essencialmente económico e parcialmente militar. O que queremos dizer é que os pólos emergentes, ainda que possam constituir diferentes civilizações, estão perfeitamente integrados numa lógica de economia global e lutam igualmente pelo poder militar e económico. Um destes pólos emergentes tem localização na Ásia-Pacífico e desenvolve-se na China, Indía, no Este e Sudeste Asiático, para não falar do Japão, marcando porventura o fim da dominação exclusivamente ocidental.

Estes diversos contextos parecem ainda mais problemáticos quando observados numa perspectiva Europeia. Com efeito, o fim do mundo bipolar foi particularmente problemático para a Europa, confrontada hoje com questões como: o seu posicionamento num mundo multipolar; a gestão, neste contexto, da sua relação com os EUA; os contornos que deverá tomar a evolução da relação NATO/UEO; os fluxos migratórios potenciadores de conflitos de natureza étnica e cultural[14]; a gestão do multiculturalismo; a redefinição das suas fronteiras territoriais que levanta o problema do aprofundamento *vs.* alargamento, entre outras. Por outro lado, para além destas questões a Europa enfrenta as consequências, na ex-URSS e a Leste, da desagregação de Estados ideologicamente definidos que realçam agora animosidades étnicas tradicionais. Aliás, o caso da ex-Jugoslávia parece poder enquadrar-se num dos tipos de conflitos civilizacionais definidos por Huntington, o nível micro que se verifica entre "*grupos adjacentes que vivem ao longo das linhas divisórias das civilizações [que] lutam entre si, frequentemente com violência, pelo controle do território*"[15].

[13] HUNTINGTON, Samuel P., in A.A.V.V. op. cit., pp. 11.

[14] São notórios os crescentes fluxos migratórios do Norte de África para a Europa Ocidental e, agora também de Leste, evidenciando-se já em países como a Itália, a França e a Alemanha as reacções contra os imigrantes árabes e turcos.

[15] HUNTINGTON, Samuel, in A.A.V.V., op. cit., pp. 14.

É, pois, inegável que as linhas divisórias entre as civilizações estão, na Europa, a substituir as fronteiras políticas e ideológicas de outrora, i.e., parecem ressurgir fronteiras políticas junto às divisões culturais entre o cristianismo ocidental, o cristianismo ortodoxo e o islamismo. O caso jugoslavo é disso sintomático, a Croácia e a Eslovénia[16] estão separadas do resto da ex-Jugoslávia pela divisória entre o cristianismo ocidental e oriental e pela fronteira histórica entre o Império de Habsburgo e o Império Otomano, a guerra na Bósnia e agora no Kosovo evidenciam traços de conflito cultural e religioso. No entanto, a emergência dos nacionalismos croata, sérvio e albanês poderá encontrar outra explicação que não civilizacional, ou não apenas civilizacional, esta resulta também da quebra do equilibrio entre nacionalidades existente na Jugoslávia de Tito e das diferenças internas de capacidade das diferentes étnias para adesão à nova ordem económica[17].

Com efeito, esta divisória não é apenas cultural, religiosa e histórica, mas também económica, como aliás reconhece Huntington. Será então assim tão evidente a tese do conflito civilizacional, em particular no caso Europeu? Os países pertencentes à antiga cristandade ortodoxa e ao islão, estarão efectivamente em busca da afirmação de um outro modelo cultural que não o Ocidental[18], ou pelo contrário procurarão apenas a inclusão num modelo económico global construído à imagem ocidental, não pretendem antes de mais queimar etapas no desenvolvimento económico? Poderemos citar também o caso do Golfo, para nos afastarmos um pouco das problemáticas europeias. Este não se tratou de um conflito de cariz civilizacional mas sim económico, que mobilizou para o lado americano árabes como os sauditas, turcos, egipcíos, sírios, etc..

A tese do conflito civilizacional, embora com potencialidades, não parece pois evidente ou suficientemente explicativa da totalidade das situações que poderíamos analisar. Mas há uma dimensão inequívoca que é o da transformação do paradigma orientador das relações internacionais, que deixa de estar baseado num ordenamento simplista decorrente da guerra fria, para passar a orientar-se por uma lógica multipolar em que o mercado mundial se afirmará em cada território, a que Fossaert chamou de "*mosaico*

[16] Cujo reconhecimento apressado por parte da Alemanha e consequentemente da UE se enquadra, segundo Huntington, na expressão de apoio entre diferentes grupos pertencentes à mesma civilização.

[17] Note-se que os sérvios se tinham alguma hegemonia no seio da Federação Jugoslava, são uma população essencialmente rural e, por isso, com maiores dificuldades de adaptação a um sistema económico aberto. Pretenderam, pois, ganhar predominância pela força.

[18] Com óbvia excepção dos radicais islâmicos.

de sistemas regionais bastante diferentes"[19]. Mais evidente que a tese do choque de civilizações, parece a probabilidade de proliferação dos conflitos regionais, que podem ter ou não componentes de conflito civilizacional. Para aquele autor estes conflitos regionais tenderão a nascer em dois níveis: (i) nos países de fronteira de dois ou mais sistemas regionais, que se formam a partir da proliferação de independências, do aumento das interdependências, das desigualdades e das proximidades territoriais; (ii) no centro dos sistemas regionais em que esteja em disputa a proeminência dentro desses sistemas, é o caso das disputas entre Indía e Paquistão, Iraque e Irão, Marrocos e Argélia, etc..

Quer isto dizer, que à emergência dos sistemas regionais que traduzem equilíbrios regionais não corresponderá necessariamente uma maior pacificação. Estes sistemas são antes, uma resposta ao declínio dos impérios coloniais e ao fim da lógica bipolar que veio dar visibilidade a um conjunto de potências independentes, que tendem a enformar sistemas regionais nos quais se desenhará a lógica das relações internacionais no futuro. Neste contexto, serão segundo Fossaert muito mais relevantes os conflitos no interior de cada sistema do que verosímil um conflito geral Norte-Sul, ou mesmo os conflitos civilizacionais tal como Huntington os apresenta.

O novo paradigma encontra-se pois em aberto, persistindo apenas a convicção de estarmos perante a formação de um mundo multipolar onde os sistemas regionais - organizados em torno de "protópolos emergentes"[20] como o Brasil, Indía, Russia e China - constituem a dimensão mais relevante de ordenação do sistema de relações internacionais, nos quais a questão civilizacional estará presente mas não será extensivamente a variável mais determinante. No entanto, do ponto de vista exclusivamente militar continuaremos por mais algum tempo a ter um mundo unipolar, dado que só uma potência – os EUA – se assumem com capacidade bastante para intervir em qualquer ponto do globo[21].

---

[19] FOSSAERT, Robert, O MUNDO NO SÉCULO XXI – UMA TEORIA DOS SISTEMAS MUNDIAIS, Instituto Piaget, Lisboa, 1996.

[20] Na expressão do Prof. Ernani Lopes, entendidos como pólos da economia mundial constituídos por grandes economias de dimensão subcontinental, relativamente desenvolvidas com mercados internos prontos a desenvolver-se.

[21] A este nível a intervenção da NATO no Kosovo funcionou como um teste, tal como refere o Secretário de Estado William Cohen, uma vez que permitiu testar a capacidade dos EUA para intervirem simultaneamente em dois teatros distintos e distantes.

2. A CRISE DO ESTADO-NAÇÃO

O novo ambiente internacional para além de ser determinado pela mudança de paradigma nas relações internacionais em direcção à possível desocidentalização e à multipolaridade, é também marcado e marca uma das tendências mais importantes deste final de século: a crise do Estado-Nação.

O Estado soberano, tal qual Bodin o definiu, tem sido, apesar das crescentes dificuldades, o principal actor da cena internacional e o espaço privilegiado de afirmação e realização das comunidades, constituindo-se, no essencial, como o primeiro garante da segurança, do progresso e do bem-estar. No entanto, este seu papel de quase *Leviathan* tem vindo a ser questionado pelas mudanças que nas últimas décadas se verificaram na economia, na política, nas ideologias, nos valores, nos movimentos sociais e na sociedade civil. Com efeito, muitos desafios se colocaram ao Estado-Nação levando a que se tornasse evidente se não o seu enfraquecimento, pelo menos o reordenamento do seu papel no sentido de melhor responder à sua crescente perda de autoridade e de legitimidade.

Esta situação é, desde logo, causada ao nível ideológico pelas teorias e práticas políticas neo-liberais que preconizaram o desaparecimento do papel intervencionista do Estado na economia, que passaria supostamente a ser regulada pelo mercado e pelos indivíduos. A crise do Estado Providência veio fortalecer aquela tendência ao evidenciar a dificuldade de resposta do Estado nos seus moldes tradicionais. Efectivamente, a incapacidade crescente a este nível traduz-se numa perda de legitimidade do Estado, ao qual os indivíduos deixam de reconhecer capacidade para a assumpção de uma das suas funções tradicionais. No caso Europeu, a este dado aliou-se a partilha de soberania, quer para níveis mais baixos através dos muitos processos de regionalização e descentralização[22], quer para níveis de supranacionalidade através do reforço das instituições comunitárias e da integração europeia.

Por outro lado, o fortalecimento da sociedade civil que reage à mundialização e à incapacidade do Estado mobilizando-se em conferências e movimentos internacionais, onde discute problemas para os quais o Estado por si só não encontra soluções, constitui também um desafio ao Estado, uma vez que o confronta com temas globais, como por exemplo o ambiente, os direitos humanos, etc..

---

[22] Com efeito, no caso dos Estados supranacionais como a Espanha e a Bélgica, p.e., as comunidades nacionais como a catalã tendem a afirmar a sua identidade lado a lado com a aceitação das instituições europeias, operando um *bypass* face ao Estado.

Mas têm sido no essencial os impactes da revolução global – da economia e da informação – que mais têm contribuido para a crescente incapacidade do Estado-Nação para responder às necessidades e aos desafios impostos pelo novo paradigma técnico-económico que emergiu daquela revolução. Os fenómenos da globalização, do crescimento das empresas multinacionais, dos movimentos de capitais e da informação, da interdependência das economias, da formação de redes informacionais, do crime organizado à escala global e da corrupção no seio dos Estados democráticos vieram colocar em causa o controlo do Estado, não só sobre as políticas macroeconómicas, mas também sobre a sua própria soberania territorial, para não falarmos da sua perda de capacidade para impôr a lei e a ordem[23], uma das principais fontes da sua legitimidade. Não só este controlo deixou de ser evidente, como as próprias fronteiras territoriais perderam a importância, quer para dar lugar aos espaços transnacionais, quer pela perda de importância do espaço físico. Com efeito, como refere Castells a revolução da informação alterou os fundamentos materiais da vida: o tempo e o espaço são agora "tempo sem tempo" – da ubiquidade, da informação em simultâneo, da mudança alucinante – e o "espaço dos fluxos" [24] – de capitais, de informação, etc.. Esta transterritorialidade contribui para a insuficiência do Estado que é forçado a transferir soberanias, estendendo a sua delimitação para espaços diversos de interesses comuns, num movimento de fronteiras e de soberania de geometria variável.

Mas também esta questão impõe novos desafios ao Estado uma vez que como movimento contrário ao da globalização, surge o de reforço das identidades, que são agora múltiplas e que vêm questionar a própria ideia de Estado-Nação. Isto é, ao mesmo tempo que se verifica uma globalização ou americanização cultural, (re)emergem as culturas locais, regionais e minoritárias, como são exemplo a catalã, basca, escocesa, entre outras.

Por fim, a própria segurança deixou de poder ser garantida exclusivamente pelo Estado, uma vez que que para fazer face a fenómenos como o terrorismo e o narcotráfico os Estados têm que apelar à cooperação internacional. A própria defesa encontra-se, desde a II Guerra Mundial, no caso dos países europeus, internacionalizada na NATO. Esta tendência de internacionalização manter-se-á nesta ou noutra estrutura, uma vez que o fim da guerra fria não levou até agora na Europa ao reafirmar de estratégias de defesa nacionais, mas sim à busca de formas de segurança colectiva.

[23] Face a fenómenos como o narcotráfico, p.e.
[24] Vd. CASTELLS, Manuel, nas suas expressões "timeless time" e "space of flows", op. cit.

No entanto, não cremos que tudo esteja perdido para o Estado, no final haveremos de constatar que se o Estado perdeu poderes em algumas dimensões também os ganhou onde antes não tinha. Nesta perspectiva de reordenamento do seu papel e da sua própria estrutura, o Estado-nação parece poder assumir outra forma que melhor responda às tendências antagónicas – globalização *vs.* identidade - que se lhe apresentam. Esta nova forma é, segundo Castells, o *network state*[25] ou Estado rede que se está a evidenciar na Europa, onde também nasceu o Estado-Nação. Com efeito, o processo de unificação europeia com as transformações institucionais e de formas de governo que promove a nível local, regional e nacional constitui a base desta nova forma de Estado, que se caracteriza por uma partilha de autoridade ao longo da rede, com níveis distintos consoante os domínios de política, passando a soberania a ser um conceito de geometria variável. Para o futuro, diremos que o Estado-nação sobreviverá assumindo uma outra forma seguramente pós-nacional, um outro modelo de funcionamento, o que não sobreviverá é a sua soberania tal como até aqui foi entendida, ela estará dividida de modo variado em acordos, interdependências, no multilateralismo que terá como maior expressão a União Europeia. Em síntese, a insuficiência do Estado renascentista é uma realidade do sec XXI e será no encontro dos grandes espaços, que hão-de ser operadas, em solidariedade e conjugação de interesses, as respostas aos desafios do milénio.

3. CARACTERIZAÇÃO PROSPECTIVA DO AMBIENTE INTERNACIONAL: o tronco comum dos vários futuros possíveis

O que das mudanças em curso parece poder deduzir-se com maior grau de certeza é que os futuros que se nos apresentam são imprevisíveis, multifacetados e complexos. Nesta perspectiva, o melhor caminho, seja em quer domínio fôr, deverá basear-se não em previsões – inúteis face à complexidade – mas sim, na capacidade de providenciar respostas rápidas face aos diversos futuros possíveis. Tendo presente estas ressalvas, aquilo que poderemos prospectivar em termos de ambiente internacional para o sec XXI, pode ser deduzido em alguns domínios fundamentais:

(i) *A indefinição ou proliferação das ameaças e de conflitos* que apresentam hoje um carácter global, imprevisível e multidimensional, deixando de ter apenas a vertente militar para se situarem em áreas que na anterior ordem eram menos estruturantes dos conflitos, nomeadamente a

[25] Idem, Vol. II.

economia, a tecnologia, a informação; bem como apresentarem motivações diversas, nomeadamente étnicas, religiosas, culturais, sociais, etc.. É fácil nesta fase dizer que os conflitos futuros ocorrerão em vastas zonas de instabilidade e insegurança que se estenderão do Adriático à China e terão a China, a Indía e a Indónesia como principais protagonistas. Estes serão fundamentalmente decorrentes da desagregação de falsas nações e emergirão como resultado dos processos de transição para a democracia em algumas áreas do globo, mas essencialmente como resultado do fim do equilíbrio bipolar. O modo como estes conflitos se resolverão decorre do modo como a comunidade internacional procurar gerir estes processos: evitando-os, i.e., procurando resistir a estas tendências ou, pelo contrário, apoiando estes processos que em certos casos são inevitáveis.

(ii) *O poder*, outro dos factores indispensáveis à caracterização do ambiente internacional, apresenta novos contornos que vêm desgastando e desafiando os vectores tradicionais da sua avaliação relativa, à medida em que emergem outros poderes contestantes de carácter económico, tecnológico, cientifico e funcional.

(iii) *A proeminência norte americana* permanecerá pelo menos até a nova ordem internacional se apresentar com contornos mais evidentes. Com efeito, os EUA têm assumido, no período do pós guerra fria, a liderança na procura de uma nova ordem baseada na expansão dos princípios e valores demoliberais. Aos EUA, caberá, naturalmente, um papel da maior importância no reordenamento estratégico em curso, o seu poderio económico, tecnológico, científico e militar confirmam-no de forma inequívoca. Os últimos acontecimentos evidenciam, no entanto, que a potencia sobrante, não quer nem pode estar sozinha, não tanto pelo reconhecimento de que a partilha do trabalho estratégico traz vantagens, mas mais pela constatação que no mundo actual essa pretensão não tem cabimento, uma vez que a proliferação de conflitos é demasiado exigente e os americanos não estão dispostos a pagar todas as facturas[26].

(iv) Parece evidenciar-se, a par com a proeminência americana, uma *clara divisão do trabalho no seio de um directório restrito*, em que os domínios de política global e de segurança têm sido resolvidos pelos EUA, Grã-Bretanha e França[27]; os domínios económicos estão a cargo dos EUA, Alemanha e Japão. No entanto, é inevitável que todas as decisões no que

[26] Os recentes acontecimentos em Timor Leste e o posicionamento americano face à intervenção no território evidenciam bem esta situação.

[27] No qual se tem tentado inserir paulatinamente a Alemanha, tendo a sua aproximação face aos EUA e à NATO no conflito do Kosovo contribuído para a sua afirmação a este nível.

concerne à segurança passem pelos EUA, devido à incapacidade que a Europa continuará a revelar num futuro próximo[28].

(v) A proeminência americana não configura, no entanto, um mundo unipolar, *o futuro que se nos apresenta será seguramente multipolar*. O actual ambiente internacional assume, pois, o cariz de uma hegemonia avalizada. Os Americanos, sabem que a liderança hegemónica é uma missão impossível, o que pretendem é pois manter o *status quo* como via para prolongar a dependência estratégica dos Aliados, nem que para isso seja necessário comprometer a construção da unidade política da Europa[29]. No entanto, a História não conhece impasses, o pólo Asiático é uma evidência e a evolução em direcção à concretização da união política no seio da UE far-se-à, mesmo num tradicional ritmo de *stop and go*, o que trará ao ambiente internacional maior equilíbrio. Dar-se-á seguramente, o ressurgimento do poderio russo que, no que concerne à segurança, terá que ser trazido para foruns multilaterais. Em síntese, digamos que há um conjunto de pólos de poder contestantes que se perfilam para, no momento próprio, assumir um maior protagonismo na cena internacional, contribuindo para uma eventual desocidentalização das relações internacionais. Por outro lado, para além dos pólos de poder emergentes: UE (e a Alemanha no seu seio), a China, o Japão e a Rússia, há ainda que contar com os novos poderes trazidos pela revolução global, que não deixarão de ter cada vez maior importância no relacionamento internacional, entre os quais destacamos: a sociedade civil organizada, a opinião pública mundial e os media[30] que demonstram uma tendência para se tornarem cada vez mais interventivas e condicionantes da acção dos governos e, por conseguinte, das decisões políticas e estratégicas.

(vi) As intervenções, resoluções internacionais estarão, pelo menos institucionalmente, nas mãos de *entidades sem identidade* que se têm vindo a designar por comunidade internacional, também ela de geometria variável. As crises que têm assolado o mundo no pós guerra fria mostram-no claramente: os EUA – assumindo nesta fase o papel de único pólo – têm procurado avalizar as suas iniciativas estratégicas com o "carimbo" da chamada comunidade internacional, uma nova personalidade das relações internacionais que conforme as conveniências é a ONU, a NATO, o G-8,[31] ou simplesmente o conformismo e seguidismo dos mais fiéis parceiros, papel

[28] Veja-se que foi necessário ir a Dayton no Ohio para realizar as negociações para a resolução do conflito na Bósnia.

[29] Ainda que o discurso oficial tenha vindo a vincar a necessidade de uma Europa mais forte no seio da NATO, as ambiguidades entre o discurso e a prática são, no entanto, evidentes.

[30] O recente caso de Timor Leste é um bom exemplo deste poder mobilizador.

[31] Os sete mais ricos e a Rússia.

que o Reino Unido tem desempenhado a preceito. A Guerra do Golfo, a crise dos inspectores e o envolvimento nos Balcãs, demonstram-no de forma inequívoca.

Por fim, apesar da indeterminação será que o futuro nos reserva tempos tão difíceis como augura Huntington? Não será pelo contrário como refere Bartley um século de "*desenvolvimento económico [que] conduz à exigência de autonomia individual (ou familiar); [em que] as comunicações instantâneas por todo o mundo reduzem o poder dos governos opressores; [em que] a difusão de Estados democráticos diminui o potencial para o conflito.*"?[32]

III. OS BALCÃS: RETROSPECTIVA HISTÓRICA

> "*Há na Europa espaços em que a geografia e a história se desafiam. É manifestamente, o caso dos Balcãs. Foi aí que o Mediterrâneo se fracturou. A fractura atravessa e divide a Jugoslávia; encruzilhada entre o Oriente e o Ocidente, fronteira entre os impérios oriental e ocidental, terreno do cisma cristão, linha de partilha entre a cristandade latina e a ortodoxia bizantina, entre a cristandade e o islão.*"
>
> Carlos Santos Pereira [33]

1. DO SÉC. IV À I GUERRA MUNDIAL

A difícil história dos balcãs começa em finais do século IV quando, pouco antes de morrer, o Imperador romano Teodósio repartiu o império entre os seus dois filhos, traçando uma linha de fronteira do Danúbio ao Adriático, seguindo o curso dos rios Savo e Drina e terminando na foz do Catar. Esta separação originou a constituição de dois Impérios distintos que historicamente virão a definir a divisória entre duas civilizações: (i) o Império do Oriente, foi entregue ao primogénito, compreendendo em traços gerais, o território hoje ocupado pela Albânia, o Montenegro e a Sérvia; (ii) o Império do Ocidente, composto pela Croácia, grande parte da Bósnia e pela costa da Dalmácia até Dubrovnic, coube na partilha ao seu segundo filho. Esta partilha implicou, para além de uma separação territorial, uma

[32] BARTLEY, Robert L., in A.A.V.V.,op. cit., pp. 52.
[33] PEREIRA, Carlos Santos, DA JUGOSLÁVIA À JUGOSLÁVIA: OS BALCÃS E A NOVA ORDEM EUROPEIA, Edições Cotovia, 1999, pp. 24.

separação religiosa e cultural, tendo ficado o Oriente na dependência do patriarca de Constantinopla e a parte ocidental ligada ao bispo de Roma.

A partir do sec VI, a região foi invadida pelos eslavos que passaram a dominar uma vasta área, que corresponde aproximadamente à que ocupava a ex-Federação Jugoslava e mais algumas regiões da Bulgária. Os invasores adoptaram a cultura e as religiões dos seus novos territórios: na Croácia e na Bósnia o ritual católico e o alfabeto latino; na Sérvia, na Bulgária e no Montenegro, o ritual ortodoxo e o alfabeto cirílico. As diferenças de rituais e práticas religiosas foram conduzindo a conflitos cada vez mais intensos entre os dois povos, particularmente durante os séculos X e XI, resultando em 1054 no cisma entre ortodoxos e católicos.

Em meados do sec XIV, inicia-se a invasão turca dos Balcãs. A batalha do Kosovo, em 1389, decisiva para o controlo da região, assinala a conquista da Sérvia pelos turcos e a consequente perda da independência assumiu a dimensão de tragédia nacional. O domínio turco sobre os Eslavos do Sul durou cerca de cinco séculos, durante os quais as fronteiras foram sofrendo sucessivos ajustamentos, consequência das disputas entre os Impérios Otomano e de Habsburgo que dominavam praticamente toda a região.

Nos finais do sec XVIII, os limites entre os Impérios começaram a deslocar-se para sul, fixando-se em 1739 no rio Savo, no Danúbio e nos cumes dos Alpes Dináricos. Esta linha de fronteira separou até 1878 o Império Otomano dos seus vizinhos cristãos, coincidindo exactamente com as fronteiras entre as Repúblicas da Bósnia e da Croácia.

Os otomanos, regra geral, não procuravam converter os seus súbditos, não impedindo as suas práticas religiosas e deixando que estes se organizassem sob a autoridade do seu clero. No entanto, em algumas regiões, por razões de segurança, estimularam nas populações a prática do Islão, introduzindo-se assim na região Balcânica uma terceira religião, a muçulmana. Foi neste contexto que o povo Albanês, com a excepção duma pequena minoria a norte que continuava católica e outra ortodoxa a sul, foi"forçado" a islamizar-se. Porém, os ortodoxos sérvios mantiveram a sua religião e tiveram, a partir de 1557, o seu próprio patriarca em Pec no Kosovo independente do patriarca grego de Constantinopla. Esta identificação entre a nação e a igreja manteve-se desde sempre profundamente enraízada no povo Sérvio e o confronto com os muçulmanos marcará todos os desenvolvimentos históricos na região.

Entre todos os povos balcânicos, os ortodoxos sérvios destacaram-se desde sempre pela sua vocação guerreira, sendo por isso utilizados pelos austríacos na defesa dos seus territórios, o que deu origem a constantes migrações de sul para norte, que envolveram mais de metade da população

camponesa servo-croata. Foram então criados os Confins Militares[34], principal razão do estabelecimento dos sérvios por vastas zonas da região Balcânica, dado o facto destes se terem constituído, desde sempre, aguerridos opositores à expansão Turca. As disputas entre os Impérios conduziram a constantes fluxos e refluxos dos povos Sérvios levando a que estes se tenham tornado progressivamente minoritários em determinadas regiões, como é o caso do Kosovo e da Macedónia, ao mesmo tempo que a sua permanência crescia em regiões muito afastadas do seu território de origem, como a Bósnia e a Croácia.

As constantes migrações do povo Sérvio, explicam o facto de a consciência nacional e a sua coesão serem relativamente independentes de um território em concreto. Aqui reside o cerne da problemática Balcânica: Croatas, Bósnios e Albaneses estão enraízados num território específico, ao passo que os Sérvios se organizaram numa espécie de diáspora.

Também Napoleão Bonaparte contribuiu para a instabilidade Balcânica quando, em 1809, no prosseguimento da sua saga expansionista, anexou a Eslovénia e a Dalmácia, mantendo-as sob o seu domínio com a designação de províncias ilíricas[35] até ao momento em que o Congresso de Viena fez recuar a França às suas antigas fronteiras. Este acontecimento, está na origem do movimento de libertação dos Eslavos do Sul – movimento ílirico – que juntou Croatas, Sérvios e Eslovenos na resistência contra as tentativas hegemónicas e centralistas do Império de Habsburgo. É deste movimento e devido à contestação à ocupação Francesa das províncias ilíricas que nasce a ideia "jugoslava", que tinha subjacente o princípio de unir sob a mesma bandeira diferentes povos da região, no pressuposto de que as diferenças culturais, religiosas e étnicas não constituíam obstáculo à vida em comum.

Em 1815, consequência da resistência que os Sérvios opõem aos Turcos, é-lhes concedida uma relativa autonomia que conduz, inclusivamente, ao reconhecimento do seu líder Obronovic[36], como Príncipe da Sérvia. No último quartel do século, coincidindo com a expansão do seu território para Sul, o povo Sérvio libertou-se totalmente do domínio Turco, continuando mesmo assim a sua expansão, agora para Sudeste. Em 1878, na

[34] Posições defensivas construídas pelo Império da Áustria na linha de fronteira e defendidas pelos sérvios.

[35] ROJO, Alfonso, JUGOSLÁVIA HOLOCAUSTO NOS BALCÃS - A AGONIA DE UM ESTADO E A RAZÃO PORQUE SE MATAM ENTRE SI OS SEUS HABITANTES, Editorial Inquérito, 1992, pp. 31.

[36] Apelido da dinastia que reinou a sérvia entre 1815 a 1903, com excepção do período de 1842 a 1858.

Conferência de Berlim[37], foi confirmada a independência da Sérvia, proclamando-se Obronovic rei que impôs ao país um regime autoritário. O massacre da família real em 1903, por razões que se prendem com o seu enfeudamento à Áustria, conduz ao poder os Karageorgevic que dotaram o país de uma constituição liberal e se desvincularam da Áustria.

Após as guerras balcânicas – 1912/1913 – data em que se dá a integração de Macedónios, Albaneses e Muçulmanos, a Sérvia perdeu o seu carácter de Estado unitário e homogéneo, tanto no plano étnico, como religioso.

2. O ENTRE GUERRAS

No rescaldo da I Guerra Mundial desagregaram-se os Impérios Otomano e Austro-Húngaro dando origem ao nascimento de vários países. Nos Balcãs nasceu em 1918, como resultado do Tratado de Versailhes, o reino da Sérvia, aglutinando sob a mesma bandeira todos os Eslavos do Sul: Croatas, Eslovenos e Sérvios. O novo Estado assentava na ideia "Jugoslava"[38], afinal o princípio subjacente ao movimento ilírico. No entanto, contraditoriamente à ideia "jugoslava", tal como era apresentada, a liderança Sérvia procurou introduzir no novo Estado o culto dos valores do povo Sérvio. Os Sérvios, para além do culto quase fanático dos seus heróis, dos seus valores culturais e religiosos, achavam-se merecedores de um certo direito à diferença de cunho marcadamente chauvinista relativamente aos outros povos constituintes do Reino da Sérvia.

Esta estratégia resulta na instabilidade do novo Reino, consequência das disputas étnicas, levando o rei Alexandre, em 1929, a suspender a Constituição ao mesmo tempo que lhe alterou o nome para Reino da Jugoslávia. Proclamou, de seguida, um regime de cariz autoritário, na linha do movimento fascizante que entretanto se propagava por várias regiões da Europa, acabando por ser assassinado em 1934 por elementos da resistência – ustachis –[39], líderados pelo Croata Pavelic.

3. A II GUERRA MUNDIAL

Em Março de 1941 a Jugoslávia, que até aí tinha mantido uma relativa neutralidade, assina o pacto tripartido. O exército Sérvio profundamente

[37] As grandes potencias reconhecem a independência da Sérvia, intervêm na destribuição dos territórios do Império Otomano e autorizam a ocupação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria.

[38] Termo usado em substituição do ilírico proibido pelos Austríacos e que consubstanciava a união dos Eslavos do Sul (sérvios, croatas e eslavos).

[39] Milícias do Partido Croata do Direito considerados rebeldes de inspiração nazi.

anti-germânico[40], não satisfeito com a atitude do Príncipe, leva a efeito um golpe de Estado depondo o Regente que havia assinado o Pacto. Hitler considerou esta atitude uma ofensa pessoal e poucos dias depois invade os Balcãs, conseguindo em pouco tempo levar o exército Sérvio à rendição. O país foi retalhado e repartido entre Italianos, Alemães e Búlgaros. Do que restou, os nazis formaram o Estado independente da Croácia, ao qual anexaram a Bósnia e o território da Sérvia reduzido às suas fronteiras anteriores a 1912, i.e., sem a Macedónia, o Kosovo e a Voivodina.

Pavelic, o líder dos ustachis assumiu a direcção do Estado independente da Croácia estabelendo uma aliança com a Alemanha nazi, instalando no país um clima de repressão, terror e vingança de que foram principais vítimas os ortodoxos sérvios.

Fazendo juz ao seu ancestral espírito de luta contra a opressão, foi na região Balcânica que, em primeiro lugar, apareceram os movimentos de resistência contra a ocupação nazi. Os "cheniks"[41] e os "partizan"[42], dois movimentos de guerrilha de raízes e ideologias distintas, começaram desde cedo a confrontar os nazis, contribuindo decisivamente para a libertação da região. Neste período, os Balcãs foram palco das mais ferozes atrocidades e lutas fracticídas, consequência de vinganças e ódios ancestrais, praticadas pelos três movimentos que disputam a liderança da região: ustachis, partizan e cheniks. No entanto, os ataques mais violentos foram praticados sobre os Sérvios, assumindo o cariz de uma verdadeira limpeza étnica que necessariamente deixou marcas que se perpetuaram e que são visiveis na actual situação na região.

4. DO TITISMO À DESAGREGAÇÃO

No rescaldo do segundo conflito mundial, foi criada a República Socialista Federada da Jugoslávia, liderada por Josic Broz "Tito", que integrava seis Repúblicas – Croácia, Eslovénia, Montenegro, Macedónia, Sérvia e Bósnia – e duas províncias autónomas – a Voivodina e o Kosovo – integradas na Sérvia.

Foi com esta configuração que a Jugoslávia conheceu durante 35 anos um período de relativa estabilidade, sob a direcção dura do Marechal Tito, que conseguiu, devido ao seu respeitável passado como lutador contra

[40] É preciso notar que a Sérvia havia sido ocupada durante a I Guerra Mundial por Alemães e Búlgaros.

[41] Nome dado à formação de guerrilha Sérvia desde os tempos das lutas contra os turcos.

[42] Movimento de resistência do PCJ – Partido Comunista Jugoslavo sob a liderança do croata Tito.

ocupação Nazi e através de um regime ditatorial, manter a unidade de um mosaico étnico, cultural e religioso complexo.

A política de não alinhamento de que foi um dos percurssores e a adopção do modelo económico designado por autogestão, oposto ao modelo estatizante e centralista seguido pela URSS, permitiu-lhe relançar o País num relativo progresso e desenvolvimento económico, que atingiu o seu auge nos anos sessenta. As tensões internas e os focos de instabilidade e de disputas étnicas, que nunca deixaram de existir, foram sendo controladas pela mão firme do regime.

Com o objectivo de calar as vozes descontentes e, em certa medida, de preparar a sua sucessão, Tito fez aprovar em 1974 uma nova Constituição que reforça o modelo económico e o federalismo, dando mais poderes às províncias autónomas do Kosovo e Voivodina. O reforço da autonomia e o aprofundamento da autogestão tinha também como objectivo conter a tendência natural dos Sérvios para a hegemonia, reivindicado através do seu estatuto de Nação maioritária. A Constituição de '74 procurava também, por outro lado, controlar a tentação de recuperação da ideia "jugoslava" – apenas inclusiva para Sérvios, Eslovenos e Croatas – que servia essencialmente aos Sérvios, bem como conter as tentações nacionalistas. Neste sentido, a estratégia do regime foi sempre enfatizar a especificidade de cada nacionalidade, tendo como pressuposto a ideia de que a unidade do conjunto só seria possível através do reconhecimento do seu carácter multinacional e de que à autogestão competia transformar o Estado Jugoslavo numa comunidade de interesses económicos, por forma a evitar as tentações centrífugas.

O sistema faliu, dada a sua complexidade e as contradições que o enformavam. Tito procurou resolver as contradições nacionais através da imposição de um sistema económico e do reforço da autonomia das repúblicas e províncias. Este último movimento resultava, ao mesmo tempo, num esvaziamento do poder do Estado Federal que acabou por ficar reduzido a uma função de arbitragem autoritária de clivagens, limitando, assim, a sua função de garante da coesão nacional.

O sistema dificilmente resistiria ao desaparecimento de Tito, dada a falta de democraticidade e à falência do sistema económico. Com a sua morte em 1980 inicia-se o processo de contestação interna. O fim do comunismo em 1989 acelerou o processo desintegrador, com as consequências por todos nós conhecidas.

Durante o processo de desintegração, a Sérvia, a maior, mais poderosa e mais populosa das Repúblicas, desponta de novo para o protagonismo sob a liderança de Slobodan Milosevic, que preconiza um nacionalismo retrógrado

e de cunho marcadamente expansionista, lançando toda a região no caos e na tragédia. Esta liderança, a par da grave crise económica que o País atravessava, exacerbou de forma incontrolável as tendências cessionistas das Repúblicas que viam com desconfiança as pretensões hegemónicas da Sérvia.

Na verdade a implosão do comunismo não só criou, na Europa Central e de Leste, a oportunidade para a democratização e a reforma económica em direcção a uma economia de mercado, como também, libertou nações e povos que durante décadas foram inibidos de se afirmarem através da condução dos seus próprios destinos. As transições para a democracia, em muitos casos apressadas e mal conduzidas, foram acompanhadas pela desagregação dos Estados Federais. O mapa político da Europa expressa bem essa realidade.

Este sintético percurso histórico que realizámos demonstra bem que o século XX se inicia e termina nos Balcãs e é lá, mais uma vez, que no início do século XXI se esboçam as incertezas e se colocam os desafios quanto ao futuro da Europa.

IV. O CONFLITO DO KOSOVO: ANTECEDENTES E MOTIVAÇÕES

> *"A questão nacional está de novo na ordem do dia no nosso continente. Sacode a Europa de Maastricht, a da integração e da supranacionalidade; mas corrói sobretudo a outra Europa, [...] que vive a experiência da desagregação e do nacionalismo."*
>
> Stéphane Pierré-Caps[43]

1. O KOSOVO E O DIFÍCIL RELACIONAMENTO ENTRE SÉRVIOS E KOSOVARES

O Kosovo é uma pobre região a sul da Sérvia, com cerca de 2 milhões de habitantes dos quais cerca de 90% são de origem Albanesa, que se reclamam como legítimos descendentes dos antigos ilíricos. É igualmente reclamado pelos Sérvios, que consideram o território como o berço da sua nacionalidade. Relacionado com esta reivindicação está o acontecimento mais significativo da história Sérvia: a lendária e mítica batalha do Kosovo

[43] PIERRÉ-CAPS, Stéphane, A MULTINAÇÃO – O FUTURO DAS MINORIAS NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL, Instituto Piaget, 1995, pp. 9.

de 1389, que assumiu para os Sérvios a dimensão de uma tragédia nacional, uma vez que foram derrotados pelos Turcos, abrindo-se assim o caminho ao avanço do Império Otomano em direcção à Europa Central e do Norte.

Instalados no Kosovo desde o sec. VI, os Sérvios, durante a ocupação muçulmana, foram vítimas de perseguições e repressão por parte dos Albaneses, que conduziram a grandes movimentos migratórios para outras regiões a norte do Sérvia, que permitiram que os Albaneses se fossem progressivamente tornando na étnia maioritária no Kosovo.

Durante a ocupação foram retirados aos Sérvios todos os direitos e os muçulmanos assumiram o seu domínio sob a província. Aquando da reconquista, em 1912 após as guerras balcânicas, a situação inverteu-se e passaram a ser os Albaneses as vítimas das perseguições e da repressão violenta por parte dos Sérvios.

Durante o Titismo os problemas foram, de certo modo controlados, mas com o desaparecimento do carismático líder, velhos fantasmas, velhos e novos problemas emergiram, trazendo novamente o caos, a desgraça e a tragédia à região balcânica.

Os atentados, as perseguições e a repressão, perante a complacência das autoridades policiais e governamentais, controladas pelos Albaneses, levam a mais um êxodo da população Sérvia do Kosovo. O incêndio do Patriarcado ortodoxo de PEC, em 1981, constitui o início de um ciclo de violência sobre a minoria sérvia, que subiria em espiral.

Milosevic, um político astuto, ganhava protagonismo e começava a despertar cada vez mais simpatias junto da população Sérvia, explorando demagogicamente a situação da minoria sérvia no Kosovo e em outras regiões as ex-República Federal Jugoslvava, através de um discurso de cunho nacionalista e expansionista. Trazia de novo à ribalta política balcânica a ideia de construção da "Grande Sérvia" expressa no célebre Memorando que se constituiu como guia da luta Sérvia.

Este documento de cariz ultra-nacionalista foi redigido em 1986 por um grupo de intelectuais Sérvios, constitui a principal referência ideológica da luta de Milosevic e dos radicais. Defende o princípio de que a nação está onde estão os seus membros, ou numa versão mais extremista onde se encontram os túmulos dos seus antepassados e desenvolve-se como reacção ao quadro Constitucional de 1974, em que Tito concede mais autonomia às províncias do Kosovo e de Voivodina. A integridade da nação Sérvia e a preservação da sua cultura e identidade, onde quer que se encontrem os seus membros, constitui segundo os mentores do Memorando, o desígnio nacional Sérvio só atingido aquando da construção do seu Estado nacional – A GRANDE NAÇÃO SÉRVIA.

Em Abril de 1987 a situação era muito tensa na província do Kosovo, sérvios e kosovares, confrontavam-se permanentemente nas ruas da capital, o que levou a que dirigentes de Belgrado se deslocassem a Pristina para procurar resolver a crise. Nesta fase o movimento independentista, de contestação e as disputas étnicas assumiam proporções alarmantes.

A situação de autonomia das províncias do Kosovo e da Voivodina inverteu-se, a partir de 1989, quando Milosevic na agonia da Federação conseguiu fazer aprovar uma emenda constitucional, que lhes retira a autonomia.

2. O SEPARATISMO ALBANÊS

O nacionalismo albanês nasce em 1878 com a criação da Liga de Prizren ao mesmo tempo que a Sérvia se libertava da dominação turca. Separado da sérvia até 1878, o Kosovo só a volta a integrar após as guerras balcânicas, altura em que os albaneses (muçulmanos) eram maioritários na província, dado que ao longo dos séculos, foram ocupando o espaço deixado vago pelos Sérvios, levados pela aventura da guerra e pela fuga à dominação Turca.

Durante o segundo conflito mundial, o Kosovo é anexado pelas tropas de Mussolini, criando-se deste modo a Grande Albânia. No entanto, o Kosovo foi reconquistado em 1945 por Tito e passou a integrar a República da Sérvia, embora com um estatuto de autonomia.

A separação entre sérvios e albaneses é então histórica e o nacionalismo albanês tem uma longa tradição. Sempre latente, volta a manifestar-se fortemente no Kosovo aquando da sua perda de autonomia em 1989, período a partir do qual os kosovares foram submetidos a um regime despótico por parte da minoria Sérvia, sujeitos à mais violenta repressão e perseguições, passando todo o controlo da administração para as mãos da minoria.

A sensível questão kosovar, manteve-se num certo estado de letargia durante o período em que decorreu o conflito da Bósnia, apesar da situação na província evidenciar um preocupante estado de degradação. Os kosovares mantinham a secreta esperança de que as negociações relativas ao conflito da Bósnia contemplassem igualmente a situação na província. No entanto, os acordos de Dayton[44] ignoraram o problema na nova arrumação Balcânica, ao assumirem o reconhecimento por parte da Comunidade Internacional da República Federal da Jugoslávia que reunia a República da Sérvia e do

[44] Assinados em Paris por, Frnjo Tudjman representante dos croatas, Alija Izertbgovic representante dos muçulmanos bósnios e Slobodan Milosevic pelo lado dos sérvios.

Montenegro, provocando a decepção junto dos líderes kosovares e o crescimento da instabilidade e da conflitualidade entre os dois grupos rivais.

Estão lançados os dados – perda de autonomia do Kosovo e o reconhecimento da República Federal da Jugoslávia que incluia o Kosovo não autónomo – que conduziram à proclamação unilateral e clandestina da independência do Kosovo em Maio de 1992 e à criação em 1997 do UCK[45], dando origem à criação de um Estado paralelo dentro da Sérvia. Estava assim criado o movimento de guerrilha albanesa e iniciava-se a luta entre sérvios e kosovares, que tem como resultado uma autêntica limpeza étnica.

3. MOTIVAÇÕES DE CARACTER ÉTNICO E RELIGIOSO

Os conflitos emergentes na Europa Central e de Leste – de que o Kosovo não é excepção – resultam da emergência do nacionalismo e de motivações de carácter étnico e religioso. Trata-se de um nacionalismo retrógrado, aquele que procura fazer coincidir as fronteiras étnicas com as fronteiras políticas, reivindicado por grupos étnicos submetidos durante décadas ao jugo de regimes autoritários que os integraram em espaços delimitadores de fronteiras, resultantes de divisões territoriais arbitrárias saídas dos dois conflitos mundiais.

O fim da guerra fria ditou a emergência deste tipo de reinvidicações. Acabado que foi o regime totalitário e iniciados os processos de transição para a democracia, o inimigo de então, foi substituído pelo "Outro" [46] identificado naquele que não fala a mesma língua e não segue o mesmo credo religioso. É esta a característica dominante do nacionalismo que emergiu com brutalidade na Europa Central, explorado por políticos ambiciosos e pouco escrupulosos, de que a Ex-Jugoslávia constitui exemplo dramático.

Uma das causas geradoras da tensão e conflitualidade latente e activa na Europa do Leste e Central, situa-se na problemática das minorias étnicas, das razões históricas e do confronto de religiões que marcam civilizações distintas.

Os Estados ocidentais, foram constituídos a partir da ideia de Estado-Nação, partindo do princípio da construção de sociedades homogéneas em que as fronteiras geográficas tendem a coincidir com as fronteiras da nacionalidade, e em que no caso de Estados multinacionais, como a Bélgica e a Suiça, formas federais e a democracia garantem igual autonomia para os

[45] Exército de Libertação do Kosovo.
[46] PIERRÉ-CAPS, Stéphane, op. cit., pp. 58.

diferentes grupos. Contrariamente, na Europa Central e de Leste o processo constitutivo do Estado foi radicalmente diferente, dado que a entidade política prevalecente até ao inicio do sec. XX foi o império multinacional, agrupando múltiplas e diversas nacionalidades cujas tendências centrífugas foram sendo contidas. Estes Estados formam, assim, realidades políticas multinacionais, constituídas por fragmentos étnicos que apresentam tipologias diferentes: (i) aqueles em que as etnias coabitam sem que o grupo dominante reivindique para si o domínio; (ii) outros em que o Estado pratica a cultura de nação dominante. [47]

A problemática entre sérvios e kosovares enquadra-se neste segundo caso e no princípio da existência de minorias que prolongam uma "nação vizinha"[48]. Se, por um lado a maioria da população é Albanesa, é também no Kosovo que se entronca o mito da constituição da grande nação que alimenta a memoria colectiva sérvia, desde 1389 aquando da batalha do Kosovo.

Será justo reconhecer que de todos os povos balcânicos, foram os sérvios os que mais sofreram nas disputas entre os Impérios Otomano, Habsburgo e Austro-Húngaro. Fugindo às perseguições turcas, ou usados pelos austríacos na defesa avançada das fronteiras guarnecendo os CONFINS, só no sec XIX conseguiram adquirir o estatuto de Estado-Nação.

A fragmentação e dispersão das minorias sérvias por toda a região balcânica encontra, assim, explicação: por um lado, nos constantes fluxos migratórios resultantes das disputas imperiais; e, por outro, nos arranjos territoriais no seio da República Federada, com o objectivo de conter o predomínio sérvio, com especial incidência a partir da alteração constitucional de 1974.

Os acontecimentos recentes consubstanciam-se numa forma extremista de irredentismo que tem subjacente a exclusão do "Outro"[49], construindo, deste modo, um Estado à custa de um reordenamento territorial com o fim último de reunir todos os membros da nação no seio de um único Estado. Neste contexto, fazer coincidir o Estado com a Nação, mito da GRANDE NAÇÃO SÉRVIA só é possível através da violência, da exclusão, do extermínio dos grupos que constituem obstáculos a esse desígnio.

[47] Idem, pp. 19.
[48] Ibidem, pp. 20.
[49] Ibidem, pp. 58.

V. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO

"Faute d'Europe – ou des volontés européennes – voici donc l'OTAN qui, à la demande des Européens, une fois de plus sous le leadership des États-Unis, décide d'intervenir et entreprend de bombarder les Serbes et, au passage, ceux qui les entourrent.. Voici donc la guerre déclarée, "drôle de guerre" en vérité menée sans aucune réflexion prospective. L'OTAN déclenche ses bombardements sans avoir, semble-t-il, un instant réfléchi ni aux moyens qu'exige un tel conflit ni aux conséquences qui peuvent en résulter ni aux solutions ultérieures qui pourraient être adoptées au profit d'une paix durable dans une région en proie à des tensions aussi anciennes que profondes."

Hugues de Jouvenel[50]

1. A INTERVENÇÃO DA NATO

Bismarck dizia a respeito da sempre presente questão dos Balcãs: "*a região no seu todo não vale os ossos dum granadeiro da Pomerânia*"[51]. Estadista de grande envergadura, opôs-se sempre ao envolvimento alemão na região. O mesmo não aconteceu com os seus menos capazes sucessores que a respeito de problemas menores, disputas na Sérvia entre austríacos, russos e turcos, conduziram a Europa, durante o século XX, a dois conflitos que incendiaram o Continente. A História pareceu querer repetir-se na transição do milénio, consequência da intervenção da Aliança Atlântica no Kosovo por razões que, substantivamente, não diferem muito das que deram origem aos conflitos anteriores.

O aumento da intensidade do conflito entre sérvios e kosovares, verificada no inicio de 1998, levou à deslocação de um forte contingente do exército sérvio para o Kosovo, com o nítido objectivo de aniquilar o UCK e calar a contestação da população albanesa no Kosovo relativamente à autoridade de Belgrado. A intensificação dos combates e a barbárie que caracterizava as acções, quer de um, quer do outro lado, deram origem a fluxos massivos de refugiados para os países vizinhos, que indiciavam estar-se em presença de uma verdadeira catástrofe humanitária[52]. Este facto, associado à depuração étnica que sérvios e kosovares conduziam sem

[50] In, *L'Europe Impuissante*, Futuribles, Abril de 1999.

[51] KISSINGER, Henry, op.cit., pp. 540.

[52] Segundo o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, o volume de refugiados/deslocados tinha atingido em Agosto/Setembro de 1998 o número de 300.000.

escrúpulos, despertou a comunidade internacional – nomeadamente por intermédio da ONU, da OSCE e também da NATO – para a necessidade de tomar medidas que pusessem fim a uma situação que colocava em perigo a estabilidade e a segurança de toda e a região.

É neste quadro que o Conselho de Segurança das Nações Unidas fez aprovar as resoluções 1160, 1199 e 1203, de 30 de Abril, 23 de Setembro e 24 de Outubro de 1998, respectivamente. De teor bastante diferenciado, embora apelando a um mesmo objectivo – a cessação das hostilidades e início do diálogo entre as partes –, estas resoluções espelham bem o tipo de preocupações que foram mobilizando a comunidade internacional. A primeira resolução (1160) limitava-se a constatar a situação no terreno e, grosso modo, sugeria às partes em conflito que iniciassem o diálogo e implementassem as acções indicadas pelo Grupo de Contacto[53], bem como avançava com a necessidade de enviar para o terreno uma missão de observadores da OSCE. A segunda resolução (1199) traduz melhor as preocupações da comunidade internacional centradas nos 230.000 deslocados e no fluxo de refugiados no Norte da Albânia, Bósnia Herzegovina e noutros países da Europa, bem como na catátrofe humanitária no território do Kosovo e nas constantes violações dos direitos humanos. A terceira resolução (1203) aprovada após o estabelecimento dos acordos que permitiram a implementação de missões de verificação da aplicação dos conteúdos da resolução 1199 levadas a cabo pela OSCE[54] e pela NATO[55], expressava particular preocupação, não só face à situação humanitária, mas também face à limitação das actividades da comunicação social independente no território.

Neste quadro, a comunidade internacional receava sobretudo a pressão dos fluxos de refugiados sobre outros países da Europa, bem como sobre zonas da região ainda instáveis; por outro lado, era particularmente evidente a questão humanitária.

Em paralelo à pressão política adoptada pela ONU sobre Belgrado, a NATO iniciou desde logo a elaboração de planos de contingência para fazer face a uma eventual intervenção militar, a desenvolver segundo um conceito de operações faseado e implementado à medida que as circunstâncias o exigissem. Numa primeira fase, a Aliança optaria pela utilização de meios de vigilância aérea não armados que, a qualquer momento, poderia ser seguida por outra em que alvos previamente seleccionados começariam a ser atingidos procurando evitar danos colaterais. O uso da força seria assim

[53] Constituído pela França, Alemanha, Itália, Federação Russa, Reino Unido e EUA.
[54] Assinado em 16 de Outubro de 1998.
[55] Acordadas em 15 de Outubro de 1998.

progressivo podendo, a qualquer momento e, desde que as condições a isso aconselhassem, ser suspenso.

Pouco tempo antes do início da operação, o emissário americano Richard Hollbrooke e Slobodan Milosevic chegam a uma plataforma de entendimento que, em linhas gerais, garante a integridade territorial da Jugoslávia e o respeito pelos direitos das minorias, assim como, a colocação de observadores internacionais no âmbito da OSCE que, em complemento com as missões de observação aérea da NATO, fiscalizariam no terreno o cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança da ONU[56]. Este acordo alcançado *in extremis* originou a suspensão das acções aéreas sobre a Jugoslávia, salvo no que se referia aos voos de reconhecimento. No entanto, prevendo a possibilidade de degradação da situação, a NATO desenvolveu a constituição de uma "Força de Extracção"[57] posicionada na Macedónia pronta para actuar em caso de necessidade.

Mas a situação no terreno não conhecia sinais de regredir, pelo contrário, os incidentes continuavam, a situação humanitária ia assumindo proporções que inquietavam de modo crescente a comunidade internacional. Perante um quadro conflitual que não mostrava indícios de cessar e, constatado o incumprimento das resoluções da ONU por ambas as partes, o Grupo de Contacto impôs às partes, em 29 de Janeiro de 1999, a realização de conversações que permitissem chegar a um acordo que pusesse fim à conflitualidade.

Estas conversações foram iniciadas em 6 de Fevereiro de 1999. À partida, os principais pontos de discordância eram: pela parte dos kosovares, a recusa do UCK aceitar o seu próprio desarmamento em simultâneo com o cessar fogo e; pela parte dos sérvios, a não aceitação da presença de tropas de manutenção de paz no Kosovo. O plano geral de paz gizado pelo "Grupo de Contacto" visava alcançar um consenso relativamente à continuação do estatuto autonómico da província do Kosovo, como parte integrante da Sérvia, pelo menos nos três anos seguintes, bem como, a descentralização de algumas competências para a província, nomeadamente no que se referia à administração interna e justiça.

No final do prazo determinado pelo Grupo de Contacto não foi conseguido qualquer avanço no processo, pelo que foi marcada uma nova ronda negocial para 15 de Março de 1999. Esta segunda ronda de conversações constituiu um novo insucesso, já que sérvios e kosovares voltaram a não se entender sobre os pontos mais sensíveis, sendo,

[56] Aprovadas na Resolução 1203 do Conselho de Segurança da ONU.

[57] Sob comando francês e composta por 1700 homens entre franceses, britânicos, alemães, italianos e holandeses.

particularmente marcante, a intransigência Sérvia quanto à presença de tropas de manutenção de paz no terreno e quanto à rejeição de um futuro referendo sobre a independência da província do Kosovo. Acabou por ser assinado um acordo unilateral, entre os kosovares e os mediadores ocidentais, uma vez que o representante russo e a delegação Jugoslava se recusaram a fazê-lo.

No entanto, enquanto decorriam as conversações, não cessaram as violações ao acordo de Outubro de 1998. Os 1300 observadores da OSCE destacados no Kosovo retiraram para a Macedónia, perante a eminência de um ataque da NATO.

Registou-se, ainda, uma última tentativa diplomática por parte do representante americano em Belgrado que, mais uma vez, se mostrou infrutífera. Na sequência, em 24 Março de 1999, a NATO desencadeou a "Operação Força Aliada", uma operação militar limitada que decorreu em três fases, com recurso exclusivo à estratégia aérea e que tinha como objectivos fazer parar a limpeza étnica, destruir a capacidade militar da Jugoslávia e obrigar o líder sérvio a assinar os acordos de Rambouillet. Para isso contava-se com a precisão das munições inteligentes para evitar baixas na população e danos colaterais, bem como com a eficácia do plano, que se previa que em dois três dias ou no máximo uma semana, faria vergar o líder Sérvio.

Implementada à revelia do Conselho de Segurança da ONU, esta intervenção da NATO caracterizou-se pela polémica que gerou. Ao colocar a ONU numa posição muito delicada suscitou de imediato reacções violentas por parte da Rússia e da China, membros permanentes do Conselho de Segurança, que condenaram o uso da força e alertaram para o perigo de alastramento do conflito e da instabilidade na Europa. Com efeito, a acção militar da NATO violava a Carta das Nações Unidas e o Acto Fundador[58], levando a Rússia a suspender de imediato a cooperação com a NATO, a cessar a sua participação no âmbito das Parcerias para a Paz e a repatriar os seus observadores que integravam a missão da OSCE no Kosovo.

Para agravar a polémica, a acção, prevista para ser rápida e cirúrgica e tendo como objectivo levar Milosevic a ceder às pretensões dos EUA e da Nato, prolonga-se para além do previsto, por 78 dias de bombardeamentos intensos. Entretanto, o número dos deslocados da guerra continuou a aumentar e os danos colaterais ultrapassaram os limites do aceitável e do previsto, levando alguns sectores da opinião pública mundial a questionar

[58] Assinado em Maio de 1997 entre a NATO e a Rússia, com o objectivo de definir uma co-responsabilidade na gestão da Paz.

não apenas a oportunidade da intervenção, mas também a estratégia utilizada.

As forças sérvias no terreno aproveitaram para, no meio da confusão generalizada, continuar o seu trabalho de limpeza étnica e de neutralização dos redutos do UCK, levando muitos a considerar que a intervenção do ponto de vista humanitário poderia revelar-se contraproducente. Concomitantemente, os kosovares resistiam e preparavam-se para o futuro, ordenando uma mobilização geral de todos os indivíduos entre os 18 e os 50 anos, ao mesmo tempo que anunciavam a criação de um governo e que exigiam novamente a independência da província.

Ao fim de 78 dias – em 10 de Junho de 1999 – o CSNU, através da sua Resolução 1244, estabelece os princípios em que assenta o cessar fogo no Kosovo, foram finalmente suspensos os bombardeamentos graças a um acordo em que Russos e Finlandeses desempenharam um papel da maior importância.

Aquela resolução foi baseada nos princípios gerais definidos na reunião do G-8, realizada em Bona em 6 de Maio que permitiu, não só a suspensão dos bombardeamentos pelas forças da Aliança, mas também a entrada no Kosovo de tropas terrestres da NATO e a retirada do território de todas as forças militares e paramilitares, bem como o regresso em segurança dos refugiados. O acordo alcançado é suficientemente ambíguo para contentar Sérvios e Albaneses. Foi estabelecido um prazo de retirada do Kosovo de todas as forças militares e paramilitares da Sérvia e a dismilitarização do UCK, ao mesmo tempo que a KFOR dispunha de toda a autoridade para tomar as medidas conducentes ao estabelecimento de condições de segurança para todos os cidadãos, incluindo o uso da força militar. Esta força a instalar no Kosovo ficaria sob comando único, sendo a província dividida em cinco zonas, cada uma delas atribuída a um país participante.

2. A NATO NO KOSOVO: dos princípios aos interesses

Justificada pela necessidade de pôr cobro à catástrofe humanitária provocada pela repressão Sérvia, a intervenção revela indícios de alguma hipocrisia, já que não cuidou de prevenir o drama vivido pelas populações da região durante os longos 78 dias de bombardeamentos. O conflito terminou após 11 semanas de bombardeamentos intensos deixando seriamente danificadas infra-estruturas vitais e a própria economia jugoslava.

Se a Rússia e a China repugnaram a intervenção da NATO, a maioria dos países da região, com uma ou outra excepção, apoiou-a. Uma operação

desta envergadura, não tem possibilidade de sucesso se não tiver o empenhamento de um núcleo duro da comunidade internacional e a adesão da opinião pública e, esta só é receptiva a intervenções sancionadas pelo único órgão com legitimidade para tal, a ONU. No caso em apreço, o sancionamento deste órgão estava à partida inviabilizado, pelo veto da Rússia e da China. Houve, portanto, necessidade de garantir o apoio através de uma bem montada campanha de informação.

A opinião pública é sensível à problemática dos direitos humanos, dos sofrimentos das populações, das chacinas e das depurações étnicas, pelo que não foi difícil garantir a sua adesão. A guerra da informação foi ganha *ad initio* pela NATO, os sérvios foram considerados os vilões e o comportamento dos kosovares, particularmente do seu braço armado o UCK, foi branqueado.

Acontece porém, que a intervenção se prolongou muito para além do inicialmente previsto e, à medida que o tempo passava, começou a ser notória uma evidente viragem da opinião publica, em particular, a partir do momento em que se tornou evidente que a intervenção militar, não só não tinha resolvido o problema humanitário, como lhe acrescentou novas situações, talvez mais dramáticas, que as que inicialmente lhe tinham sido apresentadas como móbil da intervenção militar. Esta tendência foi especialmente notória nos países europeus, particularmente na França, Grécia e Itália, onde a opinião pública se mostrou sensível aos impactes da intervenção e aos danos colaterais e começou a revelar indícios de menor apoio à estratégia da NATO. Tornava-se demasiado evidente que os objectivos políticos desta guerra nunca foram claramente explicados e que não foram usadas até ao limite outras formas de coacção que poderiam contribuir para uma solução diferente do conflito.

Na verdade, as razões mais profundas do drama balcânico têm de ser encontradas noutros domínios, que não exclusivamente de carácter humanitário. Numa sociedade cada vez mais global e interdependente o predomínio do factor económico sobre o político é uma realidade incontornável. Se nos textos das resoluções e nos discursos políticos a questão humanitária é invocada como principal preocupação da comunidade internacional, na prática todos sabemos que a intervenção da NATO tem seguramente também objectivos de outra natureza, nomeadamente económica. O presidente Clinton, numa das suas comunicações ao país e, no sentido de explicar, as razões porque um pequeno lugar escondido nos Balcãs, constituía um "interesse vital" dos EUA, levantou um pouco a ponta do véu. As razões avançadas situavam-se na necessidade de os EUA precisarem de uma Europa forte, unida, coesa e estável, para em segurança desenvolverem a sua economia.

O General Michael Jackson dissipou as dúvidas àqueles que, eventualmente, ainda as tivessem. Num *brieffing* aos jornalistas, em Junho de 1999, afirmou: "*Estamos aqui para coordenar a assistência aos refugiados e também para defender as vias de comunicação Este-Oeste e as rotas da energia*". Fez-se um pouco de luz sobre um dos objectivos políticos da guerra: no Cáucaso abunda o petróleo e o gás natural, bens preciosos para a Europa e para os EUA, que entretanto, em consequência do conflito na Tchetchénia, têm vindo a fugir ao controlo dos Russos. Por outro lado, para os interesses estratégicos do Ocidente é fundamental a estabilidade na região, não sendo conveniente a emergência de uma potência regional, como a República Federal da Jugoslávia, tradicional aliada dos Russos. Recorde-se que os Americanos controlam a Macedónia e a Albânia e, a Bósnia corre o risco de se transformar num protectorado; por outro lado, a Alemanha é a potencia hegemónica na região Centro-Europeia dominando política e economicamente a Croácia e a Eslovénia.

O conflito do Kosovo é mais um episódio da caminhada para a construção da paz global e implicitamente para a construção da nova ordem mundial, onde os Americanos, pela terceira vez no século XX, são os principais actores. A crise do Golfo não despertou reparos de maior, apesar de não ser totalmente descabido alvitrar que, no todo ou em parte, foi alimentada pela superpotencia remanescente. No entanto, teve um enquadramento bastante diferente, uma vez que, por um lado, gerou um consenso mais alargado, tendo a seu favor Aliados, Russos e Árabes; por outro, o Iraque tinha invadido um país vizinho; por fim, a intervenção foi sancionada pelo voto do CSNU.

Pelo contrário, no Kosovo estão em equação variáveis que entram em domínios mais sensíveis e até agora inviolados: (i) por um lado, o direito de ingerência que colide com a soberania dos Estados, até à data um dos princípios fundamentais do direito internacional[59]; (ii) por outro, a intervenção Aliada sem sancionamento do CS/NU, cujas consequências estão por avaliar, mas que vão na direcção de uma reformulação do papel da NATO no sentido do seu fortalecimento, bem como da evidente secundarização das Nações Unidas e, em particular do seu CS no quadro actual, a menos que se verifique a reestruturação de que há muito se fala. Só esta poderia relançar a Organização e permitir que esta retome o seu lugar de plataforma internacional de resolução de conflitos e de manutenção de paz.

[59] E que, em coerência, deveria voltar agora a ser ponderada no caso da Tchetchénia.

Neste contexto, a comunidade internacional aceitou discutir a possibilidade de utilização do princípio do direito de ingerência, desde que a intervenção no interior de um Estado soberano se justifique por razões éticas e morais e seja sancionada pela chamada comunidade internacional, mesmo que ao arrepio da entidade que no plano do Direito Internacional detém a competência exclusiva para tal, a ONU. Esta teoria não é nova, dado assentar nos pressupostos clássicos de guerra justa e da existência de leis morais e éticas que vinculam os Estados. A moral trazida novamente à cena política pela superpotencia remanescente, vem dos inícios do século XX, quando os Americanos foram chamados pela primeira vez à Europa e começaram a dirigir os destinos do mundo. Wilson, foi o percurssor da teoria da "excepcionalidade" Americana, ao advogar a superioridade moral e ética dos americanos como princípio orientador da nova ordem mundial, expressa nos célebres 14 pontos, cortando em definitivo com o equilíbrio de poder saído do Congresso de Viena.

Para aqueles que duvidam da bondade do princípio colocam-se duas questões de fundo: (i) que comunidade internacional é esta, que uma vezes é a ONU, outras a NATO e quem sabe que mais outras formas poderá assumir; será que em questões de segurança e defesa é aceitável a utilização de conceitos de geometria tão variável?; (ii) será que a comunidade internacional agirá sempre e apenas em nome de questões éticas e morais, i.e. dos direitos humanos; e como se distinguirão as fronteiras entre as diversas razões de uma intervenção militar num país soberano? E onde é que reside hoje a soberania dos Estados? Será que após Kosovo poderemos falar apenas de soberanias híbridas? A verdade é que as respostas a estas questões são difíceis, o caso do Kosovo revela bem como as razões são ambíguas, como as razões de justiça, éticas e morais se podem aliar aos interesses e de como é difícil o discernimento sobre qual o móbil principal para a actuação.

Com efeito, a invocação apenas dos princípios éticos e morais, nomeadamente da salvaguarda dos direitos humanos, para a intervenção do Kosovo, parece-nos inconsistente, já que situações idênticas abundam noutras regiões do globo sem terem merecido a mesma atenção[60]. Podemos considerar existirem outras razões de fundo para a intervenção levada a cabo, umas de carácter geopolítico e geoestratégico e outras de carácter económico, ainda que ambas se interpenetrem. Aliás, o próprio Embaixador norte-americano em Portugal referiu, numa Conferência recente que já mencionámos, que os EUA e os Aliados agiram em nome dos direitos

[60] Veja-se a dificuldade de intervenção em Timor Leste.

humanos, mas também por interesse próprio. Interesse esse que, segundo ele, é a garantia de segurança na Europa.

Por um lado, nos Balcãs definem-se importantes problemas estratégicos e arranjos territoriais tendo em vista o reordenamento estratégico do século XXI, nomeadamente o facto de para a estratégia dos EUA e, particularmente, da Alemanha não interessar de forma alguma, o reaparecimento duma potencia naquela região da Europa, que aliada à Rússia, Ucrânia e eventualmente à China, poria em risco o domínio global exercido pelos EUA e regional exercido pela Alemanha. A República Federal da Jugoslávia seria indubitavelmente essa potencia, está estrategicamente localizada na região dos Balcãs, entre o mar Negro e o Adriático e com uma posição privilegiada relativamente às rotas do petróleo do Cáucaso e do mar Cáspio. É, apesar das vicissitudes porque tem passado, o país mais importante e com maiores potencialidade dos Balcãs.

Por outro lado, havia um interesse estratégico em prevenir que o conflito alastrasse a outros países da região, em particular que pusesse em causa o processo de paz na Bósnia, que desestabilizasse a Albânia e a Macedónia e que tivesse impactes noutros países da região como a Bulgária e a Grécia, ou mesmo que exacerbasse as divergências entre a Grécia e a Turquia.

No que se refere às questões económicas que sustentaram o conflito do Kosovo, estas estão integradas numa lógica de integração económica global, na qual o desenvolvimento requer estabilidade e segurança constituindo-se, pois, estes vectores - desenvolvimento da economia global e estabilidade e segurança – como inseparáveis. Com efeito, a economia globalizada requer equilíbrio geopolítico, sociedades abertas e mercados transparentes e, como refere Friedman, os americanos como criadores e difusores da globalização e da integração económica, têm como desígnio nacional a responsabilidade de garantir a sua sustentação, onde quer que ela se encontre ameaçada.

A lógica economicista do conflito, escondida atrás de bondosas intenções de carácter humanitário, vai ainda além da questão da estabilidade necessária ao desenvolvimento da economia global. A ela não poderá estar alheio o facto de a União Europeia se constituir como um contrapólo económico face aos EUA. O aprofundamento da UE, marcado no início de 1999 pelo Euro apresentava-se aos EUA como preocupante, uma vez que a moeda europeia surgia com condições de concorrência com o dólar. A fragilização da zona Euro, a quebra que este sofreu relativamente ao dólar e os volumosos fluxos financeiros que foram desviados para a área de influência da moeda americana, devido à intervenção no Kosovo, e ainda não recuperados, não podem ser encarados como meras coincidências. Assim,

não foi de forma ingénua que o Congresso Americano quase duplicou a verba que a Administração tinha solicitado para fazer face aos encargos com a operação "Força Aliada". Os impactes calculados na economia Europeia, quer ao nível da instabilidade do Euro, quer ao nível dos custos da reconstrução da Jugoslávia e os benefícios que esta situação traria à economia americana, foram aspectos obviamente ponderados. Aliás, após o cessar fogo a Secretária de Estado norte americana veio, muito justamente, cobrar a factura: os EUA tinham pago a guerra, a Europa teria que pagar a paz e apoiar a reconstrução da Jugoslávia calculada em 30 mil milhões de dólares.

O "Kosovo acorrenta a nova Europa", este título do editorial da Business Week de 10 de Maio não poderia espelhar melhor a situação: a Europa que havia iniciado o ano em triunfo, vivia agora a ansiedade causada por um conflito que punha em causa a paridade do Euro face ao dólar e que, consoante a factura a pagar, poderia baixar a taxa de crescimento anual europeia, que já representava apenas metade face à taxa de crescimento norte americana. Por outro lado, os EUA haviam conseguido demonstrar que, ao contrário das pretensões de aprofundamento da UE – com a união política e a PESC como um dos seus pilares -, a Velha Europa "está ainda na sua infância"[61] e que muito tempo levará até se tornar num pólo político, militar e económico independente, uma vez que o conceito de Europa unificada está ainda muito longe da realidade.

3. A ONU E O KOSOVO: o processo de secundarização e os impactes sobre o futuro

A ONU foi a par da UE o outro grande perdedor com este conflito. Com efeito, este constituiu mais um rude golpe para a organização, que se tem vindo a mostrar incapaz de assumir o seu papel como entidade global reguladora da paz e da ordem mundial. Tal como já havia acontecido no Iraque e mais recentemente em Timor, o conflito no Kosovo mostrou-nos uma ONU subalternizada, sem meios para executar as suas missões e completamente bloqueada no que respeita ao processo decisório devido à lógica de funcionamento do seu CS. Este processo de secundarização da ONU face às grandes decisões internacionais começa nos anos '90 com a eleição de Kofi Anan, e é acentuado pelos acordos de Dayton sobre a Bósnia, os acordos israelo-palestinianos de Wye River, a decisão unilateral de

[61] Expressão utilizada no editorial da Business Week de 10 de Maio de 1999.

bombardear o Iraque e a crise dos inspectores, onde a Organização foi ultrapassada pela vontade americana.

Este facto decorre da sua crescente desadaptação ao mundo pós guerra fria, uma vez que a ONU tinha traçado para seu papel o de equilibrar as duas superpotencias, ora o novo enquadramento geopolítico exige uma outra ONU. A queda do muro e o fim do equilíbrio bipolar, baseado nos pactos militares, propiciou excelente oportunidade para que a Organização chamasse a si, face a um tempo novo, o direito que exclusivamente lhe pertence de regular a segurança colectiva e a manutenção da paz.

Este processo de secundarização é, por um lado provocado pela sua forma de organização, desadequada face às realidades, mas também pela teimosa pretensão americana de subalternizar a Organização indo até ao ponto de não pagar a enorme dívida que tem para com ela. A verdade é que os conflitos não têm encontrado na ONU as melhores respostas, uma vez que a Organização tem a braços trabalho a mais face aos recursos que possui.

Este quadro exige a reforma da Organização que passa pela resolução da contradição interna da Carta, onde na Assembleia Geral estão representados todos os estados independentemente do seu lugar na hierarquia e onde o voto dos grandes vale tanto como o dos pequenos; enquanto que no CS as grandes potencias não se sujeitam ao voto dos pequenos países, sempre que estejam em jogo os seus interesses. Esta situação provoca a incapacidade do CS bloqueado pelos constantes vetos.

Os factos confirmam, pois, que a organização precisa de reforma urgente em vários domínios: o famigerado direito de veto constitui um obstáculo incontornável à tomada de decisões; a própria composição do CS carece de reformulação, já que há países que foram ultrapassados na hierarquia das potencias e que continuam a manter o seu estatuto; por outro lado, as dinâmicas trazidas pela globalização e pela interdependência confrontaram conceitos até agora indiscutíveis, e que face ao novo quadro de ameaças e riscos potenciadoras de conflitos e susceptíveis de afectar a paz e segurança, carecem igualmente de reformulação, como é o caso do conceito clássico de soberania e de jurisdição interna.

Assim, o conflito do Kosovo, se fragilizou a ONU, lançou-lhe também o desafio urgente de reestruturação interna. No entanto, as vontades americanas expressas também no Novo Conceito Estratégico da NATO não auguram um futuro optimista para a Organização. Neste quadro de secundarização, é necessário perguntar como se vai gerir no futuro a sociedade internacional, qual o estatuto do CS e se, e como se vai fazer a sua democratização, nomeadamente abrindo o direito de veto a outros países, p.e., os não alinhados. Estes são os grandes desafios que se colocam à ONU.

VI. IMPLICAÇÕES PARA A NATO

> *"A guerra entre a OTAN e a República Federal da Jugoslávia abre uma nova etapa na história das Relações Internacionais. Anuncia a alvorada de uma nova ordem global. Uma nova Era começou a 25 de Março de 1999, data dos primeiros bombardeamentos contra o regime de Belgrado. Sabemos que a Guerra Fria acabou em Novembro de 1989, com a queda do muro de Berlim, e que o pós-guerra terminou em Dezembro de 1991, com o desaparecimento da URSS, doravante sabemos que a crise do Kosovo encerra uma década (1991-1999) de incertezas, de desordem e apalpadelas em matéria de Política Internacional, e que esboça um quadro novo para o século que começa."*
>
> Ignacio Ramonet[62]

1. DAS CRÍTICAS AOS APOIOS: a imagem da NATO afectada

Abordar o envolvimento da NATO no conflito do Kosovo e reflectir sobre as suas possíveis consequências para a Aliança não parece um exercício fácil. Foi, no entanto, notório que a consensualidade projectada pelos escalões de decisão político-estratégicos ocidentais, bem como da generalidade dos países da região balcânica, colidiu com a diferente opinião de uma vasta panóplia de estrategas e analistas de diversos quadrantes.

Os principais argumentos críticos situam-se ao nível das causas, da condução e dos objectivos finais da intervenção. Este facto só por si e para além de outras razões, já levantadas em capítulos anteriores, indícia claramente a existência de alguns equívocos e talvez de um excesso de zelo por parte daqueles que, se melhor avisados, poderiam ter tido outro posicionamento relativamente à tomada de decisão. As motivações de natureza moral e humanitária não são de forma alguma dispiciendas face à barbárie que se passava no Kosovo, mas não justificavam o desencadeamento de uma intervenção militar de riscos mal calculados, sem terem sido esgotadas outras formas de coação e onde foram nítidos os atropelos a dois princípios até agora indiscutíveis nas relações internacionais: a soberania dos Estados e o monopólio da legitimidade para o uso da força só conferida ao CS/NU.

A disputa entre sérvios e kosovares, apesar de ser uma situação que vinha chocando a humanidade, não sendo infelizmente caso único, não

[62] In, *Nova Ordem Global*, LE MONDE DIPLOMATIQUE, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

punha em causa interesses vitais dos países da NATO, sendo notório que só para poucos, estavam em equação interesses importantes, nomeadamente para a Alemanha. Talvez mesmo o único interesse vital em causa no Kosovo dizia respeito aos sérvios que consideram a província como o berço da sua nacionalidade.

A decisão em si mesma é, como vimos controversa, já que se tratava de entrar nos domínios da soberania de um Estado, para mais ao arrepio da legitimidade só conferida em exclusivo, ao CS/NU. Nunca a NATO tinha sido motivo de tanta polémica como no ano em que, por ironia do destino, completava 50 anos de muitos e bons serviços prestados às causas da segurança e da estabilidade mundial.

Para além da polémica que envolveu a decisão de intervenção no Kosovo, também não pode deixar de ser referida a forma como a operação militar foi conduzida e onde foi evidente que o princípio "zero mortos" se tornou um imperativo absoluto. Por outro lado, a própria estratégia utilizada foi bastante questionada: a utilização apenas de meios aéreos e a confiança de que as munições inteligentes evitariam baixas na população e danos colaterais constituem uma verdadeira inovação na arte de fazer guerra. Com efeito, nunca nenhuma guerra tinha sido feita apenas com recurso a meios aéreos sem que estes fossem acompanhados por intervenções terrestres. Tratou-se, como sublinhou Hugues de Jouvenel[63], de uma guerra que oscilou entre o real e o virtual, em que as novas tecnologias permitiram fazer uma guerra à distância sem envolvimento físico, mas em que o inimigo não tombou tão facilmente como se pensou e em que a precisão dos meios não foi tão evidente quanto se previa. Na verdade, nem Americanos e muito menos os Europeus quiseram colocar ao serviço desta guerra os meios que teriam permitido a vitória, i.e., o cumprimento dos seus objectivos. Como referiu o Senador Americano Bill Roth, numa comunicação ao Senado em 16 de Setembro passado, tratou-se de uma "vitória sem triunfo", nomeadamente se tivermos em conta as capacidades da NATO face às das forças de Milosevic.

Confrontando os resultados com os objectivos propostos temos dúvidas, ao contrário da versão oficial da NATO e dos EUA, se algum deles foi totalmente conseguido: a limpeza étnica continuou durante e após o fim dos bombardeamentos; a catástrofe humanitária atingiu proporções alarmantes à qual se juntou uma catástrofe ecológica; a capacidade militar da Jugoslávia nem de perto nem de longe foi destruída; o povo sérvio na primeira fase dos bombardeamentos apoiou e reforçou o seu líder, o que

[63] In, op. cit., pp.4.

permitiu não só que a resistência tivesse sido mais prolongada que o previsto, como também que o regime, embora fragilizado, se mantenha ainda; e, relativamente aos pontos do acordo de Rambouillet, um dos mais polémicos e importantes – o referendo sobre o estatuto da província do Kosovo – foi deixado subtilmente cair. Visualiza-se assim para o futuro, à semelhança da Bosnia-Herzegovina, a constituição de mais um protectorado da comunidade internacional nos Balcãs.

Entretanto, a entrada no terreno das forças da KFOR vieram provar que só com forças terrestres era possível tentar controlar as operações de limpeza étnica e o retorno dos refugiados, pontos essenciais dos objectivos traçados para a intervenção da NATO. Mas a verdade é que nem mesmo assim parece fácil o controlo da situação no terreno, nomeadamente o controlo da perseguição e da vingança de que agora são vítimas os sérvios, objectos de acções de limpeza étnica levadas a cabo pelo UCK. A situação vivida no Kosovo desde Junho confirma que os riscos foram mal calculados e que, em consequência, será necessária a presença militar da NATO na região por longo tempo, não se prevendo uma evolução muito favorável, face à conduta dos extremistas kosovares. A constituição no Kosovo de uma sociedade multiétnica, parece para já de concretização muito difícil, senão mesmo impossível.

Por outro lado, para além do não cumprimento integral dos objectivos, a intervenção da NATO apresentou danos colaterais que assumiram proporções inimagináveis, a crueza com que foram sendo multiplicadas as baixas entre civis, diminuiram a credibilidade da NATO e depertaram a desconfiança de alguns parceiros europeus relativamente aos EUA. Para agravar o quadro de impactes negativos, a Aliança demonstrou poder esquecer facilmente os compromissos que havia assumido com a Rússia, nomeadamente pela via do Acto Fundador, fragilizando as possibilidades de cooperação entre ambas as partes.

Com efeito, ao nível estratégico e geopolítico ficou por fazer o mais importante, i.e., criar condições de estabilidade e segurança na região leste europeia, que possibilitem o estabelecimento de uma paz duradoura nos Balcãs. A um tal processo teria que ser agregada a Rússia de cuja estabilidade depende o futuro da Europa, é que como muitos referem uma Rússia forte é menos perigosa que uma Rússia fragilizada e a segurança europeia e o equilíbrio global só poderá ser atendido se for trilhado naquela direcção. Talvez o Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu avançado pela UE onde estão integrados não apenas aspectos económicos e de direitos humanos, mas também de segurança se possa revelar um contributo importante a este nível.

No entanto, continua a ter pertinência a pergunta: Afinal para que se fez esta guerra?

2. O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO E A CONSTRUÇÃO DA NOVA ORDEM GLOBAL

Apesar da legitimidade da pergunta, face aos objectivos concretos anunciados e não totalmente atingidos, a resposta aparece implícita no Novo Conceito Estratégico da NATO aprovado em Abril de 1999. A intervenção da NATO no Kosovo, constituiu como que a antecipação prática da nova orientação estratégica saída da cimeira de Washington, tendo em vista os novos desafios que se colocam à paz e à segurança euro-atlântica, permitindo deste modo legitimar a nova NATO.

O nascimento desta nova NATO vinha sendo cuidadosamente preparado desde 1991, através de uma adaptação progressiva e sustentada à nova realidade estratégica saída do fim da guerra fria. Estão nessa linha de orientação, a implementação em 1994 das forças combinadas – CJTF – e a criação das Parcerias para a Paz (PfP). No mesmo sentido seguiam as relações de cooperação com vários países do leste, particularmente com a Rússia e com a Ucrânia. Por fim, o alargamento a leste, através da integração na Aliança da República Checa, Polónia e Hungria, formalizada por ocasião da cimeira de Washington, materializava o inicio do preenchimento do vazio estratégico resultante da implosão soviética e, de certo modo, bloqueava as possibilidades de desenvolvimento de um sistema estratégico europeu, constituindo-se como um aspecto de maior significado na construção da nova ordem mundial. O culminar deste ciclo estava marcado para Abril de '99, com o anuncio do Novo Conceito Estratégico, contando entretanto, com um teste bem sucedido no Kosovo, cuja estratégia militar se baseou no princípio das "zero baixas", na precisão dos Tomahawk e na capacidade exclusiva do vector aéreo para dissuadir qualquer opositor. Assinalando-se, assim, da melhor forma o 50º aniversário da organização e a abertura de um novo ciclo geoestratégico em que a NATO se assume com um projecto estratégico global.

A este documento juntou-se ainda o lançamento da Inciativa sobre as Capacidades de Defesa que visa criar as mesmas capacidades fundamentais entre os diversos Aliados. Também a este nível, a intervenção no Kosovo foi um bom teste, uma vez que sublinhou a supremacia das capacidades norte-americanas e a fragilidade dos contributos, nomeadamente dos parceiros europeus, aos quais a NATO exigirá no futuro a responsabilidade por uma parte maior do esforço. Como refere o Secretário de Defesa Americano,

numa comunicação ao Senado no passado dia 19 de Outubro onde apresentou as lições a retirar da intervenção no Kosovo, *"as disparidades entre as capacidades dos EUA e dos restantes Aliados podem afectar seriamente a nossa capacidade para operar a longo prazo como uma Aliança efectiva"*.

O relativo insucesso da operação "Força Aliada" – com um prolongamento inesperado, inúmeras baixas civis, danos colaterais não calculados e incidentes diplomáticos –, constituiu um estigma para a cerimónia do anúncio da NATO para o sec XXI, e não deixará de constituir um pequeno precalço para a pretensa afirmação dos EUA, como directório exclusivo e hegemónico da nova ordem mundial. A ressaca da intervenção da NATO nos Balcãs, não deixará de afectar o relacionamento entre os EUA e alguns países da Aliança, e entre os própios países europeus, assim como não deixará constituir um obstáculo ao relacionamento da própria Aliança com a Rússia e com a Ucrânia. Por outro lado, terá igualmente impactes num aumento do distanciamento relativamente ao Ocidente dos países de influência cultural cristã-ortodoxa e islâmica. Por fim, não pode ser esquecida a tensão latente entre EUA e ONU, que teve no Kosovo um dos seus episódios mais marcantes.

O momento da aprovação do Novo Conceito Estratégico, coincidente com a ofensiva aérea sobre o Kosovo, impunha o reforço da coesão interna, pelo que eventuais discordâncias não tinham cabimento, perante a importância do que estava em jogo. O precalço, que para já e à primeira vista, a intervenção militar no Kosovo, parece representar face à construção da nova ordem mundial, onde a Europa assuma a nível político e estratégico um papel conforme o seu estatuto económico, não pode pôr em causa o mérito do documento que rege a NATO do sec XXI.

Como é conhecido, o Novo Conceito é corolário de um trabalho que vinha sendo elaborado desde o fim da ordem dos pactos militares. A realidade do mundo actual nada tem a ver com o "idílico" cenário estratégico tão bem caracterizado por Aron como *"da guerra impossível paz improvável"*[64] que caracterizou o mundo durante a guerra fria. O mundo pós-guerra fria, não se compadece com tibiezas, hesitações e duplicidades, tanto ao gosto das potências europeias.

A imprevisibilidade que caracteriza o novo quadro de desafios e riscos que confrontam a segurança dos Estados e que pelo seu carácter abrangente e multifacetado se situam em domínios que não exclusivamente militares mas não menos perigosos, impõem às organizações e aos Estados, agilidade

[64] ARON, Raymond, cit. in MOREIRA, Adriano, TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, Almedina, 1997, pp.176.

na adaptação e nas respostas, a cada conjuntura política e estratégica. Nesse aspecto e no que ao Novo Conceito Estratégico diz respeito, a NATO certamente impulsionada pelo potencia sobrante não perdeu tempo na salvaguarda dos seus próprios interesses.

Apesar das reservas que nos merece o modo e a forma como a NATO interviu na crise do Kosovo, parece claro, que apesar da subjectividade da avaliação, esta se insere claramente no espírito do Novo Conceito. Assim ao referir-se ao novo cenário de desafios e riscos à segurança, o conceito explicita: "*Estes riscos incluem incerteza e instabilidade na e em redor da área euro-atlântica e a possibilidade de crises regionais na periferia da Aliança, que podem evoluir rapidamente.*[65]" É também claro no novo conceito que a segurança está relacionada com "*factores de ordem económica, política social e ambiental*"[66] que podem ser postos em causa por "*actos de terrorismo, crime organizado e rupturas de fornecimento em recursos vitais*"[67].

Quanto à área de actuação, também ela motivo de polémica, parece igualmente salvaguardada quando se refere "*contribuir para a paz e estabilidade na região euro-atlântica*"[68] ficando claro que esta zona abrange, não só o território dos 19 Aliados, mas igualmente o território dos 25 países que actualmente fazem parte das PfP, incluindo a Rússia, ou seja de Vancouver a Vladivostok.

No que concerne à legitimidade da operação no Kosovo, que tem sido e vai continuar a ser motivo de discórdia, apesar da ambiguidade da fraseologia utilizada no Novo Conceito Estratégico relativamente a esta matéria, ao reconhecer ao CS/NU "*responsabilidade primária*" [69] e ao reafirmar a disponibilidade da NATO para realizar operações de paz sob a égide daquela organização, recorda no entanto, as decisões relativas às operações de resposta às crises dos Balcãs, o que parece constituir uma alusão clara à intervenção no Kosovo. O que a intervenção no Kosovo demonstrou é que o que o Conceito Estratégico quer, quando se refere a responsabilidade primária, é que se há organizações que têm primordial responsabilidade, elas não são detentoras do monopólio dessa responsabilidade e, sempre que se revelarem incapazes de a cumprir, esta poderá ser assumida por outra instituição, p.e., a NATO. Esta referência é uma clara alusão à ONU e à sua falta de protagonismo, parcialmente devida à

[65] In REVISTA DA OTAN, nº 2, 1999, pp. D8 e D9.
[66] Idem, pp. D9.
[67] Ibidem, pp. D9.
[68] Ibidem, pp. D8 e D9.
[69] Ibidem, pp. D9.

inoperância resultante dos tradicionais "vetantes" do seu Conselho de Segurança, a Rússia e a China.

Relativamente à famigerada Identidade Europeia de Segurança e Defesa – IESD – o Novo Conceito Estratégico refere *"que a mesma se deve desenvolver dentro da Aliança, em estreita ligação com a UEO e, se e quando apropriado, a UE"*[70]. Aliás, a intervenção no Kosovo veio provar que até ao momento a NATO se assume como o meio mais efectivo para assegurar a segurança na Europa.

No entanto, este processo de definição da IESD é assumido de modo divergente quer dentro da UE, quer entre a UE e a NATO, o que reflecte diferenças substantivas entre o modo como a Europa por um lado, e a NATO por outro, pensam a problemática da segurança e defesa europeia. É que se para alguns países europeus – como a França, p.e. – a IESD deve ter alguma autonomia face à NATO, o que grosso modo significa não ser tutelado pelos EUA, para outros e para a própria NATO ela não faz sentido se não fôr integrada dentro da Aliança. Aliás, a Aliança não esconde o seu propósito a segurança e defesa europeia deve ser desenvolvida no seu seio e não necessita em toda e qualquer circunstância da intervenção da UE. Trata-se de uma clara pressão sobre a UE, no ano em que dá um dos grandes passos para a união política com o lançamento do Euro e em que se aceita discutir os contornos que deverá assumir a PESC.

Por fim, a intervenção no Kosovo e o Novo Conceito Estratégico, vieram demonstrar que a adaptação da Nato a uma nova ordem, na qual para continuar a fazer sentido teria que se reinventar, se fez essencialmente por uma mutação na sua essência, deixando de ser uma organização puramente defensiva e reactiva, para passar a ter um papel proeminente e activo na preservação da paz, segurança e estabilidade, na região euro-atlântica. Esta afirmação ficou bem patente na primeira comunicação oficial de Lord Robertson como Secretário-Geral da NATO no passado dia 19 de Outubro, a propósito da intervenção no Kosovo *"nós escolhemos agir...quando nenhuma outra organização ou nação o pode fazer"*. Com este novo enfoque, a NATO assumiu um projecto estratégico em matéria de segurança que acompanha os movimentos de integração económica global, mais adequado a uma realidade em que os interesses vitais dos Estados se definem principalmente em matéria económica. Citando mais uma vez Robertson que traduz a importância e a oportunidade da NATO do seguinte modo: *"a agenda da NATO na última década foi tão bem sucedida que a Aliança tornou-se mais relevante e mais indispensável do que alguma vez foi."*

[70] Ibidem, pp.D9.

Como este papel se poderá articular com o de outras organizações e, em particular, com a ONU é uma questão em aberto. No entanto, parece-nos que não haverá no mesmo espaço geográfico – euro-atlântico – lugar para ambos os actores, para a ONU talvez tenham sido deixadas as missões em partes do globo onde a NATO e, nomeadamente os EUA não têm interesse em intervir. Aliás, não será por acaso que o EUA teimam em não pagar os seus contributos à ONU, demonstrando claramente o seu desinteresse face ao papel que esta instituição tem ou pode vir a ter.

Em resumo digamos que a NATO, se adaptou à realidade do novo ambiente internacional e traçou, via EUA, os princípios e as regras em que assenta a nova ordem: (i) alargamento do conceito de ameaça a domínios antes não considerados, como o económico, o tecnológico e o ambiental, p.e.; (ii) alargamento do conceito de região euro-atlântica a territórios antes dominados pelo Bloco de Leste; (iii) posicionamento numa partilha de responsabilidades com a ONU e outras organizações regionais, numa perspectiva de revalorização do seu papel face àquelas; (iv) assumpção de funções mais activas que ultrapassam a mera lógica de organização exclusivamente defensivar; (v) circunscrição das capacidades de desenvolvimento autónomo de uma política de segurança e defesa por parte da UE.

Nada temos a objectar relativamente ao Novo Conceito Estratégico da NATO, pois o seu enunciado clarifica aquilo que na prática, há alguns anos vinha acontecendo sob a liderança dos EUA e na defesa dos seus próprios interesses. O mesmo não acontece relativamente às referências que nele são feitas ao papel que deve assumir a UE, aqui as nossas objecções são de fundo e serão melhor exploradas no próximo capítulo. No entanto, temos que admitir que não apenas face à situação no Kosovo, como também em outros momentos de crise nos Balcãs e no Golfo Pérsico, a UE demonstrou as suas vulnerabilidades no domínio político-militar, revelou-se incapaz de prevenir e de gerir conflitos, foi sistematicamente ultrapassada pelos acontecimentos e não conseguiu vencer as permanentes contradições e hesitações internas entre os seus braços atlântico e continental, pelo que nada mais lhe resta do que trilhar o caminho que os EUA, via NATO, lhe "traçaram" em Washington.

Não querendo fazer ligações especulativas relativamente à coincidência, certamente circunstancial, entre a intervenção militar no Kosovo, a aprovação do Novo Conceito Estratégico e o momento em que se perspectiva o arranque de uma nova fase na construção europeia, parece-nos que o pragmatismo da *Real Politik* é, ainda e apesar de tudo, a principal referência orientadora das relações internacionais. Como refere Eduardo Lourenço acerca da coincidência acima referida: "*se do ponto de vista*

estritamente americano, o documento de Washington tem a sua lógica, de um ponto de vista Europeu, mais do que mera confirmação da subalternidade histórica da Europa, marca o fim dessa mesma Europa, no momento exacto em que os sonhos de Monet pareciam em vias de triunfar"[71]. Trata-se efectivamente de uma visão muito pessimista, partilhada por aqueles que preconizam uma visão mais continental da Europa, nomeadamente os franceses. No entanto, talvez o mundo actual não se adapte a uma lógica de jogo de soma zero, em que mais Europa significa menos EUA. Esta é, pelo menos, a visão atlantista que articula o reforço do papel da Europa em matéria de segurança com um maior equilíbrio na relação de interesses entre a Europa e os EUA.

VII. IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA EUROPEIA

> *"The unification of Europe around the turn of the second millennium, when and if completed, will be one of the most important trends defining our new world. It is important, first of all, because it will probably (but not surely) bring to an end the millennial war-making between major European powers [...] It is also important because a unified Europe, with its economic and technological might, and its cultural and political influence, together with the rise of the Pacific, will anchor the world power system in a polycentric system, precluding the existence of any hegemonic superpower, in spite of the continuing military (and technological) pre-eminence of the United States."*
>
> Manuel Castells[72]

1. A CONSTRUÇÃO EUROPEIA: a ambiguidade do *work-in-progress*

Qualquer análise sobre as consequências do conflito do Kosovo para a segurança Europeia, tem que ter subjacente uma reflexão sobre o processo de unificação europeia. A citação de Manuel Castells utilizada na abertura deste capítulo, optimista certamente, introduz-nos duas questões essenciais: a dificuldade inerente a um processo inovador e complexo; a importância estratégica do processo para a construção de um sistema mundial

[71] LOURENÇO, Eduardo, *"A segunda morte da Europa"*, LE MONDE DIPLOMÁTIQUE, Edição Portuguesa, Agosto de 1999.

[72] CASTELLS, Manuel, *End of Millennium*, THE INFORMATION AGE: ECONOMY, SOCIETY AND CULTURE, Vol. III, Blackwell Publishers, 1998, pp.310-311.

multipolar, por via da imposição de um contrapeso aos EUA. A construção da unidade a que o autor se refere, é uma unidade política que tem como pilar a PESC e por acumulação a IESD, elementos indispensáveis ao equilíbrio geopolítico e geoestratégico mundial, mas que têm progredido muito lentamente, demonstrando que apesar dos consensos saídos das cimeiras da UE, há ainda um longo caminho a desbravar.

Mas será esta lentidão uma especificidade desta fase do processo de construção europeia? Cremos que não, sendo fundamental realçar que a construção europeia tem evoluído a um ritmo de *stop and go*, decorrente das dificuldades de convergência de interesses tão distintos e de visões alternativas da Europa preconizadas pelos diversos Estados-Membros. Por outro lado, o processo de construção europeia foi desde o seu início um processo imposto ou apadrinhado pelos EUA, bem como, um processo político mais defensivo que construtivo.

Com efeito, a Europa evoluiu sempre como resposta a ameaças, foi assim nos anos '50, '80 e '90, em que os objectivos eram políticos mas os meios utilizados para os atingir foram essencialmente económicos. O primeiro grande objectivo que motivou a integração europeia foi evitar uma nova guerra, procurando para isso acomodar a Alemanha, em particular, face à França. A construção europeia tem assim três actores fundamentais: os EUA, a Alemanha e a França. A Alemanha preconizava-a como um passo fundamental para a integração na comunidade internacional e um fórum para o exercício da sua influência. A França procurava, por um lado controlar a Alemanha e, por outro reforçar da autonomia da Europa face aos EUA. Os EUA apoiavam o processo, uma vez que a guerra fria exigia uma Europa economicamente estável e protegida pela NATO.

A segunda grande reacção defensiva da Europa foi o Acto Único Europeu em 1987, através do qual se lançavam as bases para o estabelecimento de um mercado único em 1992, se reforçavam as políticas económicas e tecnológicas como forma de evitar que a Europa se tornasse uma colónia económica e tecnológica dos EUA e do Japão. Seguiu-se o Tratado de Maastricht que marca um processo irreversível de integração económica e união política, confirmado em '96 com o assinatura do Pacto para a Estabilidade e o Crescimento, mais tarde com o Tratado de Amsterdão e em '99 com o lançamento do Euro e a Cimeira de Colónia. A maior ou menor vontade e condições dos países para participar nesta nova etapa dá origem à Europa "a la carte" com diferentes níveis de integração. Entramos, assim, numa fase de construção europeia de geometria variável, a única forma de prosseguir sem confrontos, procurando acomodar as diversas sensibilidades nacionais e as hesitações no que se refere à cedência de soberania.

Mas no momento em que a Europa havia estabelecido um ritmo acelerado de integração económica, acompanhado por um ritmo moderado de supranacionalidade, mudou o ambiente geopolítico. A implosão do império soviético e a balcanização[73] do território da ex-República Federal da Jugoslávia, alargou as fronteiras da Europa para Leste, que passou a ter duas regiões estratégicas importantes: os Balcãs e o Magrebe. O processo de construção europeia foi assim confrontado com novos problemas e novos desafios, entre os quais assumem especial significado a reunificação alemã, a retracção da Rússia e a proliferação de novos centros de poder resultantes da desintegração da ex-URSS e da ex-Jugoslávia. Controlar a fragmentação de um império nunca foi tarefa fácil e a Europa ao longo da sua história várias vezes se confrontou dramaticamente com essa realidade que fomenta nacionalismos, irredentismos e rivalidades religiosas que podem pôr em causa a sua segurança e a estabilidade. Por outro lado, também no Norte de África e no Médio Oriente proliferam problemas e acumulam-se tensões que se constituem como preocupantes ameaças para a Europa.

Estes factos, concomitantes com o lento e difícil processo de aprofundamento da integração Europeia, tiveram por parte da Europa uma resposta tímida decorrente da dificuldade de compatibilização de interesses no seu seio. Neste contexto, a reunificação alemã foi o grande movimento que se verificou e que afectou e teve efeitos sobre a unificação europeia. Foi então, mais uma vez, fundamental, fortalecer os laços políticos e económicos entre a Alemanha e os restantes países do continente. Nesta fase, a Europa era essencial para a Alemanha porque permitia a sua projecção internacional sem causar receios de uma hegemonia. No entanto, a Alemanha assume hoje um papel pan-europeu e está pronta a restabelecer os seus laços tradicionais com a Europa Central e de Leste, o que coloca à UE a questão do alargamento a Leste e do retrocesso no processo de integração em curso. Esta é talvez a grande questão europeia após '89 – alargamento *vs.* aprofundamento – relativamente à qual não existem com-sensos internos. Os países do Sul preferem obviamente o aprofunda-mento, a Alemanha quer o alargamento, que também é visado pelo Reino Unido que vê neste processo uma forma de travar um aprofundamento que não deseja.

Este contexto de impasse marca profundamente as dimensões políticas da construção europeia que nunca estiveram integradas. É o caso da política de segurança e defesa que se constituiu sempre como uma área de indecisão. Esta postura europeia de fraca afirmação face às questões de segurança e defesa é uma característica deste processo político defensivo que temos

[73] Termo usado no final da I Guerra Mundial que significa o fraccionamento de unidades políticas bastante grandes em pequenos Estados agressivos e economicamente inviáveis.

vindo a referir. No entanto, esta estratégia defensiva coloca hoje enormes contradições ao processo de construção europeia que, ao mesmo tempo que procura intensificar uma união política que dê o peso e a independência devida à Europa no contexto internacional, demonstra uma enorme incapacidade de na prática enfrentar os desafios que se lhe têm colocado na última década em matéria de política de segurança e defesa, uma vez que se habituou a encarar a sua segurança a coberto da Aliança Atlântica. Os conflitos do Golfo, da Bósnia e agora do Kosovo não deixam a esse nível margem para dúvidas, estamos perante uma Europa com um déficit de vontade estratégica, uma vez que se demonstra incapaz em matéria de política externa de segurança e defesa, quer comum, quer concertada, particularmente no que se refere à gestão dos conflitos e das tensões que lhe batem à porta. O próprio Ministro da Defesa do Reino Unido a propósito do Kosovo referiu *"no Kosovo demos de caras com o futuro da Europa. Ele é assustador..."*[74]. Esta afirmação demonstra como o fim da guerra fria conduziu à derrocada da "outra Europa" que tem sido difícil de gerir e controlar. Ela exige a extensão das fronteiras da Europa para Leste, sem que a sua delimitação final esteja ainda determinada. É neste contexto que a tradicional atitude menos reactiva da Europa parece desafiada, não só pelas alterações geopolíticas saídas da guerra fria que exigem capacidade de diagnóstico prospectivo e de antecipação, como também pela complexidade hoje inerente à unificação europeia e pelos resultados da intervenção da NATO no Kosovo.

Efectivamente, a NATO tem sido e vai continuar a ser o principal instrumento de segurança da UE, o mandato de Solana evidenciou a transformação da NATO de uma Aliança da guerra fria para um instrumento político e militar operativo de coordenação de iniciativas europeias e americanas no novo contexto geopolítico. Este contexto, se parece fazer ultrapassar o sonho gaulista de uma Europa militarmente independente face aos EUA – uma autonomia que o Reino Unido nunca quis e que a Alemanha até agora não pode querer, nem mesmo os eleitorados europeus, que não estariam dispostos a pagar essa factura –, exige também o reforço da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, ainda que dentro da Aliança. A Europa está assim confrontada com a necessidade de reforço da sua política de segurança e defesa, seja em que contexto for, como aliás reconhece Lord Robertson, o novo Secretário-Geral da NATO, ao referir a exigência que *"a UE se torne num actor mais visível em matéria de segurança de modo a tornar-se num parceiro mais viável para a NATO"*.

[74] In LE MONDE DIPLOMATIQUE, Junho de 1999.

É este, o grande desafio que se coloca à Europa neste virar de século, encontrar uma fórmula, que não pondo em risco a solidariedade Euro-Atlântica, compatibilize e harmonize os interesses dentro do espaço da União, de modo a não inviabilizar a construção da unidade política e consequentemente de uma identidade de segurança e defesa comum. Para além das divergências internas aos países da UE relativamente ao modelo que a IESD deve assumir, nomeadamente entre os países neutros, os atlantistas e os continentais, levanta-se também o problema do reforço dos orçamentos para a defesa[75], aspecto nada caro aos cidadãos europeus; bem como, a necessária cooperação entre as indústrias de defesa europeias.

Um outro desafio fundamental é o da, se não integração, pelo menos abertura ao Leste. O conflito do Kosovo, cujas consequências são ainda hoje difíceis de avaliar em toda a sua extensão, constituiu, em nossa opinião, um passo atrás neste processo de abertura da Europa ao centro e ao leste europeu, que em boa hora se tinha iniciado. Deste acontecimento há que saber retirar as devidas ilações, nomeadamente que a prevenção dos conflitos é inquestionavelmente menos onerosa do que a reparação dos danos causados pela guerra e que a pacificação definitiva dos Balcãs é indispensável. É fundamental pois, ancorar a "outra Europa" a um processo de modernização e desenvolvimento económico de longo prazo, i.e., "europeizar a outra Europa". O Pacto de Estabilidade para os Balcãs, pode ser a oportunidade para reactivar e lançar uma nova dinâmica no diálogo e cooperação com a região balcânica. Parece-nos no entanto, que por um lado ao excluir a Sérvia por razões que se prendem com a manutenção no poder de Milosevic e, por outro, ao lançar uma ponte para o Montenegro acenando-lhe com ideias cessionistas, aliás em conformidade com a teimosa lógica de balcanização do espaço da ex-República Federal da Jugoslávia iniciado em 1992, não cuidou de criar efectivamente todas as condições necessárias para a estabilidade na região.

2. O KOSOVO E O ENIGMA EUROPEU: A IESD – Identidade Europeia de Segurança e Defesa

O impulso recente dado em direcção à constituição de uma Identidade Europeia de Defesa e Segurança foi lançado pela Alemanha em Maio passado em Bremen e apresentado aos membros da UEO, conduzindo à decisão tomada na Cimeira de Colónia no sentido de uma rápida integração da UEO na UE. Na mesma ocasião e referindo-se à famigerada IESD,

[75] Note-se que os EUA gastam com a sua defesa mais 30% que os seus parceiros europeus na NATO.

Romano Prodi, actual Presidente da Comissão Europeia, afirmava que seriam necessários anos e anos antes que fosse criado um exército europeu, mas que essa era a próxima etapa lógica do desenvolvimento de uma PESC e que os países que se recusassem a pertencer a esse exército seriam marginalizados na nova história do mundo. A bondade destas afirmações, certamente resultante de conclusões mais ou menos optimistas retiradas de Maastricht e de Amsterdão, foram de imediato contestadas pelo governo de Londres, que se apressou a esclarecer, que para o Reino Unido a NATO é a pedra angular de qualquer capacidade de defesa e que de modo algum existirá um exército europeu.

Para além das divergências políticas quanto a esta matéria, também o seu enquadramento institucional não é favorável, uma vez que o desenvolvimento do segundo pilar da União não foi transferido para a Comissão, situando-se ao nível das decisões inter-governamentais. A IESD teve assim um parto difícil, desde logo em Maastricht, em que foi necessário estabelecer um ambíguo compromisso entre europeístas, atlantistas e neutros, de tal modo que relativamente a esta matéria o Tratado parece dizer tudo e ao mesmo tempo nada. Na verdade, a segurança e defesa europeia constitui-se como um enigma insondável, desejada por todos, mas que ninguém verdadeiramente quer, com excepção talvez dos franceses. Ela é, por um lado fundamental para uma maior emancipação face aos EUA e para o estabelecimento de um maior equilíbrio no seio da NATO mas, por outro, envolve custos e cedência de soberania para a UE, aspectos para os quais os Estados-Membros estão pouco disponíveis, e em particular, a Grã-Bretanha e a França[76] .

Se o conflito do Kosovo trouxe um impulso às decisões europeias quanto a esta matéria, também veio demonstrar que não será possível avançar em moldes não apadrinhados pela NATO, ou seja pelos EUA. O percurso de construção da segurança e defesa europeia e a sua relação com o conflito do Kosovo pode então traduzir-se em dois momentos fundamentais: (i) um primeiro que designámos de Dunquerque ao Kosovo, que exprime o conjunto das indecisões, dos recúos e avanços, que parecem ter sido, pelo menos, formalmente quebrados por alturas do conflito no Kosovo; (ii) um segundo, que traça o percurso do Kosovo ao sec. XXI e que lança as hipóteses para a concretização da IESD e apresenta as posições contraditórias dos diversos actores.

[76] Os parceiros com maior renitência na cedência de soberania, embora o expressem de modo distinto. A França vive assim um paradoxo: pretende maior autonomia da UE em termos de segurança e defesa, mas esta exige alguma cedência de soberania para a UE, o que sempre foi encarado com dificuldade. O desejo de proeminência no seio da UE pode ajudar a resolver este paradoxo.

2.1. DE DUNQUERQUE AO KOSOVO

A primeira organização de defesa Europeia remonta ao pacto de consulta mútua assinado em Dunquerque, entre a França e o Reino Unido em 1947, ao qual se associaram os três países do Benelux em 1948, dando origem ao Tratado de Bruxelas, que cria a UO – União Ocidental. O Tratado tinha como objectivo estabelecer um acordo de defesa colectiva entre os signatários, cujo objectivo principal, era a assistência mútua em caso de ataque a um dos seus membros. A principal motivação que conduziu à sua assinatura era ainda o perigo de uma ameaça Alemã, no entanto, de imediato ficou claro que a nova ameaça que pendia sobre a Europa vinha do leste, face à política expansionista entretanto empreendida pela URSS, confirmada pelo bloqueio de Berlim e pelo golpe de Praga. Esta situação, aliada à debilidade económica da Europa no pós-guerra, reforça os receios dos signatários e percurssores da primeira estrutura de defesa Europeia, que outra alternativa não tiveram, do que endossar responsabilidades militares de defesa da Europa à NATO, cuja criação foi materializada em Abril de 1949. A UO é assim absorvida pelo compromisso euro-atlântico, ficando em estado de hibernação.

As hostilidades entretanto iniciadas na Coreia, agravam o clima de confrontação Leste-Oeste, o que leva os EUA a pressionarem a Europa para que a Alemanha Ocidental fosse rearmada. A sempre presente desconfiança face à Alemanha, particularmente por parte da França, faz recear o renascimento de um exército alemão sem controlo. Perante a pressão dos líderes europeus signatários da CECA, de que era imperativo responder às preocupações americanas sem hipotecar o projecto embrionário da CECA, a França propõe o rearmamento alemão no quadro de uma Comunidade Europeia de Defesa. A proposta francesa surge, assim, como a primeira ideia de defesa europeia, formalizada através do acordo de Paris de '52, de que foram signatários os membros da CECA. O projecto idealizado pelos mentores da construção europeia – Schuman e Monnet – não passou disso mesmo, já que a Assembleia Nacional Francesa acabou por inviabilizá-lo. Na verdade, os gaulistas estavam pouco disponíveis para aceitar o rearmamento alemão, por outro lado estavam a braços com os acontecimentos na Indochina e com o despontar da crise na Argélia. Assim, a França a pretexto dos seus próprios interesses inviabiliza a ideia que ela própria tinha esboçado ao avançar com a CED. Este facto assume-se como uma das primeiras *nuances* quanto à viabilidade da construção da IESD e da sensibilidade que a mesma enforma.

O rearmamento alemão acaba por ser aceite no quadro da UO, que para o efeito se transforma em UEO em '54, passando a integrar igualmente a Itália. No ano seguinte ambos os países passam a integrar a NATO.

A UEO, apelidada de "bela adormecida" das organizações europeias, entra numa longa letargia, para só ser reactivada nos anos '80, mas mais como fórum político, dado que não dispunha de estrutura operacional. O Eurocorpo, criado em '91, só foi declarado operacional em '95, ano em que nasce igualmente a Eurofor e a Euroformar.

O Tratado de Maastricht assinado em '92, marca o ponto de viragem, ainda que ténue, na transformação da CEE em União Política. Deste modo, ao primeiro pilar de integração económica, o Tratado acrescentou um segundo e um terceiro pilar, um dos quais se refere à política externa e de segurança comum. São também desenhados os objectivos da PESC, entre outros: a salvaguarda dos valores comuns, dos interesses fundamentais e da independência da união; o reforço da segurança da união e dos seus estados membros; a manutenção da paz e da segurança internacional.

Em conformidade, com os objectivos enunciados, a PESC deverá conduzir no futuro, a uma defesa comum, que seria o último patamar da construção de uma verdadeira união política, incluindo uma dimensão estratégica e militar. Na formulação final é nítido o compromisso entre europeístas e atlantistas, uma vez que o resultado é muito vago, não tendo sequer sido estabelecido um calendário para a PESC, apenas a seguinte expressão: *"a prazo conduz a uma política de defesa comum"*. O passo fundamental dado foi o de endossar à UEO responsabilidades no planeamento e execução das decisões e acções da UE relativamente à defesa, a União lança, assim, uma ponte para a única organização europeia vocacionada para assuntos de defesa. O Tratado de Amsterdão, reafirma, no essencial, os princípios de Maastricht, consagrando o reforço da cooperação com a UEO, com vista à sua eventual integração na UE. Nesse sentido as missões de Petersberg são acometidas à UEO, que as executa em nome da União. A Cimeira de Colónia, que ocorreu durante a crise do Kosovo, dá finalmente um passo extremamente importante para a criação da IESD, ao decidir pela integração da UEO na UE a partir de 2001.

"A verdadeira Carta Magna para a criação de uma verdadeira IESD" como foi afirmado no final da reunião, não é mais nem menos do que mais um ambíguo compromisso entre sensibilidades, destinado a erguer uma capacidade pretensamente autónoma dentro da UE, de geografia variável, destinada às chamadas missões de Pettersberg, não constituindo por isso um mecanismo de defesa colectiva, o que afastou desde logo as reservas de alguns países.

O facto desta decisão ter sido tomada quando a Europa enfrentava o conflito do Kosovo não é dispiciendo, na medida em que a UE tinha justamente sido confrontada, por um lado, com os perigos que emergem nas suas fronteiras não só a Sudeste como a Sul; por outro com as suas incapacidades em matéria de segurança e defesa, uma vez que teve não apenas dificuldade em falar a uma voz, como também teve que depender da NATO e dos EUA para resolver uma crise em curso num território de seu interesse estratégico. Por outro lado, os EUA haviam vindo a fazer notar que a Europa teria que se dotar de maiores capacidades em matéria de segurança e defesa, ainda que dentro da Aliança. Vêem, pois com bons olhos o reforço da IESD, que permitiria tornar a NATO menos dependente dos EUA e garantir uma maior unidade transatlântica.

O conflito do Kosovo, o Novo Conceito Estratégico da NATO, o nível das relações entre NATO, UEO e UE, são sinais claros de incoerência, ou talvez o reconhecimento de que os Europeus não querem, não podem ou não são capazes de construir uma Europa forte, nem mesmo enquanto pilar europeu da NATO. Na verdade, quase todos os Estados-Membros parecem preferir a protecção dos EUA do que ter qualquer um dos seus parceiros com um estatuto proeminente no domínio da segurança e da defesa. O anúncio, por parte da Alemanha e da França, de cortes nos seus orçamentos para a defesa, pouco tempo após a intervenção no Kosovo, não augura, neste sentido, nada de bom e revela-se como dado contraditório face aos seus posicionamentos anteriores, nomeadamente o da França de autonomia face à NATO e o da Alemanha de recente aproximação à Aliança.

O fruto destas incoerências reside no facto de que, as várias europas – a da França, a do Reino Unido e a da Alemanha - continuarão a bater-se, cada uma pelo seu projecto, aquele que satisfaça os seus interesses e lhes garanta uma posição de directório. É nos possíveis equilíbrios entre esta tríade, que não parece disposta a enterrar as rivalidades seculares, que se tem vindo e se continuar a decidir o futuro da Europa. Por isso mesmo, mais uma vez, a Europa não agiu, reagiu.

2.2. DO KOSOVO AO SEC XXI: ACTORES E PERCEPÇÕES

A Europa é um gigante económico, tecnológico cientifico capaz de rivalizar, nestes domínios com os EUA, no entanto não assume estatuto idêntico no domínio da segurança e defesa, estando, por isso, no plano estratégico sujeita a uma grande dependência relativamente aos americanos. Note-se que a Europa foi subalternizada no Golfo, foi ignorada na crise dos inspectores e foi vexada nos Balcãs, pura e simplesmente

porque política e militarmente é frágil e o indispensável equilíbrio estratégico continua adiado. O problema que actualmente decorre dos Balcãs, as crises constantes no espaço da ex-URSS, bem como as crises que emergem a sul do mediterrâneo, são apenas uma parte das muitas situações que desafiam a Europa a assumir maiores responsabilidades políticas e estratégicas.

Os conflitos do pós guerra fria, com especial ênfase para o recente conflito do Kosovo, evidenciam que a Europa detém um enorme atraso estratégico face aos EUA, sendo impensável uma intervenção sem o seu apoio. Esta *décalage* é especialmente marcante no domínio das tecnologias de informação, aspecto fundamental para o estabelecimento de estratégias de segurança e defesa autónomas. O Secretário de Estado de Defesa americano W. Cohen, num recente balanço que fez ao Senado relativo à intervenção no Kosovo, realçou precisamente os desiquilíbrios entre os EUA e os restantes Aliados no que se refere aos domínios das comunicações e dos diversos tipos de apoio logístico, evidenciando a necessidade de a Europa se apetrechar melhor de modo a que a Aliança se torne mais eficaz.

Os EUA conhecem pois as fragilidades europeias, mas reconhecem igualmente que uma verdadeira unidade política da Europa e a criação de uma IESD com algum grau de autonomia face à NATO, dará ao continente Europeu um outro estatuto, em termos políticos e estratégicos e representará um contra-poder, muito importante relativamente à sua hegemonia. Efectivamente, a concretização da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, a par de uma reforma das estruturas de comando da NATO, que consagrasse uma maior co-responsabilidade euro-americana, constitui a pedra de toque para que este desiderato se torne possível. A par destes dois aspectos, também a reestruturação das restantes estruturas regionais vocacionadas para a defesa e segurança, UEO e OSCE, no sentido de se definir claramente a vocação de cada uma, são aspectos fundamentais para a definição do novo ambiente estratégico. O caminho a percorrer não será, no entanto, fácil.

A tão referida IESD, que decorrerá do desenvolvimento e aprofundamento do segundo pilar da União, é um projecto ainda de configuração mal definida e ambígua, ou melhor talvez possamos dizer que engloba vários projectos, consoante a percepção que os diferentes actores têm sobre o que deve ser a Europa do sec. XXI. Neste sentido, a IESD acaba por responder a objectivos tão distintos como: os da NATO, dos EUA e do Reino Unido por um lado e, por outro, os da França e de todos os parceiros que pretendem neste domínio uma Europa mais forte, os da Alemanha que procura a melhor forma e o melhor fórum para se fortalecer neste domínio e,

ainda os dos países neutros. A própria PESC, tal como foi formulada, não implica uma defesa comum europeia, tal como uma defesa europeia não significa necessariamente um exército europeu. Assim, a tímida e ambígua formulação da PESC, saída de Amsterdão, não é mais nem menos do que o reflexo das profundas contradições históricas entre as potencias europeias em matéria de defesa. As dificuldades de consensos em matéria tão sensível e tão melindrosa, virão naturalmente ao de cima, quando das palavras se passar à fase da concretização. O primeiro passo foi dado com anúncio da criação da PESC e da institucionalização da UEO como braço armado do UE, durante a Presidência alemã e em plena crise dos Balcãs, o que representa uma excelente oportunidade para a sua rápida implementação e a situação emergente da crise pode constituir o impulso que faltava.

Mas é o diálogo dos EUA, com as três potencias europeias – Inglaterra, Alemanha e França – que na nossa perspectiva um aspecto de maior importância para se perceber, o método e o objectivo da unidade política e da criação da IESD. Estas três potencias europeias têm percepções diferentes relativamente à problemática da segurança e defesa comum. A posição franco-alemã, a que se junta a Espanha, ainda que com diferenças internas, aponta claramente para a criação dum pólo estratégico europeu, que a França na linha de pensamento defendida desde de Gaulle, tem vindo a defender mesmo que de modo menos vincado na Presidência de Chirac; a Alemanha mantém no entanto, relativamente a este assunto, uma certa prudência com o objectivo de não despertar desconfianças por parte dos parceiros e está em busca do melhor enquadramento para o seu fortalecimento, assumindo uma posição intermédia entre a França e a Grã-Bretanha. O Reino Unido comprovando a sua tradicional política de ter um pé na Europa e outro fora, só olhando para o continente quando os seus interesses são ameaçados, pretende mais uma vez adoptar a política de equilíbrio, sendo, no entanto, evidente uma colagem à posição dos EUA e ao reforço da ligação euro-atlântica. Por sua vez, os americanos têm a leitura de que o pilar europeu não é mais do que o reforço da componente europeia dentro da Aliança. A necessidade de tornar a Europa mais forte e mais poderosa é pacífica e do lado americano não haverá certamente objecções. Mas a criação de estruturas paralelas, nomeadamente em termos de recolha e tratamento de informação e de planeamento estratégico, que corresponda a uma duplicação de tarefas e ao enfraquecimento das estruturas existentes na NATO, é algo que certamente não está no seu horizonte.

No entanto, a questão da IESD está muito para além do problema da repartição de responsabilidades dentro da Aliança, passando sim, pela institucionalização dum pilar europeu que deverá substituir a actual

representação de tipo estadual. A percepção maioritária na Europa aponta claramente para a criação dum pilar europeu de defesa complementar da NATO, cuja expressão seria a UEO, que se assumiria como braço armado da UE, pelo que não têm sentido manobras políticas, que sendo a expressão do interesse de alguns, não representam certamente os interesses da maioria. Estas manobras são visíveis através do posicionamento, quer das sensibilidades mais atlantistas que apontam para uma excessiva dependência relativamente à NATO, quer das mais europeístas que apontam para a criação de um pólo estratégico europeu autónomo, de que é principal defensor a França, mas onde é também nítido o interesse da Alemanha. A verdade é que em matéria de segurança e defesa, nada se fará sem a França, sendo necessário encontrar um modo de acomodação dos vários interesses em jogo.

Não se pode, no entanto, ignorar que o desenvolvimento da IESD vai ser um processo lento e difícil, que necessita de ultrapassar dificuldades de relacionamento, entre as três organizações regionais, agravadas também, pela diferente composição geográfica de cada uma delas[77]. É, pois, indispensável que todo o processo seja conduzido com rigor e transparência, que os vários interesses se harmonizem, sendo para isso da maior importância o reconhecimento de que, para além das organizações regionais, a única fonte de legitimidade para uso da força reside na única organização onde todos os Estados estão representados, a ONU.

No entanto, o processo só vingará quando forem resolvidos os paradoxos que o enquadram, ou melhor e como refere Strobe Talbott[78] quando se resolver o duplo paradoxo que envolve a IESD: (i) por um lado, os europeus que querem manter os EUA envolvidos na defesa e segurança da Europa, ao mesmo tempo que se queixam da hegemonia americana; (ii) por outro, os EUA que se queixam da falta de acção europeia, mas que temem os efeitos políticos do reforço europeu em termos de segurança e defesa.

Vejamos de seguida de modo mais detalhado quais as diferentes posições em confronto.

2.2.1. O Reino Unido e o amigo americano

A política inglesa apelando ao seu estatuto insular, privilegia a relação euro-atlântica através de uma colagem aos EUA. Os ingleses pretendem

---

[77] A UEO conta com seis dos quinze que fazem parte da UE; dela não fazem parte a Dinamarca, Aústria, Irlanda, Finlândia e Suécia. A NATO inclui todos os países membros da UE, exceptuando os quatro neutros, aos quais acrescenta: Canadá, EUA, Islândia, Noruega, Turquia, Polónia, Hungria e República Checa.

[78] In, *Transatlantic Ties*, NEWSWEEK INTERNATIONAL, 18 de Outubro de 1999.

continuar a desempenhar o papel de fiel da balança na relação entre a NATO e a Europa, pretendem, pois que a NATO continue a manter um papel preponderante em termos de segurança e defesa europeia. A experiência do conflito do Kosovo não parece ter suscitado qualquer alteração no posicionamento britânico relativamente à construção europeia e, em particular, no domínio da segurança e defesa. Pelo contrário, ele parece ter vinculado definitivamente o desenvolvimento da IESD à NATO, tal como os britânicos sempre desejaram.

O Reino Unido constitui-se, pois como o principal mobilizador de uma visão atlantista da Europa. Nesta perspectiva, o conflito do Kosovo – que surgiu numa fase de ímpeto da construção europeia com o lançamento do Euro, no qual os ingleses não participam – representou, para os britânicos, a oportunidade ideal para afirmarem em conjunto com os EUA o que querem para a Europa em matéria de segurança e defesa. Com efeito, durante o conflito, os britânicos funcionaram como a "caixa de ressonância" dos americanos na Europa e geriram a pretensa vitória dos Aliados como se fosse sua, a retribuição não se fez esperar e o seu Ministro da Defesa foi nomeado Secretário-Geral da NATO. Por outro lado, o conflito cuja consequência pode ser um possível retrocesso no processo de aprofundamento europeu, serviu também em matéria económica os interesses britânicos ao colocar um travão à afirmação do Euro e ao tornar mais evidente a necessidade de alargamento da Leste, como modo de estabilização progressiva da "outra Europa".

2.2.2. A França: o fim da *entente?*

Relativamente à França o cenário pós Kosovo e pós Washington, não parece trazer boas perspectivas para o projecto de segurança e defesa europeu que preconiza desde De Gaulle. Por um lado a sua tentativa recente de aproximação à NATO não vingou, continuando igualmente adiada a sua integração plena na estrutura militar da Aliança Atlântica, quanto a nós, absolutamente indispensável, para dar um minímo de coerência às organizações regionais onde se esgrimam os interesses europeus – NATO – UE – UEO; por outro, ao criar um novo ímpeto na criação da IESD e ao levar à aprovação do Novo Conceito Estratégico da NATO, o conflito, vincula em definitivo a política de segurança e defesa europeia à NATO, de modo menos autónomo do que os franceses desejariam.

À França, após a sua aproximação frustrada à NATO e a partir de agora com uma margem de manobra muito estreita para veicular a sua ideia de Europa, resta-lhe apostar na revalorização do papel da UEO como

instrumento de pressão junto dos americanos e dos mais radicais atlantistas da NATO e da UE.

Assim, a França foi um dos que menos ganhou com o conflito do Kosovo, uma vez que não conseguiu cumprir dois dos seus desígnios: (i) o primeiro, o de controlar a Alemanha, já que este país conseguiu reforçar o seu posicionamento estratégico e assumir uma voz em matéria de segurança e defesa que até aqui não tinha tido, este facto a par do necessário reconhecido alargamento da UE a Leste, fará ressurgir o seu poder e recolocá-la-á no centro da Europa; (ii) o segundo, o de criar condições para o surgimento de uma política de segurança e defesa europeia com maior autonomia face à NATO.

Assim, a França necessita de reorientar para o futuro a sua ligação à Alemanha, na perspectiva de manter o desejável equilíbrio dos eixos que caracterizam a ideia de Europa: Paris-Berlim-Londres.

2.2.3. A Alemanha e uma certa ideia de *MittellEuropa*

No conflito do Golfo e, em certa medida, na Bósnia-Herzegovina, a Alemanha limitou-se a ser um participante passivo, uma vez que só foi chamada a suportar encargos sem ter tido qualquer participação a nível militar. No Kosovo, já liberta do espartilho constitucional que a impedia de participar militarmente, teve a oportunidade desejada para, pela primeira vez desde o último conflito mundial, se começar a afirmar ao nível militar. O Kosovo revela, pois, uma Alemanha em ascensão também em assuntos estratégicos, evidenciando-se a par do Reino Unido como principal parceiro dos EUA e liderando o bloco europeu da Aliança durante a intervenção. Com isto não queremos dizer que haja uma leitura coincidente entre os três países sobre o que deverá ser a Europa na sua ligação euro-atlântica, nomeadamente no que se refere ao pilar europeu de segurança e defesa. Simplesmente, a conjuntura aconselhava esta parceria até porque estavam em jogo importantes arranjos geopolíticos, vitais para os interesses alemães na região balcânica. Aliás, neste conflito dos Balcãs que se arrasta desde o início da década de noventa foi notória uma grande cumplicidade entre alemães e americanos, havendo até quem opine que foi a Alemanha que arrastou a América pela terceira vez no século XX, para uma guerra na Europa.

A crise dos Balcãs tem sido parcialmente agravada pelas ambições alemãs na região. Ali jogam-se arranjos geopolíticos importantes, surgindo a Alemanha na qualidade de potência regional dominante. Desempenhou um papel da maior importância nos processos cessionistas da Croácia e da

Eslovénia, constatável no modo como reconheceu em 1991 as duas repúblicas à revelia dos seus parceiros da União e, na forma como a pressionou a reconhecer os novos países. Estes factos só por si indiciam claramente que a Alemanha tem importantes interesses geopolíticos no região dos Balcãs e que, mais uma vez, os interesses nacionais falaram mais alto. A fragmentação dos Balcãs interessa aos Alemães a bem dos seus interesses políticos, económicos e estratégicos. Esta partição territorial patrocinada pela comunidade internacional fragmentou o sudeste europeu num conjunto de entidades políticas, algumas das quais completamente inviáveis. A Croácia e Eslovénia são quase protectorados alemães, o seu domínio económico é total o que se evidencia no facto de o marco ser moeda corrente[79]. Por sua vez, a Bósnia-Herzegovina é um país virtual reconhecido precipitadamente pela UE em 1992 e onde a coexistência pacífica entre as diferentes comunidades étnicas se mostra cada vez mais difícil de concretizar. O que resta da ex-Jugoslávia, a Sérvia, está a ser domesticada, ou mesmo inviabilizada se lhe cortarem o acesso ao mar através da cessação do Montenegro. A Albania e a Macedónia estão à deriva e o Kosovo é, para já, um protectorado. Perante este cenário a Alemanha apresenta-se como potencia dominante na Europa central , sem qualquer contrapeso que lhe faça frente.

Assim, do conflito parece ter emergido uma outra percepção de entender o diálogo político e estratégico europeu protagonizada pela Alemanha, que até então vinha colaborando, ainda que de forma cautelosa com a França no processo de construção e aprofundamento da União. É um facto indesmentível que o eixo Paris- Bona se constituiu como o motor de cada etapa da integração europeia em que cada um dos países assumiu um directório: a França o político e a Alemanha o económico. Este eixo Paris-Bona é substituído no final do milénio pelo eixo Paris-Berlim, que marca a passagem de uma Alemanha a virar-se a Leste o que traz consigo a ideia da grande Alemanha, disposta a reforçar não só o seu poderia económico e a sua área de influência, mas também a fazer emergir a sua influência e importância no plano político e estratégico.

O conflito do Kosovo coincidiu com a presidência Alemã da UE, situação que foi muito bem aproveitada pelo governo Alemão para se constituir como o interlocutor europeu privilegiado, na construção da nova ordem mundial e reforçar a sua posição no seio da União. Foi durante a presidência Alemã que se deram passos da maior importância para a construção da IESD. A Cimeira de Colónia foi o palco onde se traçaram as linhas orientadoras do

[79] Agora também no Kosovo.

pilar europeu de segurança e defesa e se definiu, por iniciativa alemã, o modo de integração da UEO na UE. Foi também por iniciativa alemã, que os quinze chegaram a acordo relativamente à implementação de um Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu, tendo sido nomeado um alemão para o coordenar. Esta iniciativa, que teve lugar dias antes da Alemanha deixar a Presidência da UE, visa a reconstrução dos Balcãs e a criação de democracias sustentadas no sudeste europeu, capazes de pôr cobro às disputas étnicas na região.

A realidade dos factos, com particular relevância para os acontecimentos nos Balcãs, evidencia que neste final de milénio a liderança europeia é alemã e que os grandes desígnios estratégicos do Ocidente passam pelos vértices de um triângulo: Berlim, Londres e Washington. Assim, a Alemanha talvez tenha sido a principal vencedora do conflito no Kosovo que lhe permitiu não só reforçar a sua posição a Leste, como também assumir uma importância que não tinha no diálogo estratégico euro-atlântico. A sua posição relativamente à questão da segurança e defesa europeia é ainda ambígua, mas não será próxima nem da posição tradicional francesa, nem da versão inglesa, será talvez uma terceira via cujos contornos não estão ainda definidos.

2.2.4. A Rússia: o gigante adormecido

A problemática da segurança europeia emergente no cenário balcânico não pode passar ao lado da Rússia que mantém interesses na região. A passar por uma grave crise económica, social e política de consequências por agora ainda imprevisíveis, mas que a sucessão de Ieltsin pode precipitar. Fazendo fronteira com três realidades culturais diferentes - Europa, Ásia e o mundo muçulmano - abrangendo populações de cada uma, constitui um gigantesco mosaico étnico. A heterogeneidade das suas populações e um certo sentimento de insegurança, conduziu a que fosse sistematicamente mantido um poderoso aparelho militar a que não falta o factor nuclear. Tradicionalmente, mantendo um relativo equilíbrio, entre a Europa e a Ásia, o Império, manteve sempre assinalável protagonismo e apetência pelas disputas europeias.

Tendo sido a grande derrotada de guerra fria, os problemas internos que afectam o país, complexos e difíceis não têm parado de se avolumar, juntando-se-lhe agora mais uma grave crise no Cáucaso. Apesar das dificuldades resultantes de um processo de transição difícil, a Rússia será sempre e em qualquer circunstância, um actor fundamental da cena internacional e o que se passa no país não deixará de ter reflexos para a estabilidade e segurança na Europa.

Em toda a crise Balcânica e, particularmente na questão do Kosovo, foi perceptível que à Rússia, com interesses na região e aliada tradicional dos Sérvios, não foi atribuído um estatuto compatível com o seu peso e com os interesses que mantém na região. A atitude mais equilibrada teria sido vinculá-la ao processo de paz, através de uma participação activa, dando assim coerência ao processo de aproximação e cooperação com os Aliados de que o Acto Fundador assinado em 1997 representou um bom auspício.

A estabilidade da Europa não se constrói contra a Rússia e esse é um sinal claramente expresso no Acto Fundador que tem de ser coerente e responsavelmente assumido, pelo que não tem cabimento preencher o vazio estratégico resultante da implosão da ex-URSS à custa da sua humilhação. Compreende-se assim o acto de desespero, quando por antecipação às forças da KFOR, um grupo de 200 militares, comandados por um General se instala no aeroporto de Pristina, um dos pontos estratégicos mais importantes do Kosovo. É nítido que esta política do facto consumado, se destinou a alertar os Aliados para a realidade de que a Rússia ainda que fragilizada é uma potencia e que a nova ordem mundial, cujo esboço se vai fazendo nos Balcãs é um assunto que também lhe diz respeito.

VII. CONCLUSÕES

A queda do muro de Berlim e a implosão do império soviético vieram na última década, a par com o processo de mundialização da economia e de globalização da informação, alterar os fundamentos das relações internacionais. Não só a segurança e defesa deixaram de poder estar estruturadas em dois blocos – obrigando à reformulação do papel da NATO neste novo contexto – como também, passaram a estar desafiadas por factores novos como a economia, as migrações, a fluídez das fronteiras, o crime e o terrorismo à escala internacional, etc..

Este novo contexto veio igualmente questionar a Europa com novos desafios, a começar pela necessidade de redefinição, quer das suas fronteiras para Leste, quer do seu papel em matéria de segurança e defesa global. Se quisermos, tal como a NATO, também a UE terá perdido parte da sua lógica de sustentação em matéria de segurança e defesa, uma vez que com a queda do bloco soviético se tornou evidente a necessidade de menor dependência face aos EUA nesta matéria.

A crise do Kosovo e a intervenção da NATO funcionaram como clarificação de algumas destas questões. Por um lado, tal como outras crises no território da ex-Jugoslávia, o Kosovo veio demonstrar inequivocamente

quão frágeis eram os equilíbrios que caracterizavam os países da Europa de Leste antes de 1989, mas também quão impreparada estava a Europa para se confrontar com esta pesada herança da guerra fria, desvalorizando excessivamente os impactes em termos de segurança das desagregações nacionais que ela própria, no caso jugoslavo, ajudou a manifestar. O conflito do Kosovo foi não só a manifestação dessa insegurança, como também e muito provavelmente, o aviso final à Europa para a necessidade de se fortalecer do ponto de vista pollítico e militar. Foi também, antes de mais, mais um dos efeitos da política de "balcanização" da ex-Jugoslávia, facilitada pela Alemanha com o apoio dos EUA, com a expectativa de relançar a sua influência no Leste europeu e de quebrar os ímpetos que teria uma Jugoslávia mais forte. O fim do equilíbrio bipolar, ao contrário do que muitos pensaram, revelou-se assim mais problemático que a sua manutenção.

Por outro lado, o Kosovo funcionou como balão de ensaio para a emergência de um projecto de segurança e defesa à escala global liderado pela NATO, em que conceitos característicos da anterior ordem – como a soberania territorial e a inviolabilidade das fronteiras - passam a ser substituídos por outros – como o direito de ingerência - mais consentâneos com a lógica de interdependência global que caracteriza o novo milénio. Assim, as expressões dos interesses e das identidades nacionais mesmo dentro dos territórios nacionais, só serão permitidas desde que não coloquem ameaças à paz e segurança internacional. Mas sabemos bem como esta avaliação é sempre tão relativa! Colocam-se, assim, importantes limitações ao exercício da soberania dos Estados, que se juntam a todas as outras que decorrem de processos muito menos controláveis como a economia e as tecnologias da informação.

Tendo em conta este quadro de reordenamento das relações internacionais que vivemos nesta transição de milénio, quais as lições que podemos retirar do recente envolvimento da NATO no Kosovo? A resposta a esta questão, apesar do esforço realizado ao longo desta reflexão, não é fácil, uma vez que a situação geoestratégica e geopolítica actual está repleta de ambiguidades e paradoxos. Não temos, pois, a pretensão de os ter desmontado e de ter encontrado uma solução ou uma resposta única para o problema em análise. Talvez possamos afirmar que os esforços diplomáticos não haviam sido esgotados; que não se cuidou suficientemente dos impactes de uma intervenção desta natureza sobre as populações e sobre a estabilização da região; que do ponto de vista militar a estratégia implementada foi demasiado arriscada, dando lugar a "uma vitória sem triunfo"; que a Europa se tornou refém não só da vontade estratégica dos

EUA, como dos impactes das suas acções; que a fragilização da ONU que daqui resultou possa vir a revelar-se um preço demasiado alto a pagar. Mas talvez o futuro nos permita retirar outro tipo de conclusões, caso o pacto para estabilidade na região funcione, caso a NATO e os EUA se voltem a revelar de enorme utilidade, caso a ONU proceda a reformas internas, caso a Europa desenvolva a PESC e a IESD.

No entanto, independentemente da bondade dos resultados futuros, não podemos escamotear o facto de a intervenção no Kosovo ter funcionado como meio de afirmação estratégica dos EUA e da NATO na Europa, que quiseram evidenciar a sua capacidade de intervenção autónoma face à ONU e à comunidade internacional; de ter resultado na talvez irreversível fragilização das NU; de ter significado um passo atrás na aproximação da Rússia à NATO. Mas não são necessários complexos exercícios de prospectiva estratégica para percebermos quão errada é a estratégia de secundarização da Rússia, por via da crescente tentativa de a encostar o mais possível à Ásia, quando se trata de um actor fundamental para a segurança europeia que deveria ser motivado para um crescente sentimento de pertença à Europa. Não podemos igualmente esquecer o facto de a intervenção no Kosovo ter sido motivada por outros interesses que não apenas a segurança e a defesa. Funcionou, nomeadamente, para os EUA refrearem o ímpeto económico reforçado pela UE no início de '99 com o lançamento do Euro, servindo pelo caminho os interesses ingleses e alemães no alargamento a Leste e comprometendo o processo de aprofundamento em curso.

Quais foram então as implicações do conflito para a NATO e para a segurança europeia?

Para a primeira, os resultados foram positivos pois a intervenção no Kosovo permitiu que a aprovação do Novo Conceito Estratégico fosse de certo modo pacífica. Este apresentou-se como um projecto estratégico global compatível com o mundo globalizado e de interdependências em que vivemos, juntando-se a iniciativas que já vinham sendo tomadas, como o alargamento a Leste, como o estabelecimento das PfP's, como as DIC, ou mesmo o Acto Fundador. Por outro lado, o conflito permitiu provar também as incapacidades europeias em matéria de segurança e defesa, levando à vinculação da IESD à NATO e moderando os ímpetos de autonomia visados por alguns países, como a França. Como refere o Secretário de Estado Strobe Talbott *"nós não queremos ver a IESD a surgir primeiramente dentro da NATO, a crescer fora da NATO e finalmente afastada da NATO, uma vez que significaria um esforço que duplicaria a NATO, mas acima de tudo que competiria com a NATO"*.

Para a Europa, independentemente dos interesses particulares de cada Estado-Membro – e vimos como eles são diferentes e por vezes indefinidos –, os resultados não foram positivos. Por um lado, ficou evidenciada a incapacidade europeia de prevenir conflitos e salvaguardar os seus interesses estratégicos e políticos. Por outro, o conflito, se permitiu relançar o projecto PESC/IESD, demonstrou também que este só é possível se compatível com os interesses da NATO, pondo em causa a autonomia mínima necessária para que tal projecto se torne efectivo.

O paradoxo manteve-se pois por resolver, já que se todos dizem que o reforço das capacidades em matéria de segurança e defesa da Europa não é um jogo de soma zero, talvez todos pensem também o contrário. Este é o paradoxo da segurança europeia: mais Europa dentro da NATO ou mais Europa e menos NATO. Quem estará disposto a pagar o preço de uma autonomia extemporânea da Europa face à NATO? Ninguém, nem mesmo a França.

BIBLIOGRAFIA

AAVV, *O Choque das Civilizações? O debate sobre a tese de Samuel P. Huntington*, Gradiva, Lisboa, 1999.

ALVES, Gen. José Alves, *Estratégia*,Dom Quixote, Lisboa, 1999.

AZEVEDO, Maria Eduarda, *Renovar a Aposta Europeia*, Quetzal, Lisboa, 1999.

CAPPS, Stephane Pierré, *A Multinação – O Futuro das Minorias na Europa Central e Leste*, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.

CASTELLS, Manuel, *The Power of Identity, The Information Age: Economy, Society and Culture*, Vol. II, Blackwell Publishers, 1997.

CASTELLS, Manuel, *End of Millenium, The Information Age: Economy, Society and Culture*, Vol. III, Blackwell Publishers, 1998.

DEFARGES, Philippe Moreau, *A Mundialização – O Fim das Fronteiras*, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.

FONTAINE, Pascal, *A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias*, Gradiva, Lisboa, 1998.

FOSSAERT, Robert, *O Mundo no séc. XXI*, Instituto Piaget, Lisboa, 1996.

GNESOTTO, Nicole, *France, Europe, OTAN – La Nouvelle Politique de Defense Française*, Estratégia, n.º 12-13, 1.º semestre, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, 1999.

KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, 1996.

LAROUSSE, *Nova Enciclopédia*, Selecções do Reader's Digest, Paris, 1983.

LOURENÇO, Eduardo, *Meio Século de Dramaturgia Política Europeia*, Estratégia, n.º 12-13, 1.º semestre, 1999.

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 1997.

NEWHOUSE, John, *Europe Adrift*, Pantheon Books, New York, 1997.

PEREIRA, Carlos Santos, *Da Jugoslávia à Jugoslávia – os Balcãs e a Nova Ordem Europeia*, Cotovia, Lisboa, 1995.

POULANTZAS, Nicos, *A Crise do Estado*, Moraes, Lisboa, 1978.

RAMONET, Ignacio, *Geopolítica do Caos*, Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

ROJO, Alfonso, *Jugoslávia Holocausto nos Balcãs: a agonia de um Estado e a razão porque se matam entre si os seus habitantes*, Lisboa, Inquérito, 1992.

SIDJANSKY, Dusan, *El Futuro Federalista de Europa – De los origenes de la Comunidad Europea a la Unión Europea*, Ariel, Barcelona, 1998.

Artigos na Imprensa

ABDELKRIM, Christine, *Guerra nos Balcãs, Estas Armas tão pouco Convencionais*, Le Monde Diplomatique, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

ALMEIDA, Paulo, *Os Balcãs são aqui ao Lado*, Diário de Notícias, Maio de 1999.

BARROSO, Alfredo, *A NATO, os EUA e o céu da Guerra*, Expresso, Maio de 1999.

BARROSO, Alfredo, *Pulsão Humanitário e Pax Americana*, Expresso, Maio de 1999.

BARROSO, Durão, *Europa América*, Público, Março de 1999.

BOURDIEU, Pierre, *Por um Movimento Social Europeu*, Le Monde Diplomatique, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

CABRAL, Manuel Vilaverde, *O Império ataca de Novo*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

CALDEIRA, Pedro, *Bomba Política em Belgrado*, Público, Abril de 1999.

CALIC, Marie Janine, *Europeizar a outra Europa*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Julho de 1999.

CARDIA, Mário Sottomayor, *De Novo a Guerra na Europa*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

CARRIÇO, cap. Inf. Manuel, *A OTAN e o Kosovo nuances de uma intervenção anunciada*, Jornal do Exército, Maio de 1999.

CARVALHO, António, *Um Repórter de Guerra no Coração dos Balcãs*, Diário de Notícias, Março de 1999.

CARVALHO, Frederico, *Kosovo é Destino Suspenso*, Expresso, Junho de 1999.

CARVALHO, Ruben, *Escombros Responsáveis*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

DELGADO, Luís, *Genocídio*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

DELGADO, Luís, *Papel da ONU*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

DUDANT, Vincent, *Jugoslávia o preço da Vitória*,Grande Reportagem, Agosto de 1999.

EANES, Gen. António Ramalho, *Kosovo: Intervenção Militar não foi a melhor Via*, Público, Abril de 1999.

ESPADA, João Carlos, *Jugoslávia, Crime e Castigo*, Independente, 1 de Abril de 1999.

FERREIRA, António Ribeiro, *Página Negra*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

FISK, Robert, *Mentiras da Guerra no Kosovo*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Agosto de 1999.

GOLUB, Philipp S., *Esta Comunidade Dita Internacional*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

GORCE, Paule-Marie de la, *Negociações em falsas Aparências*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

HÉLDER, Eduardo, *Kosovo Domina Reunião do G-8*, Diário de Notícias, Junho de 1999.

HOFINUNG, Thomás, *Guerra nos Balcãs, Bósnia Refém da Guerra da Jugoslávia*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

JOUVENEL, Hugues, *L'Europe Impuissante*, Futuribles, Abril de 1999.

LOURENÇO, Eduardo, *A Segunda Morte da Europa*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Agosto de 1999.

MASCARENHAS, Oscar, *Subsídios para Recordar Teorias Sobre o Resgate do Povo*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

MASCARENHAS, Paulo Pinto, *Assassinos Natos*, Independente, Março de 1999.

MONTEIRO, Henrique, *As Razões da Nato*, Público, Abril de 1999.

NEVES, João César das, *Guerra Moralista*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

OLIVEIRA, Helena Ferro de, *Kosovo é um Problema na Europa*, Público, 25 de Março de 1999.

PEREIRA, Pacheco, *Parece Uma Catástrofe? É Uma Catástrofe*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

PIRES, Brig. Lemos, *O Novo Conceito Estratégico da Nato*, Jornal do Exército, Maio de 1999.

PISANI, Francis, *Pensar a Ciberguerra*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Agosto de 1999.

RADUANYI, Jeani, *"Guerra nos Balcãs Tempestade Político na Russia*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

RAMALHO, Cor. Pinto, *A Evolução Estratégica da Otan*, Jornal do Exército, Abril de 1999.

RAMONT, Ignácio, *Nova Ordem Global*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

RAMOS, Mário, *Os Jornalistas e a Guerra*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

RANGEL, Emídio, *A favor da Nato*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

RATO, Vasco, *Silêncios Cúmplices*, Independente, 28 de Março de 1999.

RIBEIRO, Daniel, *Tudo à Espera Milosevic*, Expresso, 20 de Março de 1999.

RIBEIRO, Luís, *Um Plano Fantasma*, Expresso, 20 de Março de 1999.

SACHETTI, António Emílio, *NATO-Guerra e Delegação de Guerra*, Diário de Notícias, Abril de 1999.

SANGUINETTI, Antoine, *Construir a Paz nos Balcãs – o planeta ao Alcance dos EUA*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

SOLANA, Javier, *Uma Europa mais segura para o Novo Milénio,* Diário de Notícias, Maio de 1999.

TAVARES, Miguel Sousa, *Até ao Fim,* Público, Abril de 1999.

TAVARES, Miguel Sousa, *Duas semanas de debate intelectual,* Público, Abril de 1999.

THIESSIE, Anne Marie,*A Lenta Invenção das Identidades Nacionais*, Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Junho de 1999.

TIBÉRIO, Luís, *A Bomba Humana*, Público, Abril de 1999.

VALENTE, Vasco Pulido, *A lógica do pântano,* Diário de Notícias, Abril de 1999.

ZIVKOVIC, Andreja, *O Protectorado, Instrumento de Domínio,* Le Monde Diplomátique, Edição Portuguesa, Julho de 1999.

RADARES DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

Pelos 2.º Sargentos de Artilharia
DIOGO BAIÃO e RAIMUNDO GRILO QUEIRÓS

Nas últimas décadas tem-se assistido a um grande desenvolvimento da informática e de todo o tipo de sistemas electrónicos. O paralelismo desenvolvimento/actualização é o grande responsável pelas alterações doutrinárias que se têm verificado, principalmente, a partir do início da Guerra Fria. Como consequência deste comboio em permanente andamento, os moldes técnico-tácticos actuais justificam a extrema importância de um Pelotão de Aquisição de Objectivos (PAO) que com o seu equipamento apoia os escalões de manobra e de apoio de fogos da nossa Brigada.

Como não podia deixar de ser, visto a Artilharia ser uma Arma muito técnica, nós artilheiros assistimos ao aparecimento de sistemas de armas cada vez mais rápidos e eficazes. Não seria conveniente iniciar este artigo, sem antes fazer um enquadramento que justificará a presença destes radares na nossa doutrina artilheira. Assim sendo, o Pelotão de Aquisição Objectivos (PAO), sediado na Escola Prática de Artilharia, tem como principal missão detectar, identificar e localizar elementos ou forças inimigas dentro da área de manobra ou de interesse de uma Brigada Independente.

Este pelotão é organicamente constituído por uma Secção de Comando, a qual comporta um oficial subalterno, dois sargentos e um soldado. Uma Secção de Topografia, composta por sete sargentos, oito cabos e quatro soldados, que providencia o controlo topográfico, prioritariamente aos meios orgânicos do PAO, e, quando necessário e pedido, aos restantes escalões da Brigada. A Secção de Radar de Localização de Armas (SecRLA), constituída por dois sargentos, quatro cabos e três soldados, tem como objectivo prioritário adquirir sistemas de tiro indirecto inimigos utilizando um radar AN/TPQ-36. A Secção Radar de Localização de Alvos Móveis (SecRLAM), que por intermédio de um radar RATAC-S adquire alvos em movimento, comporta dois sargentos, três cabos e dois soldados. Por fim, a Secção de Meteorologia satisfaz as necessidades da Brigada em termos de elementos meteorológicos e é formada por cinco sargentos, quatro cabos e dois soldados.

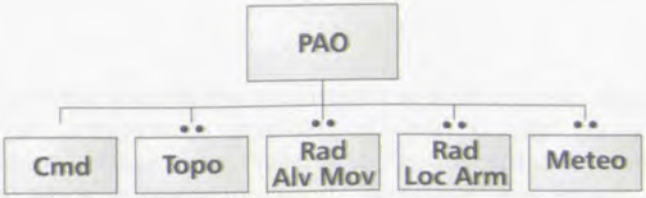


Figura 1: *Organização do PAO.*

RATAC-S: Radar de Localização de Alvos Móveis

Sem elementos precisos sobre os objectivos, as capacidades e a precisão das armas de tiro indirecto ficam minimizadas. Desta forma, os radares de localização de alvos móveis (RLAM) permitem apoiar o esquema da manobra do comandante durante a ofensiva e protegem os seus meios mais vulneráveis durante a defensiva.

Na nossa doutrina (visto que o Pelotão de Aquisição de Objectivos apoia uma Brigada independente), a nossa secção de RLAM tem por missão principal a detecção, identificação, localização e seguimento de alvos móveis e por missão secundária a regulação e ajustamento do tiro. Esta última missão só deverá ser executada quando for absolutamente necessário, pois o tempo de radiação deverá ser reservado para a missão principal, porque, quanto menor for o tempo de radiação menor será o risco de o radar ser localizado. O tempo máximo de radiação nunca deverá exceder os dois minutos.

Através duma eficaz utilização e processamento da informação, este tipo de radar proporciona à Artilharia de Campanha (bem como às nossas forças de manobra), a capacidade de adquirir alvos móveis em território IN. Os RLAM podem aumentar a capacidade das nossas forças nas missões de contra-reconhecimento, através da detecção de forças de reconhecimento IN.

O RATAC-S funciona por efeito de "DOPPLER", ou seja, localiza e segue o objectivo, através da frequência do sinal reflectido. Este sinal pode ser ouvido pelo operador, quer através da consola quer através de uns auscultadores, permitindo identificar os alvos através do som por eles produzido. Um sinal de rádio específico reflectido pelo objectivo, permite ao operador identificar se se trata de pessoal, de viaturas, de rebentamento de granadas de Artilharia, etc. Este radar tem o alcance máximo de 38Km para colunas de viaturas, mas tem a possibilidade de detectar militares apeados até aos 18Km, veículos ligeiros até aos 24Km, helicópteros até aos 28Km, viaturas pesadas até aos 30Km e rebentamentos de granadas de 105mm e 155mm até aos 8Km e 15Km respectivamente. Este radar necessita de linha de vista electrónica, o que o torna muito vulnerável à Guerra Electrónica. É posicionado 1 a 2 Km da OAZR sendo muito vantajosa a sua utilização durante a noite ou em períodos de visibilidade reduzida.

Mantido sob o controlo directo da Artilharia e direccionado, normalmente, para missões de Acção de Conjunto (A/C), o seu posicionamento geral e a área de vigilância são definidos pelo oficial de operações. A área de vigilância é orientada para cobrir o eixo de progressão IN ou qualquer área crítica que não seja facilmente observada por outros meios.

Este sistema radar é constituído por duas partes distintas; a unidade do operador e a unidade sensor. A unidade do operador encontra-se dentro de um "shelter", enquanto que a unidade sensor se encontra colocada numa torre pesquisando o sector que lhe tiver sido atribuído. Este equipamento foi concebido para diversas missões, tais como, vigilância do campo de batalha, aquisição de objectivos, identificação, localização e seguimento automático

de alvos móveis, ajustamento e regulação do tiro de Artilharia, guiamento de pequenas unidades de ataque terrestre e/ou aéreas e guiamento de helicópteros, especialmente, no regresso à base.

Nos últimos anos, na Escola Prática de Artilharia, têm-se qualificado Sargentos do QP como operadores principais e instruído praças do SEN como Operadores secundários. Ainda no domínio dos cursos do QP (Curso de Promoção a Capitão, Tirocínio para Oficiais de Artilharia e Curso de Formação de Sargentos de Artilharia) tem vindo a ser ministrada a cadeira de radar.

Figura 2: *"Shelter" e torre elevatória (recolhida) do radar RATAC-S.*

AN/TPQ-36: Radar de Localização de Armas

Durante muito tempo procurou-se solucionar a grande desvantagem que é sofrer um ataque de sistemas de armas de tiro indirecto e não ter capacidade para determinar de onde provém. Assim, a empresa norte

americana Hughes Aerospace and Electronics Company conseguiu satisfazer esta necessidade com a criação dos radares AN/TPQ-36 e AN/TPQ-37, sendo o alcance de detecção a diferença marcante entre eles. Para ambos a missão principal é detectar e localizar sistemas de tiro indirecto IN (morteiros, artilharia e rockets) com rapidez e precisão, de modo a possibilitar às nossas forças uma resposta de contrabateria. Podem ainda, como missão secundária, regular o tiro das nossas bocas de fogo. Contrariamente aos radares de Localização de Alvos Móveis, o AN/TPQ-36 não precisa de ocupar posições em pontos elevados. A posição escolhida deverá situar-se atrás de uma crista em que o ângulo de sítio para esta ronde os 15 a 30 milésimos, reduzindo, assim, as probabilidades de detecção e de empastelamento por parte do IN. A partir desta posição, o grupo da antena pesquisa electronicamente o sector previamente estabelecido, emitindo uma barreira de feixes programados de modo a contornarem o perfil da crista topográfica. Sempre que a barreira electrónica for rompida, imediatamente a antena direcciona feixes de verificação, com a finalidade de analisar a natureza do objecto (tipo de trajectória, tipo de material, velocidade, etc.). Após a consideração destes requisitos a antena direcciona um terceiro tipo de feixes, os de seguimento. O computador, através da velocidade do projéctil e da extrapolação da sua trajectória, determina as coordenadas de onde foi disparado.

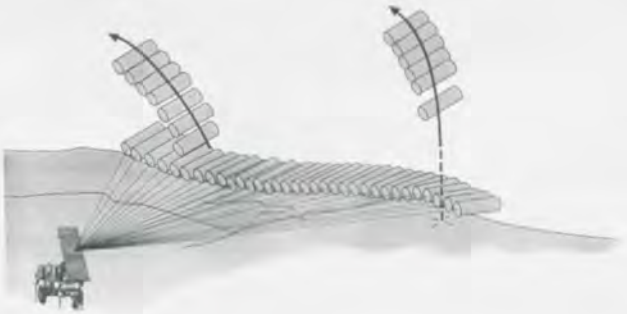


Figura 3: *Ponto de Origem (PO).*

Esta sequência ocorre tão rapidamente que o operador consegue obter a informação final antes de o projéctil atingir o seu alvo, sem nunca interromper a vigilância do sector que poderá compreender uma largura de

230 milésimos, no mínimo, e 1600 milésimos, no máximo, e no modo "Extend Azimuth" vigiar os 6400 milésimos. A sua capacidade de detecção inicia-se aos 750 metros até um máximo de 24.000 metros.

A primeira versão do AN/TPQ-36 teve a sua primeira "prova de fogo" em 1983 no Líbano. A partir desta data, fruto do desenvolvimento tecnológico, o equipamento tem sido reforçado com algumas melhorias, tendo sido adquiridos pelo Exército Português dois modelos da versão 8 (a mais sofisticada aquando do acordo de compra em 1998). Esta versão comporta um "upgrade" que permite a comunicação electrónica, quando ligada a um Sistema de Ligação e Direcção de Tiro (também adquirido juntamente com o radar), possibilitando, assim, a recepção e o tratamento da informação em tempo real.

Figura 4: *Viatura rebocando o grupo da antena do radar AN/TPQ-36.*

Já foram adquiridos, entretanto, mais de 90 radares por países estrangeiros, com maior destaque para a Holanda, Turquia e Espanha. Existem três Baterias de Aquisição de Objectivos Americanas, uma na Coreia do Sul, outra na Alemanha e outra na Bósnia.

É importante salientar que se está a apresentar um equipamento em que a sua eficiência ficou provada em combate, principalmente, devido ao seu desempenho aquando da Guerra do Golfo, em que os primeiros disparos

da artilharia iraquiana foram detectados pelos AN/TPQ's que, de imediato, em resposta, originavam uma acção de contrabateria altamente destruidora por parte das forças multinacionais (utilizando MLRS). Esta situação levou um prisioneiro de guerra iraquiano a relatar a um oficial da bateria de localização de armas: "...we couldn't fire our artillery; if we did, the steel rain would come... All we could do was surrender." ("nós não podíamos utilizar a nossa artilharia; se o fizéssemos, uma chuva de aço cairia de imediato sobre nós... Tudo o que poderíamos fazer era rendermo-nos.").

A Escola Prática de Artilharia aguarda, durante o corrente ano, a chegada dos radares AN/TPQ-36 (versão 8) em que cada equipamento será adaptado a duas viaturas Unimog Mercedes. A aquisição deste radar reveste-se de extrema importância para o levantamento do PAO nacional com inerentes vantagens na criação de uma "escola" neste âmbito. Dá-se assim um salto qualitativo na Artilharia de Campanha Portuguesa. Se por um lado os RLAM permitirão adquirir todo e qualquer alvo em movimento, os RLA vêm suprimir qualquer acção de tiro indirecto por parte do IN.

Hoje em dia os conflitos tendem a ser como o "jogo do gato e do rato", ou seja, bater e fugir em seguida. Assim, só quem conseguir, por um lado, ocultar as suas forças e os seus meios de vigilância e, por outro, obter informação acerca das movimentações do adversário, no menor intervalo de tempo, conseguirá sobreviver no campo de batalha, pelo que se compreende facilmente a importância da aquisição destes radares.

"JOINT VISION 2020" UMA REFERÊNCIA PARA O FUTURO

Pelo Ten.-Coronel de Artilharia
RAUL MANUEL SEQUEIRA REBELO

GENERALIDADES

Os Estados Unidos da América, na continuação do quadro conceptual estabelecido na "Joint Vision 2010", em fase de implementação, preparam agora uma perspectiva mais ambiciosa e exigente, que designam por "Joint Vision 2020".

A "Joint Vision 2020" tem por objectivo essencial definir a arquitectura doutrinária de suporte com vista à criação de uma força que se assuma como dominante, em todo o espectro das operações militares – persuasiva em tempo de paz, decisiva na guerra e proeminente em qualquer forma de conflito.

Trata-se de transformar ou catapultar os requisitos estipulados na "Joint Vision 2010" nomeadamente, as actuais capacidades de manobra, de ataque, logísticas e de protecção, para definições mais abrangentes e imperativas como sejam, a manobra dominante, o empenhamento de precisão, a concentração na logística e a protecção em todas as dimensões.

No futuro, a força conjunta, dada a sua flexibilidade e capacidade de resposta, constituir-se-á como o fulcro de todo o sucesso operacional. A integração das competências próprias de cada uma das componentes, decorrentes dos respectivos Ramos, tornar-se-á essencial ao conjunto e potenciará a força resultante. O talento, o profissionalismo e a prontidão são também eles, factores indispensáveis de sucesso, neste quadro de futuro.

Torna-se importante salientar que, no dizer das autoridades Norte-Americanas, a superioridade tecnológica não é por si só suficiente; de igual ou maior relevo, é o desenvolvimento da doutrina, das estruturas, do treino e da educação e preparação de líderes que possam tirar partido dessa ascendência tecnológica. Associadas a estas características, assume também especial importância a evolução das tecnologias de informação e uma postura de abertura e inovação, que atravesse horizontal e verticalmente as pessoas e as organizações.

Subjacente à "Joint Vision 2020", estão as possibilidades dos potenciais adversários, cujos meios situar-se-ão muito para além daqueles estritamente usados na "era industrial". Disporão de uma tecnologia de ponta e farão apelo a abordagens assimétricas, concentrando-se no desenvolvimento de determinadas capacidades que explorarão vulnerabilidades específicas ainda não referenciadas, a nível táctico, operacional e estratégico, com elevado impacto psicológico na opinião pública. Estas aproximações assimétricas têm uma elevada dinâmica e gozam de uma considerável mutabilidade, dificultando a detenção, a defesa e a derrota desses possíveis adversários.

DOMÍNIO EM TODO O ESPECTRO

Para as Forças Armadas dos EUA, domínio em todo o espectro das operações militares abrange o emprego de forças estratégicas e de armas de destruição maciça, as guerras em grandes teatros de operações, os conflitos

regionais e as operações de contingência de pequena escala. Inclui também, as situações ambíguas compreendidas entre a paz e a guerra, tais como as operações de paz e de imposição da paz, bem como as operações de assistência humanitária e de apoio às autoridades civis.

A expressão – domínio em todo o espectro – implica que as forças estejam aptas a conduzir operações sincronizadas e sustentadas, em combinação com unidades vocacionadas para situações específicas, com acesso e liberdade de operação em todos os domínios: espaço, mar, terra, ar e informação.

A preparação para as referidas operações globais pressupõe a criação de forças conjuntas versáteis e flexíveis, capazes de reagir às alterações do ambiente estratégico envolvente e de se adaptar aos potenciais inimigos, beneficiando das novas tecnologias e da agilidade inerente. Estes desafios exigem uma força composta de recursos humanos altamente educados, motivados e competentes, aptos a enfrentar as elevadas exigências das futuras missões conjuntas.

A preparação de uma força conjunta dotada das capacidades acima mencionadas, capaz de alcançar o domínio em todo o espectro das operações, está dependente de dois requisitos essenciais: a superioridade de informação e a capacidade para a inovação.

Informação, processamento da informação e redes de comunicações são actividades fundamentais da acção militar. Através da história, os grandes líderes militares sempre viram na superioridade de informação um forma de alcançar a vitória. Contudo, a actual revolução em curso nesta área tem vindo a criar não só uma alteração quantitativa mas também qualitativa que em 2020, determinará profundas mudanças na condução das operações militares. Os avanços nas capacidades de informação estão a ser de tal forma rápidos que se corre o risco de se ver ultrapassada a nossa aptidão de retenção das ideias, de formulação de conceitos operacionais e de avaliação dos resultados.

A superioridade de informação confere à força conjunta uma vantagem competitiva, apenas quando é traduzida em conhecimentos e decisões oportunos que, por sua vez, devem ser implementados com uma celeridade superior à capacidade de reacção do adversário ou, num cenário de não guerra, num tempo que permita à força configurar a situação ou reagir atempadamente a alterações inesperadas.

A evolução das tecnologias de informação possibilitará a integração das formas tradicionais das operações de informação com os meios mais sofisticados de informações, vigilância e reconhecimento, numa campanha totalmente sincronizada, permitindo assim, incrementar o potencial de combate e contribuir para o sucesso das operações militares.

A "Joint Vision 2020" identifica a inovação tecnológica como uma componente vital na transformação da força conjunta. Um processo de inovação efectivo exige uma aprendizagem contínua que, aliada a profissionais altamente treinados e qualificados, possa originar novos conceitos e ideias que resultem em avanços concretos na condução das operações. A busca de inovação deve condicionar todo o contexto das operações conjuntas, o que significa que as Forças Armadas devem explorar as alterações na doutrina, na organização, no treino, no equipamento, na liderança, na educação, nas infra-estruturas e na tecnologia, com o objectivo de explorar formas de abordagem tão flexíveis quanto necessárias, que possam fazer face a circunstâncias imprevistas ou até a corrigir hipotéticos erros de avaliação.

CONDUTA DAS OPERAÇÕES E CONCEITOS OPERACIONAIS

As complexidades e incertezas do futuro ambiente de segurança exigem que as Forças Armadas estejam preparadas para enfrentar um vasto leque de ameaças, com níveis de intensidade variáveis. A obtenção do êxito requer assim, uma completa integração das capacidades e competências de cada uma das componentes, decorrentes dos respectivos Ramos, numa força conjunta ajustada às situações específicas e aos objectivos a elas associados.

Paralelamente, a viabilidade de implementação dos conceitos operacionais emergentes, já anteriormente referenciados – manobra dominante, empenhamento de precisão, concentração na logística e protecção em todas as dimensões – tem como pressuposto aquela mesma integração, sem a qual não será mais possível enfrentar os desafios colocados pelos cenários já aqui esboçados. Para uma melhor compreensão das alterações doutrinárias estruturais a imprimir, torna-se importante apresentar cada um dos conceitos referidos.

MANOBRA DOMINANTE

Uma força conjunta apta a executar uma manobra dominante deverá possuir uma velocidade e agilidade ímpares, no posicionamento e reposicionamento de meios, a partir de posições dispersas e afastadas, por forma a alcançar os objectivos operacionais rápida e decisivamente. O emprego da manobra dominante pode conduzir directamente aos objectivos, mas também pode facilitar a utilização de outros conceitos operacionais. A título de exemplo, ela poderá ser usada para fazer desalojar forças inimigas, permitindo a sua destruição através de um empenhamento de precisão.

A capacidade para rapidamente concentrar forças, em paralelo com os efeitos da sua dispersão, permite ao comandante da força conjunta estabelecer o controlo do espaço pluridimensional da batalha, no tempo e local adequados. Em caso de conflito, esta capacidade de atingir uma posição de vantagem proporciona ao comandante o emprego do potencial de combate decisivo que obrigará o adversário a reagir a partir de uma postura fragilizada, ou a resignar. Noutras situações, permitirá ainda à força ocupar posições dominantes, que influenciarão decisivamente, o curso dos acontecimentos e evitarão as hostilidades ou então, possibilitarão a reacção controlada, caso as mesmas eclodam. Para além da presença física da força, a manobra dominante gera um impacto considerável na mente dos opositores e de outros intervenientes presentes na área de operações. Simultaneamente, o comandante deverá sempre usar as operações de informação como um multiplicador de força, por forma a fazer denotar o potencial de combate disponível, sem que o tenha de mostrar fisicamente as capacidades dos seus elementos.

EMPENHAMENTO DE PRECISÃO

A característica essencial do empenhamento de precisão é a interligação dos sensores, dos meios de lançamento e dos seus efeitos. Na força conjunta do futuro, esta interligação intersectará horizontalmente as diferentes componentes e combinará as capacidades dos parceiros multinacionais e de outros intervenientes, sempre que necessário. A resultante desta integração conferirá ao comandante uma gama alargada de capacidades em resposta a qualquer situação, incluindo os sistemas de armas cinéticas e não cinéticas, capazes de provocar os efeitos desejados, quer sejam eles letais ou não letais.

O conceito de empenhamento de precisão está para além do ataque de precisão a um objectivo com meios explosivos. Uma acção desta natureza pode incluir a destruição de um objectivo através do emprego de uma força convencional, ou da inserção de uma unidade de operações especiais ou ainda, da execução de uma missão de operações psicológicas. Noutros casos, o empenhamento de precisão pode ser utilizado para facilitar a manobra dominante ou o combate próximo decisivo. O comandante pode igualmente, empenhar armas não cinéticas, particularmente na áreas das operações de informação onde, a título de exemplo, os objectivos poderão centrar-se em destacados dirigentes adversários, ou unidades opositoras ou também, a opinião pública de uma dada população adversa. Qualquer que seja o caso, o empenhamento decisivo permite ao comandante configurar a situação ou a área espacial da batalha, por forma a minimizar os riscos para as forças amigas e contribuir para a optimização de emprego dos recursos.

CONCENTRAÇÃO NA LOGÍSTICA

A concentração na logística potenciará as capacidades militares, garantindo a colocação do equipamento, dos abastecimentos e do pessoal adequado, nos quantitativos necessários, no local indicado e no tempo certo, em apoio dos objectivos operacionais. Será o resultado de aperfeiçoamentos determinantes dos sistemas de informação, da inovação das estruturas organizacionais e dos processos de reengenharia, bem como do avanço nas tecnologias de transporte.

A concentração na logística interligará todas as funções e unidades logísticas, através de avançados sistemas de informação que integrarão em tempo real, todos os meios disponíveis, num quadro operacional de informação global. Estes sistemas serão dotados de novas ferramentas de apoio à decisão que optimizarão a análise, o planeamento e a antecipação, no âmbito dos requisitos do combate. Simultaneamente, eles garantirão uma ampla ligação aos sectores empresariais, por forma a beneficiar das práticas de gestão avançada e das especificidades das novas economias.

Para a força conjunta do futuro, a implementação deste conceito proporcionará uma ligação de excelência entre as operações e a logística que resultará num compromisso de distribuição dos abastecimentos ao combatente no momento e local precisos. Esta melhoria substancial também restringirá os requisitos de sustentação, bem como as vulnerabilidades das linhas de comunicações, ao mesmo tempo que reduzirá a referenciação e a assinatura logísticas.

PROTECÇÃO EM TODAS AS DIMENSÕES

As operações militares têm que se realizar, apesar dos potenciais adversários poderem usar uma variedade alargada de armamento (incluindo armas de destruição maciça) e conduzirem operações de informação ou ataques terroristas, isto para além da eventualidade de simultaneamente, se estar na presença de ameaças assimétricas, durante qualquer um dos momentos dessas operações.

As pessoas e todos os restantes recursos, militares ou não, necessários à conduta das operações militares, devem-se encontrar protegidos, onde quer que se encontrem e em qualquer das fases da operação. A protecção em todas as dimensões só se verificará se a força conjunta puder cumprir a missão com um grau de risco aceitável, quer no domínio físico ou no da informação.

A capacidade de protecção em todas as dimensões engloba um vasto leque de acções, de combate e de não combate, em operações ofensivas e

defensivas, tornadas possíveis pela superioridade de informação. Ela será baseada em medidas defensivas, activas e passivas, incluindo a defesa contra mísseis balísticos, as contra-medidas ofensivas, os procedimentos de segurança, as medidas anti-terroristas, as avaliações extensivas no âmbito das informações, a resposta a situações de emergência, a elevada consciencialização de segurança e as estratégias de empenhamento pró-activas. Paralelamente, esta protecção será alargada para além do Teatro de Operações nomeadamente, às linhas de comunicações, à logística e às capacidades consideradas vitais, em áreas geográficas diferenciadas.

Ao comandante da força conjunta ser-lhe-á garantida uma arquitectura integrada de protecção que minimizará os riscos a correr e potenciará as contribuições de todos os escalões e meios integrantes, incluindo as dos outros parceiros intervenientes, conferindo à força uma acrescida liberdade de acção.

CONCLUSÕES

Para as autoridades militares Norte Americanas, a "Joint Vision 2020" tem por objectivo o estabelecimento de uma força conjunta, dominante em todo o espectro das operações militares. O conceito é baseado em quatro grandes factores: os interesses globais dos Estados Unidos da América e a existência em paralelo, de uma variedade alargada de potenciais ameaças aos seus interesses; o papel central das tecnologias de informação na evolução não só das suas capacidades militares mas também nas dos outros actores do globo; a importância que os conceitos de interoperabilidade de processos, de organizações e de sistemas assumirão na integração multinacional e na de outros parceiros intervenientes na conduta das operações militares; e finalmente, a total confiança posta nas forças conjuntas como o ponto fulcral e indissociável do sucesso das operações militares do presente e do futuro.

A "Joint Vision 2020" confirma a tendência das transformações em curso, no âmbito das capacidades operacionais, e enfatiza o valor da experimentação, dos exercícios, da análise e do pensamento conceptual, especialmente nas áreas das operações de informação, do comando e controlo conjuntos e das operações de carácter multinacional e multidisciplinar.

Esta visão reconhece a importância da tecnologia e da inovação técnica e simultaneamente, sublinha a ideia de que a inovação tecnológica deve ser acompanhada da inovação intelectual, conduzindo às necessárias mudanças na organização e na doutrina. A "Joint Vision 2020" depende essencialmente, das capacidades, do treino e da experiência dos soldados

integrantes das forças e dos seus respectivos líderes. As grandes inovações necessárias às operações, nos ambientes aqui apresentados, só podem ser atingidas através do recrutamento, do desenvolvimento e da preservação nas fileiras de homens e mulheres com coragem, determinação e vigor, que confiram à força capacidade de persuasão em tempo de paz, de decisão em tempo de guerra e de proeminência em qualquer outra forma de conflito.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA

NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

TPO – ART.ª ANTIAÉREA

Iniciou-se, em 04Jan01, no Regimento, o Tirocínio Para Oficiais de Artilharia, parte de Antiaérea, frequentado por doze Aspirantes Tirocinantes e por um Alferes de Artilharia das Forças Armadas Angolanas.

Este curso de formação tem como objectivo final, completar a instrução ministrada na Academia Militar, melhorar as capacidades física, psíquica e de liderança e proporcionar os conhecimentos indispensáveis aos alunos do TPO de Artilharia, por forma a habilitá-los a desempenhar, no âmbito da Antiaérea, as funções de:

- Comandante Pelotão AA;
- Adjunto de Comandante de Bateria de AA no posto de Comando da Bateria;
- Instrutor dos sistemas de Artilharia Antiaérea que equipam o Exército Português;
- Adjunto do Oficial de Operações para a coordenação do Espaço Aéreo.

Para atingir o objectivo final citado, o curso incluiu instrução de Táctica de Artilharia Antiaérea, Material, Topografia, Tiro de Artilharia Antiaérea, Táctica de Radar, Reconhecimento de Aeronaves, Transmissões, Exercícios Militares e Treino Físico, para além de uma visita ao Centro de Operações Aéreas Alternativo e ao Comando de Tropas AeroTransportadas.

Faz ainda parte do curso um exercício de Fogos Reais com o sistema canhão 20mm, na modalidade LFX, o "EFICÁCIA 011".

RAA1 – VENCEDOR ABSOLUTO DO CAMPEONATO DE VOLEIBOL DO GML

No período de 22 de Janeiro a 02 de Fevereiro de 2001 teve lugar o Campeonato de Voleibol do Governo Militar de Lisboa, cuja responsabilidade pelo planeamento e organização esteve a cargo do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1 (RAA1).

Durante duas semanas, este evento desportivo decorreu com um grande sentido desportivo, constituindo-se como uma excelente oportunidade para cultivar o espírito de camaradagem e de corpo entre todos os militares participantes.

O Campeonato foi encerrado oficialmente pelo Exmo Senhor Major-General Pires Guerreiro, Director de Instrução do Exército, tendo estado presentes os Comandantes, Directores e Chefes das U/E/O participantes.

Na altura, o Comandante do Regimento, Coronel de Artilharia Formeiro Monteiro, dirigiu uma breve alocução, na qual se congratulou com os objectivos atingidos, agradecendo a entusiástica participação de todas as equipas, tendo realçado o grande sentido ético e desportivo demonstrados.

Seguidamente, foi atribuída a Taça do GML à equipa do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 que se sagrou vencedor absoluto do Campeonato, bem como medalhas às equipas melhor classificadas. Posteriormente, seguiu-se um almoço de confraternização, no refeitório de praças do Regimento.

Na competição estiveram envolvidos cerca de 173 atletas (masculinos e femininos), em representação das diversas U/E/O do GML, registando-se os seguintes resultados e classificações:

I ESC	*II ESC*	*FEM*
1º Lugar – RAA1	*1º Lugar – RAA1*	*1º Lugar – CIE*
2º Lugar – BST	*2º Lugar – RTm*	*2º Lugar – BISM*
3º Lugar – CIE		

VISITA DE TRABALHO DO GOVERNADOR MILITAR DE LISBOA AO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.º1

Em 12Fev01, o Tenente-General, Governador Militar de Lisboa, Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto efectuou uma visita de trabalho ao Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1, na qual foi acompanhado pelo 2º Comandante do GML, Major-General Carlos Manuel Costa Lopes Camilo.

À chegada ao Regimento, foram-lhe prestadas as honras regulamentares por uma Bateria a três Pelotões, com Banda e Fanfarra, seguindo-se a apresentação de cumprimentos por parte dos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis, na Biblioteca da Unidade.

Mais tarde o Comandante do Regimento, Coronel de Artilharia Joaquim Formeiro Monteiro, fez uma apresentação sobre as principais actividades, bem como sobre os assuntos mais relevantes da vida da Unidade, após o que se seguiu uma visita às instalações da mesma.

VISITA À EPA DO EXMO MGEN JOÃO PIROTO 2.º COMANDANTE DA RMS

Em 24Jan01 o Exmo Major-General João Piroto, 2º Comandante da Região Militar do Sul, efectuou uma Visita de Comando à EPA. O Exmo MGEN 2º Comandante da RMS chegou à EPA pelas 09H30, sendo aguardado pelo Exmo Comandante COR Rodrigues Viana e pelo 2º Comandante

TCOR Santos Castanheira. Após a continência pela Guarda de Polícia e da execução dos toques regulamentares no átrio do edifício do comando, o Exmo MGEN 2º Comandante da RMS assistiu a uma exposição no auditório, apresentada pelo Comandante da EPA e pelo Director de Estudos e Instrução, TCOR Dias Coimbra, onde foi dada a conhecer a situação actual da Escola, em especial as actividades em curso e planeadas, e as actividades da Instrução.

Cerca das 10H15 o Exmo MGEN 2º Comandante da RMS efectuou uma visita às actividades e infra-estruturas da instrução. Pelas 14H00 o Exmo MGEN 2º Comandante da RMS deu por encerrada a visita.

VISITA À EPA DO EXMO TGEN GARCIA LEANDRO VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Em 25Jan01 o Exmo Tenente-General Garcia Leandro, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, efectuou uma visita à EPA. O Exmo TGEN Garcia Leandro chegou à EPA pelas 10H30, sendo aguardado pelo Exmo TGEN Martins Cavaleiro, Comandante da Região Militar do Sul, pelo Comandante da EPA, COR Rodrigues Viana e pelo 2º Comandante da EPA, TCOR Santos Castanheira. Após a execução dos toques regulamentares, no átrio do edifício do comando, o Exmo TGEN Garcia Leandro assistiu a uma exposição apresentada pelos Comandante e 2º Comandante da EPA, onde foi dada a conhecer a situação actual da Escola em especial as actividades em curso e planeadas, a situação do Polígono Militar da EPA e o Plano Director da EPA.

Cerca das 11H15 o Exmo TGEN Garcia Leandro efectuou uma visita ao Polígono da Escola tendo observado de perto as várias infra-estruturas do campo, nomeadamente: as áreas de instrução e treino e a parte florestal do mesmo. Depois do almoço, na messe de oficiais, o TGEN VCEME deu por encerrada a visita.

PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Assembleia da República

Lei n.º 29/2000
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 197/2000, de 24 de Agosto, que regulamenta a Lei n.º 43/99, de 11 de Junho, que prevê o direito à revisão de situação militar dos militares dos quadros permanentes que, em virtude da sua participação ou envolvimento no processo de transição para a democracia iniciado em 25 de Abril de 1974, viram as suas carreiras afectadas por esse evento.
(OE n.º 11/30 NOV00 - 1ª SÉRIE)

Ministérios da Defesa Nacional e da Educação

Portaria n.º 999/2000
Fixa o número de vagas para os concursos locais de acesso para a matrícula e inscrição no ano lectivo de 2000-2001 nos concursos das escolas superiores militares.
(OE n.º 10/31 OUT00 - 1ª SÉRIE)

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 19 849/2000
Determina o número de vagas para admissão aos cursos de formação para ingresso nos quadros permanentes.
(OE n.º 10/31 OUT00 - 1ª SÉRIE)

Decreto-Lei n.º 289/2000
Aprova o Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro.
(OE n.º 11/30 NOV00 - 1ª SÉRIE)

Decreto-Lei n.º 320-A/2000
Aprova o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos regimes de Contrato (RC) e Voluntariado (RV).
(OE n.º 12/31 DEC00 - 1ª SÉRIE)

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Grã-cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito

GEN (51061411) Gabriel Augusto do Espírito Santo
(OE n.º 10/31 OUT00 – 2ª SÉRIE)

Ordem Militar de Cristo, grau Grande-oficial

COR ART (19384073) Vítor Daniel Rodrigues Viana
(OE n.º 10/31 OUT00 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Prata de Serviços Distintos

TCOR ART (02507881) António José Pacheco Dias Coimbra
(OE n.º 10/31 OUT00 – 2ª SÉRIE)
COR ART (08620066) Antero José Martins Barreiros
COR ART (03860266) José Martins Cabaça Ruaz
TCOR ART (19350980) Raul Manuel Sequeira Rebelo
(OE n.º 12/31 DEC00 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe

COR ART (00946766) José Francisco de Jesus Duarte
(OE n.º 11/30 NOV00 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 2ª Classe

MAJ ART (06097578) João Miguel de Jesus Marquito
(OE n.º 10/31 OUT00 – 2ª SÉRIE)
TCOR ART (12616474) Ernesto Bandeira Rebelo
(OE n.º 11/30 NOV00 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 3ª Classe

CAP ART (08431388) Luís Manuel Ricardo Monsanto
(OE n.º 10/31 OUT00 – 2ª SÉRIE)

Medalha da Ordem da Águia Azteca, México

COR ART (19384073) Vítor Daniel Rodrigues Viana
(OE n.º 10/31 OUT00 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Comendador da Ordem de Fénix, Grécia

TCOR ART (19051684) Carlos Manuel Coutinho Rodrigues
(OE n.º 10/31 OUT00 – 2ª SÉRIE)

2. PROMOÇÕES

Ao posto de Tenente-General

MGEN (42477862) António Marques Abrantes dos Santos
(OE n.º 10/31 OUT00 - 2ª SÉRIE)

Ao posto de Coronel

TCOR ART (07366275) João Manuel Peixoto Apolónia
(OE n.º 10/31 OUT00 - 2ª SÉRIE)

Ao posto de Tenente

ALF ART (01685694) Simão Pedro da Costa de Sousa
ALF ART (32767693) Carlos Miguel Siborro Leitão
ALF ART (28926993) Pedro Ricardo Lopes Cardoso
ALF ART (04641194) Francisco Vítor Gomes Salvador
ALF ART (28837693) Paulo Alexandre Siborro Alves
(OE n.º 12/31 DEC00 - 2ª SÉRIE)

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

COR ART (01859264) José de Jesus Camelo
(OE n.º 11/30 NOV00 - 2ª SÉRIE)

4. CURSOS E ESTÁGIOS

Frequentou o curso "NATO Staff Officer's Orientation Course", que decorreu na Alemanha, de 06SET99 a 10SET99:

MAJ ART (00849080) Jaime Alexandre Daniel de Almeida.

Frequentaram o "Estágio de Estado-Maior Conjunto 2000" que decorreu no IAEM, de 03JUL00 a 28JUL00:

MAJ ART (02792185) António José Pardal dos Santos
MAJ ART (12469086) Carlos Manuel Mendes Dias
(OE n.º 11/30 NOV00 - 2ª SÉRIE)

5. OBITUÁRIO

COR REF (50072711) Lúcio Jacinto Nunes
(OE n.º 11/30 NOV00 - 2ª SÉRIE)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha D. Afonso Henriques – Patrono do Exército, 4ª Classe

1SAR ART (16504991) Vitor Manuel Martins de Jesus
(OE n.º 10/31 OUT00 - 2ª SÉRIE)

2. OBITUÁRIO

SCH REF (52058111) Fernando Canhão Santa
1SAR REF (52026711) Euclides Augusto Martins
(OE n.º 12/31 DEC00 - 2ª SÉRIE)

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÀRIO:

	Págs.
CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFESA ANTIAÉREA CONTRA MÍSSEIS BALÍSTICOS E DE CRUZEIRO (TM) ..... *Pelos Capitães de Artilharia Marques Serrano e Pinto Mimoso.*	99
UMA VISÃO DE PAZ REVOLUCIONÁRIA (ANGOLA 1961-62) ..... *Pelo Capitão de Artilharia Belchior Vieira.*	115
UMA EXPERIÊNCIA EM TIMOR-LESTE ..... *Pelo Capitão de Artilharia Pedro Marquês de Sousa.*	147
A MOBILIDADE ESTRATÉGICA E A OPÇÃO "RODAS" ..... *Pelo Tenente de Artilharia Ângelo Miguel Marques Simões.*	169
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	185
NOTÍCIAS DA EPA	185
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	200
EXERCÍCIO "TROVÃO 011"	208
EXERCÍCIO EFICÁCIA 2001	209
PRÉMIOS DA REVISTA DE ARTILHARIA	213
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, Edifício da Ex-DAA, CAMPO DE SANTA CLARA – 1100 LISBOA".

Dias e Horas de Expediente:

Às Terças, Quartas e Quintas-Feiras entre as 15H00 e as 17H00.

CONTACTAR: SCH António Rato.

TELEFS.: Militar: 421 348 - Civil: 21 888 01 10 - Fax Militar: 421 348

ASSINATURAS PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, 1 500$00; Avulso, 500$00; Restantes Países: Anual, 3 000$00; Avulso, 750$00. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

ANÚNCIOS: Contrato directo com a administração.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução e qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: Não esquecer participar logo à Administração da Revista qualquer mudança de residência ou situação.

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

97.º ANO

2.ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83

N.ºs 908 A 910

ABRIL A JUNHO DE 2001

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2000 E 2001

PRESIDENTE

Tenente-General Samuel Matias do Amaral

VICE-PRESIDENTE

Major-General José Luís Pinto Ramalho

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Octávio João Marques Avelar (AM)

SECRETÁRIO

Tenente-Coronel Francisco José Bile Fangueiro (QG/GML)

TESOUREIRO

Tenente-Coronel Mário Alberto Teixeira de Sousa (Cmd Inst)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (RAA 1)
Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)
Tenente-Coronel António José Pacheco Dias Coimbra (EPA)
Tenente-Coronel José António Figueiredo Feliciano (GAC/BMI)
Tenente-Coronel António Fernando Paulo Teixeira (QC/BMI)
Capitão Pedro Alexandre Marquês de Sousa (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (RES)
Coronel Mário Augusto Mourato Cabrita (DAMP)
Tenente-Coronel Rui Manuel F. Venâncio Baleizão
Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (IAEM)

NÚMEROS
908 A 910

REVISTA DE ARTILHARIA

ANO XCVII
2.ª SÉRIE

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA

DIRECTOR
SAMUEL MATIAS
DO AMARAL
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Jorge Martinho
Pta. da Flamenga, 8 – 1.º e 2.º Dto.
2670 STO. ANT. CAVALEIROS

ABRIL – MAIO – JUNHO DE 2001

Os autores dos artigos são os únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFESA ANTIAÉREA CONTRA MÍSSEIS BALÍSTICOS E DE CRUZEIRO (TM)

Pelos Capitães de Artilharia (RAA1)
MARQUES SERRANO e PINTO MIMOSO

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tece uma série de considerações sobre a defesa contra mísseis balísticos e de cruzeiro (TM), assim como acerca das operações ofensivas necessárias ao sucesso da defesa anti-míssil. Algumas destas considerações foram desenvolvidas após alguns anos de reflexão sobre as

dificuldades sentidas pelas forças multinacionais durante a Guerra do Golfo, onde enfrentaram esta ameaça em grande escala e com resultados que se conhecem, agora, não terem sido os mais satisfatórios.

Os TM são actualmente, e cada vez mais, a maior ameaça sentida pelos países ocidentais, em particular os da Europa, estando alguns daqueles sistemas já ao alcance de nações tão distantes como o Irão (Fig. 1), a Síria, a Líbia e o Iraque. De salientar que, com a proliferação destas armas, capazes de transportarem todo o tipo de ogivas (convencionais e NBQ), nos países do Norte de África, Portugal estará, também, sujeito a esta ameaça, pelo que o assunto é altamente pertinente.

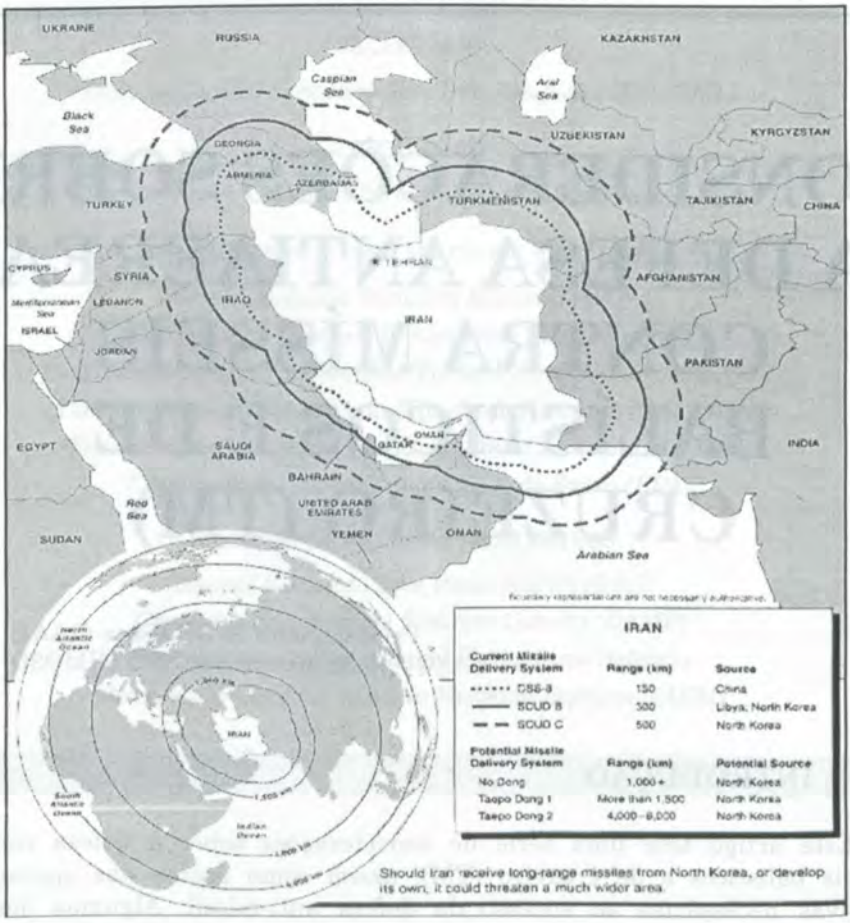


Fig. 1

2. CONHECER O INIMIGO

Durante a operação *Desert Storm*, as forças multinacionais sofreram ataques de TMs, com ogivas químicas e, apesar do que na altura transpareceu na comunicação social, muitas foram as dificuldades sentidas no combate a este tipo de ameaça. As razões fundamentais destas dificuldades resumiram-se:

- À falta de conhecimentos suficientes sobre as capacidades do IN;
- A uma preparação deficiente do *Intelligence Preparation of the Batttlespace* (IPB), durante a fase anterior ao início do conflito.

Para que se possam conduzir operações de combate à ameaça dos TMs, de uma forma proactiva, é absolutamente necessário conhecer em profundidade o potencial inimigo, facto que só é possível alcançar, conduzindo estudos na fase de pré-conflito. Tudo o que o inimigo faz ou deixa de fazer deve ser considerado como uma fonte de indícios que nos permita compreender o seu ciclo de planeamento e, desta forma, interferir e afectar as suas actividades, alterando-lhe a rotina e atrasando ou mesmo interrompendo a sua preparação para o conflito.

Deste modo, o sucesso da defesa anti-míssil pode ser quantificado através da análise de vários factores:

- Redução dos lançamentos, embora não se possa pretender alcançar a interrupção completa dos mesmos, pois tal é materialmente impossível;
- Número de equipamentos destruídos no solo (lançadores e equipamentos de apoio);
- Quantitativo de mísseis disparados em cada salva.

Sendo fácil, para uma guarnição de TMs, ocultar e camuflar o seu equipamento, o mesmo não acontece com todo um conjunto de actividades impossíveis de mascarar, as quais se prendem com a manutenção e a preparação para o disparo. Daí, a necessidade absoluta de conhecer estes procedimentos, para permitir o seu combate eficaz.

3. O *INTELLIGENCE PREPARATION OF THE BATTLESPACE*, ANTES DO CONFLITO

Como já referimos, uma guarnição TM bem treinada fará todos os possíveis para camuflar as suas actividades. A única altura em que estes esforços serão, eventualmente, mais descurados será durante o tempo de

paz; Logo, este facto deve ser um incentivo à realização do processo de IPB, de forma a reunir a quantidade máxima de informações, fundamentais em caso de futuros conflitos. A quantidade de IPBs a realizar deve ser igual ao número de potenciais adversários detentores de meios TM, garantindo previamente uma vasta lista de potenciais alvos, assim como uma perspectiva das Tácticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) do inimigo.

O processo de IPB deverá ser contínuo, de forma a antecipar as acções do inimigo, para permitir que, uma vez iniciadas as hostilidades, o pessoal que conduziu o estudo pré conflito seja o mesmo a prosseguir esse estudo durante o decorrer das operações, assegurando uma total compreensão do esquema da manobra e das intenções, relativamente ao emprego desta ameaça. Os TMs não podem ser encarados como, apenas, mais uma ameaça, pois são armas com capacidades únicas, capazes de colocar ogivas NBQ na rectaguarda das nossas Grandes Unidades (GU), de gerar o pânico e a morte entre populações civis e criar, assim, repercussões políticas significativas aos níveis regional e mundial.

Por estas razões, existe a necessidade de afectar recursos humanos exclusivamente ao estudo desta ameaça, garantindo, deste modo, um conjunto de peritos que tenham a capacidade de analisar e prever constantemente o emprego futuro de TMs em potenciais conflitos. Somente desta forma, se conseguirá um combate eficaz, uma vez iniciadas as hostilidades. Em Anexo, a este artigo, estão descritas as principais questões a responder durante o processo IPB pré conflito.

A partir deste processo crítico, pode aprender-se bastante sobre as actividades e capacidades TM do inimigo, recolhendo informações sobre instalações, fábricas, aquartelamentos, locais de treino e áreas de armazenamento destes equipamentos. Da mesma forma, será possível criar uma imagem dos procedimentos tácticos da ameaça, tais como a dispersão das unidades de tiro, os itinerários a utilizar, o tipo de locais de lançamento, etc.

O IPB realizado antes do conflito torna-se, então, essencial e indispensável para o sucesso da defesa e para o combate a este tipo de armas.

4. ANÁLISE DA AMEAÇA EM TEMPO DE PAZ

Deve ter-se em consideração o processo genérico de aprontamento das unidades de TM para o conflito, desde o movimento dos seus aquartelamentos para as posições, onde irão executar as suas missões de tiro.

As características orográficas da área/país, a par dos requisitos técnicos dos sistemas (Fig.2), irá determinar um conjunto de actividades a desencadear, em que o processo de IPB deverá centrar a sua atenção.

deste modo, durante o tempo de paz que se devem obter resposta a algumas questões fundamentais, tais como:

- Os sistemas TM são construídos na área/país onde vão ser utilizados, ou são importados de outra nação?
- Os equipamentos de apoio, tais como sobressalentes, combustível, ogivas, etc, são produzidos na área/país ou importados?
- Onde se situam os locais de armazenamento?

Estas informações serão, então, utilizadas para constituir uma base de dados que deve incluir:

a. Características dos Sistemas

- Infra-estruturas:
  - Instalações técnicas;
  - Fábricas;
  - Portos e terminais ferroviários (importação);
  - Locais de armazenamento;
  - Localização das Unidades;
  - Linhas de comunicação;
  - Locais de teste/lançamento.
- Tipo de ogivas.
- Tipo de veículos de apoio.
- Locais de treino.

b. Indícios da existência destes Sistemas

- Portos, fábricas e instalações;
- *Bunkers;*
- Centros de produção;
- Centros de testes;
- Áreas de treino;
- Exercícios.

c. Meios de Recolha de Informação

Ao observar estes indícios, devem determinar-se, ainda, quais os meios a utilizar para obter a informação requerida:

- *Imagery Intelligence* (IMINT);
- *Electronic Intelligence* (ELINT);
- *Human Intelligence* (HUMINT).

d. Produtos a Obter

- IPB pré conflito;
- Listas de objectivos;
- TTPs;
- Número e tipo de sistemas;
- Linhas de comunicação (LOC);

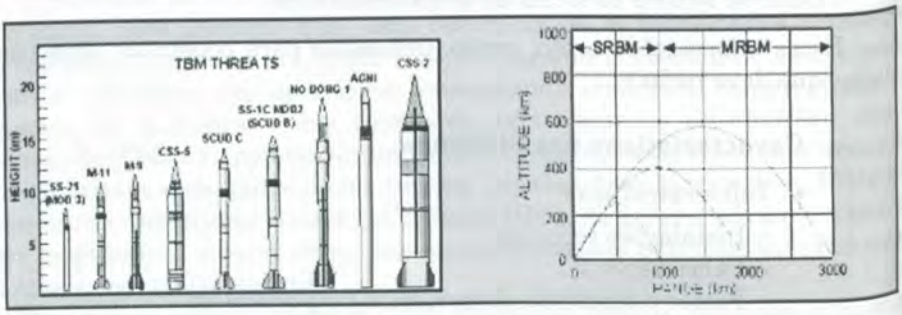


Fig. 2

O objectivo final desta pesquisa deverá ser a identificação, em pormenor, dos seguintes elementos:

- Número de Torres de Lançamento (TEL);
- Localização de prováveis posições de lançamento (sem obstáculos e com inclinações inferiores a 6.°);
- Identificação de prováveis Locais de Transbordo (TL), suficientemente dimensionados para comportar um TEL, um transportador de mísseis e uma grua;
- Localização provável dos Locais de Operações Avançadas (FOL), onde estão localizados os veículos de apoio, contendo sobressalentes, meios de manutenção, alimentação, etc.
- Localização provável das Bases de Operações Avançadas (FOB), contendo cerca de 100 a 300 veículos de vários tipos e dimensões, os quais incluem viaturas de transporte de combustível para viaturas e mísseis, viaturas para reabastecimento de todas as classes, mísseis e transportadores, veículos de C3I, material técnico e de teste, gruas, etc.

Alguns destes elementos, senão a sua totalidade, poderão estar localizados em instalações subterrâneas, salientando-se, desta forma, a importância do IPB pré conflito dever estar direccionado para a detecção e localização das mesmas.

5. PERÍODOS DE TENSÃO

Durante estes períodos, a atenção dos responsáveis pelo planeamento deverá centrar-se nos vários tipos de locais identificados anteriormente, tendo em conta que estes poderão variar de cenário para cenário e depender das doutrinas de emprego consideradas nos diferentes países. À medida que a tensão vai aumentando, os acontecimentos irão começar a desenrolar-se cada vez mais rapidamente, criando a necessidade de obtenção de novos indícios. Deste modo, nesta fase, os elementos a pesquisar devem orientar-se para o conhecimento relativo a:

a. Características dos Sistemas

- Infra-estruturas;
- Guarnições;
- Posições no terreno;
- FOBs e FOLs.

b. Indícios

- Aumento da actividade dos centros de produção;
- Movimentos de unidades de tiro;
- Intensificação do treino das guarnições;
- Aumento da actividade ou mudança dos locais de armazenamento de ogivas;
- Montagem de ogivas nos mísseis e abastecimento de combustível dos mesmos.

Devendo ter-se em atenção que grande parte destas actividades poderá ser efectuada no interior de edifícios.

c. Meios de Recolha de Informação

- IMINT;
- HUMINT;
- ELINT;
- *Measurement and Signature Intelligence* (MASINT).

6. OS PRIMEIROS DIAS DO CONFLITO

A partir do momento em que o conflito deflagra, os TMs começam a ser utilizados, procurando atingir os alvos de maior impacto psicológico (não

exclusivamente tácticos), provocando o receio generalizado da utilização de ogivas NBQ. Nesta fase, considerando os elementos descritos anteriormente, os responsáveis pelo planeamento devem ter uma previsão do quê, onde e quando irão ocorrer determinados acontecimentos. Nesta altura, a grande preocupação não é o que o inimigo está a fazer hoje (pois já estava previsto) mas sim, o que é que ele irá fazer amanhã.

As suas instalações fixas já foram ou estão a ser destruídas, mas as móveis estão em constante movimento, ocupando posições sucessivas, disparando e movimentando-se constantemente. Sendo extremamente difícil impedir o primeiro disparo é, no entanto, indispensável impedir os subsequentes.

Para isso, nesta fase, deverá ser incrementado o uso de sensores e de processos de recolha de informações, originando uma contínua e permanente actualização do IPB, tentando prever lançamentos, localizar FOLs, FOBs e posições de tiro.

O objectivo deverá ser, então, permanecer sempre, um passo à frente do inimigo.

7. A PARTIR DOS TRÊS PRIMEIROS DIAS DE CONFLITO

Os sistemas de defesa aérea activos estarão em pleno funcionamento e nesta fase haverá, já, um conhecimento das áreas de operações de TMs. O JSTARS, como principal sensor, já terá determinado os padrões de lançamento, bem como as actividades pós lançamento e os locais de transbordo que, provavelmente, já foram referenciados. Os meios de ataque aéreo ofensivo estarão empenhados no sistemas de comando e controlo e, ainda, nos meios de defesa aérea inimigos.

Nesta altura torna-se fundamental discriminar:

a. Características dos Sistemas

- Torres de Lançamento (TEL) (Móveis ou Fixas);
- Locais de Transbordo (TL);
- Locais de Operações Avançadas (FOL);
- Bases de Operações Avançadas (FOB).

b. Configuração dos Sistemas

- Veículos de reduzidas dimensões, extremamente móveis de difícil detecção, quando camuflados;

- Pequenas quantidades de veículos de apoio;
- Grandes quantidades de veículos de apoio, contendo sobressalentes, meios de manutenção e alimentação de TMs;
- Grandes concentrações de veículos (cerca de 100 a 300) de vários tipos e dimensões que incluem viaturas de transporte de combustível para viaturas e mísseis, viaturas para reabastecimento de todas as classes, mísseis e transportadores, veículos de C3I, material técnico de teste e gruas.

c. **Meios de Recolha de Informação**

- MASINT;
- Forças de Operações Especiais (SOF);
- IMINT;
- Sensores de Infravermelhos (IR);
- Operações de Busca e Salvamento (SAR);
- ELINT.

8. PONTOS ESSENCIAIS A RETER

- Inicialmente há que desenvolver e implementar o IPB, antes do conflito ou, então, qualquer tipo de operação estará comprometida à partida.
- O IPB sobre TMs deve ser um processo contínuo.
- Qualquer tipo de acontecimento, envolvendo TMs, deve servir como fonte de recolha de informações.
- Deve haver uma contínua análise e um cruzamento da informação proveniente de todo o tipo de sensores.
- Com base na análise e seguimento da utilização das Torres de Lançamento (TEL), podem localizar-se os Locais de Transbordo (TL) e a partir destas localizações os Locais de Operações Avançadas (FOL) e as Bases de Operações Avançadas (FOB).
- Se os Locais de Transbordo (TL) são, por si, alvos suficientemente remuneradores, os Locais de Operações Avançadas (FOL) e as Bases de Operações Avançadas (FOB) serão, ainda, muito mais.
- Os operadores dos sensores (JSTARS, SAR, SOF, etc) devem ser perfeitos conhecedores dos TTPs e equipamentos dos TM da ameaça.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução tecnológica relacionada com mísseis balísticos e de cruzeiro (TM) tem-se verificado a um ritmo muito elevado, ao mesmo tempo que o seu baixo custo *versus* a sua eficácia e poder dissuasor transformaram este tipo de equipamentos num sistema de armas de eleição, para vários países do 3.º mundo.

Neste tipo de armas destacam-se os mísseis cruzeiro, devido à maior dificuldade de detecção e empenhamento pelas armas antiaéreas.

Por forma a minimizar a eficiência dos ataques efectuados por TMs, foram apresentados alguns considerandos indispensáveis para o sucesso no seu combate. Este objectivo, no entanto, só poderá ser alcançado através de recursos humanos altamente especializados que sejam perfeitos conhecedores da ameaça, das suas TTPs e das capacidades e limitações dos sistemas disponíveis para fazer face a este tipo de armas, tendo em consideração que mais difícil do que destruir TMs será, sempre, identificá-los no Teatro de Operações.

ANEXO - TM - INTELLIGENCE PREPARATION OF THE BATTLESPACE (TM-IPB)

O IPB é um processo contínuo e sistemático de análise do inimigo, condições meteorológicas e terreno, duma região ou área específica. O propósito da maioria dos IPB é a preparação de operações terrestres em grande escala, através da produção de vários transparentes (situação, doutrinário, de eventos e outros) para apoio das operações. Os TM, em especial os balísticos, sendo uma ameaça completamente distinta das convencionais, exige a condução de um IPB específico.

Seguidamente serão descritos os passos necessários à produção do ou dos transparentes desejados, estando incluídas uma série de considerações necessárias à sua correcta metodologia de produção:

- Levantamento dos alvos principais dos TMs inimigos;
- A partir da localização destes alvos, recuar até ao limite máximo dos arcos de alcance dos mísseis;
- Dentro destes arcos, determinar as áreas de actuação mais prováveis para os lançadores de TMs;
- Dentro destas áreas, identificar indícios que confirmem a existência de TMs.

Antes de proceder à limitação de quaisquer áreas, deve ser conduzida uma pesquisa e feita uma análise, de forma a avaliar a ameaça e as intenções do inimigo.

1. AVALIAÇÃO DA AMEAÇA

Para avaliar a ameaça dos TMs devem ser analisadas três áreas fundamentais, durante o processo de IPB, as Capacidades e Limitações, a Doutrina e os Equipamentos:

a. Capacidades e Limitações

Nesta área deve procurar responder-se às seguintes questões:

- Quantos lançadores e mísseis tem o inimigo disponíveis?
- Quais são os alcances máximo, mínimo e prático dos mísseis?
- Qual a localização dos alvos primários dos mísseis?
- Qual é a sua precisão?
- Qual o tipo de ogivas disponíveis, quantas e como são transportadas?
- Que tipo de combustível é utilizado para os mísseis (líquido ou sólido)?
- Onde são produzidos os mísseis, lançadores e combustível?
- Onde estão localizadas as unidades de TMs?
- Qual a localização dos locais de armazenamento de mísseis?
- Qual a localização dos centros de produção das ogivas?
- Existe ou não capacidade NBQ?

b. Doutrina do Inimigo

Nesta área deve procurar responder-se às seguintes questões:

- Quais são as Normas de Execução Permanente (SOP) do IN?
- Como é que as unidades de mísseis são apoiadas em campanha?
- Qual é a organização das unidades TM?
- Qual é a estrutura de comando?
- Que preparativos e actividades precedem as actividades no terreno?
- Qual é a distância máxima, a que os lançadores operam, das bases avançadas de apoio?
- Como é que são conduzidas as operações de remuniciamento?
- Qual é o tempo de remuniciamento?
- Que tipo de veículos é utilizado para transportar os mísseis?
- Que tipo ou tipos de veículos são utilizados, exclusivamente, pelas unidades TM?

- Que tipo de veículos são utilizados para transporte das ogivas?
- Qual é a capacidade de produção?
- Que tipo de ogivas estão disponíveis?
- Em que medida as operações de TM são afectadas pelas condições meteorológicas?
- Como é que o escalão superior transmite as suas ordens aos Comandantes operacionais?
- Quais são os métodos de comunicação?
- Quais os planos de contingência, para o caso de falha de comunicações?
- Os lançadores são ocultados individualmente ou por unidades?
- Qual é a qualidade do serviço de manutenção dos sistemas?

c. Equipamento

Nesta área deve procurar responder-se às seguintes questões:

- Qual é o raio de acção dos lançadores e dos veículos de apoio, sem reabastecimento?
- Quais as características dos locais de lançamento?
- Que limitações apresenta o terreno para os veículos lançadores?
- Que tipo de equipamentos especiais são necessários às unidades TM?
- Quais são as limitações de terreno e de mobilidade das FOL e FOB?

2. AVALIAÇÃO DAS INTENÇÕES

Para avaliar as intenções do inimigo, no que se refere às operações com TMs, consideram-se duas áreas fundamentais a avaliar: os objectivos nacionais e os alvos prováveis.

a. Objectivos Nacionais

Nesta área deve procurar responder-se às seguintes questões:

- Quais são os objectivos primários das unidades de TMs?
- Quais são os possíveis objectivos políticos?
- Quais são os objectivos militares aparentes?
- Quais são os objectivos económicos?

b. Alvos Prováveis

Dados os objectivos descritos anteriormente, quais serão os alvos prováveis:

- Centros populacionais?
- Forças Terrestres ou Navais?
- Instalações e objectivos fixos importantes tais como portos, aeródromos, nós ferroviários, áreas logísticas, etc?

3. AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

Deverão ser duas, as áreas principais a considerar, na avaliação das vantagens e limitações que a região impõe às operações com TMs: o terreno e o clima.

a. Análise do Terreno

- Quais são as áreas de provável actividade dos TMs, considerando declives, elevações, acessos, vegetação, traficabilidade, etc?
- Quais as características do terreno que afectam particularmente as operações dos TMs?
- Quais as prováveis áreas para localização das FOB?

b. Análise do Clima

- Quais são os factores climatéricos da área e que podem afectar as operações?
  - Chuva, neve, nevoeiro, vento;
  - Calor ou frio;
  - Cobertura de nuvens, etc.
- Quais as variações sazonais?
- Qual a influência do clima nas nossas forças?

4. AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DE OPERAÇÕES DE TMs

Todas as áreas passíveis de utilização, pelos meios TM do inimigo, devem ser alvo da nossa atenção:

a. Vigilância

- Dentro de cada área de operações, quais são os locais mais indicados para infiltração de equipas de Operações Especiais (SOF)?
  - Nós rodoviários;
  - Pontos altos, com bom mascaramento e observação sobre múltiplos eixos de aproximação.

– Quais são os melhores pontos para colocação de sensores terrestres?

- Perto de linhas de comunicação rodoviárias;
- Locais com mascaramento natural contra observação aérea;
- Posições que reunam as condições ideais para os TMs.

b. **Escolha de Alvos**

– Dentro de cada área, quais são os locais a bater com o objectivo de:

- Atrasar/impedir as operações de lançamento;
- Destruir veículos;
- Canalizar as operações, com TM do inimigo, para áreas que nos sejam mais favoráveis.

– Quais os locais para lançamento de campos de minas:

- Ao longo de itinerários a utilizar pelos TMs, mas com pouco tráfego civil;
- Em vales e estradas estreitos;
- Locais que não permitam alternativas de travessia;
- Longe de áreas populacionais.

– Que pontes a interditar:

- Pontes médias ou grandes sobre rios de porte significativo ou outros obstáculos;
- Dificilmente torneáveis.

5. O TRANSPARENTE TM - IPB

Deverá ser produzido um único transparente, identificando os alvos a bater, os arcos de alcance dos mísseis e as áreas prováveis de actuação. Para cada uma destas áreas será, ainda, elaborado um transparente com a localização dos alvos mais prováveis e, se requerido, um outro mostrando o alcance e demais limites operacionais dos nossos meios ofensivos e defensivos.

Uma vez cumpridas todas as etapas deste processo, ter-se-á, então, à disposição informação suficiente, de forma a garantir um combate eficaz a este tipo de ameaça.

GLOSSÁRIO

C3I - Comando, Controlo, Comunicações e Informação.
ELINT - Electrónic Intelligence.
EUA - Estados Unidos da América.
FOB - Forward Operating Base.
FOL - Forward Operating Location.
HUMINT - Human Intelligence.
IMINT - Imagery Intelligence.
IPB - Intelligence Preparation of the Battlefield.
IR – Infrared.
JSTARS - Joint Surveillance Target Attack Radar System.
LOC - Lines of Communication.
MASINT - Measurement and Signature Intelligence.
NBQ - Nuclear, Biológico e Químico.
SAR - Search and Rescue.
SOF - Special Operations Forces.
SOP - Standing Operating Procedures.
TEL - Transport Erector Launcher.
TL - Transload Location.
TM - Theater Missile.
TTP - Tactics Techniques and Procedures.

REFERÊNCIAS

FM - 100 - 12 Theather Missile Defense.
FM - 101 - 5 - 1 - Operational Terms and Graphics.
Theather Missile Defense (Attack Operations) for those Tactically Challenged, Col Eugene Mc Kenzie.

UMA VISÃO DE PAZ REVOLUCIONÁRIA (Angola 1961-62)

Pelo Capitão de Artilharia
BELCHIOR VIEIRA

(Introdução, antecedentes e sistematização do
Tenente-General BELCHIOR VIEIRA)

Contra a guerra revolucionária deve ser desencadeada a paz revolucionária, porque a paz que não for revolucionária não será paz.

Para estabelecer esta paz revolucionária será indispensável desenvolver uma estratégia que obedeça aos seguintes cinco princípios: resposta à agressão; organização do espaço; competição económica; tensão psicológica e audácia política.

M. Charles Montirian (1958) (1)

Ainda é tempo de evitar que a geração que agora faz o seu primeiro encontro com as responsabilidades venha a ser, como a nossa, uma geração traída.

Adriano Moreira, Ministro do Ultramar (1962) (2)

INTRODUÇÃO

UMA JUSTIFICAÇÃO

A idade e a doença trouxeram-me consigo um compreensível afã para vasculhar os papéis e fotografias que ainda conservo de Angola, depois de ter confiado aos arquivos da nossa "memória" institucional a escassa documentação, com algum interesse histórico, que retivera durante longos

anos. Deparei, nestas circunstâncias, com uma série de recortes de jornais com artigos que, em 1961-62 (era eu então um jovem capitão de Artilharia), vieram a ser publicados em dois jornais angolanos: "O Planalto", o bissemanário de Nova Lisboa (hoje Huambo) (3), e "A Província de Angola", um dos principais diários de Luanda (4). De 31 de Outubro de 1961 a 3 de Julho de 1962 foram publicados dez artigos assinados, explicitamente, pelo *Capitão Belchior Vieira* , nas páginas do bissemanário "O Planalto" e outros tantos no diário "A Província de Angola", onze dos quais como editoriais dos dois jornais. Na quase totalidade destes artigos – a par da caracterização da *guerra revolucionária,* na sua essência ideológica e de conquista das populações, nas fases da sua evolução e nas suas formas diversas de acção – há, predominantemente, um alerta veemente para a necessidade de uma *resposta revolucionária* político-militar, oportuna e coordenada.

O meu interesse pela guerra revolucionária surgiu a partir do momento em que aceitei um convite para servir em Angola, em 1959. Se sobre Angola os elementos de consulta disponíveis eram numerosos e diversificados, sobre o *fenómeno revolucionário* apenas me foi possível conseguir algumas obras estrangeiras, textos das conferências do major do CEM Hermes de Oliveira na Academia Militar e de oficiais estrangeiros no Instituto de Altos Estudos Militares e colecções do "Boletim do Estado-Maior do Exército" e da "Revista Militar", a partir de 1956. Estudei-os apaixonadamente.

Dos artigos publicados não foram enviadas, previamente, cópias para o Quartel-General da Região Militar de Angola. O seu autor encontrava-se formalmente autorizado pelo Comandante da Região, General Monteiro Libório, a "colaborar na Imprensa e Rádio locais", isto é, sem limitações explícitas. Uma liberdade de expressão que o artigo 31.º da actual Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas ainda hoje não permite... Nenhum artigo foi censurado. Do Quartel-General não recebi qualquer tipo de apreciação, nem sequer de orientação...

Por considerar que os escritos do Capitão Belchior Vieira constituem, no seu conjunto, um documento com interesse para um futura análise histórica da evolução do pensamento e comportamento dos jovens quadros militares face à guerra revolucionária nas nossas Províncias Ultramarinas, achei por bem agora publicar uma série de extractos dos referidos artigos que, enquadrada numa síntese de factores condicionantes da situação político-militar que se vivia em Angola em 1961-62, seja susceptível de definir a *visão de paz revolucionária* do seu autor.

UMA QUESTÃO DE TERMINOLOGIA

O nosso guia "O Exército na Guerra Subversiva" (1963), ao definir as guerras subversiva e revolucionária, esclarece que "ainda que a guerra

revolucionária englobe as guerras subversivas, nem todas as guerras subversivas poderão ser incluídas no conceito de guerra revolucionária, isto é, ser conduzidas segundo a doutrina marxista-leninista e ter por finalidade a implantação do comunismo". E conclui que "as guerras subversivas que interessa realmente estudar são aquelas que se integram no conceito de guerra revolucionária", dado que "a maior parte das guerras subversivas que se verifiquem em territórios de países do Ocidente" se integram neste conceito. Na realidade, no conceito de guerra revolucionária se integraram as guerras desencadeadas, sucessivamente, em Angola, Guiné e Moçambique. Por assim ser, sempre preferi o termo *guerra revolucionária* . Contudo, por razões que me parecem, em certa medida, decorrentes da "alergia" que o termo *revolucionário* suscitava no ambiente político em que então se vivia, o termo geral de *guerra subversiva* foi o adoptado na nossa documentação militar. As *ideias revolucionárias* (entenda-se *marxistas-leninistas*) que, como escrevia Frantz Fanon em 1960, na "praia de desembarque do Congo" se preparavam para "investir eficazmente contra as as cidadelas colonialistas que se chamam Angola, Moçambique, Quénia e União Sul-Africana" (5), foram assim por nós diluídas na generalidade da *guerra subversiva* ...

SÍNTESE BIOGRÁFICA DO CAPITÃO BELCHIOR VIEIRA

Filho de militar e tendo vivido cerca de dez anos da sua infância e adolescência em Moçambique, o cadete-aluno n.º 214, Vieira, decidira trocar, em 1948, o 2.º ano do curso de Economia pelo curso Geral Preparatório da Escola do Exército, instituído precipitadamente naquele ano face à carência de candidatos. Era sua intenção ingressar na Arma de Infantaria por serem desta Arma a maioria das unidades então existentes em Moçambique, para onde ansiava regressar o mais rapidamente possível. Só que uma boa classificação obtida nos "preparatórios" levou a que viesse a ser "aliciado" para a Arma de Artilharia e que, uma vez promovido a Alferes como primeiro classificado do curso de Artilharia, viesse a ser de imediato designado para frequentar nos EUA o curso de Piloto do Exército (aviação ligeira), na Base Aérea de San Marcos (Texas) e na Escola de Aviação do Exército em Fort Sill (Oklahoma). Depois de dez longos meses de instrução intensiva (a maioria dos pilotos americanos seguiu directamente para a guerra da Coreia), o alferes Belchior Vieira regressou a Portugal orgulhoso das "asas" que bem merecera (o seu primeiro vôo fora a viagem Lisboa-Nova Iorque e o seu inglês tinha-lhe sido ensinado nos três anos do 2.º ciclo do liceu...), com cerca de 200 horas de vôo e entusiasmado pela eficiência de

um sistema de instrução de "outro mundo". Porém, frustrada qualquer hipótese de ser piloto no nosso Exército, reduzida a sua "aventura aérea" à mera reclassificação com a especialidade de mobilização de *observador aéreo* (6), o Tenente Belchior Vieira, para além de instrutor de observação aérea, passou a dedicar-se, na Escola Prática de Artilharia, à técnica do tiro e, com um espírito renovado de "descoberta", ao estudo e ensino dos chamados "métodos de instrução", em que fora iniciado nos EUA. E, em fins de 1958, já como Capitão, seguia para Inglaterra a fim de se "diplomar" naquela metodologia. Logo no ano seguinte, na Escola Prática de Infantaria, sob a direcção do Major do CEM Brito e Melo e na companhia do Capitão de Infantaria Lima Silveira e Costa, foi instrutor-pioneiro de uma primeira série contínua de cursos de Métodos de Instrução e um dos redactores do respectivo regulamento. Mas, a ânsia de retornar a África não abrandara. E como não surgiam convites para Moçambique, resolveu, no final de 1959, aceitar um convite para Angola. Até 6 Abril de 1960, data do seu embarque para Luanda, viveu absorvido na sua terceira "descoberta": a guerra revolucionária (7). Depois de uma breve passagem pelo Grupo de Artilharia de Campanha de Nova Lisboa, foi nomeado comandante da Bateria de Artilharia da Escola de Aplicação Militar de Angola, também em Nova Lisboa, e, em meados de 1962, transferido para Luanda para desempenhar as funções de oficial de ligação do Quartel-General da Região Miliar de Angola na Base Aérea n.º 9.

DA PERCEPÇÃO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA COMO AMEAÇA ULTRAMARINA E DA CONSEQUENTE REORGANIZAÇÃO MILITAR

Foi lenta e tardia a evolução da percepção da *guerra revolucionária* como ameaça para o nosso Ultramar, mais no âmbito dos quadros políticos do que no dos militares, com consequências funestas para as medidas de prevenção que a situação exigia; foi penoso o esforço de reorganização do Exército, desenvolvido a partir de 1958, face à "resistência" do Presidente do Conselho, na sua determinação em reduzir drasticamente os encargos financeiros com o Exército (8), e daqueles, sobretudo políticos, mas também militares, que pretendiam manter no desenvolvimento da política de Defesa Nacional prioridades desajustadas com os interesses então definidos como vitais.

E, no entanto, a "nova África", na expressão de Sanchez Cervelló, estendera, a partir de 1957, as suas ideias libertadoras à África subsariana, com a independência do Gana de Nkhrumah a marcar o arranque.

Na apreciação do General Themudo Barata, na sua qualidade de presidente da Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-

-1974) (CECA), "nos começos de 1961 entre nós conhecia-se muito pouco sobre a doutrina da contra-subversão". Sublinhando "a perplexidade de muitas autoridades responsáveis perante o sucedido em Luanda e, depois, face à horrorosa chacina de 15 de Março", conclui: "Para bastantes, foi uma surpresa – nada esperavam, apesar de tantos indícios iniludíveis e alguns alertas oportunos. Outros não entenderam o volume e natureza do fenómeno, tendo-o por mero problema de ordem pública, a reprimir pela polícia. Sem dúvida que no Exército a sensibilização para o assunto era maior. Alguns Oficiais tinham-no estudado, por sua iniciativa (...) Meia dúzia, se tanto, de militares tinham tomado contacto directo com doutrinas sobre as operações de contra-guerrilha no estrangeiro" (9).

Em Abril de 1958, o Ministro da Defesa Nacional, General Santos Costa (viria a ser substituído em Agosto pelo General Botelho Moniz) (10), viajou por Moçambique e Angola acompanhado por um grupo de oficiais. Todos eles regressaram convencidos de que nos nossos territórios nunca haveria uma acção pró-independência semelhante à verificada nos territórios vizinhos, franceses, ingleses e belgas, porque "a nossa forma e colonizar era diferente de todas outras" (11).

O próprio Governador-geral de Angola, Coronel do CEM Sá Viana Rebelo (1956-1959), afirmava não recear que "a onda que vinha do Congo se repercutisse em Angola" (12). Porém, numa conferência proferida no Instituto de Altos Estudos Militares em 31 de Janeiro de 1961(13), já apontava como ameaça mais provável à segurança angolana "uma subversão através de bandos armados que, atravessando a fronteira, iriam atiçar fogachos de revolta com a ideia de desmoralizar todo o território".

Face à devastação dos distritos do Congo e do Uíge, o Ministro do Ultramar, Almirante Lopes Alves, em Luanda, reconhecia não termos acreditado que uma crise como esta fôsse previsível em Angola, baseando-nos "na longa convivência com os povos nativos, na nossa política de atracção racial e nos longos anos de calma e tranquilidade social em que aqui vivíamos" (14).

No período 1958-1961, o ministro do Exército era o Coronel de Engenharia Almeida Fernandes e Subsecretário de Estado do Exército o Coronel do CEM Costa Gomes. O Ministro, que fôra Subsecretário de Estado do Exército em 1956-1958, reconheceu que o Exército se encontrava em 1958 num estado de "quase total ineficiência", uma ineficiência "traduzida em todos os campos", com particular acuidade para as medidas que deveriam ser tomadas "para fazer face às ameaças duma guerra subversiva" (15). Por seu turno, o Subsecretário de Estado, que se tinha relacionado com as guerras da Indochina e da Coreia quando da sua comissão em Macau (1949-

-1951) (14), reconheceu num depoimento recente, que "em Portugal, na altura, não havia quaisquer noções sobre a guerra subversiva, nem entre as autoridades nem nas escolas militares", concluindo que "entre 1958 e 1961 não se tomaram quaisquer medidas para prevenir uma guerra no Ultramar, antes pelo contrário" (16).

Os primeiros sinais do interesse do Estado-Maior do Exército pelos problemas decorrentes do fenómeno revolucionário em África, se exceptuarmos uma isolada tradução de um manual do Exército Inglês sobre a guerra do Quénia (17) em 1954 (?), surgem através da publicação no seu "Boletim" (editado pela 2.ª Repartição), a partir de Julho/Agosto de 1956, de traduções de artigos de revistas militares francesas (18).

Ainda em 1956, a "Revista Militar" publica, no número de Fevereiro, um artigo do Capitão de Infantaria Hélio Felgas que, sob o título "A África está em perigo" (uma afirmação proferida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, na ONU), que constitui, simultaneamente, um oportuno diagnóstico da situação que então se vivia em África e um explícito alerta para ameaças que já rondavam Angola e Moçambique, com milhares de indígenas a trabalhar em territórios vizinhos onde surgiam focos de insegurança dificilmente controláveis. E o Capitão Hélio Felgas concluía: "Tudo se fará para perturbar o sossego no nosso Ultramar, estejamos certos disso. E quanto mais rápidas e oportunas forem as providências tomadas, melhor".

Em 1957, a "Revista Militar" publica dois artigos do Major do CEM Serzedelo Coelho: "A guerra revolucionária" e "A técnica e a táctica da guerra revolucionária" (19). No primeiro destes artigos, afirma-se ser o assunto "merecedor de estudo e reflexão"; no segundo a guerra revolucionária é definida como "forma de agressão pela qual uma Potência fomenta ou provoca, sem se empenhar directamente, uma transformação política interna num dado país com o fim de o sujeitar à sua esfera de influência, de o neutralizar ou de obter quaisquer outras vantagens de ordem estratégica". Também em 1957, o Tenente-Coronel do CEM Pereira da Conceição profere uma palestra radiofónica na Emissora Nacional, integrada num ciclo organizado pela revista "Defesa Nacional", sob o título "A Guerra Revolucionária", em que conclui ser este tipo de guerra de origem russa "merecedor da atenção dos chefes militares que o hajam que enfrentar". Porém, tanto o Major Serzedelo Coelho como o tenente-coronel Pereira da Conceição não recionam este tipo de guerra com o nosso Ultramar.

Em 1958-1960, a par da obtenção de manuais franceses e ingleses (baseados, sobretudo, nos conflitos na Indochina, Argélia, Malásia e Quénia) e de conferências realizadas no Instituto de Altos Estudos Militares pelo

Coronel francês Pierre Closterman e pelo Tenente-Coronel inglês J.R.P. Montgomery, são enviadas missões à Argélia e a Escolas ou Centros de Instrução em França, Inglaterra, EUA, Bélgica e Espanha, tendo em vista a preparação de um primeiro núcleo de quadros-instrutores e, ainda, de oficiais destinados a dirigir secções de "estudos de observação de guerra contra-revolucionária", a serem criadas nos Estados-Maiores dos Quartéis-Generais de cada uma das Províncias Ultramarinas.

Com base nos estágios que então efectuou na França metropolitana e no departamento da Argélia, o Major do CEM Hermes de Oliveira, Professor Catedrático da cadeira de Geografia e História Militar da Academia Militar, realizou ali uma série de conferências que vieram a ser publicadas, em 1960, sob o título "A guerra revolucionária" (20), e, em conjunto com outros oficiais que haviam também estagiado na Argélia, preconizou e apoiou a criação do Centro de Instrução de Operações Especiais (21).

O General Almiro Canelhas, que como Capitão frequentara na Argélia o Curso de Pacificação e Contraguerrilha em Arzew e estagiara no Corpo de Exército da região de Constantina, revela, num depoimento recente (22), que "ao regressar a Portugal, em Abril de 1959, e ao apresentar as doutrinas recolhidas na Argélia, os altos comandos mostravam-se ironicamente descrentes de que nos nossos territórios ultramarinos se pudessem vir a verificar acontecimentos semelhantes aos da Argélia". Especialmente no que se reportava à acção psicológica na Metrópole, *uma faca de dois gumes* , a reacção de algumas chefias militares era um misto de incredulidade e de receio (23). O Capitão Almiro Canelhas fêz uma comissão em Goa, onde o que aprendera na Argélia não teve praticamente qualquer aplicação, antes de começar a ministrar cursos intensivos de Acção Psicológica na Metrópole, a partir de 1961, para depois, em 1963, organizar e chefiar no Estado-Maior do Exército uma subsecção de Acção Psicológica integrada na secção de Contra-Informação da Repartição de Informações ...

Na apresentação do trabalho "Guerra Subversiva – subsídios para uma estratégia de reacção" do Tenente-Coronel Hermes de Oliveira, publicado em 1965, o General Santos Costa, Ministro da Defesa e do Exército até 1958, considerando ser o *convencimento psicológico* evidentemente preferível à força na procura de conquista da população em que a subversão se acoita, não deixa de expor a sua oposição àquele *convencimento* nos seguintes termos: "Mas se os laços de solidariedade moral se quebraram e entre as parcelas populacionais do conjunto se abriu brecha intransponível ou se dissolveram sentimentos fraternos que jamais poderão ser reconstituídos, então o método do convencimento psicológico é manifestamente inoperante e servirá somente para prolongar um estado insurreccional que as mais

elementares conveniências aconselham a debelar com a maior urgência (....) o uso da força violenta e implacável constituirá o único sistema possível, o único que permitirá alcançar resultado útil". E conclui: "A nossa própria experiência de Campanhas africanas atesta, aliás, a veracidade do asserto. Se queremos terminar rapidamente com o fermento da subversão, há que proceder, sem hesitações de qualquer natureza, como no Cuamato e nos Dembos, durante as Campanhas da ocupação que ainda hoje perduram na memória de tantos pioneiros, que a golpes de montante ergueram e honraram em África a bandeira das quinas". Ao terminar a apresentação, não deixa de reconhecer que "certamente não eram estas (palavras) que espírito culto e naturalmente transigente (do Tenente-Coronel Hermes de Oliveira) esperava"...

Em 1959-1961, tanto "Revista Militar" como a "Revista de Artilharia" publicam já uma série de artigos relacionados com a guerra revolucionária (subversiva), da autoria do Major/Tenente-coronel Hermes de Oliveira, Major de Infantaria Hélio Felgas, Major do CEM Leite Resende e Major de Artilharia Pereira da Costa (24).

Na Região Militar de Angola, no prosseguimento de uma série de palestras proferidas pelo Subchefe do Estado-Maior, Tenente-Coronel do CEM Franco Pinheiro, que chefiara em 1959 uma missão à Argélia, foi decidido pelo Comandante Militar, General Monteiro Libório, em Março de 1960, publicar um "Boletim Militar", de acordo com uma iniciativa do Subchefe e do Chefe da 3.ª Repartição, Major do CEM Mota de Oliveira. Destinado a oficiais e com uma periodicidade de dois números por trimestre, o "Boletim Militar", segundo o próprio General, seria muito útil "para quem estava tão afastado dos grandes centros do Pensamento Militar e que tantas dificuldades, de vária ordem, encontrava para deles colher os necessários e indispensáveis ensinamentos" .

O número comemorativo do seu 3.º aniversário (n.º 19 de Abril de 1963) contém um magnífico testemunho sobre os acontecimentos de 1961 do Tenente-Coronel Franco Pinheiro que assim pretendia esclarecer os oficiais então em serviço na Província. Ao abordar o dealbar daqueles acontecimentos, escreve: "Em meados de 1959, qualquer observador desapaixonado poderia verificar que se desenhavam em Angola duas tendências bem distintas, quanto à previsão do que, nos anos mais próximos, se iria passar na Província. Para uns, a calma era absoluta e nada havia que fizesse temer pela segurança das populações. (....) Outra corrente, talvez menos numerosa, não tinha visão tão optimista do futuro. Para os que militavam nesta corrente, era *aparente* a calma reinante. Sabiam que vários movimentos subversivos infiltravam agitadores no nosso território,

tentavam captar adeptos, colectavam fundos e desenvolviam activa propaganda contra Portugal. (....) No meio militar, falava-se menos de guerra subversiva do que hoje. No entanto, alguns oficiais que, meses antes haviam frequentado na Argélia um estágio de contra-guerrilha, tinham bem vivas no espírito as palavras dos instrutores: *"Ao princípio, numa guerra subversiva, não há nada, nada se passa. Só algumas pessoas percebem que vai acontecer qualquer coisa, afirmam-no aos responsáveis e, naturalmente, estes encolhem os ombros. Então sem aviso prévio, desencadeiam-se atentados que colhem de surpresa os optimistas, aqueles que acreditavam viver no melhor dos mundos.* Em início de 1960 – eram decorridos, portanto, poucos meses – engrossara sensivelmente o número daqueles que militavam naquela última corrente."

UM ESFORÇO REORGANIZATIVO "SABOTADO"

Ao assumir as suas funções de Subsecretário de Estado do Exército para os assuntos relacionados com a organização militar do Ultramar, em Agosto de 1958, o Tenente-Coronel Costa Gomes, depois de afirmar a sua convicção de que não se poderia olhar com optimismo a possibilidade de virem a desencadear-se perturbações graves em África, "onde temos a maior parte do território nacional", concluíu: "urge estruturar, organizar, equipar e guarnecer as diferentes parcelas por forma a que as forças militares estacionadas ou que aí tenham de ocorrer possam, se for necessário, actuar nas melhores condições de êxito" (25). E, em Fevereiro de 1959, determina a revisão do dispositivo as forças terrestres de Angola, estabelecido em Abril de 1959. Num estudo elaborado para este efeito, o tipo de guerra previsto, a breve prazo, surge relacionado com "movimentos de carácter insurreccional, estimulados ou não do exterior" (26).

Por seu turno, o ministro do Exército, coronel Almeida Fernandes, numa entrevista concedida à revista Defesa Nacional (Maio-Junho de 1959), aponta a defesa do Ultramar como um dos aspectos mais salientes de um programa de aperfeiçoamento e de actualização do Exército elaborado no final de 1958 e afirma peremptório: "As permissas do problema ultramarino (....), neste momento estão na ordem das primeiras preocupações em todas as medidas que se estudam relativamente ao comando e direcção, à estrutura territorial, à instrução, ao equipamento das forças e à organização das unidades (....) o Ultramar Português prende hoje o melhor da nossa atenção, como polariza todos os estudos, planos e medidas em curso no Exército." Com efeito, num exaustivo "estudo de ensaio" sobre os elementos para a definição de uma Política de Defesa Militar, elaborado pela Secção de

Estudos da Repartição de Gabinete do Ministério do Exército e oficializado em 28 de Abril de 1959 (27), a defesa dos territórios ultramarinos contra acções de subversão interna dirigidas e apoiadas do exterior surge como prioritária, com especial acuidade para a Guiné, Moçambique e Angola. Em relação a Angola, o Norte e Nordeste são consideradas como as áreas mais prováveis para o desencadeamento, a breve prazo, daquelas acções, num relacionamento directo com os acontecimentos ocorridos no Congo e revestindo a forma já clássica de agressão interna, dos tipos experimentados na Indochina e na Argélia.

Não obstante as "resistências" referidas anteriormente e a forma abrupta como a reorganização iniciada em 1958 foi interrompida, "os seus grandes conceitos, orientações e principais medidas concretas – na apreciação do Coronel Ferreira Valença, o autor do "estudo de ensaio" de 1959- mantiveram-se e constituíram a base do esforço estrutural, operacional e logístico durante largos anos das esgotantes campanhas do Ultramar, de que a Metrópole foi a grande base de apoio" (28).

Em resposta à torpe acusação de uma local do "Diário Popular" de 14 de Abril de 1961 (quando o "andar rapidamente e em força" do presidente do Conselho de Ministros era proclamado) de haver "um impasse da insuficiência das medidas militares", o Coronel Costa Gomes poude então responder: "Na parte que se refere ao Exército, do qual fui até ao dia 13 um dos responsáveis pela sua direcção, posso afirmar, sem receio de desmentido, que não houve impasse e, pelo contrário, ouso mesmo dizer que nunca em época alguma da nossa História se mudou com tanta rapidez e de uma forma tão eficiente a direcção do nosso esforço militar, desviando-o da Europa para o Ultramar. A implantação duma estrutura militar fortemente condicionada a estritas limitações financeiras, a insuficiência de quadros de pessoal especialista e de material de toda a natureza é geralmente morosa. Apesar destes condicionamentos, o esforço feito pelo Exército no Ultramar, nos últimos dois anos, e o que está planeado para 1961, é digno do maior respeito e consideração da Nação" (29).

ANTECEDENTES IMEDIATOS

UMA "MARATONA" LEGISLATIVA DE EMERGÊNCIA

Um mês e meio depois de ter sido designado Ministro do Ultramar, o Professor Adriano Moreira (30) desembarca em Luanda "para melhor avaliar as circunstâncias e para que o esforço feito em todos os sectores se

adaptasse com realismo às necessidades da Província". Permanece em Angola de 1 a 19 de Maio de 1961, contactando prioritariamente os "pontos quentes" da acção terrorista: Negage, Carmona (com sobrevoo do Songo, Bungo e Mucaba), 31 de Janeiro, Damba e Maquela do Zombo, passando depois pelos distritos de Cabinda, Huambo e Huíla. Autorizado por uma deliberação do Conselho de Ministros de 2 de Maio (31) a usar da sua competência legislativa durante a sua viagem, assina 23 diplomas em Luanda, os dois primeiros redigidos em Carmona e 31 de Janeiro. Entre as providências abrangidas, destacam-se as destinadas a proporcionar o rápido restabelecimento da ordem, a assegurar ao máximo possível a colheita do café através da criação de um Corpo de Trabalho e Recuperação Económica, a atribuir aos Governadores dos Distritos afectados pelo terrorismo poderes de competência militar, a estabelecer uma moratória geral de dívidas civis e comerciais nos distritos do Zaire e Uíge, a garantir um crédito de meio milhão de contos proveniente do empréstimo do Banco de Angola ao Governo-Geral e a simplificar as formalidades administrativas. Eram, na sua quase totalidade, providências exigidas pela situação de emergência que se vivia no Norte da Província. Em Abril, tinham já sido decretadas a organização da Defesa Civil do Ultramar, a criação dos Corpos de Voluntários e dos Serviços de Inspecção do Trabalho em cada Província Ultramarina, a transferência da sede do Grémio do Milho de Lisboa para Luanda e a proibição de intervenção das autoridades administrativas no fomento, cultura e comércio do algodão. A extinção do regime de cultura obrigatória de algodão surgiria mais tarde, em 24 de Agosto (DL nº 43 875). Convirá referir que, embora estreitamente ligadas ao próprio Adriano Moreira quando Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, na realidade as reformas haviam começado a ser esboçadas algumas semanas antes da sua designação para a pasta do Ultramar, pelo seu antecessor, Almirante Lopes Alves.

NECESSIDADE DE CONCENTRAÇÃO DOS PODERES CIVIL E MILITAR

Esta necessidade, assumida pelo Presidente do Conselho após a remodelação governamental de 13 de Abril de 1961, levou à nomeação do General Venâncio Deslandes (32), em 4 de Junho, para o desempenho dos cargos de Governador-Geral e Comandante-Chefe de Angola, substituindo o Doutor Silva Tavares e o General Silva Freire, remetido este último para as suas funções de Comandante da 2.ª Região Militar. No acto de posse, o ministro do Ultramar depois de justificar esta concentração de poderes pela prioridade então atribuída ao problema da pacificação, acentuou que uma

tal concentração, "exigida pela natureza institucional das províncias", não podia levar "a confundir a administração destas com a resolução exclusiva de um problema militar, antes era mais do que nunca necessário não esquecer as necessidades prementes da economia, da política social, do ensino, da saúde, das populações e das regedorias, e assim por diante". Por seu turno, o empossado enunciou as três tarefas que o estudo da missão recebida lhe permitira deduzir: pacificação da região NO, promoção da sua reintegração na vida económica da Província e continuação da acção civilizadora. No discurso do político-professor, a coerência dos *conceitos*; na proposta do militar-diplomata uma *atitude de ofensiva pacificadora*, capaz de repor a ordem anterior. Em ambos, um sentido de evolução necessariamente acelerada.

REOCUPAÇÃO MILITAR DO NORTE DE ANGOLA

Montado o dispositivo de interdição da fronteira no início de Julho de 1961, foi então decidido desenvolver, ainda nos meados daquele mês, operações militares de envergadura, com o apoio de fogos aéreos e de Artilharia e de meios Engenharia e o lançamento de pára-quedistas, tendo com objectivos principais a reocupação das povoações de Nambuangongo e Quipedro e a limpeza das serras da Canda e do Uíge e do maciço da Pedra Verde. As duas povoações são ocupadas em 9 e 11 de Agosto e as operações de limpeza terminam e 2 de Outubro, com o restabelecimento do último posto administrativo destruído – Caiongo, no Alto do Cauale. E em 7 de Outubro, passados seis meses sobre a chacina e devastação no Norte de Angola, o Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas definiu, no Conselho Legislativo, a situação nos seguintes termos: "Lutando especialmente contra a hostilidade do terreno e contra múltiplos obstáculos com que o inimigo procurou cortar as vias de comunicação, a progressão foi difícil e por isso lenta. Mas, pouco a pouco, a máquina militar foi desenvolvendo o esquema de reocupação previamente traçado e hoje podemos anunciar que não apenas todas as povoações e postos administrativos estão de novo ocupados, como não existem quaisquer limitações aos movimentos que dentro do território nacional se decida executar. Se a guerra se pudesse compartimentar em fases distintas, diríamos que teriam assim terminado as operações militares e estaria iniciada a fase seguinte de operações de polícia, embora ainda, em grande parte, no âmbito militar. Assim não sucede de facto, porque, desde o início muitas forças se empenharam apenas em operações deste tipo, e também porque é impossível garantir em absoluto que, num ou noutro ponto

esporádico, o apoio que o inimigo recebe do exterior através de uma fronteira muito longa e pouco característica, não possa provocar um ou outro caso de insubordinação local. No entanto, a organização que o inimigo chegou a possuir, consequente da liberdade de acção de que gozou, foi desarticulada, e cada dia são menos as possibilidades de actuar coerentemente" (33). Contudo, só no final do ano, depois de convenientemente reforçado e remodelado o dispositivo militar naquela região, as actividades económicas e sociais retomaram lentamente o seu curso com o progressivo retorno das populações (34). Por outro lado, na realidade, a actividade operacional de forças militares, eufemisticamente designada como policial, iria prolongar-se até 1974 ...

Na reunião do Conselho Legislativo de Angola de 7 de Outubro, o General Venâncio Deslandes- para além de uma ampla análise da situação (*satisfatória, na emergência vigente*) económico-financeira, do retorno (*criminosamente contrariado*) da massa populacional refugiada nos países limítrofes e do desenvolvimento (*regular*) do Plano de Fomento – deu a conhecer os princípios fundamentais da Política do Governo provincial quanto à orientação da administração pública. Realce prévio para a urgência de se "caminhar no sentido da unidade de interesses para que a Nação não se identifique apenas pela alma". Daqui a importância fundamental de três diplomas do Governo da Nação: revogação do Estatuto dos Indígenas, sem implicar a eliminação no plano jurídico e social dos usos e costumes locais, o que exigia do Governo provincial e dos serviços responsáveis um trabalho minucioso e extremamente ponderado de muitos ajustamentos e profundas modificações por forma a assegurar efectivamente a realização da justiça social; criação da Junta Provincial de Povoamento, concentrando inicialmente os meios disponíveis em zonas-piloto; previsão para breve da instauração da livre circulação de mercadorias e do sistema de pagamento inter-regional no espaço económico português. Os objectivos fundamentais da política a seguir nos diversos campos da administração da Província (*social, da produção e comércio, financeiro, de povoamento, dos transportes, de energia* e *da inventariação dos recursos*), a par dos caminhos considerados compatíveis com a sua concretização, são exaustivamente definidos. E, por fim, o polémico problema da criação de uma Politécnica "como primeiro passo nos estudos superiores" que iria constituir o pomo da discórdia insanável entre o General Venâncio Deslandes e e o Professor Adriano Moreira.

UMA VISÃO DE PAZ REVOLUCIONÁRIA

DA BOMBA ATÓMICA AO CANHAGULO
("A Província de Angola", de 7-5-1962)

A destruição de Hiroshima e Nagasaki, determinando a imediata rendição incondicional do Japão, fazia prever que a guerra iria entrar numa nova era – uma era em que as decisões não seriam mais do que a expressão da capacidade dos cientistas, uma era em que a acção do homem-combatente resultaria necessariamente insignificante perante a tecnicidade e potência destruidora dos novos engenhos. Submetida à indeclinável lei do progresso a guerra teria atingido, após uma evolução de quarenta séculos, a era do "presse bouton".

E ainda a pobre humanidade se encontrava surpreendida e aterrorizada diante os efeitos da "arma absoluta", quando na Grécia – uma Grécia que sofrera terrivelmente com a guerra e se debatia numa situação económica desesperada, o General comunista Markos, antigo militante do movimento de resistência "ELL'AS", lançava os seu guerrilheiros numa luta dominada pelas chamadas armas clássicas, no que elas tinham de mais primitivo, e em que o homem-combatente, longe de se conformar com o anonimato a que a guerra clássica o votara, reencontrava as razões de uma participação mais directa no combate.

Se o "equilíbrio de terror", que os potenciais bélicos nucleares dos Estados Unidos e da União Soviética garantem, torna a guerra total improvável (pelo menos enquanto este equilíbrio subsistir ...), a União Soviética, fiel ao seu inevitável (?) universalismo – "o triunfo do socialismo num país não é um fim em si, mas um meio de continuar a alimentar a revolução noutros países" (Estaline) – viu-se coagida a prosseguir na sua efectivação por "meios" diferentes. E é assim que o mundo vê surgir a guerra fria, de que a guerra revolucionária é uma das armas fundamentais.

A luta internacional toma um novo aspecto – à "guerra injusta" do imperialismo é oposta a "guerra justa" da libertação (?) dos povos e das colónias; à "guerra das armas" é oposta a "guerra das almas". Nela vamos encontrar, segundo André Piettre, uma verdadeira fusão de todos os descontentamentos, sofrimentos e revoltas – do proletariado clássico aos povos subdesenvolvidos – numa vasta "cruzada" contra o Ocidente. A guerra dominada por considerações materiais económicas, domínio dos mares, possibilidades de aprovisionamento de petróleo, acção destruidora de um armamento que, apesar de tudo, se mantinha "clássico", manobra com massas humanas avultadas, etc., dá lugar à guerra eminentemente política, ou melhor, ideológica.

Eis como a potência progressiva dos engenhos bélicos, que ia afastando cada vez mais os combatentes, passa, bruscamente, a aproximá-los, "humanizando" os conflitos com o reaparecimento do contacto físico, perdido desde há anos nos campos de batalha; eis como, ante o temor da represália atómica, as guerras "limitadas" surgem dominadas por armas se não primitivas, pelo menos muito anteriores às técnicas mais modernas. À potência de um armamento "cego" sucederão, no dizer do Coronel Trinquier, a inteligência e a astúcia, aliadas à brutalidade física.

Confiando numa estratégia obsoleta, apoiado nos seus mísseis e super-bombas, o Ocidente parece ignorar a *vontade* que anima os anacrónicos canhangulos, e a "independência" continua a ser palavra-chave que agita as massas, para depois as integrar, inexoravelmente, no "mundo socialista".

O TERRORISMO

("O Planalto", de 17-11-1961)

> *"Uma das características da guerra revolucionária é a sua crueldade. Não se trata de uma crueldade anónima como a que preside ao aperfeiçoamento dos engenhos termo-nucleares, mas de uma crueldade à escala humana".*
>
> **Claude Delmas, em "La guerre révolutionnaire"**

Segundo rezam os dados estatísticos, agora tornados públicos, referentes ao primeiro semestre do ano corrente, deixaram a província de Angola, por via marítima, aérea e terrestre, 39.222 homens, mulheres e crianças, contra uma entrada que não atingiu os 19.000 – precisamente, 18.891. O que, feitas as contas, implica um "déficit" de 20.331. E pensarmos nós que os poucos que por cá labutam eram já de si tão poucos! Como explicar este desequilíbrio na corrente migratória ? Uma palavra bastará: *terrorismo*.

No processo de subversão, a actividade revolucionária realiza, ou pretende realizar, duas tarefas opostas – uma *destrutiva* e outra *construtiva*. A primeira, procurando atacar a ordem estabelecida e os seus defensores; a segunda, elaborando a vontade de luta, os meios de combate, as novas formas de estado e de sociedade. Pois, em qualquer destas tarefas, o terrorismo constitui uma *arma de guerra* cuja importância não pode, de modo algum, ser ignorada ou minimizada.

O terrorismo visa três objectivos:

1.º *Conquistar as populações*

A guerra revolucionária exige o apoio incondicional das populações – segundo Mao-Tse-Tung: "as populações são para os terroristas o que a água é para os peixes". O terrorismo não só permite captar as populações como, posteriormente, orientá-las activamente em prol da própria subversão.

2.º *Colocar "em xeque" as forças da ordem*

Perante um inimigo que "não está lá", a acção das forças da ordem cai no vazio, revelando-se impotente. Este facto, que os terroristas exploram junto das populações, aliado à desorganização das hierarquias tradicionais, facilita a impregnação psicológica que visa a conquista moral. Não se sentindo eficazmente defendidas, sem dispor de um sistema de autodefesa, as populações acabam por engrossar as fileiras das subversão.

3.º *Atemorizar as massas e as autoridades*

Com esta finalidade, a acção terrorista procura atingir:

– *Personalidades*, as chamadas "pontes", ocupando funções particularmente representativas da ordem estabelecida (quadros administrativos, militares, de ensino, etc) ou consideradas fiéis a esta ordem. Este será o *terrorismo selectivo*;

– *A multidão anónima*, por meio de massacres colectivos, de que os sangrentos acontecimentos que eclodiram no Norte de Angola na madrugada de 16 de Março constituem trágico exemplo. Em vez da supressão de uma "ponte", aqui pretende-se desencadear um efeito psicológico de alcance geral. Este será o *terrorismo de sideração*.

Pelas estatísticas, agora reveladas, somos levados a concluir que o *terrorismo de sideração* desencadeado no Norte de Angola teve uma alcance psicológico surpreendente. É certo que o regresso se está hoje a processar a ritmo impressionante. Mas os tempos mudaram, e hoje respira-se um ar mais leve e, sobretudo, mais seguro.

Procuremos não nos esquecer que se o *terror* é altamente contagioso, a *coragem* não o é menos ! Esta coragem prevê, porém, uma *consciência* que as massas não têm tido. Por culpa de quem?

A PAZ REVOLUCIONÁRIA
("A Província de Angola", editorial de 22-1-1962)

Os incautos, os mal-avisados, sentem, ao contactarem com a guerra revolucionária, surpresa e cepticismo. Admitindo, posteriormente, perante a realidade dolorosa dos factos, a existência de uma guerra "diferente", dificilmente entrevêem a possibilidade de uma parada e de uma resposta concordantes com o ideal e os princípios fundamentais da civilização do Ocidente. Na verdade, o Ocidente pretendendo defender o Direito não pode, em nome da legitimidade desta defesa, recorrer às armas do terrorismo. Surge, então, o pânico, o "cair de braços", diante de um mal considerado irremediável. Este estado de espírito constitui a primeira vitória do movimento revolucionário.

Por outro lado, o sistema internacional, com uma Organização das Nações Unidas (?) fértil em imperfeições, surge algumas vezes como uma verdadeira máquina de guerra. Sempre que na Assembleia ou no Conselho de Segurança (os "templos de hipocrisia", na expressão de Spaak) ou nos imensos corredores do majestoso "Palácio de Vidro" são apresentadas opiniões relativas a regiões onde emergem os primeiros indícios da acção revolucionária, a organização rebelde provoca o recrudescimento de atentados, para justificar aquelas opiniões. Segundo o Capitão Sourys do Exército francês, um especialista em guerra revolucionária, "nunca chegaremos a saber o número de vidas humanas sacrificadas no altar da guerra revolucionária durante cada uma das sessões da Assembleia das Nações Unidas".

Finalmente, as Forças Armadas preparadas para actuarem num ambiente "clássico", contra um inimigo exterior, sentem-se perturbadas ao serem chamadas a fazer frente a uma actividade subversiva.

Estaremos, então, perante um mal irremediável? Terá o Ocidente que renunciar ao seu seu Ideal e recorrer aos métodos de "esmagamento", de que os mentores da guerra revolucionária não hesitam em lançar mão para resolverem os seus problemas internos – como na Geórgia, em 1923, e no Tibete?

O estudo dos exemplos passados, atendidas as características particulares dos ambientes em que decorreram (para Mao-Tse-Tung cada ambiente exige um tipo de guerra diferente), permite-nos responder pela negativa.

A acção contra-revolucionária será difícil, particularmente, quando o processo subversivo se encontra avançado ou, sobretudo, quando haja vencido, mas está longe de ser impossível.

"Numa guerra revolucionária, a paz tem que ser revolucionária ou não será paz", escreve Claude Delmas em "La guerre révolutionnaire". Nesta afirmação encontramos implícita uma linha de rumo de que, de modo algum,

nos podemos afastar. Torna-se imprescindível *agir* e não *aguardar*! Perdemos já imenso tempo para ainda olharmos para trás ... Através de uma *paz revolucionária* – e só assim! – alcançaremos a paz definitiva que já soubemos merecer!

MOBILIZAÇÃO DE CONSCIÊNCIAS

("A Província de Angola", editorial de 6-2-1962)

Os atentados de Luanda e a "explosão" que levou a morte e desolação ao Norte de Angola estão longe de marcar o início da actividade revolucionária em Angola. Estes acontecimentos constituem, isso sim, manifestações de uma fase do processo que prevê outras fases preliminares ou preparatórias caracterizadas por uma "sintomatologia" bem menos perceptível. Com efeito, a guerra revolucionária, como infecção virulenta que é na realidade, não acusa a prévia invasão do vírus, tornando difícil diagnosticar o "mal" durante o período de "incubação", que é, afinal, constituído por aquelas fases preliminares.

Se é verdade ser difícil, ou mesmo impossível diagnosticar o "mal" no período referido, não é menos verdade ser sempre possível determinar a "receptividade" dos ambientes humanos e agir *preventivamente* a tempo e horas. Os ventos que, soprados do Leste e do Norte, varriam o território angolano faziam prever o pior- a mensagem neles contida era de nítida subversão em favor de interesses por demais conhecidos.

Sobrou-nos confiança, faltou-nos uma esclarecida *consciência* do "mal" que nos rondava... *Inconsciência* dolorosa que hoje, corajosamente, com "sangue, suor e lágrimas", estamos empenhados em remediar – e havemos de remediar!

É uma *guerra total* esta que nos foi imposta, uma guerra que mobilizando todas as actividades de um Estado de uma sociedade e, consequentemente, do indivíduo, surge como um problema cuja resolução não é, como há ainda quem o pretenda, da competência exclusiva das Forças Armadas.

Ainda recentemente, na sessão do Conselho do Governo, o Governador-Geral, General Venâncio Deslandes, definiu com clareza esta necessidade: "Com os muitos milhares de soldados que aqui temos, os mais que brevemente chegarão e os *centos de milhar que todos juntos podemos ser*, Angola é um baluarte inexpugnável que nenhuma história de ventos conseguirá tomar". Para que *de facto* sejamos centos de milhar – como temos que ser! – impõe-se uma urgente *mobilização de consciências*.

Mao-Tse-Tung, o mais destacado doutrinador desta nova forma de guerra, escreveu: "Ninguém teria a ideia de fazer uma guerra sem conhecer

as suas leis. Ora, ao lado da guerra clássica – convencional ou nuclear, existe a guerra revolucionária com as suas leis específicas."

Para além da actividade dos bandos de terroristas, encontra-se toda uma organização subversiva cuja tarefa fundamental é impor a sua (?) vontade às populações através de técnicas que não devemos de modo algum subestimar. A *intimidação*, a *desmoralização* e a *intoxicação* atingiram, principalmente com o contributo de Tchakotine, um grau de eficiência nunca sonhado. Será precipitação falar de vitória enquanto aquela organização subsistir, ainda que em estado de larvar. Pois apesar de o Ministro do Ultramar, Prof. Adriano Moreira, ter afirmado, em alto e bom som, que a *guerra não terminou*, que tempos difíceis não são passado mas presente e futuro, não falta quem propale (com que inconfessadas intenções ?...) que levámos de vencida uma guerra revolucionária em Angola, sem qualquer necessidade de nos determos no estudo das leis que a regem.

Iniciada a fase decisiva da resposta contra-revolucionária, a *pacificação*, uma fase de extrema sensibilidade em que os erros são susceptíveis de provocar danos irreversíveis, mais do que nunca se exige uma esclarecida *mobilização de consciências*, no sentido de que cada um de nós, sem qualquer excepção, como "combatente" da primeira linha que é, saiba *o que combate*, *como o deve combater* e *por que tem que o combater*.

BINÁRIO FUNDAMENTAL
("A província de Angola", editorial de 7-6-1962)

A "pacificação", que ora se processa nos territórios do Norte, tão duramente atingidos pelas execráveis práticas de um terrorismo de contexto internacional, e a "prevenção", que o "mal remediado" faz aconselhar para todo o Ultramar, exigem a implantação de uma *nova ordem*, através da qual se garanta uma nítida melhoria das condições de vida das populações.

No âmbito das realizações concretas que a *nova ordem* implica, incluem-se, além da necessária acção militar – visando essencialmente o aniquilamento dos bandos dispersos e assegurar a protecção das pessoas e dos bens – acções de ordem financeira e económica, social, cultural, administrativa, judiciária e policial.

Será nestas realizações que virá apoiar-se toda a acção psicológica desenvolvida com vista, não só a contrabater as ideias "sopradas" por evidentes interesses (que não das populações...), mas também a convencer da justiça e verdade da causa que defendemos e da certeza de uma vitória que traga consigo a almejada paz definitiva.

Sem este "conteúdo" concreto, qualquer tentativa de acção psicológica resulta estéril, se não altamente comprometedora... As populações sabem por instinto o que é justo. Será apenas através das medidas concretas que adoptamos, e não pelo que lhes podemos prometer, que elas julgarão do valor da nossa acção.

Para que a *nova ordem* se possa efectivar torna-se indispensável que a ordem anterior tenha sido restabelecida. Foi assim que, logo após ter-se completado a reocupação das povoações e postos administrativos do Norte de Angola, surge o "plano Deslandes", um plano norteado por um "espírito novo" para ganhar a paz. Neste plano, a consciente apreciação das políticas social, de produção e de comércio, financeira e de povoamento, conduz a soluções gerais que se reputavam de indiscutível premência. Na sua esteira, foi-se promulgando uma extensa regulamentação.

Há agora, sem mais tardanças, que integrar no seu verdadeiro espírito a "acção" de todos nós- os que aqui estamos, e por cá nos queremos quedar, e os muitos que têm que vir. Resta-nos, como recentemente afirmou o Ministro do Ultramar, Prof Adriano Moreira, "agir em conformidade"!

Quantas consciências alertadas se nos deparam inertes, dominadas por um fatalismo que a Raça não reconhece ou acobertadas atrás de um comodismo que não se identifica com o interesse nacional ! Dinamizar estas consciências é um imperativo da hora que vivemos. "Quem não tiver espírito heróico para senti-la e servi-la, será morto entre os vivos e nunca entre os mortos", escreve o Diário Popular de Lisboa.

O Chefe da Província, quando da sessão solene do Conselho Legislativo com que inaugurou a segunda legislatura do ano passado, apontou o único destino daqueles que persistem em ser "mortos entre os vivos". Recordemos as suas palavras: "terão que ser afastados do caminho que seguimos, duro e difícil de percorrer, mas o único que honra a Nação". Afastemo-los, pois, já!

Haja "consciência" e "acção" ao serviço da *nova ordem*, e enfrentemos, confiadamente, o que de pior vier!

CONTRADIÇÕES INTERNAS

("A Província de Angola", editorial de 3-4-1962)

Temos vindo a verificar, com surpreendente frequência, existir uma certa confusão nos espíritos no que se refere à *causa determinante* nesta guerra em que permanecemos empenhados. Assim, o *porquê* dos acontecimentos que desde Março de 61 flagelam o Norte de Angola surge confundido com aquilo que a teoria de propaganda revolucionária chama *contradições internas* , isto é, os "factores favoráveis" sabiamente explorados

pela organização subversiva. Nestas contradições se apoia toda a propaganda desenvolvida pela referida organização, propaganda indispensável para "legitimar" a acção desencadeada, quer internamente, quer no exterior; ela gera a favorável divisão no seio das populações desprevenidas, ao mesmo tempo que "justifica" perante a opinião internacional determinados actos que a consciência humana naturalmente condena.

A propaganda do tipo comunista, tomando como certa a profecia de Karl Marx, considera como um dos seus elementos essenciais a "revelação política" ou "denúncia", destinada a revelar a verdade das *contradições internas* em todos os domínios – o próprio Marx preconizava a necessidade de tornar a opressão real ainda mais dura adicionando-lhe a consciência da opressão e tornar a vergonha ainda mais humilhante, dando-a à publicidade. Estas "revelações políticas" constituíam, segundo Lenine, a condição necessária e fundamental para a formação das massas tendo em vista a sua actividade revolucionária. Foi assim em Angola. Agitadores e propagandistas, num àvontade impressionante perante um enquadramento burocratizado e inconsciente, foram desenvolvendo a sua acção nos povos, nas fazendas, nas escolas, nas missões. Não constitui segredo para ninguém, e as reformas agora outorgadas o confirmam, que em Angola os "factores favoráveis" não rareavam. A tarefa dos agitadores e propagandistas surgia, por consequência, extremamente facilitada. Para a eliminação automática e completa das *contradições* existentes era apontada uma única solução – a "libertação nacional".

O terrorismo que ensanguentou o Norte de Angola concorreu, de forma decisiva, para a resolução de algumas *contradições internas* que desde há muito entre nós prevaleciam; outras encontram-se em vias de resolução. A par das reformas outorgadas, contudo, torna-se necessário agir junto das populações, não só denunciando as intenções daqueles que "generosamente" as pretendem "libertar", mas também esclarecendo-as sobre o verdadeiro sentido das reformas que têm sido - e têm que continuar a ser! – levadas a cabo. Se assim não for, a exploração das *contradições internas* poderão encontrar aqui um campo favorável a novas e violentas "explosões".

Estamos, decididamente, no bom caminho- assim se concretizem as nossas intenções, e saibamos continuar!

O SILÊNCIO NÃO COMPENSA
("A Província de Angola", editorial de 24-4-1962)

O silêncio constitui erro grave nos transes difíceis, nos transes decisivos como este que nos é dado viver em Angola. Não informar significa desafiar a imaginação, incontrolável e, por consequência, de efeitos imprevisíveis. Os

agitadores e propagandistas, sempre atentos, sabem explorar (e de que maneira!) estes "espaços em branco" que a ausência de informação "generosamente" lhes faculta, conferindo-lhe o conteúdo que melhos concorra para os objectivos da subversão. O nosso silêncio surge, pois, como uma "arma" perigosíssima em cuja técnica de utilização os especialistas revolucionários são mestres incontestáveis.

O General espanhol Diaz Villegas, um profundo conhecedor do fenómeno revolucionário, escreve a este respeito ("La Guerra Revolucionaria" – 1959): "Ao Governo compete a direcção da informação. Não basta a censura. Esta constitui a parte negativa, o evitar que se diga o improcedente. O importante é, sempre, a tarefa positiva: dizer ou sugerir que se diga o procedente. Limitar-se à censura, com abadono da informação objectiva, equivale a desprezar um factor fundamental da acção psicológica que se impõe desenvolver."

Nunca é demais insistir (e muito se tem insistido nestas colunas) na imperiosa necessidade de manter a opinião pública - tanto nacional como estrangeira – permanentemente informada.

A informação, tal como a concebemos, tem que ser *verdadeira*, para ganhar prestígio, e *imediata*, para ganhar confiança. Um informação falsa desacredita, irremediavelmente, não só a fonte de que provém como o órgão que a transmite.

A rapidez da informação tem um valor decisivo na accção psicológica, uma rapidez que não pode, evidentemente, sacrificar a verdade da informação. Como afirmou o Governador-Geral, General Venâncio Deslandes, aos representantes da Imprensa angolana, "no momento em que vivemos, quando se joga a sorte de um país, há que avaliar com inexcedível ponderação a justeza e consequência de uma notícia que chega aparentemente inocente e que mais tarde se revela de consequências desastrosas".

Os serviços do CITA surgem, ao que parece, orientados no rumo devido, anunciando-se a criação de uma secção de acção psicológica cujo interesse não sofre a menor contestação. Salientemos, porém, o que atrás deixámos escrito: a "informação objectiva" constitui factor fundamental de toda e qualquer acção psicológica e o silênco não compensa.

O DRAMA DO SURDO-MUDO NUM ASILO DE CEGOS...
("O Planalto", de 1-12-1961)

Quantas vezes a *ausência de comunicação* – que é, afinal, a explicação do drama do surdo-mudo – não trouxe consigo outros dramas, bem mais dolorosos na sua amarga realidade. A guerra de Angola, por exemplo.

Sim, porque ninguém admitirá que a surpresa tenha sido geral. Sendo assim, porque teríamos então sido surpreendidos?

Na sua recente visita a Moçambique, o Ministro Adriano Moreira sublinhou a necessidade de uma perfeita identificação entre quem exerce os cargos de direcção e as populações, afirmando: "Não é possível nem de admitir que haja *um divórcio* entre dirigentes e dirigidos, quando é certo que os objectivos são comuns."

Pois, por mais incrível que pareça, há ainda quem não tenha assimilado a experiência recente – que "digestões" difíceis, Deus meu!.... Ainda a "aurora" vem longe, e já se escutam louvores ao brilho intenso do astro-rei. Será que o ciclo se vai repetir?

Não, não pode ser! O que ontem poderia passar (com certa dificuldade, acentue-se) por *inconsciência* , hoje é pura *traição*!

Ignoramos as tristes "carpideiras", que outra coisa não fazem que "carpir" sobre os erros passados (na maioria dos casos, sem consciência dos seus próprios erros...), incapazes de concluir os necessários ensinamentos para uma acção futura. Mas, temos que ignorar também os optimistas inconscientes que, deturpando a realidade dos factos, podem levar os menos avisados a um relaxe, a uma quebra de vigilância, de funestas consequências na guerra em que estamos empenhados.

Qualquer plano prevê, na sua elaboração e execução, uma permanente *comunicação* entre aquele ou aqueles que o traçam e aqueles que o executam, norteados por uma *política de verdade*. E, se assim for, o "espírito novo para ganhar a paz" jamais se apagará!

CONTACTO HUMANO

("A Província de Angola", editorial de 14-2-1962)

A guerra revolucionária exige mais do que a "imposição de vontade" preconizada por Clausewitz – exige definitivamente uma "assimilação de vontade". Esta assimilação da vontade das populações à vontade dos revolucionários porcessa-se através de duas fases distintas.

Antes do mais, torna-se necessário "organizar" as populações. Para os mentores da actividade revolucionária a organização tem o valor de um dogma. Eles sabem que a impregnação psicológica só resulta quando aplicada em massas organizadas. Uma vez consumada a "conquista dos corpos", segue-se a "conquista das almas" que sabiamente explora as contradições internas: contradições políticas, ideológicas, sociais, religiosas, económicas, susceptíveis de influenciarem profundamente as populações a captar. Simultaneamente surge uma linha ideológica concorde com os anseios destas mesmas populações.

Em qualquer das citadas fases, o "contacto humano" entre os quadros revolucionários e as populações é absolutamente imprescindível, já que as formas externas de "controle" por si só nada valem.

Reconhecemos hoje que o enquadramento administrativo em Angola, falho de meios, absorvido por uma burocratização excessivamente "burocratizada", indevidamente preparado para fazer face a uma guerra subversiva, esteve muitas vezes afastado das populações, "desumanizado e anónimo". Pelo contrário, o enquadramento revolucionário, vivendo no seio das populações, conhecendo, consequentemente, as suas reacções, os seus anseios, poude actuar livre e eficazmente sobre elas – aos catequistas e feiticeiros juntaram-se, sem que nada fôsse notado, agitadores e propagandistas preparados além-fronteiras. E quando minguavam os argumentos, o terror convencia os indecisos.

Em "A Guerra Revolucionária" escreve o Tenente-Coronel Hermes de Oliveira: "Estamos separados das populações porque elas fugiram, deixando de haver qualquer contacto entre as duas partes. Temos, por conseguinte, de restabelecer este contacto, mas um *contacto humano e não apenas um contacto físico*. Não nos podemos limitar a uma mistura física com as populações. *Torna-se de todo indispensável que haja, de facto, uma mistura amiga, aquecida pelo calor da alma humana.*"

É nesta linha de rumo que o "Plano Deslandes" integra entre os meios de acção para assegurar as condições necessárias à Justiça Social, no seu parágrafo 4.61, a deburocratização do quadro administrativo, com a consequente chamada das autoridades "à intimidade tão profunda quanto possível com a vida local".

É nesta linha de rumo que os milhares de indígenas que se têm apresentado às autoridades são acolhidos de braços abertos, procurando-se, primeiro que tudo, garantir-lhes assistência médica, alimentação e vestuário. Atitude que só surpreende quem anda neste mundo de olhos teimosamente cerrados ...

É, ainda, nesta linha de rumo que as populações, depois de cuidadosamente recenseadas, são concentradas em novos aldeamentos cuja capacidade não deve exceder as duas ou três mil almas, aproximando-se a realidade do modelo ideal. Exigem-no razões de segurança, sem dúvida alguma, mas acima delas está a necessidade imperiosa de um "contacto humano" que, corrigindo desvios lamentáveis, traga consigo uma nova ordem de convivência.

Como se torna evidente, deverá esta linha de rumo ser alargada a toda a Província. Mal andaríamos se assim não acontecesse- a experiência foi dura e já não é recente!

A AUTODEFESA DAS POPULAÇÕES
("O Planalto", editorial de 7-11-1961)

À semelhança do que sucedeu para a Província de Moçambique, o Prof. Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, fêz publicar recentemente um importante Diploma legislativo que cria, ou melhor, que restaura as milícias na Província de Angola, constituíndo um corpo militar de 2.ª linha.

No relatório que antecede o referido Diploma, afirma-se: "É da mais remota tradição portuguesa a colaboração activa das populações nacionais na defesa militar e civil dos territórios contra quaisquer tentativas de invasão, conquista ou subversão". E, a terminar: "Restaurar as milícias que durante séculos defenderam os povos pacíficos de tantos inimigos e aventureiros é permanecer na tradição histórica da universalidade nacional. Permanecer e afirmar".

Em Angola as *milícias* são criadas em 1752, sendo então Governador o Conde de Lavradio. Mais tarde, o Governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1770) estabelece para esta Província uma organização militar que compreendia três escalões ou linhas. A 3.ª linha (ordenanças), com um *terço* em Luanda e mais 17 Companhias nos locais onde havia milícias, bem com uma Companhia em Ambaca, incluía ainda os 20.000 *empacasseiros* que os sobas eram obrigados a fornecer em caso de guerra.

O Governador Nicolau de Abreu Castelo Branco (1824-1829) considera de nenhuma utilidade as milícias e ordenanças, e aconselha abertamente a sua substituição por um corpo de empacasseiros: "Deve, contudo, advertir-se este título do antigo que tiveram os seus antecedentes na caça das empacassas e outros animais ferozes, os quais, tendo os seus oficiais nomeados dentro de si próprios, prestam ordinariamente serviço de polícia, e mesmo de guerra, quando as circunstâncias o exigem ..."

Em 14 de Novembro de 1901, a lei orgânica conhecida pela "lei de Teixeira de Sousa" procura reorganizar as forças militares coloniais de acordo com o plano que o seu preâmbulo revela: "A forma de conseguir uma ocupação eficaz dos vastos territórios das províncias ultramarinas é escalonar do litoral para o interior unidades tácticas independentes, as quais, constituindo centros de ocupação de onde irradiem destacamentos para os postos militares, formarão as malhas da rede que deve estender-se em todo o território ocupado." Segundo esta Lei, as tropas de 2.ª linha eram constituídas pelas forças que só prestavam serviço militar em circunstâncias excepcionais, de revolta, insurreição, guerra interna ou externa, e pelos Corpos irregulares formados exclusivamente de elementos indígenas.

Em 1913, são extintas as tropas de 2.ª linha em Angola.

Segundo o texto constitucional, a organização militar da Nação obedece ao conceito de *Nação Armada*. Significa isto que em caso de conflito toda a Nação está em armas. Como consequência deste princípio deve haver instrução militar em todas as idades e em todas as circunstâncias. Preparação moral e física da juventude, instrução post-militar dos licenciados e territoriais são as características fundamentais do sistema.

O serviço será então geral e obrigatório de modo a que todo o cidadão receba a instrução adequada, e de harmonia com a capacidade física e aptidões profissionais, ao desempenho cabal da missão de que for incumbido.

Perante os tipos de guerra em que nos poderemos ver empenhados, o conceito de *Nação armada* constitui, quando conscientemente adoptado, o único sistema de organização militar com possibilidades de satisfazer.

Na verdade, a guerra meramente frontal, em que massas enormes do país não se "interessavam" directamente é hoje uma curiosidade histórica. A guerra de amanhã, clássica ou nuclear, será uma guerra de frentes esboçadas, inclusivamente sem frentes, uma guerra, portanto, sem retaguarda.

Por outro lado, na incompreensível "paz" em que vivemos desde o conflito mundial de 1939-45 têm surgido guerras limitadas, guerras que, não constituindo "pretexto" para um conflito generalizado entre os dois blocos em que se divide o mundo dos nossos dias, têm flagelado a pobre e confiante Humanidade. São as guerras revolucionárias ou guerras subversivas, num figurino social-marxista. Ainda que limitadas nos seus objectivos particulares- concorrentes, no entanto, para a realização de um objectivo final, estas guerras são *totais* dado que, como proclama Mao-Tse-Tung, "cada indivíduo é um objectivo da guerra revolucionária, porque todas as actividades dum Estado, duma sociedade, contribuem para criar neste indivíduo um estado de espírito."

Concluindo:

Tanto numa guerra generalizada, clássica ou nuclear, como numa guerra revolucionária, todos nós, sem qualquer excepção, teremos uma tarefa a realizar. A restauração das milícias, agora verificada, vem preencher uma lacuna que urgia remediar. Com efeito ...

Temos vindo a verificar, através dos relatos dos indígenas que em massa se têm vindo a apresentar às autoridades na região de Carmona e em outros pontos do Norte, como foram intimidadas as populações que caíram nas mãos dos terroristas. Pessoalmente, tive ocasião de verificar até que ponto foi o "tratamento" infligido a alguns bailundos. Será possível subtrair as populações a este jugo terrorista? Vejamos.

Posta de parte a hipótese de guarnecer militarmente todos os "povos" espalhados pelo imenso território angolano, o processo mais adequado, que de resto tão boas e proveitosas provas tem dado entre nós, é, com efeito, o da *autodefesa* das populações, organizadas em milícias. Podem assim as populações resistir eficazmente aos processos de terror, que procuram – pelo menos inicialmente – obter o seu silêncio e, portanto, a sua cumplicidade. Demonstra a experiência que o verdadeiro contra-terrorismo só se revela eficaz se for praticado pelas próprias populações atingidas, ainda que apoiadas por Unidades do Exército.

Estas milícias, tendo fundamentalmente uma acção de defesa local, podem, no entanto, ser empenhadas em expedições ofensivas.

Concluindo:

A restauração das milícias, constituindo um corpo militar de 2.ª linha, a que se refere o Diploma legislativo recentemente promulgado em Salazar pelo Ministro do Ultramar, vem preencher uma lacuna do sistema de *Nação armada* que a situação actual e a experiência ainda recente exigiam fosse urgentemente remediada.

A vontade do Ministro está expressa – há, agora, que *actuar* de acordo com essa vontade!

ASAS CORTADAS
("O Planalto", de 8-12-1961)

É do conhecimento geral (será?) a acção relevante, acção que já exigiu o sacrifício de vidas humanas, realizada pelo Aeroclube do Congo na *actual* conjuntura (é cedo para falarmos de *passado*) do Norte de Angola.

Quer em missões de vigilância ou observação, procurando localizar os bandos de terroristas ou verificar o estado dos itinerários; quer em missões de reabastecimento a povoações ou fazendas isoladas; quer em missões de evacuação de feridos e doentes; quer em missões de entrega e recepção de correio, a acção dos "teco-tecos" do Aeroclube do Congo revelou-se sempre de indiscutível utilidade, em colaboração íntima com a Força Aérea que "não tinha mãos a medir". Não serão estas missões de utilidade pública, de interesse nacional?

Angola ao sul do rio Cuanza não conheceu, felizmente, os horrores do terrorismo. O ambiente em que se vive é de confiança (confiança nem sempre consciente, diga-se em abono da verdade...). Mas quem nos garante que esta confiança não sofrerá qualquer amargo desmentido? Ou não é verdade que "mais vale prevenir do que remediar"? Além do mais, bastará atentar nas missões atrás apontadas para chegar à conclusão de que a

utilidade pública, o interesse nacional, dos Aeroclubes é ainda válida nas situações de reconhecida normalidade.

Ora, não podem os Aeroclubes, por mais boas vontades que em seu torno de si reunam, realizar as suas missões sem o indispensável auxílio das entidades tanto oficiais como privadas – e quando digo privadas, quero referir-me àquelas grandes, imensas empresas que, auferindo lucros fabulosos nestas mesmas paragens, tão divorciadas têm vivido das realizações exteriores à sua própria organização. Este auxílio tem que materializar-se, fundamentalmente, em aviões ou nos escudos necessários à sua aquisição. Quanto ao resto, o que já não será pouco- acentue-se, talvez possa vir a constituir encargo dos Aeroclubes.

Se assim não for, não divisamos qualquer motivo capaz de justificar a existência de Aeroclubes em território angolano - que asas cortadas nunca voaram!

NOTAS

(1) Citado por Claude Delmas em "La guerre révolutionnaire", PUF, Paris. 1959. Desta obra veio a ser, curiosamente, editada uma tradução pela Europa-América em 1975, integrada na colecção "Saber".
(2) "La guerra revolucionaria", Ed. Europa, Madrid, 1959.
(3) "A Voz do Planalto", a partir de 1975.
(4) "Jornal de Angola", a partir de 1975.
(5) "Em defesa da revolução africana", Sá da Costa, Lisboa, 1980.
(6) "Os pioneiros de uma aviação que não chegou a existir", Revista de Artilharia n.º 869-871 (1998).
(7) Para além das obras referidas em (1) e (2), foram objecto de estudo "La guerre révolutionnaire" (textos de Mao-Tse-Tung), Le Monde en 10/18, Paris, 1955; "Lieutenant en Algérie" de Servan-Schreiber, Julliard, Paris, 1957 ; "Chroniques algériennes" de Albert Camus, Gallimard, Paris, 1958; "La guerre d'Algérie" de Jules Roy, Julliard, Paris, 1958 ; e "Defeating Mau-Mau" de L.S.B. Leakey, Londres, 1954.
(8) Da verba de 525 mil contos atribuída para reforços dos dispositivos ultramarinos (menos de metade do solicitado), com escalonamento até ao 1º semestre de 1960, o Exército só recebeu, até 4 de Abril de 1961, já com o terrorismo em curso em Angola, 100 mil contos.
(9) Prefácio dos "Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África (1961-1974)", EME/CECA, Lisboa, 1990.

(10) Foi Subsecretário de Estado da Guerra a partir de 1936, sendo capitão do CEM com 36 anos de idade; Ministro da Guerra a partir de 1944; Ministro da Defesa a partir de 1949 ; e Ministro da Defesa e do Exército de 1954 a 1958.
(11) "Costa Gomes, o último marechal", entrevista de Maria Manuela Cruzeiro, Ed. Notícias, Lisboa, 1998.
(12) Obra referida em (12).
(13) "Angola – o seu presente e o seu futuro".
(14) Hélio Felgas, "Guerra em Angola", Luanda, 1961.
(15) José Freire Antunes, "As guerras de África (1961-1974)", Temas & Debates, Lisboa, 1996.
(16) Obra referida em (11).
(17) Tratava-se, provavelmente, do "Handbook of anti - Mau Mau operations".
(18) Das "Révue Militaire d'Information", "Révue de Documentation Militaire", "Révue Militaire Génerale", "Revue Défense Nationale" e "Armée". Entre outros artigos: "O papel ideológico do Exército" do General L.M.Chassin; "O Exército e a guerra subversiva" do General Coche; "O Exército francês na Argélia e a pacificação" do Coronel Montfort; "A guerrilha" do Coronel Demange; e "A defesa interna" do Coronel Close.
(19) Respectivamente, nos n.º 8-9 de Agosto/Setembro e n.º 12 de Dezembro.
(20) Reedições em 1961, 1962, 1964 e 1966.
(21) Criação do CIOE em 16 de Abril de 1960 e início da actividade de instrução logo em 21 com o estágio de 5 semanas para as três Companhias de Caçadores Especiais que haviam iniciado a sua instrução no Batalhão de Caçadores n.º 5 (15 semanas). Embarcaram para Angola em 6 de Junho.
(22) Obra referida em (15).
(23) "Guerra psicológica – Acção psicológica" do Tenente-General Almiro Canelhas, Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares n.º 49, de 31 de Julho de 1999.
(24) Na Revista Militar – Do Major/Tenente-Coronel Hermes de Oliveira: "Falando da Argélia" (n.ºs 2 e 3/Fevereiro e Março de 1959); "As Forças Armadas na Argélia" (n.º 5 de Maio); "A situação actual do conflito na Argélia" (n.ºs 2 e 3/Fevereiro e Março de 1960); "A acção psicológica em Moçambique" (nº 12/Dezembro). Do Major Hélio Felgas: "Subversão em África" (n.º 7/Julho de 1960); "A revolta militar no Congo" (n.º 10/Outubro e n.º 11/Novembro). Na "Revista de Artilharia" – Do Major Leite Resende: "Portugal frente aos afro-asiáticos" (n.ºs 403-404/Março e Abril de 1959); "Informação e contra-informação militar em ambiente de guerra subversiva" (n.º s 433-434/Setembro e Outubro de 1961). Do Major Pereira da Costa: "Acções anti-terroristas" (n.ºs 431-432/ Julho e Agosto de 1961); "Operações ofensivas anti-terroristas" (n.ºs 437-438/ Janeiro e Fevereiro de 1962).
(25) "Defesa Nacional" (n.ºs 291-292/ Julho e Agosto de 1958).
(26) Estudo elaborado pelo Tenente-Coronel Valente Pires, citado por David Martelo em "Mágoas do Império", Europa-América, Lisboa, 1998.

(27) Coronel Ferreira Valença, "Um documento histórico sobre a política militar nacional", 1989. Este documento foi difundido pelos órgãos e entidades superiores responsáveis do SGDN e dos Ramos das Forças Armadas. Dele tiveram ainda conhecimento o Presidente do Conselho e outros membros civis do Governo.

(28) Coronel Ferreira Valença, "Um esquecido mas relevante esforço de reorganização do Exército", 1989.

(29) "Diário Popular" de 19 de Abril de 1961.

(30) Exercia o cargo de Subsecretário da Administração Ultramarina desde Março de 1960. Foi designado para as funções de Ministro em 14 de Abril de 1961. Membro da delegação de Portugal nas NU em 1957-1959. Tinha sido Director do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigação do Ultramar, que fundara.

(31) Nos termos do n.º 5 da base 10.ª da Lei n.º 2066 de 27 de Junho de 1953.

(32) General da Força Aérea, oriundo da arma de Cavalaria. Foi professor na Academia Militar e no Instituto de Altos Estudos Militares e comandou as Bases Aéreas n.ºs 1 e 2. Foi Deputado na Assembleia Nacional e era Embaixador em Madrid quando da sua nomeação para Angola.

(33) "Diário de Luanda" de 7 de Outubro de 1961.

(34) Major-General Sérgio Bacelar, "A guerra em África 1961-1974", Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto/Universiadade Portucalense Infante D.Henrique, Porto, 2000.

ANEXO: *DATAS DE REFERÊNCIA NO PERÍODO 1961-62*

- Em **4 de Fevereiro de 1961**, em Luanda, a Casa de Reclusão Militar, a esquadra da Companhia Móvel da PSP e a cadeia de S.Paulo são atacadas e um carro patrulha da PSP é atraído a uma cilada, tendo sido assasinados alguns elementos das forças de segurança. Estas acções desencadeadas pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) marcaram o início da fase violenta da guerra revolucionária.
- Em **15 de Março** a União dos Povos de Angola (UPA) assalta e queima numerosas povoações e fazendas do Norte de Angola, assassinando, ainda indistintamente, brancos, pretos e mestiços, homens, mulheres e crianças numa manifestação de extrema barbárie, estimando-se que foram então chacinados centenas de europeus e nativos. Os ataques a fazendas e povoações continuaram durante o mês de Abril.
- Em **13 de Abril** o Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, face a uma tentativa falhada de golpe de estado dirigido pelo Ministro da Defesa, General Botelho Moniz, assume a pasta da Defesa e substitui o Almirante Lopes Alves pelo Professor Adriano Moreira na pasta do Ultramar.
- Em **19 de Abril**, por via aérea, e em **20**, por via marítima, partem para Angola os primeiros batalhões. Uma tal "rapidez em força" só foi possível graças ao esforço de mobilização já desenvolvido pelo Exército a partir de 1958-1959.
- Em **1 de Maio** desembarca em Luanda o primeiro grande contingente militar.
- Em **4 de Maio** o Embaixador Franco Nogueira é nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.
- De **1 a 19 de Maio** o Ministro do Ultramar permanece em Angola, deslocando-se às zonas mais atingidas pelo terrorismo no Norte de Angola, contactando com as populações e autoridades civis e militares e tomando medidas legislativas de emergência.
- Em **13 de Maio** parte de Luanda para o Negage (Uíge) a primeira coluna de tropas metropolitanas recém-chegadas, para daqui irradiarem sobre Maquela do Zombo (fronteira norte) e Santa Cruz (fronteira leste).
- Em **3 de Junho** o General Monteiro Libório, Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola desde 11 de Agosto de 1960, é substituído

pelo general Silva Freire no cargo de Comandante das Forças Terrestres.

- Em **4 de Junho** é nomeado o General Venâncio Deslandes para os cargos de Governador-Geral e Comandante-Chefe das Foças Armadas de Angola.
- A partir de **10 de Julho** três colunas convergiram sobre Nambuangongo (reocupado em 9 de Agosto), enquanto outras, partindo de Ambrizete, Nóqui e S.Salvador (Zaire) completavam a quadrícula prevista.
- Em **24 de Agosto** é abolida a obrigatoriedade da cultura do algodão imposta aos indígenas.
- Em **6 de Setembro** é abolido o indigenato em Angola, Moçambique e Guiné e são criadas as Juntas de Povoamento.
- Em **Setembro** são objecto de batidas e operações de limpeza, após operações militares planeadas para o efeito, as zonas de refúgio das regiões da Pedra Verde, Serra de Canda e Serra do Uíge.
- Em **3 de Outubro** é restabelecido o último posto administrativo destruído- Caiongo, no Alto do Cauale.
- Em **7/8 de Outubro** o Governador-Geral expõe ao Conselho Legislativo os objectivos fundamentais que o Governo provincial definira para os diversos campos da política a prosseguir nos campos social, de produção de e de comércio, dos transportes, de energia e da inventariação dos recursos.
- Em **fins de Novembro**, devido à morte do General Silva Freire num acidente de aviação no sul da Província, assume o cargo de Comandante das Forças Terrestres o General Holbeche Fino.
- Em **1 de Fevereiro de 1962** é dada a todos os portugueses a liberdade de entrarem, circularem e se fixarem em todo o território nacional.
- Em **27 de Abril** é publicado um Código do Trabalho Rural.
- Em **Maio**, com o plano "Centauro Grande", materializa-se o primeiro verdadeiro dispositivo de quadrícula que integrava 20 Batalhões e 7 Comandos de Sector numa área reduzida do Noroeste da Província.
- Em **21 de Agosto** são criados os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique.
- Em **24 de Setembro** o General Venâncio Deslandes é demitido dos cargos de Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola.
- Em **5 de Novembro** assume o cargo de Governador-Geral de Angola o General Silvino Silvério Marques.
- Em **Dezembro** o Professor Adriano Moreira é substituído na pasta do Ultramar pelo Contra-almirante Peixoto Correia.

UMA EXPERIÊNCIA EM TIMOR-LESTE

Pelo Capitão de Artilharia (EPA)
PEDRO MARQUÊS DE SOUSA

1. INTRODUÇÃO

As forças militares Portuguesas integradas na missão da Organização das Nações Unidas em Timor-Leste – UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor), protagonizaram em Setembro e Outubro de 2000, uma importante acção, que para além de ter conseguido implementar um clima de segurança e obtido a confiança das populações, ficará na história pelo facto de, pela primeira vez, a ONU estar a conduzir um processo de organização de uma nação independente, através de uma Administração transitória e ter demonstrado capacidade de "utilizar Força" na resolução de uma situação critica, que poderia afectar o processo e conduzir mesmo ao insucesso da Missão.

Naquele período as nossas forças enfrentaram a grave situação de instabilidade que se começava a fazia sentir em Timor- Leste, pela acção dos grupos de milícias, que penetravam no território vindos de Timor Ocidental (Indonésio), e que procuravam repetir as acções de Setembro de 1999, desta vez conduzindo acções no interior do território contra as populações favoráveis à independência e contra a missão da ONU. Para o sucesso da missão UNTAET no que diz respeito ao restabelecimento da Segurança, foi decisivo o contributo do Contigente Nacional, através das Operações de nome de código "COBRA" e "CROCODILO", conduzidas nos Distritos de MANUFAHI e de AINARO, respectivamente.

Ironicamente, 26 anos após o fim do império ultramarino Português, algumas tácticas e técnicas da doutrina táctica utilizada na guerra do ultramar, seriam utilizadas pelo nosso exército, desta vez ao lado da população de uma ex-provincia que ainda luta pela sua independência. Pelas características da área de Operações e pela natureza e forma de actuar dos grupos de milícias, foi julgado adequado pôr em prática, com as devidas reservas, alguns ensinamentos retirados da antiga publicação, de 1963, da 3.ª Rep do EME : O Exército na Guerra Subversiva.

Esta experiência, que vivi como adjunto do Oficial de Operações no Comando do Sector Central em Timor, continua a ser muito interessante, pois ao voltar a ler com mais tranquilidade a doutrina da referida publicação que reencontrei na biblioteca da EPA, não pude deixar de pensar com emoção, que a solução de um conflito não é nunca, apenas uma solução militar ... aquela doutrina táctica que serve hoje com êxito uma boa causa, é a mesma que durante a guerra do ultramar não conseguiu resolver um problema cuja solução não era militar mas sim política.

2. HISTÓRIA DE TIMOR LESTE

Tal como em Portugal, a história de Timor Leste iniciou um novo capitulo após a revolução de 25 de Abril de 1974, ao contrário das províncias ultramarinas em África, em Timor não existiam até 1974 movimentos pró-independência, mas após a queda da ditadura a liberdade de formação de partidos políticos, permitiu o aparecimento de diversas formações partidárias das quais se destacam a **União Democrática Timorense (UDT)**, que defendia uma autonomia progressiva com vista a uma integração numa comunidade Portuguesa, A **Associação Social Democrática Timorense (ASDT)** mais tarde designada por **Frente Revolucionária para Timor-Leste Independente (FRETILIN)** que adoptava as doutrinas do socialismo com um caris progressista, e cujo objectivo politico era acabar com o colonialismo, obtendo a independência imediata; A Associação Social-Democrática Timorense (AITI) mais tarde denominada **APODETI (Associação Popular Democrática Timorense)** que admitia a viabilidade de uma integração, com autonomia na comunidade Indonésia.

Assim e resumindo, podemos admitir que, em 1974, Timor tinha 3 soluções políticas para o futuro imediato:

- União com Portugal (UDT);
- Independência total (FRETILIN);
- União com a Indonésia (APODETI).

Em 28 de Novembro de 1975, a FRETILIN proclama a independência, tendo os restantes partidos pedido a intervenção da INDONÉSIA, que em 7 de Dezembro de 1975 invade o território justificando a invasão em nome da defesa contra o comunismo, obtendo a simpatia dos governos dos EUA e da Austrália.

Portugal bem como a Organização das Nações Unidas (ONU), nunca reconheceram a declaração de independência feita pela FRETILIN, nem a anexação pela Indonésia, e após estes acontecimentos a Organização das Nações Unidas (ONU) considerou PORTUGAL como potência administrante.

2.1 *DO SÉCULO XVI ATÉ AO 25 DE ABRIL DE 1974*

Após a conquista de MALACA em 1511, os Portugueses procuraram as famosas ilhas das especiarias e de Timor de onde provinha o muito apreciado sândalo. Os Portugueses terão chegado a Timor entre 1512 e 1520 altura em que a ilha se encontrava dividida em dois reinos: o de SAMBY na parte OESTE (actual Timor Indonésio), e o reino de BEHALE na parte LESTE (actual Timor Leste). No século XVI Portugal iniciou a colonização com missionários e comerciantes e durante os séculos XVI e XVII, a administração de Timor era dependente de Goa, período em que se registaram lutas constantes entre Portugueses e Holandeses na disputa da ilha. Em 1884 Macau e Timor passaram a ter um governo independente da Índia e em 1896 Timor ficou com administração própria independente de Macau.

Nos finais do século XIX e princípios do século XX, desenvolveram-se alguns movimentos de rebelião contra a autoridade Portuguesa, dos quais se destaca o movimento liderado por Dom Boaventura que durou 17 anos (1895-1912). Em 1910 e perante a perturbação da implantação da República em Portugal, os Holandeses tentaram aproveitar a situação, aliciando a população de Timor, incitando-a à revolta contra a autoridade Portuguesa.

Só em 1912 os Portugueses conseguiram finalmente, consolidar a sua presença na parte oriental da ilha, com o esmagamento da rebelião liderada por Dom Boaventura, ironicamente no mesmo distrito de MANUFAHI onde nós enfrentamos os mais activos grupos de milícias em Setembro e Outubro de 2000. Apenas em 1913 é que a actual fronteira foi finalmente consolidada ficando a parte Oriental da Ilha (Leste) sob administração Portuguesa e a parte ocidental da Ilha a pertencer à Holanda. A parte Ocidental da Ilha passou a fazer parte da República da Indonésia quando esta foi constituída em 17 de Agosto de 1945 deixando de ser colónia Holandesa.

Durante o século XIX e parte do século XX, a presença da autoridade Portuguesa em Timor-Leste foi pouco significativa. Entre 1942 e 1945,

durante a segunda Guerra Mundial a Austrália deslocou algumas forças para o território sem prévio acordo com Portugal, com o pretexto de criar uma zona tampão para assegurar a defesa do seu território. A ilha foi ocupada pelos Japoneses e foi palco de combates entre o exército imperial Japonês e uma coligação militar, constituída por um reduzido efectivo militar Português, pelo povo Timorense, por Holandeses e Australianos. Em Dili existe ainda um monumento (Figura 1) em memória desses acontecimentos e onde se pode ler "Aos Portugueses Vitimas da Ocupação de Timor, A Bateria Exp de Art de Montanha aqui aquartelada 1945-46".

Fig. 1 – *Monumento onde se pode ler: "Aos Portugueses vitimas da ocupação de Timor, a Bateria Exp de Art de Montanha aqui aquartelada 1945-46".*

Depois da rendição Japonesa e após a segunda Guerra Mundial, a administração Portuguesa restabeleceu-se iniciando a reabilitação e reconstrução da ilha. Em 1959 registaram-se novamente algumas acções contra a

presença Portuguesa, quando alguns Indonésios que procuraram asilo político em Timor e com o apoio de alguns Timorenses planearam um golpe contra a presença dos Portugueses que no entanto não teve sucesso. Durante a década de 60, após a queda da India e durante a guerra em África a situação em Timor manteve-se estável não se registando qualquer movimento pró-independência.

2.2 *DA OCUPAÇÃO INDONÉSIA EM 1975 À INTERVENÇÃO DA ONU EM 1999*

Na madrugada do dia 7 de Dezembro de 1975, forças militares Indonésias invadem Timor tomando a capital DILI onde nesse mesmo dia executam cerca de 80 civis. A Assembleia Geral da ONU condena a invasão, mas a Indonésia e a Comunidade Internacional ignoram a resolução. Durante os catorze anos seguintes, até 1989, Timor-Leste permanecerá fechado ao mundo rigidamente controlado pelo Exército Indonésio. Uma grande parte da população refugia-se nas montanhas com os combatentes da resistência (FALINTIL) mas o Exército Indonésio leva a cabo intensas operações com bombardeamentos das aldeias, destruição das culturas e da capacidade de subsistência, forçando o povo com fome a descer das montanhas e a ser colocado em verdadeiros campos de concentração, onde foram comuns as execuções sumárias e torturas.

A população enfraquecida pela fome, fica sujeita a doenças como a malária e tuberculose, provocando um decréscimo demográfico no período de 1979 a 1982 de cerca de 200.000 pessoas.

Depois da morte pelo Exército Indónésio do líder da resistência Nicolau Lobato em 1978, foi escolhido para líder da resistência, Xanana Gusmão que conseguirá um avanço significativo do movimento de resistência até à sua captura pelas tropas Indonésias em 1992. Nos finais dos anos 80 e princípios dos anos 90 foi decisivo o papel do Bispo D. Ximenes Belo, de Ramos Horta e dos Média denunciando à comunidade internacional a situação de Timor Leste, mostrando ao mundo as corajosas manifestações do povo brutalmente reprimidas e das quais se destaca o Massacre de Santa Cruz em 12 de Novembro de 1991.

Em 1998, a crise económica, social e política da indonésia que levou à queda do presidente Suharto, criou condições para que com a acção da diplomacia internacional e o determinante papel da comunicação social ao longo dos últimos anos, se caminhasse no sentido de encontrar uma solução política para o problema de Timor Leste.

Aproveitando a abertura do governo da Indonésia, que permitiu a realização de um referendo em Timor Leste através de "voto directo" para exprimir a vontade do povo, a ONU e a diplomacia Portuguesa celebraram com o Governo Indonésio o Acordo de Nova Iorque em Maio de 1999, prevendo que se o resultado do referendo fosse um "não à autonomia", a Indonésia deixaria o território de Timor Leste, permitindo a transferência de autoridade do território para a ONU na transição para a Independência.

Nos dias que antecederam a realização do referendo em 30 de Agosto de 1999 e depois do anúncio dos resultados da consulta que demonstraram a escolha do povo pela Independência, as "Milícias" partidárias da integração na Indonésia levaram a cabo uma violenta campanha contra o povo Timorense, torturando e assassinando pessoas, destruindo habitações, obrigando à fuga de parte da população para as montanhas e deportaram outra parte para território Indonésio.

Mais uma vez neste período, foi determinante o papel dos meios de comunicação social, que mostraram esta dramática situação, que levaria a comunidade internacional a intervir, conseguindo convencer o governo Indonésio a admitir a presença no território de uma força militar internacional. A ONU através da resolução 1264 do seu Conselho de Segurança criava a INTERFET (International Force in East Timor) que em 20 de Setembro de 1999 chegou a Timor ficando responsável pela segurança do Território.

Passados 24 anos desde a ocupação de Timor Leste pela Indonésia, durante os quais se assistiu a um dos exemplos mais dramáticos de violação dos direitos humanos, a Comunidade Internacional finalmente reagiu e interveio em Timor Leste em 1999.

Ironicamente, foram alguns dos países como os EUA e a Austrália, que em 1975 apoiaram silenciosamente a ocupação indonésia, que em 1999 possibilitaram a intervenção da comunidade internacional em Timor Leste.

3. GEOGRAFIA DE TIMOR-LESTE

O território de Timor-Leste, é constituído pela parte ESTE da ilha de Timor (17900 Km2), pelo enclave de OECUSSE (850 Km²) situado na Costa Norte da zona ocidental da ilha, pela ilha de ATAURO (144 Km²) e pelo Ilhéu de JACO (5 Km²) com uma superfície total de 18.899 Km². A sua extensão longitudinal é de aproximadamente 300 Km e a sua maior largura de 80 Km. (Figura 2).

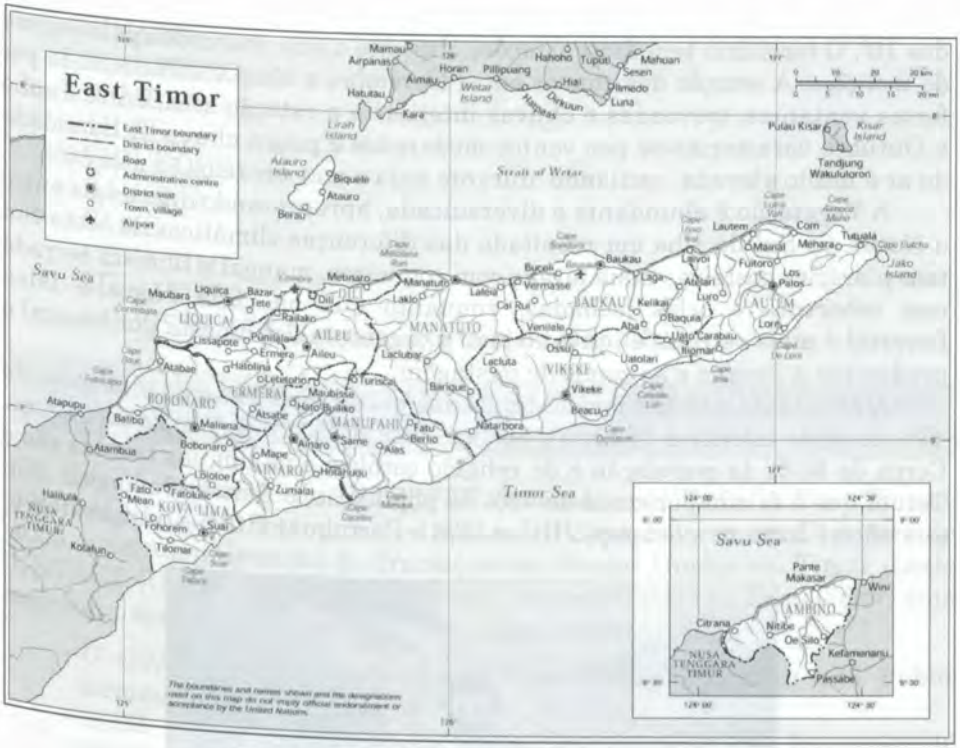


Fig. 2 – *Mapa do Território de Timor Leste.*

A Ilha tem um relevo muito acidentado. A região OESTE do território de Timor-Leste é dominada pela cordilheira do Ramelau cujo ponto mais alto é o TATAMAILAU com cerca de 2963 metros de altitude e conhecido nos antigos livros de Geografia como o ponto de maior altitude do Império Português. Nesta cordilheira central que se estende no sentido longitudinal da ilha, nascem muitas ribeiras que aqui são chamadas Motas (não existem rios mas apenas ribeiras) e que podem ter um caudal significativo na estação das chuvas desaparecendo praticamente na época seca. A ilha é de origem vulcânica sendo o solo constituído por rochas sedimentares cobertas de calcários e espessas camadas de argila.

O Clima é quente de tipo equatorial, com uma média anual da temperatura superior a 20° C, e a altitude tem uma influência particular, gerando zonas climatéricas distintas. Nas regiões litorais Norte e Sul, o clima é quente com temperaturas médias superiores a 24° C e nas regiões montanhosas o clima é temperado, podendo a temperatura nas regiões mais elevadas, descer abaixo

dos 10°. O território tem duas estações, durante o ano, marcadas pelo regime de monções: A estação das chuvas entre Novembro e Maio é caracterizada por fortes ventanias, trovoadas e chuvas intensas e a estação sêca, entre Junho e Outubro caracteriza-se por ventos moderados e pouca chuva. A humidade do ar é muito elevada, oscilando durante todo o ano entre os 70 e os 80% .

A Vegetação é abundante e diversificada, apresentando diferenças entre o Norte e o Sul da Ilha em resultado das diferenças climáticas. A costa Sul tem planícies costeiras mais largas com coqueiros, mangal e floresta cerrada com cobertura e orlas fechadas, enquanto que na costa Norte a faixa florestal é mais estreita e junto ao mar a vegetação é composta por mangal e predomina a savana e as zonas de pastagem.

A população é muito jovem, típica dos países do 3.° mundo com cerca de 43% de idade inferior a 15 anos e apenas cerca de 2,3 % com mais de 64 anos. Cerca de 90 % da população é de religião católica e as línguas faladas são o Tetum que é falado por cerca de 75% da população, o Bahasa Indonésio (língua oficial durante a ocupação Indonésia) o Português (10%) e o Inglês (5%).

Fig 3- Com um chefe de Aldeia

O Território está organizado em 13 Distritos: (Ver fig 2 – Mapa do território de Timor Leste):

- DILI (Onde está a cidade de Dili capital do Território e inclui também a ilha de Ataúro);
- LIQUIÇÁ;
- LAÚTEM;

- AINARO;
- BOBONARO;
- ERMERA;
- AILEU;
- VIQUEQUE;
- BAUCAU;
- SAME;
- COVA LIMA;
- MANATUTO;
- OECUSSE. (Enclave na parte Ocidental da Ilha).

4. A MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) EM TIMOR

Depois da missão da INTERFET (International Force in East Timor), que teve inicio em Setembro de 1999, a ONU estabeleceu em Fevereiro de 2000, uma Administração de Transição das Nações Unidas em Timor -Leste **UNTAET** (United Nations Transitional Administration in East Timor) cuja estrutura apresentava três componentes principais:

- O Governo e Administração Pública (**GPA**-Governance and Public Admnistration);
- Ajuda Humanitária e Assistência de Emergência (**HAER**-Humanitarian Assistance and Emergency Relief);
- Força Militar de Manutenção de Paz (**PKF**-Peace Keeping Force).

Fig. 4 – *Organização da **UNTAET** (United Nations Transitional Administration in East Timor).*

A Peace Keeping Force (PKF) constitui a componente militar da UNTAET, e tem a Missão geral de conduzir Operações de Segurança de acordo com o mandato n.º 1272 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e proteger e apoiar os outros componentes da UNTAET com o objectivo de estabelecer um ambiente de Paz e Segurança possibilitando a organização Política, Social e Económica em Timor Leste.

Esta Força Militar Internacional (PKF) está organizada da seguinte forma (Fig 5):

- **Quartel General da Força**
- **Sector Oeste**
  Com 2 Batalhões: um Batalhão Australiano e outro da Nova Zelândia;
- **Sector Central**
  Com um Batalhão Português, uma Companhia do Quénia e uma Companhia de Policia Militar do Brasil;
- **Sector Este**
  Com 3 Batalhões: um Batalhão da Tailândia, um da Coreia e outro das Filipinas)
- **Enclave de OECUSSI**
  Com um Batalhão da Jordânia.

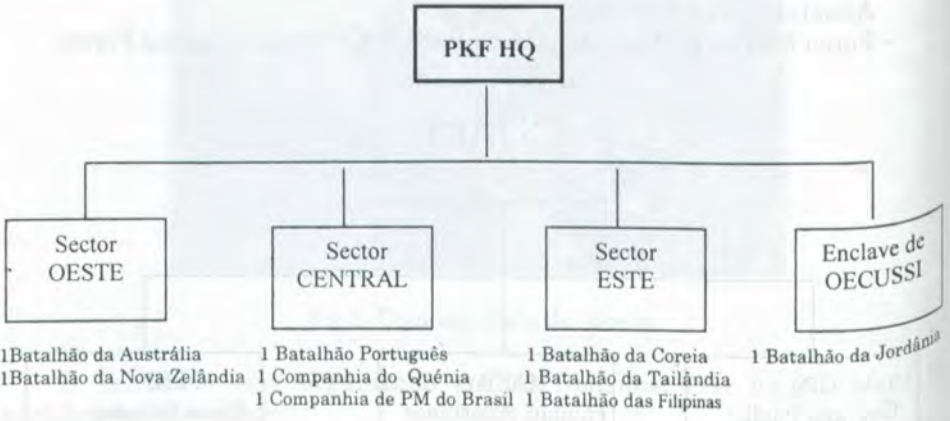


Fig. 5 – *Organização da Força de Manutenção de Paz (PKF).*

5. O CONTIGENTE NACIONAL EM TIMOR

Portugal contribui para a componente militar (PKF-Peace Keeping Force) da Administração de Transição das Nações Unidas em Timor -Leste (UNTAET) com o Contigente Nacional em Timor (CNT) com cerca de 800 efectivos e composto por:

- **Um Comando e EM de Sector** (Comando do Sector Central);
- **Um Batalhão de Infantaria;**
- **Um Destacamento da Força Aérea.**

5.1 *ORGANIZAÇÃO E DISPOSITIVO DO SECTOR CENTRAL*

O Sector Central cujo Comando e EM é constituído por militares Portugueses, está localizado na região central do Território de Timor Leste (Figura 6) e tem na sua Área de Operações, os Distritos de DILI, LIQUIÇÁ, AILEU, ERMERA AINARO e MANUFAHI, com a seguinte organização Territorial:

- Em DILI está o Comando e Estado-Maior do Sector, a unidade de Policia Militar do Brasil e ainda uma Companhia da Coreia sob controlo táctico, com a missão de assegurar a protecção de alguns pontos sensíveis da capital [1].
- O sector do Batalhão Português que engloba os 5 Distritos de DILI, LIQUIÇÁ, AILEU, AINARO e MANUFAHI, estando o Comando do Batalhão em DILI.
- O sector da Companhia do Quénia, coincidente com o distrito de ERMERA .

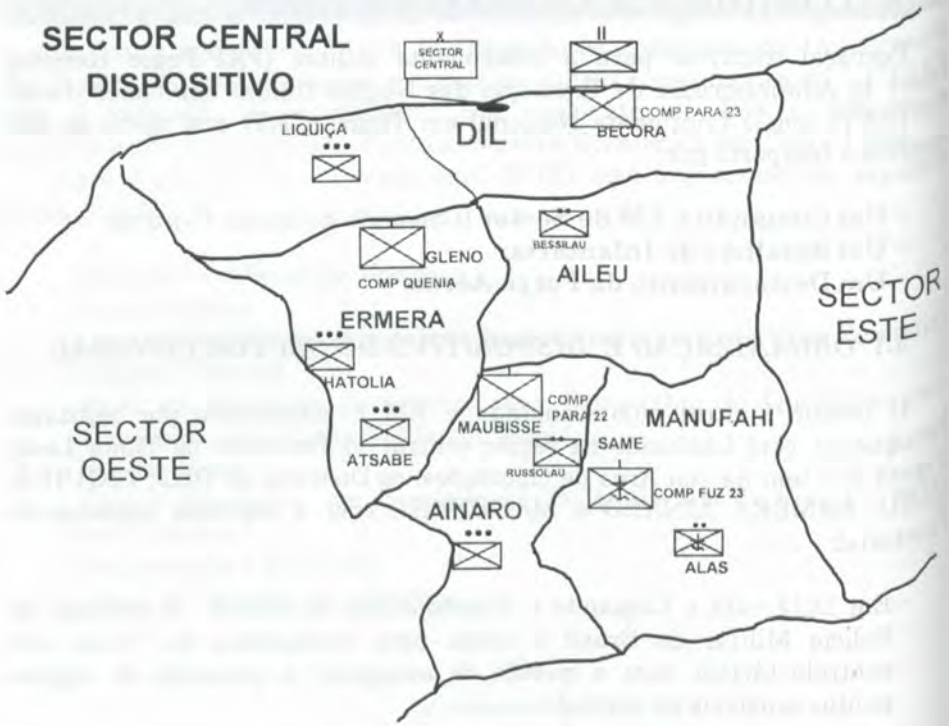


Fig. 6 – *A Área de Operações do Sector Central.*

[1] O facto da capital DILI pertencer ao nosso Sector e de ser da nossa responsabilidade a segurança de vários pontos sensíveis na cidade, constituía uma dificuldade acrescida que levou o Comando da Força a atribuir ao Comando do Sector sob controlo táctico, uma Companhia da Coreia. Em face desta exigência de assegurar a protecção dos pontos fixos: LReab àgua, Aeroporto, Héliporto, Hospital Militar e Centro de Refugiados, Portugal disponibilizou outra unidade de escalão Companhia (ERec/BLI), a qual foi integrada no Batalhão que nos rendeu em Fev01 e que em relação ao anterior passou a dispôr de mais uma subunidade, ficando constituído por: Companhia de Cmd e Svc, duas Companhias de Atiradores, uma Companhia de Fuzileiros e o Esquadrão de Reconhecimento.

5.2 *CONDUTA DAS OPERAÇÕES*

Por ironia do destino, 26 anos após o fim da guerra do ultramar, algumas tácticas e técnicas da doutrina táctica utilizada naquele conflito, seriam utilizadas pelo nosso exército, desta vez ao lado da população de uma ex-provincia que ainda luta pela sua independência.

Em relação aos Teatros de Operações de Angola , Guiné e Moçambique, embora num contexto diferente, a situação de conflito com as milícias em que nos encontrávamos em Timor Leste tinha algo em comum, pelo que o estudo da publicação da antiga 3.ª Repartição do Ministério do Exército (O EXÉRCITO NA GUERRA SUBVERSIVA-1963) contribuiu para nos ajudar a resolver o problema das milícias através da utilização de alguns ensinamentos dela retirados que constituíram também um referencial para as forças estrangeiras em operações no TO de Timor Leste.

Como exemplo da aplicação de alguns daqueles princípios doutrinários, passo a citar alguns extractos do texto da referida publicação, explicando de que forma foram postos em prática por nós.

"As unidades que guarnecem um território a (pacificar) têm na sua função de quadrícula, as seguintes missões nos respectivos sectores:

- *Assegurar a defesa de determinados pontos sensíveis;*
- *Garantir a possibilidade de utilização de determinadas vias de comunicação;*
- *Pesquisar constantemente noticias sobre o (inimigo) e obter elementos que permitam conhecer cada vez melhor o terreno e a população;*
- *Manter um contacto constante com a população..... A primeira condição para uma acção eficaz e duradoura das forças militares sobre a população é a sua presença, que permitirá inspirar confiança, garantir uma protecção efectiva".*

As nossas unidades foram articuladas com um dispositivo baseado em Sectores de Companhia, em que se procurou na medida do possível fazer coincidir com a divisão territorial administrativa (Cada Distrito ser um sector de uma Companhia). Com esta organização territorial procurou-se guarnecer o mais possível a área à nossa responsabilidade, mantendo um contacto estreito com a população, cujo apoio é essencial e cujo bem estar e segurança constitui o centro de gravidade da nossa acção.

Em cada Sector de Companhia, que normalmente era um Distrito, procuramos dispor os seus elementos de forma a guarnecer a povoação capital de distrito com o Comando da Companhia e um Pelotão e guarnecer

outras povoações e locais com subunidades de escalão Pelotão ou Secção conforme a sua importância, (Sub-distritos e Sucos) o que obrigou a ter um dispositivo muito disperso para manter uma ligação próxima entre os comandos das unidades, a população, as autoridades administrativas da ONU e as autoridades tradicionais (chefes de Suco).

"Patrulhamento.

Embora o patrulhamento seja comum a qualquer tipo de guerra, a sua importância é muito maior na luta contra a subversão, caso em que constitui uma das principais e mais eficazes formas de acção a utilizar contra bandos armados e guerrilhas....

Patrulhas a fim de se mostrar nos aglomerados populacionais, dar confiança, prestar assistência, obter informações etc: e que hostilizam o inimigo, fundamentalmente, pela sua presença e pela influência benéfica que essa presença pode exercer sobre a população ..."

Sempre considerando que o objectivo é a conquista das populações, através da implementação de um clima de paz que permita o desenvolvimento de uma Nação independente, a missão geral das unidades traduz-se na **Segurança do seu Sector**, através da defesa de determinados pontos sensíveis, povoações e vias de comunicação, conduzindo acções no âmbito dos assuntos civis-militares (CMA-Civil – Military Affairs) e de constante pesquisa de noticias para melhor conhecer o meio (terreno e população) e a ameaça. Assim, as nossas unidades no seu dia a dia, além de terem que garantir guarnições fixas em vários locais, têm também que manter elementos móveis em constante actividade, conduzindo Patrulhas que percorrem o sector a fim de "mostrar presença", realizar missões de vigilância móvel ao longo de itinerários, garantir escoltas a colunas e ao mesmo tempo, obter informações, transmitir confiança e desenvolver actividades de apoio social às populações com distribuição de alimentos, roupas e cuidados de saúde acompanhando e garantindo a segurança aos órgãos civis da ONU e a organizações não governamentais.

Na realidade esta exigência de assegurar em simultâneo a segurança de pontos fixos e patrulhamentos, é bastante exigente, considerando que em cada unidade mesmo de escalão Pelotão, uma parte dos seus elementos deve ser mantida no local que lhes serve de aquartelamento para manter a segurança e assegurar o apoio de serviços ao aquartelamento, enquanto outros executam patrulhas e outros têm que repousar.

Em cada posição de Pelotão foi sempre necessário articular essa força em guarnição de segurança às instalações e em elementos móveis em constante actividade de patrulhamento, sendo esse escalão para patrulha-

mentos normalmente de nivel Secção com comando de Sargento e deslocada em 2 viaturas Unimog ou em 2 viaturas HUMMER conforme a região em que operava.

Esta Missão de **Segurança do Sector,** que atrás caracterizei, própria de uma Missão de Manutenção de Paz, é cumprida permanentemente pelas unidades durante todo o período em que estão no TO, tendo apenas como adversários permanentes, as difíceis condições meteorológicas e as características da área de operações.

Mas as nossas unidades tiveram ainda outro importante desafio, em Setembro e Outubro de 2000, ao ter que enfrentar os grupos de milícias que penetraram e se instalaram no Sul do nosso Sector vindos de Timor Ocidental (Indonésio), e que procuravam repetir as acções de Setembro de 1999, desta vez no interior, conduzindo acções contra as populações favoráveis à independência e contra a missão da ONU.

A situação era grave e estava já a provocar movimentos em massa de deslocados, populações que abandonavam as suas aldeias e os seus bens aterrorizados pelas milícias, em busca de protecção. Receou-se o fracasso do processo, se se repetissem os acontecimentos de Setembro de 1999, de verdadeira destruição de pessoas e bens pela acção das milícias.

Esta situação logo se constituiu como grande preocupação dos mais altos responsáveis da ONU e mereceu a atenção dos meios de comunicação social em especial dos Portugueses. Receava-se que as forças militares da ONU não conseguissem controlar a situação e que a missão das Nações Unidas (UNTAET) fosse desacreditada.

É neste cenário, que o Comando da Força de Manutenção de Paz em Timor e o Comando do Contigente Nacional estudam e preparam uma solução para o problema. Após a autorização de Nova Iorque (ONU) e depois de legitimadas as alterações às regras de empenhamento autorizando a "utilização da força", as forças Portuguesas levam a cabo as referidas Operações de nome de código "COBRA" e "CROCODILO", conduzidas nos Distritos de MANUFAHI e de AINARO respectivamente.

Fig. 7 – *Uma unidade, em combate durante a Operação COBRA, no distrito de MANUFAHI.*

Estas Operações cujo Objectivo era obter a rendição ou a captura das Milícias, tinham como pontos decisivos:

- Impedir a liberdade de acção dos grupos de milícias dificultando-lhes os movimentos;
- Impedir-lhes o contacto com a população;
- Impedir a possibilidade de obterem reabastecimentos, obrigando-os a dispersar e a diminuir ou terminar a sua actividade;
- Expulsar, aprisionar ou aniquilar os elementos das milícias e destruir as suas instalações.

Estas missões seriam conduzidas em paralelo com uma dinâmica actividade CMA com acção psicológica e medidas sociais junto das populações, permitindo obter o controle territorial e a confiança e o apoio da população, bem como o isolamento dos elementos das milícias.

Para a realização destas Operações, foi necessário embora com grande esforço, um ajustamento do dispositivo, retirando efectivos dos distritos a Norte, onde a situação não apresentava problemas, para poder concentrar mais efectivos no Sul e conduzir a Operação COBRA.

No âmbito desta operação as nossas unidades realizaram patrulhas destinadas a localizar os grupos de milícias, complementadas com acções ofensivas de "Limpeza de Zonas" para os expulsar, aprisionar ou aniquilar e destruir as suas instalações.

Em relação às nossas forças, convém destacar a vantagem dos grupos de milícias que operavam numa área de operações sobre a qual têm profundos conhecimentos e com aptidão física mais adaptada às condições ambientais. As milícias que actuaram na nossa área de Operações de Agosto a Outubro de 2000 demonstraram ser inicialmente bem sucedidos no modo como se furtaram ao contacto pela utilização de itinerários desenfiados nos deslocamentos e segurança nas aproximações e permanência em povoações. Diluída na população e dispondo de algum apoio desta, as milícias montaram um eficaz sistema de informações que lhes permitiu conhecer com detalhe a situação das nossas forças e escolher convenientemente os locais e ocasiões mais favoráveis para as sua acções e os procedimentos mais adequados a adoptar, de maneira a manter a liberdade de acção.

Após a infiltração no nosso sector, vindos do Oeste (Timor Indonésio), através do eixo de infiltração definido pela direcção geral SUAI- ZUMALAI-CASSA, os grupos de milícias subdividiram-se em sub-grupos de 8 a 15 elementos, e eram constituídos por elementos das ex-milicias ABLAI e MAHIDI originários dos distritos de MANUFAHI e AINARO respectivamente.

Este grupos integravam assim elementos conhecedores do terreno, da população e dos recursos da região, e utilizavam espingardas semi-automáticas e automáticas, granadas de espingarda e granadas de mão. Estes grupos comunicavam entre si com rádios portáteis e o pouco apoio logístico que necessitavam era quase sempre obtido localmente e em grande parte através da população apoiante ou por se sentir ameaçada.

Fig. 8 – *Elementos das Milícias.*

Tratando-se de uma força com carácter de guerrilha necessitava para se manter, do apoio da população e de apoio do exterior para dispor de efectivos suficientes, obter informações precisas e oportunas sobre as forças militares, garantir o segredo da organização, localização e actividade e conseguir reabastecer-se.

O apoio externo por parte da Indonésia era indispensável para obtenção de tudo aquilo que, em regra, não pode ser conseguido através da população.

"Os bandos armados e as guerrilhas têm, pela sua rusticidade e conhecimentos do meio, uma mobilidade muito grande em terrenos densamente cobertos ou de montanha, que lhes permitirá escapar facilmente à perseguição das forças militares, se estas não conseguirem actuar de surpresa ou com muita rapidez.

Nos referidos terrenos e em especial, quando as zonas de acção forem extensas , essa mobilidade ***exige helicópteros...***"

Para a condução da Operação COBRA, o Batalhão Português contou com 2 Helicópteros que estiveram sob controlo operacional do Batalhão, durante toda a Operação.

A utilização dos helicópteros foi muito vantajosa, pois possibilitaram executar operações em zonas inacessíveis e deslocar pequenas unidades rapidamente, conferindo-lhes grande mobilidade, assim como constituíram um bom meio de vigilância e reconhecimento e também de transporte de abastecimentos.

Fig. 9 – *Utilização dos Helicópteros AL III do Destacamento da Força Aérea Portuguesa .*

6. CONCLUSÕES

Para terminar estes apontamentos sobre a minha experiência como Adjunto do Oficial de Operações no Comando do Sector Central, farei em jeito de conclusão uma listagem das mais importantes "lições aprendidas".

A área de operações de Timor Leste apresenta características especiais, motivadas pelo relevo e pelo clima, quente e húmido muito desgastante para o nosso Pessoal, exigindo boa resistência à fadiga e medidas de higiene e profilaxia. Provocando uma constante e abundante transpiração, este clima obriga a um consumo muito maior de água, imperativo que a Logistica da Força muito bem conseguiu resolver através de um bom sistema de reabastecimento de água engarrafada. O terreno muito montanhoso restringe a mobilidade sendo os movimentos limitados às proximidades das vias de comunicação existentes, normalmente em mau estado, pelo que a preservação e a garantia da livre utilização das vias de comunicação foi uma prioridade, pois a utilização das viaturas era limitada às estradas existentes. Todas estas razões tornam a Área de Operações de Timor Leste muito difícil para as forças militares, obrigando-as a uma redução de efectivos com a descentralização do dispositivo, impedindo-as de tirar rendimento dos seus meios. O terreno densamente arborizado apresenta dificuldades ao nível dos reduzidos campos de tiro e de observação e reduzida mobilidade. Estas características em muito contribuíram para o êxito obtido pelos guerrilheiros das FALINTIL na luta contra o Exército Indonésio durante o período de ocupação.

As forças militares devem manter um contacto estreito com a população com o objectivo de obter a sua confiança, garantir a sua protecção, exercer acções de apoio social e obter informações. Neste tipo de Operações as **Informações** têm grande importância, pelo carácter clandestino das milícias, pela sua forma de actuar e pelo facto de se encontrarem inseridos no seio da população tornam necessário um conhecimento profundo do meio, população e terreno. Neste tipo de operações foi necessário envolver muito mais pessoal nas actividades de informações, do que noutras situações, procurando limitar a eficiência da rede de informações das milícias. Assim foi muito importante o trabalho das equipas de CMA (Assuntos Civis-Militares), que nos contactos que mantinham em permanência com as populações e com as autoridades administrativas oficiais e tradicionais, obtinham informações em proveito da força. Neste âmbito devo destacar o papel desempenhado pelos elementos de ligação (civis intérpretes e guias) que sendo elementos da comunidade conseguiam vencer o comportamento reservado da população para com as forças militares, em virtude da influência e das ameaças das milícias.

A Missão das nossas unidades, tornou necessário conduzir **Operações** que podem ser classificadas em dois níveis:

– Operações de Segurança do Sector.
– Operações de Limpeza do Sector.

A missão de ***Segurança do Sector***, com um carácter Defensivo e que as unidades conduziram durante todo o período em que estiveram no Teatro de Operações, entendida como a defesa de pontos sensíveis, povoações, vias de comunicação e patrulhamentos frequentes em todo o sector com vista a mostrar a presença da força militar e a manter um contacto permanente com as populações.

A missão de ***Limpeza do Sector***, com um carácter Ofensivo e que foi realizada durante o período limitado de Setembro e Outubro de 2000, em que foram realizadas as Operações COBRA e CROCODILO, com vista a expulsar, aprisionar ou aniquilar os elementos das milícias e suas instalações.

Mesmo no âmbito das Operações de Segurança do Sector, devo destacar o elevado esforço exigido às unidades, que adoptando um dispositivo muito disperso articuladas em posições de Pelotão e Secção, tinham que garantir em cada uma das suas posições, a segurança do aquartelamento, o apoio de serviços e ainda realizar Patrulhamentos e Escoltas. Para além da missão de Segurança de 5 distritos, está cometida às nossas forças, a responsabilidade de garantir a protecção de vários pontos sensíveis na capital DILI, o que se mostrou impossível com a organização do nosso Batalhão a 3 Companhias e uma CCS, situação que se agravou quando foi necessário deslocar forças para o Sul do Sector para conduzir as Operações COBRA e CROCODILO. Esta situação motivou uma nova organização do Batalhão que nos rendeu em Fev01, e que passou a dispor de outra subunidade de escalão Companhia para assegurar a missão de protecção de pontos sensíveis em DILI.

As Operações com carácter Ofensivo que conduzimos contra os grupos de milícias em Setembro e Outubro de 2000, procuraram satisfazer um velho principio:

- *"É muito mais fácil evitar o desenvolvimento de um movimento subversivo durante as fases iniciais do que vencê-lo depois de bem organizado"*

Com estas Operações foi possível aprisionar alguns elementos das milícias, expulsar os restantes obrigando-os a regressar a Timor Ocidental e restabelecer um clima de segurança e confiança que possibilitou o regresso

em massa de populações deslocadas que tinham abandonado as suas casas aterrorizadas pelas milícias.

Dos ensinamentos que retirei destas Operações, retiro a conclusão de que naquela situação o estabelecimento apenas de medidas militares defensivas não seria suficiente para impedir o desenvolvimento do movimento das milícias, que contando com importante apoio externo, procurava inviabilizar a missão da ONU numa tentativa de mostrar à comunidade internacional a impossibilidade de Timor Leste constituir uma Nação independente da Indonésia.

Só através de uma acção militar Ofensiva, conjugada com medidas de carácter politico, diplomático, administrativo, psicológico e social, envolvendo a estrutura civil da ONU e a comunidade Internacional, foi possível em Setembro e Outubro de 2000, isolar as milícias e restaurar o apoio da população de Timor Leste.

A MOBILIDADE ESTRATÉGICA E A OPÇÃO "RODAS"

Pelo Tenente de Artilharia (EPA)
ÂNGELO MIGUEL MARQUES SIMÕES

INTRODUÇÃO

Na sequência dos estudos conduzidos pelo Exército dos EUA, tendo em vista o desenvolvimento de um novo programa de reequipamento, teve lugar em Março do ano 2000, em Fort Knox, uma avaliação de plataformas PPD (Platform Performance Demonstration), onde foram testados 35 veículos, a grande maioria dos quais de rodas e de blindagem ligeira, representando 11 fabricantes de 6 Países.

O conjunto de testes que incluiu transposição de obstáculos, mobilidade todo o terreno e em estrada, possibilidade de embarque e desembarque de um Hércules C-130, transposição de cursos de água, tiro e testes à da blindagem, teve como finalidade a avaliação de seis factores: Mobilidade estratégica e táctica, letalidade, sobrevivência, facilidade de operação e de manutenção.

Pode parecer estranho que um Exército de que fazem parte no seu arsenal equipamentos como o M1 Abrams, o M2A2 Bradley e que brevemente será equipado com o Crusader, opte por meios que um dia já considerou terem apenas lugar nos exércitos mais pobres.

No entanto, esta é a solução encontrada para poder fazer face à proliferação de conflitos de baixa intensidade em locais de elevada importância estratégica e que necessitam de uma rápida intervenção.

A escolha de determinado tipo de veículo é apenas o primeiro passo para se obter uma supremacia estratégica e possibilitar, a uma força, passar de uma operação de apoio à paz para o combate e passar de novo à operação de apoio à paz sem mudanças de equipamento e treino específico. A experiência em combate demonstrou, que em certas situações, tal como se verificou na Somália, de nada serve um M1 Abrams.

Os meios mais ligeiros vão permitir consumos de combustível menores (cerca de metade), além de necessitar de menor manutenção, reduzindo-se assim o peso logístico das operações. Por outro lado, o transporte para as zonas de combate pode ser muito mais simplificado e rápido, com a utilização de aviões capazes de operar em pistas curtas e não pavimentadas (Hércules C-130); No futuro não muito distante, os aviões aterrarão em áreas prédefinidas e reabastecerão as unidades de manobra em plena área de operações.

A IBCT (Interim Combat Brigade Team) será uma força capaz de actuar em todo o tipo de operações, em qualquer parte do Globo, utilizando todas as suas potencialidades em conflitos de baixa intensidade em áreas urbanas, actuando como agrupamento de armas combinadas de nível companhia e com recurso a tropas apeadas. No caso da ameaça aumentar, a IBCT actuará como a primeira força a entrar em acção, devido à sua elevada mobilidade estratégica.

MOBILIDADE ESTRATÉGICA

A presença de bases Norte-Americanas em território Europeu e noutras partes do Globo, garantiu, durante muitos anos, um duplo objectivo; por um lado fornecia uma presença dissuasória e por outro lado permitia, numa primeira fase de um conflito, garantir forças capazes de retardar o avanço do inimigo até à chegada dos reforços. Um exemplo da movimentação de uma força de grandes dimensões ocorreu durante a Guerra do Golfo, em que durante seis meses a Arábia Saudita recebeu material de vários pontos do Globo para a preparação do ataque. Desde o fim da Guerra Fria, a presença Norte-Americana tem vindo a diminuir, quer por cortes orçamentais, quer por razões políticas.

O problema da mobilidade estratégica começou a tomar a sua actual forma no Exército Norte-Americano após as dificuldades de movimentação da Força Tarefa Hawk, em 1999 (movimentação para o Kosovo).

Deslocar uma Brigada em 4 dias, para qualquer parte do globo, poderá ser, à primeira vista, demasiado ambicioso e as soluções apresentadas não são mais do que pressupostos; no entanto, esse é o objectivo proposto.

Obviamente que esta brigada só poderá ser movimentada por ar e terá de o ser obrigatoriamente na última fase (para a área de operações), em aviões do tipo Hércules C-130, pois este será o maior avião que pode operar em pistas relativamente curtas e improvisadas (sem serem pavimentadas). Exemplo flagrante dessa realidade pode ser deduzida de uma afirmação de um general Norte-Americano, que faz parte da equipa dos criadores da "Interim Combat Bigade Team" "If it doesn't fit into a C-130, it doesn't go into the brigade"; isto é, sem dúvida nenhuma, o conceito sobre o qual serão constituídas até 8 Brigadas, recorrendo numa primeira fase a veículos já existentes e construindo outros com base numa plataforma comum.

O facto de existir um limite de peso e de dimensões relativamente reduzidos, aponta uma solução que passará obrigatoriamente pela utilização de um veículo de rodas, de blindagem ligeira, ou que possa receber blindagem adicionada pela própria tripulação.

Há dois aspectos importantes a ter em conta no planeamento das operações de transporte; O primeiro reside na diferença entre o peso de determinado veículo com as suas dimensões e o peso do mesmo se estiver preparado para o combate com os depósitos cheios e municiado, pronto para entrar em combate com um mínimo de preparação, após descer a rampa; O segundo aspecto, a ter em conta, é a diferença entre a carga que determinado avião pode transportar, teoricamente, e aquela que ele de facto acaba por transportar em determinada missão.

O que á primeira vista parece facilmente resolvido com um modelo de transporte da Investigação Operacional, torna-se por vezes muito mais complicado.

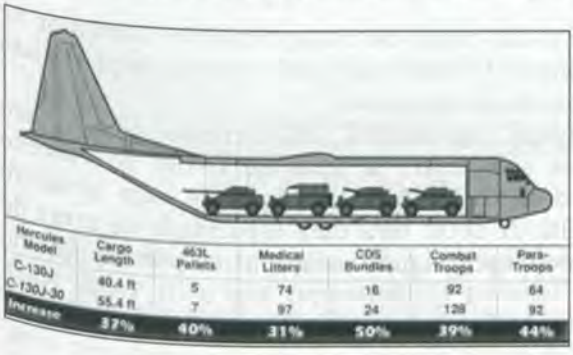


Fig. 1

Tomando como exem-plo uma frota de dez C-5 Galaxy, que podem trans-portar 100 toneladas cada, a uma velocidade de 440 nós, durante 8 horas por dia, até uma distância de 4000 milhas náuticas, obtém-se uma capacidade de carga teórica de 465 toneladas por dia. No entanto, factores como as condições climatéricas, as infra-estruturas

dos aeroportos e a gestão das tripulações, podem reduzir este número substancialmente.

A força-tarefa Hawk enfrentou este problema quando se deslocou para o Kosovo; O aeroporto de Rina só permitia que estivessem na pista dois aviões C-17 de cada vez, fazendo com que um movimento que teoricamente demoraria uma semana se arrastasse durante mais de um mês.

Parece, à primeira vista, que o verdadeiro problema não está sequer a ser encarado; Isto é, porque é que se está a idealizar um veículo para caber em determinado avião, que já existe e porque não construir um avião, com maior capacidade, que utilize pistas mais curtas e que tenha maior velocidade?

A resposta é mais simples do que podia parecer. Para idealizar um avião de capacidades STOL (Short Take-off/Landing) e para construir os primeiros modelos levaria cerca de 20 anos, sem falar nos elevadíssimos custos inerentes ao desenvolvimento dos protótipos, antes mesmo de serem propostos a concurso.

Neste momento, a força aérea Norte-Americana está a investir alguns milhões de dólares na modernização da frota de C-130, comprando mais C-130J e desenvolvendo o projecto de modificação e racionalização dos C-130 existentes (abatendo os obsoletos) para uma futura versão C-130X, poupando assim em futuros custos de manutenção da frota aérea.(fig 1)

Fig. 2

O C-130 ainda é o único avião capaz de transportar um contentor de 9X10X50 ou 22 toneladas de carga (C-130J), operando a partir de pistas não pavimentadas, com 1090 metros de comprimento.

A Airbus Military Company apresentou, no corrente mês, o seu protótipo do futuro avião que substituirá a frota de C-130 no exército Europeu. O novo avião de designação A400M (Fig 2) e cujo primeiro protótipo estará a voar por volta de 2005, terá uma capacidade de carga de 37 toneladas. Portugal confirmou, após alguns recúos, a sua participação no projecto.

MOBILIDADE TÁCTICA

Os veículos de rodas apresentam várias desvantagens, em termos de mobilidade táctica, quando comparados com veículos de lagartas. No entanto, o reduzido peso, os consumos mais económicos (cerca de metade), o menor ruído durante os deslocamentos e uma trepidação menor (reduzindo a fadiga das tripulações e desgaste dos componentes electrónicos), podem compensar essa falta de mobilidade, se ela for mínima. A limitação de mobilidade aumenta directamente com o aumento do peso e quando se abandonam as estradas.

A avaliação da mobilidade passa primeiro por definir qualitativamente as propriedades do solo sobre o qual se movem os veículos; Só assim se pode comparar diferentes aproximações á resolução do problema.

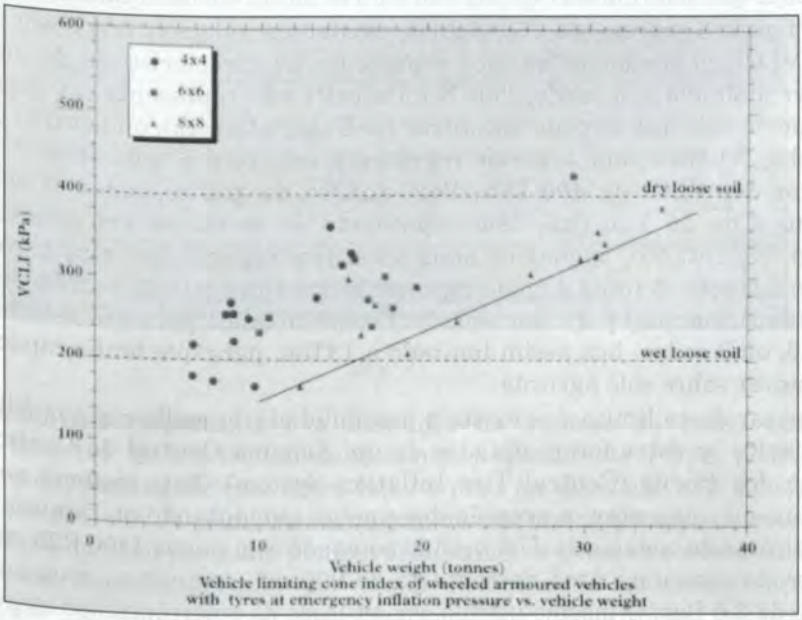


Fig. 3

O método de medição das propriedades do solo mais generalizado é o Cone Index (CI), que representa a pressão exercida sobre uma sonda, à medida que esta é enterrada no solo. Provavelmente, o método mais antigo para caracterizar o solo é a Pressão Sobre o Solo (Nominal Ground Pressure); No entanto, isto não caracteriza propriamente o solo, nem existe maneira de o calcular correctamente para os veículos de rodas. A par deste método existe

o Mean Maximum Pressure (MM), apesar de ter algumas semelhanças com o CI também não permite fazer um cálculo para os veículos de rodas.

Por volta de 1960, o Corpo de Engenharia do Exército Norte Americano optou por medir o CI do solo mais mole onde determinado veículo se podia mover: – Vehicle Cone Index (VCI). Este cálculo começou por ser experimental e depois foi traduzido numa formula matemática.

O último avanço em termos de caracterização do solo foi dado pela Agência de Defesa de Pesquisa e Avaliação (Defense Evaluation and Research Agency – DERA), que criou uma fórmula matemática, a qual permite calcular o CI de um solo onde um veículo esteja no limite da sua capacidade para se mover, designando este método por Vehicle Limitating Cone Index (VLCI). Possui-se, assim, um dado, com certo rigor, que permite calcular a capacidade que determinado veículo tem para se mover em determinado solo.

A figura 3 representa 35 veículos, existentes, relacionando o seu peso e o seu VLCI. O tracejado inferior representa as características de um solo agrícola molhado e lavrado, 200 KiloPascai (não representa no entanto o pior tipo de solo que se pode encontrar na Europa Central, ou noutras partes do Globo); O tracejado superior representa solo seco e solto (tipo deserto) que tem um VLCI de 400 kPa. Pela análise do gráfico, todos os veículos (excepto o de 26 Ton 6x6) têm capacidade de se mover em terreno tipo deserto. No entanto, apenas os mais leves têm capacidade de se mover em terreno agrícola. A linha a cheio representa a melhor relação entre o peso e o VLCI (teoricamente) para um veículo. O peso máximo para um veículo, seja ele de 6, ou 8 rodas, fica assim limitado a 13Ton, para que tenha capacidade de se mover sobre solo agrícola.

Apesar desta limitações existe a possibilidade de melhorar a mobilidade dos veículos se estes forem dotados de um Sistema Central de Controlo da Pressão dos Pneus (Central Tire Inflation System). Este sistema permite diminuir, ou aumentar, a pressão dos pneus, aumentando ou diminuindo a área de contacto com o solo. Um veículo equipado com pneus 1400 R20 move-se em estrada com uma área de contacto de 900cm^2, estando os seus pneus á pressão de 3.6 Bar; O mesmo veículo, em situação de emergência (ao atravessar o pior tipo de solo), diminui a pressão dos pneus para 1.4 Bar, aumentando a área de contacto para 2250cm^2. Como desvantagem a velocidade baixa para cerca de 20km/h e as probabilidades de um pneu se danificar aumentam.

A figura 4 representa os mesmos 35 veículos com os pneus em situação de emergência. Pela análise constatamos que o peso máximo para um veículo, passa das 13Ton para as 22.5 Ton.

Fica assim definido o peso máximo que um veículo de rodas pode ter. Caso contrário o veículo corre o risco de ver a sua mobilidade confinada

apenas às estradas. O facto de um veículo estar dentro deste limite de peso não lhe permite, no entanto, transpor todos os tipos de terreno. Permite-lhe é ter uma maior flexibilidade de emprego.

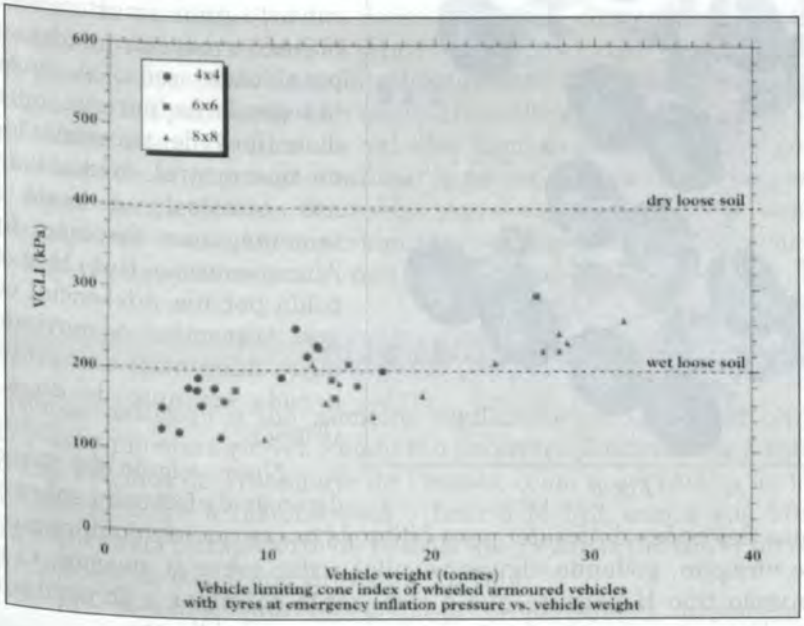


Fig. 4

Igualmente importante é a definição do número de rodas que um veículo deve ter. Se ele for suficientemente pequeno, até 7 Ton, poderá ter apenas quatro rodas. Se, por outro lado, o peso for mais elevado, deverá ter seis ou mesmo oito. A primeira vantagem de um maior número de rodas é a distribuição do peso por mais pontos, diminuindo a pressão sobre o solo. Ter mais rodas também permite dar maior flexibilidade na transposição de valas, que mesmo de pequena profundidade constituem importantes obstáculos para os veículos de 4 rodas, (essas dificuldades foram sentidas pelos Sul-Africanos nas fases iniciais da Guerra, em Angola, tendo perdido várias viaturas dessa forma).

Independentemente do número de rodas que equipem o veículo, estas devem ter suspensão independente, pois só esse tipo de suspensão permite aliar a mobilidade em todo o terreno, a velocidades mais elevadas, com uma silhueta mais baixa e o conforto das tripulações. A suspensão independente permite que uma roda passe sobre um obstáculo sem produzir efeito na

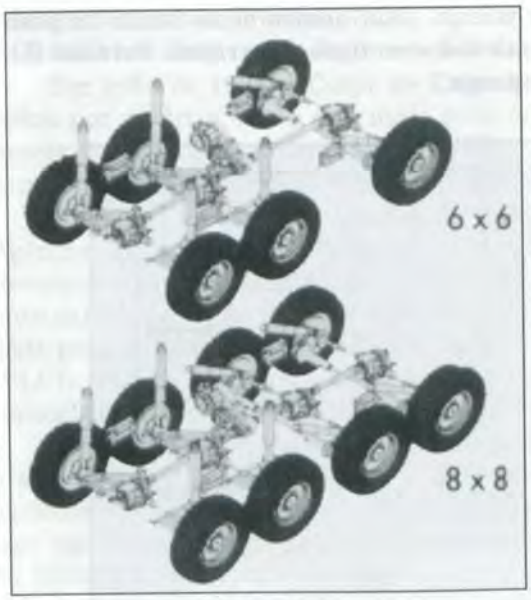


Fig. 5

outra roda, ou na viatura. O tipo de suspensão independente mais utilizado (até por viaturas civis) é o McPherson. Esta suspensão consiste num amortecedor pneumático e um eixo independente para cada roda. A suspensão independente permite optar por dois tipos de transmissão, uma do tipo central, idêntica á usada nos camiões, ou mais recentemente uma direcção tipo H. A transmissão tipo H é constituída por um diferencial central que transmite o movimento a outro diferencial que está ligado a cada conjunto de duas rodas (Fig 5).

Num veículo de 8 rodas, a direcção é efectuada sobre os dois conjuntos das rodas da frente, possi-bilitando assim ao veículo diminuir o seu raio de viragem, podendo alguns veículos rodar sobre si mesmos. O uso da transmissão tipo H permite que a localização do motor e do condutor seja entre os eixos, permitindo ao veículo diminuir a sua silhueta.

Uma das maiores desvantagens dos veículos de rodas é a da relativa facilidade com que os pneus podem ser perfurados, tanto por atiradores, como por rochas. A utilização do Sistema Central de Controlo da Pressão dos Pneus aumenta ainda mais essa vulnerabilidade, porque o pneu tem de ser feito de borracha mais flexível, para permitir a sua deformação. Para minorar esse problema e fruto da experiência francesa em teatros de operações como a Bósnia e Somália, a companhia francesa Hutchinson apresentou e tem equipado alguns veículos com o sistema CM-VFI (Countremine Variable Funtion Insert).

Este dispositivo consiste num disco de borracha maciço, que é colocado dentro do pneu em volta da jante e que tem a dupla função de, em caso de perfuração do pneu, o centro maciço

Fig. 6

de borracha permitir ao veículo continuar a deslocar-se, ou no caso de passar sobre uma mina anti-carro, atenuar os efeitos do sopro sobre o veículo e tripulantes. Recentes testes, efectuados por parte do Exército Norte-Americano, permitiram observar os efeitos do rebentamento de uma mina anti-carro, de tamanho médio, sobre um pneu convencional e um pneu equipado com o sistema CM-VFI.(Fig 6)

A pressão desenvolvida pelo rebentamento de uma mina anti-carro, é na ordem dos 300psi, sendo este efeito atenuado pelo CM-VFI para cerca de 50psi.. Além deste sistema, os veículos com 6 ou mais rodas gozam da possibilidade de se poderem continuar a mover se uma das rodas, ou mesmo duas, forem completamente destruídas por contacto com minas, sendo esta uma importante vantagem em comparação com os veí-culos de lagartas, que no caso de um dos elos se partir, o veículo fica imóvel.

BLINDAGEM

Tem-se assistido a um aumento significativo do grau de blindagem, sendo o exemplo mais visível o aumento da protecção conferida á infantaria, tanto nos Veículos de Transporte de Pessoal, como nos Veículos de Combate de Infantaria. Para a história está a ficar o M-113, com a sua blindagem ligeira e que fazia o transporte de pessoal até ás zonas próximas do combate, apoiando a secção com a sua Browning 12,7mm.

No M2 Bradley, que inicialmente proporcionava protecção contra projécteis perfurantes de 14,5mm, a blindagem foi progressivamente aumentada, para permitir protecção contra projécteis APDS (Armour-Piercing, Discarding Saabot) de 30 mm (no arco frontal), com o consequente aumento de peso do veículo, de 22,26 toneladas para 29,94 toneladas; No entanto, nem este nível de protecção permite a este veículo superar a grande parte das ameaças a que vai estar sujeito, quando operar em campo aberto integrado num agrupamento mecanizado, empenhando-se lado a lado com um Carro de Combate. Neste momento, apenas dois Veículos de Combate de Infantaria igualam a protecção conferida por um Carro de Combate, sendo eles o Achzarit (Israelita) e a BTR-T (Russo), ambos baseados no chassi do T-55 e com um peso na ordem das 44 toneladas.

Se o aumento de protecção conferida aos Veículos de Combate de Infantaria e do seu armamento orgânico, é discutível, devido ao facto de se estar a partir do princípio que se vai empenhar tais veículos em combate directo, com Carros de Combate inimigos, expondo os elementos da secção de infantaria a riscos desnecessários (mesmo que o empenhamento não seja contra um Carro de Combate, se a secção de Infantaria optar por não

desmontar, para combater, acabará por encontrar no seu veiculo blindado o seu caixão, tal como aconteceu nos combates pela tomada de Grozny), mais discutível é se o veículo em questão não tiver, como missão principal, empenhamento directo na linha da frente. Pode parecer que se defende a não protecção de determinados veículos, mas tem de ser feito um compromisso entre a protecção conferida face a ameaças reais e a mobilidade do veículo. Neste artigo não está em causa a protecção conferida aos Veículos de Combate de Infantaria, mas sim os meios de Apoio de Fogos Autopropulsados.

O programa "Crusader" Norte-Americano acabou por sofrer os efeitos da sua excessiva blindagem e tamanho, fazendo com que o projecto fosse novamente para o estirador, de forma a reduzir o tamanho (fica com 6 rodas) e o peso total passando de 60 toneladas para cerca de 40 toneladas, de modo a possibilitar o transporte de dois "Crusaders" no C-5 Galaxy.

Mesmo com os recentes desenvolvimentos nas munições SADARM, estas ainda estão a alguns anos de serem fornecidas para serem usadas de uma forma regular, e o seu proibitivo preço e elevada tecnologia, fazem com que poucos exércitos tenham capacidade para as adquirir e utilizar. Por outro lado, é de supor que, devido á sua capacidade de perfurar qualquer tipo de blindagem utilizada hoje em dia, o seu principal uso será contra formações de Carros de Combate.

A principal ameaça para um obús rebocado ou autopropulsado, continuará a ser a contrabateria, em termos de conflitos convencionais e isso só pode ser evitado por sistemas mais móveis e que permitam executar entradas e saídas de posição mais rapidamente.

Hoje em dia, com o alargamento do espectro de operações às "Novas Missões", foram introduzidas três importantes ameaças, sendo elas as minas anti-carro, os foguetes com carga de efeito dirigido (RPG-7) e os atiradores furtivos equipados com armas de "sniper" de calibre superior a 12,7 mm.

Neste momento, qualquer aumento de blindagem ainda se traduz num substancial aumento do peso total do equipamento; No entanto, os progressos a nível de novos compostos não se tem feito esperar e neste momento já existem diversas alternativas ao aço.

O mais ousado sistema de protecção será um sistema de protecção activo, que provavelmente só terá o primeiro protótipo pronto, por volta de 2012.

Neste momento a blindagem passiva já é 1,5 vezes superior (em relação ao peso) á blindagem exclusivamente feita em aço (Rolled Homogeneus Steel Armor RHA), na protecção contra projécteis APFSDS (Armour-Piercing, Fin Stabilized Discarding Saabot) e duas vezes mais eficaz se incorporar um composto de cerâmica.

O uso de blindagem reactiva, que tem apresentado resultados positivos no aumento de protecção conferida aos Carros de Combate, torna-se impraticável num veículo de blindagem ligeira devido á sua maneira de actuar, pois ao reagir contra o impacto, a explosão provocada pode danificar seriamente a estrutura e ferir os ocupantes.

A blindagem reactiva, não explosiva, que está a dar os primeiros passos, já é cinco vezes superior em relação á RHA na protecção contra cargas de efeito dirigido. No entanto, qualquer acréscimo traduz-se por um aumento de peso e nem mesmo incorporando compostos de fibras plásticas, que proporcionam a mesma protecção que o aço e são 30% mais leves (apenas o casco do veiculo pode incorporar este tipo de composto) o veículo seria apenas 10% mais leve.

Todas estas questões do peso prendem-se sobretudo com a mobilidade táctica e estratégica. Um veículo de rodas, para se movimentar sobre qualquer tipo de terreno, não poderá ultrapassar as 20 toneladas, equipado para combate; Esse mesmo veículo, para ser transportado num C-130J, só poderá ter um peso de 22,7 toneladas; Caso contrário terá de ser movimentado noutro tipo de aeronave.

A necessidade de aumentar a blindagem pode tornar-se mais uma vantagem que uma desvantagem, pois vai permitir que os veículos possam cumprir missões com o nível de protecção necessário, sem aumento de peso desnecessário.

LIGHT WEIGHT SELF-PROPELLED HOWITZER

Apesar de existirem modelos da mesma família, de maiores dimensões e da primeira proposta da BAE Systems ter sido no sentido de equipar um LAV III 10X10 com um tubo de 52 calibres, baseado no XM777 UFH (Ultralightweight Field Howitzer) as suas dimensões e peso não permitiam que fosse transportado facilmente dentro de um C-130J, fazendo com que a proposta apresentada pela BAE Systems tenha sido reformulada, apresentando assim, posteriormente, um veículo LAV III 8X8 e o tubo redesenhado de 39 calibres de comprimento.(Fig 7)

Fig. 7

O "design" do veículo Piranha, ou LAV, designação utilizada nos Estados Unidos (suspensão hidropneumática independente, motor posicionado na frente e do lado direito) manteve-se inalterado desde o primeiro modelo 6X6, introduzido em 1970 pela empresa Suíça MOWAG (Motorwagenfabrik). Esta configuração continua a proporcio-nar o melhor compromisso entre o volume interno disponível e a capacidade de carga. No último modelo Piranha III 8X8, o volume interno disponível é de 11,5 m^3 e a capacidade de carga é de 6 toneladas; No entanto, é de esperar um aumento na capacidade de carga para 10 toneladas, no futuro modelo Piranha IV.(fig 8)

Fig. 8

Quanto à mobilidade, a suspensão utiliza tirantes do tipo McPherson, com amortecedores hidropneumáticos, tendo os dois conjuntos de rodas da frente direcção simultânea e assistida (fig. 5). Está também equipado com travões de disco ás rodas da frente com sistema ABS. O Piranha III está dotado de um Sistema Central de Controlo da Pressão dos Pneus (Central Tire Inflation System). Este sistema permite a escolha de uma pré programação da pressão dos pneus para estrada, todo o terreno e emergência; Além disso, os pneus podem ter pressões diferentes para se obter a melhor performance, comsoante o peso sobre cada eixo, obtendo-se assim, para um peso de 18,5 toneladas e com pneus 1200R20, uma pressão sobre o solo de 400kPa a 3,5 Bar e 180kPa a 1,4 Bar o que lhe confere uma excelente mobilidade em todo o terreno.

Fig. 9

Existem cinco motores que podem equipar o Piranha III, sendo eles o Detroit Disel 6V-53TA, o MTU 6V183TE22, o Cummins 6CTAA8.3-T350, Scania DSJ9-48A e o Caterpillar 3126, oferecendo estes motores uma potência entre os 350 e os 450 cavalos. A transmissão poderá ser uma Zf Ecomat 7HP600 ou uma Allison MD3560P/ /3066P, ambas com sete mudanças.

Construído totalmente em aço, tem a possibilidade de ser reforçado

com blindagem suplementar de vários tipos, montada pela tripulação, utilizando para isso pontos de apoio próprios (Fig 8). Na sua versão standard permite a protecção contra minas anti-carro de 8kg TNT, detonadas sob a roda. O casco possui uma placa deflectora, que permite atenuar os efeitos produzidos por uma mina de 6 kg de TNT detonadas sob o casco. A possibilidade de fazer subir ou descer a suspensão permite ainda, ao passar por áreas suspeitas, elevar o casco, de forma a ser menos vulnerável a detonações nesta área menos protegida. Se equipado com blindagem suplementar, do tipo cerâmica reforçada, protege dos efeitos de projécteis convencionais de 30mm, perfurantes, no seu arco frontal e projécteis de 14,5mm. Lateralmente oferece ainda protecção contra estilhaços de granadas de 155mm a 10 metros.

O XM777, designado por Ultralightweight Field Howitzer (UFH) está a ser desenvolvido desde há alguns anos, pela BAE Systems, tendo os primeiros 8 modelos sido entregue ao Exército Norte-Americano para a primeira fase de testes (Fig 9). O desenvolvimento deste obús tem como finalidade primária, na sua versão rebocada, substituir o M198 que equipa o Exército e o Corpo de Fuzileiros Norte-Americanos. Apesar destas versões para testes já terem sido entregues, os possíveis desenvolvimentos, em termos do sistema-canhão, não pararam. Com vista a uma maior redução do peso do canhão, têm sido utilizadas duas frentes de desenvolvimento. As ligas constituintes e o sistema de recúo tem sido os dois pontos de pesquisa, com vista a reduzir o peso das actuais 4 toneladas, para as 2,2 toneladas, para diminuir o recúo, diminuindo assim a necessidade de um ferrão de elevado peso (no caso do Obús ser adaptado ao LAV III o freio de boca terá de ser redesenhado, sem apresentar a desvantagem do aumento dos efeitos da sobpressão sobre a secção, visto que esta está dentro do Obús). Com vista á redução dos efeitos do recúo terá de se recorrer ao uso de líquidos de viscosidade variável.

Com vista á redução do peso da estrutura pode-se optar por substituir as peças de titânio por ligas metálicas mais leves e igualmente resistentes. Estas deverão permitir, ainda, dissipar os efeitos do recuo. O tubo-canhão sofrerá importantes modificações na maneira de ser fabricado e nos compostos utilizados. Passa a ser constituido por três camadas de diferentes materiais. A

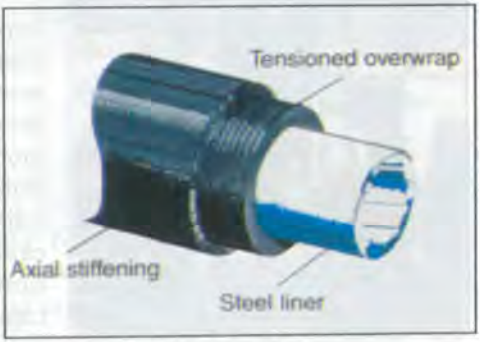


Fig. 10

alma do tubo será feita de aço de espessura reduzida; Este dá a resistência e conterá as estrias. Enrolada em volta desta "manga" de aço estará uma liga de fibra de carbono, que vai dar rigidez ao conjunto e por fim e no sentido longitudinal do tubo, com vista a proporcionar uma consolidação adicional ao tubo, estará uma manga em fibra de carbono. A primeira camada de fibra de carbono será aplicada em tensão, com vista a aumentar a vida do tubo e a minorar os efeitos das dilatações provocadas pelas diferenças de temperatura durante as elevadas cadências. Neste momento, a empresa DERA tem testado tubos construídos desta forma, nos calibres de 30mm e 120mm, com resultados positivos. Uma redução da espessura do tubo de 60% e depois da aplicação da fibra de carbono, permite reduzir o conjunto total em 40%.(Fig 10)

O conjunto do LAV III, com o XM 777, é sem dúvida nenhuma uma proposta arrojada e além de conjugar as características do dois veículos, incorporará toda a tecnologia disponível no Crusader.

O LWSP será equipado com um sistema de carregamento automático, utilizando para isso o sistema de cargas modulares; Em virtude disso o eixo dos munhões foi deslocado para a retaguarda da culatra (nos obuses convencionais o eixo está á frente) de forma a que nas elevações mais altas o sistema de carregamento possa funcionar (Fig 11). Esta deslocação do eixo, para a retaguarda do obús, vai fazer com que a energia resultante do disparo seja dirigida para o ferrão.

Fig. 11

Para dar apoio ao veículo, durante o tiro, este terá na sua retaguarda um ferrão único (fig 7) semelhante a um prato-base usado pelos morteiros, accionado por um sistema hidráulico, de modo a dar estabilidade durante o tiro.

Para accionar todos os sistemas, a tripulação, constituída por condutor, comandante de secção e apontador estará sentada em fila do lado esquerdo do motor deixando o resto do espaço livre para o motor, e para transportar as 18 munições completas. Uma das possíveis desvantagens deste veículo é a sua baixa capacidade de transporte de munições, tanto pelo reduzido espaço que sobra, como pelos limites de peso impostos pela sua aeromobilidade.

É de esperar que, tal como no XM 777, a empresa General Dynamics forneça um sistema de controlo de tiro do tipo TAD (Towed Artillery Digitisation). Este sistema é composto por um radar cornógrafo, um computador balístico, um sistema rádio para transmissão de dados e voz e um sistema GPS que fornece a posição do obús e permite apontar o obús sem recorrer a nenhum sistema exterior. No caso de necessidade de tiro directo, o obús está equipado com um distanciómetro laser e mira laser.

Podendo utilizar todas as munições existentes e em desenvolvimento, terá um alcance máximo de 24,7Km com munição convencional, 30Km com munição assistida por foguete e 50KM com a munição M982. A cadencia de tiro será de 5 TOM nos primeiros 3 minutos e 2TOM em cadência prolongada. O peso total do conjunto rondará as 19 Toneladas.

CONCLUSÃO

A proposta da BAE Systems não foi a única oferecida ao Exército Norte-Americano. A GIAT apresentou o seu mais recente protótipo, o "Caeser", que consiste num obús 155mm/52 montado sobre o chassis de um Unimog 6x6. (Fig. 12).

Fig. 12

O conceito de um obús autopropulsado de rodas não é inovador; O Exército Sul-Africano já utiliza esse conceito, com sucesso, desde há alguns anos. Verdadeiramente inovador é o facto de se utilizar uma plataforma comum a todos os intervenientes no campo de batalha, reduzindo ao máximo problemas de manutenção e de compatibilidade de equipamentos.

A proposta da BAE Systems conjuga as capacidades de dois sistemas, com o objectivo de criar um sistema com as capacidades do "Crusader", com uma tripulação de três elementos que operam protegidos por um sistema NBQ e com elevada mobilidade estratégica e táctica, aproveitando o seu reduzido peso.

O facto do Exército Norte-Americano ter seleccionado o LAV III, como a plataforma básica para equipar a IBCT, não foi uma decisão pacífica, por três motivos.

O primeiro prende-se com o protesto apresentado pelos outros concorrentes (em causa está um contrato para 2700 veículos, com um valor estimado de 4 biliões de dólares, mais 2 biliões para os sistemas de armas), o que pode fazer atrasar, ainda mais, o programa de transformação, para Maio de 2003.

O segundo motivo relaciona-se com os comandantes das Divisões Blindadas que estão a ver o seu papel relegado para segundo plano, apesar do General Shinsheski, principal responsável pelo programa de criação da ICBT, ter assegurado que os dois tipos de forças vão coexistir, para se fazer face a uma possível ameaça constituída por Carros de Combate do tipo T72 e T80 (O próprio Corpo de Fuzileiros sente ameaçado o seu tradicional papel de força expedicionária de reacção rápida).

O último motivo tem a ver com os cortes orçamentais nos programas em curso (Viatura de Combate de Engenharia Grizzly e Crusader), para se pagar estes novos equipamentos.

À parte de tudo isto é de esperar que, muito brevemente, os protótipos dos vários veículos comecem a sair das linhas de montagem para os primeiros testes no terreno.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA

NOTÍCIAS DA EPA

REUNIÃO COM O EX.MO DIRECTOR HONORÁRIO DA ARMA DE ARTILHARIA, TGEN GARCIA LEANDRO

Em 05ABR01 decorreu na EPA uma reunião com o Ex.mo TGEN Garcia Leandro, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército e Director Honorário da Arma de Artilharia, que contou com a presença do Ex.mo MGEN Rui Reis, 2.º Comandante do COFT e Director da Comissão da Arma de Artilharia (DCAA), Comandantes das Unidades de Artilharia e delegados do Instituto de Altos Estudos Militares, Academia Militar, Estado-Maior do Exército, Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal e do Regimento de Guarnição n.º 3. À chegada do Ex.mo TGEN DHAA foram prestadas as honras regulamentares por uma Guarda de Honra constituída pela 1.ª Bateria de Bocas de Fogo. Após a execução dos toques regulamentares, no átrio do edifício de comando, o Comandante da EPA, Cor Rodrigues Viana apresentou cumprimentos ao Ex.mo TGEN DHAA, no Salão Nobre, com a presença de todos os Oficiais, Sargentos e delegações de Praças e de Civis

da EPA. Pelas 10H20 teve início a reunião com a abertura pelo Ex.mo TGEN DHAA, de acordo com o programa fixado:

09H30 – Chegada dos participantes;
09H40 – Guarda de Honra ao Ex.mo TGEN DHAA;
09H55 – Apresentação de cumprimentos ao Ex.mo TGEN DHAA no Salão Nobre;
10H20 – Início da reunião – Abertura pelo Ex.mo TGEN DHAA;
– Exposição do Comandante da EPA;
– Intervenções dos participantes;
11H30 – Intervalo para o café e fotografia de grupo;
11H45 – Reinício da reunião;
13H00 – Almoço;
14H30 – Reinício da reunião;
– Intervenções dos participantes;
– Encerramento pelo TGEN DHAA;
16H00 – Visita aos alojamentos da Bateria de Comando e Serviços;
16H30 – Assinatura do Livro de Honra.

O Ex.mo TGEN Garcia Leandro na qualidade de Director Honorário da Arma de Artilharia apresentou cumprimentos aos presentes e deu início à reunião, realçando a importância destas reuniões que vêm sendo realizadas

desde Abril de 1998, data em que assumiu as funções de Director Honorário da Arma de Artilharia e através das quais manteve contactos com os Comandantes das Unidades da Arma e com outros oficiais de artilharia representantes de vários estabelecimentos e órgãos do Exército.

A seguir ao almoço, que teve lugar na messe de oficiais, a reunião prosseguiu.

No final desta sessão de trabalho, que excedeu o programa horário previsto, o Ex.mo TGEN Garcia Leandro fez a última intervenção deixando uma palavra de optimismo para o futuro, apesar de reconhecer as dificuldades que a instituição militar continuará a enfrentar no que diz respeito à necessidade de recursos financeiros par conduzir a sua reorganização e modernização e também face ao desafio de encontrar a solução para resolver as necessidades de pessoal militar em particular da categoria de praças, com a desconstitucionalização do serviço militar obrigatório.

Cerca das 17H30 o Ex.mo TGEN DHAA, acompanhado pelo Comandante da EPA e restantes participantes na reunião, visitou as instalações da Bateria de Comando e Serviços. Pelas 18H00, o Ex.mo TGEN DHAA assinou o Livro de Honra da EPA com a presença de todos os participantes na reunião.

Pela relevância dos assuntos tratados, esta reunião revestiu-se de especial importância para a modernização e eficiência da Arma de Artilharia, salientando-se os avanços nos processos de reequipamento e melhoria dos sistemas de artilharia. Mas este dia foi também um dia dedicado ao convívio entre os artilheiros, consolidando e reafirmando as suas seculares tradições.

Transcreve-se, seguidamente, o texto que o TGEN DHAA deixou lavrado no Livro de Honra da EPA:

Na minha qualidade de Vice-Chefe do Estado Maior do Exército e de Director Honorário da Arma de Artilharia visito pela última vez oficialmente a EPA antes de transitar brevemente para a Direcção do IDN. Passarei assim a prestar serviço fora do Exército e a acompanhar mais de longe os assuntos da Arma, embora tal não signifique menos interesse.

Procurei durante estes três anos como DHAA conjugar as vontades daqueles que mais responsabilidades têm dentro da Arma e ajudar a resolver alguns dos problemas mais prementes.

Ao lado de alguns problemas resolvidos e de muitas dificuldades a ultrapassar ficou patente a vontade daqueles que sendo mais novos, mas detendo já funções de responsabilidade, tanto desejam fazer para dar maior modernidade e operacionalidade à Arma nas suas componentes de Campanha e de Antiaérea.

À EPA, como Unidade Mãe da Arma e que se debate com muitos problemas, principalmente de instalações, transmito o meu agradecimento pelo

que tem feito ao longo dos anos e a certeza de que procurarei, embora noutras funções, ajudar a encontrar as melhores soluções para as suas dificuldades.

Na pessoa do seu Comandante Coronel Rodrigues Viana e de acordo com a sua divisa "Mais Afinando a Fama Portuguesa" desejo a todos quantos aqui prestam serviço as maiores felicidades pessoais e profissionais.

Até Sempre.

Vendas Novas, 05 de Abril de 2001.

O GENERAL VICE-CEME/DHAA
JOSÉ EDUARDO MARTINHO GARCIA LEANDRO
Tenente-General

VISITA À EPA DE SUA EXCELÊNCIA REVERENDÍSSIMA O BISPO DAS FORÇAS ARMADAS E DAS FORÇAS DE SEGURANÇA, D. JANUÁRIO TORGAL MENDES FERREIRA

No passado dia 9 de Maio visitou a EPA, Sua Excelência Reverendíssima D. Januário Torgal Mendes Ferreira, Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

Pelas 16H30, D. Januário Torgal M. Ferreira chegou à EPA, sendo aguardado pelo Comandante da Escola, pelo 2.º Comandante e pelo Capelão da Unidade, Alferes José Gomes. Cerca das 16H40, D. Januário Torgal Ferreira recebeu a apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos, Praças e Civis da Escola no salão Nobre da Unidade.

Nas palavras que proferiu na sessão de cumprimentos, o Comandante da EPA considerou ser uma distinção para a Escola e motivo de reconhecimento e de júbilo receber a visita de S.E.R..

O Coronel Rodrigues Viana salientou, a dado momento da sua intervenção, o seu conceito de "Unidade" que referiu significar bloco, união, conjugação de esforços e de vontades, espírito de equipa e de solidariedade. E, nesse entendimento, a par dos elevados padrões de qualidade que se deseja obter no desempenho, está o imperativo da dignificação e valorização do elemento humano e o objectivo de envolver todos quantos servem na EPA, dedicadamente, na vida e nos projectos da Unidade.

"Desenvolver uma espírito solidário entre todos, promover e aprofundar a vertente da formação humana, melhorar os padrões habitacionais, funcionais e de bem-estar da Unidade e formar, no fundo, uma verdadeira família que vive em comunhão, constituem objectivos permanentes nesta Casa", disse ainda o Comandante da Unidade.

O Cor Rodrigues Viana sublinhou, também, a inestimável colaboração que o Capelão da Unidade, Senhor Alferes José Gomes, vem prestando ao Comando da Escola, desenvolvendo não só uma voluntariosa e dinâmica acção de apoio pastoral, mas também de apoio moral, humano e pedagógico que em muito tem contribuído para que cada dia as condições e a formação dos nossos militares seja melhor e mais completa.

Após a sessão de cumprimentos, S.E.R. o Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança visitou os militares do Grupo de Instrução que se encontravam no campo, em Exercícios Finais da Preparação Militar Geral. D. Januário Torgal M. Ferreira, que se fazia acompanhar pelo Capelão Chefe do Exército, Coronel Guilhermino Augusto Teixeira Saldanha, aproveitou a oportunidade para se dirigir aos militares em Exercícios proferindo algumas palavras perante tão importante e numerosa plateia. D. Januário referiu que é importante que cada um aproveitasse o tempo do serviço militar como um momento importante na sua vida, que sejam momentos de alegria, de camaradagem, tudo na vida passa, mas esses momentos de camaradagem perduram para sempre. Terminou desejando que cada um seja feliz em qualquer parte do mundo.

No final da visita D. Januário Torgal M Ferreira assinou o Livro de Honra no gabinete do comandante onde deixou expresso o seu agrado pela oportunidade de visitar a Escola Prática de Artilharia e pelo contacto que teve com os militares que aqui prestam serviço. Antes de terminar a visita D. Januário Torgal Ferreira deixou a promessa de voltar em breve à Escola Prática de Artilharia.

MARCHA DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA

Realizou-se a 25 de Maio de 2001, a primeira Marcha da EPA. Este evento contou com a participação de todos os militares que prestam serviço na EPA, tendo-se constituído para o efeito três agrupamentos de marcha encabeçados pelo respectivo Porta-flâmula (Comando, Bateria de Comando e Serviços, Grupo de Instrução com a Bateria de Bocas de Fogo, Bateria de Instrução de Quadros e Bateria de Instrução de Praças).

O percurso, com uma extensão aproximada de 15 km, foi efectuado em cerca de três horas, sob boas condições climatéricas e englobou dois pequenos autos para abastecimento de líquidos.

No final da marcha, foi servido um almoço convívio num ponto de reunião especialmente montado para o efeito no polígono de tiro da EPA. Houve assim oportunidade, para entre febras e sardinhas assadas, moderadamente "regadas" com sangria, aprofundar e consolidar ainda mais o espírito de corpo e os laços de camaradagem entre os militares da Escola.

VISITA DO GENERAL CEME À EPA

No âmbito da visita de comando que efectuou à Região Militar do Sul, Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército visitou, no passado dia 29 de Maio, a Escola Prática de Artilharia.

O programa da visita abrangeu, para além das honras militares regulamentares, uma exposição efectuada pelo Comandante da Unidade, Cor Art

Rodrigues Viana, visitas às principais infra-estruturas do aquartelamento sede e do Polígono Militar de Vendas Novas e assinatura do Livro de Honra.

Na intervenção que efectuou no auditório da Unidade, o Comandante da EPA, após saudar o Comandante do Exército, fez uma breve descrição do que é a Escola hoje, mencionou os principais problemas existentes e referiu as medidas prioritárias a adoptar para preparar o futuro da Unidade.

Face à acentuada degradação que afecta muitas das infra-estruturas da EPA, com incidências particularmente críticas ao nível dos padrões habitacionais e funcionais das instalações da Unidade e no domínio da segurança, o Coronel Rodrigues Viana destacou a modernização das infra-estruturas como a medida de mais elevada prioridade na actual conjuntura da Escola. A melhoria urgente das condições de habitabilidade e de conforto das praças e o início do Plano Director – através da construção do novo bloco de alojamentos para os militares daquela categoria – foram consideradas, pelo Comandante da Unidade, como opções inadiáveis tendo em vista consolidar, na Escola, um ambiente cada vez mais favorável a adesões.

Para além desta grande prioridade, o Comandante da EPA salientou como outras medidas imprescindíveis para cuidar do futuro da Escola, a modernização dos equipamentos de artilharia (topografia; meteorologia e direcção automática de tiro), o investimento e desenvolvimento sustentado do Polígono Militar e a melhoria das condições estruturais e de segurança do Palácio de Vendas Novas (Edifício de Comando) e demais património histórico da Unidade.

Na visita que efectuou às instalações e ao Polígono Militar, Sua Excelência o General CEME inteirou-se, no "terreno", da situação actual da Escola, nas suas múltiplas vertentes. Ficou sensibilizado para os problemas existentes mas também convicto que, na EPA, a consciência das dificuldades nunca será motivo de desânimo ou pessimismo.

Tal como referiu o Cor Rodrigues Viana, nas suas palavras de abertura: " (...) no dia-a-dia desta Casa pugnamos por fazer triunfar o optimismo sobre o pessimismo, a confiança sobre o desânimo, a generosidade sobre o egoísmo, a inteligência sobre a rigidez e a iniciativa sobre a rotina"; (...) "o Comandante do Exército contará sempre com a dedicação, a determinação e o entusiasmo de todos quantos servem na EPA para, no quadro da nossa missão, contribuirmos para a consecução dos superiores objectivos e prioridades que definiu para a revalorização, revitalização e modernização do Exército a que nos orgulhamos de pertencer".

Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército deixou registadas, no Livro de Honra da Unidade, as seguintes palavras:

"No dia da minha primeira visita oficial à Região Militar do Sul entendi por conveniente e adequado englobar na mesma a Escola Prática de Artilharia.

E tal facto assentou na simples razão de que se trata de uma Unidade de importância indiscutível no âmbito do dispositivo do Exército e que, em razão de vissicitudes várias, não tem tido um adequado desenvolvimento que à Casa Mãe da Artilharia se impõe. Constatei, com grande satisfação, o empenhamento que é posto no cumprimento da missão, apesar das dificuldades existentes. É esse espírito e essa motivação que importa fortalecer e incrementar e espero que a presença do Comandante do Exército tenha trazido algum contributo a esse objectivo. Felicito o Exmo Comandante e todos os militares e civis que aqui cumprem a sua missão, na certeza que podem sempre contar com o meu apoio. Bem hajam".

25 de Maio de 2001.

José Manuel da Silva Viegas
General

VISITA DO MGEN VIZELA CARDOSO, DIRECTOR DE ENSINO DA ACADEMIA MILITAR

No passado dia 30 de Maio o Exmo TGEN. Manuel Fernando Vizela Marques Cardoso , Director de Ensino da Academia Militar deslocou-se à EPA em visita de trabalho no âmbito do TPOA 2000/2001.

A Direcção de Estudos e Instrução da EPA apresentou ao Ex.mo TGEN Vizela Cardoso, que se fazia acompanhar pelo Comandante do Corpo de Alunos e pelo Director dos Cursos de Artilharia, uma resenha das actividades e resultados dos Tirocinantes referentes ao actual ano lectivo.

O Exmo MGEN Vizela Cardoso visitou as instruções ministradas pelo TPOA. Posteriormente, no Salão Nobre, os alunos do TPOA apresentaram cumprimentos ao Ex.mo MGEN Director de Ensino da Academia Militar. Depois do almoço na messe de oficiais o Ex.mo MGEN Vizela Cardoso regressou à Academia Militar dando por encerrada a visita.

REUNIÃO DE CONVÍVIO DOS OFICIAIS QUE SERVIRAM NA EPA NAS DÉCADAS DE 40, 50 E 60

Na linha do que já constitui uma tradição, a Escola Prática de Artilharia acolheu, no passado dia 2 de Junho de 2001, mais uma reunião de confraternização dos Oficiais que serviram na Escola Prática de Artilharia nas décadas de 40, 50 e 60.

Esta jornada de convívio contou com a presença de 104 convidados, entre Oficiais e respectivas famílias, sendo de realçar a presença de um número muito significativo de Oficiais Generais oriundos da Arma de Artilharia.

Do programa constou a celebração de uma missa de acção de graças pelos presentes e de sufrágio pelos Oficiais já falecidos. Após a missa teve

lugar a Cerimónia de Homenagem aos Mortos durante a qual foi colocada uma coroa de flores junto ao monumento de Homenagem aos Mortos da EPA.

Antes do almoço os participantes na reunião convívio tiveram a oportunidade de revisitar aquela que durante alguns anos foi a sua Unidade. A visita que se iniciou pelo Museu de Artilharia, prosseguiu pela Parada General Bernardo Faria onde os participantes puderam assistir a uma exposição dos sistemas de armas que se encontram ao serviço da Artilharia de Campanha, observando também os equipamentos e materiais do Pelotão de Aquisição de Objectivos e de Topografia. No final da visita à Unidade, foi realizada, no Grupo de Instrução uma demonstração do simulador de tiro "INVERTRON".

Após a visita à Unidade seguiu-se uma visita guiada a Cidade de Vendas Novas, sendo para muitos dos participantes uma agradável surpresa verificar como esta jovem Cidade se desenvolveu nestes últimos anos.

O almoço convívio teve lugar no Salão Nobre da EPA, durante o qual houve oportunidade de recordar "Velhos Tempos" e consolidar o espirito de corpo e de camaradagem entre os oficiais presentes. Nas palavras que proferiu antes de se dar início ao almoço, o Comandante da EPA dirigiu a todos os presentes uma calorosa e sentida saudação de boas-vindas à nossa "Casa Comum" e salientou o privilégio e o regozijo da Escola em poder acolher esta reunião de confraternização que já constitui uma tradição consolidada na Arma a que nos orgulhamos de pertencer.

O Coronel Rodrigues Viana exaltou, ainda, a manifestação de vitalidade, espírito de camaradagem e amizade que esta iniciativa evidencia, o que considerou constituir um exemplo para todos quantos servem na EPA

e ser sinónimo de uma relação forte e indestrutível que todos os presentes mantêm com a Casa-Mãe da Artilharia portuguesa.

O Comandante da EPA referiu, também, que para além do seu elevado simbolismo e estímulo, este "regresso às origens" de todos os presentes dinamiza o sempre indispensável entrecruzar de gerações, renovando assim o passar de testemunho e de experiências entre antigos e jovens militares de Artilharia, que cimenta o espírito da nossa Arma.

Adiantou ainda, que todos os militares e civis da Escola têm bem presente o muito que todos os presentes fizeram, no passado e actualmente, em prol da Artilharia e da Sua Casa-Mãe e que, por isso, se pugna, no dia-a-dia da EPA, por sermos dignos do seu legado e continuar a fazer da Escola uma Unidade de eleição no seio do Exército português.

Antes do final do almoço o Comando da EPA reservou uma surpresa para os Oficiais que estavam de volta a Casa Mãe da Artilharia: o Soldado Clarim da Escola tocou, de forma irrepreensível, a música da "SULIPANTA", para agrado de todos os presentes.

Terminou assim mais um convívio dos Oficiais e respectivas famílias que continuam ligadas a Vendas Novas e à sua Escola. No final ficou a promessa de voltarem na próxima reunião convívio em 2003. Até lá!

VISITA À EPA DO EX.MO TGEN FERREIRA E COSTA COMANDANTE DA REGIÃO MILITAR DO SUL

O Ex.mo Tenente-General CARLOS MANUEL FERREIRA E COSTA, Comandante da RMS, efectuou a sua Visita Inicial de Comando à Escola Prática de Artilharia, em 05JUN01. O Ex.mo Tenente-General Comandante da RMS, chegou à EPA pelas 09H30, sendo aguardado pelo Ex.mo Comandante COR Rodrigues Viana e pelo 2.º Comandante TCOR Santos Castanheira.

A 1.ª Bataria de Bocas de Fogo assegurou as honras regulamentares ao TGEN Comandante da RMS, com uma Guarda de Honra a 3 pelotões, integrando também a Banda da RMS.

Após a continência pela Guarda de Honra e da execução dos toques regulamentares, no átrio do edifício do comando, o Ex.mo TGEN Comandante da RMS recebeu a apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos, representação de Praças e Pessoal Civil da EPA no Salão Nobre.

Na intervenção que fez na sessão de cumprimentos, o Comandante da EPA dirigiu uma muito especial saudação de boas-vindas à Casa-Mãe da Artilharia portuguesa, ao Ex.mo TGEN Ferreira e Costa e desejou-lhe as maiores felicidades no cumprimento da sua missão. O Coronel Rodrigues Viana assegurou, ainda, ao novo Comandante da Região Militar do Sul que disporá sempre, na EPA, de uma Unidade disciplinada, organizada e motivada para levar a cabo todas as tarefas que entenda por bem cometer-lhe.

Cerca das 10H15 o Ex.mo TGEN Comandante da RMS assistiu a uma exposição no auditório, apresentada pelo Comandante da EPA, onde foi dada a conhecer a situação actual da Escola e o Plano Director que prevê a construção de novas instalações por forma a dotar a EPA de infra-estruturas mais eficientes e actuais.

O Ex.mo TGEN Comandante da RMS efectuou uma visita à Unidade durante a qual foram apresentadas as diversas instalações da Unidade. Na sequência da visita à Unidade o Ex.mo TGEN Comandante da Instrução visitou também o Polígono de Militar da EPA.

Depois do almoço, o Ex.mo TGEN Comandante da RMS assinou o Livro de Honra no Gabinete do Comandante na presenças de alguns dos Oficiais, Sargentos, Praças e Civis, dando por encerrada a visita à Escola Prática de Artilharia.

Transcreve-se, seguidamente, o texto que o TGEN Comandante da RMS deixou lavrado no Livro de Honra da EPA:

É com muita honra e o maior prazer que visito esta prestigiada Escola na qualidade de Comandante da Região Militar do Sul, após aqui ter estado presente em 29 de Maio de 2001 para receber o Excelentíssimo General Chefe do Estado-Maior do Exército, na companhia do seu Comandante, Coronel de Artilharia Vítor Daniel Rodrigues Viana.

Registo assim a minha satisfação em estar na Casa-Mãe dos Artilheiros, onde as paredes me ajudam sempre a recordar a passado e a admirar as suas relevantes prestações.

Expresso, por isso, o meu reconhecimento pelo importante e notável contributo que os Oficiais, Sargentos, Praças e funcionários Civis que aqui servem têm dado para se continuar a cumprir a missão da Escola, dignificando deste modo e de forma permanente a Artilharia, o Exército, as Forças Armadas e o País.

Que o vosso esforço continue a concorrer para o engrandecimento da Escola, em Vendas Novas, e da Instituição Militar em geral.

Vendas Novas, 05 de Junho de 2001.

O Comandante da Região Militar do Sul

Carlos Manuel Ferreira e Costa
Tenente-General

VISITA À EPA DO EX.MO TGEN LEONEL CARVALHO COMANDANTE DA INSTRUÇÃO DO EXÉRCITO

No passado dia 7 de Junho, o Ex.mo Tenente-General Leonel Jorge Silva Carvalho, Comandante da Instrução do Exército, efectuou uma Visita de Comando à EPA. O Exmo TGEN Comandante da Instrução chegou à EPA pelas 10H30, sendo aguardado pelo Ex.mo Comandante COR Rodrigues Viana e pelo 2.º Comandante TCOR Santos Castanheira.

A 1.ª Bataria de Bocas de Fogo assegurou as honras regulamentares ao TGEN Comandante da Instrução, com uma Guarda de Honra a 3 pelotões e Banda da RMS.

Após a continência pela Guarda de Honra e da execução dos toques regulamentares no átrio do edifício do comando, o Ex.mo TGEN Comandante da Instrução recebeu a apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos, representação de Praças e Pessoal Civil da EPA no salão Nobre.

Nas palavras que proferiu na sessão de cumprimentos, o Comandante da EPA, após saudar o novo Comandante da Instrução do Exército e desejar-lhe as maiores felicidades no cumprimento da sua missão, referiu que na EPA, tem-se bem presente que o Ensino e Formação do pessoal, nas suas várias vertentes, são um factor estratégico numas Forças Armadas modernas. "Sendo os recursos humanos a principal componente da Instituição Militar, um "bem" precioso e tendencialmente escasso, a aposta na sua qualificação e valorização assume uma importância crescente para a eficiência do Exército e das Forças Armadas".

O Comandante da EPA assegurou ainda ao CIE que no exercício das suas elevadas funções e para a prossecução dos objectivos do Comando da Instrução, poderá contar sempre com a total disponibilidade, colaboração e empenho de todos quantos servem na EPA.

Cerca das 11H00 o Ex.mo TGEN Comandante da Instrução assistiu a uma exposição no auditório, apresentada pelo Comandante da EPA, onde foi dada a conhecer a situação actual da Escola, em especial as actividades em curso e planeadas, e as acções de Ensino e Formação.

O Ex.mo TGEN Comandante da Instrução efectuou uma visita à Unidade durante a qual foram apresentadas as diversas instalações da Unidade que estão afectas à Instrução dos vários cursos que são ministrados na EPA e observou as acções de formação em curso. Na sequência da visita à Unidade o Ex.mo TGEN Comandante da Instrução, visitou o Polígono de Militar da EPA.

Depois do almoço, o Ex.mo TGEN Comandante da Instrução assinou o Livro de Honra no Gabinete do Comandante na presenças de alguns dos Oficiais, Sargentos, Praças e Civis dando por encerrada a visita à Escola Prática de Artilharia.

Transcreve-se, seguidamente, o texto que o TGEN Comandante da Instrução do Exército deixou lavrado no Livro de Honra da EPA:

É para mim uma honra a visita à Casa-Mãe da Artilharia, na condição de Comandante da Instrução do Exército.

Tendo assumido há cerca de um mês as funções, não pude deixar de considerar, como prioritária, esta visita, ciente da importância da Unidade como elo indispensável da formação de quadros e tropas da Arma de Artilharia e, consequentemente, duma das principais componentes do Exército.

Ao Comandante da Escola, aos Oficiais, Sargentos e Praças que aqui servem ou são instruídos, agradeço o importante contributo para a satisfação da missão e dos objectivos do Exército, ciente que serão dignos representantes de todos os que, ao longo de mais de um século prestigiaram a Unidade, e que tudo farão para que a Arma de Artilharia seja sempre prestigiada.

Agradeço também ao Sr. Coronel a forma muito digna, mas também cordial como fui recebido, fazendo questão de me colocar à disposição da Escola, em todas as situações que me forem solícitos os préstimos.

Vendas Novas, 07 de Junho de 2001

Leonel Carvalho
TGEN

NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

EXERCÍCIO DE FOGOS REAIS "EFICÁCIA 011"

Nos dias 07 e 08 de Março de 2001 realizaram-se na região do Magoito-Togeira, os exercícios de Fogos Reais "Eficácia 011",no âmbito do TPO e do treino do Encargo Operacional, do Regimento.

Participaram no exercício, além dos Aspirantes a Oficial Alunos do Curso de Artilharia da Academia Militar, a Bateria de Artilharia Antiaérea do Grupo de Artilharia Antiaérea do RAA1, contando com o apoio de meios aéreos da BA1 e da BA11 e, ainda, da Corveta NRP Augusto Castilho.

Foram utilizados o sistema armas AA 20 mm, o equipamento Radar FAAR e o sistema de Alvos Aéreos MK 15.

Assistiu a esta sessão, Sua Excelência o Director da Comissão da Arma de Artilharia, Major General Rui Reis que à sua chegada na área dos exercícios, foi recebido pelo Exmo Comandante do Regimento, Cor Art Joaquim Formeiro Monteiro.

EXERCÍCIOS FINAIS DA PREPARAÇÃO COMPLEMENTAR DO 1°T/01-B

Nos dias 20, 21 e 22 de Março de 2001, a Bateria de Instrução do RAAI realizou, na região de Campo Raso-BA1 em Sintra, o exercício final da PComp do 1°T/01-B, SINTRA 011.

Aproveitando a ocasião, pretendeu-se simular a participação de uma BAA numa operação de Apoio à Paz, com o desenvolvimento e execução, em forma de FTX, do respectivo tema táctico. No total, participaram 120 militares, tendo sido utilizados os sistemas de Armas AA 20mm e Chaparral, orgânicos da Bateria Antiaérea/GAA, bem como o Centro de Operações de Bateria (COB) e o equipamento Radar FAAR.

Nos moldes em que foi executado, o exercício permitiu um adequado treino dos Quadros do Regimento e proporcionou aos Soldados SEN do 1°T/01-B a possibilidade de se integrarem e trabalharem no quadro das missões de uma Bateria de Artilharia Antiaérea, donde resultou um significativo ganho de competências neste tipo de Operações.

EXERCÍCIO S. JORGE 2001

De 19 a 23 de Março 2001, o Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1 participou no Exercício CPX – LIVEX S. Jorge 2001, exercício que visou treinar o Comando e Estado-Maior do GML e das suas U/E/O nas actividades de funcionamento de Postos de Comando, testar os seus Planos de Defesa bem como, treinar e avaliar os procedimentos a adoptar em situações de alteração do estado de segurança e testar e avaliar o levantamento e aprontamento de meios para apoio ao Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC).

No decorrer do exercício, o Ex.mo 2.º Cmdt do GML, MGen Carlos Lopes Camilo efectuou uma visita de trabalho ao PC do Regimento, inteirando-se da organização, conduta e procedimentos levantados, bem como da sua reacção às situações geral e particular, em presença

ENCERRAMENTO DO TIROCÍNIO PARA OFICIAIS DE ARTILHARIA 2000/2001 - PARTE ANTIAÉREA

Em 23Mar01 realizou-se no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 a cerimónia de encerramento do Tirocínio para Oficiais de Artilharia – Parte Antiaérea, do Curso General José Feliciano da Silva e Costa.

A Parte Antiaérea do TPO A iniciou-se em 04Jan01, tendo sido frequentada por 12 Aspirantes Alunos e 1 Alferes Aluno da Republica Popular de Angola. Durante o Curso destacaram-se a realização de uma

sessão de Fogos Reais, com o sistema armas AA 20mm, um Exercício de Postos Comando e duas visitas de estudo ao Comando de Tropas Aerotransportadas e ao Centro de Operações Aéreas Alternativo, da Força Aérea, respectivamente.

A cerimónia iniciou-se com uma intervenção por parte do Exmo Comandante do Regimento, Cor Art Joaquim Formeiro Monteiro, após o que seguiu a entrega dos diplomas comprovativos do aproveitamento escolar aos Aspirantes Oficiais Alunos Tirocinantes.

Seguidamente, S. Exa, o MGen Rui Reis, que presidiu à cerimónia, teceu algumas considerações finais sobre a ética e liderança Militares, após o que se seguiu um almoço convívio na Messe de Oficiais do Regimento.

VISITA DE TRABALHO DO CAPELÃO MOR DAS FORÇAS ARMADAS AO RAA1

Em 27Mar01, Sua Excelência Reverendíssima o Ordinário Castrense, D. Januário Torgal Mendes Ferreira efectuou uma visita de trabalho ao Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, na qual foi acompanhado pelo Sr. Cor. SAR Saldanha, Capelão do Exército.

Após a sua chegada ao Regimento, onde foi recebido pelo Exmo Comandante, Cor Art Joaquim Formeiro Monteiro, Sua Excelência Reverendíssima proferiu duas palestras, a primeira às Praças do Regimento e a segunda aos

Oficiais, Sargentos e Funcionários Civis que servem nesta Unidade, subordinadas ao tema "*Os Valores Cristãos numa Sociedade em Mudança*".

Na sua comunicação, D. Januário chamou a atenção para os novos problemas da pobreza e marginalização na Sociedade Portuguesa, considerando que os valores cristãos para uma sociedade pluralista, como aquela onde vivemos, deverão assentar especialmente em três pilares essenciais:

– *A Defesa dos novos pobres*: em todas as sociedades e épocas surgem novos pobres e novas formas de marginalização. A Igreja e a Comunidade Cristã têm que estar atentas e apontar novos caminhos para a saída dessas situações.

– *A Defesa dos valores da cultura*: uma cultura Cristã defende como valores a *Paz*, a *Justiça*, a *Liberdade*, a *Sociedade* e a *Coesão Social*. Contra uma cultura do facilitismo e do dinheiro fácil a Igreja e os Cristãos devem propor uma cultura que defenda os direitos humanos e as virtudes Cristãs que têm por base o Evangelho.

– *A Defesa da Família*: numa sociedade pluralista, muitas vezes, a Família tradicional, é alvo de críticas e de ataques. A Igreja, defendendo, há muitos séculos, a *Santidade*, a *Unidade* e a *Fecundidade* da *Família*, dará, também, uma importante ajuda na estabilidade da mesma. A Igreja garantirá, igualmente, todo o apoio ao Governo e ao Estado para que a Família se constitua como um esteio fundamental da sociedade, nos dias de hoje.

As duas palestras tiveram uma grande participação, havendo muito interesse pela presença do Pastor que, mais uma vez, se quis encontrar pessoalmente e de uma maneira franca com todos aqueles que lhe estão confiados por *Cristo*.

ENCERRAMENTO DO CURSO DE PROMOÇÃO A CAPITÃO DE ARTILHARIA 2001 - PARTE ANTIAÉREA

Em 18Mai01, realizou-se, no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, a cerimónia de encerramento do Curso de Promoção a Capitão – Parte Antiaérea, 2001 (CPCA-01).

Esta parte do CPCA iniciou-se em 17Abr01, tendo sido frequentada por nove Tenentes de Artilharia. Durante o Curso, entre outras actividades, destacou-se uma visita de estudo ao Comando Operacional da Força Aérea.

A cerimónia, a que presidiu S. Exa, o MGen Carvalho Figueiredo, na qualidade de Presidente da Comissão Técnica da Arma de artilharia, iniciou-se com as intervenções do Exmo. Comandante do Regimento, Cor Art Joaquim Formeiro Monteiro e do Sr. TCor Art Delgado Ferrão, Director do Curso, após o que seguiu a entrega dos diplomas comprovativos do aproveitamento Académico aos Oficiais Alunos.

Seguidamente, S. Exa o MGen Carvalho Figueiredo, teceu algumas considerações finais, no âmbito do curso, após o que se seguiu um almoço nas instalações do Regimento.

ENCERRAMENTO DO CURSO DO SISTEMA MÍSSIL LIGEIRO CHAPARRAL E DO CURSO DE RADAR DE ARTILHARIA ANTIAÉREA (FAAR)

No dia 12 de Junho, o Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 decorreu a cerimónia de encerramento do "Curso do Sistema Míssil Ligeiro Chaparral 01" e do "Curso de Radares AA 01 FAAR".

Os cursos tiveram a duração de trinta e oito dias úteis, foram iniciados a 17Abr01, tendo o "Curso do Sistema Míssil Ligeiro Chaparral" sido frequentado por três Oficiais Subalternos e por um 1º Sargento, o "Curso de Radares AA FAAR" foi frequentado por um Oficial Subalterno e um 1.º Sargento.

Estes cursos tiveram como objectivo, principal, habilitar os Oficiais e Sargentos instruendos a desempenhar as funções de Comandantes de Pelotão AA e de Secção Radar, respectivamente.

DIA DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA DESTACAMENTO DE CASCAIS / RAA1

No dia 13 de Junho de 2001, Dia de Santo António patrono do Ex-CIAA e da Vila de Cascais, o Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea – Destacamento de Cascais comemorou o seu 8.º aniversário como Destacamento do Regimento de Artilharia Antiaérea 1. Não se pouparam esforços para que o Destacamento recebesse com grande dignidade os seus ilustres convidados civis e militares.

As comemorações iniciaram-se com a Alvorada Festiva a que se seguiu o hastear da Bandeira Nacional com a respectiva Guarda de Honra.

Pelas 09h30, o Capelão da Unidade celebrou uma missa na Capela N.ª Sra. da Vitória, na Cidadela, seguindo-se uma Procissão com a saída da imagem de Santo António para a Igreja Matriz.

Durante todo o dia a Fortaleza da Cidadela esteve aberta ao público, sendo possível visitar uma exposição estática de materiais de Artilharia Antiaérea e a Sala Cisterna, para além do Museu da Artilharia Antiaérea Portuguesa.

Pelas 12h30 teve lugar o almoço convívio, no jardim interior da Cidadela, a que se seguiu uma visita pelas muralhas da Fortaleza.

À tarde, realizou-se a tradicional Procissão de Santo António, pelas ruas da Vila de Cascais, tendo a imagem do Santo sido transportada, como é tradição, numa égua branca, com os militares da Guarda de Honra fardados com os uniformes da época da Guerra Peninsular.

EXERCÍCIO "TROVÃO 011"

Realizou-se no período de 19 a 23 de Fevereiro, no Campo Militar de Santa Margarida, o Exercício "TROVÃO 011", cuja responsabilidade de planeamento e conduta pertenceu ao GAC/BAI, em cumprimento do que se encontra definido no Plano Nº1/00 (Programa de Instrução e Treino Operacional para o ano 2001 do CTAT/BAI).

É de realçar que o GAC/BAI empenhou, pela primeira vez em exercício todas as suas sub-unidades disponíveis, constituído por 3 baterias; uma Bateria de Comando Serviços e duas Baterias de Bocas de Fogo. Recebeu, ainda, a colaboração do Pelotão de Aquisição de Objectivos da Escola Prática de Artilharia(EPA),de Vendas Novas, nomeadamente nas áreas de Topografia, Radar e Meteorologia.

Os principais objectivos a atingir com a realização do exercício foram, aperfeiçoar o nível de instrução individual e colectiva de Quadros e Tropas do GAC/BAI; corrigir deficiências detectadas na instrução e em exercícios anteriores; preparar e aprontar as forças para o cumprimento da missão atribuída e manter o espírito de corpo entre os militares do GAC/BAI.

No que respeita aos objectivos específicos, salientam-se, entre outros exercitar e aperfeiçoar procedimentos operacionais no domínio da técnica do Tiro de Artilharia de Campanha e da táctica. Em particular foi possível realizar a manobra de materiais do Grupo com a execução de REOP (reconhecimento, escolha e ocupação de posições), executar fogos reais com granadas explosivas com espoleta de percussão, tempos e fumos; realizar operações de helitransporte de pessoal e material; verificar a regimagem dos obuses 105mm M119/30 m/98 "Light Gun" com a utilização do radar cronógrafo da EPA; executar missões de tiro com apoio do radar e dos meteogramas calculados pela Secção de Meteorologia do PAO.

Assim, no dia 21 de Fevereiro realizou-se o helitransporte das baterias de bocas de fogo com a utilização de 2 helicópteros SA-330"PUMA" da Base Aérea Nº6 do Montijo e no dia seguinte teve lugar a sessão de fogos reais com material orgânico do GAC/BAI, o obus M119 Light Gun.

O Exercício "TROVÃO 011" integrou a participação de 223 militares do GAC/BAI, o PAO com 16 militares da Escola Prática de Artilharia, uma equipa de Percursores da Escola de Tropas Aerotransportadas (ETAT) e a participação das referidas tripulações e aeronaves da Força Aérea.

EXERCÍCIO EFICÁCIA 2001

Tendo como referencial a tradição, como objectivos o treino táctico envolvendo deslocamentos, organização e segurança de posições, o treino técnico de tiro, o reforço da coesão e do espírito de corpo entre os militares de Artilharia participantes, decorreu no período de 23 a 27 Abril 2001, no Campo Militar de Santa Margarida, o exercício com nome de código "EFICÁCIA 2001".

Este exercício, da responsabilidade primária do COFT, destina-se a desenvolver a capacidade operacional das Baterias de Artilharia dos GAC das Brigadas e das Tropas de CE que constituem os EOp da Componente Operacional do Sistema de Forças Exercito (COSFE). Tem como finalidade exercitar as Baterias de Artilharia (Rebocadas e Autopropulsadas) no planeamento, controlo e conduta, numa situação de Defesa Directa do Território.

Participaram neste exercício as Unidades de Artilharia de Campanha com as Baterias de Bocas de Fogo que constituem o encargo operacional no Sistema de Forças Nacional. Desta forma, a Bateria ALFA pertencia à Escola Prática de Artilharia com Obús M114/155mm (Reb), a Bateria BRAVO à Brigada Aerotransportada Independente (RA4) com Obús L119/105mm (Reb), a Bateria CHARLIE à Brigada Mecanizada Independente com Obús M109A2/155mm (AP) e a Bateria DELTA à Brigada Ligeira de Intervenção (RA5) com Obús OM/105mm (Reb).

Para que os objectivos determinados para o exercício fossem atingidos este realizou-se de acordo com o seguinte programa:

23 Abril 01 – Concentração das várias Unidades em ZRn no CMSM;

24 Abril 01 – Durante a manhã desenvolveram-se actividades desportivas de que fizeram parte uma estafeta intitulada "Estafeta Eficácia" e um campeonato de futebol de 5.
No período da tarde realizou-se um Cross-Training em que foram tratadas as seguintes áreas:

- Campanha de Bocas de Fogo;
- Posto Central de Tiro;
- Observadores Avançados;
- Transmissões;
- Aquisição de Objectivos;
- Helitransporte.

No final do dia realizou-se no Quartel da Artilharia (QA) um jantar de confraternização em que participaram todos os intervenientes no exercício.

25 Abril 01 – Realizou-se um Exercício Táctico e Técnico que incluíu:
- Reconhecimento Escolha e Ocupação Posições (REOP);
- Deslocamentos e Segurança;
- Segurança Posições.
- Fogos Reais nos quais foi incluído tiro iluminante.

26 Abril 01 – "VIP DAY" presidido pelo Ex.mo Inspector Geral do Exército TGEN Samuel Matias do Amaral e no qual também estiveram presentes, entre outros, o TGEN Comandante Operacional das Forças Terrestres, o MGEN Comandante da BLI, o MGEN Comandante da BMI, o representante do TGEN Comandante Instrução do Exército e o representante do MGEN Comandante da BAI. Realizou-se, também, neste dia, no auditório do QA, a cerimónia de entrega de prémios da Revista de Artilharia referente ao Ano de 2000.

Programa do "VIP DAY"
- Chegada da Alta Entidade (AE);
- Briefing sobre o exercício "EFICÁCIA 01";
- Entrega de prémios da Revista de Artilharia;
- Fogos Reais da posição de D Pedro;
- Fogos Reais das posições das Btrs com observação aérea;
- Fogos Reais das posições das Btrs (TSO);

- RVIS/RCAM com os cadetes do 4º ano Artilharia da AM;
- Almoço no campo;
- Desfile Mecanizado e Motorizado das Forças;
- Desconcentração das Forças;
- Torneio de Bridge.

27 Abril 01 – Deslocamento das Forças para as Unidades de origem.

Neste exercício as Baterias participaram com a seguinte referenciação e efectivos:

BATERIA	OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS	TOTAL	VIATURAS		
					RODAS	LAGARTAS	OBÚSES
A (EPA) + PAO	5	22	95	122	20		6 Reb)
B (GAC/BMI)	3	16	61	80	8	6 + 5 (AP)	5 (AP)
C (GAC/BAI)	5	16	60	81	16		6 (Reb)
D (GAC/BLI)	6	15	55	76	19		5 (Reb)
TOTAL	19	69	271	359	63	6	22

Nos efectivos atrás referidos não estão contabilizados os elementos que estiveram empenhados no apoio logístico do exercício.

A Escola Prática de Artilharia, para além da sua bateria, participou também no exercício com o Pelotão de Aquisição de Objectivos.

No total foram consumidas 510 munições entre explosivas (espoleta de percussão, tempos e VT), iluminantes e fumos como se descrimina:

BATERIA	MUNIÇÕES
A (EPA)	74 HE (P e T) e 5 Iluminantes
B (GAC/BMI)	165 HE (P, T e VT) e 5 Iluminantes
C (GAC/BAI)	173 HE (P e T) e Fumos (WP)
D (GAC/BLI)	98 HE (P e T) e Fumos (WP)

Como conclusão, refira-se que o exercício da série "Eficácia" constitui um factor de treino fundamental para a Artilharia de Campanha Portuguesa, pois permite constituir um Grupo de Artilharia de Campanha e exercitar áreas, que por falta de oportunidade e até de meios, não são, por vezes, tão trabalhadas em exercícios, como sejam a Direcção Táctica do Tiro e a Aquisição de Objectivos.

PRÉMIOS DA REVISTA DE ARTILHARIA

Por decisão de 29 de Março de 2001 e nos termos do Regulamento do Prémio da Revista de Artilharia publicado no número 792/794 de Agosto/Outubro de 1991, o Presidente da Comissão Executiva da Revista de Artilharia homologou o parecer do Júri de apreciação dos artigos publicados no ano de 2000, pelo qual foram atribuídos os seguintes prémios:

- Revista de Artilharia "Estudos Artilheiros": TCor Art Nuno José Varela Rubim e Engº Tércio Machado Sampaio pelo seu artigo "A Artilharia antes da utilização da pólvora" publicado em separata.
- Revista de Artilharia "Cultura": Cor Art Fernando José Pinto Simões pelo seu artigo "Cronologia, apontamentos sobre Eras e Calendários", publicado nas páginas da Revista de Julho/Setembro de 1999 a Outubro/Dezembro de 2000.

A cerimónia de entrega dos prémios teve lugar no dia 26 de Abril de 2001, no GAC/BMI (Santa Margarida), aquando da realização do Exercício "EFICÁCIA 2001".

Integrada no Dia mais importante deste Exercício – dia da realização dos fogos reais – esta cerimónia contou com a presença de Entidades convidadas pelo Comando do GAC, dos Comandantes das Unidades de Artilharia presentes no exercício e dos elementos da Comissão Executiva da Revista de Artilharia.

PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Ministérios da Defesa Nacional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Portaria n.º 744-A/2000
Cria, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, pelo período de 15 anos, a zona militar de caça da Escola Prática de Artilharia (processo n.º 2095-DGF), situada na freguesia e município de Vendas Novas.

Portaria n.º 744-B/2000
Cria, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, pelo período de 15 anos, a zona militar de caça da Carregueira (processo n.º 2195-DGF), situada na freguesia de Belas, município de Sintra.
(OE n.º 2/28 FEV01 - 1ª SÉRIE)

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 88/2001
Aprova as adaptações necessárias à integração do ensino superior militar no sistema nacional de avaliação e acompanhamento do ensino superior.
(OE n.º 3/31 MAR01 - 1ª SÉRIE)

Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública

Portaria nº 211/2001
Fixa os valores da alimentação a dinheiro para os militares no ano de 2001.
(OE n.º 3/31 MAR01 - 1ª SÉRIE)

Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 4585/2001
Determinação dos efectivos por postos e Quadros Especiais a vigorar para o Exército, no ano de 2001.
(OE n.º 3/31 MAR01 - 1ª SÉRIE)

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Prata de Serviços Distintos

COR ART (07249966) Valdemar José d'Oliveira Patrício
COR ART (46420556) Carlos Afonso da Fonseca Alferes
TCOR ART (06255680) José Manuel Saraiva Dias Bento
(OE n.º 1/31 JAN01- 2º SÉRIE)

MGEN (41477262) Rui Manuel Martins Reis
(OE n.º 2/28 FEV01- 2º SÉRIE)

Grã-Cruz da Medalha de Mérito Militar

MGEN (50448411) Fernando Canha da Silva
(OE n.º 1/31 JAN01- 2º SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 2ª Classe

MAJ ART (05184978) José Manuel Tomas Luís
(OE n.º 1/31 JAN01- 2º SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 3ª Classe

CAP ART (18099686) Fortunato Manuel Figueiredo Mariano Alves
(OE n.º 1/31 JAN01 - 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 2ª Classe

TCOR ART (60424367) Manuel Augusto Seixas Quiñones de Magalhães
(OE n.º 1/31 JAN01 - 2ª SÉRIE)

Medalha da Ordem de Isabel a Católica (Espanha), grau cruz de Oficial

TCOR ART (19051684) Carlos Manuel Coutinho Rodrigues
(OE n.º 2/28 FEV01 - 2ª SÉRIE)

Medalha da Ordem da Coroa (Bélgica), grau Oficial

TCOR ART (19051684) Carlos Manuel Coutinho Rodrigues
(OE n.º 2/28 FEV01 - 2ª SÉRIE)

Medalha da Missão de Monitorização da Comunidade Europeia na Ex-Jugoslávia

CAP ART (05238285) Manuel Romão Excelente António
(OE n.º 1/31 JAN01 - 2ª SÉRIE)

Medalha da NATO

TEN ART (27504191) Hélder Pilar Estriga
(OE n.º 2/28 FEV01 - 2ª SÉRIE)
TEN ART (19551091) João Paulo Mexia Favita Setoca

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

COR ART (00016663) Albino Luís Ferreira da Cal
COR ART (45521861) Mário Martins dos Santos
COR ART (62059663) Luís Lopes Francisco
COR ART (05368864) José Augusto dos Santos Rosário Simões
(OE n.º 1/31 JAN01 - 2º SÉRIE)

3. PROMOÇÕES

Ao posto de Major-General

BGEN (09063164) João Baptista Nabeiro Canelas
(OE n.º 2/28 FEV01 - 2º SÉRIE)

Ao posto de Coronel

TCOR ART DFA (01640463) Victor Manuel Amaro dos Santos
TCOR ART (17613073) Luís Pinto dos Santos
TCOR ART (11329673) José Hermínio Estevão Alves
TCOR ART (60424367) Manuel Augusto Seixas Quiñones de Magalhães
(OE n.º 2/28 FEV01 - 2º SÉRIE)

Ao posto de Tenente - Coronel

MAJ ART (04563479) Augusto José do Carmo Gonçalves
MAJ ART (08408285) Fernando Manuel Freire Serras
(OE n.º 1/31 JAN01 - 2ª SÉRIE)

MAJ ART (13081985) Henrique José Pereira dos Santos
MAJ ART (08692982) José Domingos Sardinha Dias
MAJ ART (06097578) João Miguel de Jesus Marquito
MAJ ART (00755184) João Francisco Águas Bigodinho
MAJ ART (06885078) Francisco José Bilé Fangueiro
MAJ ART (06597181) Osvaldo Manuel Galvão de Oliveira Esteves
(OE n.º 3/31 MAR01 - 2ª SÉRIE)

Ao posto de Capitão

TEN ART (05283291) Adelino José de Sousa Jacinto
TEN ART (00257893) Helder Jorge Pinheiro Barreira
TEN ART (05625193) Nuno Miguel dos Santos Ferreira Lopes

TEN ART (05693492) Telmo José Reis Paulino Cascalheira
TEN ART (00440093) José Carlos Pinto Mimoso
TEN ART (05525693) Paulo Jorge Catarina de Carvalho
TEN ART (15084291) Rui António Besteiro Rodrigues
TEN ART (00100893) Daniel João Ribeiro Valente
TEN ART (19569790) Jorge Paulo Marto Silva
TEN ART (13154786) Paulo Nuno Amador Ferreira
TEN ART (02166088) Fernando Reinaldo Ferreira Martinho
TEN ART (09765191) Fernando António dos Santos Maçana
TEN ART (17504191) Helder Pilar Estriga
TEN ART (19551091) João Paulo Mexia Favita Setoca
TEN ART (00219393) Homero Gomes Abrunhosa
TEN ART (06204691) Fernando Domingues Grilo
TEN ART (10433591) Jorge Manuel Macedo Marques Agostinho
(OE N.º 2/28 FEV01 - 2ª SÉRIE)

Ao posto de Alferes (ingresso nos QP)

ASP OF AL (11079894) Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
ASP OF AL (00827995) Nuno Miguel Lopes Salvado
ASP OF AL (18313295) Jorge Jerónimo de Almeida Nascimento
ASP OF AL (03033795) Nuno Miguel Cirne Serrano Mira
ASP OF AL (15130094) Rui Jorge de Matos Alvarinho
ASP OF AL (01597594) João Francisco Dias Pimenta
ASP OF AL (12390594) Luís Miguel Parreira Roberto
ASP OF AL (04548994) Sandro José Robalo Geraldes
ASP OF AL (08498494) Rui César Sequeira Heleno
ASP OF AL (15876194) Fernando Jorge Marques Machado
ASP OF AL (08926794) José Luís Nunes dos Santos Correia
ASP OF AL (38452993) Paulo Jorge Coixão dos Reis Bento
(OE N.º 2/28 FEV01 - 2ª SÉRIE)

4. CURSOS

Frequentou o "Curso Superior de Comando e Direcção 99/00", que decorreu no IAEM de 02NOV99 a 28JUN00:

COR ART (05814064) Manuel Guilherme de Carvalho Figueiredo
(OE n.º 2/28 FEV01 - 2ª SÉRIE)

5. OBITUÁRIO

COR REF (51367011) José Ventura Roldão
(OE n.º 1/31 JAN01 - 2ª SÉRIE)

COR REF (50926111) Celestino da Cunha Rodrigues
(OE n.º 3/31 MAR01 - 2ª SÉRIE)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Mérito Militar de 4ª Classe

SAJ ART (01964883) Joaquim José Delgadinho Simões
1SAR ART (12836585) António de Jesus Freixo Ferragolo
(OE n.º 1/31 JAN01 - 2ª SÉRIE)

SMOR ART (08920876) Carlos Gregório Palmeira Monteiro
(OE n.º 2/28 FEV01 - 2ª SÉRIE)

Passagem à situação de Reserva

SMOR ART (03212864) Artur Henrique Peixoto Costa
SMOR ART (05512066) Horácio do Carmo Costa
(OE n.º 1/31 JAN01 - 2ª SÉRIE)

SMOR ART (36480860) Joaquim de Almeida e Silva
(OE n.º 2/28 FEV01 - 2ª SÉRIE)

Passagem à situação de Reforma

SCH ART (51124811) Benvindo Matos Pentieiro
(OE n.º 3/31 MAR01 - 2ª SÉRIE)

2. PROMOÇÕES

Ao posto de Sargento-Mor

SCH ART (14070575) Victor Manuel Caldas da Silva
(OE N.º 2/28 FEV01 - 2ª Série)

Ao posto de Sargento-Chefe

SAJ ART (09070478) José Maria Mira dos Santos
SAJ ART (16066480) Francisco António Seabra Travanca Afonso
SAJ ART (07856582) Joaquim António de Oliveira Frade
(OE N.º 2/28 FEV01 - 2ª Série)

Ao posto de Sargento-Ajudante

1 SAR ART (09624783) Felisberto Armando Neves Santos
1 SAR ART (00734885) Nuno Miguel Cardoso Belo de Carvalho
1 SAR ART (04370785) Luís Alberto da Silva Ferreira Santos
1 SAR ART (15844685) Carlos Alberto Martins dos Santos
(OE N.º 2/28 FEV01 - 2ª Série)

Ao posto de Segundo-Sargento (ingresso nos QP)

2SAR (20810293) Paulo Jorge da Costa Silva
2SAR (07353394) António Manuel Rodrigues da Silva
2SAR (28311793) Bruno Teixeira Lopes Martins
FUR (08880494) Pedro Miguel Miranda Félix
FUR (10478595) Maria Albertina Alves de Sá Pereira
(OE N.º 2/28 FEV01 - 2ª Série)

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

	Págs.
A PROJECÇÃO DE UMA UNIDADE DE AAA NO ÂMBITO DA NATO ..... *Pelo Major de Artilharia Martins Dias do RAAI.*	217
SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA (Parte I) ..... *Pelo Tenente-Coronel de Artilharia Caetano de Sousa.*	233
ACÇÃO PSICOSSOCIAL NO CONFLITO DO ULTRAMAR DE 1961 A 1974. ENSINAMENTOS PARA AS OPERAÇÕES DE PAZ ..... *Pelo Major de Artilharia Costa Reis.*	255
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	319
A REVISTA DE ARTILHARIA NA INTERNET	319
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	321
PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE ("PROCISSÃO DOS ARTILHEIROS")	325
VISITA DOS CADETES DO 4.º ANO DA ACADEMIA MILITAR AO RAI	326
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, Edifício da Ex-DAA, CAMPO DE SANTA CLARA – 1100 LISBOA".

Dias e Horas de Expediente:

Às Terças, Quartas e Quintas-Feiras entre as 15H00 e as 17H00.

CONTACTAR: SCH António Rato.

TELEFS.: Militar: 421 348 - Civil: 21 888 01 10 - Fax Militar: 421 348

ASSINATURAS PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, 1 500$00; Avulso, 500$00; Restantes Países: Anual, 3 000$00; Avulso, 750$00. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

ANÚNCIOS: Contrato directo com a administração.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução e qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

97.º ANO

2.ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83

N.ºs 911 A 913

JULHO A SETEMBRO DE 2001

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2000 E 2001

PRESIDENTE

Tenente-General Samuel Matias do Amaral

VICE-PRESIDENTE

Major-General José Luís Pinto Ramalho

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Octávio João Marques Avelar (AM)

SECRETÁRIO

Tenente-Coronel Francisco José Bile Fangueiro (QG/GML)

TESOUREIRO

Tenente-Coronel Mário Alberto Teixeira de Sousa (Cmd Inst)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (RAA 1)
Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)
Tenente-Coronel António José Pacheco Dias Coimbra (EPA)
Tenente-Coronel José António Figueiredo Feliciano (GAC/BMI)
Tenente-Coronel António Fernando Paulo Teixeira (QC/BMI)
Capitão Pedro Alexandre Marquês de Sousa (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (RES)
Coronel Mário Augusto Mourato Cabrita (DAMP)
Tenente-Coronel Rui Manuel F. Venâncio Baleizão
Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (IAEM)

NÚMEROS
911 A 913

REVISTA DE ARTILHARIA

ANO XCVII
2.ª SÉRIE

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA

DIRECTOR
SAMUEL MATIAS
DO AMARAL
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Jorge Martinho
Pta. da Flamenga, 8 – 1.º e 2.º Dto.
2670 STO. ANT. CAVALEIROS

JULHO – AGOSTO – SETEMBRO DE 2001

Os autores dos artigos são os únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

A PROJECÇÃO DE UMA UNIDADE DE ARTILHARIA ANTIAÉREA NO ÂMBITO DA NATO

Pelo Major de Artilharia (RAA1)
MARTINS DIAS

"The Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all ..."
Article 5 of The North Atlantic Treaty

1. INTRODUÇÃO

O novo Conceito Estratégico da Aliança, aprovado na reunião do Conselho do Atlântico Norte realizada em Washington durante 23 e 24 de Abril de 1999, trouxe novas atribuições à estrutura da Aliança e uma nova

noção surgiu com o encargo de responsabilidade colectiva no provimento de recursos logísticos, incluindo suporte adequado ao movimento e transporte das forças.

A logística, no contexto da Aliança e desde a sua criação, foi sempre encarada como uma responsabilidade a nível nacional, com pouca ou nenhuma implicação na contextura global. Sempre foi considerada com um pensamento de auto-suficiência nacional em quase todas as suas funções e que, oferecendo segurança e tranquilidade, apresentava como contrapartida um esforço económico quando se vislumbrava a projecção de uma força nacional para um Teatro de Operações sob responsabilidade NATO. Assim, surge a necessidade de encontrar soluções multinacionais com o objectivo de estreitar laços entre os países da aliança e, principalmente, restringir as despesas.

No documento MC 319/1 NATO *Principles and Policies for Logistics*, são estabelecidos os princípios desta multinacionalidade, destacando-se:

- As nações e as autoridades NATO têm uma responsabilidade colectiva no apoio logístico;
- Aos Comandantes da NATO, deve ser dada a autoridade suficiente sobre os meios logísticos para que possam empregar as forças da forma mais eficaz. Esta autoridade deve incluir a possibilidade de redistribuir e reempregar esses meios;
- A troca de informação sobre os meios logísticos entre as nações e a NATO é essencial para a sua coordenação e efectiva utilização.

Propomo-nos com este artigo, fazer uma breve abordagem ao movimento e transporte como parte da logística, suas capacidades e limitações e apresentar uma hipótese para a projecção de uma Unidade de Artilharia Antiaérea, para uma missão no âmbito da NATO.

2. CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO

a. Missões das forças da Aliança

A principal missão da NATO é a de garantir a segurança e a integridade territorial dos seus estados membros.

A Aliança opera num ambiente de contínua mudança. Os seus estados membros são confrontados com multifacetados e multidimensionais riscos à sua segurança. A orientação multidireccional da sua postura defensiva enquadra as missões das suas forças militares em tempo de paz. Estas forças podem

ser chamadas a contribuir para a paz e estabilidade globais, em apoio de esforços no âmbito das Nações Unidas (ONU), da União Europeia Ocidental (UEO) ou da Organização e Coordenação da Europa (OSCE). Em crises que venham a afectar a segurança dos seus membros, as forças aliadas poderão, sob controlo político adequado, serem empregues para demonstrar a solidariedade e nível de prontidão da Aliança, mantendo abertas as linhas de comunicações, isolando a área de conflito, evitando a sua extensão a países membros e, ainda, dissuadindo potenciais adversários de utilizar a força contra a Aliança.

Esforços políticos para preservar a paz ou para resolver pacificamente disputas internacionais poderão não ser suficientes para impedir a eclosão de um conflito armado. Nestas circunstâncias, as forças militares podem ser chamadas a intervir para cumprir missões que não de combate, nomeadamente, a ajuda humanitária e a manutenção da paz, ou de combate, utilizando a força para o restabelecimento da integridade física do território da Aliança.

b. Categorias de forças

A composição, prontidão e capacidade das forças militares da Aliança reflectem a sua disponibilidade para garantir a sua própria defesa. O posicionamento geográfico destas forças em tempo de paz, traduzido numa presença suficiente e visual em todo o território da Aliança, demonstra esta inequívoca vontade de defesa.

As estruturas das forças baseiam-se nas contribuições nacionais, terrestres, aéreas e navais e são divididas em três categorias:

- Forças de Reacção (RF) – são forças versáteis, com elevada mobilidade e nível de prontidão e com possibilidade de serem empregues em qualquer ponto do território da Aliança. São divididas em Forças de Reacção Imediata (IRF), mais pequenas e de menor potencial e Forças de Reacção Rápida (RRF), mais volumosas e com maiores possibilidades. Ambas possuem elementos terrestres, aéreos e navais.
- Forças de Defesa Principal (MDF) – constituem o grosso das forças militares da Aliança e compreendem as formações nacionais e multinacionais com variados níveis de prontidão.
- Forças de Aumento (AF) – que constituem as restantes forças da NATO e estão destinadas ao reforço de qualquer região ou Comando e contribuem para a dissuasão, resolução de crises e a defesa da Aliança.

c. Forças para Operações Conjuntas Aliadas

A NATO foi sucessivamente adaptada para aumentar a sua capacidade de contributo para a estabilidade e paz Euro-Atlântica. Reformas internas incluem uma nova estrutura de comando, incluindo o Conceito de Forças para Operações Conjuntas Aliadas (*Combined Joint Task Force – CJTF*), a criação de planos que permitam um rápido emprego de forças para a totalidade das missões da Aliança e o estabelecimento da Identidade de Segurança e Defesa Europeia.

Em tempo de paz, as forças disponíveis, para integrarem as formações multinacionais, podem ser divididas em três categorias:

- As forças sob comando NATO - são aquelas que, desde o tempo de paz, estão colocadas sob o comando ou o controlo operacional de um comandante NATO.
- As forças atribuídas à NATO - são forças que as nações acordaram em colocar sob o comando ou o controlo operacional de um comando NATO, desde que determinadas condições específicas ocorram, de acordo com o sistema de alerta NATO, ou conforme estabelecido em acordos especiais.
- Forças previstas para atribuição à NATO - são aquelas que as nações anuíram em colocar sob um comando NATO, num futuro possível.

A capacidade das forças conjuntas aliadas, em tempo de paz, crise e conflito, depende da sua efectiva e eficiente interoperabilidade. As Operações Conjuntas Aliadas devem ser preparadas, planeadas e conduzidas por forma a tirar partido das capacidades dos países participantes e das forças que eles disponibilizam.

3. CONCEITO DE MOVIMENTO E TRANSPORTE (*MOVEMENT AND TRANSPORT – M&T*) DA NATO

a. Conceitos

O novo Conceito Estratégico da Aliança trouxe novas implicações ao seu apoio logístico, surgindo este como uma responsabilidade colectiva, a estrutura da Aliança deve garantir, individualmente ou em cooperação, o provimento dos recursos logísticos para as forças a si atribuídas em tempo de paz, crise e conflito, incluindo o apoio adequado para a mobilidade estratégica, movimento e transporte daquelas forças.

O sistema de movimento e de transporte (*M&T*) deve estar apto a responder pelo emprego logístico da força, sequencialmente e em simultâneo. No conceito da NATO, os vocábulos movimento e transporte nunca se encontram dissociados. Assim, movimento é a actividade que envolve a mudança de localização do pessoal, equipamento e dos abastecimentos, como parte de uma operação militar. Transporte é o meio de efectuar esse movimento.

As nações com responsabilidades pelo envio de forças (*Sending Nations*) são responsáveis pela obtenção, emprego e sustentação dos seus recursos de transporte. São, igualmente, responsáveis pelo planeamento e controlo do movimento das suas componentes nacionais que integrarão as forças multinacionais.

Uma Sending Nation ao assumir a responsabilidade de garantir determinado apoio logístico a todas as outras, terá de ter o estatuto de nação líder (*Lead Nation*).

A nação hospedeira (*Host Nation*), onde se verificará o desembarque, é a ultima autoridade para aprovação do movimento e transporte no seu próprio território.

b. Modos de transporte

A selecção do modo de transporte para uma determinada missão requer um certo critério, onde ressaltam a economia, a eficiência e segurança dos recursos disponíveis. O tipo de envolvimento militar, a constituição da força e o seu local de emprego influenciam o modo de selecção.

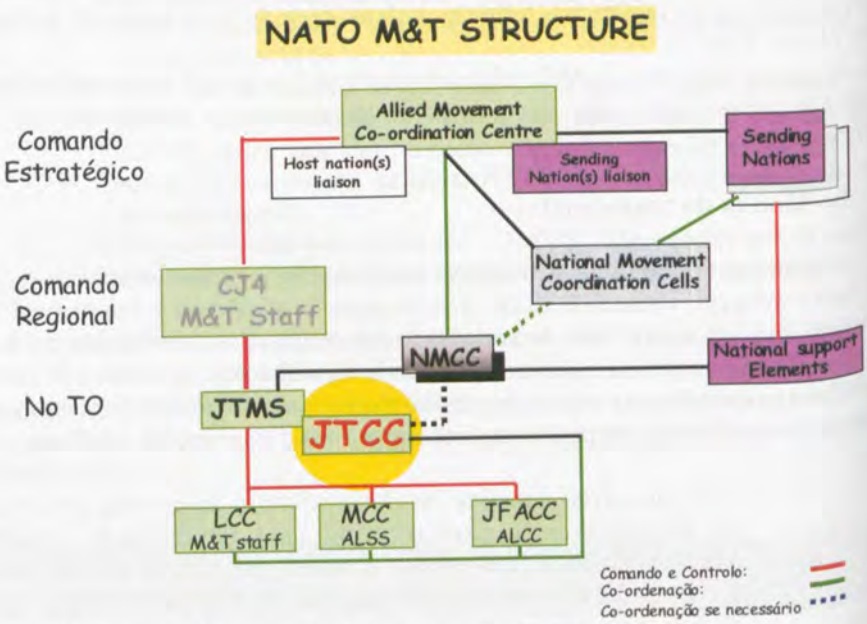
Fundamentalmente, consideram-se dois tipos de modo de transporte (aéreo e de superfície) disponíveis para a conduta de operações militares:

- O modo aéreo consiste no deslocamento efectuado por aviões ou helicópteros, é caracterizado pela flexibilidade, rapidez, elevados custos de operação e limitada capacidade de transporte. É um meio universal, com capacidade para ultrapassar todas as fronteiras físicas e num curto espaço de tempo.
- O de superfície inclui deslocamento marítimo, rodoviário, ferroviário e marítimo interior. Este modo é condicionado pela geografia existente e pelas infra-estruturas disponíveis.
- O marítimo proporciona a movimentação e deslocamento de mercadorias em grandes volumes, de forma económica e para grandes distâncias. Como contrapartida, apresenta elevados custos fixos e de terminais que se apresentam como condicionantes da própria localização dos portos.

O transporte rodoviário, pela sua flexibilidade, é a principal chave do sistema integrado de transporte. Permite as ligações entre aeroportos, portos de desembarque marítimos, centros ferroviários e os locais onde as forças se encontram aquarteladas.

O ferroviário permite o transporte de grandes quantidades de pessoal, equipamento e abastecimentos, a grandes distâncias. Caracteriza-se pela resistência e economia sendo, contudo, condicionado pela rigidez dos seus traçados e pelos diferentes tipos de bitolas empregues.

4. ESTRUTURA DO SISTEMA DE MOVIMENTO E TRANSPORTE (M&T) NATO



a. Estrutura Nacional de Movimento e Transporte

(1) *Sending Nation (SN)*

A estrutura nacional (entendida como o país de envio de forças) organiza os planos e o controlo do movimento. Obtém os recursos de transporte de forças integradas em componentes multinacionais, desde o território nacional até o seu destino final. Estes recursos, encontram-se definidos nas Listas de Colocação Aliadas (*Allied Disposition List – ADL*).

A sua organização varia de nação para nação. Estas trabalham e conjugam os seus esforços por intermédio dos seus Ministérios da Defesa e o Centro Aliado de Coordenação do Movimento (*Allied Movement Co-ordination Centre-AMCC*).

Dentro do Teatro de Operações, as nações podem usar os seus Elementos Nacionais de Suporte (*National Support Element-NSE*) para coordenar as suas necessidades com o Centro Nacional de Coordenação do Movimento (*National Movement Co-ordination Centre -NMCC)* e os Subcomandos Regionais Combinados *(Joint Sub Regional Commando JSRC)/Combined Joint Task Force (CJTF).*

(2) *National Support Element (NSE)*

Os NSE determina o apoio e coordena a recepção, inicio do movimento, manutenção e reemprego das forças nacionais com a nação hospedeira e o comando NATO, como requerido.

(3) *Host Nation, National Movement Co-ordination Centre (NMCC)*

Aprova, coordena e controla os movimentos aéreos, marítimos e terrestres dentro das nações hospedeiras como suporte das operações da NATO, em ordem a garantir que todos os elementos sejam executados conforme os requisitos do comando operacional. A organização deste centro inclui ligação com as organizações responsáveis pelo controlo aéreo e marítimo. Quando activado, pode incluir representantes das nações envolvidas, e um representante do comando NATO, se solicitado.

(4) *Lead Nation (LN)*

O País assume a responsabilidade de oferecer um determinado apoio logístico a todos os outros que compõem uma força multinacional. Adopta a direcção no planeamento e controlo de emprego do transporte e coordena os recursos de transporte oriundos de várias nações.

b. Estrutura de Movimento e Transporte NATO

(1) *Allied Movement Co-ordination Centre (AMCC)*

Administra o movimento estratégico que envolve o total emprego e manutenção de transporte desde os aquartelamentos

iniciais até ao seu destino final, conforme definido nas Allied Disposition List. Também incluem os requisitos, objectivos e prioridades designados pelo comando NATO.

(2) *Regional Commands CJ4*

Desenvolve, implementa os planos e directivas de movimento e transporte e estabelece prioridades de aplicação das tarefas do comando regional. Concentra-se em todos os aspectos de transporte operacional, dentro da região, em coordenação com a nação hospedeira.

(3) Célula Conjunta de Coordenação de Transportes *(Joint Transportation Co-ordination Cell -JTCC).*

É responsável pela gestão e utilização dos meios de transporte no Teatro de Operações, bem como por manter actualizada a informação sobre movimentos.

(4) Centro de Coordenação Aéreo Regional (*Regional Airlift Co-ordination Centre*).

Planeia, coordena, executa e controla as operações de transporte aéreo dentro da área de responsabilidade.

(5) Comando da Componente Terrestre *(Land Component Command M&T Staff)*

Estabelece a coordenação do movimento e transporte dentro da área de operações.

(6) Comando da Componente Marítima *(Maritime Componente Command -MCC)*

Proporciona o apoio logístico para a Força Multinacional Marítima e define o ponto inicial de embarque para pessoal, carga e correio destinado de e para unidades flutuantes.

5. ORIENTAÇÃO DE PLANEAMENTO

Os planos de movimento são parte do Processo Operacional de Planeamento. O desenvolvimento operacional destes planos como suporte das operações da NATO será um processo interactivo e pode iniciar-se com orientações limitadas de ordem política e militar.

O Planeamento da força passará por identificar todas aquelas que necessitem de cumprir os requisitos operacionais estabelecidos no conceito de operação, de forma a garantir a entrada dessas forças na Área de Operações, em conformidade com as prioridades e o tempo disponível definidas pelo comando NATO. O produto final deste planeamento é o *Multi-National Detailed Deployment Plan (MNDDP).*

a. Principais componentes e sequência do plano de movimento

(1) Declaração de Necessidades (*Statement of Requiremensts- SOR*)

O Comando Estratégico, em estreita coordenação com o comando NATO, fornece a declaração de necessidades às diferentes nações e o SOR lista as forças necessárias para o cumprimento da missão, segundo o conceito do comando NATO. Aquela declaração é normalmente ajustada de acordo com as inquirições feitas junto das nações integrantes, durante as conferências de formação e avaliação das necessidades.

Baseado nessa mesma lista, as diferentes nações, por sua vez, identificam e disponibilizam os meios para apoio à operação definida.

(2) Lista de requisitos dos Aliados (*Allied Disposition List - ADL)*

Esta lista descrimina os requisitos e necessidades, faseados segundo o estágio da operação das forças participantes numa determinada operação. A ADL especifica, então, os requisitos operacionais listando a data de empenhamento, prioridades, porto de desembarque e o destino final de cada Unidade, já no TO.

(3) Plano detalhado de emprego (*Detailed Deployment Plan – DDP*)

Baseado na ADL e reconhecendo as limitações existentes, as nações desenvolvem o seu DDP, tendo em consideração os seguintes aspectos:

- Paletização/contentorização dos materiais da força;
- Faseamento da operação;
- Linhas de comunicação;
- Modos de transporte;
- Atribuição dos meios de transporte.

É essencial a identificação atempada das capacidades de apoio e de infra-estruturas da nação hospedeira.

Este plano responde, no fundo, ao que se pretende transportar, quando, para onde e como se efectuará esse movimento.

b. Sequência do Planeamento

Numa primeira fase, realiza-se um desdobramento do DDP ao nível nacional das forças integrantes. Posteriormente, o DDP nacional é testado através de simulações sequenciais num sistema informático (*Allied Deployment and Movement System -ADAMS*), as quais irão avaliar a executabilidade do mesmo, fornecer informação para a análise e melhoramento do plano de movimento, identificando possíveis falhas para posterior resolução em ciclos de planeamento subsequentes.

c. *Allied Deployment and Movement System (ADAMS)*

O ADAMS é uma parte do Subsistema Logístico Funcional de Área (*Logistics Functional Area Subsystem – LOGFASS*). Este sistema, é utilizado para simular o planeamento e evolução das operações de movimento e transporte, em apoio das operações da NATO, bem como para a transferência de informação, entre nações. Orienta as entidades com responsabilidade pelo planeamento no desenvolvimento dos planos de emprego e na aferição da sua praticabilidade.

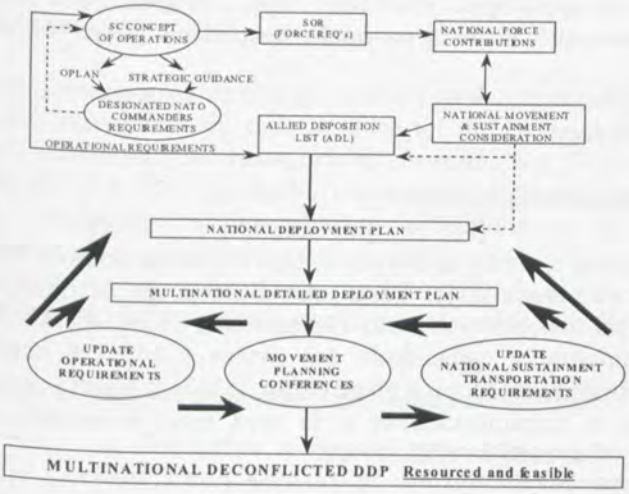
Consiste em diversas aplicações de software, todas elas ligadas a um centro de dados, LogBASE, para armazenamento da sua informação relativa ao movimento. O ADAMS partilha esta base de dados com dois outros sistemas LOGFASS, o *Logistic Reporting (LogRep)* e o ACE *Resource Optimisation Software System (ACROSS)*

d. *Operational Planning Process*

Inclui múltiplas fases operacionais dependentes da situação em que o M&T assumirá o maior contributo para o emprego dos meios Estratégico, Operacional e Táctico associados com o seu planeamento e execução.

e. *Movement Planning Process*

Segue as linhas do plano operacional. O desenvolvimento do Multi-National Detailled Deployment Plan (MNDDP), produto final do Movement Planning Process (MPP), segue a sequência registada no gráfico, que abaixo se apresenta:



O ADAMS pode ser usado para standardizar, solucionar problemas e acelarar o Movement Planning Process.

6. A PROJECÇÃO DE UMA UNIDADE DE ARTILHARIA ANTIAÉREA EM OPERAÇÕES NO ÂMBITO DA NATO – UMA PROPOSTA

Tomando como consideração uma Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Chaparral, Encargo Operacional tipo do GAAA/RAA1, da BLI e da BMI, de limitada mobilidade e elevada tonelagem, para efectuar um cálculo de M&T, desde o território Nacional até um determinado Teatro de Operações, dever-se-á considerar:

- O escalão de forças a projectar;
- Localização do Teatro de Operações;
- Modo de transporte a utilizar, considerando o deslocamento de pessoal e material.

Atendendo a estes pressupostos, são de ponderar três diferentes métodos de transporte:

- Estratégico (de Portugal para o TO estrangeiro);
- Operacional (desde o ponto de desembarque até à ZA);
- Táctico (na própria ZA).

O transporte estratégico, efectuado desde a origem (*Send Nation*) até ao local de desembarque, situado na nação hospedeira *(Host Nation)*, poderá ser efectuado:

⇒ *Por via aérea*

➢ Transporte de pessoal

Com o recurso a meios militares do tipo C-130 ou através do fretamento de serviços a empresas civis. Para uma Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Chaparral que, no total, tem 193 homens, entre Oficiais, Sargentos e Praças e, atendendo à capacidade dos aviões C-130 (78 homens), serão necessários 3 destes aviões, ou a efectivação de três viagens.

O recurso a transportadoras civis será mais económico, podendo o transporte ser efectuado de uma só vez.

➢ Transporte dos materiais e equipamentos

Face às elevadas cubicagens e tonelagem a transportar, não se apresenta viável o transporte em meios aéreos. A capacidade de carga de um avião Locked C5 Gallaxy é de 220.000 libras (100.000 Kg) o que, para esta transferência, seria de considerar cinco viagens. Este recurso será sempre, no entanto, condicionado pela capacidade de carga dos aviões.

⇒ *Por via marítima*

Em meios militares ou com recurso a transportadoras civis.

Permite o transporte de todo o material da Bateria de uma só vez. Actualmente, este modo de transporte é efectuado em Ferry-boats de alto mar, do tipo RO-RO (Roll-on, Roll-of), com elevada capacidade de carga e permitindo o embarque e desembarque directamente, se as condições portuárias assim o permitirem.

Para este modo de transporte, serão considerados três módulos:

1.º Módulo – Transporte de viaturas e unidades de tiro.

Os dados a seguir apresentados, no referente ao número de viaturas e ao seu tipo, devem ser considerados só para efeito de simulação, porquanto estas variam com o tipo de materiais utilizados.

	Comprimento (m)	Largura (m)	Altura (m)	Peso bruto unitário (Kg)	Nº total viat	Área ocupada	Peso total (Kg)
UMM Cournil	3.85	1.75	2.03	3300	36	242.6	118800
Mercedes 1300L	5.870	2.320	2.830	7250	8	108.9	58000
DAF	7.19	2.44	3.42	11000	12	210.5	132000
Auto tanque Comb 4500l	6.680	2.439	2.578	11000	1	16.3	11000
Auto maca	4.355	1.69	2.2	2720	1	7.36	2720
Auto sistema Chaparral	6.06	2.69	2.90	13148	12	195.6	157776
Auto PS Médio	7.10	2.334	2.545	6800	1	781.3	6800
Total					71	1562.6	487096

Verifica-se, assim, que se torna necessário transportar cerca de 488 toneladas ou a utilização de uma área no porão do navio de 1,563 metros quadrados.

2.º Módulo – Transporte do armamento, mísseis e munições.

Utilização de um contentor fechado, do tipo comercial de 40 pés com capacidade de 65.3 m3 e tara máxima de 30.480 Kg. Neste, seriam transportados os 144 mísseis orgânicos das 12 unidades de tiro da Bateria, além do outro armamento.

3.º Módulo – Transporte dos meios de comunicações.

Da mesma capacidade do anterior.

4.º Módulo – Transporte do restante material.

Da mesma capacidade do anterior.

O plano de carregamento das viaturas poderá estabelecer que quantidades de material poderão ser acondicionados nas suas caixas, possibilitando, assim, a redução de um dos módulos anteriores.

Após o desembarque dos materiais, o transporte operacional das Unidades de Tiro Chaparral será efectuado em plataformas adequadas, desde os pontos de desembarque até à Zona de Acção da unidade.

Este transporte, pela especificidade do material, será efectuado com meios da nação hospedeira ou ao recurso dos de outras nações, através da Célula Conjunta de Coordenação de Transportes (JTCC).

7. CONCLUSÕES

A principal missão da NATO é a de garantir a segurança e a integridade territoriais dos seus estados membros. As suas forças constituídas poderão via a ser chamadas a contribuir para a paz e a estabilidade globais, em apoio dè esforços no âmbito da ONU, da UEO e da OSCE. Em crises que venham a afectar a segurança dos seus membros, as forças aliadas poderão vir a ser empregues para demonstrar a solidariedade e o nível de prontidão da Aliança, dissuadindo potenciais adversários do uso da força.

Reformas internas da NATO passaram a incluir uma nova estrutura de comando, incluindo o conceito de Forças para Operações Conjuntas Aliadas (Conbined Joint Task Force), a criação de planos que permitam um rápido emprego de forças para a totalidade das missões e o estabelecimento da Identidade de Segurança e Defesa Europeia.

O novo Conceito Estratégico da Aliança trouxe novas implicações ao seu apoio logístico, acentuando o conceito de responsabilidade colectiva pelo movimento dos recursos logísticos dos seus membros, incluindo apoio adequado para a mobilidade estratégica, movimento e transporte das forças.

Calcula-se que, por exemplo, os meios de transporte aéreos dos membros europeus da Aliança, sejam da ordem de 10%, relativamente aos dos Estados Unidos da América.

Individualmente cada nação, pelas suas restrições logísticas e os custos elevadíssimos que a projecção de uma força implicam, vê-se limitada para, por si só, o conseguir fazer.

Só com soluções multinacionais poderá ser ultrapassada esta limitação. A variada lista de possibilidades de partilhar apoio logístico entre nações, cada vez mais se complementa pela participação de empresas civis em grande escala e a todos os níveis.

BIBLIOGRAFIA

The Alliance´s Strategic Concept.

Allied Joint Movement and Transpotation Doctrine AJP-4.4.

Multinational Joint Logistic Centre Doctrine AJP-4.6.

Military Concept for NATO Peace Support Operations MC 327/1.

NATO Principles and Policies For Logistics MC 319/1.

NATO Principles, Policies and Concept for Movement and Transportation MC 316/1.

Martínez, Frederico Bordás Comandante Infantería – Multinacionalidad de la Logística – Ejército de Tierra Español – Março de 2001.

SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA (Parte I)

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
CAETANO DE SOUSA

OS TRATADOS DO PÓS – II GUERRA MUNDIAL (BRUXELAS E WASHINGTON)

A EUROPA DO PÓS - II GUERRA

A Europa do século XX, a Europa das grandes transformações e desafios, foi palco de acontecimentos mundiais profundamente marcantes. Ainda com a guerra a decorrer, mas perspectivando-se uma vitória dos países aliados, estabelecem-se em Yalta as grandes linhas da Europa pós-guerra.

No fim da II Guerra Mundial, tal como também tinha sucedido na I Grande Guerra, e de uma forma imediata, surgiram as tentativas de intervenção e de interferência das diferentes potências vencedoras. Intensificam-se os esforços na procura da estabilização da situação internacional, do equilíbrio geoestratégico e a partilha de zonas de influência, tal como a procura de soluções internacionais, que de uma forma global pudessem contribuir para alcançar os objectivos preconizados pelas potências vencedoras. Quando em Maio de 1945, tem lugar a rendição da Alemanha, a Europa encontrava-se destroçada moral e materialmente. Como ponto fulcral do debate internacional e preocupação dominante, ressaltou para as nações aliadas a forma como se iriam aplicar os acordos na Alemanha vencida.

As diferentes tentativas de intervenção da União Soviética na Grécia, Turquia e Jugoslávia e restantes países de Leste, gerou a consciência de que

só efectivamente um sistema colectivo de defesa entre os países ocidentais, com o apoio político e económico dos Estados Unidos da América, era susceptível de vir a fazer face às ameaças que então se colocavam, num futuro que se avizinhava difícil para os países europeus. No entanto na consciência destes países, residia também uma profunda preocupação pelo risco de renascimento do poderio militar alemão, mesmo após a sua derrota.[1] A perspectiva de uma terceira força, colocada entre as duas superpotências e projectada naturalmente pela Grã-Bretanha e pela França, preenchia os discursos oficiais da época, sendo na verdade a Grã-Bretanha, o verdadeiro pólo de referência da Europa ocidental, em termos do novo quadro da política de segurança a edificar.

A expansão soviética e da sua ideologia dominante o comunismo, concretizava-se com a ocupação por parte desta, dos estados bálticos e de partes da Finlândia, da Roménia, da Polónia, da Checoslováquia e da Alemanha Oriental, seguindo-se o controlo político de quase toda a Europa Central e Oriental. Exercendo de uma forma objectiva uma forte pressão na Europa de Leste e na Ásia (Irão, Manchúria, Coreia do Norte, Sudeste Asiático), a União Soviética não deixava igualmente de exercer uma forte coacção sobre o Sul da Europa, nomeadamente sobre a Grécia e a Turquia.

Em 1947, perante o Congresso americano, as palavras de Truman deram fé e esperança aos europeus ocidentais.

[1] DUMOULIN, André e REMACLE, Eric – *L'Union de L'Europe occidentale (Phenix de la défense européene)*, Bruxelles, Bruylant, 1998, pp. 3 a 10.

Com a crise no seu auge em 1947, os EUA respondiam com a *Doutrina Truman e o Plano Marshall*. A *doutrina Truman* visava essencialmente apoiar como referiam os documentos oficiais, os povos livres que resistiam às tentativas de subjugação de minorias armadas ou de pressão externa. Como consequência desta política arrojada, resultou a ajuda fornecida à Grécia e Turquia no valor de 400 milhões de dólares.[2] A implementação *do plano* Marshall, por sua vez destinado a recuperar economicamente a Europa, fez reagir os dirigentes soviéticos, que sempre rejeitaram este apoio, facto que veio contribuir para os países de Leste aumentarem a sua política de confrontação e de desafio em direcção ao Ocidente.

A Acta de Cooperação Económica (nome oficial do Plano Marshall) aprovada pelo Congresso norte-americano na Primavera de 1948, garantiria uma ajuda económica à Europa Ocidental no valor de cerca de 13 mil milhões de dólares, sendo o Reino Unido o país que mais viria a beneficiar com a ajuda dos EUA. Este plano constituiu uma verdadeira parceria económica entre os EUA e a Europa, em que a NATO viria posteriormente a dar uma forma militar. Os EUA visaram em primeira análise com o plano Marshall, toda uma estratégia de integração europeia e de criação de uma ordem de paz, com o objectivo primordial da cooperação entre os países europeus, reforçando na verdade o espírito de uma união europeia para o futuro. O COMECON (Organismo de Auxilio Mútuo e Económico) como resposta intentada pelos países de Leste, não conseguiu atingir a eficácia do plano Marshall, pelas maiores dificuldades económicas da maioria dos países de Leste.

O golpe de estado de Praga em 1948, o bloqueio de Berlim e a invasão da Coreia do Sul, justificavam cada vez mais a preocupação e o esforço defensivo das democracias ocidentais. O desenvolvimento da chamada Guerra Fria, viria reequacionar as actividades de defesa inicialmente previstas pelos países ocidentais e ainda em gestação, para aparecerem posteriormente e de uma forma mais objectiva e pragmática sob o controlo da Aliança Atlântica, liderada pelos Estados Unidos.

O *TRATADO DE BRUXELAS*

Em 4 de Maio de 1947, a Grã-Bretanha e a França assinam o Tratado de Dunquerque (Pacto de Defesa), numa manifesta intenção de preservar a

[2] SANTOS, Silvestre dos – "A reformulação da OTAN face às novas realidades políticas", *Revista do Instituto da Força Aérea*, nº 8, Dezembro de 1995, p.28.

sua segurança, ainda que com um relativo alcance prático.[3] As iniciativas para a extensão do Tratado de Dunquerque, seriam feitas em primeira mão por Ernest Bevin, Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, e foram traduzidas no seu discurso de 22 de Janeiro de 1948, sobre a necessidade de salvaguardar a Europa democrática.[4]

Em simultâneo nos EUA, em 12 de Março do mesmo ano, têm lugar os discursos que haveriam de marcar a história do século XX, os famosos discursos de Truman e Marshall. A inquietação demonstrada pelos países do Benelux, no tocante às garantias de segurança e defesa, haveria de culminar com a assinatura em 17 de Março de 1948 do Tratado de Bruxelas, entre o Reino Unido, a França, a Holanda, Bélgica e o Luxemburgo. A base para a fundação da União da Europa Ocidental (UEO), irá consubstanciar-se neste tratado, constituindo o mesmo, efectivamente, uma extensão do Tratado de Dunquerque atrás referido.

O Tratado de Bruxelas

A questão subjacente das diferentes ameaças, continuava a dominar os múltiplos domínios de intervenção, considerando-se sintomático o preâmbulo do Tratado, ao incluir a necessidade de implementar medidas em caso de repetição de uma política de agressão por parte da Alemanha. Esta aliança a cinco, protagonizada e incentivada essencialmente pela Grã-

[3] Para Adriano Moreira "foi o vivido perigo alemão que inspirou o Tratado de Dunquerque, assinado entre a Inglaterra e a França...", *Conferência Intergovernamental de 1996*, ed. IDN, p. 59.

[4] GERBET, Pierre – "Défense commune et problèmes institutionnels", *La Défense de L´europe*, (Dir. GIRARDET, Raoul), Éd. Complexe, 1988, p. 28.

Bretanha permitia conceituar o triplo principio estatutário da legitima defesa[5]: o colectivo, pela qual todos os membros participariam na defesa de cada um; no apoio mutuo, pois cada membro desta aliança deve participar na defesa de cada um; e na participação automática de cada membro, por todos os meios ao seu alcance.

O Tratado de Bruxelas apresenta um conceito alargado de intervenção, multifacetado quanto aos temas aí vertidos, ao vincular-se ele próprio como um *Tratado de colaboração em matéria económica e cultural e de legítima defesa colectiva*. O novo Tratado como considera Willem van Eekelen...*was short in lengh – only ten articles – but was wide in scope, covering political, economic and security issues.*[6] Na verdade os seus três primeiros artigos, invocam as preocupações de política económica e da necessidade de harmonização de trocas comerciais entre os seus membros, da harmonização das práticas sociais e ainda do aprofundamento dos princípios que *são a base de uma civilização comum*, com vista a permitir desenvolver os valores culturais. O artigo IV representa por sua vez, a relação mais forte a estabelecer entre os signatários, ao instituir o princípio da legítima defesa colectiva. Em caso de agressão a um membro, os restantes em conformidade com o artigo 51.° da Carta das Nações Unidas, uniriam os seus esforços para assistirem ao estado que fosse objecto de agressão. Algumas das disposições emanadas, reflectiam uma predisposição inicial para tomadas de acção concretas, nomeadamente: uma periodicidade trianual das sessões do Conselho consultivo e que reuniria os 5 ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados membros; a criação de um orgão permanente (Comissão permanente) ao nível diplomático e ainda do levantamento de um Comité de Defesa e de um Comité Militar sedeado em Londres, sendo o primeiro representado pelos respectivos ministros da Defesa. O Comité Militar permanente teria como funções a preparação de planos de defesa, o inventário de forças e a elaboração da estratégia. A União Ocidental, conhecida também como "Brussels Treaty Organization-BTO" génese directa da UEO, criada pelo Tratado de Bruxelas,[7] consagrava uma aliança

[5] DEHOUSSE, Franklin e DEMARET, Paul – "Une organization née de la guerre froid", *Problèmes politiques et sociaux*, n° 745, septembre de 1995, p. 9.

[6] EEKELEN, Willem van – *Debating European Security (1948-1991)*, Sdu publishers, The Hague, Centre for European Policy Studies, Brussels, 1998, p. 3.

[7] O Tratado estabeleceu a criação de 2 organismos políticos: o Conselho Consultivo, constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 5 países membros; a Comissão Permanente, constituída pelos chefes das 4 Missões Diplomáticas em Londres e um representante britânico com a categoria de Embaixador. *Traité de Bruxelles amendé par le Protocole modifiant et complétant le Traité de Bruxelles, signé à Paris, le 23 octobre 1954*. Textes du traté et des Protocoles, WEU Brussels, sd..

defensiva de cariz militar, mas que visava igualmente o fortalecimento da cooperação económica, política e cultural dos signatários. A organização da União Ocidental, tinha entre outras as seguintes funções: fortalecer, coordenar e integrar o potencial militar de cada país; estudar os problemas estratégicos da defesa da Europa Ocidental; prever os orgãos de comando para atender a qualquer emergência. [8] Esta União é a primeira grande iniciativa, que tem como objectivo concretizar o verdadeiro sentido do espírito europeu, e com a qual uma geração de extraordinários homens políticos que viveram a II Guerra Mundial sonharam, destacando-se entre eles, Churchill, Monet, Schumman, De Gaulle, Spaak, Adenauer entre outros.

O TRATADO DE BRUXELAS MODIFICADO

Em 1952 surge a tentativa falhada de criar a Comunidade Europeia de Defesa (CED). Era objectivo primordial fazer participar a República Federal Alemã, no conjunto mais vasto da defesa e segurança europeia, no entanto vicissitudes várias levam a Assembleia Nacional Francesa a não ratificar este acordo. A CED iniciativa do primeiro ministro René Pleven, no sentido de uma comunidade de defesa, fora imediatamente aceite pelo chanceler alemão Adenauer. Esta organização não pretendia ser somente uma organização militar. Para muitos dos seus inspiradores e apoiantes era o caminho certo para a integração política da Europa...*En France, le project de CED déclanche un violent débat de principe. Pour les partisans de l'armée europeène, c'est l'occasion de créer l'irréversible, de mettre fin à l'antagonisme Franco-Allemand. Pour les opposants – le plus illustre étant le général de Gaulle – , la France, en abandonnant sa défense à une entité suprationale, se trahirait.*[9] As diversas vicissitudes que acabariam por integrar o processo da CED, em volta da questão alemã e de contradições e sensibilidades principalmente oriundas das formações políticas francesas, conduziriam aos Acordos de Paris, assinados de 21 a 23 de Outubro de 1954.[10]

---

[8] Western European Union, " History, Structures, Prospects", *WEU Press & Information Service*, June 1995.

[9] DEFARGES, Philippe Moreau – *Relations Internationales (Questions régionales)*, Éditions du Seuil, 1993, p. 59.

[10] DEHOUSSE, Franklin e DEMARET, Paul, "Une organization née de la guerre froid", *Problèmes politiques et sociaux*, nº 745, septembre de 1995, pp. 9 a 12.

O Tratado de Bruxelas Modificado

A UEO é então formalmente criada, através de uma modificação do Tratado de Bruxelas. A União da Europa Ocidental passava agora a integrar para além dos 5 países fundadores da União Ocidental, a República Federal da Alemanha e a Itália. Os principais objectivos, tinham em especial atenção a criação na Europa Ocidental de um espaço consistente, que permitisse a rápida recuperação económica, um apoio comum face a políticas de agressão, e a promoção e encorajamento da construção da unidade na Europa, numa verdadeira dimensão democrática e livre. O artigo V do Tratado, passaria a consignar de forma efectiva os objectivos desta aliança defensiva entre estados soberanos pela participação de todos os estados membros na defesa de cada um.

A UEO é então formalmente criada a partir da uma modificação do Tratado de Bruxelas...

O Tratado de Bruxelas Modificado, apresenta em relação ao anterior Tratado de Bruxelas, substanciais diferenças em especial ao nível da eliminação das referências anti-alemãs e da criação da UEO como organização capaz de cumprir com as solicitações decorrentes do Tratado Modificado, a criação da Agência de Armamentos e ainda, uma série de restrições ao nível do armamento nuclear e químico e rearmamento em geral, impostos à RFA. Os seus orgãos principais seriam o Conselho da UEO (constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos 7 países membros, e por vezes os ministros da Defesa); a Assembleia da UEO (com sede em Paris); a Agência para o Controlo de Armamentos e o Comité Permanente de Armamentos.

O TRATADO DE WASHINGTON

As iniciativas americanas no campo da defesa e da segurança, apoiavam-se então nas teorias geoestratégicas de Spykman professor da Universidade de Yale, que previa a oposição entre o *poder terrestre* e o *poder marítimo* e conceituava o chamado *Heartland*, que Mackinder já tinha falado.[11] Por outro lado o bloqueio de Berlim, como vimos, vem apressar ainda mais os esforços de organização da defesa ocidental. Foi Ernesto Bevin, Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo trabalhista Britânico, que pela primeira vez sugeriu que os Estados Unidos se unissem à Europa num pacto militar, com o objectivo de conter a União Soviética no seu avanço para o Ocidente.

As conversações preliminares iniciaram-se em Washington e o texto do Tratado seria publicado em Março de 1949. Os EUA, o Canadá, e os signatários do Tratado de Bruxelas, convidariam a seguir a Dinamarca, a Islândia, a Itália e Portugal, a aderir ao novo Tratado. Em 4 de Abril de 1949, o Tratado do Atlântico Norte, foi assinado em Washington e ratificado nos cinco meses seguintes pelos respectivos Parlamentos.[12] Mais tarde foram admitidas a Grécia e a Turquia em 18 de Fevereiro de 1952, a RFA em 1955 e a Espanha em 1982. O Tratado do Atlântico Norte veio desta forma garantir a constituição de uma estrutura política e militar para uma aliança internacional, estabelecida para prevenir ou repelir uma eventual agressão.

---

[11] SANTOS, Silvestre dos – "A reformulação da OTAN face às novas realidades políticas", *Revista do Instituto da Força Aérea*, ob.cit., p.28. Ver também DOUGHERTY, James; PFALZGRAFF, Robert – *Contending theories of International Relations: A Compreensive Survey*, New York, Harper & Row, Publishers, Second Edition, 1981, pp.63 a 65.

[12] *The North Atlantic Treaty*, http:www.nato.int/docu.htm

Tem duração indefinida e providencia a cooperação e a consulta contínua em assuntos políticos, económicos e militares.[13]

No auge das diversas discussões sobre esta matéria, o próprio Departamento de Estado Norte Americano, fez divulgar um documento intitulado *Difference between the North Atlantic Treaty and Traditional Military Alliance*.[14] Este documento defendia que a NATO não fora concebida para preservar o *status quo* na Europa, mas sim a defesa um princípio e não um território, referindo o próprio presidente da Comissão do Senado, Tom Connaly, de que o Tratado constituía, não uma Aliança Militar, mas uma Aliança contra a própria guerra. [15]

A NATO como escudo na defesa da liberdade

O aparecimento da NATO em 1949, com sobreposição ao nível das estruturas militares da União Ocidental, vem condicionar e diluir a importância e eficiência dos organismos então criados. A Organização do Tratado do Atlântico Norte, acabou por tornar-se uma forma de ligar a

[13] NATO *Handbook*, 50th Anniversary, 1998, pp. 23 a 26.
[14] KISSINGER, Henry - *Diplomacia*, Grádiva., p. 400.
[15] *Idem*.

América à Europa, dado que todas as análises entretanto realizadas, apontavam no sentido de que a Europa Ocidental, não teria força suficiente para fazer face a um eventual ataque soviético.

A NATO tal como todas as instituições internacionais é um organismo interestadual, em regra com personalidade jurídica internacional, competência especializada e não genérica, instituída por tratados e sujeito à ratificação pelos orgãos soberanos de cada estado membro. No espírito e na letra dos artigos do Tratado, vincula-se sempre que a finalidade primária da NATO é proteger a liberdade e a segurança de todos os seus membros, por meios políticos ou militares de acordo com a Carta. É uma organização intergovernamental, na qual os países membros conservam toda a sua independência e soberania.

Destaca-se naturalmente o artigo 5.º, em que os países signatários, concordam em considerar que um ataque armado contra qualquer dos signatários é como um ataque contra todos, permitindo o recurso do uso da força se necessário para restabelecer e manter a segurança individual e colectiva como legítima defesa, conforme o expresso no artigo 51.º da Carta das Nações Unidas. O espaço geográfico que este tratado vincula abrange a Europa Ocidental, a América do Norte, o Oceano Atlântico Norte, a Norte do Trópico de Câncer e o Mediterrâneo.

Na verdade, o forte empenhamento dos Estados Unidos em todo o processo de defesa europeia, o rearmamento e o problema da Alemanha, vieram impulsionar as decisões da Aliança. Resultava assim a criação de um Comando unificado da NATO, o SACEUR atribuído ao General Eisenhower e a assunção da presença alemã em igualdade com os restantes países ocidentais, pressupondo-se o fim do estatuto de ocupação deste país.

Com o controlo operacional dos EUA sobre todo o dispositivo de defesa europeu, ficava explícita a inutilidade do desenvolvimento de uma organização com características político/militar, plenamente europeia e dirigida para a vertente de segurança e defesa, como eram os objectivos inicias da União Ocidental. Restava assim a colaboração em domínios da política, e de política geral interventiva, em actividades da sociedade civil e ainda em projectos de natureza científica e tecnológica.

A revisão do Tratado de Bruxelas, cinco anos após o Tratado de Washington procurou fundamentalmente aproximar os interesse americanos dos europeus, garantindo à UEO agora criada, uma articulação expressa com a NATO, salvaguardando a liderança da NATO nas decisões a tomar, consagrando no artigo IV do Tratado de Bruxelas Modificado, a transferência das responsabilidades militares para a NATO. Em simultâneo a URSS mostrava naturalmente forte oposição ao reforço ocidental, não só

ao nível dos considerandos políticos, mas alegando aspectos e características de natureza formais e jurídica-institucional. Na sua opinião, o Tratado de Washington contrariava o artigo 52.º da Carta, por incluir estados dos dois continentes, e também por pertencerem a essa organização então criada, Estados não-membros das Nações Unidas, para além de violar o artigo 51º, dado oTratado prever a possibilidade de emprego de forças *sem prévia anuência do Conselho de Segurança*, conforme expressa o seu artigo 5º. [16]

O Comité Militar da NATO em Dezembro de 1954, através do relatório, celebrizado com o nome de MC 48, [17] lança a essência da primeira estratégia nuclear da Aliança *como factor primordial de dissuasão, fundamentalmente derivado do conceito subjacente de retaliação maciça*. Esta estratégia assentava basicamente no poder nuclear e viria a surpreender a União Soviética. A NATO através da possibilidade de retaliação maciça, permitia que as forças convencionais pudessem ser apenas *o rastilho que activaria a resposta nuclear*. Esta política de defesa, deu início a um programa de desenvolvimento de projecção de forças e meios de longo alcance, *acompanhado de um projecto de instalação de mísseis balísticos de alcance médio e intermédio orientados para instalação na Europa Ocidental*.[18]

Surgiria contudo em 14 de Maio de 1955, a oponente do pacto de defesa ocidental, o chamado Pacto de Varsóvia, como tentativa de resposta do bloco comunista. Para ambos os blocos, os conceitos e as categorias consideradas para a guerra justa, não eram obviamente comuns. Para o Pacto do Atlântico considerava-se desde a sua formação, a defesa do credo liberal e do individualismo, contra a expansão e agressividade da ideologia comunista, conquanto que para o Pacto de Varsóvia, seriam a libertação dos povos, o socialismo e a conquista do poder pela classe operária. O Pacto de Varsóvia, visava a defesa colectiva do internacionalismo socialista e *pressuponha a aceitação do princípio da soberania limitada pelos seus membros*.

O facto de que, com a constituição destas Alianças se terem gerado na Europa áreas de influência das duas superpotências, o continuado estacionamento de forças militares em toda a Europa, e o posicionamento estratégico do armamento nuclear, permitiu definir espaços de confrontação indirectos desde o Mediterrâneo Oriental ao Golfo Pérsico e, do Médio Oriente ao Sudeste Asiático. O papel interventivo da UEO estava agora praticamente arredado do cenário europeu.

[16] GUEDES, Armando Marques - *Direito Internacional Público*, 3º ano jurídico em 1991-1992, Lisboa 1992, p.248.
[17] ARSÉNIO, José Manuel da Costa – "Excurso diacrónico sobre o controlo de armamentos". *Nação e Defesa* nº 63, Jul/Set 1992, pp. 89 a 107.
[18] *Idem*, p.94.

O desenvolvimento e o *modus facients* de actuação da UEO, ao longo de toda a sua existência, tem submetido esta organização, a uma mera figura de segundo plano, em comparação com a sua congénere a NATO. O facto de ambas as organizações terem nascido, apresentando como característica subjacente a segurança europeia, cedo se percebeu que a actuação em espaços comuns e objectivos próximos, retirariam protagonismo aquela organização, cujos meios, vontade política e poder de acção, estivesse de alguma forma em desvantagem em relação à outra.

Foi assim desde o "nascimento" da NATO, até aos nossos dias, sem que na verdade, diga-se, estigmas ou objecções de fundo, pusessem em causa as virtudes de actuação das duas organizações internacionais, com clara vantagem para as virtualidades e solidez desempenhadas pela NATO, no seu confronto directo e vitorioso com o Pacto de Varsóvia e face às ameaças constantes à paz na Europa, registadas na última metade do século passado. Uma análise realista da evolução do sistema internacional, permite concluir pelo dinamismo único e consequente da intervenção da NATO, ao longo da sua existência, garantindo em simultâneo a coesão dos países ocidentais, tarefa nem sempre fácil, como nos demonstra a história recente da Europa. Por sua vez a UEO, mais por omissão do que por acção efectiva, passaria incólume às principais mutações efectuadas no sistema internacional.

O SISTEMA INTERNACIONAL

ENVOLVENTES E MOTIVAÇÕES

O Sistema Internacional é na sua concepção mais geral determinado pela interacção dinâmica dos múltiplos factores caracterizadores dos principais actores do próprio sistema, e pela realidade das relações de poder existentes em cada momento. As contínuas transformações configuradas pelo Sistema Internacional, concretizam a realidade política internacional, deixando os limites da mesma, normalmente para uma vertente conjuntural e imprecisa. A característica principal do Sistema Internacional, como explicíta Raymond Aron, *...est la configuration du rapport des forces, [e considerando ainda que] ... a chaque époque, les acteurs principaux déterminaient le system plus qu'ils n'étaient déterminés par lui. IL suffit d'un changement de regime à l'interieur d'un des acteurs principaux pour changer le style et parfois le cours des relations internationales.*[19]

[19] ARON, Raymond – *Paix et Guerre entre les nations*, Calmann-Lévy, Paris,1962, p.104.

O Sistema Internacional tal como nos propõe o internacionalista francês René-Jean Dupuy,[20] numa abordagem conceptual, refere que na actual situação mundial os Estados encontram-se subordinados, deslocados e submersos. Subordinados pelas exigências crescentes de concertação e harmonização materializadas nas organizações intergovernamentais; deslocados pelo questionamento radical do Estado-nação, como mecanismo político; enfim submersos pelas dinâmicas da transnacionalização e da globalização. Parece, na verdade, ser esta uma caracterização suficientemente abrangente e iniciadora da envolvente que se pretende desenvolver ao longo do tema em análise.

Desta forma a realidade do Sistema Internacional contemporâneo reflecte uma macroestrutura internacional, caracterizada fundamentalmente pela globalização, e pela influência directa desta na concretização das relações de poder dos principais actores da cena internacional. Como evidencia R. Sardenberg, *a premissa adoptada é a de que existe um Sistema Internacional que se caracteriza por uma sucessão de macro-estruturas e que a cada uma delas correspondem configurações específicas de poder.*[21]

Esta situação tem necessariamente grandes efeitos sobre a organização da paz, sobre os modelos de organização internacional e concomitantemente nas organizações directamente vocacionadas para as funções de segurança e de defesa do pós-Guerra Fria. Com um mundo em constante evolução, caracterizado pela incerteza, as organizações internacionais que são vocacionadas para assuntos de segurança e de defesa, procuram adaptar as suas estruturas e o seu posicionamento, em relação à nova configuração do Sistema Internacional.

A organização central do Sistema Internacional, ao nível da consolidação de estruturas complexas intergovernamentais – com todas as limitações que se lhe reconhece –, é necessariamente a ONU. Procurando actuar como elemento agregador da vontade das nações, tem em conformidade com as diferentes situações internacionais, gerido o seu maior ou menor poder de actuação e de integração na complexa cena internacional. Assumindo assim maior protagonismo após a Guerra Fria, concedido que lhe foi um maior espaço de actuação e de influência, nunca esta deixou de ser espartilhada pela composição do Conselho de Segurança, onde as cinco

[20] Citado por PUREZA, José Manuel – em "Organizações Internacionais e Segurança Internacional", *Nação e Defesa*, nº 7, Dezembro de 1995, pp.35 a 45.
[21] SARDENBERG, Ronald; ARON, Raymond – *Curso de Introdução às Relações Internacionais*, Editora Universidade de Brasília, 1983, p.46.

potências vencedoras da II Guerra Mundial – que o mesmo é dizer as cinco principais potências nucleares –, constituem uma verdadeira *oligarquia que domina todo o funcionamento das Nações Unidas.*[22]

Algum sentimento de frustração invade por vezes a comunidade internacional, pelo fracasso de muitas das iniciativas da ONU.

A Carta das Nações Unidas, constituiu efectivamente um *contrato social mundial em matéria de paz e segurança internacionais.* A Carta pese embora as insuficiências subjacentes a uma clara postura idealista, tem enquadrado as bases directoras para a resolução pacífica de conflitos, procurando mostrar que a paz e a segurança são mais do que nunca, bens preciosos a preservar e manter no contexto problemático das relações internacionais entre estados. Entre os fundamentos legais que dispõe, ressaltam os capítulos VI e VII, que têm consubstanciado o alicerce estrutural legal da maioria das intervenções de apoio à paz. Os conceitos de "diplomacia preventiva", "restabelecimento da paz" e "manutenção da paz", passaram a fazer parte das preocupações das organizações internacionais e dos próprios estados. O "restabelecimento da paz" assegurado através dos meios pacíficos é previsto no Capítulo VI da Carta, considerando-se aí os fundamentos e instrumentos legais para a resolução pacífica de conflitos.

[22] SACCHETTI, António Ferraz –"Guerra e Paz na perspectiva do actual sistema de relações internacionais", *Nação e Defesa*, nº 76, Out/Dez 1995, p. 33.

Por sua vez o capítulo VII consagra o recurso a medidas prevendo a utilização de meios militares, quando os meios pacíficos não resultarem, e desde que, o Conselho de Segurança decida em plena conformidade. Neste capítulo cabem as acções perpetradas de ameaça à paz, violações claras da paz, e actos de agressão. O capítulo VIII [descentralização tutelada] é dedicado aos acordos ou organizações regionais *destinada a regular as questões que, no tocante à manutenção da paz e da segurança internacionais, sejam susceptíveis de uma acção regional compatível com os fins e princípios da ONU.*[23]

Como expressava com muita clareza o anterior Secretário geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali na sua "Agenda para a Paz", o mundo entrou numa fase de transição mundial, marcado por tendências singularmente contraditórias. *As organizações regionais e continentais de Estados criam mecanismos destinados a reforçar a cooperação e a reduzir alguns dos antagonismos característicos dos conflitos de soberania e das rivalidades nacionais. As fronteiras nacionais esbatem-se com o progresso das comunicações, a intensificação do comércio e as decisões dos Estados de cederem certas prorrogativas soberanas às organizações políticas em que se integram.*[24] Algum sentimento de frustração invade por vezes a comunidade internacional, pelo fracasso de muitas das iniciativas da ONU, pela clara incompreensão de uma actuação firme sobre os estados que actuam para além do razoável sentido de convivência internacional, ou mesmo pela prevalência dos "egoísmos" de muitos dos estados da comunidade internacional. A impotência da ONU de sozinha resolver as múltiplas situações de crise, tal como a consolidação de um verdadeiro sistema de segurança colectivo, tem cada vez mais, levado à procura do apoio de outras organizações internacionais, como a NATO, OSCE, a UEO ou a UE, na busca da resolução de conflitos.

ESPAÇOS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Para que exista efectivamente uma organização internacional, é absolutamente indispensável interligar dois pressupostos: uma vontade de cooperação em um ou vários domínios concretos e objectivos a atingir ou mesmo a defender ou preservar. A segurança e a defesa contra as ameaças externas, pressupõem mais do que nunca o sentido da cooperação. A partilha

[23] *Idem.*
[24] GHALI,Boutros Boutros – *Agenda para a paz*, Nações Unidas 1992, p. 6.

efectiva de meios e de esforços concretizadores dos anseios das nações ou das organizações internacionais assim o exigem. Efectivamente o *processo de afirmação das organizações intergovernamentais obedeceu a dois objectivos estratégicos: o primeiro a construção da paz e a garantia da segurança, o segundo foi a institucionalização da permanência da cooperação em matérias específicas.*[25]

Uma organização internacional pode ser uma organização de cooperação ou pode ser uma organização de integração...*la cooperation met en œuvre la collaboration entre des États qui n`abandonnent aucune de leurs prérogatives d'État souverain, l'integration implique que certains des attributions qui relèvent en principe des pouvoirs de l'Etat soient transféres à l'organisation.*[26] A realidade que as permite distinguir são os processos de decisão que têm lugar no seu seio. Uma organização que tenha como processo de decisão a unanimidade e o cariz intergovernamental, situa-se no patamar das organizações de cooperação. O sentido da cooperação pressupõe o interesse comum. A segurança internacional, intíma os estados a procurar conceber a sua segurança de um modo colectivo, envolvendo acções de cooperação como elemento agregador e multidisciplinador dos seus anseios.

O processo de integração europeu, constitui-se na realidade com um processo inovador no cenário mundial. A tendência para uma integração europeia nos diferentes domínios, desde o comércio à economia e à ciência, passando por múltiplos vectores da sociedade e do estado, não pode naturalmente deixar de fora os processos de política de segurança e defesa. Não procurando um qualquer debate paradigmático, mas a aproximação entre a compatibilidade de algumas realidades e alguns dos conceitos expressos verifica-se que conceitos de natureza funcionalista e neofuncionalista ou outros semelhantes, têm de alguma forma apresentado e sugestionado um conjunto de hipóteses e respostas para alguns dos problemas a equacionar no domínio progressivo da integração e de cooperação.[27] Dentro dos princípios gerais sustentados, podem deduzir-se geralmente os seguintes: 1º princípio - o princípio da separabilidade. Separam-se as competências políticas que continuam a ser a base da soberania dos estados, das competências técnicas e económicas e outras e

[25] PUREZA, José Manuel- em "Organizações Internacionais e Segurança Internacional",ob.cit., p 36.

[26] BONIFACE, Pascal (Dir) – *Dictionnaire des relations internationales*, Hatier, 1996, p. 236.

[27] DOUGHERTY, James, PFALTZGRAFF, Robert L. – *Contending Theories of International Relations*, Second Edition, 1981, pp. 430 a 459. BRAILLARD, Philippe – *Théorie des relations internationales*, Êd. Thémis, Science Politique, 1977.

fomenta-se o desenvolvimento de organizações internacionais; 2.º princípio – da não territorialidade. Postula que as organizações não devem ser pensadas numa base territorial, mas sim funcional. Os estados são normalmente susceptíveis à questão do seu território. Portanto fomenta-se a integração numa base funcional e não numa base territorial; 3.º princípio – cooperação. Reflecte a cooperação em sentido lato, nos diferentes domínios económico, político, técnico, e naturalmente de segurança e defesa; 4.º princípio – princípio mais geral da ramificação; concretizando-se na extensão dos domínios da cooperação, visando desta forma um aprofundamento na amplitude e mesmo na natureza e tipologia do sentido de cooperação.

No caso da União Europeia estamos perante um caminhar faseado para uma integração, económica, política e tendencialmente alargada ao domínio da segurança e da defesa. Os princípios funcionalistas e neofuncionalistas podem numa etapa mais extrema e de concepção radical procurar atingir os objectivos de uma Confederação ou mesmo de uma Federação de estados. A Comunidade Europeia, tal como ela existe hoje, é o resultado de todo um processo de cooperação económica numa primeira fase, para posteriormente através de um processo de ramificação, transitar para a cooperação política comunitária nos vários domínios, matéria de segurança e política externa e por fim a política de defesa. Os actuais exemplos de modelo europeu, são fruto também das especificidades das sociedades de economia liberal, concorrendo com os processos de cooperação de forma mais estreita e partilhada, parecendo querer dar razão à "dinâmica ascendente" de integração. Este processo a concretizar-se, caminhará naturalmente por várias fases, em marcha gradualista, iniciando-se numa clara vontade cooperativa no campo económico, alargando-se posteriormente a outros domínios cada vez mais interdependentes nas actuais sociedades. As diferentes perspectivas e análises do tipo funcionalista são naturalmente questionáveis, quando colocadas perante as recentes evoluções da sociedade internacional e a complexidade da sua natureza, e utilizadas normalmente no campo da política comparada e da teoria da integração. Este conjunto de teorias caracterizam-se também, por procurar reforçar o peso específico das instituições multilaterais, na sua relação com o Estado, nomeadamente nas caracterizações dos aspectos de segurança. Contudo é ainda hoje e de facto, o fenómeno da guerra e [mesmo da segurança] que projecta a autonomia do estudo das relações internacionais, tal como considera Aron,[28] dado que cada um dos actores, ou intervenientes envolvidos se reservam o direito de

[28] ARON, Raymond – *Paix et Guerre entre les nations.*

recorrer à força para a defesa do que consideram ser o seu interesse ou o seu direito. Em situações de conflito os pressupostos das teorias realistas parecem contudo adequar uma maior componente de praticabilidade. Efectivamente a evolução internacional e a política dos estados, rege-se em primeira aproximação pela concretização do poder como um instrumento indispensável dos governos e da sua acção governativa. Como sintetiza João Gomes Cravinho, o meio internacional é normalmente dominado pela existência da possibilidade permanente de guerra, dando assim origem a que o poder militar possa traduzir um instrumento e um objectivo em si mesmo.[29]

Apesar da insegurança constituir um factor permanente no Sistema Internacional, o direito internacional ainda que com toda a sua precária eficácia é, a expressão mais vasta de uma Ordem mundial considerando-se que *todas as instituições internacionais são organismos interestaduais, em regra com personalidade jurídica internacional, competência especializada e não genérica, instituída por tratados sujeitos à ratificação pelos orgãos soberanos de cada estado membro.*[30]

A evolução contemporânea no sentido dos chamados grandes espaços – espaços esses analisados aos diversos níveis de interesses –, visa superar a incapacidade do estado clássico para responder às preocupações e necessidades presentes dos povos e das nações.

As organizações regionais de segurança e de defesa, e aquelas que nos debruçamos mais directamente, envolvendo o espaço europeu e dada a actual configuração internacional, ajustam a sua acção a uma tipologia de cooperação reforçada ou seja em aliança, permitindo exercer o domínio conjuntural e orientador de uma política global no complexo campo da segurança. Apesar das suas orientações próprias, mantêm uma consistência de reforço dos seus interesses em apoio a áreas tão diversas como a economia, as comunicações, os direitos de minorias, as responsabilidades ecológicas, a justiça social, a globalização e a paz, a estabilidade política, etc. A formulação de um "espaço de cooperação" aceite, permite associar a garantia da preservação da identidade de princípios e de acções entre os seus membros. O conjunto das actividades desencadeadas e originárias de um qualquer processo de integração internacional constituem a base pelo qual os agentes políticos de várias áreas nacionais, *procuram transferir as suas lealdades, expectativas e actividades políticas para um centro novo e*

[29] CRAVINHO, João Gomes – "O vácuo no centro: reflexões sobre o conceito de poder na tradição realista", *Política Internacional*, Outono-Inverno 1998, p. 25.

[30] MOREIRA, Adriano – "Coordenação e complementaridade das organizações", *Conferência Intergovernamental de 1996*, Novembro de 1996, Instituto de Defesa Nacional.

mais abrangente cujas instituições possuem ou pretendem jurisdição sobre os preexistentes Estados nacionais.[31] Em termos específicos de integração militar e cooperação em alianças propriamente ditas, elas não são frequentes no passado, porque os estados procuram não alienar o controlo estratégico das suas forças em possíveis organizações transnacionais. A integração parte de um conjunto base de pressupostos e corolários, como sejam a coexistência e a cooperação sob um determinado regime, e da necessidade de gerir as relações de poder estabelecidas pelos estados nas suas próprias interacções.

«O meio internacional, ainda que em tempo de paz, é normalmente dominado pela existência da possibilidade permanente da guerra...»

As organizações regionais de segurança e defesa, actuam ou podem estar vocacionadas para desenvolver missões no que poderá ser considerado um primeiro patamar de intervenção; a prevenção de conflitos e em operações de apoio à paz e gestão de crises, em áreas mais ou menos limitadas de actuação. Ainda que envolvidas de uma forma ou outra, num contexto de operações de apoio humanitário e operações de apoio à paz, no seu sentido mais lato, não deixarão de gerir pragmaticamente as relações de

[31] *Idem.*

poder. Estas relações tenderão a ser estabelecidas, entre as partes intervenientes e as partes solicitadoras ou causadoras dos eventuais desequilíbrios entretanto registados. Nesta assumpção, constata-se que estamos no concreto domínio das relações internacionais, onde são naturalmente expressas relações de poder.

O ESPAÇO DE SEGURANÇA E DEFESA

O sistema internacional que antes e imediatamente após o conflito da II Guerra Mundial tinha mostrado alguma inoperância, vem obrigar as principais potências vencedoras a procurarem a realização de pactos de segurança mútua, admitidos pela Carta das Nações Unidas, como expressão do direito de legítima defesa colectiva.

Esta inoperância decorrente do sistema de segurança colectivo, origina o modelo dos chamados pactos de defesa colectiva, que José Manuel Pureza caracteriza ao relembrar que *...ao planetarismo indiferenciador do sistema de segurança colectivo, verá substituir-se um conjunto de organismos regionais fundados por uma comunidade de interesses e na solidariedade entre países próximos, expressão da supremacia das clivagens sobre o universalismo na comunidade internacional contemporânea.*[32] Desta forma pressupõe-se a legítima defesa colectiva como fundamento jurídico das organizações internacionais mais relevantes. Dentro deste conceito nasceriam, para além do Tratado de Bruxelas em 1948, e do Tratado do Atlântico Norte em 1949, o Tratado de Segurança do Pacífico em 1950 e o Tratado das Organizações do Sudeste Asiático em 1952 e ainda o Pacto de Varsóvia em 1955. Este ajustamento no sistema internacional de encarar a problemática da segurança e da defesa dos estados e dos princípios advogados pelos mesmos, fez com que passasse a predominar uma ordem diferente, a designada "Ordem dos Pactos Militares" referindo Adriano Moreira que *foi a Ordem dos Pactos Militares que vigorou na área da Segurança e da Defesa até 1989, e não a ordem da ONU, cujo Conselho de Segurança fora reduzido à ineficácia.*[33] Com o fim da Guerra Fria e a posterior implosão desta Ordem dos Pactos, a ONU transforma-se na sede possível de legitimidade mundial para as intervenções de apoio à paz. O

[32] PUREZA, José Manuel – "Organizações Internacionais e Segurança Internacional", Nação e Defesa, nº 7, Dezembro de 1995, p.40.

[33] MOREIRA, Adriano – "Coordenação e complementaridade das organizações", *Conferência Intergovernamental de 1996*, Novembro de 1996, Instituto de Defesa Nacional, p.60.

facto da ONU carecer de meios vem permitir e mesmo facilitar a introdução de um factor na revisão estratégica das organizações ocidentais de segurança e defesa, que é a de serem chamadas a intervir numa primeira fase como braço armado da ONU. Assiste-se também por outro lado, a um claro revigoramento da legitimidade mundial de intervenção no actual sistema internacional.

Apesar das estratégias evolutivas das organizações, A UEO e a NATO tal como outras organizações, surgiram como grandes espaços de contribuição e cooperação, assumindo um sentimento de partilha composto de uma fidelidade comum a valores comuns, e numa perfeita comunhão de interesses vários entre os seus membros.

A NATO é um grande espaço com base no princípio do consentimento

A procura dos sucessivos compromissos dos estados e das organizações regionais, em busca dos espaços de segurança e defesa, que permitam a manutenção ou o alargamento dos espaços dos interesses particulares e comuns, depende em larga medida das relações de poder ou de cooperação assumida e aceite entre os estados. Esta resultante contribui normalmente para a definição a prazo da geração de uma nova ordem internacional. Tal como salienta o embaixador Franco Nogueira -, *a história consiste na enumeração dos sucessivos sistemas internacionais*, e que no fundo é *o relato de sucessivos concertos entre os estados, nações e povos e da ruptura de uns e outros*. A formulação de uma política de alianças ou mesmo de cooperação entre estados, contribui normalmente para enquadrar certas ambições,

inibindo determinados estados ou potências de realizarem de forma unilateral e isolacionista, objectivos não claramente compreendidos pelos restantes membros ou parceiros de uma organização internacional onde estejam enquadrados.

O entendimento mais geral da segurança internacional e regional "obriga" a um alargar do circulo mais restrito de influência, ultrapassando os espaços de defesa e segurança imediatos dos estados membros. Este alargamento de influência repercute-se por exemplo nas intervenções efectuadas fora das zonas de acção, por vezes constantes dos próprios tratados constitutivos e actualmente em operações de apoio à paz, humanitárias e de gestão de crises. O conceito de empenhamento da NATO nos Balcãs, ou a possibilidade então levantada de uma intervenção da UEO na região dos Grandes Lagos ou mesmo na Albânia, reflectem o alargamento das zonas de intervenção através da procura de uma globalização da segurança regional, interagindo em áreas de afectação dos interesses destas organizações. O actual e muito recente conceito estratégico da NATO, vem confirmar a abrangência de um maior espaço de intervenção, confirmando este facto que as relações internacionais se tornaram verdadeiramente globais. Como concluiu Kissinger, *surgiu uma série de questões que só podem ser tratadas numa base mundial, como a proliferação nuclear, o ambiente, a explosão demográfica e a interdependência económica.*[34]

(CONTINUA)

[34] KISSINGER, Henry – *Dipomacia*, Gradiva, Março de 1996, p.17.

ACÇÃO PSICOSSOCIAL NO CONFLITO DO ULTRAMAR DE 1961 A 1974. Ensinamentos para as operações de paz.

Pelo Major de Artilharia
COSTA REIS

Este trabalho foi realizado no âmbito do Curso Estado Maior 98/2000, no Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços.

A limitação do número de páginas deste artigo, não nos permite a apresentação da totalidade dos anexos constituintes do trabalho. Os interessados poderão consultar o trabalho original na Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares.

Desejo ainda agradecer aos Senhores General Pedro Cardoso, Tenente General Almiro Canêlhas e Major General Lemos Pires, pela sua disponibilidade, orientação e documentos postos à disposição.

1. INTRODUÇÃO

"A guerra moderna é uma guerra psicológica, devendo as Forças Armadas servir apenas para deter um ataque armado ou, eventualmente, para ocupar território conquistado por acção psicológica."

Bulganine

A experiência das Forças Armadas Portuguesas no conflito ultramarino, entre 1961 e 1974, é um manancial de ensinamentos e lições passíveis de aplicação na resolução de conflitos actuais.

O presente trabalho analisa a aplicação da acção psicossocial no conflito ultramarino, daí retirando lições e ensinamentos a utilizar em operações de paz.

A investigação teve por base entrevistas, leitura de obras e artigos sobre este tema que nos permitem reflectir sobre o assunto. Naquele período de 13 anos, debruçar-nos-emos sobre os três Teatros de Operações: Angola, Guiné e Moçambique.

"Entre 1961 e 1974, Portugal enfrentou a tarefa extremamente ambiciosa de dirigir três campanhas de contra-insurreição, simultaneamente na Guiné, em Angola e em Moçambique. Nessa altura, Portugal não era um país rico nem desenvolvido. (...) Deste modo, constituiu um feito notável que Portugal, em 1961, conseguisse mobilizar um Exército, o transportasse para as suas colónias em África, a muitos milhares de quilómetros, aí estabelecesse numerosas bases logísticas em locais-chave, de maneira a fornecer-lhe apoio, o preparasse com armas e equipamento especial e o treinasse para um tipo de guerra muito especifico. O que se torna mais digno de nota pelo facto destas tarefas terem sido cumpridas sem qualquer experiência anterior, nem competência provada em campo em matéria de projecção de poder ou de guerra de contra-insurreição, e por conseguinte sem beneficio de instrutores competentes nestas especialidades[1]".

No cap. II, faz-se um percurso breve sobre a doutrina que serviu de base à aplicação da acção psicossocial no referido conflito, abordando essencialmente os aspectos teóricos fundamentais.

No capítulo seguinte, desenvolve-se, de forma sintética, **o que foi feito, como se actuou e a forma como o Exército se organizou** para esse conflito, o que nos permite extrair lições e ensinamentos no âmbito da acção psicossocial.

Aborda-se, de seguida, a aplicação da doutrina em outros países no âmbito das operações psicológicas em missões de apoio à paz, particularmente os casos da Suécia e dos Estados Unidos da América.

Finalmente, na conclusão propõe-se que os ensinamentos retirados da nossa experiência colonial possam constituir matéria para utilização nas actuais missões de paz.

Estamos cientes que o tema não se esgota neste trabalho. Todavia, a pesquisa bibliográfica e documental efectuada, a troca de opiniões e a

[1] John Cann, *Contra-Insurreição em África, O Modo Português de fazer a Guerra, 1961-1974*, pág. 19.

análise que se lhe seguiu, constitui um contributo e um complemento à nossa formação.

Esperamos sinceramente que estes ensinamentos possam ser úteis às Forças Armadas de Portugal.

2. ASPECTOS DE DOUTRINA DE ACÇÃO PSICOLÓGICA EM PORTUGAL

"Atacar com 70% de propaganda e 30% de esforço militar"

Escola de Estado-Maior da China

A guerra subversiva é entendida como uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou de, pelo menos, paralisar a sua acção[2].

A guerra psicológica está ligada aos meios e processos utilizados. "É uma luta levada a efeito por um conjunto de meios e processos que tem por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens – população, autoridades e forças armadas – e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento. Tem, pois, um caracter restrito, idêntico ao da guerra de gases ou da guerra económica, por exemplo. Além disso, é comum a todos os tipos de guerra, convencional, nuclear ou subversiva[3]."

A Guerra Psicológica encontra na Guerra Subversiva um campo de acção ideal. Não se pode executar uma Guerra Subversiva sem a acção psicológica, mas esta componente não é mais do que um processo utilizado para a levar a efeito.

Analisamos agora, de forma sintética, a doutrina que serviu de base à acção psicossocial no conflito ultramarino, de 1961 a 1974, inserida no Volume III do guia "O Exército na Guerra Subversiva", de 1963.

Esse manual define **acção psicológica** como "a acção que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de: fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios

[2] Estado Maior do Exército, *O Exército na Guerra Subversiva. Generalidades*, cap. I, pág. 1.
[3] Estado Maior do Exército, op. cit., cap. I, pág. 3.

amigos; atrair a simpatia activa dos meios neutros; esclarecer a opinião de um e de outros, e contrariar a influência adversa sobre eles; modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar. Podendo ser exercida, como se disse, sobre meios amigos, neutros e adversos, a acção psicológica pode ter como alvos: a população em geral, quer esta seja amiga, neutra ou simpatizante com o adversário; o inimigo; as nossas próprias tropas".

Ao actuarmos sobre a população, é possível torná-la mais sensível à acção psicológica, através da acção social[4].

A acção social[5] é entendida como "a acção que consiste na aplicação de um conjunto de medidas de caracter assistencial, devidamente coordenadas, que, melhorando as condições de vida da população e elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar confiança dessa população e conquistar-lhes os corações; tem por finalidade essencial sensibilizar a população, de forma a torná-la mais receptiva à acção psicológica"[6].

O conjunto destas acções, psicológica e social, designa-se por **acção psicossocial,** sendo entendida como "a acção a exercer sobre a população de um território onde se pretende levar a efeito uma luta contra a subversão, conduzida sob duas formas – acção psicológica e acção social – a segunda com a finalidade de apoiar a primeira"[7].

Os campos onde se desenvolverá a acção psicológica, são: a **população, o adversário, as próprias tropas.**

Nas acções sobre a população e sobre o adversário, o grau de responsabilidade do Exército depende das atribuições de que tiver sido superiormente incumbido, já que a acção sobre as próprias tropas é da sua exclusiva responsabilidade, embora esta acção não possa deixar de ser integrada na orientação geral estabelecida[8].

A **acção sobre a população**[9] visa conquistar ou conservar o seu apoio, ao mesmo tempo que priva o adversário desse mesmo apoio. Simultaneamente tem como objectivo a participação das populações na luta contra o adversário.

Nessa acção podem distinguir-se três aspectos diferentes, embora estreitamente relacionados: **acção psicológica**; **acção social**; **acção de presença**[10].

---

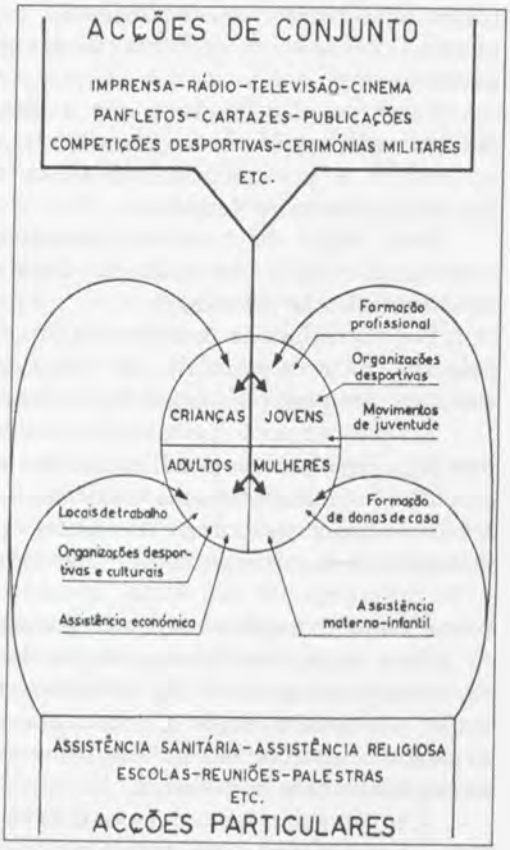
[4] Estado Maior do Exército, *O Exército na Guerra Subversiva. Acção Psicológica.*, cap. I, pág. 2.
[5] Ver Anexo C.
[6] Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. I, pág. 2.
[7] Ibidem.
[8] Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 1 e 2.
[9] Ver Anexo E.
[10] Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 2 e 3.

A **acção psicológica** pode ser conduzida sob três formas: **propaganda**, **contra propaganda** e **informação**.

A **propaganda**[11] constitui o meio mais poderoso de influenciar a opinião pública, não tendo em vista o seu esclarecimento mas antes a imposição de certas ideias dominantes. Por **contrapropaganda** designa-se a propaganda feita com a finalidade de rebater e de neutralizar a propaganda adversa.

A **informação** é uma comunicação de notícias, factos, comentários e explicações[12] com a finalidade de esclarecer os indivíduos, dando-lhes as bases para alicerçarem objectivamente a sua opinião, opondo-se assim à imposição de ideias ou doutrinas[13]. Fornece-lhes, portanto, armas de defesa contra a propaganda do adversário, contribuindo assim para frustar o objectivo final da subversão.

A informação pode assim influenciar, em termos culturais, a formação dos indivíduos a que se dirige[14].



Acção Psicossocial.
Fonte: Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 6.

A acção social[15], que tem como objectivo a elevação do nível de vida das populações e a satisfação das suas aspirações e necessidades mais prementes, contribui para cativar as populações, criando assim um ambiente mais receptivo à acção psicológica. As forças militares estão em condições de conduzir por si, ou em estreita

[11] Ver Anexo E.
[12] Não de apelos.
[13] Visa a "consciencialização" ou "mentalização" da população, fornecendo-lhe os elementos necessários à compreensão dos problemas em causa, e levando-a a sentir e a viver a situação com um misto de realismo e de entusiasmo.
[14] Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 4 e 5.
[15] Ver Anexo C.

colaboração com as autoridades civis, uma eficaz acção social, principalmente sobre as formas de assistência sanitária, religiosa, educativa e económica.[16].

Finalmente, entende-se por **acção de presença** a existência, numa determinada região, de forças militares que limitam a liberdade de acção do adversário e protegem a população do aliciamento, da coacção ou da represália por parte daquele.

Esta acção de presença proporciona à população um ambiente de segurança e uma sensação de tranquilidade, tornando-a também mais receptiva à acção psicológica.

Por outro lado, o contacto íntimo das forças militares com a população contribui para desenvolver um clima de confiança mútua e até de relações pessoais com essa população, facilitando uma valiosa obtenção de notícias[17].

Através da acção psicológica, o adversário procura alcançar a conquista das populações, a desmoralização das autoridades, a negação da sua acção, bem como a desmoralização e a desagregação das forças militares.

A **acção psicológica sobre o adversário** tem como objectivo desmoralizá-lo, provocando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito, levando-o à rendição e, se possível, a uma posterior colaboração activa com as autoridades legalmente estabelecidas[18].

Esta acção é conduzida, essencialmente, sob as formas de propaganda e de contrapropaganda[19]. De salientar, no entanto, que os êxitos obtidos na acção psicossocial sobre a população e na acção militar contra os bandos armados e guerrilhas exercem sobre os elementos da subversão um efeito moral fortemente depressivo.

A acção psicológica deve basear-se num estudo concreto da subversão e dos seus objectivos, no carácter dos seus líderes e eventuais rivalidades entre eles, nas características étnicas dos povos participantes, nas suas necessidades, esperanças, frustrações, etc.

A acção psicológica pode ainda contribuir para a decepção das operações de combate a levar a efeito por essas forças[20].

É assim fundamental a existência de um sistema eficaz de informações.

A propaganda e a contrapropaganda devem ser orientadas no sentido de conduzir ao descrédito da subversão e dos seus chefes, fazendo crer que

---

[16] Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 5.
[17] Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 7 e 8.
[18] Ver Anexo E.
[19] Ver Anexo E.
[20] Anúncio de falsas operações ou para chamar a atenção para indícios relativos a operações de diversões.

estes apenas procuram satisfazer as suas ambições pessoais[21], ao mesmo tempo que destroiem os mitos que apregoam.

Através de temas convenientemente seleccionados, procurar-se-á desencorajar o adversário e provocar a sua desagregação, apresentando como ilegítima a causa que defende, e convencendo os adeptos da subversão que a sua participação nela constitui um verdadeiro logro.

Uma estreita coordenação entre a acção psicológica e o planeamento das operações é indispensável ao êxito de ambas.

Encontrando-se os rebeldes, muitas vezes, disseminados entre a população, os meios empregues sobre esta atingirão simultaneamente aqueles. Podemos influenciá-los indirectamente através de propaganda difundida no seio da própria população ou, indirectamente, por panfletos e cartazes colocados nas zonas de acesso e através de emissões rádio ou notícias publicadas nos jornais.

Em conclusão, pode dizer-se que todas as acções psicológicas sobre o adversário têm por objectivo levá-lo a submeter-se voluntariamente à nossa vontade. É conveniente, por isso, colocá-lo perante um dilema: ou condições, que possam ser aceites, ou uma ameaça real de destruição, que se apresente inevitável[22].

Por último, **a acção psicológica sobre as nossas tropas**[23] visa formar, manter e fortalecer o moral do pessoal e imunizá-lo contra os ataques psicológicos adversos, preparando-o para colaborar na acção psicológica a exercer junto das populações e sobre o adversário.

A consecução destas finalidades exige dos comandos militares a realização das seguintes acções: formação moral e cívica; informação; instrução técnica[24].

Para anexo remetemos um glossário de terminologia, no âmbito da acção psicológica, por considerarmos ser útil para se estabelecer um paralelo dos conceitos e definições em uso noutros países e organizações[25].

[21] Ver Anexo E.
[22] Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 9 a 15.
[23] Ver Anexo B.
[24] Estado Maior do Exército, op. cit. (2), cap. II, pág. 15 a 19.
[25] Departamento de Defesa dos Estados Unidos, do Conselho de Defesa Inter-Americano (Inter-American Defense Board), da Interpol e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), in Anexo F.

3. ACÇÃO PSICOSSOCIAL NO CONFLITO ULTRAMARINO

"A educação colonial é melhor que o canhão. O canhão obriga o corpo; a escola encanta a alma".

Hamidou Kane (Senegal)

Após a II Guerra Mundial, outro tipo de conflito alastrou a todos os continentes. Uma luta entre dois blocos opostos, duas ideologias, período que ficou conhecido por Guerra Fria. O conflito directo entre as duas superpotências nucleares foi então evitado, por apresentar danos inaceitáveis para ambas. Esta luta indirecta, em detrimento da acção directa, é exposta por José Estaline em 1948, no programa geopolítico para a expansão do comunismo[26].

Estaline retoma então o pensamento de Lenine, do início da década de 1920, segundo o qual "o caminho de Paris e de Londres passa por Pequim e pela África". E o líder bolchevista acrescentava: "contornar, isolar e arruinar a Europa pela perda da África[27]".

O domínio do mundo por fases surge no *memorandum* de Mao Tsé-Tung apresentado na reunião extraordinária do Partido Comunista Soviético de 1953.

Nesse *memorandum*, o objectivo número um é a Ásia das monções, seguida da Índia e do Japão. Conquistados esses territórios, o plano prosseguia rumo à Ásia Ocidental e, atravessando o Canal de Suez, à África branca ou muçulmana. Esta *invasão* abrandaria a resistência europeia, facilitando, assim, uma progressão dissimulada até à África Negra, que os Europeus, preocupados com a sua própria segurança, não poderiam defender. Seguir-se-iam então a Europa e a Austrália e, numa fase final, o hemisfério ocidental.

Os Estados Unidos da América e o Canadá não resistiriam a viver na periferia e capitulariam. Nunca se obteve uma base verídica para este plano, mas os acontecimentos subsequentes levam a admitir a sua existência real.

---

[26] "Despojando o mundo ocidental da posse dos países coloniais, reduzimos os lucros do capitalismo, diminuindo o nível de vida das massas trabalhadoras e criando assim a situação necessária para movimentos revolucionários. Em termos mais militares, não sendo possível o ataque directo contra a Europa, é preciso adoptar uma manobra envolvente através da Ásia e da África", J. Estaline, in Hermes de Oliveira, *Guerra Revolucionária*, pág. 37.

[27] Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 37.

Plano de dominação mundial
Fonte: Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 39.

Após o final da II Guerra Mundial, o comunismo expandiu-se por toda a Ásia[28], a que se seguiu o continente africano[29]. Segundo o "memorandum" de Mao Tsé-Tung, uma vaga revolucionária varreria então o continente africano e os imperialistas e os colonialistas seriam lançados ao mar (...). Uma vez separadas Ásia e África dos países capitalistas da Europa, o continente europeu desmoronar-se-ia por completo do ponto de vista económico. "A sua capitulação surgirá naturalmente, como consequência dos acontecimentos mencionados. A crise europeia será seguida duma quebra económica total e duma catástrofe industrial[30]".

[28] Coreia, Vietname, China.
[29] A revolta na Argélia, as independências da Líbia, Tunísia e Marrocos. A conquista de posições no Ghana, na Guiné, nos Camarões e no Congo Belga são exemplos da expansão do comunismo.
[30] Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 40.

Para atingir esse objectivo, a doutrina utilizada pela União Soviética e pela China foi a da **Guerra Revolucionária**, definida como **total**[31] por Mao Tsé-Tung, **permanente**[32] por Lenine e **universal**[33] por Estaline.

Nesta luta indirecta, uma nova arma foi utilizada – **a guerra psicológica**.

O terreno de manobra são as populações e a conquista da sua opinião o principal objectivo. Dá-se assim mais valor à conquista das almas do que à conquista do espaço[34]. Esta guerra psicológica visa a destruição do espírito de defesa dos países ocidentais, para o que contribuiu a incompreensão destes por este novo tipo de guerra[35] e declínio de vontade[36].

Este estado de espírito é bem visível nas afirmações do General francês Nemo. Afirmava ele que "as guerras no Ultramar, após 1945, evidenciaram o revés do forte perante o fraco, do carro perante a mina, do obús diante a espingarda, da inteligência abstracta perante a inteligência concreta, da força em relação à paciência, da riqueza frente à da pobreza, do material complexo perante o homem de mão vazias (...) As civilizações que pareciam em atraso levaram-nos a descobrir novas formas de guerra e impuseram-nos essas forças quando ainda estávamos mal preparados para as aceitar..."[37]

---

[31] Mao Tsé-Tung, entre 1935 a 1937, escreve: "A vossa guerra será perdida. Tal qual a concebeis, será perdida porque não tendes em conta um factor essencial, porque lhe falta um carácter fundamental: esta guerra é uma guerra total! Esta guerra é total porque cada indivíduo é um objectivo da guerra revolucionária, porque todas as actividades dum estado, duma sociedade, contribuem para criar neste indivíduo, objectivo da guerra revolucionária.", in Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 55.

[32] Lenine acrescenta à afirmação de Clausewitz, de que "a guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios", o seguinte, "a paz também, a paz também não é outra coisa que não a continuação da luta por outros meios. A paz e a guerra não são senão dois aspectos de mesma luta, permanente e necessária." in Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 50.

[33] Estaline acrescenta ao pensamento de Boukharine, de que tudo o que for hostil ao capitalismo, deve ser colocado ao serviço do bolchevismo, a frase "se queremos acelerar o fim do capitalismo, se queremos fazer aproximar no tempo esta última síntese, a vitória nesta luta final, notemos que a máquina, instrumento do capitalismo, não se alimenta apenas do proletariado operário, apenas de homens, mas também de matérias-primas. Ora, as matérias-primas encontram-se espalhadas pelo mundo inteiro. Um levantamento geral dos povos colonizados privará o colonialismo ocidental de matérias-primas e de mercados, e conduzirá, nos países "burgueses", a crise económica, levando os operários para a «revolução social».", in Hermes de Oliveira, op. cit., pág. 53 e 54.

[34] Como afirmou Mao Tsé-Tung, "a população é para o insurrecto o mesmo que a água é para o peixe."

[35] Falta de doutrina a nível político e militar para a combater.

[36] Existência de uma sociedade de abundância, com crise de valores morais, levando à abdicação e conduzindo à lassidão. São exemplos os slogans "antes vermelhos do que mortos" e "mais vale um cobarde vivo do que um herói morto".

[37] Entrevista com o Tenente General Almiro Canêlhas.

E o Capitão Morier, na obra de Larteguy, *A cidade estrangulada*, afirma: "(...) os vietnamitas puseram de pé um tipo de exército notável, o Exército Total, em que cada soldado, simultaneamente, um propagandista, um professor primário, um polícia, e cada oficial um administrador, um padre e um engenheiro agrónomo. Para lutar contra um tal Exército seria necessário um Exército do mesmo tipo, uma espécie de ordem militar. De contrário a derrota está assegurada. Desagrada-me, naturalmente, ser vencido. Desagrada-me ser comandado por chefes incapazes. Mas desagrada-me ainda mais transformar-me num monge-soldado, ou tornar-me um irmão pregador de não sei que nova doutrina. Assim, eu, capitão Morier, abandono este exército francês porque ele não pode vencer tal como é e eu não posso admiti-lo de outra forma (...)"[38].

Na Indochina, os franceses defrontam-se com um novo tipo de guerra protagonizada pelos vietnamitas – a guerra de libertação nacional. Combateram com forças convencionais e doutrina convencional um novo tipo de guerra, a guerra revolucionária, presente durante todo o período da guerra fria.

A vertente fundamental desta guerra de tipo novo é *a guerra psicológica*, que invadiu a Europa e respectivos territórios ultramarinos[39].

O grande mestre deste tipo de guerra - Mao Tse Tung – conquistou a China graças à conquista de populações[40]. Nas Escolas de guerra revolucionária da China, a frase chave era: "Atacar com 70% de propaganda e 30% de esforço militar".

O soldado no exército revolucionário era simultaneamente soldado, monge, professor. Daqui decorre a componente da acção social junto das populações, a acção psicossocial[41].

Em 1959, não se vislumbrava ainda o início da guerra colonial, mas existiam indícios de que algo germinava nos territórios ultramarinos. Resultado da eclosão de movimentos independentistas em outras colónias[42], era de prever que em territórios e circunstâncias semelhantes, caso dos territórios ultramarinos portugueses, essas situações se pudessem repetir.

É neste contexto que devem ser entendidas as deslocações de grupos de oficiais portugueses ao Reino Unido, em 1958, e Argélia, no ano seguinte,

[38] Entrevista com o Tenente General Almiro Canêlhas.
[39] Como exemplo "antes vermelhos que mortos", propaganda pacifista procurando quebrar a vontade de defesa e dividir a OTAN/NATO.
[40] "O terreno de manobra é a população e a conquista da sua opinião o objectivo principal".
[41] Atrair as populações através de benefícios de ordem social e simultaneamente incutir-lhes determinadas ideias, que condicionam o seu comportamento.
[42] Guerra da Indochina e Argélia.

para frequentarem cursos com uma forte componente de guerra subversiva[43].

Já em finais da década de cinquenta, o Coronel Hermes de Oliveira, que participara num curso na Argélia, proferia palestras sobre o tema da guerra subversiva no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM).

A escolha da Argélia e Reino Unido explica-se pela guerra de guerrilha que na altura eclodira na colónia francesa e pelos êxitos que os militares britânicos conseguiam na Malásia[44].

A missão à Argélia[45] originou um vasto relatório que, pela sua importância, justifica uma análise detalhada, já que grande parte das recomendações nele incluídas foram postas em prática nas antigas províncias ultramarinas[46].

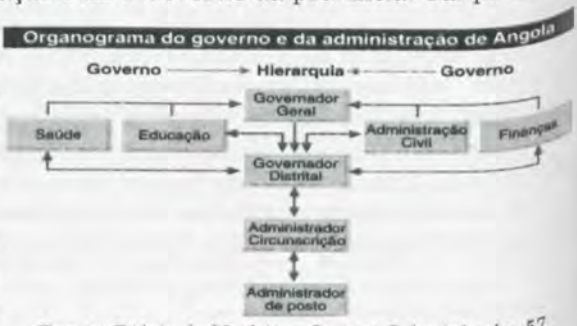
O relatório sustenta que a acção psicológica sobre as populações é um meio eficaz de contrariar a guerra psicológica, pois esta "trabalha" física e moralmente as populações, predispondo-as à subversão e, consequentemente, à luta na guerra revolucionária.

Para desenvolver esta acção é necessária a presença, o contacto com as populações, o seu conhecimento e auscultação. Face a isto, acrescenta o relatório, torna-se necessário dispersar as forças pelo maior número possível de aquartelamentos.

A acção psicológica sobre as populações deve ser iniciada em tempo de paz, o que pressupõe a existência de órgãos especializados.

O relatório propunha a criação em cada comando militar de uma Repartição ou, no mínimo, uma Secção para acção psicológica, que deveria trabalhar em estreita colaboração com o Governo da província. Tal permitia que a acção psicológica desenvolvida pelas autoridades civis e pelas autoridades militares fosse coordenada, facilitando, fundamentalmente, a centralização das informações.

Em cada circunscrição militar ou sector deveria ser criada uma secção de acção psicológica, funcionando como



Fonte: Diário de Notícias, *Guerra Colonial*, pág. 57.

[43] Entrevista com o Tenente General Almiro Canêlhas.
[44] Entrevista com General Pedro Cardoso.
[45] Frequência de um Curso de Pacificação e Contraguerrilha.
[46] Ministério do Exército, *Relatório da Missão à Argélia*, págs. 169 a 181.

antena da Repartição do Comando Militar, procurando o contacto com a autoridade civil mais representativa.

Propõe o relatório citado que, a nível de Batalhão, exista um oficial de acção psicológica, com as funções acima referidas.

Quanto à responsabilidade territorial, o relatório sustentava que a componente operacional deve estar subordinada à componente territorial. "(...) O Comando a quem foi confiada uma dada parcela de terreno deveria desenvolver aí a sua acção, isto é, tudo deveria ser resolvido por ele". Sugeria igualmente que o sector ou circunscrição militar fosse comandado por um Coronel, correspondendo à área de um ou mais distritos[47]. O subsector era comandado por um Tenente Coronel ou Major, que seria o comandante do Batalhão de Infantaria e das tropas das restantes armas que o sector colocava à sua disposição para guarnecer a quadrícula. Abrangeria a área de uma ou mais subscrições administrativas. A área da Companhia, Bataria ou Esquadrão, comandada por um Capitão, abrangeria a área de um ou mais postos administrativos, com a responsabilidade pela eficiência da quadrícula na sua área, cuja ocupação seria efectuada por postos de efectivo de companhia a secção[48].

Não tendo existido, até essa data, acções subversivas perpetradas por bandos rebeldes a solução passaria por destinar à quadrícula a quase totalidade dos efectivos (Infantaria, Artilharia e Cavalaria), dando grande mobilidade a essas forças, para que rapidamente pudessem acorrer em socorro dos postos vizinhos, ou agruparem-se para constituir unidades de intervenção. Para atingir esse objectivo, tanto infantaria como cavalaria deveriam dominar as técnicas de intervenção[49].

Assim, quedariam imobilizadas apenas as forças destinadas à intervenção ou cuja actuação não aconselhasse a sua utilização como tropa de quadrícula[50].

No aspecto da mobilidade, deveria contactar-se a Força Aérea para a criação de um dispositivo adequado à contraguerrilha e para apoio às missões requeridas pelas forças terrestres[51].

A substituição ou prolongamento da acção das autoridades civis por parte do Exército deveria ser prevista em tempo de paz.

[47] Disporia órgãos de comando, que accionavam, na sua área, os Batalhões de Infantaria e as restantes armas, aí posicionadas, guarnecendo a quadrícula ou estacionando para intervenção.
[48] O normal seriam postos de companhia, destacando um ou dois postos de pelotão, e estes poderiam eventualmente destacar postos de secção.
[49] Destruição de bandos armados.
[50] Exemplo dos Pára-quedistas.
[51] Helicópteros para transporte das forças de intervenção.

O relatório propõe que a problemática da guerra subversiva conste dos *curricula* de todos os cursos militares[52], visando desenvolver o gosto e a curiosidade pelas *coisas* do Ultramar, incluindo o interesse pelas questões de fomento e administração.

Seria ainda facilitada a frequência de cadeiras no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos a oficiais a que, em caso de necessidade, se recorreria para montar serviços de «negócios de indígenas[53]».

A nível da contraguerrilha, a adaptação orgânica residia no aligeiramento das unidades[54], dando-lhes uma maior mobilidade, através do reforço de meios auto (pelo menos as forças de intervenção seriam inteiramente motorizadas) e poderosos meios de transmissões (TSF) para uma perfeita ligação. Para além disso, disporiam de armas com grande potencial de fogo a pequenas distâncias, sem prejuízo da mobilidade (ex:uma pistola metralhadora por três combatentes) e equipamentos apropriados (sacos cama individuais, tendas...).

Na instrução dos quadros, todos os oficias nomeados para o Ultramar deveriam frequentar, no mínimo, um Estágio de Pacificação e Contraguerrilha.

O relatório propunha a criação de um centro de ensino de guerra psicológica e acção psicológica, com a finalidade de preparar os oficiais para este tipo de conflitos. Quanto às tropas, todos os sargentos e praças, em serviço ou nomeados para o Ultramar, receberiam instrução especializada em contraguerrilha.

No entanto, deveriam ser extensivas a todas as unidades as matérias que não colidissem com a instrução para a guerra convencional. Deveria exercer-se uma acção psicológica forte sobre a tropa, com base na formação cívica e nacional indispensável para o tipo de conflito que se antevia, propondo-se uma mística relativamente à defesa do Ultramar, semelhante à fórmula francesa[55], e que fosse compreensível para o soldado[56].

Só quatro anos após a missão à Argélia foi elaborada doutrina, designadamente o guia "O Exército na Guerra Subversiva".

Começam então as Forças Armadas a sentir-se que o factor determinante na guerra subversiva são as populações, surgindo assim a necessidade de as conhecer em pormenor[57]. A obra "Conquista das Populações" é um exemplo de um trabalho de investigação e de análise,

---

[52] Desde a Academia Militar ao Instituto de Altos Estudos Militares.
[53] Designação dada aos assuntos relacionados com os nativos africanos.
[54] Finalidade era a economia de efectivos e a sua mobilidade.
[55] "O Mediterrâneo atravessa a França, como o Sena atravessa Paris".
[56] Relatório obtido na entrevista com o Tenente General Almiro Canêlhas.
[57] Valor demográfico, composição étnica, implantação territorial, estrutura tribal e familiar, valores culturais e atitudes históricas de cada etnia em relação à soberania portuguesa.

difundido em Moçambique pelo Serviço de Centralização e Coordenação das Informações.

Sendo o vector população decisivo, a acção psicológica tem um papel importante a desempenhar na sua conquista.

A acção psicológica esteve "adormecida" até à criação das Repartições[58] e Secções de Acção Psicológica, em África, e até à difusão, a 14 de Maio de 1964, da Directiva Inicial de Acção Psicológica, na Metrópole[59].

As Repartições de Acção Psicológica tinham como missão estudar e conhecer a situação moral e psicológica não só das tropas como também das populações, detectando o seu estado de espírito, as suas motivações e as ideias a que eram mais sensíveis[60]. O que se fez até aí era circunscrito à acção psicossocial. As 2as Repartições dispunham de verba destinadas à acção psicológica, que era dividida pelos sectores operacionais.

Os Comandos das Regiões Militares distribuíam, sobretudo, panfletos[61] destinados às populações refugiadas na mata [62].

Com a criação da Secção de Acção Psicológica assiste-se a um maior interesse por esta actividade.

Estudos de situação psicológica, doutrina e acções de natureza psicológica são então desenvolvidos. Os primeiros eram elaborados apenas pela Secção de Acção Psicológica, devendo ser recordado que não existam órgãos nos escalões inferiores.

No Ultramar, aqueles estudos eram realizados nos Quartéis-Generais das Regiões Militares ou dos Comandos Territoriais Independentes (CTI), onde, a partir de 1967, a existência de órgãos próprios passou a permitir a sua elaboração.

A doutrina da acção psicológica está contida no "Manual de Acção Psicológica para as Forças Armadas" e no Volume III do guia "O Exército na Guerra Subversiva", com o título a "Acção Psicológica", publicados em 1963.

A partir de 1965, regulamentos e instruções diversos são elaborados com regularidade, ao mesmo tempo que se criam estágios e cursos de formação de especialistas.

---

[58] Organigrama, exemplo da Guiné, in Anexo D.

[59] Atribuída a responsabilidade de dirigir impulsionar e coordenar a Acção Psicológica relativa ao Exército, à 2ª Repartição do EME. No entanto todo o comandante era responsável pelo cumprimento das directivas de acção psicológica recebidas do escalão superior e pela adopção de outras medidas localmente aconselháveis.

[60] José Freire Antunes, *A Guerra de África 1961-1974*, Vol. I, pág. 199.

[61] Ver Anexo E.

[62] Estado Maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (61-74). Enquadramento Geral*, págs. 385 e 386.

Também os planos de instrução dos quadros e praças passam a conter estas matérias.

As acções de natureza psicológicas sobre as nossas tropas na Metrópole revestiram-se de diversas formas[63], designadamente material impresso, merecendo relevo o "Boletim de Informações", do Estado Maior do Exército e a colecção de folhetos intitulado "Soldado! Coisas importantes que deves saber", assim como a elaboração de cartazes. Estas acções foram irrelevantes sobre a população da Metrópole, devido especialmente à escassez de meios. No entanto, a participação do Exército nas cerimónias nacionais é uma exemplo de que algo foi feito.

No meio civil, a Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa e o Movimento Nacional Feminino (MNF) desempenharam um papel importante no campo psicológico, em apoio das famílias dos militares destacados no Ultramar e dos próprios militares.

No entanto, a estreita ligação das dirigentes do MNF ao regime – na sua maioria, eram mulheres ou familiares de altos dignitários – retirava à organização credibilidade junto da opinião pública.

Também a responsabilidade de transportar os restos mortais dos militares para a sua terra, bem como a realização dos funerais, a cargo das Forças Armadas, pode ser associada à acção psicológica.

As operações específicas de acção psicológica junto das populações da Metrópole foram praticamente nulas, quando particularmente a juventude deveria ter merecido cuidados especiais.

A transmissão pela televisão das Boas Festas dos militares às famílias, bem como as saudações de militares em operações, são exemplos esporádicos de acção psicológica sobre a população e junto dos soldados.

De referir ainda a atribuição generalizada às unidades, de guiões, símbolos heráldicos e legendas (lemas ou motos), com efeito no reforço do espírito de corpo e no moral das tropas.

No Ultramar e no caso das tropas africanas, a abolição da diferenciação na vida diária entre autóctones e europeus e a miscigenação dos contingentes das unidades tiveram também um efeito psicológico forte.

A política de africanização provocou o envolvimento físico das populações negras na guerra, de modo a criar assim clivagens e antagonismos que demarcassem campos de actuação e dificultassem o alargamento das bases de apoio dos movimentos de libertação.

Exerceu-se uma intensa acção psicológica, melhorando as condições de vista das populações e apresentando-os como exemplos.

[63] Jornais de Unidade, palestras, Boletins de Informação, filmes, etc.

Em troca, as autoridades portuguesas socorreram-se deles para aumentar os efectivos. Ao mesmo tempo que constituíam unidades mais baratas e mais eficazes (devido ao melhor conhecimento do terreno e adaptação ao meio, fonte de informação e simultaneamente funcionando para os portugueses como agentes de contra-informação. Compensavam a escassez de efectivos, face aos nossos escassos recursos em homens.

São exemplos desta política os *comandos africanos*, na Guiné, os *flechas*, em Angola, e os *grupos especiais*, em Moçambique.

Embora insuficiente e de efeito diminuto[64], as Repartições de Acção Psicológica procederam a operações não sistemáticas de acção psicológica. No seio das populações africanas, essas acções foram quase exclusivamente de acção psicossocial.

Exceptuando o caso da Guiné, elas foram insuficientes, debatendo-se quase sempre com falta de meios. No entanto, deve-se realçar o esforço para uma acção conjugada entre as chefias militares e as chefias político-administrativas, cuja acção prática nem sempre foi visível.

A política de reordenamento das populações vinha ao encontro dos seus desejos, proporcionando, por um lado, a melhoria das suas condições de vida, e, por outro, subtraindo-as à influência da guerrilha.

Não existiam regras fixas para o estabelecimento de aldeamentos. Em geral, situavam-se perto de unidades militares, delimitados por arame farpado, ou mais comum rodeados por uma estrada ou campo desmatado[65]. As habitações eram implantadas em quadriculado, permitindo a construção de ruas largas e direitas. Os aldeamentos dispunham normalmente de escola, posto de primeiros socorros e poço comum. O controlo era muitas vezes exercido por milícias, que asseguravam a autodefesa[66].

Também as autoridades tradicionais, os régulos, eram incentivados a participar no controlo das populações sob a sua jurisdição.

Inicialmente, a política de aldeamentos enfrentou a resistência dos nativos, tendo sido necessário recorrer a fortes campanhas de acção psicológica. Por vezes, as populações eram obrigadas à força a constituírem esses aldeamentos.

Do lado português surgiram também pontos de vista não coincidentes sobre esse política. De um lado, os militantes pretendendo poucos

[64] Como exemplo, a crítica aos militares, atribuindo-lhes pouco empenho e fraca eficácia na obtenção de resultados.

[65] Ver Anexo C.

[66] Nos grandes aldeamentos em Angola e Moçambique existiam polícias europeus, guardas rurais ou membros da Organização de Voluntários que enquadravam as milícias.

aldeamentos para facilitar o controlo e a segurança. Do lado civil, propunha-se a dispersão em pequenos aglomerados.

No caso da Guiné, a realização dos Congressos do Povo, onde as populações eram chamadas a discutir e a interessar-se pelos próprios problemas, constituiu uma das soluções mais interessantes e com melhores resultados práticos.

Por último, forçoso é salientar que a acção psicológica em apoio das operações militares, até ao aparecimento, em 1967, dos órgãos de acção psicológica se resumia ao lançamento de panfletos nas matas, visando sobretudo as populações[67].

Após 1967, a acção psicológica em apoio das operações militares teve uma elaboração mais cuidada. Estas acções visavam atingir as forças inimigas combatentes, os seus quadros políticos e as populações sob a sua influência. Passaram então a desenvolver-se em três fases: **antes, durante e após as operações.**

Os meios utilizados eram as emissões rádio, altifalantes, panfletos, contactos directos e pessoais com os combatentes inimigos (após a captura). De referir também a elaboração e difusão de relatórios de acção psicológica em quase todos os escalões, que permitiram detectar e dar solução a situações e factos de incidência psicológica[68].

No que respeita à Organização, no início do conflito faltavam as estruturas e a responsabilidade da acção psicológica era habitualmente atribuída às 2as Repartições dos Quartéis-Generais das Regiões Militares.

O primeiro passo foi dado em 1963, com a realização, na Metrópole, de um estágio para oficiais. No ano seguinte foi criada a Subsecção de Acção Psicológica, integrada na Secção de Contra-Informação da 2ª Repartição do Estado Maior do Exército. Mais tarde foi criada uma Secção de Acção Psicológica no seio da 2ª Repartição do Estado Maior do Exército. Nos territórios ultramarinos foram criados os Departamentos de Acção Psicológica, primeiro nos Quartéis–Generais das Regiões Militares, posteriormente, nos Comandos-Chefes.

No topo da hierarquia – o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) – foi criado um órgão de Serviço de Informação Pública das Forças Armadas (SIPFA), com atribuições de natureza psicológica.

No entanto, os Quartéis-Generais das Regiões Militares da Metrópole mantiveram-se à margem do processo, não tendo sido criadas estruturas com essa finalidade, mantendo-se as 2as Repartições com essas responsabilidades até ao final do conflito.

---

[67] Ver Anexo E.

[68] Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 388 a 392.

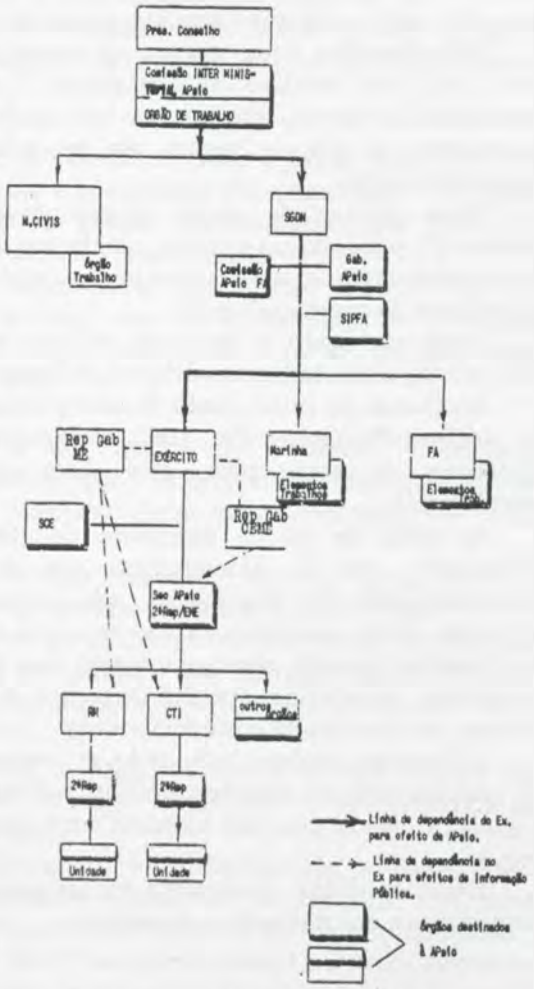
No entanto, numa luta que envolvia cada vez mais a população, era necessária a existência de um Serviço de Acção Psicológica a nível nacional, que, no entanto, nunca chegou a ser criado.

A inexistência de um órgão com essas atribuições, associado à tardia e insuficiente organização da estrutura militar neste campo, impediu que, com oportunidade e eficiência, se tivesse exercido a necessária contrapropaganda e se tivesse combatido o efeito da lassidão.

Existiram no entanto actividades dispersas de entidades militares e civis, com impacto no campo da acção psicológica.

Em 1970, é nomeado um grupo de trabalho, para apoiar uma Comissão Interministerial[69] que, através de directivas, orientava os diversos departamentos ministeriais.

A Comissão considerava como missões nacionais, a informação pública, a propaganda, as informações psicológicas e a formação técnica. Conforme os grupos-alvo, a responsabilidade principal era atribuída a um dado Ministério. Com base nessa directiva, o Estado Maior do Exército planeava e orientava a acção psicológica a desenvolver pelo Exército na Metrópole, e o Secretariado-Geral da Defesa Nacional e o Ministério do



Organograma da Acção Psicológica nas Forças Armadas

Fonte: IAEM, *Notas complementares da 5ª repartição – Acção Psicológica*, pág. 5/AP/B/II/6.

[69] Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 386 e 387.

Ultramar, através de directivas conjuntas, orientava a acção a desenvolver no Ultramar.

Com base na orientação desta directiva conjunta era difundida em cada uma das Províncias, por um Gabinete Conjunto, Civil e do Comando-Chefe, uma directiva anual que abrangia as autoridades militares e civis.

Esta directiva dava origem, no campo militar, a directivas anuais em cada um dos escalões subordinados: Comandos de Região Militar e Comandos de Sector, que por sua vez as desdobravam em planos de acção trimestrais, a que se seguia um procedimento análogo no campo das autoridades civis.

Estes planos de acção representavam a "acção psicológica pré-planeada", podendo no entanto, conforme as circunstâncias e o desenrolar dos acontecimentos, ser preparadas e executadas acções denominadas "acção psicológica de oportunidade"[70].

Passemos agora à descrição de algumas actividades relevantes para este estudo, executadas nos diferentes Teatros de Operações:

Na Guiné, de início, nada de muito significativo foi efectuado no âmbito da acção psicológica. Em 1963 começaram a ser elaborados relatórios periódicos de acção psicológica, bem como instruções para a acção psicológica[71].

A partir de 30 de Setembro de 1968[72] foi decidida a criação de *tabancas*[73], isto é, aldeamentos em auto defesa, e o consequente reordenamento das populações, em estreita ligação com o Governo da província. Esta decisão teve como objectivo a delimitação de áreas favoráveis ao desenvolvimento socio-económico das populações e de irradiação do progresso, atendendo simultaneamente à compartimentação étnica que deveria ser respeitada e até fomentada.

O General António de Spínola, governador da Guiné, integrou a política de aldeamentos na manobra militar, subordinando por vezes essa manobra à política, desde que não pusesse em causa a capacidade de combate das tropas.

Estas medidas mostraram-se eficazes no tocante à segurança das populações e dos meios de subsistência.

---

[70] Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 392 a 397.

[71] Estado Maior do Exército, op. cit. (3), pág. 380.

[72] Directiva n.º 43, de 30 de setembro de 1968, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné.

[73] Pequena povoação.

Como o planeamento destas acções implicava uma acção conjunta[74], passaram a ser coordenadas ao nível do Comando-Chefe – no caso guineense o Comandante-Chefe era também o Governador da Província da Guiné - através da Divisão de Organização e Defesa das Populações.

A zona de esforço de Chão de Manjaco, área fulcral da luta contra a subversão, constituiu um bom exemplo de como pode ser organizada a acção psicossocial[75]:

- Em relação às populações, os objectivos eram a preservação das que estavam sob o nosso controlo e a captação das populações sob duplo controlo, dissociando o binário grupos armados/população para que progressivamente conseguíssemos captar esta última;
- Em relação ao adversário, preconizava-se a punição de todos os que prejudicassem a nossa manobra, com a sua expulsão do território através de acções de retaliação, punitivas e de aliciamento para passarem para o nosso controlo.

Na directiva 65/69, de 13 de Agosto, do Comando Territorial Independente da Guiné, está expresso que o esforço militar desenvolvido no âmbito da manobra no Chão Manjaco devia ser complementada pela conquista de toda a população.

Essa conquista, para se tornar efectiva, deveria apoiar-se em realizações que concretizassem as promessas de "Uma Guiné Melhor".

Afirmava-se igualmente que os povos tinham de reconhecer, na prática, ser capazes de solucionar os seus problemas e que Portugal estava disposto a ajudar com a implantação de estruturas que proporcionassem uma nova forma de vida.

Só assim, conquistando física e espiritualmente as populações, se entendia possível separá-las do inimigo, levando-as a empenharem-se activamente na luta contra a subversão.

Para dar corpo a estes desígnios foi determinada a construção, restauração ou adaptação das seguintes estruturas: um Hospital, com uma maternidade anexa, e postos de primeiros socorros em diversas localidades.

No campo da educação, para além das escolas existentes, onde deveriam ser efectuadas beneficiações, preconizava-se a criação de uma escola primária em Regulado[76]. Além das escolas primárias, previa-se a criação de escolas de artes e ofícios, cursos de animação cultural e de iniciação agrícola.

[74] Serviços da Província, autoridades militares, administrativas e policiais.
[75] Entrevista com o General Pedro Cardoso.
[76] Área de jurisdição do régulo, autoridade tradicional local.

A directiva preconizava igualmente o asfaltamento e beneficiação das estradas principais, a revalorização agrícola e pecuária do Chão Manjaco, com a instalação de uma delegação com brigadas itinerantes, visando o aparecimento de uma agricultura polivalente que substituiria a paralizante economia de subsistência.

A nível policial, devia ainda ser revisto o enquadramento tradicional, com a criação pelo Comando da Polícia de Segurança Pública de um posto em Teixeira Pinto, preenchido com pessoal de etnia manjaca.

A directiva preconizava a atribuição de prioridade ao Chão Manjaco pelas entidades responsáveis pelo reordenamento e urbanização de aglomerados.

A Guiné é um exemplo de sucesso no campo da acção psicossocial, para o que muito terá contribuído o facto de autoridade militar e autoridade político-administrativa estarem incarnadas na mesma pessoa, o General António de Spínola.

A acção psicológica em Angola teve início antes do eclodir do conflito, com a elaboração, pelo Comando da Região Militar, do "Plano de Acção Psicológica n.º 1", de 16 de Novembro de 1960.

Nele é afirmado que a propaganda inimiga visa fazer vingar as aspirações de independência por parte das populações nativas.

O Comando Militar de Angola propunha-se atacar a propaganda hostil, sempre que se tratasse de mentiras, ao mesmo tempo que difundia a nossa propaganda. Não existindo na altura inimigo declarado, o plano visava influenciar tanto a população civil como os militares das duas raças.

A sua existência denota já um clima internacional hostil a Portugal, ou uma fase preparatória da subversão.

As operações de acção psicológica foram atribuídas a oficiais e alguns sargentos das unidades existentes na província.

As hostilidades iniciaram-se no ano de 1961[77]. Na altura, não existiam estruturas adequadas para a preparação e planeamento da acção psicológica global, apesar do esforço de mentalização efectuado pelo Comando da Região Militar. Desta forma, esta acção quedou-se pela iniciativa de alguns oficiais e de algumas unidades.

Exceptuando o lançamento, por meios aéreos, de panfletos dirigidos à população, cujo efeito foi limitado pelas elevadas taxas de analfabetismo, a acção psicológica limitou-se à área psicossocial, com os escassos meios das unidades militares.

[77] Estado Maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (61-74). Aspectos da Actividade Operacional. Angola*, págs. 505 a 521.

O apoio às populações nos campos sanitário, escolar e alimentar teve resultados bastante positivos, superando mesmo em alguns casos as expectativas. No entanto verificaram-se, por parte de alguns menos aptos para este tipo de actividades, acções inconvenientes e de efeitos negativos.

Outras, no entanto, tiveram efeitos psicológicos positivos. Uma delas foi a atitude firme tomada pelos militares junto de grupos armados de civis que atacavam populações dos musseques de Luanda como retaliação pelas atrocidades cometidas pela União dos Povos de Angola (UPA), no Norte de Angola em 1961.

Outra foi a manutenção de soldados africanos no corpo de guarda do Quartel General de Luanda, o que acalmou a população europeia aí residente, pela confiança demonstrada nessas tropas[78], ao mesmo tempo que aumentava a auto-estima dos militares e população negra.

Em relação aos nativos deve igualmente ser realçada a extinção do Estatuto do Indigenato, da autoria do Professor, Adriano Moreira, de efeitos psicológicos notáveis sobre as populações[79].

No caso angolano, as autoridades militares portugueses aproveitaram as rivalidades tribais entre o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para suster as investidas do movimento de Agostinho Neto no Leste. O acordo com Jonas Savimbi assegurava ao líder da UNITA uma extensa região ao sul do Caminho de ferro de Benguela (rios Lungué- Bungo), onde o exército português não entraria, a troco de combate ao MPLA e fornecimento de informações sobre o MPLA[80].

A política de aldeamentos em Angola, visando melhorar a auto-defesa e a eficácia do apoio a prestar às populações, ficou praticamente circunscrito à Região Leste, subordinando-se essa política à manobra militar, embora as autoridades administrativas tenham contribuído em maior grau do que em Moçambique e na Guiné.

Daí ter-se verificado um maior progresso económico das populações comparativamente à política posta em prática nos outros dois territórios.

Em Moçambique, as hostilidades iniciaram-se mais tarde, em 1964, o que permitiu estudar, planear e montar uma campanha de acção psicológica. Apesar disso, aquando da eclosão da luta armada na província pouco restava dessa campanha[81].

---

[78] Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 379 e 380.
[79] Estado Maior do Exército, op. cit. (3), págs. 380 e 381.
[80] Diário de Notícias, *Guerra Colonial*, pág., 69.

No Comando-Chefe moçambicano, o ciclo de trabalho de acção psicológica iniciava-se pelo estudo da situação (procurando saber o que se passava), passando-se de seguida à análise da propaganda inimiga. Finalmente, eram apresentadas, geralmente em briefings aos diversos departamentos, as medidas apropriadas (tanto no âmbito da acção psicológica como noutras áreas)[82].

Mensalmente era enviado um relatório ao Governador Geral, para que se efectuasse a coordenação com as autoridades civis. Coordenação por vezes difícil, devido à ausência de comando unificado, como no caso da Guiné.

A 5ª Repartição (Acção Psicológica) procedia igualmente a operações de contrapropaganda, com vista a baixar o moral do inimigo adversário e desacreditar a sua causa.

O fundamental era conseguir a colaboração das populações e a forma de as contactar era através da acção social, sobretudo através da assistência sanitária. Era necessário conquistar os corações e as almas, através da saúde do corpo.

Na opinião do Senhor General Almiro Canêlhas, responsável pela acção psicológica ao tempo do Comandante Chefe General Kaulza de Arriaga, a etnia Maconde constituía o núcleo central da subversão em Moçambique.

A Frente Revolucionária para a Libertação de Moçambique (FRELIMO) movimentava-se com à vontade em território Maconde, no Norte da província, pelo que era necessário destruir os seus apoios, contribuindo assim para a sua desmoralização.

Era importante separar a população do inimigo. O momento em que a FRELIMO esteve à beira do colapso surge após a operação "NÓ GÓRDIO".

No entanto, as autoridades portugueses cometeram o erro de pensar que uma única acção militar poderia acabar com a FRELIMO.

Os objectivos não foram conseguidos porque os militares portugueses descuraram a vertente acção psicológica. O inimigo foi atemorizado, desarticulado, desmoralizado e desprestigiado perante as populações. Estas, em consequência da luta prolongada, apresentavam um acentuado desequilíbrio psicológico, tendo chegado a interrogar-se sobre a vontade da continuação do apoio à luta de libertação.

Os militares subestimaram e, simultaneamente, não exploraram características intrínsecas à etnia Maconde, a saber, independência relativamente a qualquer poder, ausência de respeito pela autoridade e estrutura familiar forte.

---

[81] Estado Maior do Exército, op. cit. (3), pág. 380.

[82] Se concluíssemos que existia um mal estar no seio de determinada etnia, por medidas de caracter administrativo, essas medidas tinham que ser corrigidas.

Apesar de tudo, a operação elevou os níveis de moral da tropa, mostrando-se confiantes na sua força, enquanto ao inverso baixou o moral do inimigo[83].

No entanto, o objectivo de conquistar populações ficou longe de ser alcançado. A área era demasiado extensa para as capacidades da força, o que permitiu às populações aguardar o resultado dos acontecimentos em relativa segurança. Não admira por isso que não se tenha verificado o êxodo, e consequente captura, das populações[84].

Existem, contudo, opiniões não coincidentes sobre os resultados e o desfecho final da operação "NÓ GÓRDIO".

Exceptuando a etnia Maconde, particularmente hostil à presença portuguesa, a população nativa moçambicana era favorável ao recrutamento para as Forças Armadas. No final do conflito, em 1974, metade do efectivo total na província era constituído por soldados negros (cerca de 10 mil)[85].

Os soldados nativos foram essencialmente utilizados como grupos especiais, participando em missões operacionais de intervenção, como complemento das forças regulares (caçadores, comandos e pára-quedistas).

Os aldeamentos constituíam a melhor forma de defesa das populações defendidas, pois a população dispersa era coagida a acompanhar o inimigo. Tornava-se assim mais fácil satisfazer as suas necessidades, tendo as tropas portuguesas liberdade de acção para se deslocarem em todo o território, havendo a sensação de que não existiam zonas sob domínio da FRELIMO[86].

Segundo um relatório militar português, as principais dificuldades no desenvolvimento da política de aldeamentos foram:

- Grande número de aldeamentos planeados;
- Falta de mentalização das autoridades administrativas para o dinamismo necessário para pôr em prática essa política;
- Inexistência de pessoal administrativo qualificado;
- Inexistência de estruturas de apoio à construção dos aldeamentos;
- Desprestígio das autoridades tradicionais, o que dificultava o enquadramento das populações;
- Impossibilidade de criação de novos destacamentos militares para apoio aos aldeamentos[87].

[83] Diário de Notícias, op. cit, pág., 465.
[84] Diário de Notícias, op. cit., pág., 467.
[85] Entrevista com o Tenente General Almiro Canêlhas.
[86] José Freire Antunes, op. Cit, pág. 200.
[87] Diário de Notícias, op. cit., pág. 237.

Exemplo concreto de acção psicológica é a Directiva Geral de Acção Psicológica n.º 1/71, de 29 de Maio. Nela, o Comandante Chefe, General Kaulza de Arriaga, define a missão de estudar, planear e realizar um conjunto de actividades psicológicas sobre as populações presentes na província, as forças nacionais (militares e militarizadas) o inimigo e as populações por ele controladas e as populações no exterior da província[88].

O conceito de operação compreende os princípios gerais orientadores da acção psicológica em Moçambique, a definição de responsabilidades e as zonas de esforço.

A Directiva Particular para a Defesa Psicológica em Tete, de 22 de Maio de 1971, identifica o tipo de actuação do inimigo, através do aliciamento da população (clandestina), a violência sobre populações sob autoridade tradicional que resistissem a esse aliciamento, acção armada contra as nossas forças apoiada em populações já dominadas.

Para recuperar as populações, a directiva determina a realização do reordenamento daquelas, para possibilitar o seu controlo.

Considerou-se que o melhor reordenamento era o aldeamento, pois para além da segurança, permitia a promoção social das populações e uma acção social eficaz que correspondia aos seus anseios e uma acção psicológica baseada em conceitos de lógica, de vantagem e de razão.

Ao longo de dois anos, o Comando do Agrupamento n.º 1979, posicionado no Norte de Moçambique, conseguiu repelir a subversão violenta que alastrava no distrito do Niassa.

A actividade operacional provocou a apresentação e/ou captura de cerca de 14 mil elementos da população fugida e desertores, devolvidas ao controlo das autoridades administrativas.

Foram repovoados aldeamentos e criados outros, operações em que a tropa teve parte activa. Além disso foram desenvolvidos esforços para a recuperação da população em aldeamentos e povoações dispersas, de que se destaca a prestação de tratamentos sanitários, fornecimento de refeições a deslocados e vestuário a capturados, frequência pelas crianças das escolas primárias militares e oficinas das unidades, abertura de poços comunitários, etc.

Os reveses sofridos pelo inimigo no Niassa em 1967 e 68 podem ter estado na origem do assassínio do líder da FRELIMO, Eduardo Mondale, em Dar es Salam, que coincidiu com o termo da missão do Agrupamento n.º 1979.

[88] Directiva Geral de Acção Psicológica Nº 1/71, do Quartel General da Região Militar de Moçambique.

Marcelino dos Santos, Samora Machel e Uria Simango assumiram a chefia da FRELIMO, após a morte do líder assassinado. No entanto, em breve surgiriam desentendimentos entre eles. Simango criticou publicamente os outros dois líderes, acusando-os de responsabilidade pelas deserções na FRELIMO[89]

Simango viria em Outubro de 1969 a ser suspenso da direcção da FRELIMO. Posteriormente, abandonou o movimento, vindo a inspirar a criação da FUMO (Frente Unida de Moçambique), em Nairobi. No seu manifesto, a FUMO responsabiliza o movimento de Samora Machel, entretanto empossado como presidente, pelo fracasso da luta em Moçambique.

Segundo o Brigadeiro Abel Barroso Hipólito, os revezes infligidos à FRELIMO deveram-se a factores que influenciaram favoravelmente a capacidade de Comando e operacional das forças, designadamente o valor atribuído á informação[90]; o planeamento da manobra integrada[91]; a unidade de acção[92]; o apoio dos escalões superiores; o valor das tropas[93] e a fidelidade da população[94].

[89] Abel Barroso Hipólito, *A Pacificação do Niassa. Um caso concreto de contra-guerrilha*, págs. 195 a 202.

[90] Máxima importância à informação sobre o inimigo, população e terreno, baseada na pesquisa junto das unidades subordinadas, comandos superiores, autoridades administrativas, policiais e tradicionais, reconhecimentos terrestres e aéreos e através do estudo de campanhas anteriores na região. Estas informações foram integradas em estudos detalhados do inimigo, população e terreno.

[91] Táctica, comunicações e de populações.

[92] Integração das directivas superiores, difusão de planos, directivas, ordens e normas de execução permanente aos comandos subordinados.

[93] Qualidades do soldado português: disciplina; sobriedade; estoicismo; generosidade, abnegação e coragem.

[94] As populações foram protegidas e assistida, o que contribui para a pacificação da região, através das informações sobre os movimentos dos guerrilheiros, resistência ao aliciamento e à intimidação pelo inimigo e colaboração activa nas batidas das nossas forças.

4. LIÇÕES E ENSINAMENTOS DO CONFLITO ULTRAMARINO

Humanismo. O soldado português é tendencialmente humanista, realizando continuamente uma acção social, sem para tal necessitar de ordens superiores, como atestam os êxitos nas relações com as populações quer em África quer na Bósnia, e até em Timor (recorde-se o constante apelo timorense para o regresso de tropas portuguesas).

No caso de Goa, a União Indiana desencadeou uma guerra subversiva, de carácter revolucionário. Essa acção provocou a morte de largas dezenas de europeus. Os indianos levaram a cabo atentados, atacaram postos militares, sabotaram caminhos de ferro, a despeito da apregoada política pacifista de Nehru. No entanto, viram-se obrigados a desencadear uma invasão armada, com 40 mil homens, apoiados por carros de combate, aviação e marinha de guerra. A invasão deve-se ao facto de as operações de guerra subversiva não terem permitido atingir os objectivos.

A experiência de Goa mostra que a União Indiana não conseguiu aliciar para a sua causa as populações, a despeito da hostilidade internacional face à presença portuguesa no território.

Nos campos de prisioneiros, os goeses faziam fila, sob um sol escaldante, para visitar prisioneiros portugueses, revela o Coronel Alexandre Morais, no livro "A Queda da Índia Portuguesa".

Relevam daqui as características do homem português, onde se salientam a sua superior capacidade de adaptação ao meio, espirito de sacrifício, coragem e humanismo.

Organização. A Secção de Acção Psicológica do Estado Maior do Exército, quando foi criada na primeira metade da década de 60, era composta por apenas dois elementos, um major do Estado-Maior e um oficial miliciano.

A 5ª Repartição, em Moçambique, dispunha apenas de quatro oficiais do Quadro Permanente e três oficiais milicianos com a especialidade de Acção Psicológica.

Imagina-se então a surpresa do general francês de visita ao Comando-Chefe moçambicano quando perguntou se a Repartição de Acção Psicológica dispunha de 150 elementos. A resposta deixou-o boquiaberto!!![95]

Os meios foram sempre escassos, tanto no aspecto operacional como no aspecto da acção psicológica.

A acção psicológica, embora complexa e especializada, não exige largos recursos. No entanto, nem sempre foi bem compreendida pelos próprios

[95] Entrevista com o Tenente General Almiro Canêlhas.

quadros das Forças Armadas. Porque a acção psicológica era confundida com a propaganda, no sentido de manipulação das mentes.

Embora confrontados com sinais da eclosão de conflitos, as autoridades portuguesas continuaram desatentas e só muito tarde, em 1970, foram criados órgãos especializados e doutrina específica.

Perante o envolvimento de grande número de famílias portuguesas nos conflitos africanos teria sido necessária a criação de um Serviço de Acção Psicológica, a nível nacional. Infelizmente, ele nunca chegou a existir.

No entanto, não se pode deixar de fazer notar que as condições socio-económicas e políticas vividas pela população portuguesa (baixos salários, ausências de liberdades políticas e cívicas, etc.) não facilitariam, de modo algum, a tarefa dos especialistas da acção psicológica.

Nos conflitos africanos, o empenhamento da quase totalidade dos efectivos nas missões de quadrícula permitiu uma acção de presença eficaz, facilitando um contacto efectivo com as populações, o seu conhecimento e auscultação.

A missão das Repartições de Acção Psicológica era estudar e conhecer a situação moral e psicológica não só das tropas como também das populações, detectando qual o estado de espirito, as sua motivações e as ideias a que eram mais sensíveis.

Conquistar as populações. A acção social nos vários Teatros de Operações provocou grandes dificuldades aos movimentos subversivos. O aliciamento das populações para as nossas teses fragilizou o binómio subversão/população.

A política de reordenamento da população respeitava o desejo das populações, proporcionando-lhes a melhoria das condições de vida, subtraindo-as da influência inimiga. Com ela obteve-se um efeito psicológico positivo.

Também a realização na Guiné dos Congressos do Povo, onde as populações eram chamadas a discutir e a interessar-se pelos próprios problemas, foi uma das soluções mais interessantes em África.

A africanização dos contigentes foi outra medida eficaz que permitiu mostrar à comunidade internacional a legitimidade da posição portuguesa, ao mesmo tempo que criava clivagens e antagonismos no inimigo.

Como exemplos de acção social aponta-se a construção de estradas e picadas, pontes, viadutos e pistas de aviação, captação e distribuição de água, construção de centrais, redes eléctricas e edifícios, que funcionou como apoio dos governos provinciais na melhoria das condições de vida dos militares e populações[96].

[96] Ministério do Exército, *Actividades do Exército*, Separata do Boletim de informação n.º 52, SPEME, 1969.

A subversão ganha-se indo de encontro à satisfação das necessidades básicas da população, eliminando-lhes a fome, a sede e a doença. A população é um elemento fundamental nesta guerra. **Ganha quem tiver consigo as populações.**

Unidade de Comando. Nos casos em que os comandos militar e político-administrativo não estavam unificados, existiram conflitos[97] muitas vezes decorrentes de conflitos inter-pessoais. A experiência do Guiné que a unidade de comando favorece as operações de acção psicossocial.

Análise do meio humano e do inimigo. A experiência, designadamente em Moçambique e na Guiné, mostrou a importância da elaboração antecipada dos estudos de situação do inimigo e população.

Moral das nossas tropas. Manter o moral elevado é fundamental numa guerra que procurava conduzir o adversário ao desânimo.

Tanto na Metrópole como nas Províncias Ultramarinas diversas publicações foram elaboradas que procuravam retratar com fiabilidade a situação completa, nos aspectos político, psicológico e militar.

Nos Cursos de Estado-Maior faziam-se constantes publicações de esclarecimento, mentalização e doutrinação.

A falta de informação pública origina o boato e o rumor, minando o moral das instituições e das populações.

5. OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

"O nosso trabalho é sobretudo dialogar, informar e influenciar as pessoas".

Tenente J.H. Landé, OC MIST, Relatório de Lições apreendidas da UNSMIH, Setembro de 1996.

A doutrina das Operações Psicológicas utilizadas por diversos exércitos no âmbito das operações de paz permitem-nos tirar importantes ilações para a nossa própria.

No exército da **Suécia**[98], as Operações Psicológicas são definidas como actividades psicológicas planeadas, em guerra ou paz, contra o inimigo e

[97] As autoridades militares pretendiam atrair populações através de aldeamentos, por exemplo. Como fazer isto se elas estavam sujeitas a uma autoridade administrativa e não à militar. Existia conflito de autoridade.

[98] Joint Military Doctrine, *Peace Support Operations*, Outubro de 1997, pág. 5-6.

outras audiências, quer amigas, quer neutrais, por forma a influenciar atitudes e comportamentos que possam afectar a prossecução de objectivos políticos e/ou militares.

Os atributos das Operações de Informação poderão também orientar a aplicação das Operações Psicológicas. Mas, enquanto as Operações de Informação são preferencialmente um recurso nas tarefas de informação diária, as Operações Psicológicas podem constituir uma técnica a aplicar em situações críticas, devendo ser coordenadas aos mais altos escalões.

As Operações Psicológicas podem constituir um recurso em todas as actividades das Operações de Apoio à Paz. Em caso de falha numa operação de informação, originando, por isso, o efeito oposto ao desejado, as Operações Psicológicas podem servir para gerir a situação de crise entretanto criada. Na prática, as Operações de Informação e as Psicológicas podem aparecer sobrepostas, da mesma forma que as operações de apoio à paz representarão a relação contínua entre o uso da força e a necessidade de promover, preservar e manter o consentimento.

As Operações Psicológicas realçam os objectivos políticos e militares, que mais facilmente serão atingidos se a população local estiver em sintonia com a força de apoio à paz e com os objectivos dessa operação na área.

Variadas e diferentes populações alvo poderão ser atingidas, desde autoridades civis e militares da área, aos comandantes das unidades das facções presentes, a sectores localizados da população e até à própria opinião pública internacional.

Nas Operações de Apoio à Paz, as operações psicológicas têm cinco funções básicas: preparar a missão; informar e instruir; consolidar para promover o consentimento; prevenir a acção psicológica de outrém potencialmente prejudicial à consecução dos objectivos; contra propaganda, rumores e desinformação.

A análise das Operações Psicológicas ou informação veiculada pelas autoridades locais, representantes militares das partes, meios locais de comunicação social, entre outros, poderá fornecer avisos prévios de atitudes e comportamentos, ou no mínimo constituírem indicadores de acções futuras.

A utilização correcta das Operações Psicológicas pode reduzir a eficiência da guerra psicológica executada pelas partes beligerantes. Através da identificação da propaganda e da desinformação, contrapondo uma informação objectiva ou mesmo contrapropaganda em situações de força, as Operações Psicológicas podem ser um recurso fundamental na estabilização do conflito.

No Exército dos **Estados Unidos da América**[99], as operações psicológicas são operações planeadas para encaminhar informação seleccionada e indicadores para as audiências estrangeiras, para influenciar as suas emoções, motivos, razões e, em última instância, o comportamento dos governos, organizações, grupos, e indivíduos.

As Operações Psicológicas visam influenciar ou reforçar as atitudes e comportamentos dos não nacionais, de forma a torná-los favoráveis aos objectivos do promotor. As operações referidas anteriormente são parte vital de todo um largo espectro de actividades, políticas, militares, económicas, e de informações.

As Operações Psicológicas são utilizadas para fazer chegar a mensagem aos grupos alvo e às audiências locais.

Alguns objectivos das Operações Psicológicas podem incluir: aumento da protecção e segurança da força (através da explicação da missão e antecipação do desenvolvimento de falsas expectativas e providenciando meios não persuasivos para comunicar com a população local); facilitar a condução das operações providenciando um sistema capaz de fornecer instruções à população local.

Devido ao envolvimento de Portugal na OTAN/NATO, julga-se pertinente a consulta do Anexo G sobre a doutrina das Operações Psicológicas e os exemplos de acção psicológica em Operações de Apoio à Paz[100].

[99] JOINT CHIEF OF STAFF, *Joint Task Force Commander's. Handbook for Peace Operations*, pág III-22.

[100] Ver Anexo I.

6. CONCLUSÕES

"Não basta, para ser justo, fazer o Bem; é preciso também que os outros estejam convencidos disso."

Napoleão

As operações de paz são conduzidas em ambientes caracterizados por recursos escassos, desordenados, perigosos, próximo das populações e com fortes conotações políticas.

As unidades podem estar distantes entre si e isoladas do escalão superior, mas não da população. A compreensão da situação política e social no local torna-se importante, até ao mais baixo nível hierárquico. Deste modo, as unidades não podem depender apenas do escalão superior para a obtenção de informações.

Nas Operações de Apoio à Paz pode haver a necessidade de lidar com grupos não organizados de irregulares com formas de actuação idênticos ao da guerrilha (terroristas, "mafias", outros segmentos da população de carácter conflituoso e marginal, etc.).

Estes elementos tentarão capitalizar a seu favor os sentimentos de privação dos direitos civis ou de descontentamento no seio das populações.

Esses elementos estarão estreitamente ligados à população, podendo mesmo fazer parte dela. Para lidar com esta situação, a Cooperação Civil-Militar (CIMIC) e as Operações Psicológicas (PSYOP) podem ser as "armas" mais adequadas a utilizar.

Nas Operações de Apoio à Paz o consentimento também se ganha, indo de encontro à satisfação das necessidades básicas das populações. O contacto com as populações, o seu conhecimento e auscultação, são necessários para a satisfação dessas necessidades.

Este desiderato pode ser alcançado com forças em missão de quadrícula, dispersando-as pelo maior número possível de aquartelamentos, ou criando algo similar aos "Congressos do Povo[101]", referimo-nos à auscultação das autoridades locais e das populações[102].

A exemplo da guerra colonial, os militares portugueses desenvolvem acção psicossocial nas operações em que têm estado envolvidos, pois o soldado português tem uma tendência humanista inata, realizando a acção social, frequentemente por iniciativa própria. A esta característica se devem

[101] Na Guiné.

[102] Por forma a estabelecermos prioridades na acção social a realizar, indo de encontro às necessidades e anseios das populações (saúde, educação, infra-estruturas, etc).

muitos dos êxitos obtidos durante a guerra colonial, recentemente na Bósnia, de novo em África. no âmbito da Cooperação Técnico-Militar e certamente num futuro próximo em Timor.

Em futuras forças destacadas para missões de apoio à paz, as Forças Armadas devem incluir uma Secção de Acção Psicológica ao nível de Batalhão ou Brigada, constituída por dois oficiais (um oficial superior e um capitão) e por um sargento.

Deve ser prevista a criação de uma Repartição de Acção Psicológica na Divisão de Informações Militares (DIMIL) do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), responsável pelo planeamento da acção psicológica e pelo estudo da situação moral e psicológica não só das tropas como também das populações.

Essa Repartição deverá promover o levantamento e estudo das populações onde for previsível a utilização de forças em Operações de Apoio à Paz, recolher ensinamentos e lições, elaborar doutrina conjunta nesta área e publicar manuais de apoio aos militares destacados para essas missões[103].

A Repartição teria igualmente a responsabilidade de facilitar a ligação das actividades militares ao meio civil, promovendo assim a melhoria da imagem pública institucional das Forças Armadas.

A constituição dessa Repartição pode tomar como ponto de partida o organigrama da Repartição de Assuntos Civis e Acção Psicológica do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné[104], já que nos dias de hoje mais se justifica a estreita coordenação entre os assuntos civis, as relações públicas e a acção psicológica.

Não se compreende como passados tantos anos, as escolas militares continuam a ignorar áreas como a psicologia, a propaganda e a contra propaganda, de forma a elevar o nível de conhecimento dos militares, nessas matérias.

A exemplo de outros exércitos e beneficiando da nossa larga experiência, é altura das Forças Armadas portuguesas elaborarem e introduzirem doutrina conjunta de Acção Psicológica nas Operações de Apoio à Paz.

---

[103] São disso exemplo o folheto "Missão em Angola" e a "Colecção - Soldado! Coisas Importantes que Deves Saber!".

[104] Ver Anexo D.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- AAVV, *Boletim n.º 49*, Lisboa, IAEM, 31 Julho 1999.
- AAVV, *Campanhas de África e a estratégia Nacional*, Lisboa, IAEM, 1996.
- AAVV, *Operações de Paz*, Fort Leavenworth, Military Review, 4º Trim 1997.
- ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África 1961-1974*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, 2 vols.
- CANN, John P., *Contra-Insurreição em África. O Modo Português de fazer a Guerra, 1961-1974*, S. Pedro do Estoril, Edições Atena Lda., 1998.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Guerra Colonial. Angola. Guiné. Moçambique.*, Lisboa, Naveprinter, 1998.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, *O Exército na Guerra Subversiva*, Lisboa, EME, 1963, 5 vols.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (61-74). Enquadramento Geral.*, Lisboa, Beira Douro Lda., 1998.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (61-74). Aspectos da Actividade Operacional. Angola.*, Lisboa, EUROPRESS, 1998.
- HIPÓLITO, Abel Barroso, *A Pacificação do Niassa. Um caso concreto de contra-guerrilha*, Lisboa, Liga dos Combatentes, 1970.
- IAEM, *Notas Complementares da 5ª Repartição. Acção Psicológica.*, Lisboa, IAEM, s.d.
- JOINT CHIEF OF STAFF, *Joint Task Force Commander's. Handbook for Peace Operations*, USA, Joint Warfighting Center, 16 Junho 1997.
- JOINT MILITARY DOCTRINE, *Peace Support Operations*, Suécia, Internet, Outubro 1997.
- MORAIS, Carlos A. de Morais, *A Queda da Índia Portuguesa. Crónica da Invasão e do Cativeiro.*, Editorial Intervenção, Braga-Lisboa, 1980.
- NATO, *AJP-1(A) – Allied Joint Operations Doctrine. 3 RD Study Draft.*, s.l., s.d.
- NUNES, Luís Filipe Tavares Nunes, *NC 73-00-33 – Apontamentos Sobre a Evolução Mundial Após a Segunda Grande Guerra com Incidências no Problema Colonial.*, Lisboa, IAEM, 1999.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo, *Guerra Revolucionária*, Lisboa, Tipografia das Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1961.
- ROYAL NETHERLANDS ARMY, *Military Doctrine*, Holanda, LANDMATCH, Abril 1996.

🕮 SIPFA, *Acção Psicológica nas Forças Armadas - Manual*, Lisboa, SGDN, 22 Agosto 1963.

🕮 SIEGEL, Pascale Combelles, *Target Bosnia: Integration Information Activities in Peace Operations. NATO-Led Operations in Bosnia-Herzegovina.*, s.l., Internet, Dezembro 1995-1997.

🕮 WENTZ, Larry, *Lessons Bosnia: The Ifor Experience*., Internet, s.l., s.d.

Artigos

🗁 AAVV, "Operaciones Psicológicas", *Ejército*, n.º 678, Dezembro 1996, pp 46-79.

🗁 AAVV, "Preparação para as Operações de Manutenção de Paz", *Military Review*, 1º Trim., 1995, pp 29-41.

🗁 AAVV, "Winning the Information War in Haiti.", *Military Review*, November-December 1995, pp 3-9.

🗁 AAVV, *Relatório da Missão à Argélia.*, Lisboa, Ministério Maior do Exército Agosto 20 Maio 1959.

🗁 ALVES, José Lopes, "Os Fenómenos Subversivo e Contra-Subversivo", *Revista Militar*, pp 1073-1121.

🗁 ARRIAGA, Kaúlza de Arriaga, "A Guerra em Moçambique no Período de 1969/1973.", *Revista Militar*, nº 10, Outubro 1997, pp 851-857.

🗁 BESSA, Carlos Gomes, "Angola. A Luta Contra a Subversão e a Colaboração Civil-Militar.", *Revista Militar*, nº 8-9, Agosto-Setembro 1972, pp 407-443.

🗁 BISPO, António de Jesus Bispo, "Operações de Paz.", *Revista Militar*, vol 48, 1996, pp 21-37.

🗁 BOURQUE, J. D. R., "Information Operations for Canada", Internet, s.d.

🗁 BOWDISH, Randall G., "Information-Age. Psychological Operations.", Internet, s.d.

🗁 BOYD, Morris J., "Operações de Paz", *Military Review*, 3º Trim., 1995, pp 25-34.

🗁 CANÊLHAS, José Luís Almiro, "Estratégia Psicológica", *Nação e Defesa*, nº 27, 1983, pp 59.

🗁 CARDOSO, Pedro, *A Manobra Psicológica no Teatro de Operações da Guiné de 1968 a 1973*, Apontamentos, s.d.

🗁 CARDOSO, Pedro, *Atlas da Lusofonia*, Apontamentos, s.d.

🗁 CARVALHO, L. P. Macedo, "Operações de Paz.", *Revista Militar*, nº 11-12, Nov-Dez 1995, pp 1045-1062.

🗁 COELHO, Adelino de Matos Coelho, "Legitimidade e Limites do uso da Força nas Operações de Paz", *Revista Militar*, nº 11, Novembro 1997, pp 1001-1042.

🗁 COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS NA GUINÉ, *Directiva nº 11/72 - Conduta da Manobra na Época das Chuvas de 1972.*, Bissau, 1972.

🗁 COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS NA GUINÉ, *Directiva nº 12/72 - Conduta da Acção para o Período de Agosto/Setembro.*, Bissau, 4 Agosto 1972.

🗁 COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS NA GUINÉ, *Directiva nº 65/69 - Manobra Sócio-Económica. Esforço no "Chão Manjaco"*., Bissau, 13 Agosto 1969.

COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, *Directiva Geral de Acção Psicológica n.º 1/71 – 5ª Repartição.*, Nampula, 29 Maio 71.

COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, *Directiva n.º 33/70 de Acção Psicológica para o Mês de Outubro – 5ª Repartição.*, Nampula, 10 Janeiro 1967.

COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, *Directiva n.º 36/70 de Acção Psicológica para o Mês de Novembro – 5ª Repartição.*, Nampula, 1 Outubro 1970.

COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, *Directiva n.º 38/70 de Acção Psicológica para o Mês de Dezembro – 5ª Repartição.*, Nampula, 1 Novembro 1970.

COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, *NEP – Acção Psicológica – 5ª Repartição*, Nampula, Abril 1971.

COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, *Relatório Especial de Acção Psicológica n.º 1/70 - 5ª Repartição.*, Nampula, Agosto 1970.

COSTA, José Martins Barra da, "População em Guerra Subversiva", *Jornal do Exército*, Lisboa, 1962.

ESCUELA DE ESTADO MAYOR, "capitulo 6 Operaciones Psicológicas en Missiones de Paz, *Monografia PSYOP*, Espanha, Escola Superior del Ejercito, 1999.

FINABEL, *Etude A.15.R*, Perouse, 1999.

GALRIÇA, Fernando, "Acção Psicológica", *Revista de Artilharia*, nº 579-580, 1993, pp 185-193.

GARCIA, Francisco Proença, "Os Doutrinadores da Subversão e a sua Aplicabilidade nas Campanhas de África (1961-1974).", Revista Militar, nº 2363, Dezembro 1998, pp 1073-1121.

LEMOS, Renato Índio da Costa, "As Operações de Paz da ONU", *A Defesa Nacional*, nº 770, OutNov-Dez 1995, pp 65-79.

LORENZ, F. M., "Forging Rules of Engagement: Lessons Learned in Operation United Shield", *Military Review*, November-December 1995, pp 17-25.

MCCAFFREY, Barry, "As Operações de Manutenção da Paz", *Military Review*, 1º Trim., 1995, pp 3-11.

MENDEL, Willian W., "As Forças Armadas dos EUA: Diversidade de Missões no Século XXI.", *Military Review*, 3º Trim., 1995, pp 62-69.

REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE, *SUPINTREP nº 22 – Populações de Moçambique.*, Nampula, Outubro 1967.

REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE, *SUPINTREP nº 23 – Panorama Religioso de Moçambique.*, Nampula, Outubro 1967.

SIEGEL, Pascale Combelles, "Information Activities in the Command and Control of Peace Operations: IFOR, Bosnia-Herzegovina. December 1995 – December 1996.", Internet, s.d.

SIEGEL, Pascale Combelles, "Information Activities Support to the International Organizations, NATO, Bosnia-Herzegovina. December 1995 – July 1997.", Internet, s.d.

SIEGEL, Pascale Combelles, "Target Bosnia: Integration Information Activities in Peace Operations. NATO-Led Operations in Bosnia-Herzegovina", Internet, Dezembro 1995-1997.

- SILVA, Lélio Gonçalves R., "Operação de Paz em Moçambique", *Military Review*, 1° Trim., 1995, pp 13-27.
- TAVARES, José Fernandes Marques, "Operações de Apoio à Paz.", *Boletim do IAEM*, n° 31, 21 Maio 1994, pp 37-55.
- TULAK, Arthur N., "Information Operations in support of demonstrations and Shows of Force.", Internet, s.d.
- VAZ, Mira, "A ONU e o Futuro das Operações de Paz", *Nação e Defesa*, n° 68, Outubro-Dezembro 1993, pp 103-119.
- WENTZ, Larry, "C4ISR. Experiences.", Internet, s.d.
- WENTZ, Larry, "Information Operations: The IFOR Experience.", Internet, s.d.
- WENTZ, Larry, "Lessons Bosnia: The Ifor Experience", Internet, s.d.
- WHEELER, J. R.., "Is the Operational Art Applicable to Operations Other Than War.", Internet, s.d.

Outras Referências

- ☑ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, *Cadernos Militares*, Lisboa, SPEME, s.d.
- ☑ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, *Colecção - Soldado! Coisas Importantes que Deves Saber!*, Lisboa, SPEME, s.d.
- ☑ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, *Missão em Angola*, Lisboa, SPEME, 1971.
- ☑ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, *Missão em Moçambique*, Lisboa, SPEME, 1970.

Internet

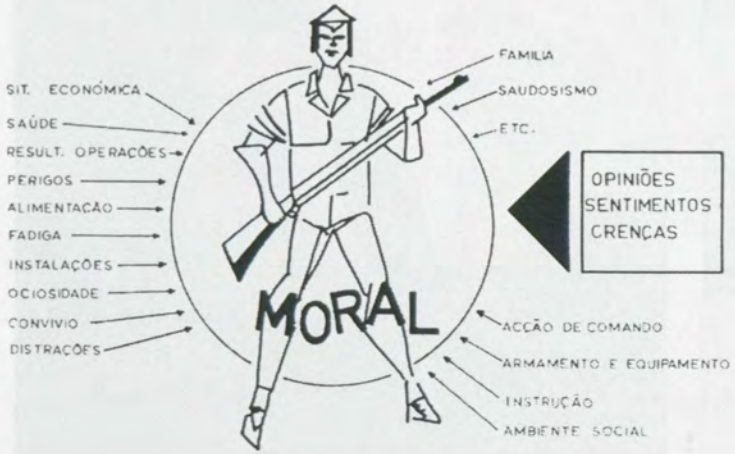
- ☑ http://call.army.mil/
- ☑ http://www.adfwc.org.au/
- ☑ http://www.afsc.edu/
- ☑ http://www.allc.com/
- ☑ http://www.cfcsc.dnd.ca/
- ☑ http://www.cs.amedd.army.mil/
- ☑ http://www.defence.gov.au/
- ☑ http://www.influenceatwork.com/
- ☑ http://www.mil.se/
- ☑ http://www.nato.int/
- ☑ http://www-tradoc.monroe.army.mil/

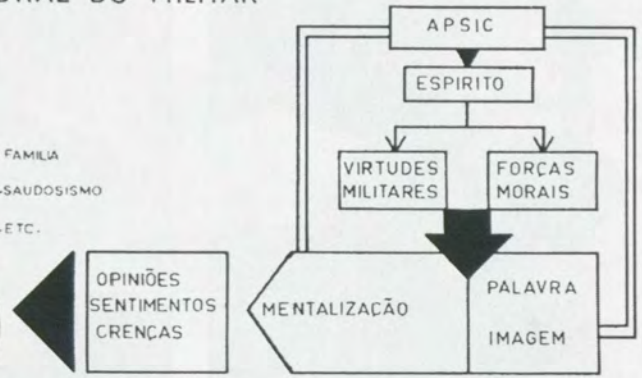
Anexo A – ENTREVISTAS

Entidade	Data e Local	Assunto
Entrevista cedida pelo Senhor General Pedro Cardoso	Presidência do conselho de Ministros, em 9 de Setembro de 1999	Acção Psicossocial na Guiné.
Entrevista cedida pelo Senhor Tenente General Almiro Canelhas.	Residência, em 4 e 26 de Novembro de 1999.	Acção Psicossocial na Metrópole e em Moçambique .
Entrevista cedida pelo Senhor Major General Lemos Pires.	EURODEFENSE/ FIL, em 14 de Outubro de 1999.	Acção Psicossocial na Guiné.
Entrevista cedida pelo Tenente Coronel INF Vítor Ferreira.	IAEM, em 24 de Novembro de 1999.	Operações Psicológicas na NATO.

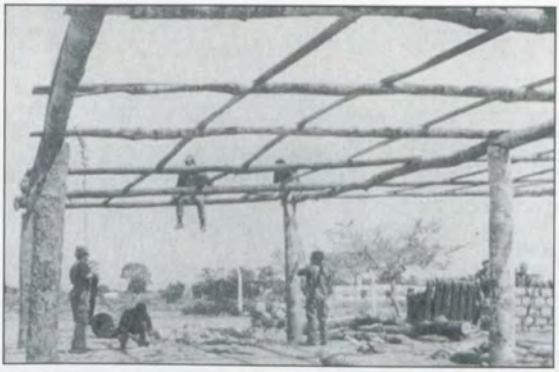
AMBITO DA APSIC (EXEMPLO)

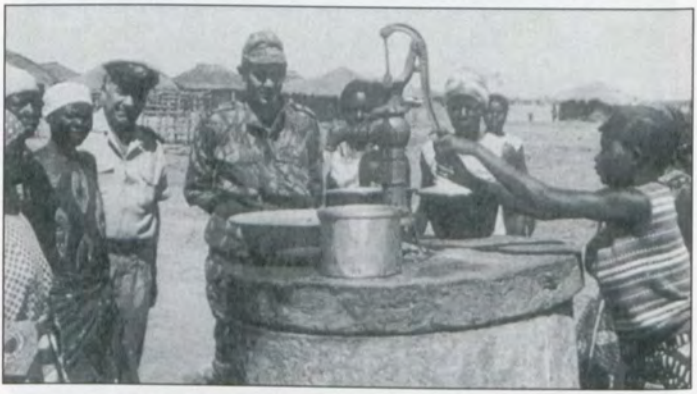
FACTORES QUE AFECTAM O MORAL DO MILITAR





Anexo C – ACÇÃO PSICOSSOCIAL NO CONFLITO ULTRAMARINO





Aldeamento na Guiné, com trincheira para autodefesa

Populações em autodefesa

Anexo D – REPARTIÇÃO DE ASSUNTOS CIVIS E ACÇÃO PSICOLÓGICA

Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné
Repartição de Assuntos Civis e Acção Psicológica

Fonte: Major General Lemos Pires

Anexo E – PANFLETOS DE ACÇÃO PSICOLÓGICA

Miguel Artur Murupa

Mais um importante dirigente da Frelimo apresentou-se às Autoridades Portuguesas

Declarou o seguinte:

— Regressei porque a Frelimo obedece aos estrangeiros russos e chineses que só querem roubar a nossa terra;

— Regressei porque os terroristas tratam mal a população que vive com eles;

— Regressei porque acredito que Portugal está no caminho certo e quer a felicidade das populações;

— Regressei porque sou católico e a Frelimo é contra Deus e não se interessa pelos direitos do Homem;

— Regressei porque a guerra vai acabar e depois disso o povo vai precisar de viver bem. Por isso vim ajudar o Governo Português no trabalho de melhorar as condições de vida das populações; de se arranjar melhores machambas, de se construirem mais Escolas e melhores casas e de serem tratadas as doenças, assim acabarão os sofrimentos de quem vive no mato.

Miguel Artur Murupa

A TROPA TINHA AVISADO QUE VOLTAVA COM FORÇA
E QUE O VOSSO SOFRIMENTO IA AUMENTAR

MUITAS MACHAMBAS FORAM DESTRUÍDAS. A FOME VAI AUMENTAR.

AS CONTENDAS A VIVER JUNTO DA FRELIMO, VEZ SOFRIMENTO VAI CONTINUAR.

APRESENTA-TE NOS QUARTÉIS E ACABA TEU SOFRIMENTO.

---

6 APRESENTA-TE

À TROPA

---

2 OS CHEFES DA FRELIMO VIVEM BEM

O GUERRILHEIRO NÃO TEM NADA

---

3 OS COMBATENTES DA FRELIMO SÃO INIMIGOS DO **POVO**

QUANDO O POVO TRABALHA NA MACHAMBA
FRELIMO ATACA, MATA E LEVA GENTE À FORÇA

Aos Cristãos que estão na UPA

A UPA MENTIU ao prometer a felicidade na terra e a independência no NATAL
Que conseguiram vocês depois de tantos sacrifícios e tantas mortes ?

NADA

Continuam fugidos nas matas, sofrendo fome e frio

A UPA MENTIU

A UPA quis o vosso dinheiro para o HOLDEN ROBERT passear e gozar

O que vos deu a UPA?

NADA : continuais FUGIDOS e ESCORRAÇADOS
Tu és CRISTÃO e não podes continuar nessa vida
Lembra-te de que estamos no NATAL
NATAL CRISTÃO ! ..... FESTA DE ALEGRIA E DE PAZ !

Conheces o EVANGELHO?

É o EVANGELHO que te ordena que festejes o NATAL

NASCEU-NOS HOJE UM SALVADOR (S. Lucas, II, 11)

Assim se anuncia a vinda do PRINCIPE DA PAZ (Isaias, IX, 6)
Veio ELE ao Mundo para nos dar a PAZ :

DEIXO-VOS A PAZ, DOU-VOS A MINHA PAZ! (S. João, XIV, 27)

Cantaram os anjos no Natal :

GLÓRIA A DEUS NAS ALTURAS E PAZ NA TERRA AOS HOMENS DE BOA VONTADE
(S. Lucas, II, 14)

Tens tu BOA VONTADE ?

É pelas obras que se mostra a BOA VONTADE
Só será feliz, só terá PAZ quem pratique boas obras
Pelas obras se conhecem os HOMENS

BEM-AVENTURADOS OS PACIFICOS, PORQUE ELES SERÃO CHAMADOS FILHOS DO BEM
(S. Mateus, V, 9)

Como terás tu a PAZ dos filhos de DEUS, se não fores justo nas tuas obras e continuares a acreditar nos falsos profetas da UPA
ATENÇÃO ! Escuta o que te diz S. PAULO (corintios, VI, 9)

NÃO SABEIS QUE OS INJUSTOS NÃO POSSUIRÃO O REINO DE DEUS?
NÃO VOS ENGANEIS...

Somos cristãos
Pretos e brancos todos somos IRMÃOS porque somos filhos do mesmo DEUS

O DEUS DA PAZ !

QUE MANDOU PERDOAR E NÃO ODIAR

Que todo o nosso cuidado seja
UNIRMO-NOS COMO IRMÃOS

CONSERVANDO A UNIDADE DO ESPIRITO POR MEIO DOS LAÇOS DE PAZ
(S. Paulo, Ef, IV, 3)

Não acredites em mais mentiras !

HOLDEN ROBERT é FALSO CRISTÃO... Quer a luta para o NATAL !

HOLDEN ROBERT RENEGA ASSIM O FILHO DE DEUS ?

Abandona os falsos catequistas da UPA

APROVEITA O NATAL

Regressa à tua senzala e às tuas terras com a tua mulher e os filhos. Regressa como regressaram já os povos de BANZA SOSSO, SÁCAMO, BÉU, NOVA ESPERANÇA, QUIBAXE, QUITEXE, CARMONA, NEGAGE, CAMABATELA, CAIONGO, CUANGO, SANTA CRUZ, MACOCOLA, BUENGA SUL, 31 DE JANEIRO e tantos outros

LUTAMOS PELA PAZ

SOLDADO!

Tens cumprido dignamente o teu DEVER ao serviço do País.
A TUA MISSÃO CONTINUA DEPOIS DE DESMOBILIZADO
Quando chegares à tua terra, os teus parentes, os teus amigos, os teus conhecidos, gostam que lhes contes o que passaste em Africa.

É TEU DEVER ESCLARECÊ-LOS

Conta-lhes tudo o que viste no ULTRAMAR e faz que compreendam a IMPORTÂNCIA DA MISSÃO em que participáste

Mas...

—NÃO EXAGERES!
—NÃO SEJAS MÁ LÍNGUA!
—NÃO ARMES EM FANFARRÃO!
—NÃO INVENTES!

SE NÃO FORES VERDADEIRO...

—Semearás o BOATO!
—Espalharás o PÂNICO!
—Colaborarás com o inimigo!
—Serás mal visto e criticado!

SE FORES VERDADEIRO E SENSATO...

—Tomarás compreendida a grandeza da tua missão!
—Prestarás um BOM SERVIÇO ao TEU PAÍS, ao TEU EXÉRCITO, aos TEUS AMIGOS e a ti PRÓPRIO!
—Serás RESPEITADO E ADMIRADO!

TENS À TUA FRENTE DOIS CAMINHOS...
SEGUIRÁS AQUELE QUE A TUA INTELIGÊNCIA HONESTAMENTE TE INDICAR.

Panfleto divulgado pela FRELIMO com o qual se pretende evitar que a população seja reagrupada pelas nossas autoridades.

14

Anexo F – GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIA

Nota: As iniciais de cada item identificam a fonte da definição. DOD é o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Department of Defense), IADB é o Conselho de Defesa Inter-Americano (Inter-American Defense Board), I é da Interpol e NATO é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO).

- **Operações Cobertas**[105] (DOD, I, IADB)

Operações planeadas e executadas para esconder a identidade ou permitir a negação da entidade ou força.

Diferem das operações clandestinas já que o ênfase é colocado na negação da entidade ou força, em vez de na negação da operação.

- **Actividades de Consolidação Psicológica** (DOD, NATO)

Actividades psicológicas planeadas, em tempo de paz ou guerra, dirigidas à população civil localizada em áreas sob controlo de forças amigas, com o fim de se obterem os comportamentos desejados, que apoiem os objectivos militares e a liberdade de acção operacional dos comandantes apoiados.

- **Média Psicológica** (Meios de Comunicação Social Psicológica) (NATO)

Meios de Comunicação social, técnicas ou não, que estabelecem qualquer tipo de comunicação com as audiências alvo.

- **Operações Psicológicas** (DOD)

Operações planeadas para dirigir informações e indícios seleccionados, para audiências estrangeiras, com o fim de influenciar as suas emoções, motivos, objectivos e comportamentos dos seus governos, organizações, grupos e indivíduos. A finalidade das operações psicológicas é a de induzir ou reforçar atitudes ou comportamentos de populações e forças estrangeiras, que seja favoráveis aos nossos objectivos. São também dominadas PSYOP. Ver também **gestão de percepções**.

[105] Covert Operations.

- **Operações Psicológicas** (NATO)

Actividades psicológicas planeadas em tempo de paz ou guerra, dirigidas para audiências inimigas, amigas ou neutras para influenciar as suas atitudes e comportamentos, por forma a serem atingidas os objectivos políticos e militares. Incluem actividades psicológicas estratégicas, operações de consolidação psicológica, e actividades psicológicas no campo de batalha.

- **Operações Psicológicas** (IADB)

Estas operações incluem a guerra psicológica, levada a cabo paralelamente com acções políticas, militares, económicas e ideológicas e conduzidas para criar em forças ou grupos neutros ou amigos, emoções, atitudes e comportamentos, com a finalidade de apoiar o alcançar dos objectivos nacionais.

- **Conceito de Operações Psicológicas** (NATO)

Técnica adoptada para induzir uma reacção desejada na audiência alvo.

- **Situação Psicológica** (NATO)

Estado emocional actual, disposição mental, ou outro tipo de motivação comportamental da audiência alvo, basicamente fundamentada nas particularidades da política nacional, social, económica e peculiaridades psicológicas, mas também que sejam sujeitas à influência das circunstâncias e acontecimentos.

- **Tema Psicológico** (NATO)

Ideia ou tópico na qual é baseada uma operação psicológica.

- **Guerra Psicológica** (DOD, IADB)

Uso de propaganda ou acções de lógica psíquica, planeadas para influenciar a opinião, emoções atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros hostis de maneira a serem alcançados os objectivos nacionais. Ver também **Consolidação de Guerra Psicológica**.

- **PSYOP**

Ver **Operações Psicológicas**.

- **Gestão de Percepções** (DOD)

Acções para facilitar ou negar o acesso a informação e indícios seleccionados a uma audiência estrangeira, afim de influenciar as suas emoções, motivos e objectivos, e a sistema de informação e líderes a todos os níveis, com vista a influenciar estimativas oficiais, resultando em comportamentos e acções oficiais por parte das forças e população estrangeira, favoráveis aos nossos objectivos (objectivos das forças que as levam a cabo).

Em vários aspectos, a gestão das percepções combina a difusão de matérias verdadeiras, operações de segurança, cobertura e decepção e operações psicológicas. Ver também **Operações Psicológicas**.

Anexo G – OTAN/NATO - ACTIVIDADES PSICOLÓGICAS DE APOIO À PAZ

Na **OTAN (NATO)**[106], existe uma categoria de Operações Psicológicas (PSYOPS) para operações de paz[107], designada por Actividades Psicológicas de Apoio à Paz (PSPA). As autoridades militares da OTAN são primariamente responsáveis apenas pela conduta das Actividades Psicológicas de Apoio à Paz[108]. Estas actividades têm também aplicação ao nível operacional e táctico, no apoio e acompanhamento da missão de apoio à paz duma força conjunta aliada e são:

a. Da responsabilidade do Comandante da Força Conjunta Aliada (COMAJF), planeadas e conduzidas como parte integral das operações de apoio à paz;
b. Dirigidas aos adversários e população civil na área de operações;
c. Concebidas para criar uma "atmosfera" de apoio e uma vontade para cooperar entre os adversários e a população civil, com a finalidade de proteger a força e auxiliar na prossecução dos objectivos da missão;
d. Conduzidas seguindo os princípios da Verdade, Credibilidade e Unidade de esforço;
e. Planeadas no contexto e âmbito da directiva de operação/missão do COMAJF e em consonância com os objectivos psicológicos estratégicos da Aliança.

Os factores que podem afectar a campanha de PSYOPS do COMAJF, são:

a. A Selecção de audiências alvo adequadas. Os alvos potenciais das PSYOPS são, por exemplo, grupos políticos, sociais, culturais, étnicos, religiosos ou militares. A escassez dos recursos das PSYOPS leva a que, normalmente, se necessite duma cuidada selecção das audiências alvos a que se deverão dirigir. Deve ter-se em conta o seguinte:
(1) vulnerabilidade duma audiência a determinada aproximação psicológica, isto é, poderá a audiência ser persuadida ou influenciada?

[106] NATO, *AJP-1(A) – Allied Joint Operations Doctrine*, 3 RD Study Draft.
[107] Encontra-se proposta.

(2) a aptidão dessa audiência para reagir de acordo com o efeito desejado, nela directamente manifestado ou, indirectamente, em outros grupos;
(3) a acessibilidade dessa audiência aos vários tipos de média disponíveis.

b. **Selecção e desenvolvimento de temas credíveis**. Quando tiverem sido seleccionadas audiências alvo vulneráveis, efectivas e acessíveis, deverão ser tidos cuidados semelhantes na selecção de temas. Existem três aspectos fundamentais:

(1) Os temas têm de ser fiáveis. Para alcançar a credibilidade, devem basear-se em informação detalhada sobre os antecedentes e num apurado conhecimento da situação actual. No longo prazo, a melhor garantia para a credibilidade é o respeito pela verdade. A verdade é um requisito em essencial em Actividades Psicológicas de Apoio à Paz.
(2) Os temas escolhidos devem apoiar a missão do COMAJF, os objectivos das PSYOPS e a causa das forças conjuntas aliadas.
(3) Os temas deverão fazer sentir à audiência alvo a premência em adoptar uma determinada atitude, passível de aceitação por parte dessa audiência e em conformidade com a acção previsível. Por outras palavras, os temas deverão levar a uma modalidade de acção que pareça razoável e realista à audiência alvo.

c. **Coordenação de operações**. Os temas das PSYOPS deverão ser entendidos pelas audiências alvo como expressões da política nacional e da Aliança. Qualquer inconsistência entre temas usados por diferentes agências ou a diferentes níveis, pode desacreditar a operação e prejudicar irremediavelmente a causa da força conjunta aliada. Para evitar isto, a chave é uma cuidada coordenação das PSYOPS.

d. **Oportunidade**. As actividades psicológicas levadas a cabo no momento oportuno, contribuirão de modo significativo ou, se necessário, minimizarão o impacto das operações. Contrariamente, se inoportunas, podem revelar-se ineficazes ou até reforçar a causa do adversário. O Estado-Maior das PSYOPS deverá ser capaz de analisar a situação psicológica do adversário, identificar audiências alvo adequadas, seleccionar temas e então, preparar, coordenar e

executar operações à medida que a situação se desenrola. Deverá fazê-lo com a necessária rapidez por forma a tirar partido das vantagens que se vão apresentando. As PSYOPS, ao contrário de outros tipos de operação, raramente produzem resultados imediatos. É necessário tempo para as ideias amadurecerem, para provocar erosão no moral do adversário ou para promover a cooperação entre partes anteriormente em conflito, aumentando assim a eficácia de combate das forças conjuntas aliadas. As PSYOPS deverão pois ser desencadeadas o mais cedo possível, desde que praticável. Na medida em que os MNCs (Major NATO Command) têm limitações na condução de Actividades Psicológicas do Campo de Batalha e de Actividades Psicológicas de Apoio à Paz, poderá não ser passível desencadear PSYOPS antes do início das operações. Contudo, na medida em que as PSYOPS se podem constituir numa prevenção de combate salvando vidas humanas, é sempre vantajoso desencadeá-las tão cedo quanto possível. Preferencialmente as actividades de PSYOPS devem ser iniciadas antes da inserção de forças na área de responsabilidade/operações.

A atitude e comportamento dos membros da Força Conjunta Aliada têm um impacto psicológico na população local da Área de Responsabilidade, factor crítico para que se possa ganhar qualquer campanha. É função do Comando elucidar os membros da Força Conjunta Aliada acerca da perspectiva cultural da área de responsabilidade, por forma a evitar qualquer mal entendido ou antagonismo que possa afectar a população local. As equipas de PSYOPS têm capacidade para efectuar "briefings" de campanha baseados na sua pesquisa a nível regional.

Para a conduta de Actividades Psicológicas de Apoio à Paz, o relacionamento entre PSYOPS e a Informação Pública revela-se crucial face ao elevado grau de sobreposição de audiências e informação. Poder-se-á estabelecer uma Comissão de Coordenação da Informação, liderada por um Oficial de Informação Pública, de modo a coordenar todos os aspectos da política e actividades de informação. As Informações mantêm o seu papel chave na reunião de notícias e informação e na eficácia da sua avaliação. As PSYOPS e a Informação Pública destinam-se a diferentes audiências ou à mesma audiência através de diferentes procedimentos mas as respectivas mensagens deverão ser compatíveis entre si, na medida em que as audiências não se podem isolar e as comunicações não se podem compartimentar. Contudo, apesar da necessidade duma comissão de coordenação, os respectivos estados-maiores deverão ser mantidos em

separado para salvaguardar o relacionamento da Informação Pública com os média. As suas áreas de responsabilidade são:

a. **Informação Pública**. Informa o público da audiência OTAN, através dos média, acerca das actividades das Forças Conjuntas Aliadas, quer no país, quer fora dele. Fá-lo, através do fornecimento aos média de informação precisa, objectiva e oportuna. Relaciona-se também com os média locais na área de responsabilidade.
b. **PSYOPS**. Destinam-se a audiências militares/armadas e civis, lidando directamente com a audiência. Utilizam informação variada para influenciar as atitudes e comportamentos em apoio da missão do COMAJF. As PSYOPS têm capacidades e meios média próprios, no que diz respeito a impressão e difusão áudio/vídeo por forma a alcançar a sua audiência; os média públicos são usados apenas como veículo de comunicação e difusão daquela informação estritamente factual e que se possa considerar como fazendo parte da campanha de PSYOPS.

Muita da Informação necessária às PSYOPS estará disponível a partir de Informações de Origem Aberta ou Conhecida (OSINT) e pode ser processada em tempo de paz através de "trabalhos de campo". Contudo, as avaliações psicológicas são diferentes das avaliações de Informações, na medida em que usam notícias/informações para explorar o contexto e o ambiente duma situação de previsão de reacções humanas a determinadas influências.

Informações Humanas (HUMINT) são uma origem vital para a informação-chave e requisitos de Informações para as PSYOPS, incluindo:

a. informação detalhada sobre peculiaridades relativas a aspectos culturais, religiosos, sociais, económicos e políticos do país e região;
b. informações relativas às clivagens internas no seio do adversário, nomeadamente as relativas a minorias étnicas e religiosas;
c. detalhes relativos ao governo do adversário e à arquitectura militar do seu sistema C2;
d. informação relativa a antecedentes em termos de programas e personalidades, de programas populares de rádio e TV, periódicas e cartoons, bem como feriados e eventos históricos principais;
e. que audiência alvo pode manifestar o comportamento exigido para que se atinjam os objectivos das PSYOPS;

f. a estrutura de liderança no seio do grupo alvo e quais os indivíduos que detêm posições chave;

g. perfis psicológicos ou estudos para identificar o que influência o grupo alvo, em particular os seus líderes, e os melhores meios para manipular perspectivas por forma a alcançar os objectivos das PSYOPS. Muita desta informação pode ser obtida em tempo de paz através dos representantes nacionais no teatro;

h. agências adequadas para a transmissão de mensagens destinadas a seleccionar audiências e a trazer o máximo de pressão psicológica que possam suportar. O impacto das PSYOPS planeadas em indivíduos não pertencentes ao grupo alvo, tais como populações em países vizinhos.

Avaliação da doutrina de PSYOPS do próprio adversário e da sua capacidade em propaganda e actividades de Informação Pública.

Os Estados-Maiores das PSYOPS e de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) apoiam-se mutuamente. As PSYOPS podem ser utilizadas para influenciar atitudes e comportamentos na Área de Responsabilidade; os Estados-Maiores da Cooperação Civil-Militar trabalham com vista a melhorar as condições que, por sua vez, podem afectar as atitudes. As tarefas da Cooperação Civil-Militar incluem a ligação, na Área de Responsabilidade, com o governo local/estrangeiro, Nações Unidas e Organizações Não Governamentais, por forma a:

a. coordenar a utilização de mão-de-obra e recursos locais;

b. criar uma infra-estrutura de apoio;

c. conduzir projectos cívicos (visando a conquista de "corações/ /mentalidades") envolvendo equipas logísticas, de construção e médicas.

As PSYOPS, ou os seus instrumentos podem ser utilizadas directamente para obter o apoio de civis a missões do foro da Cooperação Civil-Militar. Adicionalmente ou em alternativa, as PSYOPS perspectivadas no apoio às operações podem aumentar a confiança da população local e assim facilitar as operações de Coordenação Civil-Militar. Muitas destas operações são elas próprias verdadeiras PSYOPS, sendo pois essencial que a Cooperação Civil-Militar e as PSYOPS estejam interligadas.

Anexo H – EXEMPLOS DE ACÇÃO PSICOLÓGICA EM OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

Fonte: AAVV, "Operaciones Psicológicas", *Ejército*, nº 678, pág. 55.

O texto refere inserido no Panfleto, no idioma da audiência alvo refere:

"Não mais mortes e feridos inúteis. Pais, digam aos vossos filhos que se mantenham afastados dos explosivos. Informem sobre as minas e explosivos as Forças de Segurança."

Adoonka Ciidanka (United Nations) Waxay xagan uyimaaden in ayidin Caawiyaan dadka idin Caawinaya Somalia dad. Waxaan u isticmaalicarnaa Hubcayaga Si aanu u caawino dadka idin Caawinaya iyo ciidankayaga. Uma aan sugidoono waxgalitaan cuntada ama ciidanka waxay gabanayaan. Waxaan xagon u Joog naa in aanu idin Caawino.

Fonte: AAVV, "Operaciones Psicológicas", *Ejército,* nº 678, pág. 66.

Panfleto Lançado, na Somália, alguns dias antes, da Chegada das Forças da ONU. O texto refere:

"AS Forças das Nações Unidas estão aqui para apoiar o esforço Internacional de Ajuda Humanitária ao povo da Somália. Estamos preparados para usar a força em protecção das operações humanitárias e dos nossos soldados. Não permitiremos interferências na distribuição de géneros alimentícios nem nas nossas actividades. Estamos aqui para os ajudar."

Fonte: AAVV, "Operaciones Psicológicas", *Ejército,* nº 678, pág. 67.

Equipa de alto-falantes do exército alemão, efectuando uma emissão numa povoação da Somália.

RAJO

WAXAA LOO DIYAARIYAY SHACBIGA SOOMAALIYEED WAA LACAG LA'AAN

ABRIIL 29, 1993

WARARKII UGU DAMBEEYEY EE UNITAF

HAWLGALLADA THW EE SOOMAALIYA

BAARDHEERE, ISKAASHI LAGU DAYDO

RAADIYO RAJO

7.15 Subaxiimo	9.540 MHz SW (31-ka mitir baand)
1.00 Duhuriimo	
2.00 Duhuriimo	98.00 FM
4.00 Galabiimo	9.540 MHz SW (31-ka mitir baand)
7.00 Fiidiimo	98.00 FM

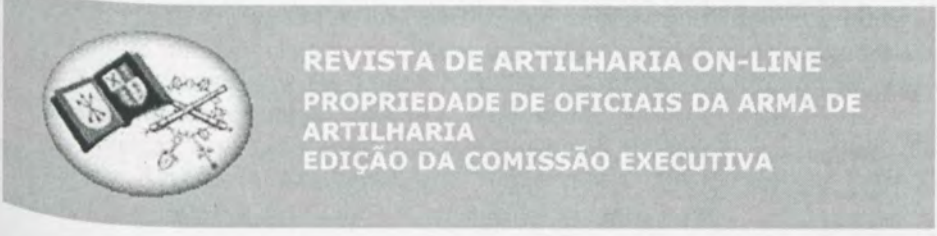
Fonte: AAVV, "Operaciones Psicológicas", *Ejército*, nº 678, pág. 65.

1ª Página do jornal "RAJO" (esperança em idioma da Somália). Observe-se a propaganda efectuada sobre as emissões radiofónicas, sendo indicadas as frequências e horários.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA

A REVISTA DE ARTILHARIA NA INTERNET

A nossa Revista, quase a comemorar o seu primeiro centenário, aderiu, também ela, como seria de esperar, às novas tecnologias. Assim, em qualquer parte do mundo, digitando **www.revista-artilharia.pt** poderá aceder ao seu "site" na Internet.



Encontrando-se inicialmente apensa ao "site" do Exército, entendeu a Comissão Executiva dar-lhe vida própria. Com um grafismo que se julga cativante, poderá encontrar na página da nossa Revista os mais variados

assuntos, entre os quais a possibilidade de pesquisar artigos publicados ao longo das suas edições.

Este "site" constitui-se, assim, como um excelente portal para pesquisa de informação de âmbito militar, em geral, e no âmbito da Artilharia, em particular.

Experimente, digite **www.revista-artilharia.pt** e será, certamente, mais um "site" que adicionará aos seus "favoritos".

NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

PARTICIPAÇÃO NO EXERCÍCIO HERMES 01/01

Integrada no Exercício "HERMES 01/01" que decorreu, no período de 23 a 30Jun01, na Serra da Padrela, a 1.ª Bateria de Artilharia Antiaérea, encargo operacional do RAA 1 para a Brigada Ligeira de Intervenção (BLI), participou na preparação do 1.º Batalhão de Infantaria/BLI, integrando-se na criação de um cenário que propiciou um treino realista às tropas daquela Unidade, a ser empregue em Timor, com base na situação actual do processo de transição deste território, pela independência.

De realçar o grande empenho e entusiasmo de todos os militares da Bateria de Artilharia Antiaérea que, deste modo, abriu caminho para o emprego deste tipo de unidade, em operações de apoio à paz.

RECEPÇÃO DO SISTEMA DE ARMAS MISSIL LIGEIRO CHAPARRAL

Em 12Jul01, efectivou-se a recepção do 2.º Pelotão da Bataria de Artilharia Antiaérea Míssil Ligeiro Chaparral, continuando, desta forma, a dar cumprimento à 3.ª fase da Directiva n.º 22/CEME/2000 – Organização das Unidades de Artilharia Antiaérea de 10Fev00, a qual define as responsabilidades decorrentes da organização das Unidades de AA, de modo a concretizar os encargos operacionais para 2001.

O Sistema de Armas Míssil Ligeiro Chaparral é orgânico do GAA do RAA1, com vista ao seu encargo Operacional, nomeadamente para as forças e meios de apoio geral e para a BLI.

CURSO DE OPERADOR / MANUTENÇÃO DE ALVOS AÉREOS

Decorreu, no período de 11Jun01 a 27Jul01, o Curso de Operador/ /Manutenção de Alvos Aéreos, destinado a Sargentos do Quadro Permanente. Após a conclusão do mesmo, os alunos ficaram habilitados a desempenhar as funções de Operador/Manutenção do SNIPE MK 15 e de instrutor de futuros cursos, neste âmbito.

O modelo SNIPE MK 15, lançado por catapulta, tem um raio de acção com controlo visual até aos 5 km e é equipado com um medidor de distâncias de efeito Doppler; tem uma envergadura de 2,2 m e está equipado com um motor que lhe permite uma velocidade de 210 km/h, podendo transportar até 4 potes sinalizadores e "flares".

Esta aeronave é empregue no treino dos apontadores dos sistemas de arma canhão e míssil da Artilharia Antiaérea, conferindo, assim, um maior realismo aos exercícios técnicos e tácticos, executados em apoio do Encargo Operacional atribuído ao Regimento; serve, também, este equipamento de alvo para os fogos reais com os sistemas de armas referidos anteriormente.

É de assinalar, ainda, o intercâmbio com unidades homólogas de outros Exércitos, que o Regimento de Artilharia Antiaérea tem vindo a levar a efeito, com vista a melhorar a qualidade técnica dos seus quadros relativamente à operação e manutenção deste tipo de equipamento.

ABERTURA DO 28º CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DE ARTILHARIA- PARTE ANTIAÉREA E DO CURSO DO SISTEMA DE ARMAS MÍSSIL PORTÁTIL STINGER/2001

Iniciou-se, em 03Set01, no Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, o 28.º Curso de Formação de Sargentos de Artilharia (CFSA), parte de Antiaérea.

O Curso é frequentado por 7 militares e tem a duração de 50 dias úteis.

Esta parte do CFSA tem como objectivo final, habilitar os alunos a operar os sistemas de armas antiaéreas que equipam o Exército Português, nas funções de Comandante de Secção e Sargento de Pelotão e garantir aos mesmos os conhecimentos técnicos e tácticos, suficientes para o desempenho daquelas funções.

Na mesma data, teve início, também, o Curso de Sistema Míssil Portátil Stinger, com a participação de 1 Oficial e 5 Sargentos alunos. Com a duração de 28 dias úteis, tem como objectivo principal, habilitar os instruendos a operar o sistema Missil Portátil Stinger, realizar os serviços e verificações de manutenção preventiva a todos os componentes do sistema de armas, e desempenhar as funções de Comandante de Pelotão, Sargento de Pelotão ou Comandante de Secção/Esquadra, respectivamente para Oficiais e Sargentos.

O REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA Nº1 HOMENAGEIA OS MILITARES MORTOS NO GRANDE INCÊNDIO DA SERRA DE SINTRA, EM 1966

Em 07Set01 completaram-se trinta e cinco anos sobre a trágica morte de vinte e cinco militares do RAAF, ocorrida durante o combate a um incêndio, na Serra de Sintra.

Sendo o Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, o herdeiro das tradições do RAAF, aquele infausto acontecimento constituiu-se como um dos episódios mais significativos da história da Unidade.

Daí, ter sido entendido pertinente e oportuno, até para recordar a colaboração que o Exército sempre tem dado no apoio a entidades civis, particularmente na luta contra incêndios, realizar mais uma vez a cerimónia de evocação dos nossos camaradas mortos ao serviço do país, em 07 de Setembro de 1966.

A homenagem constou de uma oração Campal e Honras Militares no Pico do Monge (Serra de Sintra) e, simultaneamente, de uma homenagem de um minuto de silêncio, no Regimento, por parte de todo o pessoal, em formatura.

A cerimónia no Pico do Monge, foi presidida pelo Tenente Coronel Art Raul Rebelo, na altura, Comandante Interino do RAA1, tendo estado presente, além de militares do Regimento, representações dos Corpos dos Bombeiros Sapadores e Voluntários da região, assim como representantes de alguns Órgãos de Comunicação Social.

PROCISSÃO DOS ARTILHEIROS

Mais uma vez, no 1.° domingo de Maio passado, saiu à rua a tradicional Procissão da Senhora da Saúde, desde sempre também conhecida como a "Procissão dos Artilheiros".

Já lá vão quase 5 séculos, desde que os "Bombardeiros do Castelo" se constituíram em Irmandade tendo como Patrono S. Sebastião, santo que tomaram como seu especial intercessor junto de Deus, após a ele terem recorrido por ocasião duma terrível peste que assolou Lisboa, nos primeiros anos do século XVI. Logo ergueram, em sua honra e para sua sede, uma modesta ermida em plena Mouraria.

Mais tarde, em 1569, novo surto de peste, agora muito maior, surgiu na capital. Nobreza e povo, saem em procissão em honra de Nossa Senhora da Saúde, constituem-se em Irmandade sob a sua protecção e fazem recolher a sua imagem a uma pequena capela particular no edifício dos "Meninos Órfãos", mesmo defronte da Capela de S. Sebastião. Em 1662, a Irmandade dos Artilheiros acolheu, na sua Capela, a Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e, a partir de 1662, finda a procissão, a sua Imagem passou a recolher ali e a ficar no lugar de honra daquele pequeno templo. Nesse mesmo ano, as duas Irmandades fundiram-se, ficando a Rei como Provedor e o Comandante Geral da Artilharia como Vice-Provedor, sendo irmãos natos todos os oficiais da nossa Arma. Por convite que lhe foi dirigido, em 1717, pelo primeiro Patriarca de Lisboa, a Câmara passou a associar-se a este acto religioso público. E, ao entrar o século XIX, incorporaram-se na Procissão os oficiais de todas as Armas e as diversas Bandas.

Este breve historial explica o que é hoje a centenária Procissão, a forte presença que nela têm as Forças Armadas – com particular relevo para os Artilheiros – e a sua forte ligação à Câmara Municipal de Lisboa. E, ainda, os santos que se integram na Procissão para acompanhar Nossa Senhora da Saúde: desde sempre, S. Sebastião, o patrono próprio dos Artilheiros de Lisboa; evidentemente, também S. Bárbara, a universal padroeira de todos os Artilheiros; pela sua ligação muito particular à cidade e a enorme devoção que lhe tem o povo português, Santo António – ainda hoje seguindo atrás do seu andor as Autoridades municipais; também S. Jorge, patrono do Exército português, a partir de Aljubarrota. Também lá vai Santa Ana, mãe de Nossa Senhora, mas esta foi um dos acrescentos que os últimos anos foram trazendo.

A Procissão deste ano, como já é tradicional, foi presidida pelo Bispo Castrense, D. Januário Torgal Ferreira e nela tomou parte a Esposa do Chefe do Estado, a qual ,na sequência dum gesto que vem pelo menos de há mais de duzentos anos, esteve presente no acto final da investidura da Imagem, realizado no dia 2 de Maio.

VISITA DOS CADETES DO 4.º ANO DA ACADEMIA MILITAR AO RA 4

No passado dia 17 de Julho, o Regimento de Artilharia n.º 4 recebeu a visita dos cadetes do 4.º ano de Artilharia da Academia Militar (AM). A comitiva era constituída pelo Director dos Cursos de Artilharia da AM, dois Oficiais Instrutores e oito cadetes-alunos do 4.º ano. A visita inseriu-se no âmbito de um primeiro contacto com as unidades da Arma.

Neste Regimento encontra-se sedeado o Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) da Brigada Aerotransportada Independente (BAI); Este encontra-se organizado a uma Bataria de Comando e Serviços (BCS) e três Batarias de Bocas de Fogo (BBF) e equipado com o obus 105 mm/30 m/98 M119 Light Gun.

Do programa da visita constaram: a apresentação de cumprimentos ao Cmdt do RA4; um briefing pelo 2.º Cmdt do RA4 e Of Oper do GAC/BAI; exposição estática de alguns meios que equipam o GAC/BAI; observação de uma demonstração de Artilharia executada pela 2.ª BBF/GAC/BAI; visita as instalações e um almoço convívio.

PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 161/2001
Regulamenta a Lei n.º 34/98, de 18 de Julho, que estabeleceu um regime excepcional de apoio aos prisioneiros de guerra nas ex-colónias.
(OE n.º 5/31 MAI01 - 1ª SÉRIE)

Portaria n.º 458/2001
Altera a Portaria n.º 59/2000, de 12 de Fevereiro, relativa ao contingente nacional para timor.
(OE n.º 5/31 MAI01 - 1ª SÉRIE)

Despacho n.º 10172/2001
Determina os quantitativos máximos de militares na reserva na efectividade de serviço.
(OE n.º 5/31 MAI01 - 1ª SÉRIE)

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Ouro de Serviços Distintos

MGEN (04997464) José Luís Pinto Ramalho
(OE n.º 5/31 MAI01- 2ª Série)

Medalha de Prata de Serviços Distintos

COR ART (43451661) António Vitorino Gonçalves da Costa
COR ART (13908469) Manuel António Apolinário

TCOR ART (52153611) Manuel Joaquim Faria Barbosa
TCOR ART (02853680) Manuel Viriato Ramos Veloso
TCOR ART (10741582) António Joaquim Ramalhoa Cavaleiro
(OE n.º 5/31 MAI01- 2ª Série)

COR ART (17498968) Horácio Martins Gomes de Sousa
(OE n.º 6/30 JUN01- 2ª Série)

Medalha de Mérito Militar de 3ª Classe

CAP ART (04936489) Gilberto Lopes Garcia
(OE n.º 5/31 MAI01 - 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 2ª Classe

COR ART (17613073) Luís Pinto dos Santos
(OE n.º 5/31 MAI01 - 2ª SÉRIE)

COR ART (37319062) José Ribeiro Salgueiro
(OE n.º 6/30 JUN01 - 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 3ª Classe

CAP ART (12282686) António Alberto Crispim Paradelo
(OE n.º 6/30 JUN01 - 2ª SÉRIE)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA

TCOR ART (36033256) José Carlos da Silva Fernandes
(OE n.º 6/30 JUN01 - 2ª Série)

3. PROMOÇÕES

Ao posto de Tenente - Coronel

MAJ ART (06477483) Carlos de Oliveira Andrade
MAJ ART (07694178) Jorge Gomes da Costa Saraiva
MAJ ART (19921679) José Manuel Correia Rodrigues
MAJ ART (08456585) Luís Filipe Pereira Nunes
MAJ ART (15170782) Joaquim Pedro Ribeiro Delgado Ferrão
(OE n.º 6/30 JUN01 - 2ª SÉRIE)

4. CURSOS

Frequentou o "Field Artillery Captains Career Course", que decorreu nos EUA, de 16JUL99 a 17DEC99:
CAP ART (10687585) Élio Teixeira dos Santos
(OE n.º 5/31 MAI01 - 2ª SÉRIE)

5. OBITUÁRIO

COR REF (50926111) Celestino da Cunha Rodrigues
(OE n.º 5/31 MAI01 - 2ª SÉRIE)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha D. Afonso Henriques – Patrono do Exército, de 4ª Classe

SAJ ART (00564465) Fernando Monteiro da Silva
(OE n.º 6/30 JUN01 - 2ª SÉRIE)

Passagem à situação de Reserva

SMOR ART (33245160) António Nobre
(OE n.º 6/30 JUN01 - 2ª SÉRIE)

2. CURSOS

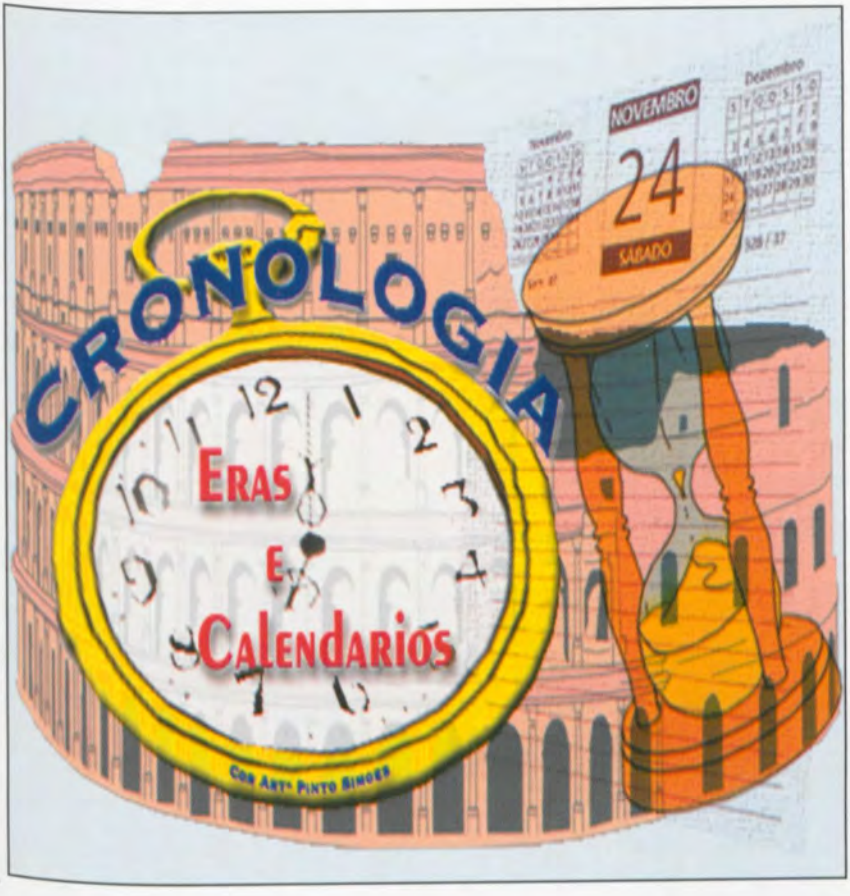
Frequentaram o "10.º Curso de Promoção a Sargento-Chefe", que decorreu na ESE, de 11SET00 a 21DEC00:
SAJ ART (11166683) Pedro Manuel Sá Gonçalves
SAJ ART (14957582) Henrique Manuel Lopes Silva
SAJ ART (15206383) Delfim António Alves Carmona
SAJ ART (06262484) António Agostinho Cabedal Pacheco
SAJ ART (10684983) José Manuel Machado Figueira
SAJ ART (15654083) Rui Jesus Palma Teixeira Barata
SAJ ART (01647386) Paulo Jorge de Morais Pinho
SAJ ART (13751783) Luís Manuel Isaias
SAJ ART (02917182) Óscar Manuel Felizardo Borrego
(OE n.º 6/30 JUN01 - 2ª SÉRIE)

3. OBITUÁRIO

SCH REF (52326411) Joaquim Abrantes
(OE n.º 6/30 JUN01 - 2ª SÉRIE)

FERNANDO JOSÉ PINTO SIMÕES
Coronel de Artilharia

CRONOLOGIA
APONTAMENTOS SOBRE ERAS E CALENDÁRIOS



REVISTA DE ARTILHARIA

SEPARATA
JUL 2001

FERNANDO JOSÉ PINTO SIMÕES
Coronel de Artilharia

CRONOLOGIA
APONTAMENTOS SOBRE ERAS E CALENDÁRIOS

REVISTA DE ARTILHARIA

SEPARATA
JUL 2001

AGRADECIMENTOS

À Comissão Directiva da "Revista de Artilharia" pela decisão de reunir em "Separata" a série de seis artigos publicada nas suas páginas (de JUL/SET 1999 a OUT/DEZ 2000) permitindo, assim, ao leitor ter à sua disposição permanente um pequeno "Vade Mecum" sobre o assunto.

Ao Sr. Pedro Norberto Dias de Almeida e Sousa, Aluno do 3.º Ano do Curso de Engenharia Informática da Universidade Independente, pelo excelente, contínuo e dedicado trabalho de tratamento informático de todo o texto, quadros e tabelas, feito a partir dos originais manuscritos, sem o qual, seguramente, a apresentação de que se reveste não teria sido conseguida.

DEDICATÓRIA

Este pequeno trabalho é dedicado a todos os Artilheiros.

O AUTOR

ÍNDICE

	Págs.
– *PRIMEIRA PARTE* – ERAS CRONOLÓGICAS	7
– *SEGUNDA PARTE* – CALENDÁRIOS	21
– *TERCEIRA PARTE* – CALENDÁRIO ECLESIÁSTICO CATÓLICO	42
– *QUARTA PARTE* – O PERÍODO JULIANO	62
– *QUINTA PARTE* – CALENDÁRIO JUDAICO (HEBRAICO)	84
– *SEXTA PARTE* – CALENDÁRIO ISLÂMICO (MUÇULMANO)	105
– CALENDÁRIO REPUBLICANO FRANCÊS	114
– CONCLUSÃO	118

PRIMEIRA PARTE – ERAS CRONOLÓGICAS

I. INTRODUÇÃO

1. UM DIÁLOGO

Um grupo de amigos está reunido em ameno convívio em casa de um deles. A conversa flui normalmente e a certa altura o dono da casa pergunta:

– Que dia é hoje?

– Hoje, é dia 4 de Abril de 1999, Domingo e Domingo de Páscoa; e acrescenta, são 7 horas da tarde.

– O próximo Domingo de Páscoa será em 23 de Abril de 2000, responde alguém.

– Desculpa, não é bem assim. Isso é para ti, cristão Romano. Para mim, cristão Ortodoxo da Igreja Russa (que não aceito essa "modernice" da reforma gregoriana do Calendário de 1582), hoje são 22 de Março de 1999. O Domingo de Páscoa é daqui a uma semana (29 de Março). O de 2000 será em 17 de Abril, o dia a que tu chamas 30 de Abril. Eu não saio do meu Calendário Juliano!

– Há! A última Páscoa do Milénio? Diz um outro.

– Não falemos disso agora, diz o israelita. Hoje é o dia 19 do Nissã do ano 5759; já é uma hora de Segunda-feira (pois o dia começou às vossas 18 horas) e a Páscoa (Passá) já passou há 4 dias, foi no dia 15 do Nissã.

– Pois, diz o muçulmano; lá Segunda-feira é e uma hora também, mas do dia 17 do Dull – Hijjá do ano 1419. A grande Peregrinação a Meca acabou há 7 dias (eu estive lá) e o ano 1420 começa daqui a 13 dias.

– Vocês esquecem-se todos de Roma, do Império Romano, diz ainda outro que continua a orientar-se pela Era de Roma e pelo seu Calendário.
Hoje é a Véspera (pridie) das Nonas de Abril do ano 2752 da Fundação da Cidade ("ab urbe condita"), ano esse que começou em 14 de Janeiro.

– E a Grécia? E a sua Civilização? Diz alguém.
Fiquem sabendo que estamos no ano 2774 da Era das Olimpíadas, o 2.º da 694ª Olimpíada e que o próximo ano, o 3.º da mesma Olimpíada (2775 da Era), começa no próximo dia a que vulgarmente se chama 14 de Setembro.

– Tu falaste aí de Roma, da Fundação da Cidade. Muito bem! Mas César – o grande Júlio César, não pode ser esquecido, diz ainda outro.
É que a Era de César, ou Hispânica, vigorou em Portugal até 1422, ano em que foi abolida por D. João I por Lei de 22 de Agosto, e substituída pela Era Cristã. Para mim, que também não gosto de "modernices" nestas coisas, aqui em Portugal, estamos é na Véspera das Nonas de Abril, mas do ano 2037.

– Já agora, diz o dono da casa, voltemos à questão do Milénio!
Como todos sabemos, qualquer ano começa às zero horas do dia 1 de Janeiro respectivo e termina às 24 horas do seu dia 31 de Dezembro.
Um Século tem cem anos (como dia Mr de La Palisse) e, portanto, começa às zero horas do dia 1 de Janeiro do seu primeiro ano e termina às 24 horas do dia 31 de Dezembro do seu último ano; Só assim se completam, efectivamente, cem anos.
O Milénio tem 1000 anos e, portanto, 10 Séculos.
Por extensão tem-se sucessivamente:

- O primeiro Século da Era Cristã (a nossa) começou às zero horas do dia 1 de Janeiro do ano 1 e terminou às 24 horas do dia 31 de Dezembro do ano 100;

- O segundo Século vai desde as zero horas do dia 1 de Janeiro do ano 101 até às 24 horas do dia 31 de Dezembro do ano 200;

- O primeiro Milénio completou-se no fim do ano 1000, ou seja às 24 horas do dia 31 de Dezembro desse mesmo ano 1000;

- O segundo Milénio terminará às 24 horas do dia 31 de Dezembro do ano 2000; e

- O terceiro Milénio só começará às zero horas do dia 1 de Janeiro de 2001, que é também o início do século XXI.

Portanto, a Páscoa deste ano de 1999 não foi a última do Milénio – essa será a do ano 2000.

– Afinal, conclui o dono da casa, estamos todos a dizer o mesmo (ou quase) de formas diferentes.
Por que não aprofundarmos estas coisas nas nossas próximas reuniões?
Julgo que traria proveito para todos.

2. *UMA SÍNTESE*

A conversa a que acabámos de "assistir" versou, afinal, sobre CRONOLOGIA (do grego: KHRONOS, tempo e Loqos, tratado, ciência) nos seus aspectos de ERAS e CALENDÁRIOS e, dentro destes, das Festas fixas ou móveis que eles comportam.

Só o aprofundamento do tema nos permitirá avaliar da justeza das afirmações de todos os "interlocutores" do diálogo anterior, e em que bases elas assentam.

3. *UMA JUSTIFICAÇÃO*

Abordar um assunto destes jhoe em dia pode parecer deslocado (diga-se anacrónico: AN+KHRONOS – fora de tempo) e até sem interesse de maior.

Todavia ...

O interesse cultural justifica-se por si próprio.

O interesse real releva sobretudo nas "áreas" da História (onde também é uma evidência) da Administração e da Religião – pela possibilidade da determinação antecipada das datas correspondentes aos Feriados e às Festas Móveis e até na MILITAR, onde serve de exemplo – marcante – o YON KIPPUR do Calendário Israelita.

Mas, por último e não menos importante, também na "área" da ASTRONOMIA, como posteriormente se verá.

3. UM PLANO DE APRESENTAÇÃO DO TEMA

No presente artigo e nos outros que vão seguir-se, apresentaremos de forma sucinta o que é necessário saber sobre:

- As principais Eras instituídas ao longo da História e as formas de conversão das suas datas.
- Os três principais Calendários de uso Mundial: Gregoriano, (de que actualmente nos servimos), Hebraico e Islâmico, tendo de, para o primeiro, abordar sucessivamente:
  - As suas origens remotas – O Calendário Romano – e as alterações que lhe foram introduzidas por Júlio César em 46 e 45 AC e por César Augusto em 8 AC, dando lugar ao chamado Calendário Juliano;
  - A Reforma empreendida pelo Papa Gregório XIII e decretada em 1582, ficando o Calendário dela resultante conhecido por Calendário Gregoriano;

  e de, para os dois últimos, nos socorrer de uma ESCALA DE TEMPO designada por Período Juliano (por ter sido concebido na vigência do Calendário Juliano), em uso corrente em Astronomia e que nos permite "manejar" largos períodos de tempo;
- A forma de determinar as Festas Religiosas (fixas e móveis) dos 3 Calendários referidos;
- O Calendário da Era Republicana Francesa (com início em 22 SET 1792) que vigorou em França desde 05 OUT 1793 até 31 DEZ 1805, ou seja, durante 13 anos e 101 dias.

II. ERAS CRONOLÓGICAS

"Tudo quanto existe e tudo quanto acontece existe e acontece em qualquer parte e em qualquer momento. O tempo divide-se em partes que têm entre si dois tipos de relações; de grandeza (ou de duração) e de precedência (ou de ordem), o que significa que uma dada porção de tempo é maior ou menor de que outra e que teve lugar antes ou depois de outra."(1)

(1) LARROUSE, Pierre, "Grand Dictionnaire Universal du XIXe Siécle. Paris, 1867, Tomo III, p.793.

CRONOLOGIA (do grego: KHRONOS, tempo + LOGOS, ciência), "Ciência do tempo" ou "Ciência dos tempos" é o conhecimento que permite avaliar os intervalos de tempo decorridos entre os vários acontecimentos e fixar o momento (data) da sua ocorrência – ou seja a respectiva ordenação.

Aplica-se tanto a grandes intervalos de tempo – como no estudo da História – como a pequenos intervalos quando, ao regular os actos da vida corrente, permite determinar, com rigor, a data em que um acontecimento teve lugar no passado ou a data em que outro acontecimento virá a ter lugar no futuro.

De acordo com as matérias específicas a estudar, os Autores dividem a Cronologia em:

- MATEMÁTICA, que estuda as divisões do tempo (ano, dia, mês, hora, etc.) com base nos fenómenos celestes que lhes dão origem;
- TÉCNICA, que trata dos métodos adoptados pelos diversos povos para a regulação dos acontecimentos (por exemplo, calendários);
- HISTÓRICA (ou Cronologia propriamente dita), que coloca cada acontecimento no tempo em que teve lugar, permitindo, assim, estabelecer uma sucessão ou ordenação de acontecimentos[2]

Ou ainda em:

- ASTRONÓMICA (ou teórica), que fixa com precisão as datas em que tiveram lugar fenómenos celestes notáveis, tais como eclipses, ocultações, etc.;
- TÉCNICA (ou aplicada), que estuda os elementos da Cronologia, o Calendário e a sua evolução sendo, assim, base essencial da História[3].

Como quer que seja, não se trata de ramos independentes de Conhecimento, mas tão somente de aspectos diferentes de uma mesma Ciência, intimamente ligados e todos eles necessários.

*
* *

[2] Idem, Ibidem.
[3] BOTELHEIRO, A. Perestrello. "VERBO, Enciclopédia Luso - Brasileira da Cultura", artigo "Cronologia". Futuras, citações desta Obra far-se-ão por "VELBC".

Pode definir-se ERA CRONOLÓGICA como sendo o sistema de contagem de tempo baseado numa referência fixa, a partir da qual os anos são contados sucessivamente e sem interrupção.

A referência fixa – ponto de partida da ERA (e que, muitas vezes lhe dá o nome) é, normalmente, um facto histórico de âmbito civil ou religioso marcante, uma Personalidade ou, mesmo, a própria data da Criação do Mundo (ainda que suposta), nem sempre perfeitamente definido e até mesmo hipotético.

Para efeitos de sistematização, as ERAS podem classificar-se da seguinte forma:

- ERAS DO MUNDO: quando referidos à origem ou criação do Mundo;
- ERAS DESDE A CRIAÇÃO DO MUNDO ATÉ AO NASCIMENTO DE CRISTO;
- ERAS POSTERIORES AO NASCIMENTO DE CRISTO.

Dentro desta orientação registamos, apenas, as que ou estão ainda em uso, ou que são de maior interesse para aplicação cientifica.

Para cada uma delas são indicados os seguintes elementos: início da ERA, início de cada ano da ERA, formas de conversão de datas, e outros elementos que, cada uma delas, eventualmente, justificar.

1. ERAS DO MUNDO DE USSÉRIUS (OU DA CRIAÇÃO DO MUNDO)[4]

- INÍCIO: Ano 4004 antes de Cristo (AC);
- INÍCIO DO ANO: Desconhecido;
- DESIGNAÇÃO DO TEMPO DA ERA: Anos do Mundo (AM);
- CONVERSÃO DE DATAS:

[4] Existem várias Eras da "Criação do Mundo" que diferem entre si apenas no seu início. Regista-se somente esta; a conversão de datas das diferentes ERAS deste tipo é feita de forma semelhante à que se apresenta, tendo em conta o respectivo início.

Datas em AM em datas AC: *EXEMPLOS:*

AC = (4004 + 1) – AM 2250 AM ⇒ 4005 – 2250 = 1755 AC

Datas AC em datas AM:

AM = (4004 + 1) – AC 50 AC ⇒ 4005 – 50 = 3955 AM

Datas AM em datas da Era Cristã (AD):[5]

AD = AM – 4004 4600 AM ⇒ 4600 – 4004 = 596 AD

Datas AD em datas AM:

AM = AD + 4004 1895 AD ⇒ 1895 + 4004 = 5989 AM

- *JUDAICA (HEBRAICA)*

  INÍCIO: 07 OUT 3761 AC, Segunda-feira, dia da neoménia (lua nova) da Criação do Mundo, no pressuposto de que o decurso de 216 ciclos Metónicos (lunares) de 19 anos (216 x 19 = 4140 anos) seria suficiente para conter toda a História do Povo Judeu.
  Todavia o ponto de partida dos Cálculos para efeito de Calendários foi fixado em 24 SET 344 AD, igualmente Segunda-feira e novilúnio.

- *INÍCIO DE CADA ANO*: Variável, de acordo com a organização do Calendário.

- *CONVERSÃO DE DATAS*: Ligada ao conhecimento do Calendário.

ESTA ERA SERÁ PORMENORIZADA POSTERIORMENTE COM O ESTUDO DO CALENDÁRIO HEBRAICO.

[5] AD significa ANNO DOMINI, no Ano do Senhor.

2. *ERAS DESDE A CRIAÇÃO DO MUNDO ATÉ AO NASCIMENTO DE CRISTO*

a. Era das Olimpíadas

- INÍCIO: 776 AC, por ter sido este o primeiro ano de que há registo histórico de um Vencedor: CEROEBUS;
- INÍCIO DE CADA ANO: As fontes não são concordantes a este respeito. Citam-se as seguintes:
  - 14 SET, referida nos "Dados Astronómicos para os Almanaques" do Observatório Astronómico de Lisboa, anos diversos[6];
  - 01 SET, mencionada nas "Efemérides Astronómicas" do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, anos diversos[7];
  - 01 JUL, referida no Almanaque "Quid", 1983.

  Qualquer que seja a data adoptada, O Ano Olímpico estende-se, sempre, ao longo de dois anos da nossa ERA.
- DESIGNAÇÃO DO TEMPO DA ERA: Como os Jogos Olímpicos (Olimpíadas) se realizavam, com o ainda hoje, de quatro em quatro anos, os Anos da ERA são designados da seguinte forma:

1.º ANO DA ERA	1.ºANO DA 1.ª OLIMPÍADA	(I,1);
2.º ANO DA ERA	2.ºANO DA 1.ª OLIMPÍADA	(I,2);
4.º ANO DA ERA	4.ºANO DA 1.ª OLIMPÍADA	(I,4);
5.º ANO DA ERA	1.ºANO DA 2.ª OLIMPÍADA	(II,1);
9.º ANO DA ERA	1.ºANO DA 3.ª OLIMPÍADA	(III,1);

etc.

- OUTRAS INDICAÇÕES: Esta Era foi utilizada até ao fim do reinado de Teodósio, o Grande. A última Olimpíada realizada foi a

[6] Futuras citações desta Obra far-se-ão por "OAL".
[7] Idem, por "OAUC".

CCXCIV (cujo 4.° Ano corresponde ao Ano 400 da nossa Era) segundo Larousse[8], ou a CCXCIII (cujo 1.° ano corresponde a 393 AD), por interdição dos Jogos em 394 AD por Teodósio, segundo PHOTINOS[9].

- CONVERSÃO DE DATAS:

DATAS DAS OLIMPÍADAS (OLIMP) EM DATAS AC:	EXEMPLOS:
776 - ((OLIMP – 1) x 4 + (ANO DA OLIMP – 1))	3.°ANO DA 72.ª OLIMP (LXXII,3)
OLIMP = N.° DE ORDEM DA OLIMPÍADA	776 – ((72 –1) x 4 + (3 –1)) = 490 AC
DATAS OLIMP EM DATAS AD:	
(OLIMP – 1) x 4 + ANO DA OLIMP – 776	CCLIX, 4 ⇒ 258 x 4 + 4 – 776 = 260 AD
DATAS AC EM DATAS OLIMP:	
((776 – (AC – 1)) : 4 em que o resultado obtido(N) é escrito sob a forma de número inteiro mais fracção de denominador 4 (N + O/4), em que: N+1 é a Olímpiada e O é o ano da Olímpíada	490 AC ((776 – (490 – 1)) : 4 = 71.75 = 71 + ¾ OLIMP = 71 + 1 = 72 (LXXII) ANO DA OLIMP = 3 LXXII, 3 = 3.°Ano da 72.ª OLIMPÍADA

NOTA: No caso de o resto da divisão por 4 ser zero, toma-se o 4°Ano da Olimpíada correspondente ao cociente.
Ex.: 489 AC (ano seguinte ao exemplo anterior) corresponde a: ((776 – (489 – 1)) : 4 = 72.0
Então tem-se: 4.° Ano da 72.ª Olimpíada (LXXII, 4).

[8] Op. citada, Ibidem.
[9] PHOTINOS, Spyros, "OLYMPIE, QUIDE COMPLET", Editions Olympiques, ATHENES, 1989.

DATAS AD EM DATAS OLIMP:

(AD + 775) : 4

em que o resultado é escrito da forma anteriormente indicada, e em que:

N+1 é a Olímpiada

O+1 é o ano da Olímpíada

260 AD

(260 + 775) : 4 = 258.75 = 258 + ¾

OLIMP = 258 + 1 = 259 (CCLIX)

ANO DA OLIMP = 3 + 1 = 4

CCLIX, 4 = 4.ºAno da 259ª OLIMPÍADA

NOTA: No caso de o resto da divisão por 4 ser zero, toma-se o 1.ºAno da Olimpíada seguinte à do cociente.

Ex.: 261 AD (ano seguinte ao anterior)

corresponde a: (261 + 775) : 4 = 259.0

Então tem-se 1.º Ano da 260.ª Olimpíada (CCLX, 1).

Os cálculos anteriores indicam, apenas qual a Olimpíada e Ano da Olimpíada a que se referiam as datas ou os anos AC ou AD correspondentes.

Todavia, a cada data escrita nesta forma corresponde, também, um dado Ano da Era das Olimpíadas, contado ininterruptamente desde o seu início, uma vez que ao 1.ºAno da 1.ª Olimpíada corresponde, por sua vez, o 1.º Ano da Era.

A determinação do Ano da Era faz-se da seguinte forma:

- *O ANO ESTÁ ESCRITO SOB A FORMA "OLIMP, ANO DA OLIMP"*

(OLIMP – 1) x 4 + ANO DA OLIMP

Exemplos: CCLIX, 4 ⇒ (254 –1) x 4 + 4 = 1 036 DA ERA (260 AD)
LXXII, 3 ⇒ (72 –1) x 4 + 3 = 287 DA ERA (490 AD)
DCXCIV, 2 ⇒ (694 –1) x 4 + 2 = 2 774 DA ERA (1999 AD)

- *O ANO ESTÁ ESCRITO COMO DATA AC*

777 – AC

Exemplo: 490 AC ⇒ 777 – 490 = 287 DA ERA

- *O ANO ESTÁ ESCRITO COMO DATA AD*

776 + AD

Exemplos: 1999 AD ⇒ 776 + 1999 = 2775, DA ERA

b. **Era de Roma, ou da Fundação da Cidade (de Roma)** ("ab urbe condita", AVC)

- INÍCIO: 753 AC, Segundo Varrão
- INÍCIO DO ANO: 14 JAN
- CONVERSÃO DE DATAS:

DATAS AVC EM DATAS AC (ANOS AVC ≤ 753)

753 – (AVC – 1) — 716 AVC ⇒ 753 – (716 – 1) = 38 AC

DATAS AVC EM DATAS AD (ANOS AVC > 753)

AVC – 753 — 2752 AVC ⇒ 2752 – 753 = 1999 AD

DATAS AC EM DATAS AVC

754 – AC — 49 AC ⇒ 754 – 49 = 705 AVC

DATAS AD EM DATAS AVC

AD + 753 — 86 AD ⇒ 86 + 753 = 839 AVC

c. **Era de César ou Hispânica (EC)**

- INÍCIO: 716 AVC (38 AC)
- INÍCIO DO ANO: 01 JAN[10] ou 14 JAN[11]
- DURAÇÃO E ÂMBITO TERRITORIAL: Vigorou em Portugal, Espanha, África e algumas regiões de França. Manteve-se em Portugal até 1422, ano em que foi abolida pela Lei de 22 AGO de D. João I. A datação passou então a fazer-se pela Era de Cristo.

[10] Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, artigo "Cronologia". Futuras citações desta Obra far-se-ão por "GEPB".
[11] OAL e OAUC.

- CONVERSÃO DE DATAS

  Dado o seu adiantamento de 38 anos em relação à Era Cristã, a conversão em AD faz-se por subtracção simples daquele desfasamento à data da Era de César.

  Exemplo: 1423 EC ⇒ 1423 – 38 = 1385 AD
  (Ano da Batalha de Aljubarrota)

  NOTA: A importância desta Era para Portugal é evidente para quem estuda e utiliza documentação do período em que vigorou no nosso País.(12)

d. **Era Cristã (de Cristo, da Incarnação, da Natividade ou Vulgar)**

- INÍCIO: Nascimento de Jesus Cristo em Belém, na Galileia
- INÍCIO DO ANO: 01 JAN
- DURAÇÃO DO TEMPO DA ERA: Anos da Era Cristã, Anos do Senhor, Anos da Graça (depois do Séc. XIII)
- DESIGNAÇÃO ABREVIADA DO TEMPO: AD = ANNO DOMINI (no Ano do Senhor)

❖ *SINTESE HISTÓRICA DA SUA ADOPÇÃO*

Foi o monge Dioniso o "exíguo" (pequeno, de baixa estatura) que vivia em Roma por cerca do ano 527 da nossa Era quem, primeiramente, tentou determinar a data exacta do nascimento de Cristo. Os seus cálculos conduziram-no ao ano 754 da Fundação de Roma, data que passou a constituir o ponto de origem da Era Cristã.

Esta Era foi posta em vigor por Carlos Magno que a adoptou no ano 800, após ter sido coroado Imperador do Ocidente. Generalizou-se, então, entre os cristãos, com excepção dos gregos.

(12) Para mais informação sobre conversão de datas no âmbito da Paleografia , consultar: JESUS DA COSTA, Professor Doutor Padre Avelino de, "NORMAS GERAIS DE TRANSCRIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS E TEXTOS MEDIEVAIS E MODERNOS", Braga, 2ª Ed, SD.

❖ *RIGOR CRONOLÓGICO DA DATA DO NASCIMENTO DE CRISTO*

O cálculo de Dioniso não está correcto, pois veio a verificar-se que o nascimento de Cristo ocorreu no ano 749 de Roma (AVC), isto é 5 anos antes da data adoptada para o início da Era – QUE, MESMO ASSIM, SE MANTEVE INALTERADA QUANTO À SUA ORIGEM ATÉ AOS NOSSO DIAS.

De Pierre Larousse[13] transcreve-se o seguinte passo:

"Segundo os cronologistas, Jesus Cristo nasceu em 25 de Dezembro (dia no qual toda a tradição coloca o seu nascimento) do ano 4000 da Criação do Mundo, 41.° ano da Era Juliana[14], ou, depois da correcção do Calendário por Júlio César, 40.° ano de Augusto depois da morte de Júlio César, ou 27.° Ano a contar da Batalha de Actium; o 36.° depois de Herodes ter sido declarado Rei da Judeia.; 749 da Fundação de Roma[15]; 4.° Ano da CXCIII Olimpíada[16]; 4709 do "Período Juliano" [17] e quatro anos antes da Era Vulgar[18], sob os 11.° e 12.° Consulados de Augusto e o 2.° de Cornélio Sila..."

❖ *ÂMBITO TERRITORIAL DA ERA CRISTÃ*

É, hoje em dia, seguida em todo o Mundo, ainda que em muitos casos seja utilizada apenas para fins civis (administrativos).

---

(13) OP, Cit, pág. 796

(14) A Era Juliana aqui referida é tão somente a contagem dos anos apartir da reforma do Calendário Romano efectuada por Júlio César e cujo primeiro ano regular foi 45 AC (709 AVC). Esses anos podem ser designados por anos julianos.
Desta forma tem-se a seguinte correspondência: O ano 1 Juliano corresponde a 709 AC e o ano 41 Juliano a 5AC.

(15) 749 AVC ⇒ 5 AC

(16) CXCIII, 4 ⇒ 5AC

(17) O Período Juliano diz respeito a um Sistema de contagem de tempo de características especiais usado principalmente em Astronomia, e que será apresentado oportunamente. Nele o ano 4709 corresponde também a 5AC.

(18) QUATRO ANOS é um valor aproximado. O ano 749 AVC (5AC) começou em 14 JAN de 5AC; o nascimento de Cristo ocorreu, pois em 5AC, faltando, assim, 20 dias para o inicio do ano 4AC que começou em 14 JAN seguinte.

Nestes casos coexiste com outras Eras, estas utilizadas unicamente para fins religiosos.

3. ERAS POSTERIORES AO NASCIMENTO DE CRISTO

a. Era Islâmica ou da Hégira

- INÍCIO: 16 JUL 622 AD, data da fuga de Maomé de Meca para Medina;
- INÍCIO DE CADA ANO: Variável, de acordo com o Calendário;
- CONVERSÃO DE DATAS: Ligada ao conhecimento do Calendário.

ESTA ERA SERÁ, TAMBÉM, PORMENORIZADA POSTERIORMENTE COM O ESTUDO DO CALENDÁRIO ISLÂMICO.

b. Era Republicana Francesa

- INÍCIO: 22 SET 1792, data da proclamação da República Francesa (Equinócio do Outono desse mesmo ano);
- ENTRADA EM VIGOR: Por Decreto da Convenção, de 05 OUT 1793.
- TERMO: "10 DO NIVÔSE" do Ano XIV (31 DEZ 1805).
  Abolida por "Senatus Consultum" de "22 do Frutidor" do ano XIII (09 SET 1805);
- DURAÇÃO: 13 anos e 101 dias;
  CONVERSÃO DE DATAS: Será apresentada com o estudo do Calendário respectivo.

SEGUNDA PARTE – CALENDÁRIOS

1. INTRODUÇÃO

De entre os vários significados do vocábulo CALENDÁRIO, registamos aqui os que poderão ter interesse para o nosso estudo[19]:

- "Quadro, livro, catálogo que indica a divisão do ano em estações, meses, semanas e dias, dando as mais das vezes a ordem das festas religiosas, anunciando certos fenómenos astronómicos, como lunações, marés, eclipses, etc.;
- Conjunto de divisões do tempo e, particularmente, do ano civil;
- Livro onde os agiotas romanos apontam os nomes dos seus devedores, assim chamados porque se usava pagar as dívidas nas Calendas[20];
- Livro litúrgico onde está inscrita a cronologia das solenidades eclesiásticas."

O primeiro destes significados é o mais correntemente usado pondo, assim, em relevo a necessidade que o Homem sentiu, desde sempre, de contar e dividir o tempo.

Para esse efeito socorreu-se, naturalmente, dos fenómenos astronómicos que podia observar: o nascimento e o ocaso do Sol, as fases da Lua (e o respectivo ciclo lunar), as estações do ano (e o respectivo ciclo solar).

"Deus disse: Haja luzeiros no firmamento dos céus, para separar o dia da noite e servirem de sinais, determinando as estações, os dias e os anos;" (21)

[19] VELBC, artigo "Calendário".
[20] Como adiante se verá, "CALENDAS" é a designação do primeiro dia de cada mês no Calendário Romano.

A palavra Calendário provém do Latim "calendarium" (de "calare", chamar, proclamar, convocar, anunciar) e está ligada ao facto de, em Roma, o povo ser convocado à "Curia Calabra" para lhe ser anunciado por um Pontífice quantos dias se contavam, nesse mês, desde o primeiro dia até às "Nonas" [22] (se cinco, ou se sete) e quais os dias feriados que ocorriam nesse mesmo mês.

Mais cientificamente, pode definir-se Calendário como sendo "O SISTEMA OBTIDO COMBINANDO OS TRÊS PERÍODOS NATURAIS DO TEMPO – DIA SOLAR, MÊS LUNAR, ANO TRÓPICO – DE FORMA A SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS DA PRECISÃO CIENTÍFICA E DAS PRÁTICAS CIVIS E RELIGIOSAS" [23]

2. TIPOS DE CALENDÁRIOS

Sem entrar em pormenores fora do âmbito do presente artigo, anotam-se, no entanto, algumas definições astronómicas indispensáveis à compreensão dos Calendários.

- Por DIA SOLAR VERDADEIRO entende-se o período de tempo que medeia entre duas passagens consecutivas do Sol verdadeiro (o que vemos todos os dias) pelo meridiano celeste do lugar onde se encontra o observador, meridiano que é tomado como referência.
  Principia às Zero horas (meia-noite) e termina às 24 horas.
  Como o movimento (aparente) do Sol não é uniforme (adianta ou atrasa de forma irregular), o nosso dia é regulado pelo SOL MÉDIO, ou seja pelo DIA SOLAR MÉDIO, que equivale à média do Sol verdadeiro.
- Por MÊS LUNAR (mês sinódico) entende-se o período de tempo que medeia entre duas conjunções sucessivas do Sol e da Lua, ou seja entre uma lua nova e a lua nova seguinte; tem a duração de 29 dias, 12 horas, 44 minutos e 2.9 segundos (29.530 589 12 dias) [24]

---

[21] GÉNESIS, 1, 14. "Nova Bíblia dos Capuchinhos, Para o Terceiro Milénio da Encarnação", Difusora Bíblica, Lisboa/Fátima, 1ªEdição, Novembro de 1998.

[22] Designação dada no Calendário Romano ao dia 5 ou 7 de cada mês. Sendo este dia, como se vê, variável, tornava-se necessário o seu anúncio prévio para cada caso concreto.

[23] BOTELHEIRO, Perestrelo, In: VELBC, artigo Calendário.

[24] O AL, 1999.

– Por ANO TRÓPICO, entende-se o período de tempo que medeia entre duas passagens sucessivas do Sol pelo "Ponto Vernal" [25], ou seja, entre um Equinócio da Primavera e o seguinte; tem a duração de 365 dias, 5 horas, 48 minutos e 45.2 segundos (365. 242 189 81 dias). [26]

Face aos dados anotados, verifica-se não ser possível construir com eles um sistema compatível e com a precisão cientifica que a definição de Calendário exige, uma vez que não são rigorosamente conciliáveis.

Assim sendo, surgiram ao longo do tempo várias soluções para este problema, diferenciadas entre si de acordo com o fenómeno astronómico que lhes serviu de base e que deram origem aos diferentes tipos de Calendário, cuja classificação é a seguinte:

– CALENDÁRIOS SOLARES: os que têm por base o ano trópico mas necessitam da intercalação de um dia de quatro em quatro anos para "repor", com maior ou menor precisão, o início do ano em posição tal que a média geral seja, efectivamente, de 365.25 dias.
Como exemplo de um Calendário deste tipo, refere-se o Calendário Gregoriano[27], actualmente em uso entre nós.

– CALENDÁRIOS LUNI-SOLARES: os que se baseiam, também, num ano médio de 365.25 dias mas regulam os seus meses pelo curso da Lua procurando, tanto quanto possível, fazê-los começar e acabar com uma lunação.
Para manter o início do ano dentro da mesma Estação é necessário intercalar um 13.º mês em anos escolhidos de um ciclo previamente estabelecido.
É exemplo de um Calendário deste tipo o Calendário Hebraico[28]

– CALENDÁRIOS LUNARES: os que se baseiam apenas no curso da Lua. A duração dos meses é variável (29 ou 30 dias) e é regulada por forma que o seu início coincida, tanto quanto possível, com uma lua nova verdadeira.
É exemplo deste tipo o Calendário Islâmico. [29]

[25] Ponto de intersecção do Equador Celeste com a Eclíptica (órbita da Terra em torno do Sol). A passagem aparente do Sol neste ponto marca o Equinócio da Primavera e o início desta Estação.
[26] O AL, 1999.
[27] O seu estudo far-se-á oportunamente.
[28] Idem.
[29] Idem.

- CALENDÁRIOS VAGOS: aqueles em que o ano tem um número fixo de dias, mas em que só se volta à situação de origem passado um largo período de anos. São exemplos deste tipo: os antigos Calendários egípcios, persa e arménios.

3. O CALENDÁRIO ROMANO

a) SÍNTESE HISTÓRICA[30]

Considera-se que a origem do Calendário Romano remonta aos primeiros tempos da Cidade de Roma, talvez mesmo à sua fundação em 753 AC.

Foi inicialmente um Calendário lunar, com um ano de 295 dias ou de 304 dias e com 10 meses, designados, a partir do início do ano, por: MARTIUS, APRILIS, MAIUS, IUNIUS, QUINTILIS, SEXTILIS, SEPTEMBER, OCTOBER, NOVEMER e DECEMER.

Os nomes adoptados referiam-se a:

- MARTIUS, a Marte, o deus da guerra;
- APRILIS, ao início do ano (do latim "aperio", abrir);
- MAIUS, a Maia (ou Maja), divindade filha de Fauno e mulher de Vulcano;
- IUNUS, A Juno, irmã e a esposa de Júpiter;
- QUINTILIS a DEBEMBER, ao número de ordem de cada mês dentro do ano, ou seja, respectivamente o quinto, o sexto ... o décimo.

Como o número de dias adoptado para a constituição do ano (304) era bastante inferior ao do ano trópico (365.25), resultava daí um rápido desfasamento entre os meses e as Estações do ano.

Para obviar a este inconveniente foram-lhe adicionados dois meses suplementares (1.ª Reforma do Calendário, atribuída a Numa) denominados JANUARIUS (referido a Janus) e FEBRUARIUS (referido a Fébrua[31])

---

[30] As fontes consultadas para a elaboração desta síntese não abordam este assunto com igual desenvolvimento e não são inteiramente concordantes. Assim, a síntese que se apresenta constitui uma coordenação e integração dos dados obtidos.

[31] FEBRUA: "Festividade religiosa da purificação e da expiação, celebrada a 15 FEV. In: TORRINHA, Francisco, "Dicionário Latino Português", Ed. Marânus, 1937.

ficando o ano, agora com 355 dias, assim estruturado: JANUARIS, 29 dias; FEBRUARIUS, 28; MARTIUS, 31; APRILIS, 29; MAIUS, 31; IUNIUS, 29; QUINTILIS, 31; SEXTILIS, 29; SEMPTEMBER, 29, OCTOBER, 31; NOVEMBER 29 e DECEMBER 29.

Dado que a duração do ano se mantinha ainda inferior à do ano trópico[32] e com vista a obter uma igualização entre este "novo ano" e o ano lunar – por forma a assegurar a concordância com as Estações do ano – foi criado, posteriormente, um 13° Mês, denominado MERCEDONIUS[33].

Este mês *era incluído de 4 em 4* anos, ora com a duração de 23 dias (entre os dias 24 e 25 Februarius), ora com a de 22 dias (entre os dias 23 e 24 do mesmo mês).

Tinha-se, assim, em cada período de 4 anos o seguinte escalonamento: 1.° Ano: 355 dias; 2.° Ano: 377 dias (355+22); 3.° Ano: 355 dias; 4.° Ano: 378 dias (355+23), num total de 1465 dias.

Este valor não era ainda, na realidade, satisfatório pois excedia em 4 dias o total correspondente a 4 anos trópicos (4 x 365.25 =1461 dias).

Para fazer face a este novo inconveniente, foi decidido que:

- Se dividiria o tempo em ciclos de 24 anos, compostos por 3 períodos de 8 anos, cada;
- Nos dois primeiros períodos de 8 anos (1.° a 16.° anos) o número de dias de cada ano se mantinha igual ao que estava em vigor, pela repetição do escalonamento feito para cada 4 anos;
- No terceiro período de 8 anos, apenas se intercalariam 3 meses de 22 dias cada;

o que se traduziu no seguinte escalonamento final, em dias:

[32] 12 Meses x 29.5 dias (de média) = 354 dias.
[33] Do Latim "Merces, edis", Salário, Soldo. Os mercenários eram pagos neste mês. Idem, Ibidem.

1°PERIODO		2°PERIODO	3°PERIODO	
1°ANO	355		17°ANO	355
2°ANO	377 (+22)	9° ao 16° anos	18°ANO	377 (+22)
3°ANO	355		19°ANO	355
4°ANO	378 (+23)		20°ANO	377(+22)
5°ANO	355	IGUAL AO	21°ANO	355
6°ANO	377 (+22)	ANTEIROR	22°ANO	377 (+22)
7°ANO	355		23°ANO	355
8°ANO	378 (+23)		24°ANO	355
	2930	2930		2906

(Entre parêntesis, a intercalação do Mercedonius).

O número total de dias para cada ciclo era agora de 2x2930+2906= 8766, idêntico, portanto, ao de 24 anos trópicos (24x365.25=8766).

Dado que o processo seguido era complicado e IMPRECISO porque a inclusão dos meses adicionais se fazia, na realidade, arbitrariamente (por vezes subordinada a interesses pessoais unicamente), o sistema gerou desordem em vez de regular o tempo: o desfasamento entre o Calendário e as Estações do ano era cada vez maior e estava já incontrolável.

Foi então que Júlio César, aconselhado pelo astrónomo Sosígenes, de Alexandria, empreendeu em 46AC (708 AVC) uma reforma de fundo a que o seu nome ficou indissoluvelmente ligado.

Foi, em síntese, a seguinte:

- O ano trópico foi computado em 365.25 dias;
- O ano passou a ter 365 dias (mais 10 do que anteriormente) e a ser estruturado nos seguintes 12 meses:
  - JANUARIUS, com 31 dias; FEBRUARIUS, com 28 dias; MARTIUS, com 31 dias; APRILIS, com 30; MAIUS, com 31; IUNIUS, com 30; QUINTILIS, com 31; SEXTILIS, com 31; SEMPTEMBER, com 30; OCTOBER, com 31; NOVEMBER, com 30 e DECEMBER, com 31;
- No fim de cada período de 4 anos passou a ser intercalado 1 dia suplementar a seguir a 24 Februarius (Sexto do Calendas de Março[34]), com o nome de BISSEXTUS, ou "Segundo Sexto".

[34] A seguir se verá o sentido exacto desta designação.

Esta Reforma entrou em vigor em 46AC. Nesse ano e para fazer face à grande diferença que então se verificava entre Calendário e o Equinócio da Primavera, foi decretada uma correcção especial que consistiu numa dupla intercalação de dias: a primeira, de 23 dias, a seguir ao 23 Februarius, como já era corrente; a segunda, de dois meses (67 dias) entre November e December, para solução dos problemas de concordância, tudo num total de 90 dias.

Assim, o ano inicial da Reforma ficou com, 455 dias (365+90) e o início do ano seguinte passou a ser desigando por Januarius.

Por todos estes motivos, o ano 46 AC ficou conhecido pelo "ANO DA CONFUSÃO".

Todavia, a intercalação do dia "bissexto" foi feita, de início, de forma incorrecta, em virtude da designação errónea de qual deveria ser o "quarto ano", ou seja, o da sua inclusão. Esta situação durou 36 anos, durante os quais foram intercalados 12 dias em vez de, apenas, 9, até o Imperador Augusto a corrigir pela não intercalação do dia em apreço nos anos entre 8 AC e 4 AD.

A Reforma do Calendário Romano só ficou completa quando se assentou definitivamente na designação dos meses.

Em 44 AC o Senado decidiu, em honra de Júlio César, mudar o nome de Quintilis para IULIUS e, em 8 AC, Augusto, em sua própria honra, mudou o nome de Sextilis para AUGUSTUS.

É, POIS, DESDE ESSA DATA, QUE VIGORA QUANTO À ESTRUTURA DO ANO E À DESIGNAÇÃO E DURAÇÃO DOS MESES, O CALENDÁRIO DE QUE AINDA HOJE NOS SERVIMOS.

b) ORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO

A forma mais prática e precisa de descrever a organização do Calendário JULIANO[35] é a de observar o quadro que o contém e estudar detidamente os pormenores.

É esse quadro que se apresenta, seguidamente, na fig. 1.

[35] De agora em diante, passar-se-á a designar por "Calendário Juliano" o Calendário Romano após a Reforma de Augusto, em 8 AC.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	Kalend is	Kalend is	Kalend is	Kalend is	Kalend is	Kalend is	Kalend is	Kalend is	Kalend is	Kalend is	Kalend is	Kalend is
2	IV	IV	VI	IV	VI	IV	VI	IV	IV	VI	IV	IV
3	III	III	V	III	V	III	V	III	III	V	III	III
4	Pridie	PR	IV	Pridie	IV	Pridie	IV	Pridie	Pridie	IV	Pridie	Pridie
5	Nonis	Nonis	III	Nonis	III	Nonis	III	Nonis	Nonis	III	Nonis	Nonis
6	VIII	VIII	Pridie	VIII	Pridie	VIII	Pridie	VIII	VIII	Pridie	VIII	VIII
7	VII	VII	Nonis	VII	Nonis	VII	Nonis	VII	VII	Nonis	VII	VII
8	VI	VI	VIII	VI	VIII	VI	VIII	VI	VI	VIII	VI	VI
9	V	V	VII	V	VII	V	VII	V	V	VII	V	V
10	IV	IV	VI	IV	VI	IV	VI	IV	IV	VI	IV	IV
11	III	III	V	III	V	III	V	III	III	V	III	III
12	Pridie	Pridie	IV	Pridie	IV	Pridie	IV	Pridie	Pridie	IV	Pridie	Pridie
13	Idibus	Idibus	III	Idibus	III	Idibus	III	Idibus	Idibus	III	Idibus	Idibus
14	XIX	XVI	Pridie	XVIII	Pridie	XVIII	Pridie	XIX	XVIII	Pridie	XVIII	XIX
15	XVIII	XV	Idibus	XVII	Idibus	XVII	Idibus	XVIII	XVII	Idibus	XVII	XVIII
16	XVII	XIV	XVII	XVI	XVII	XVI	XVII	XVII	XVI	XVII	XVI	XVII
17	XVI	XIII	XVI	XV	XVI	XV	XVI	XVI	XV	XVI	XV	XVI
18	XV	XII	XV	XIV	XV	XIV	XV	XV	XIV	XV	XIV	XV
19	XIV	XI	XIV	XIII	XIV	XIII	XIV	XIV	XIII	XIV	XIII	XIV
20	XIII	X	XIII	XII	XIII	XII	XIII	XIII	XII	XIII	XII	XIII
21	XII	IX	XII	XI	XII	XI	XII	XII	XI	XII	XI	XII
22	XI	VIII	XI	X	XI	X	XI	XI	X	XI	X	XI
23	X	VII	X	IX	X	IX	X	X	IX	X	IX	X
24	IX	VI	IX	VIII	IX	VIII	IX	IX	VIII	IX	VIII	IX
25	VIII	V	VIII	VII	VIII	VII	VIII	VIII	VII	VIII	VII	VIII
26	VII	IV	VII	VI	VII	VI	VII	VII	VI	VII	VI	VII
27	VI	III	VI	V	VI	V	VI	VI	V	VI	V	VI
28	V	PR	V	IV	V	IV	V	V	IV	V	IV	V
29	IV	-	IV	III	IV	III	IV	IV	III	IV	III	IV
30	III	-	III	Pridie	III	Pridie	III	III	Pridie	III	Pridie	III
31	Pridie	-	Pridie	-	Pridie	-	Pridie	Pridie	-	Pridie	-	Pridie

FIG. 1 – CALENDÁRIO ROMANO.

(1) ESTRUTURA DO ANO

Como já foi referido, o ano tem 365 ou 366 dias (ano comum ou ano bissexto, respectivamente) e 12 meses, com as durações e designações indicadas na figura anteiror.

(2) DESIGNAÇÃO DOS DIAS

Dentro de cada mês destacam-se 3 dias, não só por terem designação própria como também por servirem de pontos de referência em relação aos outros. São eles:

- As KALENDAS ou Calendas – no quadro KALENDIS (do Latim: no dia das Calendas): Sempre o primeiro dia de cada mês;
- AS NONAS – no quadro NONIS (do latim, no dia das Nonas: o dia 7 dos meses de Março, Maio, Julho e Outubro e o dia 5 dos restantes meses[36].
- OS IDOS – no quadro IDIBUS (do latim, no dia dos Idos: o dia 15 dos meses de Março, Maio, Julho e Outubro e o dia 13 dos restantes meses.

A designação de todos os outros dias do mês faz-se pela contagem (regressiva) do número de dias que faltam para chegar à Nonas ou aos Idos do mesmo mês ou às Kalendas do mês seguinte.

Vejamos alguns exemplos:

- O dia 1 JAN é o dia das Kalendas de Janeiro;
- O dia 2 JAN é o QUARTO DIA ANTES DAS NONAS DE JANEIRO, porque, nesse dia, faltam 4 para se atingir as Nonas do mês, incluindo na contagem o próprio dia 2 e as Nonas (o dia 2, o dia 3, o dia 4 e o dia 5 (Nonas), num total de 4 dias);
- O dia 13 JAN é o dia dos Idos de Janeiro;
- O dia 16 JAN é o DÉCIMO SÉTIMO ANTES DAS KALENDAS DE FEVEREIRO porque, para o dia 1 FEV faltam: o próprio dia 26, os dias de 17 a 31 de JAN (15) e o dia 1 FEV, num total de 17 dias;

[36] De agora em diante, a designação dos meses far-se-á sempre, por comodidade, em língua portuguesa.

- O dia 25 SET, é o OITAVO DIA ANTES DAS KALENDAS DE OUTUBRO;
- O dia 21 DEZ é o DÉCIMO SEGUNDO DIA ANTES DAS KALENDAS DE JANEIRO, do ano seguinte.

As vésperas das Kalendas, das Nonas e dos Idos designam-se por "PRIDIE" (do latim, de véspera, na véspera) e não, como resultaria da contagem regressiva, por "dia segundo antes das ....".

No entanto o DIA SEGUINTE ao das Kalendas, Nonas é Idos PODE DESIGNAR-SE por "POSTRIDIE" (do latim, no dia seguinte).

(3) ESCRITA DA DESIGNAÇÃO DOS DIAS EM LÍNGUA LATINA

Sem entrar em pormenores gramaticais da língua latina, indica-se, seguidamente, a forma de a fazer quer por extenso, quer abreviadamente, tal como aparece em documentos.

(a) ESCRITA DAS CALENDAS, NONAS E IDUS FORMA EXTENSA:

- KALENDIS → JANUARIIS, FEBRUARIIS, MARTIIS, APRILIBUS
- NONIS → MAIIS, IUNIIS, IULIIS, AUGUSTIS, SEPTEMBRIBUS,
- IDIBUS → OCTOBRIBUS, NOVEMBRIBUS, DECEMBRIBUS

no dia das .... de .....)

FORMA ABRVIADA: Kal. Jan; Non. Aug; Id. Nov, etc.

(b) ESCRITA DA VÉSPERA (PRIDIE) E DIA SEGUINTE (POSTRIDIE) FORMA EXTENSA:

- PRIDIE → KALENDAS
- NONAS → JANUARIAS, FEBRUARIAS, MARTIAS, APRILIES
- NONAS → MAIAS, IUNIAS, IULIAS, AUGUSTAS,
- POSTRIDIE → IDUS → SEPTEMBRES, OCTOBRES, NOVEMBRES, DECEMBRES

FORMA ABRVIADA: PR. Kal Jan..., Post. Non. Aug ...;
PR. Id. Nov, etc

(c) ESCRITA DOS RESTANTES DIAS (incluindo os exemplos anteriores)

FORMA EXTENSA	FORMA ABREVIADA
1 JAN: Kalendis Januariis (no dia das Calendas de Janeiro)	Kal. Jan.
2 JAN: Ante diem IV Nonas Januarias (no quarto dia antes das Nonas de Janeiro)	a.d. IV Non. Jan.
12 JAN: Pridie Idus Januarias (na véspera dos Idos de Janeiro)	Pr. Id. Jan.
13 JAN: Idibus Januariis (nos Idos de Janeiro)	Id. Jan
25 SET: Ante diem VII Kalendas Octobres (no oitavo dia antes das Calendas de Outubro)	a.d. VII Kal Oct
21 DEZ: Ante diem XII Kalendas Januarias	a.d. XII Kal. Jan.

(4) *DIA BISSEXTO – ANO BISSEXTO (FEVEREIRO DE 29 DIAS)*

Como se referiu anteriormente, a inclusão, de 4 em quatro anos, de um dia suplementar no mês de Fevereiro faz-se a seguir ao dia 24 deste mês, designado este por "ante diem VI Kalendas Martias" – o sexto dia antes das Calendas de Março.

Dado que esse sexto dia se CONTAVA DUAS VEZES, tomava então designação de "bissexto die ante Kalendas Martias" – o bis-sexto dia antes das Calendas de Março[37].

4. O CALENDÁRIO GREGORIANO

O Calendário Juliano que acabamos de examinar não estava, no entanto, isento de deficiências e com ele veio a verificar-se, embora em período muito mais dilatado de tempo, o que já acontecera com os anteriores Calendários romanos: o correr dos anos e dos Séculos acentuava o desfasamento (ainda existente) com as Estações do ano.

[37] Daí que, por extensão, o ano em que essa inclusão ocorre seja, ainda hoje, designado por ano bissexto.

A razão pela qual tal se verificava residia no facto de o alor então computado para o ano trópico (365.25 dias) não corresponder à realidade, tendo como consequência uma acumulação constante da diferença existente.

Efectivamente, como o valor real do ano trópico é de 365.24218981, verificava-se uma diferença anual de 0.0078 dias (com arredondamento à quarta casa decimal) equivalente a 11 minutos e 13.92 segundos sobre as Estações.

À primeira vista poderá parecer desprezível tal diferença, mas, a Séculos de distância, o valor acumulado veio a exigir medidas correctivas, dada a sua amplitude.

Tais medidas foram postas em vigor pela Reforma decretada em 1582 pelo Papa GREGÓRIO XIII[38], denominada Reforma Gregoriana, ficando o Calendário dela resultante conhecido por CALENDÁRIO GREGORIANO.

a) REFORMA GREGORIANA DO CALENDÁRIO JULIANO

As medidas decretadas, baseadas em estudo prévio e aprofundado de um "grupo de trabalho" (como hoje se diria) de especialistas de que fazia parte, entre outros astrónomos, o Padre Jesuíta alemão CLAVIUS, tiveram em vista duas finalidades distintas, mas interligadas: corrigir o erro acumulado e prevenir a ocorrência de erros futuros.

– CORRECÇÃO DO ERRO ACUMULADO

- Tendo em conta que o Concílio de Niceia (325 AD) fixara a forma de determinação da Páscoa (mais concretamente, do Domingo de Páscoa) [39] e que, com ela, fixara, também a data do Equinócio da Primavera em 21 de Março de cada ano (somente para efeitos do CÔMPUTO RELIGIOSO);
- E verificando-se que este Equinócio ocorrera, NA REALIDADE, precisamente naquela data e naquele ano de 325 AD;

O erro a corrigir dizia respeito, apenas, ao tempo decorrido entre 325 e 1582, sem necessidade de considerar, para este efeito, o tempo anterior.

---

[38] Eleito em 25 MAI 1572 e falecido em 10 ABR 1585. In: "I SOMMI POTEFICI ROMANI, Les Souverains Pontifes".
Cronologia: "Annuario Pontificio Vaticano"; Iconografia da Basílica de S.Paulo extra muros; Roma s/d.

[39] Este assunto será tratado no próximo artigo.

Assim sendo, o erro acumulado era o correspondente a 1257 anos (1582-325) à razão de 0.0078 dias por ano, o que perfazia um total de 9.8046 dias, ou seja, de, aproximadamente 10 dias.

Desta forma, a MEDIDA ADOPTADA em ordem à primeira das finalidades apontadas foi a seguinte:

ELIMINAR DO CALENDÁRIO OS DIAS COMPREENDIDOS ENTRE 5 E 14 DE OUTUBRO DE 1582, AMBOS INCLUSIVÉ, (10 dias, portanto) pelo que, nesse ano, AO DIA 4 DE OUTUBRO, quinta-feira, SE SEGUIU O DIA 15 DE OUTUBRO, SEXTA-FEIRA, mantendo assim a continuidade nos dias da semana.

– *PREVENÇÃO DE ERROS FUTUROS*

Tendo em conta que a cada período de 400 anos corresponde um desfasamento de 3.12 dias (400x0.0078), ou seja 3 dias completos, a MEDIDA decretada em ordem à segunda finalidade foi a de SUPRIMIR 3 DIAS EM CADA UM DESSES PERÍODOS, a executar da seguinte forma: SÓ SERIAM BISSEXTOS, A PARTIR DE ENTÃO, OS ANOS SECULARES[40] DIVISÍVEIS POR 400.

Em consequência, foram (ou serão) bissextos os anos 1600, 2000, 2400, 2800, 3200, etc., diversamente do Calendário Juliano em que todos os anos seculares eram bissextos por serem divisíveis por 4.

O CALENDÁRIO ASSIM REFORMADO É AQUELE QUE HOJE UTILIZAMOS

– *DESFASAMENTO AINDA RESTANTE*

Apesar da implementação das medidas enunciadas, subsiste, ainda, uma imprecisão.

A supressão de 3 dias em cada 400 anos equivale à adopção de um ano trópico de 365.2425 dias, uma vez que se tem sucessivamente:

400 anos x 365.25 dias = 146 100 dias
146100 – 3 dias = 146 097 dias
146 097 : 400 anos = 365.24 25 dias

[40] Anos múltiplos de 100. Esta designação é um tanto imprópria porque esses anos são de fim de Século e não do seu início, como se viu anteriormente.

Assim, a diferença anual (em relação ao ano trópico) acumulável é ainda de 0.0003 dias (365.2425 – 365.2422[41]), equivalente a 25.92 segundos o que perfaz 1.2 dias em cada 4000 anos, ou seja 1.2 dias em cada 40 Séculos.

Teoricamente só será necessário encarar uma nova correcção em 5582 AD (1582+4000).

b) ENTRADA EM VIGOR DA REFORMA GREGORIANA (E DO CALENDÁRIO)

A Reforma Gregoriana entrou em vigor em 15 OUT 1582.

Porém, a sua aceitação não foi pacífica em muitos países.

Foi adoptada na data da sua entrada em vigor por PORTUGAL, ESPANHA e ROMA.

Mas só foi aceite:

- Em DEZ 1582 pela França e pela Holanda;
- Em 1583 pela Áustria;
- Em DEZ 1584 pelos Estados Católicos da Alemanha e da Suíça;
- Em 1586 pela Polónia;
- Em 1587 pela Hungria;
- Em 1700 pelos Estados Protestantes da Holanda, Alemanha e Suíça;
- Em 1757 pela Inglaterra e pela Suécia;
- Em 1873 pelo Japão;
- Em 1912 pela China;
- Em 1916 pela Bulgária;
- Em 1918 pela Rússia;
- Em 1919 pela Jugoslávia e pela Checoslováquia;
- Em 1923 pela Suécia e pela Igreja Ortodoxa Grega;
- Em 1927 pela Turquia.

Como já foi referido, vigora, actualmente, em todo o Mundo, pelo menos para efeitos civis.

CONSTITUI AINDA EXCEPÇÃO A IGREJA ORTODOXA RUSSA QUE CONTINUA A REGER-SE PELO CALENDÁRIO JULIANO.

---

[41] Arredondamento à 4ªcasa de 365.24218981, por ser precisão suficiente.

5. DESFASAMENTO ENTRE OS CALENDÁRIOS JULIANO E GREGORIANO

Para efeitos de conversão de datas entre os dois Calendários, por vezes necessárias, embora raras, regista-se o desfasamento entre os mesmos.

- *O CALENDÁRIO GREGORIANO AVANÇA (EM RELAÇÃO ÀS DATAS JULIANAS)*

  10 dias desde 05 OUT 1582 até 18 FEV 1700
  11 dias desde 19 FEV 1700 até 17 FEV 1800
  12 dias desde 18 FEV 1800 até 16 FEV 1900
  13 dias desde 17 FEV 1900 até 15 FEV 2000
  etc.

- *O CALENDÁRIO JULIANO RETARDA (EM RELAÇÃO ÀS DATAS GREGORIANAS)*

  10 dias desde 15 OUT 1582 até 28 FEV 1700
  11 dias desde 01 MAR 1700 até 28 FEV 1800
  12 dias desde 01 MAR 1800 até 28 FEV 1900
  13 dias desde 01 MAR 1900 até 28 FEV 2100
  etc.

Apenas dois exemplos:

- A que data corresponde, no Calendário Juliano, o dia *25 DEZ 1999* do Calendário Gregoriano (em uso)?

  – O Calendário Juliano retarda nesta data 13 dias;
  – Portanto 25 DEZ 1999(G) – 13 dias = *12 DEZ 1999* (J)

- A que data corresponde o dia de Natal (25 DEZ) do Calendário Juliano no Calendário Gregoriano?

  – O Calendário Gregoriano avança nesta data 13 dias;
  – Portanto 25 DEZ 1999(J) + 13 dias = 7 JAN 2000 (G)

6. UM CALENDÁRIO PERPÉTUO – (JULIANO E GREGORIANO)

De entre as várias formas por que é possível estabelecer um CALENDÁRIO PERPÉTUO escolhemos aquela que, embora não esteja divulgada, nos parece a mais simples e mais sugestiva e que, para além disso, nos vai ser muito útil na continuação destes nossos estudos – sobretudo quando abordarmos a determinação da Páscoa e de outras Festas móveis do Calendário Religioso Católico.

Comecemos por organizar um quadro do ano (de qualquer ano) com os seus 365 dias (ano comum) e designemos os sete dias da sua primeira semana pelas sete primeiras letras do alfabeto: A, B, ... G.

Seguidamente, continuemos a preencher esse mesmo quadro até ao fim, repetindo sucessivamente e ciclicamente as mesmas sete letras (a cada ciclo corresponde uma semana).

Concluindo o trabalho, obtemos o quadro da figura 2.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	A	D	D	G	B	E	G	C	F	A	D	F
2	B	E	E	A	C	F	A	D	G	B	E	G
3	C	F	F	B	D	G	B	E	A	C	F	A
4	D	G	G	C	E	A	C	F	B	D	G	B
5	E	A	A	D	F	B	D	G	C	E	A	C
6	F	B	B	E	G	C	E	A	D	F	D	D
7	G	C	C	F	A	D	F	B	E	G	C	E
8	A	D	D	G	B	E	G	C	F	A	D	F
9	B	E	E	A	C	F	A	D	G	B	E	G
10	C	F	F	B	D	G	B	E	A	C	F	A
11	D	G	G	C	E	A	C	F	B	D	G	B
12	E	A	A	D	F	B	D	G	C	E	A	C
13	F	B	B	E	G	C	E	A	D	F	B	D
14	G	C	C	F	A	D	F	B	E	G	C	E
15	A	D	D	G	B	E	G	C	F	A	D	F
16	B	E	E	A	C	F	A	D	G	B	E	G
17	C	F	F	B	D	G	B	E	A	C	F	A
18	D	G	G	C	E	A	C	F	B	D	G	B
19	E	A	A	D	F	B	D	G	C	E	A	C
20	F	B	B	E	G	C	E	A	D	F	B	D
21	G	C	C	F	A	D	F	B	E	G	C	E
22	A	D	D	G	B	E	G	C	F	A	D	F
23	B	E	E	A	C	F	A	D	G	B	E	G
24	C	F	F	B	D	G	B	E	A	C	F	A
25	D	G	G	C	E	A	C	F	B	D	G	B
26	E	A	A	D	F	B	D	G	C	E	A	C
27	F	B	B	E	G	C	E	A	D	F	B	D
28	G	C	C	F	A	D	F	B	E	G	C	E
29	A	-	D	G	B	E	G	C	F	A	D	F
30	B	-	E	A	C	F	A	D	G	B	E	G
31	C	-	F	-	D	-	B	E	-	C	-	A

FIG. 2 – QUADRO DA LETRA DOMINICAL.

Se, por convenção e DENTRO DE UM MESMO ANO, atribuirmos a uma dada letra o dia da Semana de DOMINGO (e, assim, ela passará a ser designada por LETRA DOMINICAL), todos os dias desse ano assinalados com essa mesma letra serão igualmente DOMINGO.

Desta forma, a letra em apreço é, efectivamente, a LETRA DOMINICAL DO ANO.

Para efeitos práticos, a convenção a utilizar é a seguinte:

- Se o primeiro Domingo do ano (de qualquer ano) cai no dia 1 de Janeiro, a LD do ano é A e todos os dias assinalados com "A" são Domingos.
  É um "ANO A".

- Se o primeiro Domingo do ano cai em 2 JAN, a LD do ano é "B" e todos os "B" são Domingos;
  É um "ANO B".

- Em suma, tem-se a seguinte correspondência:

1.º Domingo do Ano	LD do Ano
1 JAN	A
2 JAN	B
3 JAN	C
4 JAN	D
5 JAN	E
6 JAN	F
7 JAN	G

Podemos verificar de imediato quais foram (serão) os Domingos do corrente ano de 1999. Sabemos que o primeiro Domingo do ano caiu em 3 JAN e que, portanto, a LD do ano é "C".

Então, assinaladas com "C" estão as seguintes datas:

10, 17, 24, 31 JAN .... 7, 14, 21 FEV .... 1, 8 AGO ... 21 NOV ... 19, 26 DEZ, que são todos Domingos.

Os restantes dias da semana são facilmente determináveis a partir do Domingo, quer pela contagem descendente: SEG, TER, QUA ...., quer pela contagem ascendente, SÁB, SEX, QUI ....

Assim, o dia da semana corresponde 10 JUN do corrente ano de 1999 pode fazer-se:

– por contagscendente a partir de 6 JUN → Letra C → DOMINGO:
6=DOM 7=SEG 8=TER 9=QUA 10=QUI;
– por contagem ascendente a partir de 13 JUN → Letra C → DOMINGO:
13=DOM 12=SÁB 11=SEX 10=QUI;

O ano que nos serviu de exemplo até agora (1999) é um ano Comum (365 dias), com um mês de Fevereiro de 28 dias.

Como funciona o quadro da LD para os anos bissextos (Fevereiro de 29 dias)?

Tomemos, para observação, o ano bissexto de 1996.

O primeiro Domingo deste ano caiu em 7 JAN, sendo, portanto, segundo a convenção adoptada, um ano de LD=G[42].

Queremos saber que dia da semana corresponde, por exemplo, a 4 MAR.

Teremos então a seguinte correspondência REAL:

25 FEV	26	27	28	29	1 MAR	2	3	4
G	A	B	C	?	D	E	F	G
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG

Verifica-se, pela aplicação da LD, que 25 FEV(G) é efectivamente Domingo, mas 4 MAR (G) *já não é Domingo, mas SEG* pela intercalação, sem letra, do dia 29 FEV.

E verifica-se ainda que, a partir de 3 MAR (incl.) e até ao final do ano, a LETRA QUE INDICA O DOMINGO PASSOU A SER A LETRA F.

Conclui-se assim que este ano bissexto TEM DUAS LETRAS DOMINICAIS: G e F, sendo que a segunda é aplicável a partir de 3 FEV, inclusive.

EM GERAL, PODE DIZER-SE QUE OS ANOS BISSEXTOS (QUAISQUER) TEM DUAS LETRAS DOMINICAIS DESFASADAS DE UMA LETRA (PARA MENOS) SENDO A PRIMEIRA APLICÁVEL AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO E A SEGUNDA AOS MESES SEGUINTES.

Para utilizar este CALENDÁRIO PERPÉTUO falta-nos, apenas dispor de um meio seguro e fácil de SABER A LD de QUALQUER ANO, tanto do Calendário Juliano quanto do Calendário Gregoriano.

Esse meio é o quadro que a seguir se apresenta.

---

[42] Este elemento, nesta fase do nosso estudo, foi colhido por consulta directa a um Calendário impresso. Adiante se verá a forma de obter a LD do ano muito mais facilmente.

ANO NO SÉCULO				CALENDÁRIO JULIANO — ANO SECULAR							CALENDÁRIO GREGORIANO — ANO SECULAR				
				0 700 1400	100 800 1500*	200 900	300 1000	400 1100	500 1200	600 1300	1500 [1]	1600 2000	1700 2100	1800 2200	1900 2300
0				DC	ED	FE	GF	AG	BA	CB	...	BA	C	E	G
1	29	57	85	B	C	D	E	F	G	A	F	G	B	D	F
2	30	58	86	A	B	C	D	E	F	G	E	F	A	C	E
3	31	59	87	G	A	B	C	D	E	F	D	E	G	B	D
4	32	60	88	FE	GF	AG	BA	CB	DC	ED	CB	DC	FE	AG	CB
5	33	61	89	D	E	F	G	A	B	C	A	B	D	F	A
6	34	62	90	C	D	E	F	G	A	B	G	A	C	E	G
7	35	63	91	B	C	D	E	F	G	A	F	G	B	D	F
8	36	64	92	AG	BA	CB	DC	ED	FE	GF	ED	FE	AG	CB	ED
9	37	65	93	F	G	A	B	C	D	E	C	D	F	A	C
10	38	66	94	E	F	G	A	B	C	D	B	C	E	G	B
11	39	67	95	D	E	F	G	A	B	C	A	B	D	F	A
12	40	68	96	CB	DC	ED	FE	GF	AG	BA	GF	AG	CB	ED	GF
13	41	69	97	A	B	C	D	E	F	G	E	F	A	C	E
14	42	70	98	G	A	B	C	D	E	F	D	E	G	B	D
15	43	71	99	F	G	A	B	C	D	E	C	D	F	A	C
16	44	72		ED	FE	GF	AG	BA	CB	DC	...	CB	ED	GF	BA
17	45	73		C	D	E	F	G	A	B	...	A	C	E	G
18	46	74		B	C	D	E	F	G	A	...	G	B	D	F
19	47	75		A	B	C	D	E	F	G	...	F	A	C	E
20	48	76		GF	AG	BA	CB	DC	ED	FE	...	ED	GF	BA	DC
21	49	77		E	F	G	A	B	C	D	...	C	E	G	B
22	50	78		D	E	F	G	A	B	C	...	B	D	F	A
23	51	79		C	D	E	F	G	A	B	...	A	C	E	G
24	52	80		BA	CB	DC	ED	FE	GF	AG	...	GF	BA	DC	FE
25	53	81		G	A	B	C	D	E	F	...	E	G	B	D
26	54	82		F	G	A	B	C	D	E	C	D	F	A	C
27	55	83		E	F	G	A	B	C	D	B	C	E	G	B
28	56	84		DC	ED	FE	GF	AG	BA	CB	AG	BA	DC	FE	AG
				ATÉ 04 OUT 1582 (INCL.)							A PARTIR DE 15 OUT 1582				

FIG. 3 – QUADRO DA LETRA DOMINICAL[43]

(43) IN: "THE NEW ENCYCLOPEDIA BRITANNICA", MICROPAEDIA, VOL II, ARTIGO "CALENDAR" pág 455, com adaptações.

Este quadro é perfeitamente dedutível a partir do conhecimento da LD de um qualquer ano por contagem progressiva e/ou regressiva, com algum trabalho e muita paciência que aqui poupamos ao leitor.

A sua utilização é, também, dedutível à primeira vista, pelo que, para completa elucidação do uso do CALENDÁRIO PERPÉTUO, vamos, apenas, apresentar alguns exemplos:

- Exemplo 1: 25 AGO 1999

  – *DETERMINAÇÃO DA LD NO QUADRO DA FIG. 3*

  1999 – CALEND. GREG. LD(CRUZAMENTO DE 1900 COM 99) = C

  – *DETERMINAÇÃO DO DIA DA SEMANA NO QUADRO DA FIG. 2*

  MÊS DE AGOSTO – LETRA C PRÓXIMA DE 25:

  - 22 AGO (C) = DOM 23.. 24.. 25 = QUA
  - 29 AGO (C) = DOM 29.. 28.. 27.. 26.. 25 = QUA

- Exemplo 2: 31 DEZ 1999

  LD = C 26 DEZ (C) = DOM 26.. 27.. 28.. 29.. 30.. 31 = SEX

- Exemplo 3: 21 MAR 2000

  LD = BA (B para JAN e FEV, A para os restantes meses)

  19 MAR (A) = DOM 19.20.21 = TER

- Exemplo 4: 14 AGO 1385

  LD = A 13 AGO (A) 13.14 = SEG

Como nota final queremos ressaltar que as séries das LD se repetem de 700 em 700 anos para o Calendário Juliano e de 400 em 400 anos para o Gregoriano pelo que é possível prolongar a sua Validade "ad infinitum".

Para o caso do Calendário Gregoriano é apenas um exercício teórico (o quadro vai até 2399), mas para o Calendário Juliano ainda adoptado, por exemplo, pela Igreja Ortodoxa Russa, é pertinente fazê-lo para anos posteriores a 1500.

Assim, as séries a considerar serão encimadas por:

0	100	200	300	400	500	600
700	800	900	1000	1100	1200	1300
1400	1500	1600	1700	1800	1900	2000
2100	2200	2300	2400	2500	2600	2700

TERCEIRA PARTE
CALENDÁRIO ECLESIÁSTICO CATÓLICO

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a designação em epígrafe, este Calendário destina-se a regular e a determinar as datas em que caiem as Festas principais da vida litúrgica da Igreja Católica.

O seu interesse transcende o dos seus crentes porquanto, tanto em Portugal como num dilatado número de Países, muitos dos feriados oficiais vigentes o são somente em virtude da solenidade religiosa que ocorre.

Por outro lado, o seu conhecimento é igualmente marcante para todos aqueles que, quer no âmbito da investigação científica – sobretudo na área da Ciência Histórica, quer no da Administração, têm necessidade de saber, respectivamente: quando, em anos passados, ocorreram determinadas festividades religiosas[44] ou em que datas estas virão a ocorrer, para efeitos de planeamento.

Por todos estes motivos o conhecimento deste Calendário é importante.

A FESTA PRINCIPAL DO CALENDÁRIO LITÚRGICO CATÓLICO É A PÁSCOA DA RESSURREIÇÃO (DOMINGO DE PÁSCOA).

" E, se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé ....."
PAULO, 1 CORÍNTIOS, Cap. 5°, V°17[45]

Assim sendo, é a partir dela que, com intervalos de tempo previamente estabelecidos, são marcadas as datas em que ocorrem outras Festas de

[44] Caso paradigmático é o da determinação da data da descoberta do Brasil: no "oitavário da Páscoa" de 1500.

[45] NOVA BÍBLIA DOS CAPUCHINHOS. Difusora Bíblica, LISBOA/FÀTIMA, 1ª Ed., NOV 1998.

grande importância do ano litúrgico, cujas principais são as que, a seguir, se transcrevem:

DOMINGO DA SEPTUAGÉSIMA	:	63 dias antes da PÁSCOA
CINZAS (Quarta-feira de)	:	46 dias antes da PÁSCOA
RAMOS (Domingo de)	:	07 dias antes da PÁSCOA
ASCENÇÃO	:	39 dias depois da PÁSCOA
PENTECOSTES(ESPÍRITO SANTO)	:	49 dias depois da PÁSCOA
SSª TRINDADE	:	56 dias depois da PÁSCOA
CORPO DE DEUS	:	60 dias depois da PÁSCOA

Sendo, como é, a Páscoa uma Festa móvel (como se verá de seguida) são igualmente móveis as outras que estão na sua dependência.[46]

2. DEFINIÇÃO DE PÁSCOA

Durante os primeiros três Séculos da Era Cristã não houve acordo quanto à data em que devia ser celebrada a Páscoa. A questão arrastou-se até que, em 325 AD, o Concílio de NICEIA decretou, para o efeito, a regra que se regista e que se mantém em vigor até hoje:

> "PÁSCOA É O DOMINGO SEGUINTE AO DÉCIMO QUARTO DIA DA LUA QUE COMPLETA ESTA IDADE (14 dias) EM 21 DE MARÇO, OU IMEDIATAMENTE A SEGUIR".[47]

Por outras palavras e, talvez de forma mais explícita, pode dizer-se que PÁSCOA É O DOMINGO SEGINTE À LUA CHEIA que ocorre imediatamente a seguir ao EQUINÓCIO DA PRIMAVERA, FIXADO ESTE EM 21 DE MARÇO.

Assim sendo, o primeiro facto a salientar é o de que se trata de uma FESTA MÓVEL porque depende da ocorrência de uma das fases da Lua.

Uma Segunda nota, diz respeito ao facto de que, para o cômputo (contagem, cálculo) pascal, há que conhecer com antecedência e precisão as fases da Lua, sobretudo as datas de ocorrência dos plenilúneos.

---

[46] O Calendário litúrgico comporta também Festas fixas (por exemplo, o Natal – 25DEZ), não mencionadas aqui por economia de espaço.

[47] Idade da Lua é o número de dias que a lua tem em cada lunação, contados a partir da lua nova, fase que marca o início do ciclo lunar.

É natural que o leitor se interrogue sobre a razão pela qual a referência para a determinação da Páscoa é a Lua – mais concretamente, a fase de lua-cheia seguinte ao equinócio da Primavera.

As transcrições (excertos) seguintes[48] esclarecem-nos cabalmente:

... "As narrações Bíblicas da Última Ceia de Jesus testemunham que ela teve lugar num ambiente de Páscoa Judaica"...

... " A Páscoa é a Festa anual judaica mais importante; evoca e celebra a libertação de Israel da opressão do Egipto e a Aliança do Sinai. Com Jesus, passará a significar e a celebrar a Redenção que Ele operou em favor de toda a Humanidade, morrendo e ressuscitando...

... O cerimonial da Páscoa tinha ..... dois momentos principais: imolação do cordeiro no templo, na tarde do 14° dia de Nisan[49](Abril) POR ALTURA DA LUA-CHEIA DA PRIMAVERA; à noite, o cordeiro era comido numa refeição sagrada familiar ou em grupos de 10 a 20 pessoas ..."

3. LUA PASCAL

a. Dado que a Lua astronómica (ou lua verdadeira) apresenta irregularidades quanto à duração do seu ciclo mensal (designado por lunação)[50]que podem atingir, mesmo, mais de 12 horas, houve que recorrer para o cômputo pascal a uma LUA CONVENCIONAL – denominada LUA DO CÔMPUTO OU LUA PASCAL – como meio de assegurar a obtenção de um cálculo tão preciso quanto possível, exequível com antecedência.

Para o efeito recorreu-se a um conhecimento astronómico já antigo que, embora não oferecesse resultados inteiramente precisos, permitia uma aproximação considerada suficiente – O CICLO METÓNICO.

---

[48] NOVA BÍBLIA DOS CAPUCHINHOS, Difusora Bíblica, LISBOA/FÁTIMA, 1ª Ed., NOV 1988: Nota ao versículo 17, Capítulo 26 do Evangelho de S.Mateus – pág. 1614 (1ª citação) e nota 1 ao Versículo 1 do Cap 14 do Evangelho de S.Marcos – pág. 1654 (2ª citação).

[49] NISAN é o sétimo mês do Calendário Judaico, em ano de 12 meses lunares, ou oitavo em ano de 13 meses lunares .
Este "ponto" será esclarecido quando estudarmos esse Calendário.

[50] Período de tempo que medeia entre duas fases consecutivas iguais, por exemplo, dois plenilúneos.

b. CICLO METÓNICO

MÉTON, astrónomo grego, verificou por cerca de 452 AC que as fases da Lua se reproduziam, em cada período de 19 anos, no mesmo dia com cerca de uma hora e meia de avanço; e que, nesse mesmo lapso de tempo, ocorriam 235 lunações.

O ciclo assim definido ficou conhecido por CICLO METÓNICO. Cada ano dentro do seu ciclo é identificado pelo número de ordem em que nele ocorre (de 1 a 19) número esse designado por NÚMERO DE OURO ou ÁUREO NÚMERO porque, segundo parece, era anualmente exposto publicamente em ATENAS em "letras de ouro", para conhecimento de todos.

O Áureo Número (AN) correspondente a cada ano é o resto da divisão por 19 do número representativo do ano, adicionado de uma unidade. Se o resto for zero, o AN é igual a 19.

A expressão matemática que lhe corresponde é:

$$AN = (Ano + 1), \text{ mod } 19$$

Para o ano 2000, tem-se: $(2000 + 1), \text{ mod } 19 = 6$

Uma forma prática de obter o AN sem efectuar o cálculo é-nos proporcionada pela tabela que, a seguir, se reproduz:[51]

[51] In: COUDREC, Paul, "Le Calendrier", Presses Universitaires de France, Col. "Que Sais-Je?", 5ª Ed, Paris, 1981, pág. 108.

← Centaines du Millésime	Deux chiffres de droite du Millésime																		
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56
	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94
	95	96	97	98	99														
	Nombre d'Or																		
0 19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
1 20	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5
2 21	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3 22	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
4 23	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1
5 24	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6
6 25	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
7 26	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
8 27	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2
9 28	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7
10 29	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
11 30	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
12 31	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	3	3
13 32	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8
14 33	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
15 34	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
16 »	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4
17 »	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9
18 »	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14

Nela, o AN (Nombre d'Or) é obtido pelo cruzamento das centenas do ano (Centaines du Millésime – coluna à esquerda) com os dois algarismos finais do mesmo ano – parte superior do quadro.

Para o caso em apreço, 2000, tem-se: cruzamento de 20 (coluna da esquerda) com OO (primeira coluna da parte superior), igual a 6, como tinha já sido obtido anteriormente.

c. CALENDÁRIO PERPÉTUO DA LUA CÔMPUTO

Todavia, para além do conhecimento anterior, era também necessário *elaborar um quadro ou Calendário anual perpétuo que indicasse as datas de ocorrência em cada mês, de, pelo menos, os NOVILÚNEOS (luas-novas),* a partir dos quais seriam calculados os PLENILÚNEOS (luas-cheias) que interessam directamente à determinação da Páscoa.

O elemento-base que permitiu a elaboração desse Calendário perpétuo foi a DETERMINAÇÃO DA IDADE DA LUA[52] NA VÉSPERA DO PRIMEIRO DIA DE CADA ANO (ou seja, em 31DEZ do ano anterior), NÚMERO ESSE A QUE SE DEU O NOME DE EPACTA[53].

Necessário foi, ainda, definir qual o número inteiro de dias (29 ou 30) a atribuir a cada mês lunar da lua cômputo, uma vez que a lunação real é de 29.530589 dias[54], não sendo, assim, um número inteiro.

Tendo em conta que no Ciclo Metónico ocorrem 235 lunações em 19 anos, é possível "distribui-las" ao longo deste período por forma a obter para cada mês lunar um número inteiro de dias: 115 lunações de 29 dias adicionadas a 120 lunações de 30 dias perfazem 6935 dias, tantos quantos correspondem a 19 anos de 365 dias.

NÃO REPRODUZIMOS AQUI O CALENDÁRIO DA LUA DO CÔMPUTO POR DESNECESSÁRIO À CONTINUAÇÃO DO NOSSO ESTUDO E POR SER FASTIDIOSA A SUA ANÁLISE PORMEMORIZADA[55].

Passamos directamente às conclusões que nos permitirão, finalmente, determinar a Páscoa, omitindo também, pela mesma razão, todo o cálculo envolvido.

---

[52] Ver definição na nota (4) supra.

[53] Do grego HEPAK TAI, acréscimo. A Epacta é, na realidade, o número de dias de diferença entre ano Solar (365.25 dias) e o ano lunar (12x29.5 = 354 dias), correspondente a, aprox., 11 dias; daí a sua designação de "acréscimo".

[54] OAL

[55] Este Calendário pode ser consultado em: COUDREC, Paul, Op. Cit. Pág. 83.

4. CÁLCULO DA PÁSCOA JULIANA

(1) A integração do que precede pode sintetizar-se neste quadro:

AN DO ANO	EPACTA DO ANO	DATA DO PLENILÚNEO PASCAL
1	8	5 ABR
2	19	25MAR
3	0	13ABR
4	11	2ABR
5	22	22MAR
6	3	10ABR
7	14	30MAR
8	25	18ABR
9	6	7ABR
10	17	27MAR
11	28	15ABR
12	9	4ABR
13	20	24MAR
14	1	12ABR
15	12	1ABR
16	23	21MAR
17	4	9ABR
18	15	29MAR
19	26	17ABR

Dele ressaltam as seguintes considerações:

- Plenilúneo pascal oscila entre 21MAR e 18ABR; período que comporta 28 dias.
- O AN de cada ano (posição dentro do ciclo Metónico) está "indexado" à Epacta, sendo, portanto, esta relação invariável em todo o processo, isto é: a um mesmo AN corresponde sempre a mesma Epacta.

(2) De posse destes elementos, estamos em condições de CALCULAR A PÁSCOA de qualquer ano incluído na VIGÊNCIA DO CALENDÁRIO JULIANO (até 05 OUT 1582, incl) porquanto o "sistema" descrito e sintetizado no número anterior foi idealizado naquela

mesma vigência – e só foi alterado aquando da Reforma Gregoriana do Calendário, como oportunamente se verá.
Então, como fazer?

O procedimento é o que se descreve:

- Determinar o AN do ano para o qual se pretende calcular a Páscoa;
- Determinar a LD do ano;
- Retirar do quadro da alínea anterior a data em que ocorre o PL pascal;
- Determinar o dia da semana que lhe corresponde, recorrendo ao Calendário Perpétuo publicado no artigo anterior;
- Calcular a data do Domingo Seguinte: essa será a da PÁSCOA que se procura.
- PORÉM SE A DATA DO PL ENCONTRADA NO QUADRO DA ALÍNEA ANTERIOR CAIR AO DOMINGO, ENTÃO A PÁSCOA SERÁ RETARDADA DE UMA SEMANA, ISTO É, PASSARÁ AO DOMINGO SEGUINTE A ESSE, aliás de acordo com a sua definição.

Vejamos alguns exemplos:

PÁSCOA DE 1500 (Descoberta do Brasil)
AN= (1500 + 1), mód 19 = 0 =19
LD DO ANO = ED Para o Mês de Abril ---» D
PL PASCAL = 17 ABR ---» SEX
PÁSCOA = 19 ABR (DOMINGO SEGUINTE)

PÁSCOA DE 1385
AN = (1385 + 1), MÓD 19 = 18
LD DO ANO = A
PL PASCAL = 29 MAR ---» QUA
PÁSCOA = 2 ABR (DOMINGO SEGUINTE)

PÁSCOA DE 1437
AN = (1418 + 1), mód 19 = 13
LD DO ANO = F
PL PASCAL = 24 MAR ---» DOMINGO
PÁSCOA = DOMINGO SEGUINTE = 31 MAR

5. CÁLCULO DAS FESTAS MÓVEIS

Obtida a data da Páscoa, o cálculo das restantes Festas Móveis é feito, agora, por subtracção ou adição dos desfasamentos mencionados em 1 supra.

Por exemplo, para a determinação das CINZAS (Quarta-feira, início da Quaresma) há que subtrair 46 dias à data da Páscoa, o que não é difícil, mas exige atenção e precisão para se evitar erros de contagem. O mesmo se dirá, "mutatis mutandis", para as outras Festas.

É trabalhoso e, talvez, fastidioso.

Mas, mais uma vez, uma TABELA vem em nosso auxílio, tornando tudo muito simples.

Essa tabela/tábua (TABULA) pode ser encontrada em várias edições antigas, por exemplo, dos:

a. "MISSALE ROMANUM", de que a Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares possui um exemplar impresso em ANTUÉRPIA em 1728;
b. REVIARUM ROMANUM", de que conhecemos uma edição impressa, também em ANTUÉRPIA, de 1782.

A que, seguidamente, se reproduz[56] foi escolhida pela facilidade de consulta e utilização que a sua composição gráfica oferece.

[56] IN: MISSALE ROMANUM – Ex Decreto SS. Concilii Tridentini Restitutum, S.Pii V Pontificis Maximi Iussu Editum. Clementis VIII, Urbani VIII et Leoni XIII Recognitum. ROMAE – TORNARI ... S. Sedis Apost. Et S. Rituum Congr. Typographi, 1909, pág. XII.

Tabula Paschalis antiqua reformata.

Aureus Numer.	Cyclus Epactarum.	Litterae Domin.	Septuagesima.	Dies Cinerum.	Pascha.	Ascensio.	Pentecostes.	Corpus Christi.	Dom. post Pent.	Dominica prima Adventus.
16	..... xxiij	.....	Januarii.	Februarii.	Martii.	Aprilis.	Maji.	Maji.	.....	.....
5	..... xxij	d	18	4	22	30	10	21	28	29 Nov.
...	..... xxj	e	19	5	23	1 Maji.	11	22	28	30 ...
13	 xx	f	20	6	24	2	12	23	28	1 Dec.
2	 xix	g	21	7	25	3	13	24	28	2 ...
...	..... xviij	A	22	8	26	4	14	25	28	3 ...
10	..... xvij	b	23	9	27	5	15	26	27	27 Nov
...	..... xvj	c	24	10	28	6	16	27	27	28 ...
18	 xv	d	25	11	29	7	17	28	27	29 ...
7	 xiv	e	26	12	30	8	18	29	27	30 ...
...	..... xiij	f	27	13	31	9	19	30	27	1 Dec.
15	..... xij	g	28	14	1 April.	10	20	31	27	2 ...
4	..... xj	A	29	15	2	11	21	1 Junii.	27	3 ...
...	 x	b	30	16	3	12	22	2	26	27 Nov
12	 ix	c	31	17	4	13	23	3	26	28 ...
1	..... viij	d	1 Febr.	18	5	14	24	4	26	29 ...
...	..... vij	e	2	19	6	15	25	5	26	30 ...
9	..... vj	f	3	20	7	16	26	6	26	1 Dec.
...	 v	g	4	21	8	17	27	7	26	2 ...
17	 iv	A	5	22	9	18	28	8	26	3 ...
6	..... iij	b	6	23	10	19	29	9	25	27 Nov.
...	..... ij	c	7	24	11	20	30	10	25	28 ...
14	..... j	d	8	25	12	21	31	11	25	29 ...
3	..... *	e	9	26	13	22	9 Junii.	12	25	30 ...
...	 xxix	f	10	27	14	23	2	13	25	1 Dec.
11	..... xxviij	g	11	28	15	24	3	14	25	2 ...
...	..... xxvij	A	12	1 Mart.	16	25	4	15	25	3 ...
19	25 xxvj	b	13	2	17	26	5	16	24	27 Nov.
8	xxv xxiv	c	14	3	18	27	6	17	24	28 ...
...	....	d	15	4	19	28	7	18	24	29 ...
...	....	e	16	5	20	29	8	19	24	30 ...
...	....	f	17	6	21	30	9	20	24	1 Dec.
...	....	g	18	7	22	31	10	21	24	2 ...
...	....	A	19	8	23	1 Junii.	11	22	24	3 ...
...	....	b	20	9	24	2	12	23	23	27 Nov.
...	....	c	21	10	25	3	13	24	23	28 ...

Não se preocupe o leitor com o latim .... A tradução é a seguinte:

- TABULA PASCHALIS ANTIQUA REFORMATA = Tábua Pascal relativa à Antiga Reforma.
  "Antiga reforma" significa: na vigência do Calendário Juliano, ou seja, antes da entrada em vigor do Calendário Gregoriano.
  Esta forma de dizer justifica-se aqui pelo facto de a "tabula" estar a ser publicada em 1909[57];

- AUREUS NUMER = Áureo Número (AN);
- CYCLUS EPACTARUM = Ciclo das Epactas ---» EPACTAS;
  Os números correspondentes às epactas estão escritos em numeração romana, por ser esta a forma "classicamente" adoptada.

- LITTERAE DOMIN. = Letras Dominicais (LD);
- SEPTUAGESIMA = Septuagésima;
- DIES CINERUM = Dia das Cinzas ---» Quarta-feira de Cinzas;
- PASCHA = Páscoa (Domingo de Páscoa);
- ASCENSIO = Ascensão (Quinta-feira de);
- PENTECOSTES = Pentecostes;
- CORPUS CHRISTI = Corpo de Cristo (Corpo de Deus);
- DOM. POST PENT. = Domingos depois do Pentecostes (e até ao Advento);
- DOMINICA PRIMA ADVENTUS = Primeiro Domingo do Advento (início do Ano Litúrgico).

A utilização da "Tábula" faz-se da seguinte forma:

a. Determinam-se, previamente, o AN e a LD do ano para o qual se pretende saber a Páscoa e as Festas com ela relacionadas;

b. Seguidamente, entra-se na coluna da esquerda com o AN.
   Na respectiva linha encontramos, sucessivamente, a epacta (que lhe está indexada) e uma LD;

c. Se a LD encontrada não coincide com a do ano em apreço, DESCEM-SE TANTAS LINHAS QUANTAS AS NECESSÁRIAS ATÉ ENCONTRAR A LD DO ANO.

[57] Consulte a nota anterior.

NESSA LINHA estão as datas procuradas: Cinzas, Páscoa, Ascensão, etc;

d. Se a LD encontrada é a mesma que a do ano em apreço DESCEM-SE TANTAS LINHAS QUANTAS NECESSÁRIAS ATÉ ENCONTRAR A MESMA LETRA; nessa linha estão, também as datas procuradas.
A razão deste procedimento provém da própria definição de Páscoa: "DOMINGO SEGUINTE ao décimo quarto dia da lua ....", como se referiu supra.

Vejamos alguns exemplos, repetindo os anos anteriormente apresentados.

1. *ANO DE 1500*

AN = (1500 + 1), mód 19 = 0 = 19
LD = ED D(Para o cálculo)

a. Tem-se na "Tabula":

AN	EP	LD
19	XXVI	b

b. Desce-se até encontrar a LD = d, correspondente à LD do ano 1500
Nessa linha tem-se:

Septuagésima	: 15FEV
Cinzas	: 4 MAR
Páscoa	: 19ABR
Ascensão	: 28MAI
Pentecostes	: 7 JUN
Corpo de Cristo	: 18JUN, etc.

É IMPORTANTE REFERIR QUE, EM ANOS BISSSEXTOS, SE ALGUMA DAS DATAS OBTIDAS FOR ANTERIOR A 25 FEV HÁ QUE CORRIGI-LA PARA MAIS UM DIA, EM VIRTUDE DE O MÊS DE FEV TER 29 DIAS.

COMO 1500 É ANO BISSEXTO, é precisamente o caso da Septuagésima: O valor encontrado foi 15FEV, mas a data exacta é 16FEV (15+1).[58]

2. *ANO DE 1385*

AN = 18 LD = A
Na linha com AN=18 encontra-se a LD=d
Na linha com LD=A (a do ano) imediatamente a seguir tem-se:
CINZAS=15 FEV PÁSCOA=2 ABR ASCENÇÃO=11 ABR, etc

3. *ANO DE 1437*

AN = 13 LD = F
Na linha com AN=13 encontra-se a LD=f, IGUAL Á DO ANO
Na linha com LD=f, imediatamente a seguir, tem-se:
CINZAS=13 FEV PÁSCOA=31 MAR ASCENÇÃO=9 ABR, etc

6. CÁLCULO DA PÁSCOA GREGORIANA (E FESTAS MÓVEIS)

A forma por que tinha sido organizado o Calendário perpétuo da Lua Cômputo Juliana sofria, efectivamente, de algumas imprecisões (o Ciclo Metónico é indicativo mas não rigorosamente exacto e a distribuição das lunações é convencional) que, ao longo do tempo, se foram acumulando.

Os erros daí advenientes tornaram-se suficientemente importantes para exigirem, tal como o Calendário, medidas de correcção.

Decretadas igualmente pelo Papa Gregório XIII e postas em vigor com a Reforma do Calendário (1582), as medidas adoptadas vieram introduzir CORRECÇÕES NA EPACTA que foram implementadas da seguinte forma:

- Em primeiro lugar houve que "acertar" a lua do Cômputo pela lua verdadeira, mediante o AUMENTO DE 3 UNIDADES À EPACTA ENTÃO EM VIGOR (Juliana);

[58] A festa da Septuagésima cai, por definição, ao Domingo. O leitor poderá verificar que 15FEV (pelo Calendário perpétuo, por exemplo) de um ano de LD=E (a 1.a LD de 1500) a data de 15FEV cai ao Sábado. Portanto, a data exacta terá de ser 16FEV, como se disse.

- Em segundo lugar houve que HARMONIZAR A EPACTA ASSIM CORRIGIDA COM O CALENDÁRIO JÁ REFORMADO, o que exigiu A SUBTRACÇÃO DE 10 UNIDADES, tantas quantos os dias suprimidos pela Reforma do Calendário (5 a 14 OUT 1582, recorde-se);
- Por fim, e com vista a prevenir tanto quanto possível a ocorrência de erros futuros, houve que ELABORAR UMA SÉRIE DE LISTAS DE EPACTAS, VÁLIDAS, CADA UMA DELAS, APENAS PARA UM PERÍODO BEM DEFINIDO DE TEMPO.

Como resultado final foi composta uma "TÁBUA DESENVOLVIDA DAS EPACTAS" formada por 30 séries distintas contendo, cada uma delas, as 19 Epactas de um mesmo Ciclo Metónico completo e cobrindo todas as combinações possíveis entre o AN e a própria EPACTA.

Contempla o período que vai de 1700 a 8600 AD;[59]

De posse destes elementos foi elaborado em seguida novo Calendário perpétuo da Lua do Cômputo, baseado agora na EPACTA E NA LETRA DOMINICAL DO ANO.

Não vamos reproduzir aqui na íntegra nem a Tábua completa das Epactas nem o Calendário perpétuo da Lua do Cômputo para não alongar demasiado este nosso escrito, mas vamos incluir sim, OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS A "ARTILHAR" OS NOSSOS LEITORES COM VISTA A QUE POSSAM EFECTUAR O CÁLCULO DA PÁSCOA (E FESTAS MÓVEIS) NO ÂMBITO DO CALENDÁRIO GREGORIANO (A PARTIR DE 15 OUT 1582) POR UM PERÍODO BEM DILATADO. São eles os seguintes:

- As séries de Epactas correspondentes ao período 1582 a 4 499 AD;
- Uma tabela integrada da EPACTA (que dispensa o cálculo prévio do AN em quase todos os casos como adiante se verá);
- Uma "TABULA PASCHALIS NOVA REFORMATA" que, como a anterior "TABULA PASCHALIS ATIQUA REFORMATA" permite determinar, de imediato, não só a Páscoa, como também as Festas Móveis.

[59] A forma por que foram calculadas estas séries é complexa, situando-se, por isso, fora do âmbito deste artigo.Todavia pode ser encontrada em COUDREC, Paul "Le Calendrier", obra já anteriormente citada.

Vejamos *o primeiro*, que se reproduz seguidamente[60]

Nombre d'Or	Épactes julienne	Centaines grégoriennes du Milléaime												
				19			26		31			38		42
		15	17	20	22	23	27	29	33	34	35	39		43
		16	18	21	24	25	28	30	33	36	37	40	41	44
		Épactes grégoriennes												
1	8	1	0	29	28	27	26	25	24	23	22	21	20	19
2	19	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
3	0	23	22	21	20	19	18	17	16	15	14	13	12	11
4	11	4	3	2	1	0	29	28	27	26	25	24	23	22
5	22	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3
6	3	26	25	24	23	22	21	20	19	18	17	16	15	14
7	14	7	6	5	4	3	2	1	0	29	28	27	26	25
8	25	18	17	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6
9	6	29	28	27	26	25	24	23	23	21	20	19	18	17
10	17	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0	29	28
11	28	21	20	19	18	17	16	15	14	13	12	11	10	9
12	9	2	1	0	29	28	27	26	25	24	23	22	21	20
13	20	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
14	1	24	23	22	21	20	19	18	17	16	15	14	13	12
15	12	5	4	3	2	1	0	29	28	27	26	25	24	23
16	23	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4
17	4	27	26	25	24	23	22	21	20	19	18	17	16	15
18	15	8	7	6	5	4	3	2	1	0	29	28	27	26
19	26	19	18	17	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7

[60] IN: COUDREC, Paul, op. Cit.

Este quadro inclui 13 séries diferentes de epactas inscritas em colunas sucessivas, identificadas por: 15 – 16; 17 – 18; 19 – 20 21; ....; 42 – 43 – 44, que são os dois primeiros algarismos dos anos seculares correspondentes à sua utilização (validade).

Assim a primeira coluna (série), identificada por 15 – 16, aplica-se aos anos seculares 1500 e 1600 e seguintes ou seja 1500 a 1599 e 1600 a 1699. A terceira série, identificada por 19, 20, 21, aplica-se aos anos 1900 a 1999, 2000 a 2099 e 2100 a 2199 e assim sucessivamente até 44, ou seja 4499 AD.

A determinação da Epacta do ano exige o cálculo prévio do seu AN (pelos quadros ou pela expressão apresentados anteriormente). Uma vez conhecido, entra-se com ele na coluna da esquerda e pelo cruzamento da linha onde ele se encontra com a coluna encabeçada pelos dois primeiros algarismos do ano, determina-se a Epacta desse ano.

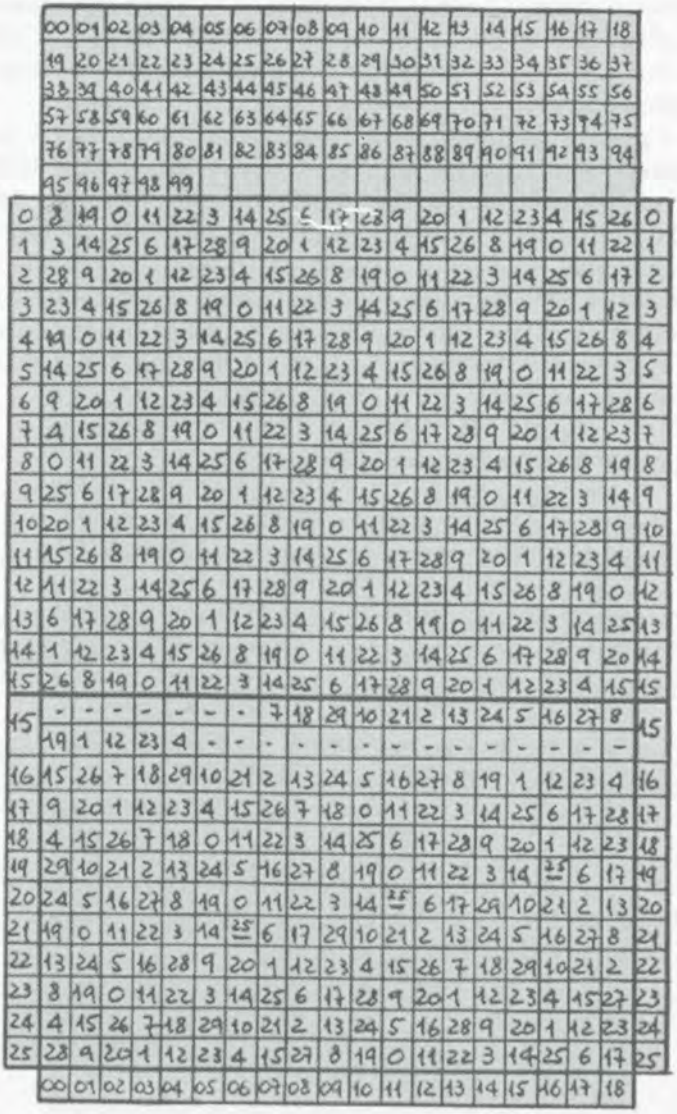
Exemplo: EP *correspondente a 2000*

- AN de 2000 ---» 6;
- Cruzamento da linha 6 com "19-20-21" = 24

O LEITOR REPARARÁ QUE A EP = 25 PARA OS AN MAIORES OU IGUAIS A 12 ESTÁ IMPRESSA EM ALGARISMOS MAIORES. A SUA VANTAGEM SERÁ ESCLARECIDA MAIS ADIANTE.

O *segundo é A TÁBUA INTEGRADA DA EPACTA*" . Foi calculada pelo Autor destas linhas com vista a dispensar a determinação prévia do AN , permitindo obter directamente a Epacta apenas em função do ano que se pretende.

A "tábua" em apreço é a que se reproduz seguidamente e em que se destacam, também, por 25, as Epactas correspondentes aos AN maiores ou iguais a 12, como anteriormente.



Nela, a determinação da Epacta faz-se apenas pelo cruzamento dos 2 primeiros algarismos do ano (coluna exterior esquerda) com os dois algarismos finais do mesmo ano (de 00 a 99) indicados nas colunas do cabeçalho da Tábua.

Sirva de exemplo a determinação da EP correspondente ao ano 2000 : cruzamento de 20 com 00 ---» 24, como já fora anteriormente calculado.

Esta Tábua engloba propositadamente também o Calendário Juliano: anos (linhas) 0 a 15, para ser documento único para todos os cálculos.

A diferenciação entre ambos os Calendários está feita pelo traço grosso a seguir a 15 e pelas duas linhas "15" seguintes.

Como a Reforma Gregoriana entrou em vigor em 15 OUT 1582, todos anos 1500 a 1582 pertencentes ao Calendário Juliano estão incluídos ACIMA DA LINHA DIVISÓRIA.

Os anos de 1583 e seguintes (até 1599) estão incluídos nas duas linhas "15" imediatamente abaixo e apenas nos espaços que lhes dizem respeito.

O *terceiro é a TABULA PASCHALIS NOVA REFORMATA* (Tábua Pascal Relativa à Nova Reforma, ou seja à Reforma Gregoriana de que nos temos ocupado[61], que como a anterior nos vai permitir a determinação rápida da Páscoa e das Festas Móveis.

É a que a seguir se reproduz, e para a qual o latim é já matéria conhecida e dominada.

[61] IN: MISSALE ROMANUM – Ex Decreto ....., conforme nota (13) Supra.

Tabula Paschalis nova reformata.

Litterae Dominicales.	Cyclus Epactarum.	Septuagesima.	Dies Cinerum.	Pascha.	Ascensio.	Pentecostes.	Corpus Christi.	Domin. post Pentec.	Dominica prima Adventus.
D	23.	18 Jan.	4 Febr.	22 Mart.	30 Apr.	10 Maji.	21 Maji.	28	29 Nov.
	22. 21. 20. 19. 18. 17. 16	25 Jan.	11 Febr.	29 Mart.	7 Maji.	17 Maji.	28 Maji.	27	29 ...
	15. 14. 13. 12. 11. 10. 9	1 Febr.	18 Febr.	5 April.	14 Maji.	24 Maji.	4 Junii.	26	29 ...
	8. 7. 6. 5. 4. 3. 2.	8 Febr.	25 Febr.	12 April.	21 Maji.	31 Maji.	11 Junii.	25	29 ...
ED	1. * 29. 28. 27. 26. 25. 25. 24.	15 Febr.	4 Mart.	19 April.	28 Maji.	7 Junii.	18 Junii.	24	29 ...
E	23. 22.	19 Jan.	5 Febr.	23 Mart.	1 Maji.	11 Maji.	22 Maji.	28	30 Nov.
	21. 20. 19. 18. 17. 16. 15.	26 Jan.	12 Febr.	31 Mart.	8 Maji.	18 Maji.	29 Maji.	27	30 ...
	14. 13. 12. 11. 10. 9. 8.	2 Febr.	19 Febr.	6 April.	15 Maji.	25 Maji.	5 Junii.	26	30 ...
	7. 6. 5. 4. 3. 2. 1.	9 Febr.	26 Febr.	13 April.	22 Maji.	1 Junii.	12 Junii.	25	30 ...
FE	* 29. 28. 27. 26 25. 25. 24....	16 Febr.	5 Mart.	20 April.	29 Maji.	8 Junii.	19 Junii.	24	30 ...
F	23. 22. 21.	20 Jan.	6 Febr.	24 Mart.	2 Maji.	12 Maji.	23 Maji.	28	1 Dec.
	20. 19. 18. 17. 16. 15. 14.	27 Jan.	13 Febr.	31 Mart.	9 Maji.	19 Maji.	30 Maji.	27	1 ...
	13. 12. 11. 10. 9. 7. 8.	3 Febr.	20 Febr.	7 April.	16 Maji.	26 Maji.	6 Junii.	26	1 ...
	7. 6. 5. 4. 3. 2. 1.	10 Febr.	27 Febr.	14 April.	23 Maji.	2 Junii.	13 Junii.	25	1 ...
GF	29. 28. 27. 26. 25. 25. 24.	17 Febr.	6 Mart.	21 April.	30 Maji.	9 Junii.	20 Junii.	24	1 ...
G	23. 22. 21. 20.	21 Jan.	7 Febr.	25 Mart.	3 Maji.	13 Maji.	24 Maji.	28	2 Dec.
	19. 18. 17. 16. 15. 14. 13.	28 Jan.	14 Febr.	1 April.	10 Maji.	20 Maji.	31 Maji.	27	2 ...
	12. 11. 10. 9. 8. 7. 6.	4 Febr.	21 Febr.	8 April.	17 Maji.	27 Maji.	7 Junii.	26	2 ...
	5. 4. 3. 2. 1. * 29.	11 Febr.	28 Febr.	15 April.	24 Maji.	3 Junii.	14 Junii.	25	2 ...
AG	28. 27. 26. 25. 25. 24.	18 Febr.	7 Mart.	22 April.	31 Maji.	10 Junii.	21 Junii.	24	2 ...
A	23. 22. 21. 20. 19.	22 Jan.	8 Febr.	26 Mart.	4 Maji.	14 Maji.	25 Maji.	28	3 Dec.
	18. 17. 16. 15. 14. 13. 12.	29 Jan.	15 Febr.	2 April.	11 Maji.	21 Maji.	1 Junii.	27	3 ...
	11. 10. 9. 8. 7. 6. 5.	5 Febr.	22 Febr.	9 April.	18 Maji.	28 Maji.	8 Junii.	26	3 ...
	4. 3. 2. 1. * 29. 28.	12 Febr.	1 Mart.	16 April.	25 Maji.	4 Junii.	15 Junii.	25	3 ...
BA	27. 26. 25. 25. 24.	19 Febr.	8 Mart.	23 April.	1 Junii.	11 Junii.	22 Junii.	24	3 ...
B	23. 22. 21. 20. 19. 18.	23 Jan.	9 Febr.	27 Mart.	5 Maji.	15 Maji.	26 Maji.	27	27 Nov.
	17. 16. 15. 14. 13. 12. 11.	30 Jan.	16 Febr.	3 April.	12 Maji.	22 Maji.	2 Junii.	26	27 ...
	10. 9. 8. 7. 6. 5. 4	6 Febr.	23 Febr.	10 April.	19 Maji.	29 Maji.	9 Junii.	25	27 ...
	3. 2. 1. * 29. 28. 27.	13 Febr.	2 Mart.	17 April.	26 Maji.	5 Junii.	16 Junii.	24	27 ...
CB	26. 25. 25. 24.	20 Febr.	9 Mart.	24 April.	2 Junii.	12 Junii.	23 Junii.	23	27 ...
C	23. 22. 21. 20. 19. 18. 17.	24 Jan.	10 Febr.	28 Mart.	6 Maji.	16 Maji.	27 Maji.	27	28 Nov.
	16. 15. 14. 13. 12. 11. 10.	31 Jan.	17 Febr.	4 April.	13 Maji.	23 Maji.	3 Junii.	26	28 ...
	9. 8. 7. 6. 5. 4.	7 Febr.	24 Febr.	11 April.	20 Maji.	30 Maji.	10 Junii.	25	28 ...
	2. 1 * 29. 28. 27. 26. 25.	14 Febr.	3 Mart.	18 April.	27 Maji.	6 Junii.	17 Junii.	24	28 ...
DC	25. 24.	21 Febr.	10 Mart.	25 April.	3 Junii.	13 Junii.	24 Junii.	23	28 ...

Como utilizar?

Determinar previamente a LD e a EP do ano para que se pretende obter a Páscoa e Festas Móveis.

Depois, entrar na LD correspondente (se o ano for bissexto, no par de LD correspondente) e na linha em que estiver inscrita a EP do ano; ler, à frente, as datas procuradas.

Exemplos:

a. *Páscoa e Festas Móveis de 2000*

Para: LD ---» BA e EP ---» 24 tem-se: CINZAS = 8MAR, PÁSCOA = 23ABR, ASCENSÃO = 1JUN, etc....

PORÉM TEM-SE: SEPTUAGÉSIMA = 19FEV. COMO 2000 É BISSEXTO *E A DATA É ANTERIOR A 25FEV*, TEM DE SER CORRIGIDA PARA 19 + 1 = 20 FEV (DOM), como foi anteriormente assinalado a propósito do uso da TABULA Juliana.

b. *PÁSCOA DE 2011*

Para este ano tem-se: LD = B e EP = 25.
Tal facto ocorre porque o AN de 2011 é 17, portanto superior a 12.
Entrando na Tábua por LD = B e EP = 25, obtém-se:
Septuagésima = 25 FEV, CINZAS = 9 MAR, PÁSCOA = 24 ABR, etc. que são as datas procuradas.
Todavia verifica-se que a EP = 25 (sem traço ou em algarismos normais) está também na mesma linha, o que não alteraria o resultado neste caso.

c. *PÁSCOA DE 2049*

Para este ano tem-se: LD = C e EP = 25 , como no exemplo precedente e pela mesma razão:

O AN de 2049, que é também 17, é superior a 12. Entretanto na Tábua pela LD=C, verifica-se que a EP=25 (a que nos interessa) está na penúltima linha enquanto a EP=25 (em algarismos normais, ou sem traço) está na linha seguinte, o que altera o resultado.
Assim, temos para 2049: ... CINZAS = 3 MAR, PÁSCOA = 18 ABR ..... como datas exactas.
O leitor notará, pela observação da Tábua, que este é o único caso em que as EPACTAS 25 e 25 estão em linhas diferentes, conduzindo, portanto, a resultados diferentes.

QUARTA PARTE – O PERÍODO JULIANO

1. INTRODUÇÃO

No artigo inicial desta nossa "Série" referimos, a propósito do "PLANO DE APRESENTAÇÃO" deste tema, que nos iríamos socorrer para estudo dos Calendários hebraico e Islâmico de uma "ESCALA DE TEMPO" designada por Período Juliano (por ter sido concebida na vigência do Calendário Juliano), em uso corrente em Astronomia e que nos permite "manejar" largos períodos de tempo[62]. Trata-se de um sistema de contagem de tempo de características especiais cuja importância, como adiante se verá, merece, ou, talvez mesmo, exige um estudo diferenciado do das ERAS cronológicas.

Durante a época renascentista radicou-se a necessidade de utilizar uma "escala" de tempo à qual todas as outras pudessem ser referidas e na qual pudessem ser integrados todos os dados históricos e científicos (nomeadamente no campo da Astronomia) conhecidos e considerados de interesse.

O seu ponto de partida seria, logicamente, o da Criação do Mundo, caso este pudesse ser estabelecido, o que, efectivamente, não acontece; acresce, mesmo, que os cientistas não chegaram a acordo quanto ao seu estabelecimento, ainda que meramente convencional.

Foi então que JOSEPH-JUSTE SCALIGER, filósofo protestante, falecido em 1558, criou um sistema "universal" de contagem de tempo INDEPENDENTE DE TODOS OS CALENDÁRIOS VIGENTES OU ANTERIORES À DATA DA SUA CONCEPÇÃO, com vista a constituir UMA ESCALA DE REFERÊNCIA ABSOLUTA e que ficou conhecido como Período Juliano.

---

[62] Cfr "Revista de Artilharia", nºs 887 a 889, Julho a Setembro de 1999, pág 276.

2. O PERÍODO JULIANO

a. Período Jul iano foi estruturado da seguinte forma:

(1) *DATA DE INÍCIO*: 01Jan 4713 AC, Segunda-feira;

(2) *PERÍODO DE TEMPO ABRANGIDO*: 7980 anos de 365.25 dias de duração média (anos comuns de 365 dias e anos bissextos de 366 dias), de 12 meses com as designações e durações do Calendário Juliano então em vigor (JAN, FEV ...DEZ), tudo num total de 2 914 695 dias.

O número de anos de duração foi obtido pelo produto de 28x19x15, cujos factores correspondem, respectivamente, às durações do CICLO SOLAR, CICLO LUNAR OU METÓNICO E INDICÇÃO[63].

São ANOS BISSEXTOS todos aqueles cujo valor seja divisível por 4, incluindo os anos seculares.

(3) *FIM DO PERÍODO*: 31 DEZ 3267 AD (DOM), no cômputo do Calendário Juliano.

(4) *DESIGNAÇÃO DOS DIAS*: Cada dia é designado pelo NÚMERO DE SÉRIE que lhe compete, desde o início do Período até ao seu termo.

A Série começa em ZERO (correspondente a 01JAN de 4713 AC) e termina em 2914 694 (correspondente a 31DEZ 3267 AD), tudo num total de 2 914 695 dias, contados ininterruptamente.

(5) *DIAS DA SEMANA*: Idênticos aos do Calendário Juliano (DOM, SEG .... SÁB), em perfeita correspondência.

---

[63] Por CICLO SOLAR entende-se o período de 28 anos proveniente do produto do número de dias da Semana (7) com a periodicidade dos anos bissextos (4) e ao fim dos quais os dias da semana e do mês voltam à ordem inicial.
Está patente na organização do quadro da LD anteriormente apresentado. Por CICLO LUNAR (METÓNICO) entende-se o período de 19 anos ao fim dos quais os novilúneos recaiem no mesmo dia com cerca de hora e meia de avanço.
Por INDICAÇÃO entende-se o período convencional de 15 anos, de uso meramente administrativo (sem ligação com qualquer fenómeno astronómico) com origem no Império Romano (Constantino ou Diocleciano), com vista à cobrança de impostos.

Assim sendo, o dia da semana de qualquer dia do Período obtém-se facilmente pelo RESTO DA DIVISÃO POR SETE DO NÚMERO QUE LHE CORRESPONDE, DE ACORDO COM A SEGUINTE TABELA:(64)

RESTO	:	0	1	2	3	4	5	6
DIA DA SEMANA:		SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM

(6) *SEPARAÇÃO ENTRE OS ANOS DE ANTES DE CRISTO (AC) DOS DA ERA CRISTÃ (AD)*

Estes dois conjuntos de anos estão, no Período, separados entre si PELA INTRODUÇÃO DE UM ANO CONVENCIONAL DESIGNADO POR ANO ZERO, CORRESPONDENTE A 1 AC E BISSEXTO.

De acordo com esta CONVENÇÃO e paralelamente ao que se passa em Álgebra, os ANOS ANTERIORES AO ANO ZERO SÃO REPRESENTADOS POR NÚMEROS NEGATIVOS (em contagem inversa) e os ANOS DA ERA CRISTÃ POR NÚMEROS POSITIVOS (em contagem directa), razão pela qual esta forma de notação toma o nome de "*Notação Algébrica*".

Assim, tem-se a seguinte escala de correspondência:

4713AC	...	101AC	...	3AC	2AC	1AC	1AD	2AD	3AD	...
|		|		|	|	|	|	|	|	
-4712		-100		-2	-1	0	+1	+2	+3	

A adopção do ANO ZERO tem como vantagem, para além da mencionada separação entre duas trás (AC e AD), a FACILIDADE DA DETERMINAÇÃO DOS ANOS BISSEXTOS AC porquanto, sendo o ano zero bissexto, sê-lo-ão todos os anteriores desfasados de 4 anos (ou seus múltiplos), ou, por outras palavras, todos os anteriores à Era Cristã divisíveis por 4, tomados em valor absoluto.

(64) Sabendo que (como adiante se verá) que o dia 16 JAN 2000 é o dia 2 451 560 do Período, o leitor poderá verificar que, sendo o resto da sua divisão por sete igual a 6, o dia da semana que lhe corresponde é Domingo.

Exemplos:

– 12 (correspondente a 13AC), mod 4 = 0
– 2344 (2345 AC), mod. 4 =0

ou seja, que tanto 12, como 2344 (valores absolutos) são divisíveis por 4 e, portanto, bissextos.

b. A INFLUÊNCIA DA REFORMA GREGORIANA DO CALENDÁRIO

Quando em 1582 entrou em vigor a reforma Gregoriana do Calendário, que, em súmula, consistiu na:

- Suspensão de 10 dias entre os dias 05OUT e 14OUT (ambos inclusivé), pela qual ao dia 04OUT (QUI) se seguiu o dia 15OUT (SEX);
- Fixação dos anos bissextos seculares apenas naqueles que fossem divisíveis por 400 (e não por 4 como anteriormente): 1600, 2000, 24000, 2800, etc.

O Período Juliano sofreu, por isso, uma adaptação a despeito da sua finalidade inicial de, como se disse, ser uma escala "absoluta", "universal" e independente de todos os Calendários.

Essa adaptação traduziu-se, simplesmente, no seguinte: ao dia 2 299 160 ~ 04OUT 1582 (QUI) do Período Juliano seguiu-se o dia 2 299 161, agora correspondente a 15OUT 1582.

Razões de ordem prática, dada a difusão quase universal do Calendário Juliano/Gregoriano, devem ter presidido a esta alteração.

Assim sendo e em consequência, o fim do Período que, em função da sua duração, se situaria em 31 DEZ 3267 AD (DOM), conforme se referiu, passou a ser em 22JAN 3268, pela adição de 22 dias correspondentes: à soma dos dez dias suprimidos com os 12 dias correspondentes aos anos seculares não bissextos do intervalo: 1700, 1800, 1900, 2100, 2200, 2300, 2500, 2600, 2700, 2900, 3000 e 3100.

3. DETERMINAÇÃO DO DIA DO PERÍODO CORRESPONDENTE A UMA DATA DO CALENDÁRIO JULIANO/GREGORIANO E VICE-VERSA

a. Estamos perante dois "problemas" que constituem a aplicação PRÁTICA do sistema:

- *Problema directo*: qual o dia do Período, também DESIGNADO POR DATA JULIANA (DJ)[65] que corresponde a um determinado dia do Calendário;
- *Problema inverso*: qual o dia de Calendário que corresponde a uma dada Data Juliana.

b. Abordemos o *primeiro problema*:

A forma mais lógica (e, porventura, mais fácil) de calcular o número de dias do Período ACUMULADOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ UM DETERMINADO MOMENTO (pois é, de facto de uma contagem cumulativa que se trata), por exemplo, o dia 25 SET 1930 AD, é a de calcular sucessivamente:

- O número de dias decorridos até 31 DEZ 1899, último dia do ano secular anterior ao ano proposto;
- O número de dias decorridos desde aquela data até 31DEZ 1929, último dia do ano 29 do Século a que pertence o ano proposto (1930);
- O número de dias decorridos durante o ano de 1930 até 31 AGO, último dia do mês anterior ao do da data proposta;

e, em seguida, somar aos valores anteriormente obtidos 25 unidades (correspondentes aos 25 dias de Setembro, data para a qual se pretende o cálculo) obtendo-se, assim o valor procurado.

Mas, ... como fazê-lo, na prática? ...

EM PRIMEIRO LUGAR POR MEIO DE TABELAS.

O autor destas linhas, partindo de um valor conhecido correspondente a uma data escolhida (obtido através das Efemérides do Observatório

[65] De futuro, passaremos a designar por DATA JULIANA (DJ) o dia do Período Juliano.

Astronómico de Lisboa) e tendo em conta as durações dos meses, dos anos – comuns e bissextos – e dos Séculos (iniciados ou não por ano secular bissexto), por adições e subtracções sucessivas e com alguma paciência e perseverança, calculou as TABELAS QUE A SEGUIR, SE APRESENTAM.

Estas tabelas permitem o cálculo da Data Juliana (DJ) *para qualquer dia do Período, desde o seu início até ao fim.*

TABELA I – *DATAS JULIANAS DOS ANOS* SECULARES, REFERIDAS A 0JAN[66]

ANTES DE CRISTO			
-4712*	-1	-2300*	880 982
-4700*	4 382	-2200*	917 507
-4600*	40 907	-2100*	954 032
-4500*	77 432	-2000*	990 557
-4400*	113 957	-1900*	1 027 082
-4300*	150 482	-1800*	1 063 607
-4200*	187 007	-1700*	1 100 132
-4100*	232 532	-1600*	1 136 657
-4000*	260 057	-1500*	1 173 182
-3900*	296 582	-1400*	1 209 707
-3800*	333 107	-1300*	1 246 232
-3700*	369 632	-1200*	1 282 757
-3600*	406 157	-1100*	1 319 282
-3500*	442682	-1000*	1 355 807
-3400*	479207	-900*	1 392 332
-3300*	515732	-800*	1 428 857
-3200*	552257	-700*	1 465 382
-3100*	588782	-600*	1 501 907
-3000*	625307	-500*	1 538 432
-2900*	661832	-400*	1 574 957
-2800*	698357	-300*	1 611 482
-2700*	734882	-200*	1 648 007
-2600*	771407	-100*	1 684 532
-2500*	807932	0*	1 721 057
-2400*	844457		

[66] Referir a data de um ano a ZERO (0) de Janeiro, significa *tomar a data correspondente ao dia anterior a 1 de Janeiro desse ano*, ou seja a 31 DEZ do ano anterior. A razão deste procedimento é de ordem eminentemente prática: assim, *para calcular a data correspondente ao dia n de Janeiro, basta somar n à data da tabela.*
Ex°: DJ de 16 JAN 2000 = 0JAN 2000 + 16 = 2 451544 + 16 = 2 451 560.

ANNO DOMINI			
CAL. JULIANO		CAL. GREGORIANO	
100*	1 757 582	1591	2 302 160
200*	1 794 107	1592*	2 302 525
300*	1 830 632	1593	2 302 891
400*	1 867 157	1594	2 303 256
500*	1 903 682	1595	2 303 621
600*	1 940 207	1596*	2 303 986
700*	1 976 732	1597	2 304 352
800*	2 013 257	1598	2 304 717
900*	2 049 782	1599	2 305 082
1000*	2 086 307	1600*	2 305 447
1100*	2 122 832	1700	2 341 972
1200*	2 159 357	1800	2 378 496
1300*	2 195 882	1900	2 415 020
1400*	2 232 407	2000*	2 451 544
1500*	2 268 932	2100	2 488 069
04 OUT 1582	2 299 160	2200	2 524 593
CAL. GREGORIANO		2300	2 561 117
15 OUT 1582	2 299 161	2400*	2 597 641
1583	2 299 238	2500	2 634 166
1584*	2 299 603	2600	2 670 690
1585	2 299 969	2700	2 707 214
1586	2 300 344	2800*	2 743 738
1587	2 300 699	2900	2 780 263
1588*	2 301 064	3000	2 816 787
1589	2 301 430	3100	2 853 311
1590	2 301 795	3200*	2 889 835

NOTAS:

1. OS ANOS ASSINALADOS COM ASTERISCO (*) SÃO ANOS BISSEXTOS.
2. ENTRE 15OUT 1582 E 1600 ESTÃO DADAS AS DJ DE TODOS OS ANOS DESTE PERÍODO, PARA FACILIDADE DE CÁLCULO.

TABELA II – *NÚMERO DE DIAS DECORRIDOS NO SÉCULO, ANO A ANO, REFERIDOS A 0JAN*

SÉCULO 20 ANO SECULAR BISSEXTO (0º JAN.)

1	366	21	7671	41	14976	61	22281	81	29586
2	731	22	8036	42	15341	62	22646	82	29951
3	1096	23	8401	43	15706	63	23011	83	30316
4*	1461	24*	8766	44*	16071	64*	23376	84*	30681
5	1827	25	9132	45	16437	65	23742	85	31047
6	2192	26	9497	46	16802	66	24107	86	31412
7	2557	27	9862	47	17167	67	24472	87	31777
8*	2922	28*	10227	48*	17532	68*	24837	88*	32142
9	3288	29	10593	49	17898	69	25203	89	32508
10	3653	30	10958	50	18263	70	25568	90	32873
11	4018	31	11323	51	18628	71	25933	91	33238
12*	4383	32*	11688	52*	18993	72*	26298	92*	33603
13	4749	33	12054	53	19359	73	26664	93	33969
14	5114	34	12419	54	19724	74	27029	94	34334
15	5479	35	12784	55	20089	75	27394	95	34699
16*	5844	36*	13149	56*	20454	76*	27759	96*	35064
17	6210	37	13515	57	20820	77	28125	97	35430
18	6575	38	13880	58	21185	78	28490	98	35795
19	6940	39	14245	59	21550	79	28855	99	36160
20*	7305	40*	14610	60*	21915	80*	29220		36525

SÉCULO 20 ANO SECULAR COMUM (1º JAN.)

1	365	21	7670	41	14975	61	22280	81	29585
2	730	22	8035	42	15340	62	22645	82	29950
3	1095	23	8400	43	15705	63	23010	83	30315
4*	1460	24*	8765	44*	16070	64*	23375	84*	30680
5	1826	25	9131	45	16436	65	23741	85	31046
6	2191	26	9496	46	16801	66	24106	86	31411
7	2556	27	9861	47	17166	67	24471	87	31776
8*	2921	28*	10226	48*	17531	68*	24836	88*	32141
9	3287	29	10592	49	17897	69	25202	89	32507
10	3652	30	10957	50	18262	70	25567	90	32872
11	4017	31	11322	51	18627	71	25932	91	33237
12*	4382	32*	11687	52*	18992	72*	26297	92*	33602
13	4748	33	12053	53	19358	73	26663	93	33968
14	5113	34	12418	54	19723	74	27028	94	34333
15	5478	35	12783	55	20088	75	27393	95	34698
16*	5843	36*	13148	56*	20453	76*	27758	96*	35063
17	6209	37	13514	57	20819	77	28124	97	35429
18	6574	38	13879	58	21184	78	28489	98	35794
19	6939	39	14244	59	21549	79	28854	99	36159
20*	7304	40*	14609	60*	21914	80*	29219		36524

NOTAS:

1. OS ANOS ASSINALADOS COM ASTERISCO (*) SÃO BISSEXTOS.
2. O ANO 1 DE UM SÉCULO DE ANO SECULAR BISSEXTO TEM 366 DIAS.

TABELA III – *NÚMERO DE DIAS DECORRIDOS NO ANO, MÊS A MÊS, REFERIDOS A 0JAN*

	"O"	*
JAN	-	-
FEV	31	31
MAR	59	60
ABR	90	91
MAI	120	121
JUN	151	152
JUL	181	182
AGO	212	213
SET	243	244
OUT	273	274
NOV	304	305
DEZ	334	335

NOTAS:

1. PARA OS ANOS COMUNS, TOMAR A PRIMEIRA COLUNA.
2. PARA OS ANOS BISSEXTOS, TOMAR A SEGUNDA COLUNA, ASSINALADA COM *

Vejamos então alguns exemplos de utilização destas tabelas.

Exemplo 1 : DJ de 25 SET 1930 (anteriormente referido)

"0"JAN1900	-	**TABELA I**	-	2 415 020 (1900 NÃO BISSEXTO)
0 JAN 30	-	**TABELA II** (ANO SECULAR NÃO BISSEXTO)	-	10 957
0 SET	-	**TABELA III** (1ª COLUNA ANO NÃO BISSEXTO)	-	243
DIA 25				25
			DJ =	2 426 245

Exemplo 2: *24 MAR 1932* * (ANO SECULAR NÃO BISSEXTO/ANO BISSEXTO)

0 JAN 1900	-	2 415 020	
0 JAN 32*	-	11 687	(Tabela II – Ano Secular não bissexto)
0 MAR*	-	60	(Tabela III – Coluna *)
DIA 24	-	24	
		2 426 791	

NOTA: Os asteriscos (*) indicam que o ano ou mês a que se encontram apostos são ou pertencem a ano bissexto.

Exemplo 3: *24 MAR 2000* (ANO SECULAR BISSEXTO, ANO BISSEXTO)

0 JAN 2000*	-	2 451 544
0 MAR*	-	60
DIA 24	-	24
		2 451 628

Exemplo 4: *17 JUN 2004* * (ANO SECULAR BISSEXTO, ANO BISSEXTO)

0 JAN 2000*	-	2 451 544
0 JAN 4*	-	1461
0 JUN*	-	152
DIA 17		17
		2 453 174

Exemplo 5: 14 AGO 1385

Data do Calendário Juliano, dentro da Era Cristã (AD)

0 JAN 1300*	-	2 195 882
0 JAN 85	-	31 047
0 AGO	-	212
DIA 14		14
		2 227 155

Exemplo 6: *25 SET 9 AC (=-8)*

Data do Calendário Juliano, antes da Era Cristã

Quando se trata do cálculo da DJ correspondente a uma data de AC, há que RECORDAR, em primeiro lugar, que À PASSAGEM CRESCENTE DOS ANOS CORRESPONDE UMA NOTAÇÃO DECRESCENTE EM VALOR ABSOLUTO, EMBORA TAMBÉM CRESCENTE EM VALOR RELATIVO.

Concretizando, tem-se, por exemplo, que quando se vai de 30 AC (-31) para 25 AC (-26), o tempo decorre no sentido crescente enquanto a sua notação é decrescente em valor absoluto (31 ----» 26), mas igualmente crescente em valor relativo (-31----» - 26), pela sua notação algébrica.

Assim sendo, para efectuar o cálculo há que, sucessivamente:

- Procurar o ano secular mais próximo da data proposta neste caso: - 100* — 0 JAN – 100* ------» 1 684 532

- Procurar dentro do Século (de ano secular bissexto, neste caso) o ano – 8, ou seja o OITAVO ANO A CONTAR DO FIM DO SÉCULO: — 0 JAN (-8/92*) ------» 33 603

  100 – 8 = 92* (BISSEXTO)

- Proceder agora da forma habitual

0 SET*	244
DIA 25	25
	1 718 404

O leitor verificará que, quando já estiver familiarizado com estas tabelas, fará o cálculo com grande rapidez.

Há, todavia, outro tipo de tabelas[67] de utilização talvez menos morosa que resolva este problema *mas que, para cobrir um período extenso de tempo* (POR EXEMPLO QUATRO OU CINCO SÉCULOS) exige um livro de grande número de páginas.

[67] Que podem ser designadas por "TABELAS MENSAIS"

O "modelo" relativo aos anos de 1998 a 2001 é o seguinte:

ANO	O DE											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1998	245 0814	0845	0873	0904	0934	0965	0995	1026	1057	1087	1118	1148
1999	1179	1210	1238	1269	1299	1330	1360	1391	1422	1452	1483	1513
2000*	1544	1575	1604	1635	1665	1696	1726	1757	1788	1818	1849	1879
2001	1910	1941	1969	2000	2030	2061	2091	2122	2153	2183	2214	2244

em que, para o dia ZERO de cada mês, está já calculado o respectivo valor.

Assim, para calcular a DJ correspondente a um determinado dia de um dado mês, basta somar esse dia ao valor de 0JAN do mês em apreço (inscrito na tabela); o resultado obtém-se com uma única operação aritmética.

Como exemplo, tem-se que, para 16 JAN 2000, a DJ é: 16+0JAN2000 = 62+2 451 544 = 2451560.

Para benefício do leitor reproduzem-se, a seguir, as tabelas correspondentes aos anos desde 1988 a 2103, ambos inclusivé.

ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARCO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1988*.....	2447161	2447192	2447221	2447252	2447282	2447313	2447343	2447374	2447405	2447435	2447466	2447496
1989.....	2447527	2447558	2447586	2447617	2447647	2447678	2447708	2447739	2447770	2447800	2447831	2447861
1990.....	2447892	2447923	2447951	2447982	2448012	2448043	2448073	2448104	2448135	2448165	2448196	2448226
1991.....	2448257	2448288	2448316	2448347	2448377	2448408	2448438	2448469	2448500	2448530	2448561	2448591
1992*.....	2448622	2448653	2448682	2448713	2448743	2448774	2448804	2448835	2448866	2448896	2448927	2448957
1993.....	2448988	2449019	2449047	2449078	2449108	2449139	2449169	2449200	2449231	2449261	2449292	2449322
1994.....	2449353	2449384	2449412	2449443	2449473	2449504	2449534	2449565	2449596	2449626	2449657	2449687
1995.....	2449718	2449749	2449777	2449808	2449838	2449869	2449899	2449930	2449961	2449991	2450022	2450052
1996*.....	2450083	2450114	2450143	2450174	2450204	2450235	2450265	2450296	2450327	2450357	2450388	2450418
1997.....	2450449	2450480	2450508	2450539	2450569	2450600	2450630	2450661	2450692	2450722	2450753	2450783
1998.....	2450814	2450845	2450873	2450904	2450934	2450965	2450995	2451026	2451057	2451087	2451118	2451148
1999.....	2451179	2451210	2451238	2451269	2451299	2451330	2451360	2451391	2451422	2451452	2451483	2451513
2000*.....	2451544	2451575	2451604	2451635	2451665	2451696	2451726	2451757	2451788	2451818	2451849	2451879
2001.....	2451910	2451941	2451969	2452000	2452030	2452061	2452091	2452122	2452153	2452183	2452214	2452244
2002.....	2452275	2452306	2452334	2452365	2452395	2452426	2452456	2452487	2452518	2452548	2452579	2452609
2003.....	2452640	2452671	2452699	2452730	2452760	2452791	2452821	2452852	2452883	2452913	2452944	2452974
2004*.....	2453005	2453036	2453065	2453096	2453126	2453157	2453187	2453218	2453249	2453279	2453310	2453340
2005.....	2453371	2453402	2453430	2453461	2453491	2453522	2453552	2453583	2453614	2453644	2453675	2453705
2006.....	2453736	2453767	2453795	2453826	2453856	2453887	2453917	2453948	2453979	2454009	2454040	2454070
2007.....	2454101	2454132	2454160	2454191	2454221	2454252	2454282	2454313	2454344	2454374	2454405	2454435
2008*.....	2454466	2454497	2454526	2454557	2454587	2454618	2454648	2454679	2454710	2454740	2454771	2454801
2009.....	2454832	2454863	2454891	2454922	2454952	2454983	2455013	2455044	2455075	2455105	2455136	2455166
2010.....	2455197	2455228	2455256	2455287	2455317	2455348	2455378	2455409	2455440	2455470	2455501	2455531
2011.....	2455562	2455593	2455621	2455652	2455682	2455713	2455743	2455774	2455805	2455835	2455866	2455896
2012*.....	2455927	2455958	2455987	2456018	2456048	2456079	2456109	2456140	2456171	2456201	2456232	2456262
2013.....	2456293	2456324	2456352	2456383	2456413	2456444	2456474	2456505	2456536	2456566	2456597	2456...
2014.....	2456658	2456689	2456717	2456748	2456778	2456809	2456839	2456870	2456901	2456931	2456962	2456992
2015.....	2457023	2457054	2457082	2457113	2457143	2457174	2457204	2457235	2457266	2457296	2457327	2457357
2016*.....	2457388	2457419	2457448	2457479	2457509	2457540	2457570	2457601	2457632	2457662	2457693	2457723

ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
2017.....	2457754	2457785	2457813	2457844	2457874	2457905	2457935	2457966	2457997	2458027	2458058	2458088
2018.....	2458119	2458150	2458178	2458209	2458239	2458270	2458300	2458331	2458362	2458392	2458423	2458453
2019.....	2458484	2458515	2458543	2458574	2458604	2458635	2458665	2458696	2458727	2458757	2458788	2458818
2020*.....	2458849	2458880	2458909	2458940	2458970	2459001	2459031	2459062	2459093	2459123	2459154	2459184
2021.....	2459215	2459246	2459274	2459305	2459335	2459366	2459396	2459427	2459458	2459488	2459519	2459549
2022.....	2459580	2459611	2459639	2459670	2459700	2459731	2459761	2459792	2459823	2459853	2459884	2459914
2023.....	2459945	2459976	2460004	2460035	2460065	2460096	2460126	2460157	2460188	2460218	2460249	2460279
2024*.....	2460310	2460341	2460370	2460401	2460431	2460462	2460492	2460523	2460554	2460584	2460615	2460645
2025.....	2460676	2460707	2460735	2460766	2460796	2460827	2460857	2460888	2460919	2460949	2460980	2461010
2026.....	2461041	2461072	2461100	2461131	2461161	2461192	2461222	2461253	2461284	2461314	2461345	2461375
2027.....	2461406	2461437	2461465	2461496	2461526	2461557	2461587	2461618	2461649	2461679	2461710	2461740
2028*.....	2461771	2461802	2461831	2461862	2461892	2461923	2461953	2461984	2462015	2462045	2462076	2462106
2029.....	2462137	2462168	2462196	2462227	2462257	2462288	2462318	2462349	2462380	2462410	2462441	2462471
2030.....	2462502	2462533	2462561	2462592	2462622	2462653	2462683	2462714	2462745	2462775	2462806	2462836
2031.....	2462867	2462898	2462926	2462957	2462987	2463018	2463048	2463079	2463110	2463140	2463171	2463201
2032*.....	2463232	2463263	2463292	2463323	2463353	2463384	2463414	2463445	2463476	2463506	2463537	2463567
2033.....	2463598	2463629	2463657	2463688	2463718	2463749	2463779	2463810	2463841	2463871	2463902	2463932
2034.....	2463963	2463994	2464022	2464053	2464083	2464114	2464144	2464175	2464206	2464236	2464267	2464297
2035.....	2464328	2464359	2464387	2464418	2464448	2464479	2464509	2464540	2464571	2464601	2464632	2464662
2036*.....	2464693	2464724	2464753	2464784	2464814	2464845	2464875	2464906	2464937	2464967	2464998	2465028
2037.....	2465059	2465090	2465118	2465149	2465179	2465210	2465240	2465271	2465302	2465332	2465363	2465393
2038.....	2465424	2465455	2465483	2465514	2465544	2465575	2465605	2465636	2465667	2465697	2465728	2465758
2039.....	2465789	2465820	2465848	2465879	2465909	2465940	2465970	2466001	2466032	2466062	2466093	2466123
2040*.....	2466154	2466185	2466214	2466245	2466275	2466306	2466336	2466367	2466398	2466428	2466459	2466489
2041.....	2466520	2466551	2466579	2466610	2466640	2466671	2466701	2466732	2466763	2466793	2466824	2466854
2042.....	2466885	2466916	2466944	2466975	2467005	2467036	2467066	2467097	2467128	2467158	2467189	2467219
2043.....	2467250	2467281	2467309	2467340	2467370	2467401	2467431	2467462	2467493	2467523	2467554	2467584
2044*.....	2467615	2467646	2467675	2467706	2467736	2467767	2467797	2467828	2467859	2467889	2467920	2467950
2045.....	2467981	2468012	2468040	2468071	2468101	2468132	2468162	2468193	2468224	2468254	2468285	2468315

ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
2046.....	2468346	2468377	2468405	2468436	2468466	2468497	2468527	2468558	2468589	2468619	2468650	2468680
2047.....	2468711	2468742	2468770	2468801	2468831	2468862	2468892	2468923	2468954	2468984	2469015	2469045
2048*.....	2469076	2469107	2469136	2469167	2469197	2469228	2469258	2469289	2469320	2469350	2469381	2469411
2049.....	2469442	2469473	2469501	2469532	2469562	2469593	2469623	2469654	2469685	2469715	2469746	2469776
2050.....	2469807	2469838	2469866	2469897	2469927	2469958	2469988	2470019	2470050	2470080	2470111	2470141
2051.....	2470172	2470203	2470231	2470262	2470292	2470323	2470353	2470384	2470415	2470445	2470476	2470506
2052*.....	2470537	2470568	2470597	2470628	2470658	2470689	2470719	2470750	2476781	2470811	2470842	2470872
2053.....	2470903	2470934	2470962	2470993	2471023	2471054	2471084	2471115	2471146	2471176	2471207	2471237
2054.....	2471268	2471299	2471327	2471358	2471388	2471419	2471449	2471480	2471511	2471541	2471572	2471602
2055.....	2471633	2471664	2471692	2471723	2471753	2471784	2471814	2471845	2471876	2471906	2471937	2471967
2056*.....	2471998	2472029	2472058	2472089	2472119	2472150	2472180	2472211	2472242	2472272	2472303	2472333
2057.....	2472364	2472395	2472423	2472454	2472484	2472515	2472545	2472576	2472607	2472637	2472668	2472698
2058.....	2472729	2472760	2472788	2472819	2472849	2472880	2472910	2472941	2472972	2473002	2473033	2473063
2059.....	2473094	2473125	2473153	2473184	2473214	2473245	2473275	2473306	2473337	2473367	2473398	2473428
2060*.....	2473459	2473490	2473519	2473550	2473580	2473611	2473641	2473672	2473703	2473733	2473764	2473794
2061.....	2473825	2473856	2473884	2473915	2473945	2473976	2474006	2474037	2474068	2474098	2474129	2474159
2062.....	2474190	2474221	2474249	2474280	2474310	2474341	2474371	2474402	2474433	2474463	2474494	2474524
2063.....	2474555	2474586	2474614	2474645	2474675	2474706	2474736	2474767	2474798	2474828	2474859	2474889
2064*.....	2474920	2474951	2474980	2475011	2475041	2475072	2475102	2475133	2475164	2475194	2475225	2475255
2065.....	2475286	2475317	2475345	2475376	2475406	2475437	2475467	2475498	2475529	2475559	2475590	2475620
2066.....	2475651	2475682	2475710	2475741	2475771	2475802	2475832	2475863	2475894	2475924	2475955	2475985
2067.....	2476016	2476047	2476075	2476106	2476136	2476167	2476197	2476228	2476259	2476289	2476320	2476350
2068*.....	2476381	2476412	2476441	2476472	2476502	2476533	2476563	2476594	2476625	2476655	2476686	2476716
2069.....	2476747	2476778	2476806	2476837	2476867	2476898	2476928	2476959	2476990	2477020	2477051	2477081
2070.....	2477112	2477143	2477171	2477202	2477232	2477263	2477293	2477324	2477355	2477385	2477416	2477446
2071.....	2477477	2477508	2477536	2477567	2477597	2477628	2477658	2477689	2477720	2477750	2477781	2477811
2072*.....	2477842	2477873	2477902	2477933	2477963	2477994	2478024	2478055	2478086	2478116	2478147	2478177
2073.....	2478208	2478239	2478267	2478298	2478328	2478359	2478389	2478420	2478451	2478481	2478512	2478542
2074.....	2478573	2478604	2478632	2478663	2478693	2478724	2478754	2478785	2478816	2478846	2478877	2478907

ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
2075.....	2478938	2478969	2478997	2479028	2479058	2479089	2479119	2479150	2479181	2479211	2479242	2479272
2076.....	2479303	2479334	2479363	2479394	2479424	2479455	2479485	2479516	2479547	2479577	2479608	2479638
2077.....	2479669	2479700	2479728	2479759	2479789	2479820	2479850	2479881	2479912	2479942	2479973	2480003
2078.....	2480034	2480065	2480093	2480124	2480154	2480185	2480215	2480246	2480277	2480307	2480338	2480368
2079.....	2480399	2480430	2480458	2480489	2480519	2480550	2480580	2480611	2480642	2480672	2480703	2480733
2080.....	2480764	2480795	2480824	2480855	2480885	2480916	2480946	2480977	2481008	2481038	2481069	2481099
2081.....	2481130	2481161	2481189	2481220	2481250	2481281	2481311	2481342	2481373	2481403	2481434	2481464
2082.....	2481495	2481526	2481554	2481585	2481615	2481646	2481676	2481707	2481738	2481768	2481799	2481829
2083.....	2481860	2481891	2481919	2481950	2481980	2482011	2482041	2482072	2482103	2482133	2482164	2482194
2084*.....	2482225	2482256	2482285	2482316	2482346	2482377	2482407	2482438	2482469	2482499	2482530	2482560
2085.....	2482591	2482622	2482650	2482681	2482711	2482742	2482772	2482803	2482834	2482864	2482895	2482925
2086.....	2482956	2482987	2483015	2483046	2483076	2483107	2483137	2483168	2483199	2483229	2483260	2483290
2087.....	2483321	2483352	2483380	2483411	2483441	2483472	2483502	2483533	2483564	2483594	2483625	2483655
2088*.....	2483686	2483717	2483746	2483777	2483807	2483838	2483868	2483899	2483930	2483960	2483991	2484021
2089.....	2484052	2484083	2484111	2484142	2484172	2484203	2484233	2484264	2484295	2484325	2484356	2484386
2090.....	2484417	2484448	2484476	2484507	2484537	2484568	2484598	2484629	2484660	2484690	2484721	2484751
2091.....	2484782	2484813	2484841	2484872	2484902	2484933	2484963	2484994	2485025	2485055	2485086	2485116
2092*.....	2485147	2485178	2485207	2485238	2485268	2485299	2485329	2485360	2485391	2485421	2485452	2485482
2093.....	2485513	2485544	2485572	2485603	2485633	2485664	2485694	2485725	2485756	2485786	2485817	2485847
2094.....	2485878	2485909	2485937	2485968	2485998	2486029	2486059	2486090	2486121	2486151	2486182	2486212
2095.....	2486243	2486274	2486302	2486333	2486363	2486394	2486424	2486455	2486486	2486516	2486547	2486577
2096*.....	2486608	2486639	2486666	2486699	2486729	2486760	2486790	2486821	2486852	2486882	2486913	2486943
2097.....	2486974	2487005	2487033	2487064	2487094	2487125	2487155	2487186	2487217	2487247	2487278	2487308
2098.....	2487339	2487370	2487398	2487429	2487459	2487490	2487520	2487551	2487582	2487612	2487643	2487673
2099.....	2487704	2487735	2487763	2487794	2487824	2487855	2487885	2487916	2487947	2487977	2488008	2488038
2100.....	2488069	2488100	2488128	2488159	2488189	2488220	2488250	2488281	2488312	2488342	2488373	2488403
2101.....	2488434	2488465	2488493	2488524	2488554	2488585	2488615	2488646	2488677	2488707	2488738	2488768
2102.....	2488799	2488830	2488858	2488889	2488919	2488950	2488980	2489011	2489042	2489072	2489103	2489133
2103.....	2489164	2489195	2489223	2489254	2489284	2489315	2489345	2489376	2489407	2489437	2489468	2489498

Para cálculo da DJ existem, no entanto, fórmulas matemáticas que permitem EXECUTÁ-LO (já não só manualmente) mas DE FORMA AUTOMÁTICA POR PROGRAMAÇÃO EM MÁQUINAS DE CALCULAR OU ORDENADOR, meios rápidos e correntes hoje em dia.

Essas fórmulas dizem respeito, umas ao Calendário Juliano e outras ao Calendário Gregoriano.

Vamos transcrever aqui apenas aquelas que se referem a este último (que, como nos recordamos, começou a vigorar em 15 OUT 1582) no pressuposto de que as necessidades do leitor em datas anteriores podem ser supridas pelas Tabelas por nós calculadas (Tabelas I, II e III supra) e que cobrem todo o período Juliano.

- *PARA OS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE QUALQUER ANO*

  DJ = (365xA) + (31x(M-1) + Int ((A-1)/4) - Int (3/4xInt((A-1)/100+1)) + 1 721 060

  em que: A – representa o Ano
  M – Representa o Mês (JAN=1; FEV=2)
  D – representa o Dia
  Int – representa a parte inteira do resultado
  (Ex.º: Int 25.847 = 25)

- *PARA OS MESES DE MARÇO A DEZEMBRO DE QUALQUER ANO*

  DJ = (365xA) + D + (31x(M-1)) + Int (A/4) – Int (0,4xM+2.3) – Int (3x (Int (A/100)+1)/4 + 1 721 060

  em que A, M, D e Int têm representação idêntica à anterior (com MAR = 3, ABR = 4 ....DEZ = 12).

  O dia da Semana (S) correspondente a uma qualquer DJ obtém-se por: S=DJ – (Int (DJ/7))x7, em que 0=SEG, 1 = TER, 2 = QUA .... 6 = DOM, como já tinha sido referido anteriormente.

  O cálculo manual utilizando estas fórmulas é trabalhoso e sujeito a incorrecções. QUANDO SE NÃO PODE DISPÔR DO

CÁLCULO AUTOMÁTICO, AS TABELAS ANTERIORES, RESOLVEM O PROBLEMA MUITO MAIS FACILMENTE.

Utilizando estas fórmulas, obtém-se as seguintes DJ:

- 25 FEV 1585 = 2 300 025 (SEG)
- 14 AGO 1762 = 2 364 843 (SÁB)
- 25 SET 1930 = 2 426 245 (QUI)
- 29 MAR 200 = 2 451 633 (QUA)

que podem ser utilizadas para validar um programa de calculadora ou ordenador.

De notar que estas fórmulas dizem respeito a todo o Calendário Gregoriano enquanto em vigor e não só ao Período Juliano.

Assim, a DJ correspondente 14 AGO 3564* é 3 023 010 (SEX).

O leitor verificará que, na tabela I anterior, o último ano registado é 3200* (0 JAN 3200 = 2 889 835); todavia poderá, se quiser, prolongá-la "ad infinitum" tendo em conta que a diferença entre anos seculares comuns é de 36 524 dias, entre um ano secular bissexto e o seu imediato é de 36 525 dias e entre um ano comum e o ano bissexto seguinte é, igualmente, de 36 524 dias.

Para o caso em apreço o "prolongamento" é o seguinte:

3200* = 2 889 835 (Na tabela)
3300 = 2 889 835 + 36 525 = 2 926 360
3400 = 2 926 360 + 36 524 = 2 962 884
3500 = 2 962 884 + 36 524 = 2 999 408

A partir daqui e fazendo o cálculo de acordo com as tabelas II e III obterá a DJ anterior (3 023 010 – SEG).

c. Abordemos agora o *problema inverso*: a que dia do Calendário corresponde uma DJ proposta.

(1) *Utilizando as Tabelas I, II e III*

Como o problema é inverso, o procedimento do cálculo é, também, inverso.

A melhor forma de o esclarecer é resolver dois casos concretos, um para um ano da Era Cristã (AD) e outro para uma data AC.

1º Exemplo: *A que Data corresponde a DJ = 2 435 817*

	2 435 817		
Procura-se na Tabela I o Ano Secular mais Próximo, mas menor que a DJ dada.			CORRESPONDE A:
SUBTRAI-SE	2 415 020	------»	1900 (ANO COMUM)
	20 797		
Procura-se na Tabela II (ano Secular comum) o valor mais próximo, mas menor, do resultado anterior			
SUBTRAI-SE	20 453	------»	56* (ANO BISSEXTO)
	344		
Procura-se na Tabela III o valor em condições Idênticas (ano bissexto)			
SUBTRAI-SE	335	------»	DEZEMBRO
	9		

A data procurada é: 9 de DEZEMBRO de 1956

2º Exemplo: *A que Data corresponde a DJ = 1 718 404*

	1 718 404		
ANO SECULAR MAIS PRÓXIMO.	1 684 532	----»	-100* (data de AC) (Bissexto)
	33 872		
ANO DENTRO DO SÉCULO (de A. S. BISSEXTO) MAIS PRÓXIMO	33 603		
	269	----»	+92* ~ -8* porque em AC a contagem é regressiva (ANO BISSEXTO)
Dias do ano mais próximos (ano bissexto)	244	----»	SET
	25		

A data procurada: 25 SET – 8 (9 AC)

(2) *Utilizando as Tabelas Mensais*

A que Data corresponde a DJ = 2 455 008

Da mesma forma, procura-se nas Tábuas o valor mais próximo do proposto, mas menor que ele, e subtrai-se:

2 455 008
2 454 983 -----» 0 JUN 2009
25

A data procurada é 25 JUN 2009

(3) *Utilizando as fórmulas matemáticas relativas ao Calendário Gregoriano*

Já na forma de passos de programa, a sequência de cálculo é a seguinte:

E = Int ((DJ – 1867 216.25)/ 36 524.5
F = DJ + 1 + E – Int (E/4)
G = F + 1524
H = Int ((G – 122.1)/365.25)
I = Int (365.25 x H)
M (Mês) = Int ((G-1)/ 30.6001)
D (Dia) = G – I – Int (30.6001 x M)

M ≤ 13 ==> ANO = H – 4716
M ≠ 13 ==> ANO = H – 4715

S (Dia da Semana) = DJ – (Int (DJ/7) x7)

Em que a leitura do resultado do Mês (M) se faz de acordo com a seguinte tabela:

4 = MAR; 5 = ABR; 6 = MAI; 7 = JUN; 8 = JUL; 9 = AGO; 10 = SET; 11 = OUT; 12 = NOV; 13 = DEZ; 14 = JAN; 15 = FEV.

O leitor poderá validar o programa com as seguintes DJ já referidos para o programa anterior:

DJ	Data do Calendário	
2 300 025	25 FEV 1585	(SEG)
2 364 843	14 AGO 1762	(SÁB)
2 426 245	25 SET 1930	(QUI)
2 451 633	29 MAR 2000	(QUA)

4. NOTAS FINAIS

a. MANEJO DE GRANDES PERÍODOS DE TEMPO

No início do presente artigo referiu-se que com esta escala de tempo é possível manejar grandes períodos de tempo.

Vejamos alguns exemplos.

(1) *Quantos dias tem de vida em 30 MAR 2000 uma pessoa nascida em 13 JUL 1914?*

Diferença de Dias:

30 MAR 2000* - 2 451 634
13 JUL 1914 - 2 420 327
31 307 dias

Dias de vida: 31 307 + 1 = 31 308, pois contam os dias inicial e final.

Simples e rápido, e sem ter que registar todos os dias decorridos em cada ano, bissexto ou não ...

(2) O cometa JULIUS (designação fictícia adoptada para este exemplo, também fictício) cuja periodicidade é de 76.26 anos (27 854 dias, aprox.) atingiu o periéeio da sua órbita em volta do Sol em 16 JAN 1932.

Quando voltará aquele ponto no próximo Século?

16 JAN 1932 ------» 2 426 723
. 2 426 723 + 27 854 = 2 454 577 ------» 20 ABR 2008
. 2 454 577 + 27 854 = 2 482 431 ------» 24 JUL 2084

b. A HORA DO DIA A QUE REFERE UMA DATA JULIANA

A DJ tal como foi calculada pelas formas anteriormente estudadas – ou seja traduzida por um NÚMERO INTEIRO – refere-se às 12 horas de tempo Universal Coordenado (TUC)[68] do dia a que diz respeito.

Por exemplo: 2 451 636 refere-se às 12 horas do dia 1 de Abril de 2000.

Nos cálculos astronómicos obtêm-se DJ compostas por parte inteira e parte decimal, correspondente esta a determinada hora do dia e que é necessário determinar com precisão.

O exemplo seguinte – utilizando a DJ anterior – apresentado esquematicamente, esclarece este ponto:

DIA 1 ABR 2000

0000h	1200h	2400
2451635.5	2 451 636	2451636.5

Nele se verifica que as partes decimais de 0.5 a 0.999 .... dizem respeito ao período entre as 0h e as 12 h do dia, enquanto que as partes decimais entre 0.0 e 0.499... dizem respeito ao período das 12 h às 24 h desse mesmo dia.

Desta forma, ter-se-á:

. Para *2 451 635. 697:*

0.697– 0.5 = 0.197 (o que passa das 0 h)
0.197 x 24 h = 4.728 h = 4h 43m 40.8s e, portanto,
01 ABR 2000 às 4h 43m 40.8 s

. Para *2 451 636. 326:*

0.362 x 24 = 7.824 h = 7h 49m 26.4s (o que passa das 12h)
12h + 7h 49m 26.4s = 19h 49m 26.4 s e portanto
01 ABR 2000 às 19^h 49^m 26.4^s.

[68] Anteriormente designado por Tempo Médio de Greenwich (TMG).

QUINTA PARTE
CALENDÁRIO JUDAICO (HEBRAICO)

1. NOTA PRÉVIA

O texto que, a seguir, apresentamos foi redigido de forma sintética com vista a proporcionar ao leitor os elementos necessários e suficientes sobre o tema, sem exigir uma leitura prolongada e a tornar possível, a qualquer altura, a sua consulta ou utilização com facilidade e rapidez.

2. A ERA JUDAICA

Esta Era constitui o suporte de fundo sobre o qual assenta o Calendário em apreço.

O seu início foi fixado pelos cronologistas judeus em 07 OUT 3761 AC (-3760) [69], SEGUNDA-FEIRA, dia do novilúnio (lua nova) da CRIAÇÃO DO MUNDO, no pressuposto de que o decurso de 216 Ciclos Metónicos (216x19= 4104 anos) seria suficiente para conter toda a História do povo Judeu.

Esta data corresponde ao dia 347 998 do Período Juliano [70], ou seja, esta é a sua Data Juliana (DJ).

Os anos da Era estão agrupados em conjuntos sucessivos de 19 anos (tantos quantos os do Ciclo Metónico), denominados, também, Ciclos.

---

(1) A notação entre parêntesis é a chamada NOTAÇÃO ALGÉBRICA. Está referida no estudo do Período Juliano que constitui a Parte IV deste nosso trabalho e que foi publicada no número precedente da "Revista"

(70) No estudo deste Calendário, bem como no do Muçulmano, faremos uso generalizado do Período Juliano, ou DATA JULIANA, como foi referido anteriormente.

O primeiro Ciclo é constituído pelos anos 1 a 19 (cincl.) da Era, a que correspondem os anos que vão desde 3761 AC, incl, (ano da Criação do Mundo) até 3743 AC.

O segundo ciclo, pelos anos 20 a 38 (incl) da Era (3742 AC a 3724 AC, incl), e assim sucessivamente.

De forma simplificada (porque contém truncagens) tem-se o seguinte "panorama":

CICLOS	ANOS DA ERA	ANOS AC/AD CORRESPONDENTES
1	1-19	3761 (-3760) – 3743 AC (-3742)
2	20-38	3742 (-3741) – 3724 AC (-3723)
3	39-57	3723 (-3722) – 3705 AC (-3704)
------	--------	----------
197	3725-3743	37 (-36) – 19 AC (-18)
198	3744-3762	18 (-17) – 1 AD
199	3763-3781	2 – 20 AD
200	3782-3800	21 – 39 AD
------	----------	----------
296	5606-5624	1845 – 1863 AD
297	5625-5643	1864 – 1882 AD
------	----------	----------
304	5758-5776	1997 – 2015 AD
305	5777-5795	2016 – 2034 AD
------	----------	----------

Os *cálculos exactos* envolvendo a determinação:

- Dos primeiro e último anos de cada Ciclo;
- Do Ciclo a que pertence um dado ano;
- Do ano da Era Judaica (EJ) a que corresponde um ano AC ou AD; e
- Do ano AC ou AD que corresponde a um ano da EJ constam (com exemplos) *do ANEXO A a esta V Parte*, com vista a não alongar o corpo deste artigo.

3. O CALENDÁRIO JUDAICO

a. *PARÂMETROS DE BASE*

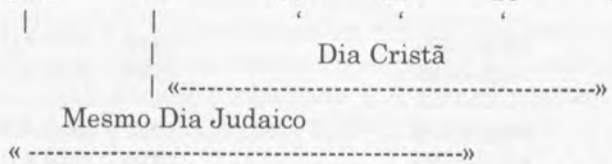
- *ESPÉCIE DE CALENDÁRIO*: LUNI-SOLAR; lunar quanto aos meses e solar quanto à duração do ano.

– *MÊS*: Período de tempo de uma lunação: $29^{d}\ 12^{h}\ 44^{m}\ 3\ 1/3^{s}$, correspondente a 29.530594135 dias -» 29.530594, a 6 decimais.
Para efeitos do cômputo (Calendário) tem 29 ou 30 dias [71]

– *ANO*: Período de tempo com a duração de $365^{d}\ 5^{h}\ 55^{m}\ 25\ 25/27^{s}$, correspondente a 365.246 827 dias.
Excede o ano trópico em cerca de $6^{m}\ 41^{s}$.
Para efeitos de cômputo tem 6 durações diferentes [3].

– *CICLO*: Período de 19 anos solares correspondente a 235 lunações (como no Ciclo Metónico), ou seja a 6939.689 59 dias.

– *DIA*: Período de tempo de 24 horas, com início ao pôr-do-sol (1800).
Situa-se em relação ao dia cristão como se indica graficamente:



Começa, portanto, às 1800 da véspera do dia cristão correspondente.

– *SEMANA*: Período de 7 dias, com início às 1800 do Sábado cristão correspondente. Os dias da semana são designados pelos números de 1 a 7, com a seguinte correspondência com a semana cristã:

1° dia – 1 – DOMINGO	5° dia – 5 – QUINTA
2° dia – 2 – SEGUNDA	6° dia – 6 - SEXTA
3° dia – 3 – TERÇA	7° dia – 7 - SÁBADO
4° dia – 4 - QUARTA	

O SÁBADO (SHABAT) É O DIA DE DESCANSO.
Começa, portanto, às 1800 da Sexta-feira cristã correspondente.

[71] Esta questão será esclarecida adiante.

b. *ESTRUTURA DO ANO (VARIÁVEL DE ACORDO COM A SUA ORDEM NO CICLO A QUE PERTENCE)*

Ao adoptar o equivalente ao Ciclo Metónico (19 anos e 235 lunações) e ao organizar os anos em ciclos correspondentes, a Era Judaica fê-lo com a finalidade de manter, ao longo do tempo e tanto quanto possível, as Festas anuais do seu Calendário na época do ano apropriada. Para isso houve que regular o número de meses a atribuir a cada ano.

Foi, assim, estabelecido que cada ciclo comportaria 12 anos de 12 meses (ou lunações) e 7 anos de 13 meses, intercalados adequadamente por forma a "distribuir" equilibradamente as 235 lunações envolvidas.

OS ANOS DE 12 MESES, são designados por ORDINÁRIOS e os de 13 MESES por EMBOLÍSMICOS e correspondem aos anos 3,6,8,11,14,17 e 19 de cada Ciclo.

Um ano é embolísmico quando o resto da divisão do seu milésimo [72] por 19 for um dos números indicados; o resto zero equivale a 19.

Assim, o ano 5738 da Era é embolísmico porque 5768, mód 19=0 e o ano 5742 é ordinário porque 5742, mód 19 = 4.

c. *NÚMERO DE DIAS DE CADA ANO*

Em virtude dos *condicionamentos existentes quanto à data real de início de cada ano*, que serão explicados adiante, tanto os anos ordinários como os embolísmicos podem ter TRÊS DURAÇÕES DIFERENTES:

Os anos ORDINÁRIOS: podem ter:

– 353 dias e são chamados ORDINÁRIOS DEFICIENTES
– 354 dias e são chamados ORDINÁRIOS REGULARES
– 355 dias e são chamados ORDINÁRIOS ABUNDANTES

Os anos EMBOLÍSMICOS podem ter:

– 383 dias e são chamados EMBOLÍSMICOS DEFECIENTES
– 384 dias e são chamados EMBOLÍSMICOS REGULARES
– 385 dias e são chamados EMBOLÍSMICOS ABUNDANTES

[72] Número que designa o ano.

d. *DESIGNAÇÃO DOS MESES, SUA ORDEM E DURAÇÃO*

O quadro seguinte dá-nos todos estes elementos: [73]

	ANOS					
	ORDINÁRIOS			EMBOLÍSMICOS		
MESES	DEFEC	REG.	ABUND	DEF.	REG.	ABUND
1. TISRI	30	30	30	30	30	30
2. HESVAN	29	29	30	29	29	30
3. QUISLEV	29	30	30	29	30	30
4. TEBET	29	29	29	29	29	29
5. SEBÁ	30	30	30	30	30	30
6. ADAR	29	29	29	30	30	30
6 A.VEADAR	-	-	-	29	29	29
7. NISAN	30	30	30	30	30	30
8. JAR	29	29	29	29	29	29
9. SIVAN	30	30	30	30	30	30
10. TAMUZ	29	29	29	29	29	29
11. AB	30	30	30	30	30	30
12.ELUL	29	29	29	29	29	29
TOTAIS	353	354	355	383	384	385

Apenas duas notas:

– Nos anos ordinários, ao ADAR (6) segue-se o NISAN (7), JAR (8) etc.;

– Nos anos embolísmicos, ao ADAR (6) segue-se o VEADAR (6A) e só depois o NISAN (7), JAR (8), etc.

[73] Na designação dos meses adopta-se a grafia usada nas Efemérides Astronómicas do Observatório Astronómico de Lisboa (OAL).

e. *DETERMINAÇÃO DA DATA DO INÍCIO DE CADA ANO*

A determinação desta data subordina-se a um processo complexo que envolve a consideração de dois FACTORES DIFERENTES e, por isso, exige DUAS ETAPAS.

Esses FACTORES são em termos muito gerais:

- O CÁLCULO DA DATA DO NOVILÚNEO COM O QUAL SE INCIA O ANO[74];

- A VERIFICAÇÃO DA HORA EM QUE ESSE NOVILÚNEO OCORRE E O DIA DA SEMANA EM QUE TEM LUGAR, com vista à introdução (ou não) duma correcção adequada.

Vejamos, separadamente, cada uma delas.

(1) *CÁLCULO DA DATA DO NOVILÚNEO INICIAL*

Tal como no Calendário Eclesiástico Católico, também aqui houve que recorrer à adopção de uma LUA FICTÍCIA ou CONVENCIONAL para a regulação dos meses e, portanto, do início do ano.

A LUNAÇÃO MÉDIA DE BASE foi fixada em 29.530594135 dias e PASSOU A SER CONTADA, para efeitos de cálculo do calendário, a partir do novilúnio ocorrido em 24set 344 AD[75], pelas $4^h\ 12^m$, ou seja, em termos de Data Juliana, em *DJ* = *= 1 846 971.175* [76]

Cabe aqui uma explicação imediata ao leitor sobre a forma por que está apresentada esta DJ.

A parte decimal – 0.175 do dia – só corresponde às $4^h\ 12^m$ anteriormente referidas se a contagem se fizer situando o INÍCIO DO DIA À MEIA-NOITE, como é habitual em termos civis.

Esta forma de proceder está em contradição com o que foi referido para a DJ na parte final da Parte IV anterior sobre a forma

---

[74] Recorde-se que os meses correspondem a lunações.

[75] IN: COUDREC, Paul, Op. Cit., pág. 52.

[76] O cálculo desta DJ, pela importância que assume, é detalhado em Anexo (Anexo B) para, também, não alongar a exposição.

de escrever a hora de um determinado dia, uma vez que aí se toma o início do dia às 12 horas.

ESTE PROCEDIMENTO QUE ADOPTAMOS (modificando o estipulado) *TEM A ENORME VANTAGEM DA SUA SIMPLICIDADE,* UMA VEZ QUE APENAS FAZ USO DE UM *ÚNICO NÚMERO PARA CADA DIA, QUE SE INICIA DA FORMA HABITUAL:*

. 1846971 é o dia 24 SET 344 AD

. 0.175 ~ 0.175X24 = 4^h12^m depois do seu início, que é às ZERO HORAS.

Utilizamo-lo aqui e em todo o nosso trabalho subsequente.

A partir desta data é possível elaborar um quadro que nos dê a data e a hora do NL inicial do primeiro ano de Cada Ciclo, pela adição sucessiva dos 6939.689 621 dias correspondentes a 235 lunações.

Como três decimais são precisão suficiente para efeitos práticos, vamos adoptar o valor de 6939.689 dias.

O quadro é o que, a seguir, se apresenta e que abrange, fundamentalmente, os anos de 1807 a 2129AD correspondentes a 5568 a 5890 da Era.

Para outros anos, caso tenha conveniência nisso, pode o leitor interpolar ou extrapolar facilmente, utilizando o valor mencionado das 235 lunações.

QUADRO I
DJ DO INÍCIO (1.º ANO) DE CADA CICLO

CICLO	ANOS DE ERA	ANOS AD	DJ DO NL I DO 1.º ANO DO CICLO
217	4105-4123	344 – 362	1 846 971. 175
218	4124-4142	363 – 381	1 853 910. 864
...	.....	.....	.....
294	5568 – 5586	1807 – 1825	2 381 327. 273
295	5587 – 5605	1826 – 1844	2 388 266. 963
296	5606 – 5624	1845 – 1863	2 395 206. 653
297	5625 – 5643	1864 – 1882	2 402 146. 343
298	5644 – 5662	1883 – 1901	2 409 086. 034
299	5663 – 5681	1902 – 1920	2 416 025. 723
300	5682 – 5700	1921 – 1939	2 422 965. 413
301	5701 – 5719	1940 – 1958	2 429 905. 103
302	5720 – 5738	1959 – 1977	2 436 844. 792
303	5739 – 5757	1978 – 1996	2 443 784. 483
304	5758 – 5776	1997 – 2015	2 450 724. 173
305	5777 - 5795	2016 – 2034	2 457 663. 863
306	5796 – 5814	2035 – 2053	2 464 603. 553
307	5815 – 5833	2054 – 2072	2 471 543. 240
308	5834 – 5852	2073 – 2091	2 478 482. 930
309	5853 – 5871	2092 – 2110	2 485 422. 619
310	5872 – 5890	2111 – 2129	2 492 362. 309
...	.....	.....	.....

Todavia, para calcular o NLI de qualquer ano partindo do início do Ciclo a que pertence há ainda que ter em conta qual o número de dias que decorre desde aquela data até ao ano em apreço, ou seja qual o número de dias que vai desde o início do ciclo ao início do segundo ano (terceiro, quarto, etc.) desse mesmo ciclo.

O quadro seguinte, calculado na base de 29.530 594 dias por lunação, dá-nos, para cada ano do ciclo (a partir do segundo, incl) O NÚMERO DE DIAS A ADICIONAR AO INÍCIO DESSE CICLO PARA OBTER A DATA PROCURADA.

QUADRO II

ANO DO CICLO	N.º DE LUNAÇÕES DECORRIDAS	N.º DE DIAS A ADICIONAR
2	12	354. 3671
3*	24	708. 7343
4	37	1 092. 6320
5	49	1 446. 9991
6*	61	1 801. 3662
7	74	2 185. 2640
8*	86	2 359. 6311
9	99	2 923. 5288
10	111	3 277. 8959
11*	123	3 632. 2631
12	136	4 016. 1608
13	148	4 730. 5279
14*	160	4 724. 8950
15	173	5 108. 7928
16	185	5 463. 1599
17*	197	5 817. 5270
18	210	6 201. 4247
19*	222	6 555. 7919

NOTA: OS ANOS ASSINALADOS COM * SÃO EMBOLÍSMICOS (13 LUNAÇÕES)

Na posse destes elementos podemos agora calcular o NL inicial de qualquer ano. Um exemplo concreto esclarece a forma de proceder.

EXEMPLO: *Calcular o NL Inicial do Ano 5747 da Era.*

– Pelo quadro I supra verifica-se que o ano 5747 pertence ao Ciclo 303 (anos 5739-5757).
O NLI desse ciclo é 2 443 784. 483.

– O mesmo ano 5747 é 9.º ano desse Ciclo:

. *Ano do Ciclo = Ano Proposto-Ano Inicial + 1.*
Ano do Ciclo = 5747 – 5739 + 1 = 8+1 = 9

– Pelo quadro II tem-se que para o início do 9º ano do Ciclo há que adicionar 2923.5288 dias.

– Então tem-se: 2 443 784. 483 + 2923. 5288 dias = 2 446 707. 0118 que *É A DATA/HORA JULIANA DO NLI DO ANO 5747 da ERA*; ou seja:

2 446 708 ---» 4 OUT 1986 (SEX); 0.0118 do dia ~0^h 17^m.

À primeira vista poderá parecer que este e outros cálculos semelhantes, para outros anos, nos dão imediatamente a data REAL de início do ano.

PODERÁ SER OU NÃO (e muitas vezes não é), por força dos condicionanmentos a seguir indicados:

f. *CÁLCULO DA DATA REAL DE INÍCIO DO ANO*

A data em que, efectivamente, se inicia o ano é a do NLI calculado, se não ocorrer nenhum dos seguintes condicionamentos:

– *O ANO NÃO PODE COMEÇAR AO DOMINGO, À QUARTA OU À SEXTA-FEIRA,* para evitar que a festa religiosa do QUIPPUR (Expiação)[77] caia à Sexta-feira e que o sétimo dia da festa dos Tabernáculos caia ao Sábado.

Assim, o ano só pode começar à SEGUNDA, TERÇA, QUINTA ou SÁBADO.

Se a data do NLI calculado ocorrer em DOM, QUA ou SEX, A DATA DE INÍCIO DO ANO PASSA PARA O DIA SEGUINTE (TER/QUI/SÁB);

– SE A HORA A QUE SE VERIFICA O NLI FOR IGUAL OU SUPERIOR ÀS 1800 (ou seja 0.75 dia), A DATA DE INÍCIO DO ANO É TRANSFERIDA PARA O DIA SEGUINTE.

Se esse dia for DOM, QUA ou SEX, é, novamente, TRANSFERIDA para o dia seguinte, ou seja para SEG, QUI ou SÀB, respectivamente;

– Em ANO ORDINÁRIO (12 meses), se a data do NLI cai em TER, COM HORA MAIOR QUE 0. 382 DO DIA, a data de início do ano é a da QUINTA-FEIRA SEGUINTE;

– Em ANO ORDINÁRIO, PRECEDIDO DE ANO ABUNDANTE (355 ou 385 dias), se a data do NLI cair em SEG, COM HORA MAIOR QUE 0.647 DO DIA, o ano tem INÍCIO NO DIA SEGUINTE (TER).

---

[77] Adiante se mencionarão as principais Festas Religiosas e as datas da sua ocorrência

Para evitar, na prática, a leitura repetida de tudo o que precede (e, sobretudo, a sua memorização) o QUADRO-RESUMO seguinte condensa toda a "informação" e permite um cálculo rápido e preciso.

DIA DA SEMANA DO NLI	ANO E HORA DO NLI (EM DECIMAL)	CORRECÇÃO AO NLI (dias)
SEG	ANO ORDINÁRIO, PRECEDIDO DE ANO EMBOLÍSMICO E HORA > . 647	+ 1
	OUTROS ANOS E HORA < .75	0
	ANO ORDINÁRIO E HORA ≥ .75	+ 1
TER	ANO ORDINÁRIO E HORA < .382	0
	ANO ORDINÁRIO E HORA >.382	+ 2
	ANO EMBOLÍSMICO E HORA <.75	0
	ANO EMBOLÍSMICO E HORA ≥.75	+ 2
QUA	QUALQUER ANO (E QUALQUER HORA)	+ 1
QUI	QUALQUER ANO E HORA < .75	0
	QUALQUER ANO E HORA ≥ .75	+ 2
SEX	QUALQUER ANO (E QUALQUER HORA)	+ 1
SÁB	QUALQUER ANO E HORA < .75	0
	QUALQUER ANO E HORA ≥ .75	+ 2
DOM	QUALQUER ANO (E QUALQUER HORA)	+ 1

NOTA: A CORRECÇÃO 0 SIGNIFICA QUE O ANO TEM INÍCIO NA DATA DO NLI CALCULADO

Vejamos alguns exemplos de aplicação.

Exemplo 1 – *Calcular o início real do ano 5610*

Dados[78]: NLI = 2 396 653. 654 17SET 1849 (SEG) HORA =.654
É PRECEDIDO DE ANO ORDINÁRIO

– *ESPÉCIE DE ANO (ORDINÁRIO/EMBOLÍSMICO)*

5610, mód 19 = 5 ---» ANO ORDINÁRIO

[78] Com os elementos já apresentados pode o leitor calcular estes dados. Todavia, para facilidade de acompanhamento, são aqui já apresentados.

(Só são embolísmicos os anos cujo mód 19 é um dos seguintes:
3,6,8,11,14,17 ou 19)

– *INÍCIO REAL DO ANO*
NLI ---» SEG. Precedido de ano ordinário
HORA = .654, ou seja, <.75
CORRECÇÃO = 0
INÍCIO REAL = 17 SET 1849 (data do NLI)
(2 396 653)

Exemplo 2 – Idem, para o ano 5695

Dados: NLI = 2 427 690. 308 9 SET 1934 (DOM) HORA = .308

– *INÍCIO REAL DO ANO*
NLI ---» DOM
CORRECÇÃO = + 1
INÍCIO REAL = 9 SET + 1 = 10 SET 1934 (SEG)
(2 427 691)

Exemplo 3 – *Idem, para o ano 5761*

Dados: NLI = 2 451 816. 803 28 SET 2000 (QUI) HORA: .803

– *INÍCIO REAL DO ANO*
NLI ---» QUI HORA » .75
CORRECÇÃO = +2
INÍCIO REAL = 28 SET +2 = 30 SET 2000 (SÁB)
(2 451 818)

g. *CÁLCULO DO NÚMERO DE DIAS DO ANO*

Como a data de início de cada ano está sujeita aos condicionamentos acabados de referir, o número de dias de cada ano só pode ser determinado pela DIFERENÇA DE DIAS entre as datas reais de início do ANO SEGUINTE E DAQUELE PARA O QUAL SE FAZ O CÁLCULO.

Exemplo: *Calcular o n° de dias do ano 5761*

. INÍCIO REAL DO ANO 5761 ---» 2 451 818 (calculado anteriormente)
(30 SET 2000)

. INÍCIO REAL DO ANO 5762:
NLI = 2 452 171. 170 (18 SET 2001 – TER)
HORA = .170
POSIÇÃO NO CICLO : 5762, mód 19 = 5
5 ---» ANO ORDINÁRIO
CORRECÇÃO: TER – ANO ORDINÁRIO – HORA = .170 (<.382)=0

INÍCIO REAL = 2 452 171 (=NLI) *18 SET 2001*

. *Nº DE DIAS DO ANO 5761*
2 452 1717 – 2 451 818 = 353 dias ANO ORDINÁRIO DEFICIENTE

h. *CÁLCULO DE UM ANO COMPLETO*

Com esta designação queremos significar a determinação sucessiva dos seguintes elementos referentes a um mesmo ano:

- Data real de início;
- Sua classificação (ordinário/embolísmico) e número de dias que contém;
- Datas de início de cada um dos meses;
- Datas em que ocorrem, em cada mês, as principais festas religiosas.

As duas primeiras alíneas foram tratadas anteriormente.

Para o cálculo das datas de início de cada mês e das Festas religiosas neles ocorrentes, nada melhor que um quadro que, de forma simples e directa, nos dê os *factores aditivos (dias) a aplicar à data real de início do ano* para obter as datas em apreço.

O quadro seguinte foi preparado para esse efeito.

Assim, na coluna I, estão mencionados os inícios dos meses (TISRI 1, HESVAN 1, etc.) e seguidamente, para cada um deles, as respectivas festas (TISRI 3 – GUEDALIA, .10 – QUIPPUE; 15 – TABERNÁCULOS ..... QUISLEV 25 – HANUCÁ ...).

Na coluna II, os factores aditivos a utilizar (número de dias a somar à data real de início do ano, como se referiu) para cada espécie de ano, com vista a obter as várias datas.

QUADRO DO INÍCIO DOS MESES E DAS DATAS DAS FESTAS RELIGIOSAS

I	II					
MESES E FESTAS	ANO ORDINÁRIO			ANO EMBOL.		
	D	R	A	D	R	A
TISRI 1 (ANO NOVO)	-	-	-	-	-	-
3 GUEDALIÁ (1)	2	2	2	2	2	2
10 QUIPPUR	9	9	9	9	9	9
15 TABERNÁCULOS	14	14	14	14	14	14
21 HOSSANÁ RABÁ	20	20	20	20	20	20
23 ALEGRIA DA LEI	22	22	22	22	22	22
HESVAN 1	30	30	30	30	30	30
QUISLEV 1	59	59	60	59	59	60
25 HANUCÁ	83	83	84	83	83	84
TEBET 1	88	89	90	88	89	90
10 CERCO DE JERUSALÉM	97	98	99	97	98	99
SEBÁ 1	117	118	119	117	118	119
ADAR 1	147	148	149	147	148	149
13 ESTER (2)	159	160	161	-	-	-
14 PURIM	160	161	162	-	-	-
VEADAR 1	-	-	-	177	178	179
13 ESTER	-	-	-	189	190	191
14 PURIM	-	-	-	190	191	192
NISAN 1	176	177	178	206	207	208
15 PÁSCOA	190	191	192	220	221	222
JAR 1	206	207	208	236	237	238
SIVAN 1	235	236	237	265	266	267
6 PENTECOSTES	240	241	242	270	271	272
TAMUZ 1	265	266	267	295	296	297
17 TOMADA JERUSALÉM (1)	281	282	281	311	312	313
AB 1	294	295	296	324	325	326
9 DESTRUIÇÃO TEMPLO (1)	302	303	304	332	333	334
ELUL	324	325	326	354	355	356

NOTAS AO QUADRO:

(1) Se for Sábado, passa ao Domingo seguinte.
(2) Se for Sábado, passa à Quinta-feira anterior.

Antes de entrarmos num exemplo concreto do cálculo de um ano, convém examinar a forma por que se somam dias.

Uma primeira modalidade será a da aplicação das Datas Julianas: assim, se se pretender somar 35 dias a 04 MAR 2000, ter-se-á:

14 MAR 2000 ------- 2 451 618 (SÁB)
+ 93
2 451 711

Obtido o resultado, é necessário determinar o dia a que corresponde esta DJ; para isso há que fazer a necessária conversão ---- pelas tabelas já apresentadas ou pelo respectivo programa, inserto em ordenador ou calculadora, também já referido ---- e chegar, finalmente, ao dia 15 JUN 2000 (QUI).

Uma outra modalidade, certamente menos trabalhosa *para factores aditivos não maiores que 730*, que são os que aqui nos ocupam, é o uso do conjunto de tabelas "infra" que, por uma adição simples, PERMITE UMA CONVERSÃO IMEDIATA.

TÁBUA DA SOMA DE DIAS
(I)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1	1	32	60	91	121	152	182	213	244	274	305	335	1
2	2	33	61	92	122	153	183	214	245	275	306	336	2
3	3	34	62	93	123	154	184	215	246	276	307	337	3
4	4	35	63	94	124	155	185	216	247	277	308	338	4
5	5	36	64	95	125	156	186	217	248	278	309	339	5
6	6	37	65	96	126	157	187	218	249	279	310	340	6
7	7	38	66	97	127	158	188	219	250	280	311	341	7
8	8	39	67	98	128	159	189	220	251	281	312	342	8
9	9	40	68	99	129	160	190	221	252	282	313	343	9
10	10	41	69	100	130	161	191	222	253	283	314	344	10
11	11	42	70	101	131	162	192	223	254	284	315	345	11
12	12	43	71	102	132	163	193	224	255	285	316	346	12
13	13	44	72	103	133	164	194	225	256	286	317	347	13
14	14	45	73	104	134	165	195	226	257	287	318	348	14
15	15	46	74	105	135	166	196	227	258	288	319	349	15
16	16	47	75	106	136	167	197	228	259	289	320	350	16
17	17	48	76	107	137	168	198	229	260	290	321	351	17
18	18	49	77	108	138	169	199	230	261	291	322	352	18
19	19	50	78	109	139	170	200	231	262	292	323	353	19
20	20	51	79	110	140	171	201	232	263	293	324	354	20
21	21	52	80	111	141	172	202	233	264	294	325	355	21
22	22	53	81	112	142	173	203	234	265	295	326	356	22
23	23	54	82	113	143	174	204	235	266	296	327	357	23
24	24	55	83	114	144	175	205	236	267	297	328	358	24
25	25	56	84	115	145	176	206	237	268	298	329	359	25
26	26	57	85	116	146	177	207	238	269	299	330	360	26
27	27	58	86	117	147	178	208	239	270	300	331	361	27
28	28	59	87	118	148	179	209	240	271	301	332	362	28
29	29	—	88	119	149	180	210	241	272	302	333	363	29
30	30	—	89	120	150	181	211	242	273	303	334	364	30
31	31	—	90	—	151	—	212	243	—	304	—	365	31
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	

(II)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1	366	397	425	456	486	517	547	578	609	639	670	700	1
2	367	398	426	457	487	518	548	579	610	640	671	701	2
3	368	399	427	458	488	519	549	580	611	641	672	702	3
4	369	400	428	459	489	520	550	581	612	642	673	703	4
5	370	401	429	460	490	521	551	582	613	643	674	704	5
6	371	402	430	461	491	522	552	583	614	644	675	705	6
7	372	403	431	462	492	523	553	584	615	645	676	706	7
8	373	404	432	463	493	524	554	585	616	646	677	707	8
9	374	405	433	464	494	525	555	586	617	647	678	708	9
10	375	406	434	465	495	526	556	587	618	648	679	709	10
11	376	407	435	466	496	527	557	588	619	649	680	710	11
12	377	408	436	467	497	528	558	589	620	650	681	711	12
13	378	409	437	468	498	529	559	590	621	651	682	712	13
14	379	410	438	469	499	530	560	591	622	652	683	713	14
15	380	411	439	470	500	531	561	592	623	653	684	714	15
16	381	412	440	471	501	532	562	593	624	654	685	715	16
17	382	413	441	472	502	533	563	594	625	655	686	716	17
18	383	414	442	473	503	534	564	595	626	656	687	717	18
19	384	415	443	474	504	535	565	596	627	657	688	718	19
20	385	416	444	475	505	536	566	597	628	658	689	719	20
21	386	417	445	476	506	537	567	598	629	659	690	720	21
22	387	418	446	477	507	538	568	599	630	660	691	721	22
23	388	419	447	478	508	539	569	600	631	661	692	722	23
24	389	420	448	479	509	540	570	601	632	662	693	723	24
25	390	421	449	480	510	541	571	602	633	663	694	724	25
26	391	422	450	481	511	542	572	603	634	664	695	725	26
27	392	423	451	482	512	543	573	604	635	665	696	726	27
28	393	424	452	483	513	544	574	605	636	666	697	727	28
29	394	—	453	484	514	545	575	606	637	667	698	728	29
30	395	—	454	485	515	546	576	607	638	668	699	729	30
31	396	—	455	—	516	—	577	608	—	669	—	730	31
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	

Como se verifica, trata-se da numeração seguida dos dias de dois anos consecutivos que permite, partindo de um ponto (um dia qualquer), somar a esse dia um determinado factor (número de dias) e procurar em que dia seguinte cai o resultado.

Retomando o exemplo anterior tem-se:

QUADRO I - 14 MAR = 73
+ 93
166 ----» 15 JUN

Num outro exemplo (passando de um ano para o seguinte), podemos calcular em que dia cai 21 NOV 2000 mais 75 dias. Tem-se:

QUADRO I - 21 NOV 2000 = 325
+ 105
430 ---» 6 MAR 2001 (QUADRO II)

HÁ, APENAS, QUE TER O CUIDADO DE VERIFICAR SE ALGUM DOS ANOS ENVOLVIDOS É BISSEXTO E SE, NESSE CASO, O CÁLCULO "PASSA POR CIMA" DO DIA 29 FEV.

Assim se considerarmos o problema de 21 NOV 1999 + 105 dias teremos:

QUADRO I – 21 NOV 1999 = 325
+ 105
430

Como se trata do dia 430 de 2000 , QUE É ANO BISSEXTO, (e passa por cima de 29 FEV) *HÁ QUE DIMINUIR UM DIA* AO RESULTADO, PARA ENTÃO LER A DATA CORRECTA:

. 430 – 1 = 429 -----» 5 Mar 2000

Mas se considerarmos o problema de 16 JAN 2000 + 56 dias (em que 2000 é bissexto e se ultrapassa 29FEV) ter-se-á:

QUADRO I – 16 JAN 2000 = 16
+ 56
72 ----» 13 MAR 2000 (QUADRO II)

A MESMA CORRECÇÃO (- 1 Dia) terá de ser aplicada para obter a data correcta: 72 – 1 = 71 -----» 12 MAR 2000 .

Na posse dos elementos que precedem vamos, então, proceder ao CÁLCULO COMPLETO DE UM ANO CONCRETO.

Seja o ano 5761 da Era, já utilizado anteriormente e que nos permite abreviar o texto pelo aproveitamento dos cálculos já efectuados.

Os "passos" a dar são os seguintes:

. *CÁLCULO DO NLI correspondente a 5761*:
2 451 816. 803 – 28 SET 2000 – QUI (do antecedente)

. *CÁLCULO DO INÍCIO REAL DO ANO:*
2 451 818 – 30 SET 2000 – SÁB (idem) – 12 MESES

. *CÁLCULO DO NÚMERO DE DIAS DO ANO*
353 DIAS – ORDINÁRIO DEFICIENTE (idem)

. *CÁLCULO DO INÍCIO DOS MESES E DATAS DAS FESTAS RELIGIOSAS*

Utilizando o quadro supra (coluna II) Ano ordinário deficiente (D)), tem-se:

. *TISRI 1 (ANO NOVO)* ----------» 30 SET 2000
(data de início real do ano)

3 GUEDALIÁ 30 SET 2000 + 2
273 + 2 = 275 ----------» 02 OUT 2000 (SEG)
(Nas tabelas de soma de dias)

10 QUIPPUR 30 SET 2000 + 9
273 + 9 = 282 ----------» 09 OUT 2000

15 TABERNÁCULOS 30 SET 2000 + 14
273 + 14 = 287 ----------» 14 OUT 2000

Apresentando agora os cálculos de forma sintética e deixando ao leitor a sua verificação, tem-se:

21 – HOSSANÁ RA BÁ	273	+ 20	20 OUT 2000
23 – ALEGRIA DA LEI		+ 22	22 OUT 2000
. HESVAN 1		+ 30	30 OUT 2000
. QUISLEV 1		+ 59	28 NOV 2000
25 – HANUCÁ		+ 83	22 DEZ 2000
. TEBET 1		+ 88	27 DEZ 2000
10 – CERCO DE JERUSALÉM		+ 97	05 JAN 2001
. SEBÁ 1		+ 117	25 JAN 2001
. ADAR 1		+ 147	24 FEV 2001
13 – ESTER		+ 159	08 MAR 2001 (QUI)
14 – PURIM		+ 160	09 MAR 2001
. NISAN		+ 176	25 MAR 2001
15 – PÁSCOA		+ 190	08 ABR 2001
. JAR 1		+ 206	24 ABR 2001
. SIVAN		+ 235	23 MAI 2001
6 – PENTECOSTES		+ 240	28 MAI 2001
. TAMUZ 1		+ 265	22 JUN 2001
17 – TOMADA DE JERUSALÉM		+ 281	08 JUL 2001 (DOM)
. AB 1		+ 294	21 JUL 2001
9 – DESTRUIÇÃO DO TEMPLO		+ 302	29 JUL 2001 (DOM)
. ELUL 1		+ 324	20 AGO 2001

ALGUMAS NOTAS FINAIS

1. As datas que nos cálculos anteriores estão seguidas do respectivo dia da semana, estão-no para verificação das excepções assinaladas no quadro de Início dos Meses e das Datas das Festas Religiosas.
   Neste caso, não há alterações a fazer.
2. SÃO FERIADOS (DIAS SANTOS) TODOS OS SÁBADOS (SHABAT) DO CALENDÁRIO.
3. OS DIAS – TODOS OS DIAS – COMEÇAM ÀS 1800 DO DIA CRISTÃO DA VÉSPERA DA DATA INDICADA.
   Assim, por exemplo, o início do ano em apreço (5761), calculado para 30 SET 2000 (SÁB), TEM INÍCIO REAL ÀS 1800 DE 29 SET 2000 (SEX).
4. Quando se pretende calcular um ano da Era partindo de um ano AD conhecido, obtém-se o ano da Era somando 3761.
   Ex.: O ano da Era correspondente a 2000 será 2000 + 3761 = 5761.
   Para outras conversões, consultar o Anexo A, a seguir, já referido anteriormente.

ANEXO A

FORMULÁRIO DOS CÁLCULOS ENVOLVENDO OS CICLOS, A ERA JUDAICA E OS ANOS AC e AD

1. *PRIMEIRO ANO DE CADA CICLO (ANO DA ERA)*
   (C x 19) – 18, onde C é o número de ordem do Ciclo
   Ex°s: Início do ciclo 3 ---» (3x19)-18 = 39 DA ERA
   Início do ciclo 304 ---» (304x19)-18 = 5758 DA ERA

2. *ÚLTIMO ANO DE CADA CICLO (ANO DA ERA)*
   C x 19
   Ex.: Último ano do Ciclo 297 ---» 297 x 19 = 5643 DA ERA

3. *CICLO A QUE PERTENCE UM ANO DA ERA*
   (A+19)/19, em que o cociente representa o Ciclo e o resto representa o número de ordem dentro do Ciclo.
   Se o resto for zero, o ano obtido é o "ano Zero" do Ciclo, ou seja, O ÚLTIMO ANO DO CICLO ANTERIOR.

Ex°s: Para o ano 5608 da Era tem-se: (5608 + 19)/19, em que o cociente é 296 e o resto é 3. Tal significa que se trata do 3.° ano do Ciclo 296.

Para o ano 5643 da Era tem-se: (5643 + 19)/19 e cociente = 298 resto = 0

Trata-se do ano ZERO do Ciclo 298, ou seja, o último ano (19°) do ciclo 297.

4. *ANO DA ERA CORRESPONDENTE A UM ANO AC OU AD*
(AC ou AD) + 3761
---» PARA OS ANOS AC, utiliza-se a NOTAÇÃO ALGÉBRICA.

Ex°s: 19 AC «---» - 18 - 18 + 3761 = 3743 da Era
2000 AD 2000 + 3761 = 5761 = da Era

5. *ANO AC ou AD CORRESPONDENTE A UM ANO DA ERA*
ANO DA ERA – 3761

Ex°: 40 da Era ---» 40 – 3761 = - 3721 ---» 3722 AC
3764 da Era ---» 3764 – 3761 = 3 AD
5761 da Era ---» 5761 – 3761 = 2000 AD

ANEXO B

CÁLCULO DA DJ DO NOVILÚNEO INICIAL DE 23 SET 344 AD

O dado de base que permitiu ao Autor o *estabelecimento da hora deste NL* com a necessária precisão (dado que a data referida em Condrec a não menciona) foi a referência contida na "ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA", 1901, ARTIGO "Calender", pág. 1000 que se transcreve: " O ano de 5606 (da Era Judaica) foi o primeiro de um Ciclo (296) e o novilúneo relativo ao dia 1 do Tisri (o primeiro dia do ano) foi 1845, Outubro, 1, às $15^h\ 42^m\ 43\ 1/3^s$, tal como foi calculado por Lindo, adoptando-o a forma civil de contar a partir da meia-noite anterior".

A partir deste elemento e mediante um cálculo regressivo para o Ciclo 217 (a que pertence o ano 344 AD) com base no número de dias correspondente a 235 lunações (235 x 29.530 594 135 = 6 939.689 621) tem-se

- 01 OUT 1845 (ciclo 296) --- 2 395 206. 655
  $15^h\ 42^m\ 43\ 1/3^s$
- IFERENÇA DE CICLOS
- Ciclo 296 – Ciclo 217 = 79 CICLOS
- 79 Ciclos x 6 939. 689 621 - 548 235. 4801
  NLI 1846971. 1749 ~ 1 846 971.175
  24 SET 344 AD (SEG) às $4^h\ 12^m$

NOTA: Os elementos indicados entre parêntesis na transição supra são intercalações nossas, para melhor elucidação.

SEXTA PARTE E CONCLUSÃO
CALENDÁRIO ISLÂMICO (MUÇULMANO)

1. NOTA PRÉVIA

O texto que a seguir se apresenta foi, como o anterior referente ao Calendário Hebraico, elaborado segundo o mesmo critério: sintético, apresentando o essencial e orientado à prática.Assim, e para permitir também uma consulta ou utilização fácil e rápida, a estrutura adoptada segue "pari passu" a utilizada para aquele Calendário.

2. A ERA ISLÂMICA

Esta Era constitui o suporte de fundo sobre o qual assenta o Calendário Islâmico.

O seu início foi fixado em 16 JUL 622 AD (DJ = 1948440 SEX), data da fuga do Profeta MAOMÉ de Meca para Medina. É, por isso, a data de início dos cálculos.

A Era Islâmica é, também, designada por Era da HÈGIRA (79).

Os anos da Era estão agrupados em conjuntos sucessivos de 30 anos, denominados, também, Ciclos.

O primeiro Ciclo é constituído pelos anos 1 a 30 (incl) da Era, a que correspondem os anos do período que vai de 16 JUL 622 a 23 AGO 651. O segundo Ciclo, pelos anos 31 a 61 (ambos incl.) da Era a que corresponde o período de 24 AGO 651 a 30 SET 680 e assim sucessivamente.

De forma simplificada (porque contém truncagens), tem-se o seguinte "panorama":

(79) "Hégira" significa, precisamente, fuga. Esta ocorreu realmente na noite de 15 para 16 JUL 622 AD.

CICLOS	*ANOS*	*DATA DE INÍCIO DO PRIMEIRO ANO DO CICLO*
1	1 – 30	16 JUL 622
2	31 – 60	24 AGO 651
3	61 – 90	01 OUT 680
----	----------	----------
28	811 – 840	27 MAI 1408
29	841 – 870	05 JUL 1437
----	----------	----------
46	1351 – 1380	07 MAI 1932
47	1381 – 1410	15 JUN 1961
48	1411 – 1440	24 JUL 1990
49	1441 – 1470	01 SET 2019
50	1471 - 1500	09 OUT 2048

Os cálculos exactos envolvendo a determinação

– Dos primeiro e último ano de Cada Ciclo, e;
– Do Ciclo a que pertence um dado ano;

Constam, com exemplos, do Anexo A a esta VI Parte, com vista a não alongar o corpo deste artigo.

3. O CALENDÁRIO ISLÂMICO

a. PARÂMETROS DE BASE

– *ESPÉCIE DE CALENDÁRIO:* LUNAR

– *MÊS:* Período de tempo correspondente, aproximadamente, a uma lunação, SEM DEPENDÊNCIA DE LUA CONVENCIONAL OU DE CÁLCULO ASTRONÓMICO.
Para efeitos de Calendário tem 29 ou 30 dias.

– *ANO:* Período de tempo de 12 MESES (lunações), com início em datas aproximadas às dos NL (precisão de $\pm$ 2 dias).
A duração média do ano é de 354 d 8 h 48 m (354.366 dias), a qual, dividida por 12 meses, conduz a uma lunação média de 29.530556 dias;

– *DIA:* Período de 24 horas, com início ao PÔR-DO-SOL, ou seja, às 1800. ([80])

– *SEMANA:* Período de 7 dias consecutivos. Desconhecem-se as designações próprias de cada um dos dias.

– *ESTRUTURA DO ANO*
Ano de 12 meses, com a ordem, designação e duração registadas no quadro seguinte: ([81])

	MÊS	DIAS
1	MUHARRAM	30
2	SAFAR	29
3	RABI-UL-AWWAL	30
4	RABI-UL-AKHIR	29
5	JAMAD'UL-AWWAL	30
6	JAMAD'UL-AKHIR	29
7	RAJAB	30
8	XABAN	29
9	RAMADÃO	30
10	XAUAL	29
11	DUL-KADAH	30
12	DUL-HIJJAH	29/30

O último mês do ano (DUL-HIJJAH) tem, como está indicado, 29 ou 30 dias conforme se trata, respectivamente, de ano COMUM ou ano INTERCALAR.

Desta forma, o ano Comum tem um total de 354 dias e o ano Intercalar de 355 dias, com o "dia a mais" incluído sempre no último mês.

São ANOS INTERCALARES todos os que correspondam aos anos 2,5,7,10,13,16,18,21,24,26 e 29 de cada Ciclo, ou seja, todos aqueles em que o resto da divisão do seu valor (também designado por "milésimo") por 30 é um dos números acima referidos (o resto ZERO, corresponde ao "resto 30").

Assim:

1319 é intercalar porque 1319, mód 30 = 29
1402 é comum porque 1402, mód 30 = 22

([80]) A sua relação com o dia do nosso Calendário é idêntica à do Calendário Hebraico (Cfr Parte V).

([81]) As designações dos meses seguem a grafia usada nas Efemérides Astronómicas do Observatório Astronómico de Lisboa (OAL)

4. CÁLCULO DA DATA DE INÍCIO DE CADA ANO

A determinação da data de início de qualquer ano da Era efectua-se, em DIAS PERÍODO JULIANO, de forma idêntica à já exposta para o Calendário Hebraico:

SOMA DA DATA DE INÍCIO DO CICLO A QUE O ANO PERTENCE COM O NÚMERO DE DIAS DECORRIDOS DESDE ESSA DATA ATÉ AO INÍCIO DO ANO EM APREÇO.

Para o efeito foram calculados os quadros I e II que a seguir se inserem:

QUADRO I

DJ DO INÍCIO (1° ANO) DE CADA CICLO ([82])

CICLO	ANOS DA ERA	DATA DO INICIO DO CICLO	
		DATA JULIANA	AD
1	1 – 30	1 948 440	16 JUL 622
2	31 – 60	1 959 071	24 AGO 651
.....	.....	.....	.....
42	1231 – 1260	2 384 311	03 DEZ 1815
43	1261 – 1290	2 394 942	10 JAN 1845
44	1291 – 1320	2 405 573	18 FEV 1874
45	1321 – 1350	2 416 204	30 MAR 1903
46	1351 – 1380	2 426 835	07 MAI 1932
47	1381 – 1410	2 437 466	15 JUN 1961
48	1411 – 1440	2 448 097	24 JUL 1990
49	1441 – 1470	2 458 728	01 SET 2019
50	1471 – 1500	2 469 359	09 OUT 2048
51	1501 – 1530	2 479 990	17 NOV 2077
52	1531 – 1560	2 490 621	27 DEZ 2106
53	1561 – 1590	2 501 252	04 FEV 2136
.....	.....	.....	.....

([82]) Caso o leitor necessite de valores correspondentes a ciclos não mencionados, pode obtê-los por interpolação ou extrapolação sucessiva de 10 631 dias, tantos quantos correspondem a um Ciclo completo:
19 anos comuns de 354 dias mais 11 anos intercalares de 355 dias – (19x354+11x355 = 10 631).

QUADRO II

NÚMEROS DE DIAS A ADICIONAR AO INÍCIO DO CICLO

POSIÇÃO DO ANO NO CICLO	DIAS DO ANO	DIAS A ADICIONAR
1	354	---
2 *	355	354
3	354	709
4	354	1 063
5 *	355	1 417
6	354	1772
7 *	355	2 126
8	354	2 481
9	354	2 835
10 *	355	3 189
11	354	3 544
12	354	3 898
13 *	355	4 252
14	354	4 607
15	354	4 961
16 *	355	5 315
17	354	5 670
18 *	355	6 024
19	354	6 379
20	354	6 733
21 *	355	7 087
22	354	7 442
23	354	7 796
24 *	355	8 150
25	354	8 505
26 *	355	8 859
27	354	9 214
28	354	9 568
29 *	355	9 922
30	354	10 277

NOTA: OS ANOS ASSINALADOS COM * SÃO INTERCALARES.

Na posse destes elementos podemos, então, efectuar o cálculo para qualquer ano concreto.

Tomemos os seguintes, como exemplo.

1 – ***Data de início do ano 1375 da Era***

- *CICLO A QUE PERTENCE E ANO DENTRO DO CICLO*

(A + 30) / 30 (1375 + 30) / 30 → COCIENTE = 46
RESTO = 25

→ ANO 25 DO CICLO 46

- *DATA DE INÍCIO*

– DJ DE INÍCIO DO CICLO 46 – 2 426 835 (QUADRO I)
– DIAS A ADICIONAR PARA O ANO 25 DO CICLO – 8 505 (QUADRO II)
2 435 340

20 AGO 1955 (SÁB)

2 – ***Idem, ano 1414 da Era***

- *CICLO E ANO NO CICLO*

(1414 + 30) / 30 → COCIENTE = 48
RESTO = 4

→ ANO 4 DO CICLO 48

– DJ INICIO DO CICLO 48 – 2 448 097 (QUADRO I)
– DIAS / ANO 4 – 1 063 (QUADRO II)
2 449 160

21 JUN 1993 (SEG)

5. CÁLCULO DE UM ANO COMPLETO

Com esta designação queremos significar, também neste Calendário, a determinação dos seguintes elementos relativos a um mesmo ano:

– Data de início;
– Sua classificação (Comum/Intercalar) e número de dias que contém;
– Datas de incício de cada um dos meses;
– Datas em que ocorrem, em cada mês, as principais Festas religiosas.

De forma idêntica à que utilizámos para o Calendário Hebraico, preparámos para um cálculo simples e exacto um *quadro* que nos dá *os factores aditivos a aplicar à data de início do ano* e que nos permite assim obter os elementos anteriormente referidos.

É ele o seguinte:

MESES E FESTAS	FACTOR ADITIVO (DIAS)
MUHARRAM 1	---
SAFAR 1	30
RABI-UL-AWWAL 1	59
12 NASCIMENTO DO PROFETA	70
RABI-UL-AKHIR 1	89
JAMAD'UL-AWWAL 1	118
JAMAD'UL-AKHIR 1	148
RAJAB 1	177
26 – MIRAJ - ASCENÇÃO DO PROFETA	202
XABAN 1	207
14 – LAILAT-UL-BARRAT	220
RAMADÃO 1	236
26 – LAILAT-UL-CADRE 1ª REVELAÇ. CORÃO	261
XAUAL 1	266
DUL – KADAH 1	295
DUL – HIJJAH 1	325
10 – IDUL QUIBIR FIM PEREGRIN. MECA	334

NOTAS: O FACTOR ADITIVO É INDEPENDENTE DA DESIGNAÇÃO DO ANO (COMUM ou INTERCALAR)

Na posse destes elementos vamos efectuar, como exemplo, O CÁLCULO COMPLETO DO ANO 1421 da Era, recorrendo para as *somas de dias* às TÁBUAS I e II apresentadas anteriormente, para o efeito, no estudo do Calendário Hebraico.

Assim, tem-se sucessivamente:

- DATA DE INÍCIO DO ANO
  (1421+30)/30 ---» COCIENTE = 48
  RESTO = 11 (ANO COMUM)

  . 11° ANO DO CICLO 48 .

– DJ INÍCIO DO CICLO 48	→ 2 448 097	(QUADRO I)
– DIAS A ADICONAR/ANO 11	→ 3 544	(QUADRO II)
	2 451 641	
	→	06 ABR 2000

- *INÍCIO DOS MESES E FESTAS RELIGIOSAS*

- MUHARRAM 1	....	06 ABR 2000
- SAFAR 1	06ABR2000 (96)+30 = 126	06 MAI 2000
- RABI-UL-AWWAL 1	96 + 59 = 155	04 JUN 2000
12-NASCIMENTO DO PROFETA	+ 70 = 166	15 JUN 2000
- RABI-UL-AKHIR 1	+ 89 = 185	04 JUL 2000
- JAMAD'UL-AWWAL 1	+ 118 = 214	02 AGO 2000
- JAMAD'UL-AKHIR 1	+ 148 = 244	01 SET 2000
- RAJAB 1	+ 177 = 273	30 SET 2000
26 - MIRAJ – ASCENÇÃO DO PROFETA	+ 202 = 298	25 OUT 2000
- XABAN 1	+ 207 = 303	30 OUT 2000
14 – LAILATUL-BARRAT	+ 220 = 316	12 NOV 2000
- RAMADÃO 1	+ 236 = 332	28 NOV 2000
26 – LAILAT'UL-CADRE (1.ª Revel. CORÃO)	+ 261 = 357	23 DEZ 2000
- XAUAL 1	+ 266 = 362	28 DEZ 2000
- DUL – KADAH 1	+ 295 = 391	26 JAN 2001
- DUL – HIJJAH 1	+ 325 = 421	25 FEV 2001
10 iDUL QUIBIR FIM PEREGRIN. A MECA	+ 334 = 430	06 MAR 2001

ALGUMAS NOTAS FINAIS

1. SÃO FERIDADOS (DIAS SANTOS) TODAS AS SEXTAS-FEIRAS (EM TERMOS CRISTÃOS) DO CALENDÁRIO.
2. OS DIAS – TODOS OS DIAS – COMEÇAM ÀS 1800 DO DIA CRISTÃO DA VÉSPERA DA DATA INDICADA.
   Assim, por exemplo, o início do ano em apreço (1421), calculado para 06 ABR 2000 (QUI) tem INÍCIO REAL ÀS 1800 DE 05 ABR 2000 (QUA).

ANEXO A

FORMULÁRIO DOS CÁLCULOS ENVOLVENDO CICLOS E CONVERSÃO DE ANOS

1. CÁLCULO DO PRIMEIRO ANO DE CADA CICLO (Ano da Era)

Efectua-se pela expressão:
(Cx30)-29, em que C é o número de ordem do Ciclo.

Exemplos:
Início do Ciclo 4 → (4x30)-29 = 91 da Era
Início do Ciclo 48 → (48x30)-29 = 1411 da Era

2. CÁLCULO DO ÚLTIMO ANO DE CADA CICLO

É dado por: Cx30, onde C é, também, o número de ordem do Ciclo.

Exemplos:
Último ano do Ciclo 29 → 29x30 = 870 da Era
Último ano do Ciclo 49 → 49x30 = 1470 da Era

3. CÁLCULO DO CICLO A QUE PERTENCE UM DADO ANO

É dado pela expressão:

(ANO DA ERA + 30)/30, em que o cociente do resultado dá o Ciclo procurado e o resto o número de ordem do ano dentro do Ciclo. (Se o resto for nulo, o ano obtido é o "ANO ZERO" do Ciclo, ou seja, O ÚLTIMO ANO DO CICLO ANTERIOR).

Exemplo:

Ciclo a que pertence o ano 842 da Era:

(842+30)/30 → COCIENTE = 29
→ RESTO = 2

É o 2.º Ano do Ciclo 29

CALENDÁRIO REPUBLICANO FRANCÊS

1. HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO CALENDÁRIO

(1) Foi adoptado por Decreto da Convenção em 05 de Outubro de 1793 e promulgado pela mesma Convenção em 24 de Novembro do mesmo ano.

(2) Esteve em vigor até 31 de Dezembro de 1805 (inclusivé).

(3) O início da Era – início do ano I – foi fixado em 22 SET 1792, primeiro dia da República, que coincidiu com o Equinócio do Outono.

(4) O mesmo Decreto de 24 NOV 1793 definiu a duração do ano, a sua estrutura e a designação dos meses e dos dias da forma seguinte:

- O ano tem a duração de 365 dias;
- Está dividido em 12 meses de 30 dias cada, num total de 360 dias;
- Cada mês é composto de 3 décadas (3x10 dias) para se conformar com o sistema métrico decimal, sendo os dias designados, sucessivamente, por: PRIMIDI, DUODI, TRIDI, QUARTIDI, QUINTIDI, SEXTIDI, SEPTIDI, OCTIDI, NONIDI, DÉCADI;
- Os meses são designados, de acordo com a Estação do ano por:

OUTONO: VANDEMAIRE, BRUMAIRE, FRIMAIRE
INVERNO: NIVÔSE, PLUVIÔSE, VENTOSE
PRIMAVERA: GERMINAL, FLOREAL, PRAIRIAL
VERÃO: MESSIDOR, THERMIDOR, FRUCTIDOR

- O ano (para completar os 365 dias) termina por 5 DIAS COMPLEMENTARES (UMA SEMI-DÉCADA) chamados "Sans – Coulottides", consagrados como festas nacionais: da Virtude, do "Génie", do Trabalho, da Opinião (uma espécie de Carnaval) e das Recompensas; Estes 5 dias são acrescentados a seguir ao Fructidor.
- Um sexto dia, chamado "da Revolução" é acrescentado em 4 cada anos.
  O ano em que tal acontece é denominado "SEXTILE" e equivale ao ano bissexto.
  Os anos "Sextiles" – que não coincidem com os anos bissextos do Calendário Gregoriano foram os: III, VII e XI da Era (1792/93, 1798/99 e 1802/03, respectivamente);
- Os PERÍODOS DE 4 ANOS que continham um ano "Sextile" (períodos BISSEXTILES) eram chamados FRANCÍADAS.

(5) O Calendário, que se pretendia universal, era, afinal, quase exclusivamente francês;

(6) FOI ABOLIDO POR NAPOLEÃO BONAPARTE POR DECRETO DE 09 SET 1805 e substituído pelo Calendário Gregoriano a partir de 01 JAN 1806, inclusivé;

(7) Nenhum documento regista datas do ano I da Era, uma vez que a sua fundação remonta ao 14 Vandemaire do ano II (05 OUT 1793)

(8) A partir desta data durou 12 anos, 2 meses e 27 dias;

(9) O ano XIV durou apenas 3 meses e 8 dias, pois teve início em 23 SET 1805;

(10) Este Calendário foi reposto em uso pela Comuna de Paris de 6 a 23 MAI 1871.
Esta decisão, tomada pelo "Comité de Salvação Pública" (Constituído em 01 MAI) apenas foi aplicada pelo "Journal Officiel de la Republique Française", Edição de Paris, e usado nos editais ou proclamações afixadas pelo mesmo Comité.

2. CONVERSÃO DE DATAS DO CALENDÁRIO REPUBLICANO EM DATAS DO CALENDÁRIO GREGORIANO

Esta conversão é feita fácil e concretamente por meio do Quadro de Concordância com o Calendário Gregoriano que, a seguir, se apresenta:

CALENDÁRIO REPUBLICANO FRANCÊS

QUADRO DE CONCORDÂNCIA COM O CALENDÁRIO GREGORIANO

	ANO ERA REPUBLICANA		I	II	III*	IV	V	VI	VII*	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV
	ANO GREGORIANO		1972*	1793	1794	1795	1796*	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804*	1805
OUTONO	VENDEMIAIRE 1	SET	22	22	22	23	22	22	22	23	23	23	23	23	23	23
OUTONO	BRUMAIRE 1	OUT	22	22	22	23	22	22	22	23	23	23	23	24	23	23
OUTONO	FRIMAIRE 1	NOV	21	21	21	22	21	21	21	22	22	22	22	23	22	22
INVERNO	NIVÔSE 1	DEZ	21	21	21	22	21	21	21	22	22	22	22	23	22	22
INVERNO	ANO GREGORIANO		1793	1794	1795	1796*	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804*	1805	1806
INVERNO	PLUVIÔSE 1	JAN	20	20	20	21	20	20	20	21	21	21	21	22	21	⇓
INVERNO	VENTÔSE 1	FEV	19	19	19	20	19	19	19	20	20	20	20	21	20	CALENDÁRIO GREGORIANO
PRIMAVERA	GERMINAL 1	MAR	21	21	21	21	21	21	21	22	22	22	22	22	22	
PRIMAVERA	FLORÉAL 1	ABR	20	20	20	20	20	20	20	21	21	21	21	21	21	
PRIMAVERA	PRAIRIAL 1	MAI	20	20	20	20	20	20	20	21	21	21	21	21	21	
VERÃO	MESSIDOR 1	JUN	19	19	19	19	19	19	19	20	20	20	20	20	20	
VERÃO	THERMIDOR 1	JUL	19	19	19	19	19	19	19	20	20	20	20	20	20	
VERÃO	FRUCTIDOR 1	AGO	18	18	18	18	18	18	18	19	19	19	19	19	19	⇑

IN: "LAROUSSE DU XXE SIECLE" ...TOMO I p.61

Este quadro dá-nos, para cada ano da Era Republicana (I, II, ... XIV), a data Gregoriana de início de cada mês (dia 1) do Calendário Republicano pela simples leitura da coluna correspondente a esse ano.

Concretizando têm-se:

– *para o ano I* da Era, os seguintes inícios de cada mês:

1 Vandemaire = 22 SET 1792
1 Brumaire = 22 OUT 1792
.....
1 Nivôse = 21 DEZ 1792
1 Pluviôse = 20 JAN 1793
.....
1 Messidor = 19 JUN 1973
.....

– *para o ano IX*:

1 Brumaire = 23 OUT 1800
.....
1 Thermidor = 20 JUL 1801
.....

e assim sucessivamente.

Com base em qualquer data de início de mês assim obtida, facilmente se determina qualquer outra data de um mesmo mês.

Vejamos 3 exemplos que nos elucidam completamente sobre a forma de proceder.

· Exemplo 1: Determinar a data gregoriana correspondente a *7 Ventôse do ano V*

Dia 1 Vêntose, ano V --- 19 FEV 1797
Dia 7 Ventôse, ano V --- 19 FEV + *6 dias = 25 FEV 1797*

· Exemplo 2: Idem, *18 Brumaire, ano VIII*

Dia 1 Brumaire, VIII - 23 OUT 1799
Dia 18 Brumaire, VIII - 23 OUT + 17 = 40 OUT 1799
= (40-31) NOV 1799
= *9 NOV 1799*

· Exemplo 3: Idem, *14 Ventôse, ano XII*

Dia 1 Ventôse, XII - 21 FEV 1804 *

– 1804 é ano bissexto; os anos bissextos gregorianos estão assinalados no quadro com *, como tem sido hábito nestes nossos estudos.

Dia 14 Ventôse, XIII - 21 FEV + 13 = 34 FEV 1804
= (34-29) MAR 1804
= *5 MAR 1804*

CONCLUSÃO

Iniciámos estes nossos escritos com a "reunião" de um grupo de amigos em casa de um deles no dia 4 de Abril de 1999, Domingo de Páscoa.

Nesse dia "falámos" de Cronologia (Eras e Calendários) e, seguindo a "sugestão" do dono da casa, "reunimo-nos" mais 5 vezes para detalhar a matéria em vários dos seus aspectos.

Foi, assim, dito o essencial, (pois o aprofundamento de várias partes foi omitido para não sobrecarregar o leitor), propositadamente apresentado de forma sintética e com orientação eminentemente prática para, em caso de necessidade, conveniência ou mesmo só de lazer, servir, no seu conjunto, como verdadeiro "VADE MECUM" sobre a matéria.

Esperamos que a leitura destes 6 "APONTAMENTOS" que apresentámos e que hoje se concluem vos tenha proporcionado o prazer da "descoberta" e o gosto pela matéria que nós próprios sentimos quando nos dedicámos à pesquisa, compilação, estudo e elaboração dos elementos pertinentes e de que ainda hoje desfrutamos.

*

Este "Apontamento" vai ser-vos presente já no decurso do ano 2001.

Não é ainda o ano do lançamento efectivo do Euro, que só virá em 2002.

Mas tem, porém, uma característica que convém salientar, pela sua raridade; é simultaneamente:

– o ano de início de uma nova DÉCADA;
– o ano do início de um novo SÉCULO (o SÉC XXI);
– o ano do início de um novo MILÉNIO (O TERCEIRO)

Que este ano milenar seja para todos, como há tempo se dizia, um ANO BOM.

Execução Gráfica
J.M.G. –Jorge Martinho

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

	Págs.
O PELOTÃO DE AQUISIÇÃO DE OBJECTIVOS (NACIONAL) ..... *Pelo Capitão de Artilharia Luís Laranjo da EPA.*	329
O EMPREGO DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE RESPOSTA A CRISES (ORC) ..... *Pelo Capitão de Artilharia Pinto Mimoso do RAA1.*	339
TÁCTICA DO EXÉRCITO NA CONTRA-SUBVERSÃO (Parte I) ..... *Pelo Major General Rodrigues da Costa.*	357
SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA (Parte II) ..... *Pelo Tenente-Coronel de Artilharia Caetano de Sousa.*	379
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	401
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	401
NOTÍCIAS DA EPA	415
TOMADA DE POSSE DO NOVO COMANDANTE DO RA5	418
TOMADA DE POSSE DO NOVO COMANDANTE DO GAI/BAI	420
OS NOVOS ARTILHEIROS DO 2.º ANO DA AM	421
EXERCÍCIO "TROVÃO 012"	422
MENSAGEM DO DIRECTOR HONORÁRIO DA ARMA DE ARTILHARIA, TEN GEN ABRANTES DOS SANTOS, NO DIA 4 DE DEZEMBRO	425
VISITA AO "SITE" DA NOSSA REVISTA NA INTERNET	427
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, Edifício da Ex-DAA, CAMPO DE SANTA CLARA – 1100 LISBOA".

Dias e Horas de Expediente:

Às Terças, Quartas e Quintas-Feiras entre as 15H00 e as 17H00.

CONTACTAR: SCH António Rato.

TELEFS.: Militar: 421 348 - Civil: 21 888 01 10 - Fax Militar: 421 348

ASSINATURAS PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, 1 500$00; Avulso, 500$00; Restantes Países: Anual, 3 000$00; Avulso, 750$00. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

ANÚNCIOS: Contrato directo com a administração.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução e qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

97.º ANO

2.ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83

N.ºs 914 A 916

OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2001

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2000 E 2001

PRESIDENTE

Tenente General Samuel Matias do Amaral

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Octávio João Marques Avelar (AM)

SECRETÁRIO

Tenente-Coronel Francisco José Bile Fangueiro (QG/GML)

TESOUREIRO

Tenente-Coronel Mário Alberto Teixeira de Sousa (Cmd Inst)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (RAA 1)
Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)
Tenente-Coronel António José Pacheco Dias Coimbra (EPA)
Tenente-Coronel José António Figueiredo Feliciano (GAC/BMI)
Tenente-Coronel António Fernando Paulo Teixeira (QG/BMI)
Capitão Pedro Alexandre Marquês de Sousa (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (RES)
Coronel Mário Augusto Mourato Cabrita
Tenente-Coronel Rui Manuel F. Venâncio Baleizão
Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (IAEM)

NÚMEROS
914 A 916

REVISTA DE ARTILHARIA

ANO XCVII
2.ª SÉRIE

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA

DIRECTOR
SAMUEL MATIAS
DO AMARAL
Tenente General

Execução Gráfica
JMG – Art. Pap., Artes Gráficas e Publicidade, Lda.
R. Cidade Frehel, 1-B – 2640 MAFRA

OUTUBRO - NOVEMBRO - DEZEMBRO DE 2001

Os autores dos artigos são os únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

O PELOTÃO DE AQUISIÇÃO DE OBJECTIVOS (NACIONAL)

Pelo Capitão de Artilharia da EPA
LUÍS LARANJO

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos a aquisição de objectivos vem ganhando uma importância acrescida. Assim, surge a necessidade de tentar clarificar e definir a actual situação dos PelAqObj no caso nacional, esclarecendo quanto à sua missão, meios e possibilidades, permitindo simultaneamente ao militar artilheiro interessado nas áreas do Sistema de Artilharia de Campanha que esta unidade abrange, uma eventual participação activa, que no presente momento, apenas será possível, no caso da Aquisição de Objectivos, ser levada a cabo na Escola Prática de Artilharia pelas razões que trataremos adiante.

2. O PelAqObj NACIONAL

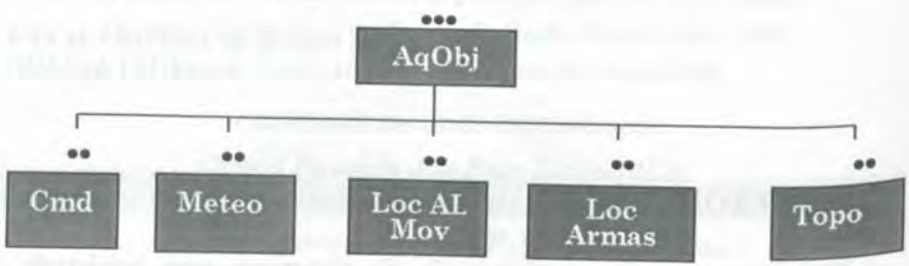
Na sequência dos diversos estudos e análises com vista à execução da 2ª LPM, e no âmbito restrito da remodelação dos materiais e equipamentos da Artilharia de Campanha, colocou-se ao grupo de trabalho encarregue destes estudos, entre outras, a questão do PelAqObj (unidade orgânica de um GAC pertencente a uma Brigada Independente), que se encontrava referido nos Grupos de Artilharia de Campanha constituídos, embora desprovido dos meios humanos e materiais para levar a cabo a sua missão:

(...

– Missão e Orgânica do Pelotão de Aquisição de Objectivos

O PelAqObj tem como missão "detectar, identificar e localizar os elementos e forças inimigas dentro da **Área de Interesse da Brigada** com a precisão suficiente, de modo a permitir o ataque das nossas forças com rapidez e eficácia".

O PelAqObj pertence organicamente à Bateria de Comando do GAC que apoia a respectiva Brigada Independente (ou ainda, no caso nacional, existe também um PelAqObj nas tropas de Corpo de Exército), com a seguinte orgânica:



Tem a possibilidade de adquirir objectivos terrestres através dos seus radares de localização de armas e alvos móveis, ajustar e regular o tiro de Artilharia, fornece o controlo topográfico aos elementos orgânicos do GAC e, se necessário, a outras unidades da Brigada. Fornece também dados meteorológicos aos elementos do GAC em particular e à Brigada em geral.

...)

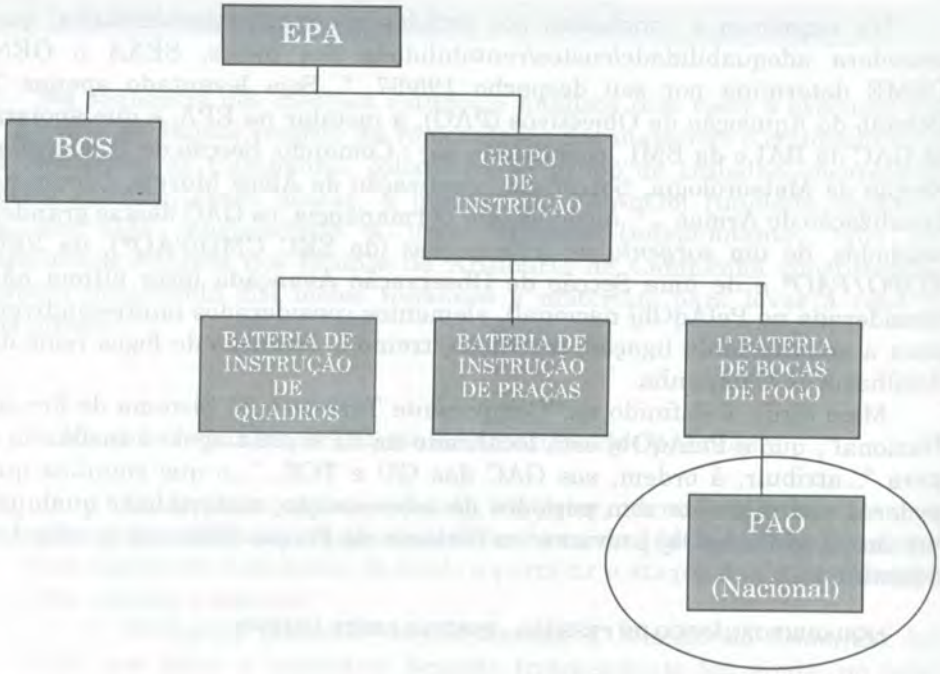
Na sequência e conclusões dos estudos sobre esta problemática, que considera adequabilidade/custos/rentabilidade dos meios, SEXA o GEN CEME determina por seu despacho 195/97, "...Seja levantado apenas 1 Pelotão de Aquisição de Objectivos (PAO), a instalar na EPA, e que apoiará os GAC da BAI e da BMI...constituído por : Comando, Secção de Topografia, Secção de Meteorologia, Secção de Localização de Alvos Móveis, Secção de Localização de Armas ...", dispondo em permanência, os GAC destas grandes unidades, de um *sargento de informações* (da SEC CMD/PAO*), da *SEC TOPO/PAO** e de uma Secção de Observação Avançada (esta última não considerada no PelAqObj nacional), elementos considerados imprescindíveis para a actividade de ligação, instrução, treino e execução de fogos reais de Artilharia de Campanha.

Mais tarde, é definido na "Componente Terrestre do Sistema de Forças Nacional", que o PelAqObj está localizado na EPA para apoio à instrução e para "...atribuir, à ordem, aos GAC das GU e TCE...", o que significa que poderá, naturalmente sem períodos de sobreposição, materializar qualquer um dos sete PelAqObj previstos no Sistema de Forças Nacional (a abordar adiante).

*(QUADRO ORGÂNICO DE PESSOAL - PONTO 6 DESTE ARTIGO).

3. O PelAqObj NACIONAL NA EPA

Após determinação do Comandante do Exército, e embora existindo na EPA um Comando de GAC em Ordem Batalha como Encargo Operacional da EPA, figura apenas uma Bateria de Bocas de Fogo como Encargo Operacional atribuído a esta Escola na sua organização permanente, pelo que o PelAqObj nacional fica na dependência desta Bateria (1ªBBF) do Grupo de Instrução, como ilustra o esquema simplificado :



equipado com os materiais já existentes na EPA e, que pertenciam às secções de instrução anteriores à sua constituição nos moldes actuais (desde 1997).

No cumprimento do que lhe foi estabelecido, a EPA mobilizou esforços no sentido de "dar forma" ao PelAqObj, dotando-o dos meios humanos possíveis e meios materiais existentes na EPA, adequados a este Pelotão, tendo inclusivamente, durante o corrente ano (2001), surgido por determinação do Comandante da Escola Prática de Artilharia, um grupo de trabalho que teve como missão a avaliação da situação do PelAqObj e da elaboração de propostas para a resolução das dificuldades identificadas.

Na sequência dos estudos efectuados por este grupo de trabalho, surgiram conclusões e propostas que mereceram a aprovação do Comandante da Unidade e foram, na sua sequência, encetadas diligências na tentativa de a curto prazo dispôr do efectivo máximo, devidamente equipado e treinado. Para tal foi submetido à consideração do escalão superior um memorando contendo várias propostas concretas, de entre as quais se destacam: um modelo de Quadro Orgânico de material (até então inexistente para este PelAqObj nacional) e a colocação na Unidade dos quadros qualificados ainda em falta.

Não obstante as dificuldades referidas, o PelAqObj participou já, neste ano de 2001, nos exercícios TROVÃO/01 da BAI e EFICÁCIA/01 no CMSM.

4. CONSTITUIÇÃO E POSSIBILIDADES

- *Secção de Comando*

A secção de Comando do Pelotão tem a missão de planear e coordenar acções na área da Brigada. Garante ainda que a pesquisa está a ser correctamente efectuada e para a área de interesse. Dirige as funções de produção de objectivos para o GAC. Contribui para o esforço de pesquisa da Brigada.

O Comandante do Pelotão faz parte do Estado-Maior Técnico como conselheiro e especialista nas áreas de aquisição de objectivos, meteorologia e controlo topográfico.

O esquema seguinte elucida-nos acerca da importância da produção de objectivos para o GAC e portanto, para a Brigada :

- *Secção de Topografia*

A secção de topografia tem como objectivo fornecer o controlo topográfico ao GAC em primeira instância e a outras unidades da Brigada se o tempo e a situação o permitirem.

- *Secção de Localização de Alvos Móveis (RLAM)*

A secção RLAM tem por missão detectar, identificar, localizar e seguir alvos móveis com interesse para a Brigada. Está equipada com o radar de localização de alvos móveis RATAC-S (radar táctico modelo S). Este radar também pode regular o tiro das nossas armas de tiro indirecto.

Fig. 1 – Antena do Radar RATAC-S.

- Secção de localização de Armas (RLA)

A secção RLA tem por missão localizar as armas de tiro indirecto inimigas e fornecer as suas coordenadas na área de influência da Brigada. Prevê-se que esta secção venha a ser equipada brevemente, com o radar de localização de armas AN/TPQ-36.

Este radar também permite regular o tiro das nossas armas de tiro indirecto.

Fig. 2 – Grupo da Antena do Radar AN-TPQ/36.

- *Secção de Meteorologia*

A secção de meteorologia tem por missão fornecer à Brigada os dados relativos às condições atmosféricas sob a forma de mensagens balísticas.

Esta secção está equipada com uma estação meteorológica manual AN/TMQ-4 e uma estação meteorológica automática IS-4A1-RSB, aguardando-se presentemente a entrega de uma segunda estação automática.

- *Possibilidades do PelAqObj*

Em resumo, o PAO possui as seguintes possibilidades:

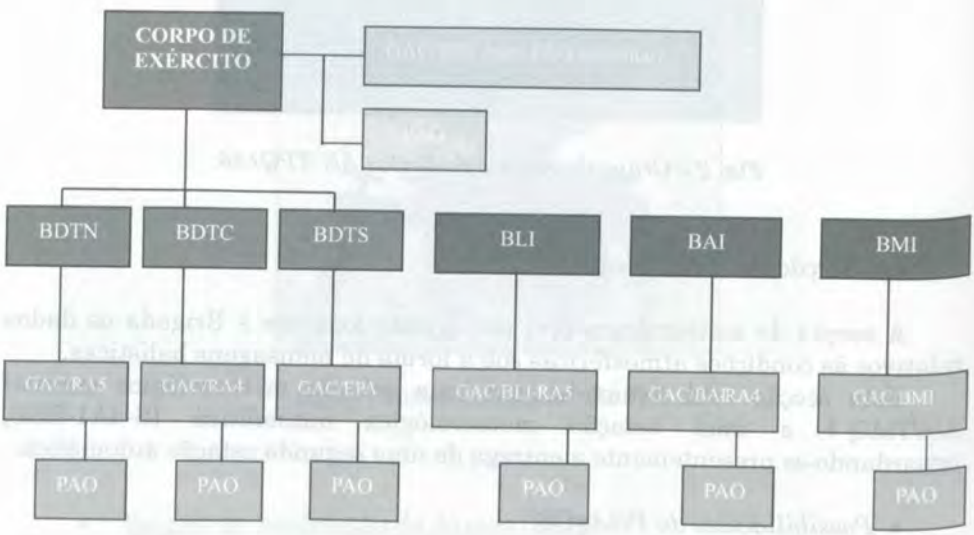
- Adquirir sistemas de armas de tiro indirecto utilizando os seus radares de localização de armas;
- Regular e ajustar o tiro das armas de tiro indirecto (amigas);
- Providenciar o controlo topográfico necessário, em 1ª prioridade a todos os seus meios orgânicos na área da Brigada e noutras áreas, em 2ª prioridade, se assim for necessário e pedido;

- Fornecer elementos meteorológicos através da Secção de Meteorologia orgânica do Pelotão;
- Adquirir alvos em movimento e cumprir missões de vigilância do campo de batalha através da Secção de Localização de Alvos Móveis.

5. OS GAC DAS GU e TCE *VERSUS* PelAqObj

Para uma percepção abrangente da situação que se pretende clarificar é assim importante abordar a situação dos GAC da BLI, das Brigadas de Defesa Territorial e das Tropas de Corpo de Exército (que para além de um GAC como força de Apoio de Combate, prevê ainda um PelAqObj na sua constituição).

O esquema seguinte ilustra de forma resumida esta situação :



Assim sendo, independentemente da situação actual dos GAC, quer sejam FOP, Encargo Operacional com outra classificação ou categorização ou com levantamento previsto por mobilização, seriam 7 o número de pelotões de Aquisição de Objectivos (um no GAC orgânico de Brigada Independente, totalizando 6 PelAqObj, e um nas Tropas de Corpo de Exército) no sistema de forças nacional, caso todo o dispositivo fosse efectivamente constituído.

6. QUADRO ORGÂNICO PESSOAL DO PAO NACIONAL

O Pelotão possui, aprovado, o seguinte pessoal em Quadro orgânico:

PAO	Posto	Especialidade	Pessoal			
			Oficial	Sargento	Cabo	Praça
COMANDO						
Comandante	Of Subaltern	Of Art (QP)	1			
Sargento Informações	1º Sarg	Sarg Art		1		
Técnico Radar	1º/2º Sarg	MecRadar (QP)		1		
CAR/RTL	Sold	TP CAR/RTelef				1
SEC TOPO						
Comandante	1º Sarg	Topografia		1		
Chefe de equipa	1º/2º Sarg	Topografia		2		
Calculador	2º Sarg/Furr	Topografia		4		
Operador instrumentos	Cabo	Topografia			4	
Registador	Cabo	Topografia			4	
Auxiliar	Sold	Topografia				2
CAR/RTL	Sold	TP CAR/RTelef				2
SEC RLAM						
Comandante	1º Sarg	Camp Dir Tiro		1		
Mecânico Radar	1º/2º Sarg	MecRadar (QP)		1		
Operador Radar	Cabo	Esp 150			2	
CAR/RTL	Sold	TP CAR/RTelef				1
Condutor	Sold	TP CAR				1
SEC RLA						
Comandante	1º Sarg	Camp Dir Tiro		1		
Mecânico Radar	1º/2º Sarg	MecRadar (QP)		1		
Operador Radar	Cabo	Esp 150			4	
CAR/RTL	Sold	TP CAR/RTelef				1
CAR	Sold	TP CAR				2
SEC METEO						
Comandante	SAjud	Meteo		1		
Auxiliar	1º Sarg	Meteo		1		
Operador Meteo	1º/2º Sarg	Meteo (QP)		3		
Auxiliar	Cabo	Meteo			4	
CAR/RTL	Sold	TP CAR/RTelef				1
CAR	Sold	TP CAR				2
TOTAL			*1*	*18*	*18*	*13*

Referências :
- Manual de Táctica de Artilharia de Campanha, MC 20-100.
- Despacho 195/97, de SEXA o GEN CEME.
- Componente terrestre do Sistema de Forças Nacional.
- Dispositivo, Encargos Operacionais e Categorização das Forças para o período 2001-2002.
- Quadro Orgânico de Pessoal da DO/EME (Aprovado por despacho de 20MAI99).

O EMPREGO DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE RESPOSTA A CRISES (ORC)[1]

Pelo Capitão de Artilharia do RAAA 1
JOSÉ CARLOS PINTO MIMOSO

"A versatilidade do Poder Aéreo fez com que se tornasse num dos principais meios para responder com eficácia e prontidão aos diversos tipos de Operações de Resposta a Crises, fornecendo prontamente o apoio directo e indirecto àqueles que dele necessitam.

1. INTRODUÇÃO

Fig. 1 - O PA em ORC.

A presente situação política a nível mundial caracteriza-se por um complicado "*puzzle*" de conflitos e crises intra e entre nações. Estes focos de tensão devem-se a diversos factores históricos, étnicos e religiosos. A comunidade internacional tem cada vez mais tendência para se envolver nestes conflitos que surgem nos mais variados tipos de Teatros de Operações (TOs).

As actividades desenvolvidas no âmbito das ORC têm por finalidade manter, garantir e restaurar a paz e a segurança internacional.

1 Este artigo foi originalmente publicado no Boletim da Artilharia Antiaérea N.º 1, II Série.

Estas operações caracterizam-se, fundamentalmente, de acordo com a sua finalidade, com o momento da sua implementação e com os meios empregues, podendo sofrer modificações com o desenvolvimento do conflito. As principais ORC são: Prevenção de Conflitos; Manutenção de Paz; Restabelecimento da Paz; Imposição da Paz; Consolidação da Paz e Ajuda Humanitária. Por norma, estas operações são multinacionais, mandatadas pela OSCE e NU sendo conduzidas, na maioria das vezes, pela NATO.

Este artigo tem como finalidade não só abordar os aspectos doutrinários básicos do emprego do Poder Aéreo (PA) em ORC (*Fig 1*), mas também referir diversos elementos relacionados com esta temática para cada um dos tipos destas operações.

2. A APLICAÇÃO DO PA

Pode considerar-se PA como sendo o emprego de qualquer sistema que utilize o espaço aéreo para fins militares, entre os quais se destacam: aeronaves, veículos aéreos não tripulados, mísseis de cruzeiro, mísseis balísticos e todos os sistemas que apoiam a utilização destes meios. Devido a esta variedade de sistemas, caracterizados pela sua extrema versatilidade, fazem com que sejam adequados ao emprego nos mais diversos tipos de teatros. Com os recentes avanços tecnológicos o PA tem a capacidade de transportar, observar, influenciar e exercer coesão em qualquer local e momento sempre que seja necessário, podendo empenhar-se, identificar, localizar e destruir quase todo o tipo de alvos, apesar das contra-medidas inimigas. Por todas estas razões o PA é um dos meios essenciais, capaz de responder às necessidades e requisitos dos diversos tipos de ORC.

A utilização eficiente do PA depende da capacidade de adaptação aos objectivos políticos pré-estabelecidos e especificidades da operação em causa. Além disso, são várias as exigências que determinam a probabilidade de sucesso da operação. Entre elas destacam-se as Regras de Empenhamento (ROE), procedimentos de identificação, apoio logístico, requisitos de infra-estruturas de apoio, segurança física e das informações.

a) Caracterização do PA

O PA tem características específicas que o diferenciam do terrestre e naval. Estas podem ser divididas em características fundamentais, estratégicas, condicionantes e limitações.

(1) Características Fundamentais:

a *Altitude*

O PA utiliza a 3ª dimensão do campo, efectuando voos desde baixas altitudes até trajectórias exo-atmosféricas, o que lhe vai permitir não só uma maior velocidade e capacidade de penetração, como também o domínio do espaço aéreo e terrestre.

b *Velocidade*

Esta característica permite-lhe projectar poder de um forma rápida, diminuindo o tempo de reacção, o que lhe permite ter capacidade de resposta num curto espaço de tempo. A velocidade vai conferir também, um maior efeito surpresa no desenrolar das operações aéreas.

c *Raio de Acção*

O PA pode ser empregue a grandes distâncias e em qualquer direcção, superando a grande maioria dos obstáculos terrestres. Recorrendo a operações de reabastecimento durante o voo pode ser empregue em qualquer ponto da superfície terrestre.

(2) Características Estratégicas

a *Reacção Rápida*

A sua velocidade e grande raio de acção fazem com que o PA tenha um tempo de reacção extremamente curto, o que lhe confere possibilidades fundamentais na conduta de qualquer tipo de ORC. Nestas operações a escalada de violência pode ser extremamente rápida, neste sentido, esta característica assume papel determinante para influenciar de forma decisiva o decorrer dos acontecimentos.

b *Flexibilidade*

As características fundamentais, anteriormente referidas, permitem ao PA executar um variado leque de acções que se podem adaptar a um teatro de operações em constante mudança. A flexibilidade destes meios aplica-se a todos os níveis (estratégico, operacional e táctico), permitindo a sua intervenção oportuna para fazer face às diversas alterações da situação política e militar ao longo do decorrer das operações.

c *Omnipresença*

Tendo em conta as suas características fundamentais, o PA está omnipresente podendo ser empenhado simultaneamente, de forma decisiva e em tempo oportuno no local mais adequado. Esta influência faz-se sentir das mais variadas formas, desde acções de vigilância até operações de ataque a objectivos terrestres.

d *Precisão*

A evolução tecnológica tem permitido ao PA ter a capacidade de empenhamento sobre os mais variados tipos de objectivos com uma precisão bastante elevada. Por esta razão, o número de saídas para efectuar uma missão com sucesso é reduzido, os riscos colaterais são mínimos e a sobrevivência dos meios aéreos vai aumentar, diminuindo desta forma a liberdade de acção das forças opositoras. Os procedimentos de processamento e recolha de informação sobre os objectivos têm um papel fundamental para concretizar esta característica.

e *Mobilidade*

Esta característica permite a cobertura de uma área de operações extensa. O PA pode ocupar posições e ser retirado de zonas operacionais em períodos de tempo extremamente reduzidos. A sua mobilidade vai permitir influenciar o decorrer das operações, projectando de forma rápida a sua influência no apoio às operações em locais remotos.

f *Concentração*

Considerando as suas características fundamentais, o PA pode concentrar forças militares, ajuda humanitária, empregar meios de ataque, acções de vigilância, entre outros tipos de operações a todos os níveis (estratégico, táctico e operacional) onde e quando for necessário. Esta capacidade é fundamental para influenciar de forma decisiva o decorrer de qualquer tipo de ORC.

g *Poder de Penetração*

Esta capacidade permite ao PA penetrar em profundidade na área da retaguarda do território hostil, efectuando diversos tipo de operações. Actualmente, é possível recolher informações sobre o inimigo sem sequer utilizar o seu espaço aéreo, limitando desta forma a sua liberdade de acção.

(3) Limitações

a *Capacidade de Carga*

Todos os meios aéreos, independentemente das suas dimensões, têm um limite na sua capacidade de carga. Esta limitação pode ser colmatada através do aumento de saídas, maior velocidade e precisão dos meios aéreos. No que respeita à capacidade de transporte de armamento, a evolução da tecnologia e o desenvolvimento da micro-informática, têm vindo não só a diminuir a dimensão do armamento, mas também a aumentar a sua capacidade de destruição e eficácia.

b *Factores Económicos*

Equipamentos que utilizam tecnologia de ponta são necessariamente dispendiosos. Desta forma, os sistemas aéreos mais recentes têm custos bastante elevados. No entanto, devem ser consideradas todas as suas possibilidades por forma a tomar a decisão correcta na selecção dos meios mais adequados ao cumprimento da missão que se pretende alcançar. Uma vez que para a execução de determinada tarefa podem existir vários meios de custo diferente, com capacidade para a efectuar, ou seja deve ser ponderado o binómio custo-eficácia na selecção dos meios aéreos a utilizar.

Neste âmbito também deve ser considerado todo o custo efectuado no treino da tripulação e recursos humanos de apoio à utilização dos meios aéreos.

c *Infra-Estruturas de Apoio*

A utilização do PA, assim como todas as outras operações militares, requer infra-estruturas de apoio. A maioria dos meios aéreos necessita no mínimo de terreno plano para descolar, apesar dos helicópteros e algumas aeronaves de asa fixa descolarem na vertical, todos eles têm de ter à disposição meios de apoio para a sua operação. Esta situação também se aplica a sistemas não tripulados como os Veículos Aéreos não Tripulados (UAVs) e satélites. Estes meios necessitam de rampas de lançamento, sistemas de transmissão de informação e estações terrestres de operação.

Se esta base de apoio apresentar vulnerabilidades na sua defesa, pode constituir-se na maior das limitações da utilização do

PA. Nesta circunstância, a única solução pode ser a utilização dos meios aéreos a partir do território de origem, longe do teatro de operações, o que também traz grandes vantagens a nível logístico.

d *Sistemas de Defesa Aérea*

Da mesma forma que o PA utiliza a mais avançada tecnologia, os sistemas de defesa aérea têm evoluído constantemente para fazer face às capacidades do PA.

e *Informação Disponível*

A utilização eficaz do PA depende da informação disponível sobre a situação actual e futura. Só deste modo será possível efectuar a gestão e emprego criterioso destes meios, por forma a garantir o sucesso das operações.

f *Condições Meteorológicas*

As condições meteorológicas adversas podem constituir uma limitação ao emprego dos meios aéreos e, apesar da evolução tecnológica ter tendência a minorar esta influência, há sempre uma diminuição na eficácia e capacidade de observação dos meios aéreos nestas circunstâncias.

b) **Tarefas Principais do PA em ORC**

O emprego do PA no apoio a ORC deve regular-se de acordo com os objectivos políticos e militares previamente estabelecidos. Desta forma, o empenhamento destes meios deve adaptar-se às características específicas da operação em causa.

As capacidades que caracterizam o PA tornam estes sistemas facilmente adaptáveis aos vários tipos de ORC, dependendo o seu grau de utilização de vários factores tais como: clima e condições meteorológicas; características geográficas do território em causa; nível de industrialização; infra-estruturas de apoio; tráfego aéreo civil, nacional e internacional; posicionamento das forças no terreno e nível de empenhamento das forças causadoras da ORC.

As tarefas principais a desempenhar pelo PA em ORC são:

- Vigilância, reconhecimento, recolha de informações e supervisão do cumprimento de diversas determinações (*Fig. 2 – Missões de Vigilância*);

- Controlo do ambiente em que decorre a operação;
- Aplicação de força;
- Melhorar a eficácia da operação;
- Apoiar e suster as nossas forças;
- Fornecer ajuda humanitária;
- Fornecer transporte à força no decorrer das operações (*Fig 3 - Transporte de Tropas*).

Destas tarefas destacam-se a vigilância, reconhecimento e recolha de informações. Tendo em consideração a imprevisibilidade destas operações é fundamental dispor de informação actualizada e em tempo real para responder de forma oportuna e eficaz a rápidas alterações da situação.

Fig. 2 - Missões de Vigilância.

Fig. 3 - Transporte de Tropas.

3. EMPREGO DO PA NOS DIVERSOS TIPOS DE ORC

Como foi referido, o PA consiste numa variada gama de sistemas desde aeronaves, veículos aéreos não tripulados, mísseis de cruzeiro, mísseis balísticos, órgãos C4I, radares e sistemas de armas. Considerando esta diversidade de meios, é difícil estabelecer normas para o seu emprego em cada um dos tipos de ORC. No entanto, há determinadas tarefas que podem ser atribuídas de acordo com o tipo de operação que está a decorrer. Seguidamente vai ser analisado, de uma forma geral, o emprego do PA para cada um dos tipos de ORC (*Fig 8*).

a) **Ajuda Humanitária**

1) *Definição*

Actividades desenvolvidas com a finalidade de minorar os efeitos negativos dos conflitos na população, especialmente onde as autoridades

responsáveis não têm possibilidades ou não desejam fornecer o apoio adequado á população.

As missões de ajuda humanitária podem ser conduzidas completando outro tipo de ORC, ou serem completamente diferenciadas destas, por exemplo, na sequência de uma catástrofe ou calamidade.

2) *Tarefas do PA*

As operações de Ajuda Humanitária envolvem o transporte de abastecimentos para as áreas afectadas, evacuações médicas, transporte de populações e operações de busca e salvamento de grupos de civis isolados em áreas remotas.

Numa situação em que este tipo de operação se efectue devido a um conflito armado o PA pode ser utilizado para efectuar operações conjuntas/combinadas de forma a controlar determinadas áreas, monitorizar o apoio humanitário, proteger rotas e instalações utilizadas para fornecer esta ajuda. Neste tipo de cenário as tarefas do PA podem incluir um espectro de operações aéreas tácticas muito alargado.

Para efectuar a ajuda humanitária devem verificar-se os seguintes pressupostos:

- Estabelecimento de um mandato político que legitime a operação, especialmente se for necessário o recurso à força para cumprir a missão;
- Definição clara da cooperação com Organizações Internacionais (IOs) e Organizações Não Governamentais (NGOs);
- Coordenação detalhada com as componentes terrestre e naval envolvidas na mesma operação.

3) *Meios*

Neste tipo de operação há necessidade de utilizar instalações de C4I eficazes e especialmente meios de transporte aéreo tácticos e estratégicos. Por norma, devido à falta de infra-estruturas adequadas, os meios com capacidade de descolagem vertical são os mais utilizados nestas situações.

Caso seja necessário o recurso à força, para apoiar a ajuda humanitária, são utilizados meios aéreos de ataque ao solo e sistemas de defesa aérea.

4) *Factores a Considerar para a Elaboração do Conceito de Operação*

- As autoridades locais apoiam a operação e dispõem de meios capazes de ajudar as populações (ambiente permissivo);

- As autoridades locais apoiam a operação, mas existem grupos políticos ou facções da população que utilizam a violência para evitar esse apoio (ambiente semi-permissivo);
- As autoridades locais, grupos políticos e facções da população são hostis à operação (ambiente não-permissivo).

5) *Conclusão*

O PA desempenha um papel fundamental neste tipo de operações, sendo por isso indispensável a sua utilização no cumprimento deste tipo de missões.

Nas situações em que se verifique hostilidade das autoridades locais, grupos políticos e facções, pode recorrer-se à utilização da força para estabelecer o controlo militar e implementar corredores de acesso seguros para a área afectada. Nesta situação, o objectivo é criar condições favoráveis para levar a ajuda humanitária às populações carenciadas, e não impor uma solução política.

O emprego do PA neste tipo de ORC é efectuado em estreita coordenação com as autoridades civis, IOs e NGOs.

b) **Prevenção de Conflitos**

1) *Definição*

Inclui actividades de vária ordem, em particular ao abrigo do Capítulo VI da Carta da Nações Unidas, estendendo-se desde iniciativas diplomáticas, a posicionamento preventivo de tropas, com o intuito de impedir que as disputas alastrem ou evoluam para conflitos armados. A prevenção de conflitos pode incluir investigação de factos, pareceres, avisos, inspecções e supervisões. O posicionamento preventivo consiste geralmente em pré-posicionar forças civis e/ou militares para evitar a crise.

2) *Tarefas do PA*

O PA desempenha um papel fundamental neste tipo de ORC, especialmente na área da vigilância, monitorização da situação e recolha de informações. Estas acções servem para vigiar as actividades das facções oponentes, evitar o seu envolvimento e fornecer informações imparciais acerca da situação actual.

Os meios aéreos podem também ser utilizados para demonstrações de força. No entanto, este efeito dissuasor pode ser considerado como uma

atitude provocadora por alguma das facções oponentes e por esta razão a sua realização deve ser cuidadosamente analisada.

Outras das tarefas a realizar são operações de transporte de comissões de mediação, entrega e distribuição de ajuda às populações civis.

3) *Meios*

A utilização de meios aéreos pode efectuar-se de forma descontínua e, de acordo com a situação, o PA desempenha um papel secundário no decorrer das operações, à excepção do apoio de transporte e de vigilância.

4) *Factores a Considerar para a Elaboração do Conceito de Operação*

Na elaboração do conceito de operação devem considerar-se quais os factores necessários para se manter um clima de estabilidade e nesta função o PA tem um papel activo em missões de monitorização e recolha de informações.

Devem ser elaborados planos de contingência para a utilização do PA caso se verifique uma escalada da violência.

5) *Conclusão*

Nas operações de prevenção de conflitos a actividade diplomática prevalece sobre as acções militares. Desta forma o PA efectua missões de transporte das comissões de negociação, fiscaliza o cumprimento dos acordos estabelecidos entre as partes e pode ter um papel dissuasor.

c) **Restabelecimento da Paz**

1) *Definição*

Acções diplomáticas levadas a efeito depois do início do conflito, com vista a um estabelecimento de um acordo de Paz. Estas acções podem incluir a prestação de bons ofícios, mediações, conciliação e outras acções, como o isolamento diplomático e sanções.

2) *Tarefas do PA*

Neste tipo de ORC deve manter-se uma presença clara do PA para apoiar as iniciativas diplomáticas. Das

Fig. 4 - Meios de Transporte Aéreo.

suas tarefas destacam-se: o transporte das comissões diplomáticas; o reconhecimento aéreo; as acções de vigilância e monitorização das partes em conflito, no cumprimento de eventuais acordos de cessar-fogo.

3) *Meios*

Para cumprir as tarefas do PA neste tipo de operações destacam-se: meios de transporte aéreo (*Fig 4*); estruturas e procedimentos de comando e controlo; diversos sistemas de vigilância e reconhecimento.

4) *Conclusão*

Nas operações de restabelecimento da paz o PA tem uma missão de apoio às actividades diplomáticas, uma vez que nelas não se prevê o emprego directo de forças militares. No entanto, deve haver capacidade de empenhamento dos meios aéreos se essa necessidade surgir.

d) **Manutenção da Paz**

1) *Definição*

Num sentido restrito, significa contenção, moderação e/ou conclusão das hostilidades entre estados, ou no seio destes, através da intervenção de uma terceira parte, imparcial, organizada e conduzida internacionalmente, utilizando forças militares e civis, para complementar o processo político de resolução do conflito e para restaurar e manter a paz.

Fig. 5 - Transporte Aéreo Táctico.

As ORC, baseadas no Capítulo VI da Carta das UN, têm implicado o deslocamento das forças de paz para o terreno, com o consentimento das partes, incluindo o supervisionamento das linhas de demarcação, a fiscalização dos cessar-fogo e o controlo das zonas-tampão, o desarmamento e a desmobilização das facções em guerra e a supervisão das fronteiras.

2) *Tarefas do PA*

Uma Operação de Manutenção de Paz pode ser efectuada após uma de Prevenção do Conflito e no caso de se verificar uma escalada da violência transformar-se numa de Imposição da Paz.

A utilização de determinados meios de ataque do PA, por parte da força de Manutenção de Paz, pode ser considerado como um acto hostil pelas facções que estavam em conflito. Por esta razão o seu emprego pode pôr em causa os resultados obtidos até então, o seu empenhamento deve ser cuidadosamente estudado, equacionando as vantagens/desvantagens que daí decorrerem. Estes sistemas devem estar afastados do teatro de operações, dispondo, contudo, de capacidade de intervenção rápida caso se verifique essa necessidade.

Desta forma, as principais tarefas efectuadas pelos meios aéreos são o transporte aéreo táctico (*Fig. 5*) no apoio às forças no terreno, vigilância e recolha de informações sobre as facções rivais e supervisão dos acordos estabelecidos entre as partes.

3) *Meios*

Neste tipo de operações torna-se necessário criar condições para o emprego flexível das forças no terreno. Por esta razão, os helicópteros destacam-se como um dos principais meios a utilizar.

Por forma a manter o conhecimento actualizado da situação, todos os sistemas aéreos com capacidade de recolha de informação constituem-se como meios de vital importância. Se por qualquer razão se verificar uma escalada de violência entre as partes, deve haver uma capacidade de intervenção de meios aéreos ofensivos para tentar anular esta situação. Caso se verifique uma ameaça aérea credível das facções opositoras, os sistemas de defesa aérea assumem primordial importância, garantindo a liberdade de acção das forças de manutenção de paz.

4) *Factores a Considerar para a Elaboração do Conceito de Operação*

Na elaboração do conceito de operação deve manter-se em permanência a preocupação com uma eventual escala da violência. Assim sendo, devem efectuar-se planos de contingência para restaurar a situação anterior, prevendo a utilização da força ou, caso seja necessário, a retirada de todo ou parte do contingente.

5) *Conclusão*

Neste tipo de operação é fundamental para o seu sucesso o esclarecimento claro das circunstâncias e de que forma pode ser aplicada a força. O PA é fundamental para assegurar a flexibilidade de emprego das

forças terrestres e monitorizar o cumprimento dos acordos estabelecidos. Em situações de escalada de violência o seu emprego criterioso e oportuno pode ser imprescindível para restabelecer a paz.

e) **Imposição da Paz**

1) *Definição*

Acção ao abrigo do Capítulo VII da Carta das UN, recorrendo a meios militares para restaurar a paz numa área de conflito. Pode visar a solução de conflitos entre estados ou conflitos internos para satisfazer necessidades humanitárias, ou onde as instituições estatais estejam profundamente abaladas.

2) *Tarefas do PA*

Desde que seja estabelecida a área onde deve decorrer esta operação e o âmbito das acções a desenvolver seja claramente definido no mandato que determina a Imposição da Paz, o PA vai desenvolver acções semelhantes ás efectuadas num teatro de Guerra Convencional. Nesta situação, as tarefas principais efectuadas pelos meios aéreos são:

Fig. 6 - Missões de CAS.

- Operações ofensivas e defensivas de interdição aérea, incluindo missões de Supressão da Defesa Aérea Inimiga (SEAD);
- Operações aéreas estratégicas;
- Operações aéreas tácticas, incluindo missões de Apoio Aéreo Próximo (CAS) (*Fig. 6*);
- Vigilância, reconhecimento aéreo e Guerra Electrónica;
- Transportes aéreos estratégicos e tácticos, operações de reabastecimento aéreo em voo;
- Operações psicológicas;
- Missões de busca e salvamento

Fig. 7 - Desacordo das Populações Flageladas.

No entanto, acções de insurreição, terrorismo e sabotagem, devido ao desacordo da parte flagelada conferem, também, um

cariz sub-convencional (*Fig. 7*) a este tipo de operação. Nestas situações não é aplicável o emprego de acções ofensivas por parte do PA, limitando-se a conferir o apoio necessário de acordo com as necessidades.

Neste tipo de operações a coacção e o recurso à utilização da força servem para obrigar o adversário a aceitar a paz e dissuadir acções hostis.

3) *Meios*

Para efectuar uma operação de Imposição da Paz podem ser utilizados praticamente todos os tipos de meios que constituem o poder aéreo, desde que seja respeitado o mandato que determina esta operação. O PA deverá garantir disponibilidade e flexibilidade, por forma a cumprir eficazmente as necessidades do decorrer das operações.

4) *Factores a Considerar para a Elaboração do Conceito de Operação*

Os principais factores a considerar na elaboração do conceito de operação de emprego do PA, neste tipo de ORC são:

- Pesquisa, análise e estudo de todos os factores que definem a natureza do conflito e do ambiente em que vai decorrer a operação;
- Preparação e identificação clara dos objectivos que se pretendem alcançar;
- Definição da Regras de Empenhamento (ROE);
- Identificação de centro de gravidade do conflito;
- Elaboração da estratégia a utilizar na campanha aérea, como parte integrante da campanha conjunta;
- Estabelecimento de prioridades;
- Exploração das nossas capacidades;
- Emprego do PA com a maior precisão possível, evitando qualquer tipo de danos colaterais;
- Reduzir ao mínimo as perdas materiais e de vidas humanas;
- Alcançar uma situação de superioridade aérea;
- Estabelecimento de um sistema C4I eficaz.

5) *Conclusão*

As missões efectuadas pelo PA aproximam-se das que devem ser desenvolvidas numa situação de guerra convencional, apesar, das

características sub-convencionais que podem caracterizar estas operações. Desta forma, o emprego do PA é efectuado não só em missões ofensivas mas também como meio de apoio à força.

f) **Consolidação da Paz**

1) *Definição*

Actuação pós-conflito para identificar e apoiar estruturas que contribuam para fortalecer e consolidar um acordo político, de forma a evitar um reacender do conflito.

Esta acção inclui mecanismos que permitem identificar e apoiar estruturas que irão consolidar a paz, promover um sentimento de confiança e de bem-estar e apoiar a reconstrução económica podendo tanto necessitar de um empenhamento militar, como civil.

2) *Tarefas do PA*

As tarefas atribuídas ao PA incluem: a vigilância; o reconhecimento e supervisão do cumprimento dos acordos estabelecidos pelos antigos beligerantes; operações de transporte de refugiados e de material diverso de apoio à operação.

3) *Meios*

Todo o conjunto de sistemas que efectuem operações de vigilância e reconhecimento. Recursos de transporte aéreo estratégico e táctico.

4) *Conclusão*

Considerando que a Consolidação da Paz é sobretudo um processo político, o emprego do PA deve ser parte integrante do plano político que tem como finalidade consolidar a paz a longo prazo entre os antigos beligerantes. Neste sentido, os meios aéreos contribuem para este fim como meio de recolha de informação e apoio a operações de transporte.

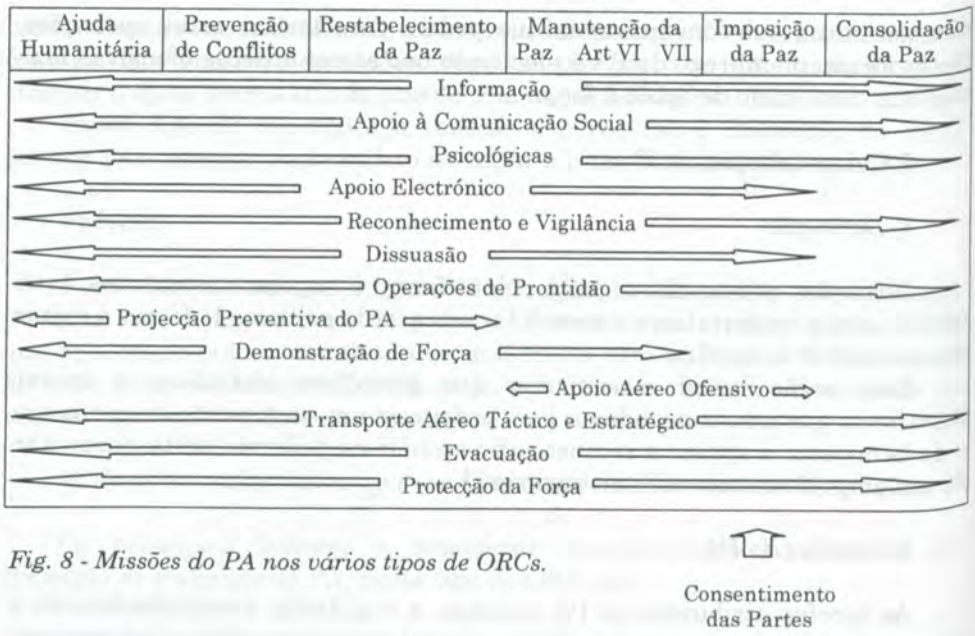


Fig. 8 - Missões do PA nos vários tipos de ORCs.

4. CONCLUSÃO

A utilização eficiente do PA depende da sua capacidade de adaptação aos objectivos e limitações políticos previamente estabelecidos para a ORC. Além disso, existem outros factores preponderantes de acordo com as circunstâncias específicas que tipificam a situação, das quais se destacam:

- Acordos de Comando, Controlo e Comunicações. O sucesso da intervenção do PA em ORC, num ambiente convencional e sub-convencional, depende da capacidade de recolha, processamento e difusão de informação em tempo real;
- Treino da Força Multinacional. As forças participantes na ORC devem estar treinadas para executar operações conjuntas e combinadas, prevendo os procedimentos a executar em caso de escalada de violência;
- Deverá haver uma preparação para efectuar o cumprimento da missão em estreita coordenação com entidades civis, IOs e NGOs;
- Interoperabilidade de Doutrina e Equipamentos. O estabelecimento de doutrina e procedimentos comuns é alcançado através de exercícios

combinados e conjuntos, o que vai permitir a interoperabilidade entre os vários elementos da força;
- Regras de Empenhamento (ROE). Definem as circunstâncias em que o PA pode ser utilizado;
- Procedimentos de Identificação. A identificação positiva é um pré-requisito básico nas operações aéreas, por forma a reduzir a probabilidade de fratricídio;
- Apoio Logístico. A existência de apoio logístico serve de base para o lançamento das missões do PA, contribuindo de forma determinante para a prontidão adequada dos meios aéreos;
- Infra-Estruturas de Apoio. O emprego eficaz de alguns meios do PA vai depender das infra-estruturas de apoio, apesar de alguns sistemas poderem ser operados a partir de bases improvisadas;
- Segurança Física e das Informações. O PA só poderá operar de forma eficiente se tiver liberdade de acção, necessitando para isso de dispor de sistemas que lhe garantam a segurança física e possibilidade de utilização do espectro electromagnético com segurança.

O PA, considerando os aspectos referidos neste artigo, vai ser um dos principais instrumentos, militares e políticos que podem contribuir para o planeamento e conduta de ORC. Para isso, envolve meios aéreos civis e militares que, obviamente, não se resumem somente a sistemas de combate, antes pelo contrário, representam uma pequena parcela da sua totalidade.

Recorrendo à utilização criteriosa do PA, as entidades envolvidas na ORC podem superar a maioria das dificuldades inerentes às características do terreno, cobrindo áreas extensas em reduzidos períodos de tempo e, acima de tudo, com um risco de perdas reduzido. Esta versatilidade do PA fez com que se tornasse num dos principais meios para responder com eficácia e prontidão aos diversos tipos de ORCs, fornecendo prontamente o apoio directo e indirecto àqueles que dele necessitam, assumindo desta forma o seu emprego eficaz como um dos factores fundamentais para o sucesso das ORC.

GLOSSÁRIO

CAS	Apoio Aéreo Próximo (*Close Air Support*)
IO	Organização Internacional (*International Organisation*)
NGO	Organizações Não Governamentais (*Non-Governmental Organisation*)
ORC	Operações de Resposta a Crises
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (*Organisation for Security and Co-operation in Europe*)
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte (*North Atlantic Treaty Organisation*)
PA	Poder Aéreo
ROE	Regras de Empenhamento (*Rules of Engagement*)
SEAD	Supressão da Defesa Aérea Inimiga (*Supression of Enemy Air Defence*)
TO	Teatro de Operação
UAV	Veículo Aéreo não Tripulado (*Unmanned Aerial Vehicle*)
UN	Nações Unidas (*United Nations*)

BIBLIOGRAFIA

- I.A.E.M., Manual Escolar 20-76-04, *Operações de Apoio à Paz*, Lisboa, 1996.

- E.P.I., *Operações de Apoio à Paz*, Mafra, 1996.

- E.M.E., RC 18-100, *Regulamento de Táctica de Artilharia Antiaérea*, Lisboa, 1997.

- N.A.D.C., *Aerospace Power in Peace Support Operations*, 14Mar2001.

TÁCTICA DO EXÉRCITO NA CONTRA-SUBVERSÃO (Parte I)

Pelo Major General Ref.
RODRIGUES DA COSTA

Este artigo foi elaborado com base num estudo feito pelo autor na década de 80, quando membro do Órgão de Conselho que reforçou, nesse tempo, a Comissão de Estudo das Campanhas de África 1961 / 74.

I – INTRODUÇÃO

1. FINALIDADE

O tema da Guerra Subversiva não deve ser considerado inoportuno, porquanto não podemos dizer que, não havendo presentemente qualquer ameaça, não mais teremos guerra, nem que a nossa próxima guerra não seja de carácter subversivo. Com efeito, duma forma simples, podemos dizer que sempre houve guerras desde que o Mundo se conhece e que a ameaça de uma devastadora guerra nuclear tem levado os povos a evitar os confrontos convencionais.

Pretende-se abordar os conceitos fundamentais da táctica das forças terrestres na contra-subversão durante a guerra do nosso Ultramar em 1961/74 e recordar a doutrina expressa nos nossos regulamentos, nas publicações do Instituto de Altos Estudos Militares e nos manuais de instrução, com alguns aditamentos e anotações ditados pela experiência colhida ao longo dos anos dessa guerra.

Sempre que oportuno far-se-á uma breve referência a factos históricos ligados a este tipo de guerra, nomeadamente ao aparecimento em Portugal da Táctica Militar da Contra-Subversão.

Haverá ainda uma referência à Estratégia da Guerra Subversiva, recordando de forma sucinta e esquemática as Características da Subversão, a Resposta da Contra-Subversão e a interpretação dos Princípios de Guerra à luz deste tipo de conflito.

Esta alusão à Estratégia justifica-se , porque a estreita ligação entre a Estratégia – que escolhe as tácticas e lhes orienta a evolução - e a Táctica – à qual compete a execução estratégica – torna indefinidos os limites que separam estas duas disciplinas, criando uma zona de sobreposição na qual os objectivos são simultaneamente estratégicos e tácticos ou há dificuldade em caracterizá-los.

É certo que no âmbito militar a existência desta zona de dúvida não causa embaraços de maior, porquanto o estratego e o táctico pertencem ao mesmo ramo de actividade, diferindo apenas no grau hierárquico. Não pode haver conflitos de competências nem vale a pena pretender definir o grau hierárquico abaixo do qual deixa de se fazer Estratégia e passa a fazer-se Táctica. Basta que fique bem claro que também em Guerra Subversiva a Táctica tem necessidade de uma orientação produzida pela Estratégia.

2. O APARECIMENTO EM PORTUGAL DA TÁCTICA MILITAR DA CONTRA – SUBVERSÃO

É agora indubitável e do conhecimento geral, que na luta contra a subversão "a PREVENÇÃO é a medida primordial". Não usando de violência, a prevenção é pouco dispendiosa e quase sempre tem êxito.

Mas a guerra subversiva é tão diferente da guerra clássica e exige uma tal adaptação das mentalidades que, à semelhança do que sucedeu em todo o Ocidente, também entre nós a sua prevenção não foi encarada em tempo oportuno, isto é, muito antes de deflagrar a violência em Angola, em princípios de 1961.

Provavelmente não foram tidos na devida conta certos factos que, vemo-lo agora, deveriam ter dado uma ideia da dimensão da ameaça subversiva. À posteriori podemos citar os seguintes :

– A declarada intenção de Lenine de "contornar, isolar e arruinar a Europa pela perda de África", intenção que a evolução dos acontecimentos depois de 1945 leva a crer ter continuado na mente dos dirigentes soviéticos. (Guerra Revolucionária, 1960, Hermes de Oliveira).

- A decisão de Estaline – 1925 – de "sustentar os movimentos revolucionários dos povos oprimidos e impeli-los para o caminho bem definido da luta revolucionária". (idem)

- A garantia de Estaline – 1947 – de existirem "esperanças e condições para se aproveitarem as possibilidades que as lutas e movimentos nacionais oferecem para a sua libertação do jugo colonial, de tal modo que estes movimentos transformem os países colonizados e dependentes, em reservas da revolução proletária, em vez de reservas do imperialismo burguês".

- A previsão de Mao-Tsé-Tung – 1953 – de que "Uma vaga de revolução varrerá então todo o continente africano e os imperialistas e colonialistas serão ràpidamente lançados ao mar. ..... Uma vez a Ásia e a África separadas dos países capitalistas, o Continente Europeu desmoronar-se-á por completo do ponto de vista económico. (Guerra Revolucionária – 1960 – Hermes de Oliveira).
  Previsão errada, como agora se sabe.

- O movimento afro-asiático, fortemente anti-colonialista, iniciado com a Conferência de Bandung (Indonésia), em 1955, com o declarado apoio soviético e continuado nos anos seguintes em conferências de grande projecção internacional: CAIRO 1957/58, ACCRA 1958, TÂNGER 1958, MONRÓVIA e CONACRI 1959, ADIS-ABEBA e TÚNIS 1960 , CAIRO e LIBÉRIA 1961. (O Mais Importante de Todos os Problemas – 1959 – Maj.CEM Leite Rezende – Revista de Artilharia).

- As sucessivas guerras subversivas desencadeadas em territórios coloniais depois da Guerra de 1939/45: Indochina, Malásia, Indonésia, Argélia, etc.

- A previsão de Adriano Moreira de que a violência poderia eclodir nas nossas colónias em 1961, conforme Relatório que apresentou ao Ministro do Ultramar, Prof. Raul Ventura, após ter regressado, em 1959, da 11ª Conferência da O.N.U.

- Alguns indícios de subversão latente detectados em Angola e Moçambique em 1959/60:

  Em Luanda, 1959, apareceram panfletos a divulgar queixas contra a Administração Portuguesa, apresentadas na Conferência Pan-Africana de ACCRA por alegados representantes do povo angolano;

Em Lourenço Marques, 1959, um africano exclamou em voz alta na estação dos caminhos de ferro "A ONU é que nos há-de salvar";

Em Luanda, 1960, a PIDE detectou um plano de subversão violenta que o MPLA pretendia concretizar em 30 Março 61 no Norte de Angola.

- A revelação da ameaça subversiva sobre o nosso Ultramar em conferências proferidas em 1959/60 por individualidades do Ministério do Ultramar e por oficiais britânicos e franceses e em algumas publicações portuguesas:

  .Dr. Silva Cunha e Dr. Adriano Moreira;
  .Ten. Cor. Montgomery e Ten. Cor. Pierre Closterman;
  .Ten. Cor. Hermes de Oliveira em "Guerra Revolucionária";
  .Maj. Leite Rezende, na Revista de Artilharia, 1959.

- A profecia do perspicaz e genial poeta Fernando Pessoa: "Para o futuro que antevejo para Portugal, as colónias não só não são necessárias como serão um fardo".

- A séria e autorizada advertência às outras potências coloniais feita pelo Primeiro Ministro britânico MAC-MILLAN, quando, em 1960, discursando perante o Parlamento e o Governo Sul-Africanos, se referiu aos "ventos de mudança", aos quais "não se podia nem se devia resistir", princípio que procurou aplicar nas suas iniciativas de descolonização pacífica. (Semanário Expresso de 3 Janeiro 87).

- A ocupação pela União Indiana, em 1959, dos enclaves portugueses de Dadrá e de Nagar-Aveli, dependências de Damão.

- As independências concedidas a muitas colónias em África, em 1960; os novos países ingressaram na ONU, onde, assim, o número de países afro-asiáticos e comunistas ultrapassou o dos países ocidentais e seus aliados.

- As resoluções aprovadas por larga maioria dos países da ONU, em 1960, relativas à política colonial portuguesa no sentido de conseguir que Portugal cumprisse a Carta da ONU. Ao nosso lado votaram, apenas, Brasil, Bélgica, França, África do Sul e Espanha; abstiveram-se os EUA e a Grã-Bretanha.

- A eleição de Jânio Quadros para Presidente do Brasil, em Outubro de 1960, e de John Kennedy em Novembro do mesmo ano para Presidente dos EUA, ambos partidários da emancipação colonial.

- A condenação da nossa política colonial pelo Conselho de Segurança da ONU, em 21 Fev 61, a seguir aos acontecimentos de 4 Fev 61 em Luanda. Pela primeira vez os EUA votaram contra Portugal, enquanto a Grã-Bretanha e a França se abstiveram.

É de notar que a Crise dos Mísseis de Cuba, em Outubro de 1962, veio reforçar de tal modo a importância geo-estratégica do arquipélago dos Açores, que o governo português de então, usando sagazmente esse trunfo, conseguiu atenuar a debilidade da nossa posição no mundo. Os EUA inflectiram a sua atitude perante a política colonial, o que veio aliviar a pressão internacional sobre o nosso País. Salazar deve ter reforçado então a sua intenção de resistir, pensando que o tempo jogaria a nosso favor.

No âmbito diplomático pouco se poderia fazer para melhorar a opinião mundial a nosso respeito. Os políticos também não sentiram a necessidade de tomar as medidas de prevenção que a situação aconselhava. Mas nas Forças Armadas, nomeadamente no Exército, talvez pela natural propensão para os "estudos de situação", tomaram-se algumas medidas preparatórias da contra-guerrilha. Assim, nos dois anos imediatamente anteriores a 1961 e na sequência da Directiva do E.M.E. de 12 Out 59:

- Foram obtidos manuais franceses e britânicos de contra-subversão;
- Dois oficiais, um francês e outro britânico, proferiram conferências sobre guerra subversiva no IAEM, em 1959 e 1960;
- Um oficial frequentou um Curso de Acção Psicológica na Escola Militar de Paris, em 1959;
- Alguns oficiais estagiaram junto das forças militares francesas na Argélia, em 1959, e frequentaram cursos noutros países;
- Em 16 Abril 60 foi criado em Lamego o Centro de Instrução de Operações Especiais, destinado a "intensificar a instrução" de "operações especiais" de contra-subversão, com "instrução de quadros", "estágios de subunidades e "estudos específicos";
- Foram preparadas e enviadas para Angola e Moçambique, respectivamente três e uma Companhias de Caçadores Especiais antes dos acontecimentos de 4 Fev 61 em Luanda. Em Abril desse ano foram enviadas mais 10 dessas companhias. A partir de 1962, a preparação especial foi generalizada a todas as unidades de caçadores ou actuando como tal;
- Foi melhorada a rede permanente de transmissões militares no Norte de Angola e foi adquirido um lote de 160 emissores-receptores de campanha.

De tudo isto resultou que, em 1961, aquando do deflagrar da violência subversiva em Angola, se não tinha sido estabelecida uma doutrina sobre a estratégia da contra-subversão, já existia no Exército uma incipiente doutrina da respectiva táctica com base no estudo e adaptação das doutrinas francesas e britânica, muito embora nos faltasse experiência e o seu conhecimento estivesse limitado ao CIOE de Lamego, às 4 Companhias ali formadas, a alguns estudiosos da matéria e a pouco mais.

Corroborando esta constatação, a primeira edição – 1963 – do guia "O Exército na Contra-Subversão" revela a dificuldade em elaborar o capítulo dedicado à Acção Psicológica, devido, principalmente, ao facto de quase nada haver estabelecido no nosso Exército, sobre o assunto.

Concluindo, podemos dizer que, em 1960, no Exército, a expressão da nossa doutrina de contra-subversão se limitava aos apontamentos do CIOE e do IAEM e a uma restrita divulgação, com carácter secreto, no Comando Militar de Moçambique, em 1959/60, de um apontamento sobre a doutrina francesa.

Iniciado o conflito armado em 1961:

- começaram os estágios no CIOE para instrutores de guerra subversiva e para os quadros das unidades e comandos mobilizados para o Ultramar;
- o tema da guerra subversiva começou a ser versado, primeiro nos cursos das escolas militares – IAEM e Academia Militar – e depois nos Centros de Instrução.

Desta preparação teórica, baseada nos textos franceses e britânicos e aliada à experiência dos primeiros anos de luta em Angola, resultou o estabelecimento de uma doutrina que ficou bem definida, a nível táctico militar, na 1ª edição – 1963 – do guia O Exército na Guerra Subversiva. Este guia teve uma 2ª edição em 1966, já com os ensinamentos colhidos em mais uns anos de guerra.

No âmbito estratégico, foram sendo publicados manuais no IAEM, por alguns dos seus professores, como Kaulza de Arriaga, Franco Pinheiro, Rocha Simões e outros.

Mas o nosso grande problema doutrinário parece ter residido mais na aplicação da doutrina do que na sua definição, o que se explica pela natural inércia em aceitar os estranhos meios e métodos da subversão e da correspondente resposta da contra-subversão.

Trata-se de uma adaptação mental, que, como tal, é normalmente muito lenta. Confirma esta asserção a tardia publicação de muitos e excelentes

estudos, directivas, compêndios, regulamentos, etc, que começaram a surgir, quer na Metrópole quer nos três teatros de operações, só a partir de 1966/68, época em que todos os quadros permanentes do Exército já tinham cumprido uma ou duas comissões de guerra, o que lhes conferia não só uma boa experiência, mas também e principalmente a mentalização que não tinha sido feita preventivamente.

Dum modo, talvez demasiado simplista mas esclarecedor, podemos estabelecer quatro períodos no desenvolvimento da doutrina táctica da contra-subversão no nosso Exército:

1º período – 1958/61 – Contacto com as doutrinas:

- Contacto a nível militar com as doutrinas francesa e britânica nascidas das guerras subversivas da Indochina, Argélia, Malásia, Quénia etc.
- Com base na aprendizagem assim feita, foi criado em 16 Abril 60 o CIOE para "intensificar a instrução" de "operações especiais" (contra-subversão): Instrução de quadros, estágios de subunidades e estudos.
- O IAEM e o CIOE são centros de estudo, mas não editam publicações para uso generalizado no Exército.
- Os interessados dispõem nas bibliotecas militares da publicação "Guerra Revolucionária" – 1960 – do Ten.Cor. Hermes de Oliveira.

2º período – 1961 / 64 – Aplicação experimental da doutrina, em Angola:

- Os quadros militares actuam no conflito com os conhecimentos adquiridos num breve estágio no CIOE e em alguma eventual leitura feita apressadamente no decorrer da preparação da unidade mobilizada;
- Ainda não há regulamentos. O guia "O Exército na Guerra Subversiva" só sai no final do período (1963);

3º período – 1964 / 67 – Aperfeiçoamento da doutrina nos três Teatros de Operações:

- O guia "O Exército na Guerra Subversiva" está à disposição das tropas;
- Com os conhecimentos adquiridos no estágio do CIOE e em algum eventual estágio no IAEM, os quadros militares, pautando os seus procedimentos pelo guia existente, podem actuar com inteira consciência doutrinária. Mas ainda falta experiência à grande maioria, pois alguns dos oficiais só neste período cumprem a sua primeira comissão de guerra no Ultramar.

4º período – 1967 / 74 – Consolidação da doutrina:

- Em 1966 foi publicada a 2ª edição do guia "O Exército na Guerra Subversiva", versando, de forma completa e adaptada, todos os aspectos tácticos deste conflito;
- Os centros de estudo – IAEM, CIOE e agora também a Academia Militar – vão editando sucessivas e melhores publicações para uso escolar, quer tácticas (geral e de cada uma das Armas) quer estratégicas;
- Por estes centros de estudo vão passando, em estágios ou cursos, os oficiais do Exército, todos eles já com uma ou duas comissões de guerra;
- Esta alternância da prática com a teoria promoveu a reflexão e conduziu à desejada e indispensável mentalização para este tipo de conflito.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SUBVERSÃO

O guia "O Exército na Guerra Subversiva" define esta como sendo "uma luta conduzida no interior de um dado território por parte dos seus habitantes, ajudados ou reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, paralisar a sua acção". Julgo que esta definição se poderia melhorar se lhe intercalarmos "e usando estratégia e táctica adequadas à sua fraqueza militar".

A SUBVERSÃO pode ser fomentada em qualquer sociedade, desde que nela existam ou se criem condições propícias, umas indispensáveis, outras apenas favoráveis. As chamadas CONTRADIÇÕES INTERNAS – a incoerências de ordem política, económica, social, religiosa, racial, psicológica ou militar – geram antagonismos que podem fornecer a razão ou as RAZÕES de que a Subversão necessita para se desenvolver e justificar.

Umas vezes estas contradições são tão flagrantes e injustas que provocam uma generalizada indignação da população, no seio da qual cedo aparecerão os CHEFES e as ELITES necessários à conduta do processo subversivo. Outras vezes são os Chefes – criados por ambições locais ou influências externas – que aproveitam e exploram hàbilmente uma ou outra contradição, sempre existente, empolando-as até poderem fundamentar a subversão.

De qualquer maneira, existindo CHEFES de forte vontade e RAZÕES capazes de aliciarem parte da POPULAÇÃO (7 a 10 % pelo menos), há ainda que obter APOIO EXTERNO em ensinamentos, fundos e equipamentos, com o qual ficam reunidas as condições mínimas para o fomento e condução de um processo subversivo.

Condições acessórias , mas não menos importantes, são a natureza do TERRENO, as possibilidades das AUTORIDADES DO TERRITÓRIO, etc.

Naturalmente que não é determinante a existência de condições propícias ao desenvolvimento de um processo subversivo. Conformismo ancestral, preconceitos religiosos, etc. podem constituir factores de inércia de difícil superação.

Começando por ser apenas um pequeno aglomerado de vontades, a subversão parte pràticamente do zero militar e é precisamente aqui que reside a sua característica fundamental – a FRAQUEZA MILITAR – fraqueza que a subversão procurará progressivamente diminuir e compensar, como, esquemàticamente, se indica no quadro seguinte:

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SUBVERSÃO

LINHAS MESTRAS	ESTRATÉGIA	TÁCTICA
PROCURA APOIOS	Conquista a ADESÃO DA POPULAÇÃO	Intensa acção psicológica e/ou violências sobre a população.
	Obtém APOIO EXTERNO	Aceita apoios oferecidos e conquista outros
EMPREGA PROCESSOS ADEQUADOS (Luta do fraco contra o forte)	Adopta a ESTRATÉGIA INDIRECTA	Pratica uma GUERRA TOTAL Usa POUCOS MEIOS Faz POUCOS GASTOS Evita PERDAS Pratica uma GUERRA de LONGA DURAÇÃO. Considera os meios militares não decisivos.
	Vive na CLANDESTINIDADE.	Mistura-se na POPULAÇÃO APOIANTE. Refugia-se em locais secretos ou difícil acesso. Não usa instalações ou materiais de difícil ocultação
	Usa uma ADEQUADA TÁCTICA DE COMBATE	Bate, foge e dispersa com segredo, rapidez e surpresa. Evita o combate frontal. Flagela para desgastar.
	Actua em SUPERFÍCIE	Ataca em qualquer lugar e de qualquer direcção.
FORTALECE AS SUAS ESTRUTURAS (Progressivamente)	Prepara QUADROS ORGANIZA-SE EQUIPA-SE Cria forte MOTIVAÇÃO	O tempo trabalha a favor da subversão
ENFRAQUECE A CONTRA-SUBVERSÃO	DESGASTA a Contra-Subversão	Desgasta: Económica e financeiramente o Estado; Física e moralmente as autoridades, os militares e a população.

Do quadro anterior podemos retirar e ordenar as CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SUBVERSÃO que mais interessa realçar para deduzir a resposta apropriada da contra-subversão:

OBJECTIVO DA SUBVERSÃO:
Conquistar ou paralisar o poder constituído.

CARACTERÍSTICA DETERMINANTE:
Fraqueza militar inicial.

MODO DE ACTUAÇÃO:

Empenha-se na conquista da adesão da população, para obter militantes e auxílio e justificar a sua luta.

Pratica uma intensa acção psicológica sobre a população, que pretende conquistar, e sobre a contra-subversão, que pretende desgastar.

Exerce violências sobre a população quando esta recusa aderir.

Obtém apoio externo, sempre pronto e generoso, em conselheiros, instrutores, equipamento e diplomacia e geralmente acompanhado duma sub-reptícia contaminação ideológica, muitas vezes de cariz marxista.

Adopta uma estratégia indirecta de carácter total, aconselhada pela sua fraqueza militar e consentida pela longa duração do conflito.

Pratica uma adequada táctica de combate, com terrorismo, sabotagens, emboscadas e flagelações, não se empenhando no combate frontal e agindo de surpresa e em segredo, para depois dispersar rapidamente.

Refugia-se na clandestinidade, vivendo no meio da população apoiante e em locais secretos ou de acesso difícil, com materiais e instalações de fácil ocultação.

Actua em superfície, isto é, em qualquer lugar e de qualquer direcção, sem estabelecer frentes nem retaguardas.

Melhora progressivamente as suas estruturas, com mais e melhores quadros, melhor organização e mais e melhor equipamento.

Cria uma forte motivação entre os seus militantes.

Faz uma guerra de longa duração, a fim de poder adoptar a estratégia indirecta, desgastar a contra-subversão e dispor de tempo para melhorar as suas estruturas.

Procura desgastar a contra-subversão, moral e materialmente, através dum alargamento do campo de acção, frequentes acções violentas, intensa acção psicológica e longa duração da guerra.

4. A RESPOSTA DA CONTRA-SUBVERSÃO

Face às características e procedimentos da subversão, a contra-subversão prepara as respostas adequadas, o que se pode esquematizar no quadro seguinte:

CARACTERÍSTICAS DA SUBVERSÃO	A RESPOSTA DA CONTRA-SUBVERSÃO
FINALIDADE: Conquistar ou paralisar o poder constituído	Actua no sentido de: – DESTRUIR a organização e os agentes da Subversão – Manter o CONTROLO e a SEGURANÇA do País.
CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: Fraqueza militar	Adopta TÁCTICAS ADEQUADAS. Pode atribuir às Forças Armadas também MISSÕES CIVIS.
MEIOS E PROCESSOS ADEQUADOS (Luta do fraco contra o forte): – GUERRA TOTAL em ESTRATÉGIA INDIRECTA	Usa meios militares, psicológicos, políticos, sociais, económicos e diplomáticos. Empenha-se totalmente no conflito. Emprega as forças militares também em acções civis. Coordena todos os meios de acção.
– ADEQUADA TÁCTICA DE COMBATE: Segredo e surpresa, bate, foge e dispersa.	Sempre que possível, evita oferecer alvos ao inimigo. Segue os princípios de SEGURANÇA, OFENSIVA e SURPRESA, agindo em segredo e iludindo o In. Emprega forças militares adequadas
– CLANDESTINIDADE (população e terreno)	Explora eficientes serviços de informações. Emprega apropriados meios e tácticas de busca, detecção e combate dos grupos inimigos. Cria elevada capacidade de pronta acção sobre o In.
– Actua em SUPERFÍCIE Ataca em qualquer lugar ou direcção	Dispõe os meios de acção POR ÁREAS. Monta SEGURANÇA permanente em todas os sectores e direcções.
PROCURA APOIOS Internos e externos: – CONQUISTA A ADESÃO DA POP. por: Persuasão: INTENSA ACÇÃO PSICOLÓGICA, e/ou Coacção: VIOLÊNCIA	Conquista a ADESÃO DA POPULAÇÃO por: – Acç. PSICOSSOCIAL e POLÍTICA CONSTRUTIVA – SEM REPRESSÕES e de acordo com a MORAL e o DIREITO. – EMPENHO DA POPULAÇÃO na contra-subversão. Neutraliza a ACÇÃO PSICOLÓGICA DO INIMIGO ISOLA A POPULAÇÃO do INIMIGO. CONTROLA A POPULAÇÃO (Enquadram. e Inform. PROTEGE A POPULAÇÃO
– OBTÉM APOIO EXTERNO em conselheiros, instrutores, equipamento e diplomacia	Organiza a população em AUTO-DEFESA. Reduz o APOIO EXTERNO AO INIMIGO, por: – Acções externas e interdição de fronteiras. Conquista o APOIO EXTERNO, por: – Acções diplomáticas, psicológicas e económicas.

CARACTERÍSTICAS DA SUBVERSÃO	A RESPOSTA DA CONTRA-SUBVERSÃO
FORTALECE-SE PROGRESSIVAMENTE:	
– MELHORA AS ESTRUTURAS. Quadros-Organização-Equipamento	ACTUA A FUNDO e o mais CEDO possível, de preferência antes da eclosão da violência subversiva.
– CRIA FORTE MOTIVAÇÃO: (A.Psico e doutrina)	Destroi as motivações do inimigo : – Acção psicológica sobre o inimigo ; – "Apropria-se" dos motivos do inimigo ; – Anula os fundamentos dessas motivações, procedendo a profundas e convenientes alterações políticas, sociais e económicas.
Conduz GUERRA DE LONGA DURAÇÃO	Organiza-se para enfrentar uma guerra de longa duração
ENFRAQUECE A CONTRASUBVERSÃO	
– DESGASTA A CONTRA-SUBVERSÃO: .Alargamento do campo de acção; .Acção psicológica ; .Terrorismo e sabotag. .Frequentes flagelações .Guerra longa	Contraria o desgaste humano e material: – Evita a excessiva dispersão das forças; – Cria SEGURANÇA para manter o Estado em funcionamento (Autoridades, Serviços e Economia); – Imuniza-se contra a acção psicológica do inimigo e contra a lassidão; – Economiza meios e procura apoio externo; – Encurta a duração da guerra.

Da correlação apresentada no quadro anterior podemos retirar e ordenar convenientemente as seguintes facetas da RESPOSTA DA CONTRA-SUBVERSÃO, as quais constituem um conjunto de PRINCÍPIOS a respeitar, sob pena de fracasso:

EMPENHA-SE A FUNDO E O MAIS CEDO POSSÍVEL:

Prevê o surto subversivo e prepara-se moral, estrutural e militarmente para o enfrentar, ciente de que:

- a subversão pode surgir em qualquer lugar e sem aviso prévio, mas são conhecidas as condições propícias ao seu aparecimento;
- a subversão é muito vulnerável à prevenção;
- a prevenção é muito mais económica e eficiente que a guerra aberta;
- na prevenção a superioridade está francamente do lado da contra-subversão.

Inicia a acção o mais cedo possível, de preferência antes da eclosão da violência.

Emprega todos os meios de acção: militares, psicológicos, políticos, sociais, económicos e diplomáticos;

Coordena todos os meios de acção, com uma direcção única ao mais alto nível e com ligação em todos os níveis.

CONQUISTA A ADESÃO DA POPULAÇÃO:

Para retirar à subversão o "apoio interno" e a "justificação moral" de que carece para existir;

Por meio de:

- Acção psicológica que convença a população da justiça da contra-subversão e da falsidade das motivações da subversão;
- Política construtiva de ordem económico-financeira, social, cultural, administrativa, judiciária, policial, etc., que elimine as contradições internas e melhore as condições de vida e de cultura da população;
- Controlo e protecção da população, pois a população é o MEIO AMBIENTE onde se desenvolve o conflito;
- Empenhamento da população na contra-subversão, visto que ela é um MEIO DE ACÇÃO;

Tendo em atenção que:

- se trata de uma luta PELA POPULAÇÃO e não contra a população: Esta também é um OBJECTIVO a conquistar;
- a população nunca deve ser considerada como inimigo, nem mesmo quando pende para o lado da subversão;
- a contra-subversão deve criar credibilidade interna e externa, para o que deve actuar segundo os princípios morais que apregoa e as convenções internacionais que subscreve;
- esta luta exige um conhecimento pormenorizado e profundo da população: Raças, línguas, religiões, densidade, distribuição, organização social, costumes, condições de vida, antagonismos, sentimentos, aspirações, etc.
- toda a acção que não tenha por fim conquistar, conservar ou reforçar a adesão das populações é inútil e, portanto, leva ao fracasso (G.Subv.-CEM-Pedrouços 1960);
- toda a decisão que não tenha em conta a população como um factor de situação acima dos factores tradicionais está condenada ao insucesso (idem).

DESENVOLVE UMA INTENSA ACÇÃO PSICOLÓGICA:

Sobre a População:
- sobre a "população afecta à autoridade constituída", no sentido de lhe fortalecer a convicção ideológica e impedir o desvio da lealdade;
- sobre a "população indiferente", de modo a obter a sua confiança colaborante e a isolá-la do movimento subversivo;
- sobre a "população afecta à subversão", no sentido de conseguir minar-lhe a convicção ideológica e provocar a sua recuperação.

Sobre a Subversão, visando desunir, desmoralizar ou captar os seus elementos, em especial os mais activos;

Sobre a Contra-Subversão, procurando fortalecer a sua vontade de dominar o processo subversivo, incutindo-lhe um verdadeiro espírito de cruzada, e levando as suas forças a actuar em nome de um ideal e não por mero dever moral e cívico, de modo a resistirem à lassidão e aos ataques psicológicos do adversário;

Sobre a opinião pública internacional, captando a sua simpatia ou interesse, nomeadamente nos países limítrofes, nos grandes blocos políticos, nos grupos de pressão e nas organizações internacionais.

ADOPTA UMA POLÍTICA CONSTRUTIVA:

Com efectivas e eficientes medidas de carácter político, económico e social, por forma a:
- eliminar as contradições internas e as vulnerabilidades;
- contrariar as motivações da subversão;
- melhorar as condições de vida e o nível cultural da população;
- consolidar ou criar credibilidade interna e externa;
- fomentar o desenvolvimento económico do território.

EXPLORA INTENSAMENTE EFICIENTES SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES

Para:
- conhecer a população e os países que apoiam ou podem vir a apoiar a subversão ou a contra-subversão;
- colher notícias sobre a subversão, tendo em atenção a sua vivência clandestina, a actuação em superfície e o apoio externo.

Estabelecendo ligação entre os diversos serviços de informações;

Dando "permanência" aos comandos territoriais e aos seus órgãos de pesquisa, ciente de que o habitante, em regra, só dá informações a quem conhece há muito tempo.

DISPÕE OS MEIOS POR ÁREAS:

Quer os meios militares, quer os meios civis, para enfrentar a acção do inimigo em superfície;

Seguindo, de preferência, a divisão territorial administrativa, para mais fácil coordenação das acções.

MONTA EFICIENTES SISTEMAS DE SEGURANÇA

Em permanência, em todos os sectores e direcções e a todos os níveis;

Para enfrentar toda a sorte de ameaças da subversão, quaisquer que sejam a direcção ou o momento em que surjam ou a forma que assumam (terrorismo, sabotagem ou flagelação);

Por forma a garantir a segurança das pessoas, estruturas e serviços.

PREPARA E EMPREGA FORÇAS MILITARES ADEQUADAS

Com convenientes preparação moral, organização, instrução e equipamento, a fim de realizarem quatro tipos de missões:

- Acções armadas, de caracter ofensivo e defensivo, para destruir a organização e os agentes da subversão, proteger pessoas, bens e serviços e impedir ou neutralizar o apoio externo e eventuais intervenções militares estrangeiras.
- Apoio às autoridades civis, no controlo da população, na manutenção da ordem e no funcionamento dos serviços essenciais.
- Acção psicológica sobre a população, sobre a subversão e sobre as próprias forças militares.
- Exploração de um eficiente serviço de informações, em proveito próprio e da contra-subversão em geral.

EMPREGA FORÇAS MILITARES EM QUANTIDADE SUFICIENTE

Para garantir a segurança própria, a ocupação militar de todo o território e o cumprimento das suas múltiplas missões.

RESISTE AO DESGASTE HUMANO E MATERIAL

Imuniza-se contra a acção psicológica do inimigo;

Procede ao fortalecimento moral dos seus agentes: Autoridades, População e Forças Militares;

Organiza-se convenientemente para uma guerra de longa duração;
Economiza meios;
Evita a excessiva dispersão das suas forças;
Mantém o funcionamento do Estado: Autoridades, Serviços e Economia;
Procura encurtar a duração da guerra;
Procura obter apoio externo.

CONSIDERA A COMPONENTE EXTERNA DA CONTRA-SUBVERSÃO

Estuda os países e as organizações estrangeiras donde pode vir apoio para a subversão ou para a contra-subversão;

Actua externamente, nos campos diplomático, psicológico, económico e de informações, a fim de obter apoio externo e retirá-lo ao inimigo;

Promove uma eficiente interdição de fronteiras com agressiva vigilância terrestre e aérea, forças de intervenção, barreiras armadilhadas, sistemas de detecção e alerta e faixas interditas;

Prevê e executa, se necessário e possível, acções armadas em território estrangeiro, com disfarce ou não, para perseguição e destruição das forças subversivas;

Prevê e executa, se necessário e possível, acções de terrorismo e sabotagem nos países que apoiam a subversão, com vista à destruição de personalidades e bases e depósitos da subversão aí instalados.

A RESPOSTA DA CONTRA-SUBVERSÃO deverá, pois, respeitar os princípios atrás expostos, mas só poderá aspirar a ter sucesso se existirem as três principais "condições indispensáveis", tal como são enunciadas no manual de ESTRATÉGIA DA GUERRA SUBVERSIVA, do IAEM – CEM 1968/69 e que aqui se resumem:

- *GOVERNO CONSCIENTE DA AMEAÇA SUBVERSIVA*:

Um governo clarividente, que tenha compreendido o fenómeno subversivo, não subestimará a ameaça subversiva e tomará as medidas necessárias, planificando adequadamente a correcção das fraquezas estruturais existentes e que são o pretexto para a população apoiar a subversão.

Isto implica uma unidade de direcção e de doutrina, um adequado serviço de informações, a abertura de boas vias de comunicação, a obtenção de auxílio externo e a conquista da opinião pública internacional.

- *CONVICÇÃO IDEOLÓGICA*

Se o guerrilheiro sabe por que luta, o mesmo terá de verificar-se na contra-subversão, pois tem de existir uma razão que determine a entrega apaixonada de todos os meios ao serviço da causa. A contra-subversão é uma aventura nacional, de dimensão total que tem de alimentar-se de um ideal, que terá de ser definido claramente pelo Governo, robustecido com factos e comunicado e aceite através de uma conveniente e intensa acção psicológica.

Esta ideia já constava da publicação do IAEM de Fev 60 sobre Guerra Subversiva:

A luta contra a subversão só poderá ter êxito quando forem definidos, a CAUSA que se defende, os PRINCÍPIOS que a enformam e as FINALIDADES políticas e sociais que se pretendem.

- *APOIO DA POPULAÇÃO*

A vitória da contra-subversão não é possível se a vontade de vencer pertencer ùnicamente aos governantes e às forças da ordem; tem de ser extensiva às massas populacionais, tem de ser nacional ou, pelo menos, a expressão da maioria.

A finalizar este número sobre a Resposta da Contra-Subversão, convém transcrever a ADVERTÊNCIA da referida publicação de Fev.60, do IAEM:

Quando a subversão já se desenvolveu, não é possível contentarmo-nos com o retorno ao estado de coisas anterior. Fazendo a população criar consciência das dificuldades e insuficiências (mostrando-as ou exagerando-as) que sofre com o regime, a subversão realiza uma evolução rápida dos espíritos, que não pode ser suprimida, mas pode e deve ser DESVIADA.

O poder estabelecido deve então proclamar os PRINCÍPIOS e as IDEIAS que entende defender e indicar os PROGRESSOS que pretende realizar. Uns e outros deverão ser aliciantes para poder manter a fé das populações.

Aparece, assim, saliente, que o sucesso depende em grande parte das IDEIAS e da CAUSA a defender. Mas é absolutamente necessário materializar princípios e ideias com REALIZAÇÕES CONCRETAS que, ligadas a uma Acção Psicológica hábil, permitirão fortificar a fé, nomeadamente a confiança no sucesso das forças da ordem.

5. OS PRINCÍPIOS DE GUERRA NA CONTRA-SUBVERSÃO

a. Os Princípios de Guerra constituem linhas de acção a aplicar judiciosamente, tendo em vista as condições de tempo e de lugar, a fim de atingir o objectivo da melhor forma possível. Não se trata de leis, mas apenas de normas orientadoras, cuja aplicação depende dos condicionalismos do conflito em apreço. Sendo assim, embora formulados a pensar nas guerras do tipo clássico, os Princípios de Guerra também têm aplicação na Guerra Subversiva, mas há que ponderar as condições dessa aplicação, fazendo uma apropriada interpretação dos Princípios à luz das características especiais deste tipo de conflito.

Por outro lado, os Princípios de Guerra estão relacionados uns com os outros e, conforme os casos, podem tender para mùtuamente se reforçarem ou, pelo contrário, para entrarem em conflito. Como consequência, o grau de aplicação de cada Princípio varia consoante a situação e o tipo de luta.

Em Guerra Subversiva, conflito que, por vezes e em certas áreas, se pode desenvolver em clima de paz, há que contrariar a natural tendência para menosprezar os Princípios de Guerra, ou para lhes atribuir erradas preponderâncias.

b. A formulação e importância relativa dos Princípios de Guerra variam de país para país, não havendo uniformidade, nem mesmo nos países do mesmo bloco militar. Portugal tem seguido a doutrina dos EUA na formulação dos Princípios de Guerra:

No planeamento:
OBJECTIVO
UNIDADE DE COMANDO
SIMPLICIDADE

Na organização:
ECONOMIA DE FORÇAS
SEGURANÇA
MASSA

Na conduta da acção:
OFENSIVA
MANOBRA
SURPRESA

c. OBJECTIVO

Naturalmente que também em Guerra Subversiva a finalidade última é impor a nossa vontade ao adversário, vontade que pode significar a capitulação, ou apenas a criação de melhores condições de negociação.

De qualquer modo, nem sempre essa finalidade se consegue com o domínio físico do inimigo, mas sim afectando-lhe o espírito, através de uma acção psicológica que lhe enfraqueça a vontade de combater.

O manual da ESTRATÉGIA DA GUERRA SUBVERSIVA, do IAEM, de 1968/69, define como objectivo principal, ou final, da contra-subversão a protecção e fortalecimento das estruturas políticas e sociais do País, com vista a impedir que a subversão possa eclodir ou, uma vez iniciada, possa ter sucesso.

Ao nível da Táctica, o chefe militar em guerra subversiva, qualquer que seja o seu escalão, tem que ter sempre em mente que a POPULAÇÃO é um objectivo permanente a conquistar e nunca pode ser tratada como inimigo, mesmo quando se inclina para o lado adverso.

Na guerra do nosso Ultramar, o caso mais representativo desta ideia deve ter-se verificado na Guiné, onde, pelo menos a partir de certa altura, se evitou, tanto quanto possível, molestar as populações mais ou menos controladas pelo inimigo.

Por outro lado, sendo as forças militares apenas um dos meios ao dispor da contra-subversão, um dos seus objectivos será garantir aos outros meios as condições de segurança e de tempo de que necessitam para actuar.

d. UNIDADE DE COMANDO

Tendo em conta a diversidade de meios e agentes da contra-subversão, a actuação de todos eles deverá integrar-se num plano de conjunto e ser complementada por um real espírito de cooperação e por uma interessada coordenação a todos os níveis.

É ainda dentro deste Princípio que, por vezes, se reúnem nas mãos de um comandante militar todos os poderes militares e civis numa região subvertida, ou, pelo menos, se lhe devem subordinar quaisquer outras forças actuando na área.

Na nossa guerra de África, a partir de certa altura, as funções de Governador e as de Comandante-Chefe passaram a ser desempenhadas pela mesma pessoa, o que não se verificava nos níveis mais baixos, onde nem todas as forças da área estavam sob o mesmo comando, como os flechas da DGS ou os fuzileiros em vigilância dos rios.

e. SIMPLICIDADE

A complexidade da guerra subversiva torna mais exigente o respeito pelo princípio da SIMPLICIDADE, o que também resulta da forma descentralizada como quase sempre decorre a acção contra-subversiva, muitas vezes executada por iniciativa dos mais baixos escalões.

Na nossa Guerra de África, as unidades tipo companhia tinham um elevado grau de autonomia operacional.

f. ECONOMIA DE FORÇAS

Enquanto que em guerra clássica a economia de forças visa a disponibilidade destas para o seu emprego em massa no local e momento adequados, em guerra subversiva, além desta faceta, que aconselha uma actuação progressiva na pacificação de um território, interessa considerar também a necessidade de resistir ao desgaste humano e material que a subversão tenta impor através de uma guerra de longa duração e de processos específicos.

Julgo que na guerra do nosso Ultramar este princípio foi relativamente bem interpretado, apesar da longa duração do conflito.

g. SEGURANÇA

A contra-subversão, caracterizada por um inimigo vivendo na clandestinidade e actuando em superfície, isto é, podendo surgir de surpresa, ràpidamente e de qualquer lado, reforça a necessidade de SEGURANÇA, a qual deve ser permanente, em todos os sectores e a todos os níveis.

Contudo, um inimigo geralmente sem meios aéreos e navais e raramente com meios anti-aéreos, permite quase sempre limitar a segurança da contra-subversão ao campo terrestre.

De referir ainda a necessidade de contrariar a natural tendência para um certo desleixo, criado pelo "clima de paz ou de retaguarda" em que, na maior parte das vezes, decorre esta guerra.

Na nossa guerra de 1961/74 nem sempre este princípio foi respeitado em todas as suas exigências.

h. MASSA

Numa guerra em que o encontro militar decisivo não existe, a aplicação do princípio de M A S S A pode assumir aspectos diferentes dos da guerra clássica, mas não menos importantes.

Ao nível da táctica militar, as diferenças são menos sensíveis e é assim que, por exemplo, perante uma informação localizando um grupo inimigo numa dada área, um comandante deve procurar reunir todas as forças necessárias à execução da operação adequada à sua captura ou destruição, arriscando, se necessário for, a segurança noutros sectores. Em regra, haverá uma enorme desproporção de forças, mas a captura ou destruição do grupo terá tais efeitos psicológicos sobre a população, sobre as nossas tropas e sobre o próprio adversário, que tal atitude tem plena justificação.

É interessante referir ainda o caso particular da aplicação deste princípio à actuação da Artilharia. Não significa, em regra, o emprego de elevado número de bocas de fogo e munições; isto porque os raros objectivos materiais não o justificam e porque, mais do que estes objectivos, a Artilharia em guerra subversiva visa objectivos psicológicos, que se atingem, quase sempre, por uma adequada dispersão dos tiros no espaço e no tempo, sem necessidade de recorrer a densas concentrações de fogos.

Na nossa guerra de África, o respeito por este princípio foi muito irregular, tendo dependido de vários condicionalismos, como a mentalidade do comandante, a disponibilidade de adequados meios de transporte, a hora da detecção do inimigo, etc.

i . OFENSIVA

Também a aplicação deste princípio tem particulares condicionantes em contra-subversão. De facto, a contra-subversão raramente consegue localizar o adversário e, muitas vezes, as localizações conhecidas situam-se fora do território nacional. No primeiro caso, a ofensiva tem poucas oportunidades de se orientar sobre uma força inimiga ; no segundo caso, depara, em regra, com insuperáveis limitações de ordem política.

Mas o espírito ofensivo é fundamental neste tipo de conflito, não só quando se recebe uma informação sobre uma localização do adversário, mas também para levar a uma permanente procura do inimigo, quer no terreno quer nas informações, atitude que, além de conduzir à obtenção de objectivos clássicos, vai criar no adversário um clima de insegurança extraordinàriamente favorável às finalidades da Contra--Subversão.

No caso da nossa guerra, parece que a maior deficiência residiu na procura de informações, onde não houve as necessárias persistência e profissionalismo em todos os escalões.

j . MANOBRA

Como se disse, os Princípios de Guerra são interdependentes e o de Manobra é a base de aplicação dos princípios de Ofensiva, Massa, Economia de Forças e Surpresa. Daí a sua importância em todos os tipos de conflito.

Em contra-subversão, a Manobra, incluindo a dos dispositivos no terreno, causando constantes desajustamentos na organização adversa, concede os benefícios da surpresa e da economia de forças e permite actuações ofensivas em massa quando necessárias.

Naturalmente que a Manobra pode exigir meios nem sempre disponíveis, designadamente os de transporte, o que pode constituir uma limitação.

k . SURPRESA

A Surpresa é outro dos mais importantes princípios da guerra subversiva e é determinante na contra-informação, actividade essencial neste tipo de conflito.

Tal como na guerra clássica, também em guerra subversiva a Manobra é fundamental na obtenção da Surpresa.

A posse de meios de transporte rápidos, nomeadamente aéreos, facilita a obtenção da Surpresa, que, no entanto, é dificultada pela pouca propensão das tropas para a permanente preocupação do segredo, pela sua fraca aptidão para a vida no mato, pelo ruído dos transportes, pela constante sujeição à observação do adversário disseminado na população, etc.

(CONTINUA)

SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA (Parte II)

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
CAETANO DE SOUSA

A "GUERRA FRIA" – BREVE RETROSPECTIVA

DESENVOLVIMENTO DA COMPONENTE MILITAR DOS BLOCOS (1956 A 1967)

O período que decorre de 1956 a 1967, pode em boa verdade dizer-se, que marca o início do desenvolvimento do chamado *conceito de defesa avançada* da NATO, do qual resultou a montagem de um sistema defensivo na proximidade da fronteira leste, garantindo a primeira e efectiva reacção ocidental em termos de controlo militar face à ameaça da URSS e mesmo a uma possível invasão por parte das forças do pacto de Varsóvia.

Por outro lado os anos 50 viram surgir também um grupo de estados não alinhados, marcados por um posicionamento político na linha do neutralismo, tentando projectar um modelo de ordem "alternativo". Os Estados signatários da Conferência de Bandung contribuíram na verdade, para um forte movimento em prol da autodeterminação e do processo de descolonização, influenciando o sistema político internacional. Países como a Índia e o Egipto salientaram-se nesta década pela sua capacidade de liderança, constituindo-se em importantes elementos influenciadores do sistema internacional vigente.[1]

[1] SANTOS, Silvestre dos – "A reformulação da OTAN face às novas realidades políticas." *Revista do Instituto da Força Aérea*, n.º 8, Dezembro de 1998.

No final da década (1959), o Presidente Eisenhower, em função da situação vivida, determina a instalação de mísseis balísticos de alcance médio na Europa: 60 mísseis "Thor" em Inglaterra, e 90 mísseis "Júpiter" na Itália e Turquia, permitindo contrabalançar os mísseis soviéticos "SS-4" e "SS-5". No início dos anos 60, assiste-se ao posicionamento por parte dos EUA e da NATO na Europa de uma apreciável rede de armas nucleares. Assumiu principal destaque no ano de 1962, as decisões adoptadas na reunião da Primavera em Atenas, na qual se decidiu que a NATO poderia ser obrigada a recorrer ao uso de armas nucleares em legítima defesa, como contraponto à crescente capacidade nuclear soviética. Os EUA e o Reino Unido colocam então à disposição da NATO as suas forças nucleares estratégicas.

Relativamente à União da Europa Ocidental, esta limitou-se nas questões de natureza estratégica e de política nuclear, a acompanhar os seus desenvolvimentos através da Assembleia da UEO, e sem qualquer papel interventivo. O próprio interesse individual das potências europeias (Inglaterra, França, Itália e mesmo da Alemanha), não deixava à UEO nenhum espaço válido de intervenção, nem qualquer meio credível para o fazer.

O ano de 1966 via a França retirar as suas forças da estrutura militar da Aliança. Desde 1958 que de Gaulle tinha dado a conhecer as suas ideias sobre a estrutura da NATO. Estas passavam pela criação de uma junta política no interior da Aliança Atlântica, que teria na sua composição os chefes do governo dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e naturalmente a França. O presidente francês desejava um estatuto igual para a França e para a Grã-Bretanha na sua relação com os Estados Unidos.[2]

Os outros membros da NATO rejeitariam contudo estas propostas, de duas categorias de membros da organização, em que uns seriam os parceiros nucleares e os outros os não nucleares. Desta forma, de Gaulle numa acção de grande significado político e estratégico por parte da França, e que ainda hoje perdura em conceito, mandou retirar as armas nucleares americanas da França, tal como as forças francesas convencionais da estrutura integrada e militar da NATO dando continuidade à sua política de *independência nacional e de cooperação internacional*, que o haveriam de notabilizar como grande estadista europeu. Aliás para de Gaulle, toda a comunidade, nação ou confederação construía-se "contre" ... être contre c'est soutenir une grande querelle. L'Europe a-t-elle la capacité, la volonté de s'inventer un combat qui l'accoucherait d'elle même?[3]

[2] KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, ob.cit., pp 531 a 532.

[3] DEFARGES, Philipe Moreau – *Les Relations Internationales dans le monde d'aujour'hui* (conflits et interdépendences). Éd. STH, Paris 1987, p.161.

A França retira-se da estrutura militar da NATO.

Durante este período merece um significativo destaque pela sua importância, o chamado relatório Harmel.[4] Este relatório conceituava o princípio da capacidade de adaptação às mudanças pela NATO. Considerava-se que a Aliança deveria ter como objectivo genérico a construção de relações internacionais numa perspectiva mais estável no sentido de procurar alcançar uma paz duradoura na Europa. O método a utilizar seria o do aprofundamento político e da aproximação aos problemas reais. Deste relatório e da sua importância ressalta o sentido da palavra "cooperação", a partir daí empregue de forma mais vincada pela organização. Assim especifica o relatório *A segurança militar e uma política de détende não são contraditórias mas complementares. A defesa colectiva é um factor de estabilidade política mundial. Ela é a condição necessária a uma política eficaz visando um maior relaxamento de tensões. O caminho da paz e da estabilidade na Europa consiste, nomeadamente em utilizar a Aliança num espírito construtivo no interesse da détente. A participação da URSS e Estados Unidos será necessária para a resolução dos problemas políticos na Europa.*[5] Esta fase pode dizer-se que teve o seu término, com a adopção pela Aliança do conceito de "resposta flexível". O conceito da estratégia de resposta flexível assentava basicamente numa estratégia de tríade de forças convencionais, de forças nucleares de teatro e de forças nucleares estratégicas, na qual a resposta a desencadear pela Aliança, deveria ser condizente com o tipo de ameaça perpetrada.

[4] Nome do ministro dos Negócios Estrangeiros belga que tinha coordenado e sugerido a elaboração deste relatório.

[5] Ver relatório Harmel, *Nação e Defesa* nº 47, 1988.

A DÉTENTE (1967 A 1984)

Os dez anos anteriormente retratados tinham constituído política e militarmente anos de grande tensão de ambos os lados. O desafio militar surgia basicamente ligado a três factores... *la réalité et la persistance de la menace soviétique, les fluctuations da la notion de dissuasion, une interrogation continue sur le rôle de l´ Europe et sur sa collaboration avec les Etats-Unis.*[6] Algum esforço era no entanto realizado no sentido da procura de um diálogo mais frutuoso e que se traduzisse em passos significativos no caminho da paz. A cimeira de Reykajavic (1968) entre outros acontecimentos, pretendeu iniciar o estabelecimento de pontes por forma a criar entendimentos entre os países ocidentais e a Rússia e outros países membros do pacto de Varsóvia, tendo como principal objectivo, contribuir para um desanuviamento mais geral da situação internacional.

O período da détente pode considerar-se como a resposta Ocidental aos desafios e propostas de coexistência pacífica por parte da URSS. No entanto a perspectiva de coexistência pacífica levada a cabo pelos soviéticos, previa que este conceito fosse entendido *como uma forma específica da luta de classes*, integrando este conceito numa estratégia mais alargada.[7]

Para Carrilho Pinto o processo político e estratégico da détente tinha essencialmente por objectivo prevenir o conflito nuclear, reduzir as tensões Este-Oeste e alargar as áreas de interesso mútuo. É assim um processo que *envolve ao mesmo tempo, competição e cooperação no interesse da redução do risco do conflito nuclear.*

O ano de 1968 acaba contudo, por constituir um importante desaire nesta tentativa procurada de desanuviamento, após a invasão da Checoslováquia pelas forças do Pacto de Varsóvia. Apesar desta declarada violação da Carta das Nações Unidas, a reacção da NATO limitou-se a uma critica violenta.

---

[6] NORDMANN, Jean-Thomas – "Questions pour une Europe à faire", *La Défense de L`Europe*, Éd. Complexe, 1988, p.14.

[7] PINTO, Sérgio Carrilho - "As relações Este-Oeste e o controlo de armamento". *Nação e Defesa* nº 47, p.181 e sgs.

A invasão de Praga foi um importante revés na política de desanuviamento.

A política de dissuasão tendo por base a estratégia da NATO de resposta flexível, permite ainda assim que em Novembro de 1969, os EUA e a URSS iniciem conversações bilaterais sobre a limitação de armas estratégicas designadas por SALT.[8] Os acordos SALT, começaram efectivamente a dar os primeiros passos, na esquina dos anos 60 para a década de 70, e continuando durante a mesma. Diferentes motivações, podem ser aduzidas ao esforço político e estratégico assumido pelas duas superpotências nesta caminhada. Dentro delas podem ressaltar-se as seguintes:

- A disputa Sino-Soviética (sempre presente), permitindo a estes dois países e aos Estados Unidos, realizarem estratégias de interesses através deste equilíbrio triangular instável. Como dizia Nixon em 1968 *...não podemos esquecer a China. Temos de continuar a procurar oportunidades para dialogarmos com ela, tal como com a Rússia...*;

- A "mutual nuclear deterrence" numa época de aceleradas mudanças tecnológicas no campo de armamento estratégico e, na qual as

[8] Strategic Arms Limitation Talks.

superpotências percebiam as dificuldades de manter esta estratégia, sem um verdadeiro processo de ligação entre elas;

- A guerra do Vietname e a necessidade de reordenação das prioridades no campo da defesa por parte dos Estados Unidos, aliado às questões de natureza económica e orçamental;

Nixon pretendia englobar a China na definição da estratégia americana.

Foi no início de 1970 que Nixon, e o primeiro ministro Aleksei Kosygin, irão consolidar os acordos abordados anteriormente. O SALT-I foi o primeiro acordo realizado e inserido no âmbito da política de controlo de armamentos entre americanos e soviéticos, entrando em vigor em 3 de Outubro de 1972 por um período de cinco anos. Este acordo pressupunha limites quanto ao número de sistemas ofensivos, mas não previa quaisquer reduções. Fazendo parte integrante dos acordos SALT-I, foi negociado como documento contratual independente, o tratado entre os EUA e a URSS sobre "Limitação de Sistema de Mísseis Anti-Balísticos (ABM)".

Em 1972, e em face dos acordos de limitação de armas entre os Estados Unidos e a União Soviética, constatava-se que esta detinha uma superioridade numérica muito expressiva em muitos tipos de armamento nomeadamente ao nível dos mísseis lançados de terra, dos submarinos, artilharia e do armamento ligeiro. Contudo em termos tecnológicos os EUA podiam apresentar em determinadas classes de armamentos, uma grande

superioridade. Este avanço técnico e científico permitia que por exemplo os EUA possuíssem 54 mísseis TITAN e 1000 mísseis Miniteman, em que 200 destes estavam equipados com mais de uma "cabeça". Para além deste factor evidenciado, estas "*cabeças*" eram MIRV (*multiple independently targetable rentry vehicles*). [9]

Aliás a questão dos MIRV agravou a situação do controlo de armamentos, pelo facto de não se terem sido estabelecido regras claras e abrangentes sobre os mesmos nos acordos precedentes. Para muitos analistas, inclusive o próprio Kissinger, o falhanço do controlo da tecnologia MIRV foi a maior fraqueza do SALT 1. Esta análise era também válida para os submarinos onde se verificava uma muito maior capacidade ofensiva. Dos 41 submarinos que os EUA tinham nesta altura, 10 possuíam mísseis tipo Poseidon, os quais eram também MIRV. O poder e a capacidade destes mísseis em termos de carga explosiva era também muito maior que os congéneres soviéticos. Em 1972 e com o acordo SALT 1, os EUA estavam nitidamente à frente da URSS em termos tecnológicos.

Na Europa as iniciativas por parte da Alemanha Ocidental através do Chanceler Willy Brandt, viriam a possibilitar a realização de negociações com soviéticos e polacos e mais tarde com a Alemanha de Leste, dando origem à denominada "*Ostpolitik*" ou "*Política para Leste*", surgindo como resultante desta política o acordo quadripartido (das potências vencedoras) sobre Berlim em Setembro de 1971.

Em 1973 tiveram início as negociações sobre a Redução Mútua de Forças na Europa Central (MBFR) entre a NATO e o Pacto de Varsóvia. Estas negociações perspectivavam a redução das forças e armas convencionais em confronto na Europa Central e com aplicabilidade aos territórios da Bélgica, Holanda, Luxemburgo, República Federal Alemã, Checoslováquia, Polónia e República Democrática Alemã. Como proposto pela Aliança, as negociações do MBFR começaram em Viena em 30 Outubro desse ano. O sentido das reduções previstas tinha sido apontado pela NATO desde Junho de 1968, quando o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO, na conhecida declaração *Reykjavik Signal*, "*chamava*" a União Soviética e os seus parceiros europeus, na busca de medidas para o progresso da paz. Foi a primeira vez em que negociações deste tipo foram conduzidas pelo NAC (North Atlantic Council). O MBFR tinha como base de trabalho e de negociação os níveis de forças convencionais, não nucleares na região central da Europa, onde o Pacto de

[9] ARSÉNIO, José Manuel da Costa – " Excurso diacrónico sobre o controlo de armamentos no quadro da estratégia global da OTAN", *Nação e Defesa* nº 63, pp 91 a 107.

Varsóvia detinha um número significativo de homens e armas superior aos dos países da Aliança. Assim o principal objectivo dos países ocidentais era criar uma situação de equilíbrio entre a NATO e o Pacto na Europa Central. O lado soviético não se encontrava muito interessado nestas negociações, só o fazendo como contrapartida estratégica da participação dos países ocidentais na realização da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

Os principais objectivos para as negociações seriam o estabelecimento de um tecto máximo de 900.000 homens e um sub-tecto de homens para os efectivos das forças aéreas e também a redução de armas e o estabelecimento de medidas de confiança associadas.[10]

As negociações MBFR conduzidas durante muitos anos revelaram sempre poucos avanços, ainda que as posições fossem consolidadas em dois documentos já em meados dos anos oitenta. Os principais pontos de discórdia, tinham essencialmente a ver com a troca detalhada de informações sobre efectivos, os sistemas de verificação, a inclusão de armamentos na primeira fase das reduções e as excepções aos tectos acordados. Ainda que este acordo não tenha permitido grandes avanços, garantiu a abertura de um espaço de diálogo Este-Oeste. Da mesma forma a complementaridade das conversações americano-soviética de Genebra, garantiriam a obtenção de um acordo base sobre paridade e o equilíbrio estável pretendido de forças entre o Ocidente e o Leste, perfazendo uma atitude de maior cooperação entre os blocos.

Neste esforço de dissuasão inserem-se também o Tratado de Não Proliferação (1969), a convenção sobre Armas Biológicas (1972), e a Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) com a presença de 35 países em Helsínquia (1975) e que marcaria definitivamente o pico da chamada détente e o esfriar da tensão existente.[11]

Os anos de 70, em especial o seu início atenuaram a política de corrida aos armamentos, por parte da URSS e dos EUA, vindo a garantir políticas mais gerais de desanuviamento, protagonizando assim largos períodos de entendimento e diálogo entre as superpotências da altura.

Em 1977 a Aliança desenvolve o conceito do chamado "duplo caminho" ou seja ao mesmo tempo que moderniza a força nuclear de alcance intermédio (INF)[12] ao colocar na Europa os mísseis Pershing II e de Cruzeiro, face à capacidade crescente da Rússia no campo nuclear, introduz

[10] Ver Pinto, Sérgio Carrilho – " O Controlo de Armamentos e as Pequenas Potências", *Nação e Defesa*, nº39, Julho/Setembro de 1986, pp.154 a 157.

[11] Idem, p.179 a 180.

[12] Intermediate-Range Nuclear Forces.

simultaneamente propostas adicionais, para o controlo de armamentos, lançando medidas de confiança, no âmbito dos acordos SALT e no apoio ao processo da CSCE.

Pershing II.

No entanto e mais uma vez os esforços de redução de armamento e limitação, mesmo do armamento nuclear, sofrem um novo revés com a invasão do Afeganistão por parte da URSS, o que viria a afectar a continuação das negociações dos acordos SALT II.[13]

O presidente Reagan em Março de 1983 lança o conceito estratégico da chamada "Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI)" também conhecido como guerra das estrelas. Este visava a criação de um programa de investigação de uma certa quantidade de tecnologias não nucleares que contribuíssem

[13] As conversações conhecidas como SALT-II, realizaram-se imediatamente a seguir ao tratado SALT-I. Iniciado sob os auspícios do Presidente Ford e Brezhenev, e continuadas com Carter, associando-lhe este uma forte ligação aos direitos humanos. O tratado viria a ser posteriormente assinado por Carter e Brezhnev em Viena em 1979.
O Tratado SALT II não eliminou em termos de controlo de armamento, as dúvidas e os subterfúgios utilizados pelas superpotências, em especial sobre os MIRV. As estratégias e as políticas diferenciadas que subsistiam por esta altura ajudaram ao falhanço desta iniciativa.
O SALT II mostrou que a URSS, que tinha igualado a capacidade militar dos EUA, estava agora e pela primeira vez disposta a realizar políticas mais claras no âmbito do desarmamento. No entanto, e como se sabe, a ratificação do tratado necessitava de dois terços por parte do Senado Americano e este acabaria por ser rejeitado, por razões de pura natureza política interna.

para uma defesa activa contra mísseis balísticos. Estrategicamente este programa vem criar dificuldades à Rússia, que se opõe frontalmente, impondo condições muito específicas para poder continuar com as negociações sobre controlo de armamento. Para muitos analistas foi esta iniciativa de defesa estratégica que vem originar o início da *"Perestroika"*, dada a incapacidade da URSS acompanhar tecnologicamente os EUA, e não agravar ainda mais a sua difícil situação económica, para além de ter contribuído indirectamente para a reactivação da UEO como veremos mais à frente.

OS ÚLTIMOS ANOS DA "GUERRA FRIA" (1984 -1989)

A percepção que os norte-americanos sentiam de ser necessário à Europa aumentar o seu esforço no tocante à sua própria capacidade de defesa, vem concorrer com a vontade dos países europeus partilharem uma maior responsabilidade nos destinos da sua Europa, dentro do quadro da Aliança, garantindo uma maior influência nas relações Este-Oeste. Com o impulso da França e da Bélgica, espelhados no memorando francês de 2 de Fevereiro de 1984e no memorando belga de 13 de Março de 1984[14], os restantes países da UEO são colocados perante a necessidade existente, de redefinir a segurança e defesa europeia, aproveitando para esse facto a já existente UEO, repousada entretanto na mais profunda letargia. Seria contudo na Declaração de Roma de 27 de Outubro de 1984, que sairiam reforçadas as tarefas a desempenhar pela UEO, nas questões de defesa, de limitação de controlo de armamentos, na contribuição em matéria de armamentos e naturalmente no reforço da Aliança Atlântica.

O ano de 1986, viria a constituir um marco decisivo da história com o encontro em Reykjavic entre o Presidente Reagan e Gorbatchev. Deste encontro irá resultar a assinatura do Tratado INF, que permitia a eliminação dos mísseis entre os 500 e os 5000 Km de alcance. Este importante tratado veio a coincidir com o 20º aniversário de Relatório Harmel (que vimos anteriormente), permitindo aos dirigentes da Aliança reafirmar que *a dissuasão e defesa, juntamente com o controlo dos armamentos continuava a ser espinha dorsal da política de segurança da NATO*. O Conselho do Atlântico Norte, logo após a assinatura deste tratado emitia uma declaração onde se referia ... *Congratulamo-nos pelo Tratado*

[14] DUMOULIN, André e REMACLE, Eric - *L'Union de L'Europe occidentale*, pgs. 103 a 108."

INF de Washington. Este Tratado é o resultado bem sucedido da solidariedade e resolução demonstradas pela Aliança como um todo. É absolutamente consistente com os requisitos da segurança da Aliança. Alcançou o importante e antigo objectivo da Aliança: a eliminação de uma classe de armas nucleares Soviéticas ameaçando os Aliados Europeus e outras regiões do mundo.[15]

Assinatura do Tratado INF: Para a NATO este tratado era um processo coerente e abrangente na política de controlo de armamentos.

Para a NATO o tratado INF era um processo coerente e abrangente de controlo de armamentos, dentro do espírito da doutrina NATO de resposta flexível. As negociações deviam permitir reduções em cerca de 50% nas armas nucleares estratégicas ofensivas das duas superpotências, assim como na eliminação global das armas químicas. O Tratado sobre as "INF" levou alguns países, a encararem com alguma apreensão a existência de outros tipos de armas nucleares na Europa, nomeadamente as de curto alcance (SNF). Assim alguns países da Europa e naturalmente a União Soviética, "eram apologistas da eliminação destas armas". A percepção de que a corrida ao armamento nuclear, não se traduzia num poder substancial de um estado em relação a outro, dado o efeito destruidor e intolerável da utilização de armamento nuclear num conflito, para além dos enormes

[15] *North Atlantic Council Ministerial Communique's* – Dec 1987"., cit. em As Relações Este-Oeste e o Controlo de Armamentos, p. 117 de Sérgio C. Pinto.

custos envolvidos, veio perspectivar e contribuir para a necessidade, de ser tentado um verdadeiro esforço a caminho da paz. O equilíbrio então pretendido, era um equilíbrio de forças, mas o poder nuclear garantia um equilíbrio psicológico entre ambos os blocos, mais conhecido como de "terror".

Cimeira entre Reagan e Gorbatchev em 1986.

O presidente russo Gorbatchev teria por sua vez, um papel fundamental e extraordinariamente relevante em todo o processo de desanuviamento entre a URSS e os EUA, ao nível das políticas de desarmamento, mas também na grande abertura que proporcionou na política soviética e comunista, acabando mais tarde arrastado pelo sentido inexorável da história. Em 1987, Gorbatchev num discurso nas Nações Unidas anunciou cortes unilaterais de 500.000 homens e 10.000 carros de combate, ou seja metade das forças de oposição à NATO na Europa e desistindo da corrida aos armamentos, explicando que *Estamos finalmente a afastar o mito indefinidamente repetido da ameaça soviética à Europa.* Na realidade estávamos já perante o início do desmoronamento do Império Soviético a partir do seu interior.

As grandes alterações internacionais que se seguiram, vieram transformar toda a arquitectura e segurança internacional. O ano de 1988, marca a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, num evidente processo de perda política e militar do império. Como refere Isabel Ferreira Nunes ... *na transição para os anos 90 as relações políticas-estratégicas entre estados sofreram directamente o impacto do fim do Pacto de Varsóvia, da retirada das forças das superpotências de países satélites e países amigos, da reunificação da Alemanha e da queda do muro de Berlim.* [16]

Muro de Berlim: o símbolo da Guerra Fria.

Em 1989 inicia-se o ciclo de desmoronamento do Império Soviético com a queda do Muro de Berlim, após a Hungria ter decidido abrir as suas fronteiras aos alemães orientais, possibilitando a sua saída para o Ocidente.

UEO - UMA ORGANIZAÇÃO ADORMECIDA DURANTE O PERÍODO DA "GUERRA FRIA"

Os anos subsequentes de 1954 até 1973, não projectaram contudo a UEO para o primeiro plano da cena europeia. De facto e ainda que existindo uma arquitectura de base e objectivos solidamente definidos, a estratégia dos diferentes países europeus proporcionou apenas a esta organização um

[16]NUNES, Isabel Ferreira, – "Os conflitos regionais e a Segurança Internacional", *Revista Nação e Defesa*, nº 80.

mero espaço de rotina, quebrado aqui e ali por períodos de maior projecção. A vontade política consubstanciava o claro predomínio e valorização da NATO, organização cada vez mais, com um papel interventor e decisivo na cena europeia e atlântica. Manteve a UEO contudo, ao nível específico da consulta e reflexão político-militar, aspectos predominantes, constituindo um fórum importante em acontecimentos de relevo e de crise, nomeadamente na integração da República Federal Alemã na Aliança Atlântica, e na resolução do problema do Sarre.[17] A UEO viria a ter aqui a sua coroa de glória política e diplomática ao participar activamente em 1955 na resolução do problema franco-alemão, em que se transformou a chamada "questão do Sarre". À UEO coube o papel de organizar o referendo, que permitiria o regresso desta região ao controlo da República Federal Alemã, após "entrega" da mesma à França, em 1919, como compensação das percas francesas durante a 1.ª Guerra Mundial.

23 de Outubro de 1954 em Paris: assinatura dos protocolos do Tratado de Bruxelas Modificado.

Durante este período o Conselho da UEO limitava-se a discutir alguns temas sobre questões de defesa, englobando nomeadamente: o nível de forças dos estados membros, a manutenção das forças inglesas no continente, a Agência para o Controlo de Armamentos (ACA) e o Comité Permanente de Armamento (CPA). A Agência para o Controlo de

[17] DUMOULIN, André e REMACLE, Eric – *L'Union de L'Europe occidentale*, ob.cit., p. 55.

Armamentos, de acordo com o (artigo VIII, parágrafo 2) do Tratado de Bruxelas modificado, surgia verdadeiramente como a única organização subsidiária da UEO.[18] Os protocolos anexos n.º III e IV do Tratado modificado consignavam já as disposições sobre o controlo de armamentos. O primeiro conceituava as armas a controlar, o segundo os procedimentos relativos aos Estados, por forma a permitir a notificação e informação dos diferentes níveis de armamento, assim como as possibilidades de sanções. O controlo pretendido para o armamento era dividido entre as armas atómicas, biológicas e químicas, e um outro conjunto de armamento que incluía, os mísseis guiados, navios de guerra, bombardeiros estratégicos, artilharia pesada e outros definidos no anexo III. A necessidade da existência deste orgão de pouca eficácia, adviria da possibilidade sentida pelos estados europeus de controlarem de forma concreta o rearmamento alemão. Contudo a crescente integração alemã, assim como singularidade deste controlo, aliado à evolução internacional, pareciam fazer cada vez menos sentido perante a comunidade política europeia. O próprio controlo das armas químicas, biológicas e nucleares, constituiria sempre objecto de criação de obstáculos por parte das principais potências, nomeadamente a França que nunca se sentiu na obrigação de acatar este tipo de controlo. A paralisia do orgão de topo da UEO, o Conselho, era também uma realidade indisfarçável, sendo as tarefas relativas à limitação e o controlo de armamentos da estrita competência da Agência, que viria a ser suprimida em 1 de Janeiro de 1986.

A crescente oposição ao Pacto de Varsóvia e a necessidade de rearmamento ocidental, constrangia também a eficácia destes orgãos. O Comité Permanente de Armamentos tinha sido suprimido por decisão do Conselho em 1955. Estes orgãos actuavam em paralelismo com os seus congéneres da NATO, com manifesta desvantagem em termos de credibilidade política e militar, dada a primazia da estrutura da Aliança sobre a organização da UEO.

Alguma relevância viria a surgir também, aquando do abandono por parte da França da estrutura militar da NATO em 1966, processo conduzido a partir da UEO, tal como viria a ser no seu seio que se realizariam as fases mais difíceis e simultaneamente mais importantes das consultas entre a Comunidade Económica Europeia e a Grã-Bretanha.

De 1973 a 1984, o conjunto das actividades e acções desenvolvidas pela UEO, foram sistematicamente perdendo o fulgor. Para este progressivo apagamento na cena internacional, contribuiu o facto de que com a integração da Grã-Bretanha na CEE, ter sido praticamente anulado o papel

[18] FRANKLIN, Dehousse, DEMARET,Paul – "Des missions désuètes ou non remplies", in *Problèmes politiques et sociaux*, nº 754, p. 13.

de ligação que a UEO exercia com a Comunidade, da mesma forma que a NATO assumia também todas as suas responsabilidades na área militar.

Os anos 80 relançam o debate sobre a segurança europeia. Diversas iniciativas surgem entretanto, muitas delas pela mão da França. As principais razões subjacentes a este novo desenvolvimento prendem-se com a crescente necessidade sentida de harmonizar a política de defesa dos países europeus; o desenvolvimento das questões relativas ao controlo de armamento entre as duas superpotências (EUA-URSS), aliado ao facto de uma CEE a doze, permitir uma nova base de trabalho sobre as questões de segurança. Em Novembro de 1981, os ministros Genscher e Colombo lançam uma importante iniciativa política, com vista ao alargamento de competências europeias na esfera da defesa e segurança. [19] Esta iniciativa teria no entanto, uma oposição firme por parte da Dinamarca, Irlanda e Grécia.

A REACTIVAÇÃO

> ***En termes institutionnels, mon espoir porte sur la réactivation de l´UEO et sur sa capacité de jouer, un jour prochain, le rôle nécessaire d´ interface entre Communauté Européenne, Cooperation Politique et Alliance atlantique...***
>
> **Jacques Delors - Setembro 1987**

Ao longo de mais de trinta anos, algumas tentativas tinham sido tentadas por parte de algumas nações europeias, entre elas a Bélgica, a França e a Itália, perspectivando uma clara redefinição das atribuições para a UEO. A contribuição mais consistente viria da França, através de um memorando contendo propostas para a reactivação da UEO em novas bases. Este memorando de Fevereiro de 1984 procurava adaptar a organização às novas realidades do sistema internacional, transmitindo-lhe um novo dinamismo.

Para o Secretário geral da UEO, Alfred Cahen, o processo de reactivação da UEO tornava-se imperioso em face do recente desenvolvimento internacional, conjugado com a abertura soviética, e com a necessidade de serem reforçados os interesses europeus na disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética. Ainda que pensasse que o lugar ideal para esta intervenção fosse no seio dos "doze", essa impossibilidade, deveria ser

[19] Ministros dos Negócios Estrangeiros respectivamente da RFA e da Itália.

remetida para um novo quadro, que seria naturalmente a UEO, organização que possuía a virtude de se encontrar "disponível". As grandes linhas previstas por Cahen consignavam o estabelecimento de um continuo diálogo, dentro do espírito da solidariedade atlântica, a definição de uma perspectiva a prazo sobre os interesses da segurança, através do lançamento de uma plataforma de entendimento e a possibilidade de ser garantida uma consulta politica pelos sete membros da UEO, de poder estender a sua área de intervenção para zonas de segurança mais alargadas, como seja a zona do Golfo.[20]

Mas curiosamente seria através de uma iniciativa americana, protagonizada pelo presidente Ronald Regan em 1983, iniciativa do maior alcance estratégico e vulgarizada como "Iniciativa de Defesa Estratégica", que irá ser desenvolvida a questão da necessidade de um pilar europeu da Aliança. Associado a este facto a questão dos euromísseis "Euromissiles battle", lançava suspeitas fortes de vários sectores políticos europeus de *que o laço transatlântico estaria a diminuir*. Numa iniciativa levada a cabo pela França e pela Bélgica, realizada em Roma em 26 e 27 de Outubro de 1984, os ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros dos sete Estados-membros por ocasião da celebração do trigésimo aniversário dos Acordos de Paris, adoptam um texto que irá estar na base do relançamento da UEO, a "*Declaração de Roma*". Ressaltam do mesmo dois objectivos principais: a definição de uma identidade de Segurança Europeia, e a gradual harmonização da política de defesa dos estados membros. Verificou-se ainda um importante conjunto de decisões e de acordos nomeadamente sobre: questões gerais de defesa, desarmamento e controlo de armamento, contribuição europeia para o fortalecimento da NATO, cooperação no campo do armamento, e desenvolvimento das relações Este-Oeste, relativamente à segurança da Europa. [21] De acordo com a Declaração de Roma, foi reafirmado que o Conselho da UEO, em acordo com o Artigo VIII do Tratado Modificado de Bruxelas, [22] que os Estados-membros teriam em conta as implicações para a Europa das crises em outras regiões do mundo e que de

[20] *Western European Union* – The reactivation of WEU statements and comuniques (1984 to 1987).

[21] *History, Structures and Prospects WEU (Press & Information Service)*, June 1995.
Desta declaração, dado o efeito dinamizador que pretendeu ter, retira-se no seu art.º 3, que se transcreve ... *continuing necessity to strengthen Western Security, better use should be made of WEU, not only to contribute to the security of the Western Europe but also to improve the common defence of all the countries of the Atlantic Alliance.*

[22] art. VIII (TBM) *A pedido de qualquer das altas partes contratantes o conselho será imediatamente convocado a fim de que elas possam efectuar consultas sobre qualquer situação, que constitua uma ameaça contra a paz, seja qual for o lugar onde se produza, ou que ponha em perigo a estabilidade económica.*

alguma forma a pudessem afectar. Outra das conclusões apontava para a importância da Assembleia da UEO *que é o único orgão parlamentar europeu mandatado para discutir assuntos de defesa, e que poderá ser chamado a desempenhar um maior papel.*[23] Esta *Nouvelle UEO s'affirme comme un des éléments du processus de construction européenne* dirá mais tarde Alfred Cahen. Foi igualmente acordado que os ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros passariam a reunir-se regularmente duas vezes por ano.

Como conclusão das conferências de Roma e de Bona em Abril de 1985, resultaram o estabelecimento em Paris de três novas agências; a Agência para as questões de controlo de armamentos e desarmamento (Agência I), uma Agência para o estudo das questões de defesa e segurança (Agência II) e a Agência para o desenvolvimento e cooperação de armamento (Agência III), revertendo a Agência para o Controlo de Armamento para a coordenação da Agência I, e o "Standing Armaments Committee" para o controlo da Agência III. Outras alterações se viriam a desenvolver, contudo sem grande alcance prático.

Posteriormente reunido em Haia em 27 de Outubro de 1987, o Conselho de Ministros da UEO, tendo com base um relatório iniciado pelo Conselho e desenvolvido pelo SWG (Grupo de Trabalho Especial), adoptou a "Plataforma sobre os Interesses de Segurança Europeia".[24] Esta Plataforma vem culminar a primeira fase da reactivação da UEO, garantindo uma necessidade de maior consulta europeia, numa altura em que decorriam as negociações entre os EUA e URSS, sobre a retirada das forças nucleares de alcance intermédio.

[23] *Assembly of Western European* – Fortieth ordinary session (second part), Information report, March 1995.

[24] O parágrafo 2 do Preâmbulo refere ... *We recall our commitment to build a European Union in accordance with the Single European Act, which we all signed as members of the European Community. We are convinced that the construction of an integrated will remain incompleted as long as it does not include security and defense.*

Haia 27 de Outubro de 1987: a UEO adoptou a "Plataforma sobre os interesses da Segurança Europeia". Esta Plataforma vem culminar a primeira fase de reactivação da UEO.

Aliás a própria Plataforma de Haia, pode dizer-se que resulta em muito, das propostas entretanto realizadas por Jacques Chirac, nela se afirmando *que a construção de uma Europa integrada ficaria incompleta, se a mesma não se estendesse à componente de segurança e defesa.*[25] Ainda neste meeting foi decidido abrir as negociações com Portugal e Espanha, no intuito de permitir o acesso destes países ao Tratado de Bruxelas Modificado. Adesão que foi formalmente efectivada em 27 de Março de 1990, elevando o número de membros de UEO para nove.[26] O período de reactivação haveria de coincidir, com um empenhamento ainda que superficial, em algumas acções de natureza militar e policial.

Durante o estado de crise internacional provocada pela guerra IRÃO-IRAQUE nos anos de 1987 e 1988, esta permitiu que os Estados-membros de UEO colocassem em prática uma política de reacção às ameaças à liberdade de navegação, em especial pela minagem do Golfo Pérsico. A decisão tomada foi a de enviar uma força naval composta por navios da França, Inglaterra, Itália, Bélgica e Holanda com vista a assegurar a livre circulação em águas internacionais. A "*Operação Cleansweep*" seria o primeiro exemplo da

[25] *Problèmes politiques et sociaux* nº 754, pag 19 (La plate-forme de La Haye de 1987).

[26] Esta adesão pode ser vista como a materialização do equilíbrio protagonizado pela "doutrina de Cahen" e segundo a qual os Estados-membros deveriam pertencer em simultâneo à Comunidade e à Aliança.

coordenação europeia, baseada no Artigo VIII, parágrafo 3 do Tratado de Bruxelas Modificado. Pela primeira vez a UEO realizava uma acção de carácter militar concertado.

Guerra Irão-Iraque: a operação Cleansweep sob a responsabilidade da UEO.

Com a Guerra do Golfo, provocada pela invasão do Kuwait pelo Iraque em Agosto de 1991, de novo a UEO, coordenou a presença militar dos Países -membros, com o objectivo de proteger as forças em presença e facilitar a cooperação com forças de outros países em especial os EUA, Inglaterra e França no âmbito das resoluções das Nações Unidas.[27] A guerra do Golfo mostrou efectivamente a necessidade de uma estreita relação UEO-NATO, em especial do ponto de vista operacional. Com o término deste conflito, a UEO continuou com a coordenação das operações de desminagem no mar e contribuiu também para a ajuda humanitária aos refugiados curdos do Norte do Iraque. Por outro lado como veremos, o conflito da ex-Jugoslávia ao nível do empenhamento da UE-UEO foi fundamentalmente desenvolvido no campo diplomático.

Estas intervenções, não podem contudo deixar passar, as grandes fragilidades, que no terreno e no campo da acção prática a UEO manifestou. As acções realizadas, permitiram perceber que, mesmo numa fase

[27] Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 661 e resolução nº 678 que permitiria desencadear a Operação "Tempestade no Deserto".

embrionária de intervenção militar, algumas virtualidades eram visíveis. O facto de ser uma organização multilateral em que regularmente se reuniam ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, colocava-a em boa posição no sentido de uma conjugação de esforços entre os objectivos políticos e os meios militares, facto contudo não gerador de uma mais valia real para a organização, e para a Segurança e Defesa na Europa, conforme se analisará com maior detalhe em próximo capítulo.

(CONTINUA)

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA

NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

DIA DO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.º 1

No dia 28 de Setembro de 2001, o Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 comemorou o seu 13.º Aniversário.

A cerimónia foi presidida pelo Exmo. Tenente-General António Manuel Abrantes dos Santos, Comandante Operacional das Forças Terrestres (COFT), em representação do General CEME, estando presentes, entre outras Entidades Militares e Civis, o Governador Militar de Lisboa Interino, Exmo. MGen Carlos Camilo, os Exmos. Tenentes Generais Themudo Barata e Matias do Amaral, o Director Geral de Política de Defesa Nacional do MDN, Exmo. MGen Pinto Ramalho, todos os Ex-Comandantes do Regimento e a Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dra. Edite Estrela, além dos Presidentes das Juntas de Freguesia Locais e de representantes de vários órgãos de Comunicação Social da região.

Na sua alocução, o Exmo. Comandante do Regimento, Coronel de Artilharia Joaquim Formeiro Monteiro, inicialmente, agradeceu a presença de todos os convidados, em particular do TGen COFT e destacou igualmente a presença dos orgãos representativos do poder local, nomeadamente da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dra. Édite Estrela.

De seguida, realçou a honra, para todos quantos servem no Regimento, resultante da agraciação com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro, no dia da Unidade, conferida nos termos do regulamento das medalhas do Concelho de Sintra, por deliberação camarária de 26 de Setembro de 2001.

Antes de finalizar, dirigiu uma palavra de reconhecimento público aos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis que vêm servindo no

Regimento com grande dedicação, elevado zelo e profissionalismo, independentemente das dificuldades e vicissitudes dos momentos actuais.

Seguidamente, foi lida uma mensagem do Director Honorário da Arma de Artilharia, tendo depois havido lugar à entrega da Medatha de Mérito Municipal – Grau Ouro, pela Presidente da Câmara Municipal de Sintra, ao Regimento, na pessoa do seu Comandante.

No final da Cerimónia, foi inaugurada uma exposição fotográfica e documental sobre a História da Artilharia Antiaérea em Portugal, seguindo-se um almoço na messe de Oficiais do Regimento.

ALOCUÇÃO DO COMANDANTE DO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.º 1

EXMO. SENHOR TENENTE GENERAL, COMANDANTE OPERACIONAL DAS FORÇAS TERRESTRES
EXMO. SENHOR MAJOR GENERAL, GOVERNADOR INTERINO DO GOVERNO MILITAR DE LISBOA
EXMOS. SENHORES OFICIAIS GENERAIS
EXMAS. ENTIDADES CIVIS, MILITARES, RELIGIOSAS E DE SEGURANÇA
SENHORES CONVIDADOS

Em nome de Sua Excelência O General Comandante Operacional das Forças Terrestres, no meu próprio e no de todos os militares e funcionários civis que prestam serviço nesta Unidade, a todos agradeço a honra da vossa presença, nesta cerimónia comemorativa de mais um aniversário do Regimento de Art.ª Antiaérea n.º 1.

Senhor Ten General, Comandante Operacional das Forças Terrestres, meu General as minhas primeiras palavras serão, naturalmente, para V. Exª, como agradecimento pela honra que nos concedeu em presidir a esta cerimónia.

A sua presença, a todos nos sensibiliza e estimula, e que interpretamos, como um acto de reconhecimento, estima e camaradagem.

Senhor Maj General, Govemador interino do Governo Militar de Lisboa, não quis V. Ex.ª deixar de se associar à passagem de mais um aniversário deste Regimento do Governo Militar de Lisboa, facto que ilustra bem a sua permanente disponibilidade e atenção para com as Unidades sob o seu comando. Bem haja.

Desejava, igualmente, destacar a presença dos Senhores Oficiais Generais, todos oriundos da Arma de Art.ª, e em particular, o Senhor Ten General Manuel Themudo Barata, um dos fundadores do Comando da Defesa Antiaérea de Lisboa, em 1943, sediado neste Aquartelamento e, mais tarde, um dos percursores da Art.ª Antiaérea, em Portugal.

É um privilégio tê-los, mais uma vez, entre nós.

Permitam-me, ainda, uma palavra especial para a Exma. Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Sra. Dra. Edite Estrela, pelo reconhecimento da sua presença, de estar presente, uma vez mais, nesta cerimónia, agora de uma forma muito especial, para, dentro em breve, fazer a entrega da medalha de mérito municipal, grau ouro, ao Regimento de Art.ª Antiaérea n.º 1, pelo reconhecimento das actividades desta Unidade e dos serviços por ela prestados à comunidade do Concelho onde se integra, ao longo da sua já considerável existência, de aproximadamente 60 anos.

Só poderei interpreter tal gesto, como um sinal inequívoco da grande consideração, elevado respeito e irrefutável estima por parte das Entidades do Poder Local, de que V. Exa é legítima representante, para com a Instituição Militar, em geral e para com este Regimento, muito em particular, facto esse que muito nos honra e sensibiliza e que vivamente apreciamos.

Exmo. Senhor General Comandante Operacional das Forças Terrestres, Exmos. Convidados, Militares e Funcionários Civis do Regimento de Art.ª Antiaérea n.º 1, a comemoração do Dia do Regimento, pelo tipo das suas missões e pela natureza do seu estatuto, tem sido a data de referenda para a Art.ª Antiaérea portuguesa.

Nesse sentido desejaria, ainda, saudar todos os artilheiros mais directamento ligados a esta vertonto da Anna, desde os arquipélagos dos Açores e da Madeira, passando por St.ª Margarida.

Cumpre-me, agora, fazer um balanço tão sumário, quanto possível, das acções desenvolvidas no Regimento, neste último ano, como também levantar os objectivos que nos propusemos alcançar e logramos atingir, neste mesmo período de tempo:

- Na Área da formação e da qualificação de Oficiais e Sargentos, foram ministrados vários tirocínios, estágios e cursos, de onde se destacaram:

  - Um Tirocínio para os Aspirantos a Oficial do Quadro Permanente e um Curso de Promoção a Capitão da Arma, na vertente Antiaérea.
  - Um Curso de Gestão e de Controlo do Espaço Aéreo, na Zona de Combate, destinado a Oficiais do Quadro Permanente, das várias Armas do Exército.
  - Um Curso de Fomação de Sargentos de Art.ª, na vertente de Antiaérea.
  - Um Curso de Formação de Oficiais e de Sargentos, com destino ao regime de voluntariado e de contrato.
  - Um Curso de Informações e Operações de Art.ª Antiaérea, para Sargentos da Arma.
  - Um Curso de Operador de Radar FAAR, de Art.ª Antiaérea.
  - Um Curso de Operador de Alvos Aéreos.
  - Um Curso do Sistema de Arma de Mísseis Portáteis Stinger.

- Por sua vez, no âmbito da Formação de Praças, foram ministrados 4 Cursos de Fomação, Grupo B, nas componentes básica e complementar e nas especialidades de sistema canhão 20mm, sistema de Mísseis Lig. Chaparral, Radar e Informações Operações, bem como dois Cursos de Promoção a Cabo.

- Igualmente, no âmbito da Banda do Exército, sediada no Regimento e sob o seu Comando Administrativo/Logístico, decorreram:

  - Um Curso de Formação de Sargentos
  - Um Estágio para Sargentos Ajudantes
  - Um Curso de Promoção a Sargento Chefe
  - Um Curso para militares dos Países Amigos de Língua Oficial Portuguesa

Por sua vez, sendo o Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, por estatuto próprio, a Escola de conhecimentos da Artilharia Antiaérea, em Portugal e estando perfeitamente consciente dessa responsabilidade, no domínio da formação, da qualificação e da especialização dos Quadros e Tropas, tem desenvolvido, em prol destes, um trabalho constante, com vista à sua permanente actualização de conhecimentos, a par do estudo sistemático e de investigação, no âmbito da doutrina de emprego da Arma.

É neste contexto que destacaria os estudos que conduziram, este ano, à elaboração do Regulamento de Comando e Controlo do Espaço Aéreo, para a componente terrestre do teatro de operações, processo que culminou com a respectiva aprovação pelo Comandante do Exército, permitindo preencher, deste modo, um vazio doutrinário que urgia suprir.

De igual modo, sublinharia, ainda, o trabalho que vem sendo feito no sentido de ultimar, até ao final do corrente ano, a elaboração do Regulamento de Campanha da Bateria de Artilharia Antiaérea, completando, desta maneira, o ciclo de produção de doutrina iniciado em 1997, também, neste Regimento, com a publicação, na altura, do Regulamento de Táctica de Art.ª Antiaérea.

De considerar, também, num esforço para optimizar o apoio à instrução e simultaneamente alargar e melhorar o acesso à informação, o levantamento de um gabinete de multimédia, a digitalização da totalidade da instrução referente aos cursos de promoção, formação e qualificação de Oficiais e Sargentos e, ainda, a criação e desenvolvimento da página de Internet do Regimento.

Se considerarmos, do mesmo modo, que a muito breve trecho, a Unidade passara a integrar a Rede RRING do Exército, fica garantida, desta forma, ao Regimento, uma posição destacada ao nível da utilização e exploração das modernas tecnologias de informação.

- No âmbito operacional e como consequência do despacho de 27 de Abril de 1999, do GEN CEME, foram, finalmente, aprovados, no início do corrente ano, os novos encargos operacionais do Regimento, com vista à preparação e aprontamento de todas as unidades para as

Forças e Meios de Defesa Aérea do Exército, destacando-se as Baterias AA para a BLI e para a BAI, consagrando-se, deste modo, o princípio da concentração dos meios Antiaéreos, no Regimento, que o despacho, em referenda, definia.

Decorrente desta realidade, foi levantada uma Bateria AA MI Chaparral, constituído o Pelotão de Comando e Serviços da Bateria AA da BAI e consolidada a participação nos exercícios da BLI, no âmbito da sua preparação para as Forças Nacionais Destacadas (FND).

Igualmente, o Regimento planeou e conduziu 2 exercícios de fogos reais, em apoio da instrução do Tirocínio para os Oficiais da Arma e do Curso de Formação de Sargentos de Artª, bem como participou nos exercícios S. Jorge e Plutão, no âmbito do Governo Militar de Lisboa e, agora mesmo, está presente no exercício Cruzeiro do Sul da Brigada de Defesa Territorial do Sul (BDTS).

- No domínio das missões de interesse público, tem mantido meios humanos e materiais afectos aos planos Lira e Solidariedade, relativamente para o combate a incêndios e apoio às cheias, respectivamente.

  Tem, também, colaborado e prestado apoios de vária natureza a diversas Entidades de utilidade pública e social, disponibilizando instalações e cedendo meios de vária ordem, integrando-se, sem reservas, na comunidade onde se insere, da qual, aliás, tem recebido sempre, é legítimo que se refira, a maior colaboração e disponibilidade, nomeadamente, através dos Órgãos Autárquicos Locais Representativos, como são os casos das Juntas de Freguesia de Monte Abraão, Queluz e Massamá, a cujos Presidentes, hoje, aqui presentes, desejava, em nome do Regimento publicamente, deixar uma palavra de reconhecimento.

Exmo. Sr. General Comandante Operacional das Forças Terrestres, meu General,

No dia do aniversário do Regimento de Artª Antiaérea n.º 1, impõe-se que deixe uma palavra de reconhecimento público aos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis que nele vêm servindo, com grande dedicação, elevado zelo e profissionalismo, baseando sempre o seu trabalho num empenhamento sem reservas e a sua atitude num espírito de lealdade sem restrições e que, independentemente, das dificuldades e vicissitudes dos momentos que vivemos, tudo têm feito e continuarão a fazer, posso garantir-lhe, no sentido de honrar o Exército a que pertencem e manter o Regimento no lugar destacado que, por direito, ocupa no Sistema de Forças Nacional.

E, porque julgo compreender as legítimas expectativas e os justos anseios de todos eles, ao terminar, seja-me permitido fazer uma reflexão para o momento presente e deixar uma mensagem de confiança, para o futuro:

- A reflexão dirige-se para a reestruturação das Forças Armadas, de que hoje se fala tão insistentemente:

  É legítimo esperar que, e no que concerne ao Exército, em particular, qualquer que seja o modelo seguido, na reforma anunciada, esta se deva regular por uma matriz de princípios de racionalismo estruturante, tendo como objectivo último a optimização dos meios e dos recursos disponibilizados pela Nação, tendo em vista a natureza das ameaças actuais.

  Com base nesses pressupostos, é minha convicção que tal reestruturação terá de passar, sempre, pela manutenção e, inclusive, pelo reforço das capacidades do único Regimento de Art.ª Antiaérea do nosso Sistema de Forças, por quatro ordens de razões que passarei a enunciar:

  1.ª - Sendo o único Regimento do Exército com capacidades para a defesa antiaérea, no mesmo se concentram a quase totalidade das forças e meios para a defesa aérea da componente terrestre do Sistema de Forças Nacional, facto esse, claramente explicitado nos consideráveis encargos operacionais, superiormente atribuídos.

  2.ª - Igualmente, e pela lógica resultante dos ganhos de sinergia obtidos, no Regimento se concentra toda a formação, qualificação e especialização dos Quadros e Tropas, na vertente da Artilharia Antiaérea.

  3.ª - A especificidade técnica da Arma e a particularização do seu emprego táctico, quer ao nível do teatro de operações, quer no âmbito das responsabilidades territoriais, permitiu a sedimentação de uma escola de conhecimentos singular que seria incomportável desperdiçar.

  4.ª - Perante os riscos potenciais e as ameaças declaradas que a segurança experimenta, no actual quadro internacional, os sistemas de defesa antiaérea e de defesa aérea assumem-se, hoje, inequivocamente, como dos vectores defensivos que mais se identificam com a neutralização da nova matriz de ameaças.

  Neste sentido, parece ser difícil justificar a eventual supressão ou mesmo redução daqueles vectores, no âmbito de uma política de defesa nacional, suficientemente credível.

Finalizaria, então, com uma mensagem de confiança no futuro, que vai no sentido de nos mantermos inabaláveis em acreditar numa tão desejada, como necessária modernização dos equipamentos e dos sistemas de armas que, a par de uma afectação mais ajustada de meios e de recursos, possa prefigurar um quadro mais compatível com o nosso sentido de missão e espírito de serviço, em prol do Exército e de Portugal.

AGRACIAÇÃO, AO REGIMENTO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA COM A MEDALHA MÉRITO MUNICIPAL GRAU OURO

Em 28 de Setembro do corrente ano, quando das comemorações do Dia da Unidade, o Regimento de Artilharia Antiaérea N.° 1 foi agraciado com a medalha Mérito Municipal – Grau Ouro, pela Câmara Municipal de Sintra, conferida nos termos do regulamento da medalha do Concelho, por deliberação Camarária de 26 de Setembro de 2001, pelo reconhecimento das actividades do Regimento e dos serviços por ele prestados à comunidade do Concelho onde se insere.

A Presidente da Edilidade, Exma. Sra. Dra. Edite Estrela, fez a entrega da medalha, em nome do Município, ao RAAA1, na pessoa do Exmo. Comandante, Coronel de Artilharia Joaquim Formeiro Monteiro.

MENSAGEM DO DIRECTOR HONORÁRIO DA ARMA DE ARTILHARIA, EXMO. TENENTE-GENERAL ABRANTES DOS SANTOS, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DO RAA1

Neste dia festivo da comemoração de mais um aniversário do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, não queria deixar de, como Director Honorário da Arma de Artilharia, dizer alguma palavras, naturalmente dirigidas aos Militares que servem nesta Unidade, em especial aos Artilheiros.

Antes porém, não posso deixar de fazer uma alusão à honrosa distinção com que o Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 foi agraciado pela Câmara Municipal de Sintra, pois é sempre muito gratificante para um Director da Arma, ver uma das suas Unidades ser assim reconhecida. Tal facto constitui, para quantos servem, um gesto público de gratidão por todo o esforço, dedicação e entusiasmo com quem têm desempenhado as tarefas que vos têm sido solicitadas, no âmbito das missões de apoio à população civil e simultaneamente constitui um incentivo para continuar a espreitar os laços da cooperação e amizade entre as autoridades civis e militares, de que esta Unidade acaba de ser exemplo.

Dirigindo-me agora especificamente ao pessoal que serve no RAA1, gostaria de, neste momento e como Director Honorário da Arma, vos anunciar medidas concretas para minimizar algumas das deficiências já referidas pelo vosso Comandante e de antecipar novos programas de reequipamento, em especial de Antiaérea, que pudessem conduzir ao incremento da Operacionalidade das Sub-Unidades a levantar por este Regimento.

Porém, por circunstâncias várias, que vão desde o pouco tempo em que assumi estas funções até aos estudos em curso para reestruturação do Exército, resultantes da cada vez maior dificuldade em obter os Recursos Humanos e Financeiros necessários para a satisfação de todas as necessidades do Ramo, o que obriga a estabelecer prioridades, não me é possível apresentar-vos dados concretos sobre quaisquer dessas medidas.

Deixo-vos no entanto uma promessa, que é a de que farei tudo o que estiver ao meu alcance para defender os interesses da Artilharia, sempre que o meu parecer for solicitado no âmbito desses mesmos estudos.

Deixem que vos diga no entanto que, pese embora ser uma aspiração legítima de qualquer Comandante, aumentar a Operacionalidade das suas Unidades, no caso vertente do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, a parte nobre da vossa missão não é a capacidade Operacional das suas Unidades mas sim a área da formação, do ensino e doutrina de Antiaérea.

É essa área que deve constituir para esta Unidade um desafio e uma aposta pois não pode ser confiada a nenhuma das Unidades Operacionais da Antiaérea não sediadas neste Regimento.

É para estas tarefas da formação e da doutrina que exorto todos os Artilheiros que aqui servem, em especial os Quadros, a dedicarem toda a sua capacidade, competência e profissionalismo, nas áreas da investigação, do estudo, da elaboração de manuais de doutrina, por forma a que esta capacidade do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 continue a ser reconhecida por todos quantos venham a ser confrontados com o problema da Defesa Antiaérea.

Se for prosseguido este objectivo estou certo que o futuro da Antiaérea continuará a ser garantido.

É esta a mensagem que vos queria deixar, como Director Honorário da Arma, manifestando o meu maior apreço e gratidão pelo esforço e dedicação que todos os Militares desta Unidade têm vindo a dar e que estou certo que continuarão a dar, para cumprimento da missão e para prestígio da Artilharia.

CURSO DE COMANDO E CONTROLO DO ESPAÇO AÉREO DA ZONA DE COMBATE – 2001

No período de 05Nov a 26Nov01, decorreu no RAAA1 o Curso de Comando e Controlo do Espaço Aéreo na Zona de Combate, frequentado por Oficiais de diferentes Armas do Exército.

O Curso teve como objectivo, habilitar os alunos a desempenhar as funções de Oficial de Operações para o Apoio Aéreo (OOAA) e de Chefe do Elemento de Controlo do Espaço Aéreo, em diversos escalões tácticos do Exército, bem como as funções de Oficial de Operações e de Adjunto do Oficial de Operações para a Coordenação do Espaço Aéreo do GAAA.

O programa deste curso seguiu a doutrina do novo Regulamento de Comando e Controlo do Espaço Aéreo, elaborado no Regimento e aprovado provisoriamente por despacho de 30Ago01 do TGenVCEME (em funções de CEME interino).

O curso contou com o apoio da Força Aérea que nomeou Oficiais do Comando Operacional da Força Aérea (COFA), do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA) e da Esquadra 301 para a realização de palestras sobre sistemas de armas, estruturas de comando e controlo da Força Aérea, bem como sobre as medidas de controlo do espaço aéreo e execução de

missões de apoio aéreo. Igualmente, um Oficial do CRC/CAOC 10 (Centro de Relato e Controlo do Combined Air Operations Center 10) com formação e experiência em comando e controlo do espaço aéreo participaram no CPX do referido curso. Os Oficiais alunos visitaram, ainda, o Centro de Operações e CRC do CAOC 10, em Monsanto, onde assistiram a uma apresentação do Comandante do CAOC 10.

O Grupo de Aviação Ligeira do Exército (GALE) também colaborou no referido curso, nomeando um Oficial para ministrar uma palestra sobre a missão do GALE, numa altura em que a Unidade está prestes a receber os primeiros helicópteros ligeiros.

EXERCÍCIO DE FOGOS REAIS "EFICÁCIA 012"

Nos dias 06 e 07Nov01, o Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 realizou na região do Magoito – Tojeira, o Exercício de Fogos Reais "Eficácia 012", no âmbito do 28.º Curso de Formação de Sargentos de Artilharia (CFSA) parte Antiaérea e do treino do Encargo Operacional do Regimento.

Participaram no exercício, além dos Sargentos Alunos da Arma, uma Bateria de Artilharia Antiaérea do Grupo de Artilharia Antiaérea do RAAA 1, contando com os meios aéreos da Base Aérea N.º 11 (BA11), aeronaves Alfa – Jet, uma equipa do controlo do espaço aéreo do Comando Operacional da Força Aérea (COFA), bem como com o Navio da República Portuguesa (NRP) "Hidra", que fez a interdição marítima, na zona do exercício.

Foram utilizados o Sistema de Armas Canhão AA 20mm, o equipamento Radar FAAR, bem como os alvos aéreos Snipe MK 15.

CERIMÓNIA DO DIA DA ARTILHARIA NO RAAA1

No dia 04 de Dezembro de 2001 realizou-se, no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, uma cerimónia de âmbito interno, alusiva ao Dia da Artilharia. A comemoração desta data iniciou-se com uma formatura geral da Unidade, onde, além de uma alocução do Comandante, foi lida uma mensagem do Director Honorário da Arma, alusiva ao evento. Seguidamente, foram impostas condecorações a militares do Regimento e entregues Diplomas a Oficiais, Sargentos e Praças que se distinguiram nas Provas de Aptidão Física. Após o final da Cerimónia, teve lugar na sala de conferências do Regimento, uma palestra subordinada ao tema "O Sistema de Defesa Aérea da NATO – Europa (NATINADS) / POACS POMBAL", integrada no programa de actualização de conhecimentos que decorre, anualmente, no âmbito da Direcção de Estudos e Instrução.

No final da conferência, foi apresentado um "CD Multimédia" sobre a Artilharia Antiaérea; Com a publicação deste CD pretendeu-se garantir às diferentes UEO do Exército um conhecimento mais alargado das missões, organização e emprego táctico da Arma.

Igualmente foi, também na mesma ocasião, apresentada a 3.ª versão do *Site da Internet* do Regimento, www.exercito.pt/raa1/index.htm, desenvolvido pelo Gabinete Multimédia da Unidade. Antes do almoço, foi ainda, visitada uma exposição de miniaturas subordinada ao tema; "A Artilharia Antiaérea em Portugal nos últimos cinquenta anos", realizada com a colaboração de um conjunto de coleccionadores particulares.

NOTÍCIAS DA EPA

ENCERRAMENTO DO TIROCÍNIO PARA OFICIAIS DE ARTILHARIA 2000/2001

Em 28 de Setembro de 2001, viu a Escola Prática de Artilharia, cumprida mais uma etapa na sua nobre função de Formação de Quadros. Tratou-se desta feita da cerimónia de encerramento do Tirocínio para Oficiais de Artilharia do Curso General José Feliciano da Silva e Costa.

O Curso constituído por 12 Aspirantes Alunos e 1 Alferes Aluno da Republica Popular de Angola no âmbito da Cooperação Técnica Militar iniciou em 3 de Outubro de 2000 o Tirocínio de Artilharia. A passagem pela Escola Prática de Artilharia constitui a derradeira fase de formação dos Oficiais Aspirantes ao Quadro Permanente, onde são postos à prova os conhecimentos adquiridos na Academia Militar conjuntamente com os novos ensinamentos. De Janeiro a Março realizou-se no Regimento de Artilharia Antiaérea nº 1 o módulo de Artilharia Antiaérea. Depois desta fase regressaram à Escola Prática de Artilharia onde deram instrução ao 2º T "B" do Curso de Formação de Praças.

Durante o Tirocínio frequentaram também o Curso de Artilharia Autopropulsada, no GAC da BMI, com a duração de três semanas.

Após regressarem das férias, no mês de Setembro, realizaram as provas finais, compostas pelo Pentatlo Militar, Orientação e a tradicional prova General Silveira Machado.

A Cerimónia de Encerramento iniciou-se com a intervenção do Ex.mo Comandante da Escola Prática de Artilharia, COR ART Vitor Rodrigues Viana. Seguiu-se a entrega dos diplomas de Curso e entrega dos prémios respeitantes ao Pentatlo Militar e aos prémios escolares, Escola Prática de Artilharia e General Costa Ferreira.

Depois de um almoço convívio, os Oficiais Alunos deslocaram-se para a Academia Militar.

EXERCICIO " CRUZEIRO DO SUL 2001"

Decorreu no período de 24 a 28 de Setembro de 2001, na região de Arronches, o exercício "Cruzeiro do Sul 2001".

Estes exercícios de âmbito anual visam desenvolver a capacidade operacional, treinar o Comando e o EM de BDTS e desenvolver o dispositivo territorial de RMS.

O exercício foi do tipo CPX/LIVEX, precedido de SIGEX, tendo a fase de planeamento decorrido entre 20FEV01 e 19JUN01, desde a difusão de OPREP/CS01 até à conclusão da EXPI/CS01, com a apresentação do exercício ao Ex.mo TGEN Cmdt RMS como OSE.

O exercício desenvolveu-se em duas fases:

1.ª Fase (24SET01) – Deslocamento e instalação das unidades de BDTS na área de operações; teste às condições; culminando com um exercício SIGEX para comunicações;

2.ª Fase (25SET01) – Exercício, em CPX de postos de comando da BDTS e das suas subunidades, realizado no campo às distâncias reais, com base numa situação táctica envolvendo a conduta de uma defesa avançada, com o seguinte programa:

25SET01- STARTEX
26SET01- VIP DAY
27SET01- ENDEX
28SET01- Desmontagem dos PC`s e regresso às unidades.

A EPA tem como encargo de mobilização da BDTS um GAC 155 AP, pelo que empenhou no exercício o PC do GAC e os seus oficiais de apoio de fogos, num total de 25 militares sob o comando do TCOR Artª Terron Videira, Comandante do GAC 155 AP, repartidos do seguinte modo:

– Oficiais - 8
– Sargentos - 9
– Praças - 8

O exercício permitiu treinar técnicas e procedimentos no âmbito da táctica da Artilharia de campanha nas diferentes áreas: Operações, Informações, Logística e Pessoal. As fases em que as operações foram divididas permitiu testar adequadamente a flexibilidade da Artilharia de Campanha bem como a coordenação do Apoio de Fogos.

O PC do GAC foi visitado em 26SET01 por S. Ex.ª o CEME, GEN SILVA VEIGAS na companhia do Ex.mo COFT, TGEN ABRANTES DOS SANTOS, do Ex.mo CMDT RMS, TGEN FERREIRA E COSTA e dos CMDT´s das Unidades presentes no exercício, onde foi exposta a situação pelo CMDT do GAC, seguida por uma visita ao PC do GAC.

Refere-se ainda que a EPA foi a unidade da RMS que mais militares empenhou na variante CPX, pela necessidade de emprego das equipas de Apoio de Fogos no planeamento e coordenação de apoio de fogos.

Em simultâneo decorreu no mesmo período, no centro cultural de Arronches, uma exposição das actividades desenvolvidas pelas UEO da RMS, no âmbito das campanhas de sensibilização RV/RC que integrou uma exposição de grande relevo, com o objectivo de sensibilizar jovens cidadãos para integrarem as fileiras do Exército como voluntários. Este evento teve o empenhamento de 1 oficial, 1 sargento e 1 praça, tendo sido a EPA a entidade responsável pelo planeamento e montagem de um polo da respectiva exposição.

A conduta do exercício permitiu o desenvolvimento de competências técnicas e o refrescamento de conhecimentos relacionados com a campanha, servindo simultaneamente para fomentar a camaradagem e o espírito de corpo.

TOMADA DE POSSE DO NOVO COMANDANTE DO RA 5

Teve lugar no passado dia 01 de Agosto, no Regimento de Artilharia N.º 5, a cerimónia de tomada de posse do novo Comandante, CorArt ALFREDO NUNES DA CUNHA PIRIQUITO.

Na presença de todos os militares do Regimento foi lido o Despacho de nomeação tendo as Forças em Parada prestado as honras protocolares, após o que o novo Comandante proferiu uma alocução onde, depois de referir a grande honra e satisfação por assumir o comando do Regimento disse:

"Os tempos são outros, mas a firmeza que orientou os nossos antepassados tem, forçosamente, de ser a mesma que nos leve a enfrentar as dificuldades do presente e os desafios do futuro.

Colocarei, por isso, no exercício das minhas funções toda a determinação e empenho de que for capaz. Conto também com todos vós para em conjunto cumprirmos a missão que nos está ou venha a ser cometida."

Mais adiante salientou:

"Neste momento elejo três áreas como prioritárias da nossa acção: a instrução e o treino operacional, as condições de vida na unidade e a ligação com o exterior.

Quanto à primeira, a instrução e o treino operacioanal, considero que se não forem atingidos elevados níveis de prontidão não conseguiremos cumprir a missão que nos está atribuída. Serão, por certo, muitas as dificuldades a enfrentar, mas faremos tudo o que nos for possível fazer. Se não pudermos, por falta de meios e nunca por falta de empenho, treinar um grupo de

artilharia, treinaremos uma bateria, mas não pactuarei com o princípio de que pelo facto de termos pouco não fazemos nada.

As condições de vida na unidade estarão permanentemente na minha mente. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para as melhorar, mas exijo de cada um que não esbange o pouco que porventura tenhamos.

Considero que a ligação ao exterior é muito importante para que divulguemos tudo aquilo que aqui fazemos. Fazendo o nosso melhor, não temos que esconder seja o que for. "

E a concluir disse:

Os tempos que correm são difíceis, todos o sabemos. Escasseiam os meios humanos, materiais e financeiros, mas espero que o que falta em meios sobre em vontade, em iniciativa, em disciplina, em cooperação e em espírito de equipa. É nos momentos difíceis, e esta não é a primeira vez que os temos pela frente, nem será certamente a última, que se vê a têmpera dos homens e das mulheres de Portugal.

Espero que os valores militares que juraram cumprir estejam bem presentes em todos e cada um de vós, e termino com a certeza de que em conjunto continuaremos, apesar das dificuldades que nos esperam, a trabalhar diária e afincadamente para continuar a fazer desta unidade uma referenda da Artilharia e do Exército Portugueses."

Após a Cerimónia, que terminou com o desfile das Forças em Parada prestando continência ao novo Comandante, este recebeu no Salão Nobre os cumprimentos de boas vindas dos Oficiais, Sargentos, Praças e Civis do Regimento, tendo, após o almoço passado revista à Unidade.

O Cor Art Cunha Piriquito frequentou a Academia Militar, tendo concluído o Curso de Artilharia em 1975. Possui o Curso Geral de Comando e Estado Maior e o Curso de Estado Maior, frequentados no Instituto de Altos Estudos Militares, é detentor de 14 louvores dos quais se destacam 1 concedido pelo Gen CEMGFA, 1 pelo Gen CEME e 7 por outros Oficiais Generais e é condecorado com Medalha de Prata de Serviços Distintos, Medalha de Mérito Militar 2.° e 3.° classes, Medalha D. Afonso Henriques 2.° classe e Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar.

Ao longo da sua carreira e até assumir o comando do Regimento de Artilharia N.° 5 desempenhou funções em Unidades de Artilharia e Estabelecimentos do Exército das quais se destacam as de Comandante de Bateria e de Grupo na Escola Prática de Artilharia, de Comandante da 3.ª Bateria do GAC/1.ª BMI e de Professor, Director do Curso de Promoção a Oficial Superior e de Chefe do gabinete de Estudos e Planeamento no Instituto de Altos Estudos Militares. Desempenhou igualmente funções no Quartel general do Supremo Comando Aliado da Europa (SHAPE) em Mons/Bélgica.

TOMADA DE POSSE DO NOVO COMANDANTE DO GAC/BAI

O TCOR ART.ª EDUARDO MANUEL VICENTE CAETANO DE SOUSA, em 28AGO01 assumiu o Comando do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Aerotransportada Independente.

A cerimónia de tomada de posse decorreu na parada do Regimento de Artilharia Nº4 (LEIRIA) com o seguinte programa:

- Formatura geral do Grupo,
- Revista às tropas,
- Alocução do novo Comandante,
- Recepção dos Oficiais, Sargentos e Praças do Grupo,
- Revista às instalações do Grupo.

NOVOS ARTILHEIROS

No dia 1 de Outubro de 2001 iniciou-se mais um ano lectivo na Academia Militar (AM) e, frequentando o 2º ano, juntaram-se à família Artilheira mais treze membros. São eles:

- Cadete Aluno Bruno Filipe Simões Ladeiro
- Cadete Aluna Alexandra Sofia de Barros Nascimento
- Cadete Aluno Moisés Panzo Cazeza (República de Angola)
- Cadete Aluno Hugo José Bação Serrudo
- Cadete Aluno Albino José Pinheiro de Jesus
- Cadete Aluno Carlos Emanuel Saraiva Lawrence
- Cadete Aluno Elton Roque Feliciano
- Cadete Aluna Cátia Helena Pereira Chamusca
- Cadete Aluno Humberto Miguel Rodrigues Gouveia
- Cadete Aluno Luís Manuel Coelho Fernandes
- Cadete Aluno Lúcio Manuel da Costa Lopes
- Cadete Aluno João Ricardo Faria da Cunha
- Cadete Aluna Maria do Rosário Fernandes Saldanha

Em cerimónia solene do Corpo de Alunos, que decorreu no destacamento da Amadora, estes novos Artilheiros receberam as insígnias da nossa Arma. Mais tarde, no início de Novembro, em ambiente mais Artilheiro, realizou-se na Sala de Artilharia da AM, na presença dos oficiais de Artilharia que ali prestam serviço, dos alunos tirocinantes, dos alunos do 4º e do 3º ano, a recepção aos novos alunos, onde o director dos cursos de Artilharia, TCor Art Fernando Crespo, proferiu algumas palavras de boas vindas.

Logo de seguida, para que os novos Artilheiros ficassem definitivamente "abeberados" no espírito da nossa Arma, realizou-se o já tradicional jantar do *Filinto Elísio* onde, com toda a galhardia e altivez, gritaram "Atirador Pronto" e degustaram, de um só sorvo, o manjar do Filinto. Esta "prova" foi também ultrapassada com facilidade pelos três elementos femininos do curso.

Os novos Artilheiros manifestaram o seu agrado pela calorosa recepção congratulando-se pela troca de impressões e partilha de experiências dos seus camaradas mais antigos.

A comissão executiva da Revista deseja a estes novos camaradas, as maiores felicidades para o seu curso na AM e, no futuro, como oficiais da Arma de Artilharia.

EXERCÍCIO "TROVÃO 012"

Realizou-se no período de 29 de Outubro a 02 de Novembro, no Campo Militar de Santa Margarida, o Exercício "TROVÃO 012", cuja responsabilidade de planeamento e conduta pertenceu ao GAC/BAI, em cumprimento do que se encontra definido no Plano Nº1/00 (Programa de Instrução e Treino Operacional para o ano 2001 do CTAT/BAI).

Os principais objectivos a atingir com a realização do exercício foram, aperfeiçoar o nível de instrução individual e colectiva de Quadros e Tropas do GAC/BAI; corrigir deficiências detectadas na instrução e em exercícios anteriores; preparar e aprontar as forças para o cumprimento da missão atribuída e manter o espírito de corpo entre os militares do GAC/BAI.

No que respeita aos objectivos específicos, salientam-se, entre outros exercitar e aperfeiçoar procedimentos operacionais no domínio da técnica do Tiro de Artilharia de Campanha e da Táctica. Em particular foi possível realizar a manobra de materiais do Grupo com a execução de REOP (reconhecimento, escolha e ocupação de posições), executar fogos reais com granadas explosivas com espoleta de percussão e tempos, e fumos; realizar operações de helitransporte de pessoal e material.

Assim, no dia 31 de Outubro, e com a colaboração do Pelotão de Precursores da BAI, efectuou-se o helitransporte do pessoal e material, da 1ª Bateria de bocas de fogo (1ªBBF) com a utilização de 1 helicóptero SA-330"PUMA" da Base Aérea Nº6 do Montijo.

Helitransporte do pessoal e material da 1.ª BBF/GAC/BAI.

No dia seguinte teve lugar a sessão de fogos reais com material orgânico do GAC/BAI, o obus M119 Light Gun, a que assistiram o Exmo. MGen Avelar de Sousa (Cmdt do CTAT/BAI) e o Sr. Cor Art Peixoto Apolónia (Cmdt do RA4), que aproveitaram para visitar as áreas onde o Grupo tinha instalado as suas sub-unidades. Na referida sessão, efectuaram-se 180 tiros:

- 120 granadas HE/P
- 40 granadas HE/T e
- 20 granadas WP.

Posição da Bateria de Bocas de Fogo.

No exercício "TROVÃO 012" o GAC/BAI integrou a participação de 140 militares do GAC/BAI, teve ainda como reforço 6 militares da CCS/BAI e 7 da CTm/BAI, uma equipa de 4 elementos do PelPrec/BAI e a participação da referida tripulação (4) e aeronave da Força Aérea, que perfizeram um efectivo total de 161 militares.

Montagem dos trens do grupo.

MENSAGEM DO DIRECTOR HONORÁRIO DA ARMA DE ARTILHARIA TENGEN ABRANTES DOS SANTOS NO DIA 04 DEZEMBRO

As minhas primeiras palavras como director honorário da arma de artilharia são para felicitar todos os artilheiros no activo, na reserva ou na reforma, que hoje sentem de modo particular o dia da sua arma, independentemente de estarem a tomar parte ou não em cerimónias oficiais para a sua celebração.

A situação particularmente difícil que as forças armadas atravessam, em termos de restrições orçamentais, não permitem que as comemorações do dia da Artilharia, como aliás das outras armas, tenham no corrente ano, a solenidade que vem sendo habitual em anos anteriores e que seria justamente merecida, por todos quantos servem, com abnegado espírito de missão, nas diferentes unidades de Artilharia, ou outras. Tal não significa, estou certo, que este dia não seja sentido com a mesma intensidade, pois o brilho de uma cerimónia militar não se avalia pela sua dimensão mas pelo espírito e vivência daqueles que nela tomam parte.

E não é uma situação pontual, como a que agora se vive, que vai abalar a instituição militar e, em particular o espírito da nossa arma. Uma instituição só é afectada quando atingida nos seus valores e daí a minha exortação a todos vós, para que continuem a preservar e fortalecer os valores morais e as virtudes militares, com vista a demonstrar a nossa coesão, espírito de corpo e camaradagem, valores essenciais para superar esta ou outras situações difíceis que nos forem sendo criadas e para continuar a honrar e prestigiar a nossa Artilharia, o Exército e as Forças Armadas em geral.

Será antes um momento para reflexão, na procura dos caminhos e soluções que nos permitam afirmar, cada vez com mais intensidade, o nosso profissionalismo, integridade de carácter e humanismo, como militares e cidadãos, numa altura em que estes valores tendem a escassear na nossa sociedade.

No atrás referido, apenas estive a reportar-me a uma das componentes da instituição militar, que é o homem, e que, ontem como hoje, continua a ser a sua pedra angular. Mas não podemos contudo ignorar a outra vertente, a tecnológica, voltada para os materiais e equipamentos, e na qual a Artilharia, como arma essencialmente ligada à técnica, sempre se tem afirmado ao longo dos tempos.

Todos os artilheiros, sobretudo os mais jovens, gostariam de, já hoje, poder desfrutar dos materiais e das técnicas que no campo das artilharias se vão conhecendo noutros exércitos.

Mas nunca, em qualquer geração, isso constituiu um obstáculo para que a Artilharia portuguesa se distinguisse nos mais variados cenários, constituindo um legado histórico de que muito nos orgulhamos.

Fizeram-no à custa de muito estudo, dedicação, empenho e experiência, tirando o maior partido dos meios postos à sua disposição, por vezes aplicando novas técnicas com materiais menos modernos, numa simbiose que só os artilheiros portugueses têm sido mestres.

Se no curto prazo a nossa Artilharia vier a ser dotada com os materiais e equipamentos previstos já há algum tempo, mas que tardam em chegar e os artilheiros de hoje mantiverem o mesmo querer e saber dos que os antecederam, poderemos afirmar, sem reservas, que o Exército português poderá continuar a orgulhar-se da sua Artilharia.

A terminar esta minha mensagem, no dia da Artilharia, deixo-vos com três ideias chave:

- um gesto de apreço e reconhecimento, pelo esforço, empenho e dedicação que, dentro ou fora das unidades de Artilharia, têm demonstrado no cumprimento das missões que vos foram confiadas, algumas até no exterior do país.
- um apelo, para que continuem a dedicar à Artilharia todo o vosso saber, inteligência e profissionalismo, para perpétuar o rigor e a técnica que tão bem caracterizam a nossa arma.
- um voto de confiança e de esperança num futuro melhor, mesmo que à custa de alguns sacrifícios, de que a nossa Santa Bárbara nos deu o exemplo, para afirmar a sua fé, e de que seremos seus seguidores para afirmar a nossa fama.

04 de Dezembro de 2001.

VISITA AO "SITE" DA NOSSA REVISTA NA INTERNET

Na última edição da Revista de Artilharia "publicitámos" o nosso "site" na Internet. Assim, é com orgulho e muito agrado que informamos que este já teve mais de 900 visitas. Podemos mesmo afirmar que, de várias partes do mundo, a Comissão Executiva recebeu felicitações quer pela iniciativa quer pela qualidade do trabalho apresentado.

Reconhecidamente a Comissão Executiva agradece os *e-mails* enviados que, se por um lado fazem aumentar a responsabilidade por outro são motivação mais do que suficiente para que, com determinação, continuemos este nosso trabalho, melhorando se possível.

Estamos certos que, se ainda não o é, www.revista-artilharia.pt será um dos seus portais favoritos na Internet.

PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Assembleia da República

Lei Orgânica n.º 3/2001
Lei do direito de associação profissional dos militares.
(OE n.º 8/31 AGO01 - 1ª SÉRIE)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Defesa Nacional, das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Portaria n.º 696/2001
Actualiza as ajudas de custo dos militares que se desloquem em missão oficial ao estrangeiro e no estrangeiro.
(OE n.º 7/31 JUL01 - 1ª SÉRIE)

Ministérios da Defesa Nacional, das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Portaria n.º 1093/2001
Actualiza as ajudas de custo dos militares em território nacional.
(OE n.º 9/30 SET01 - 1ª SÉRIE)

Ministérios da Defesa Nacional e da Educação

Portaria n.º 853/2001
Cria o curso de licenciatura em Enfermagem na Escola do Serviço de Saúde Militar.
(OE n.º 7/31 JUL01 - 1ª SÉRIE)

Ministérios da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 232/2001
Suspende a entrada em vigor do prazo a que se refere o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, que aprova o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).
(OE n.º 8/31 AGO01 - 1ª SÉRIE)

Ministério da Saúde

Portaria n.º 790/2001
Aprova o novo modelo de cartão nacional de dador de sangue.
(OE n.º 7/31 JUL01 - 1ª SÉRIE)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Decreto-Lei n.º 250/2001
Dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, que altera o regime jurídico das prestações familiares.
(OE n.º 9/30 SET01 - 1ª SÉRIE)

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Mérito Militar de 2ª Classe

TCOR ART (00579178) José Carlos Dias de Sousa Martins
TCOR ART (18417481) Fernando José Marques Soares
TCOR ART (11455382) José Manuel dos Ramos Rossa
(OE n.º 7/31 JUL01- 2º Série)

Medalha de Mérito Militar de 3ª Classe

CAP ART (08785889) Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa
CAP ART (14831992) Pedro Alexandre Sobral Almeida Dias
CAP ART (18565583) Luís Manuel Garcia de Oliveira
(OE n.º 7/31 JUL01 - 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 2ª Classe

COR ART (08323268) Mário Augusto Mourato Cabrita
MAJ ART (19734783) Luís Miguel Green Dias Henriques
(OE n.º 7/31 JUL01 - 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, de 3ª Classe

CAP ART (03469389) João Manuel da Cruz Seatra
CAP ART (13624889) Pedro Melo Vasconcelos de Almeida
CAP ART (07920490) Joaquim Agostinho da Cruz Oliveira Cardoso
(OE n.º 7/31 JUL01 - 2ª SÉRIE)

Medalha da ONU/MINURSO

CAP ART PQ (00562083) António Orlando Leal Correia
(OE n.º 7/31 JUL01 - 2ª SÉRIE)

2. *PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA*

TGEN (51085411) António Gabriel Albuquerque Gonçalves
MGEN (50448411) Fernando Nunes Canha da Silva
COR ART (50756411) Eduardo da Conceição Santos
COR ART (43451661) António Victorino Gonçalves da Costa
COR ART (37319062) José Ribeiro Salgueiro
COR ART (08009365) Fausto de Almeida Pereira
(OE n.º 8/31 AGO01 - 2º Série)

3. *PASSAGEM À SITUAÇÃO DE LICENÇA ILIMITADA*

MAJ ART (08390486) Nuno Miguel M. R. de Vasconcelos Cabanas
(OE n.º 9/30 SET01 - 2º Série)

4. *PROMOÇÕES*

Ao posto de Major-General

CORT ART (05814064) Manuel Guilherme de Carvalho Figueiredo
(OE n.º 7/31 JUL01 – 2ª Série)

Ao posto de Coronel

TCOR ART (10896568) Daniel José Marques Policarpo
TCOR ART (08623075) José Caetano Almeida e Sousa
(OE n.º 7/31 JUL01 – 2ª Série)

TCOR ART (02701574) Artur Parente da Fraga
TCOR ART (19672769) José Francisco Martins Jorge
TCOR ART (00678773) Jorge Manuel Romano Delgado
TCOR ART (08350076) António Pedro Aleno da Costa Santos
(OE n.º 8/31 AGO01 – 2ª Série)

5. CURSOS

Frequentaram o "Curso de Estado Maior 1999/2001", que decorreu no IAEM de 29SET99 a 31JAN01:
MAJ ART (10717084) José António de Figueiredo Rocha
MAJ ART (07483286) Francisco José Bernardino Silva Leandro
MAJ ART (14735284) José Manuel Peres de Almeida
MAJ ART (15754584) Mário Jorge Assis Ferreira da Silva
(OE n.º 8/31 AGO01 - 2ª SÉRIE)

Frequentaram o "Curso do Sistema Míssil Ligeiro Chaparral", que decorreu no RAA1 de 17ABR01 a 19JUN01:
ALF ART (04548994) Sandro José Robalo Geraldes
ALF ART (08498494) Rui César Sequeira Heleno
ALF ART (38452993) Paulo Jorge Coixão dos Reis Bento
(OE N.º 8/31 AGO01 - 2ª Série)

Frequentou o "Field Artillery Captain's Career Course", que decorreu nos EUA de 21MAR00 a 26JUL00:
CAP ART (03469389) João Manuel da Cruz Seatra
(OE N.º 9/30 SET01 - 2ª Série)

6. OBITUÁRIO

COR ART REF (51217611) Joaquim Fernando Lopes Marques
(OE n.º 7/31 JUL01 - 2ª SÉRIE)

COR ART REF (50696511) Fernando M. V. Ponces de Carvalho
TCOR ART REF (51464411) António Frazão Matos Modesto
(OE N.º 8/31 AGO01 - 2ª Série)

COR ART REF (50270111) Nuno Bessa de Almeida Frazão
COR ART REF (51122411) Fernando Vitorino Dinis Ferro
(OE N.º 9/30 SET01 - 2ª Série)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Mérito Militar de 4ª Classe

SAJ ART (11342481) Manuel Joaquim Almeida Mirrado
1SAR ART (09067888) Armando José Borges de Almeida Lourenço Pinto
(OE n.º 7/31 JUL01 - 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques – Patrono do Exército, de 4ª Classe

SMOR ART (33245160) António Nobre
SAJ ART (00227781) José Manuel da Silva
(OE n.º 7/31 JUL01 - 2ª SÉRIE)

2. *PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA*

SMOR ART (52121811) Fernando José S. Nascimento
(OE n.º 8/31 AGO01 - 2ª SÉRIE)

3. *PROMOÇÕES*

Ao posto de Sargento-Mor

SCH ART (01384179) Carlos Manuel da Cruz Estrada
(OE N.º 7/31 JUL01 - 2ª Série)

SCH ART (00254575) João Mário Costa Naia
SCH ART (04108575) António Manuel Ramos Rocha Felgueiras
(OE N.º 8/31 AGO01 - 2ª Série)

Ao posto de Sargento-Chefe

SAJ ART (03105280) Mário José Pereira Rebelo Cordeiro
SAJ ART (12305180) Pedro Manuel Caseiro
SAJ ART (12730281) José Eduardo Santos Pereira
SAJ ART (17436181) António Joaquim Fonseca Salvado Alves
(OE N.º 7/31 JUL01 - 2ª Série)

SAJ ART (18155380) Rui António da Silva Bessa
SAJ ART (09431181) Victor Manuel Mendes Evangelista
(OE N.º 8/31 AGO01 - 2ª Série)

Ao posto de Sargento-Ajudante

1 SAR ART (12253785) António Augusto Prates Rosado
(OE N.º 9/30 SET01 - 2ª Série)

4. *CURSOS*

Frequentou o "Curso de Transmissões das Armas e Serviços/Sargentos", que decorreu na EPT, de 08JAN01 a 16MAR01:
2SAR ART (14769392) Fernando Manuel Pedro Ferreirinha
(OE N.º 7/31 JUL01 - 2ª Série)

Frequentou o "Curso do Sistema Míssil Ligeiro Chaparral", que decorreu no RAA1 de 17ABR01 a 19JUN01:
1SAR ART (04628991) Mário Augusto Sanches T. Vera Cruz Pinto
(OE N.º 8/31 AGO01 - 2ª Série)

Frequentou o "Curso de Precursores 1/01 FASE "A"", que decorreu na ETAT de 12MAR01 a 04MAI01:
1SAR ART (09067888) Armando José de Almeida Lourenço Pinto
(OE N.º 9/30 SET01 - 2ª Série)

Frequentaram o "1.º Curso de Promoção a Sargento-Ajudante de Artilharia", que decorreu na EPA de 02ABR01 a 22JUN01:
1SAR ART (06307587) António José Duarte Mendes
1SAR ART (13864688) Nelson Fernandes Marques
1SAR ART (098609889 João Carlos Costa Fatela Lopes Curto
1SAR ART (16859680) Amândio Francisco Ramos Guedes
1SAR ART (16695788) Paulo Jorge dos Santos Pinto
1SAR ART (12704186) Jorge Orlando Jordão Pires
1SAR ART (05885288) Paulo Jorge Rodrigo Morais
1SAR ART (00470288) Gilberto Soares Pires
1SAR ART (15086185) Carlos António Gonçalves Videira Santos
1SAR ART (02423287) Carlos Henrique de Almeida Travassos
1SAR ART (19052487) José Manuel Freitas Queirós
1SAR ART (16957982) Jorge Baptista Neves
1SAR ART (04095288) José Francisco Nunes Diogo
1SAR ART (09184881) Rui Carreira Abreu
(OE N.º 9/30 SET01 - 2ª Série)

Frequentaram o "Curso de Informações e Segurança Militar e Comunicações", que decorreu no BISM de 02MAI01 a 03JUL01:
SAJ ART (05383082) Carlos Eduardo Pinto Ferreira
1SAR ART (00672590) Dário José de Jesus Aleixo
(OE N.º 9/30 SET01 - 2ª Série)

5. OBITUÁRIO

SAJ REF (52734011) Fernando Almeida Pais
(OE N.º 9/30 SET01 - 2ª Série)